

ANAIS

XI Encontro Regional ABRAPSO São Paulo

III Encontro Local de Psicologia Social ABRAPSO Cuesta

XI Encontro Local de Psicologia Social Comunitária ABRAPSO Bauru



A Práxis da Psicologia Social: Para quê? Para quem?

21 a 24 de março de 2013

Botucatu - SP

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL



ABRAPSO

Associação Brasileira de Psicologia Social

DIREÇÃO NACIONAL

Gestão 2012-2013

Presidenta: Neuza Maria de Fátima Guareschi
Primeira Secretária: Andréa Vieira Zanella
Segundo Secretário: Henrique Caetano Nardi
Primeira Tesoureira: Zuleika Kohler Gonzales
Segundo Tesoureiro: Laura Kemp De Mattos
Suplentes: Cleci Maraschin e Irme Salete Bonamigo

REGIONAL SÃO PAULO / NÚCLEO CUESTA

Gestão 2012-2013

Vice-Presidente: Sueli Terezinha Ferreira Martins
Secretária: Juliana Peixoto Pizano
Tesoureira: Ana Lúcia Martins

NÚCLEO CUESTA

Gestão 2012-2013

Coordenadora: Maria Dionísia do Amaral Dias
Secretário: Tiago da Rocha Pinto
Tesoureira: Renata Inah Tavares Lacerda

www.abrapso.org.br/regionalsp
XI ENCONTRO REGIONAL DA ABRAPSO

SÃO PAULO

III ENCONTRO LOCAL DE PSICOLOGIA SOCIAL ABRAPSO CUESTA
XI ENCONTRO DE PSICOLOGIA SOCIAL E COMUNITÁRIA ABRAPSO BAURU

A PRÁXIS DA PSICOLOGIA SOCIAL:

Para quê? Para quem?

Local: Faculdade de Ciências Agronômicas (FCA) – UNESP

Campus do Lageado - Fazenda Lageado

Botucatu - SP

Realização: Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO

Regional São Paulo e Núcleo *Cuesta*

Parceria:

Núcleo Bauru da Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO

Conselho Regional de Psicologia (CRP) – 6ª Região

Faculdade de Ciências Agronômicas – UNESP

Apoio:

Departamento de Neurologia, Psicologia e Psiquiatria – FMB - UNESP

Departamento de Saúde Pública – FMB - UNESP

Fundação Vunesp

Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel – IMES

**Coordenação do evento: Sueli Terezinha Ferreira Martins
Maria Dionísia do Amaral Dias**

Comissão Científica

Coordenação: Maria Dionísia do Amaral Dias

Anamélia A. Nascimento – Núcleo Mogi das Cruzes
Antonio Carlos Barbosa da Silva – UNESP/Núcleo Assis
Arlindo da Silva Lourenço – SindPsi/Núcleo São Paulo
Cecília Pescatore Alves – PUC/Núcleo Vale do Paraíba
Gil Gonçalves Júnior – UniABC/Núcleo Grande ABC
Henrique Meira de Castro – Núcleo Bauru
Lilian Magda de Macedo – UNESP/Núcleo Cuesta
Luiz Carlos Rocha – UNESP/Núcleo Assis
Márcia Hespanhol Bernardo – PUCcamp /N. Campinas
Marcos Antônio dos S. Reigota – Uniso/N. Sorocaba
Marcos Garcia – UFSCar/ Núcleo Sorocaba
Maria Dionísia do A. Dias – UNESP/Núcleo Cuesta
Mariana Prioli Cordeiro – PUC-SP/Núcleo SP
Pedro Fernando da Silva – USP/N. Grande ABC
Renata Ghisleni de Oliveira – PUC,UMC/N. Mogi Cruzes
Régis de Toledo Souza – UNITAU/ N.Vale do Paraíba
Silvana Cardoso Brandão – PUCcamp/ N. Campinas

Pareceristas

Anamélia A. Nascimento
Angelo Antonio Abrantes
Antonio Carlos Barbosa da Silva
Arlindo da Silva Lourenço
Cecília Pescatore Alves
Denise Stefanoni Combinato
Eni de Fátima Martins
Gil Gonçalves Júnior
Henrique Meira de Castro
Laís Sandi Foganholo
Lilian Magda de Macedo
Luiz Carlos Rocha
Luiz Gonzaga Chiavegato Filho
Marcelo Dalla Vecchia
Márcia Hespanhol Bernardo
Marcos Antônio dos Santos Reigota
Maria Dionísia do Amaral Dias
Mariana Prioli Cordeiro
Osvaldo Gradella Junior
Pedro Fernando da Silva
Renata Ghisleni de Oliveira
Rosimeire Aparecida Manoel Seixas
Sandra Elena Spósito
Silvana Cardoso Brandão
Sueli Terezinha Ferreira Martins
Tatiane Tavares Menezes
Tiago Rocha Pinto

Comissão Organizadora

Alana Pires Dale
Ana Lúcia Martins
Charles José Roque
Deborah Mendes A. de Andrade
Eleide Queiroga Aranha
Henrique Meira de Castro
Jéssica Rodrigues Rosa
Juliana Peixoto Pizano
Laís Sandi Foganholo
Lilian Magda de Macedo
Marcus Vinícius Moreno
Maria Dionísia do A. Dias
Renata Inah Tavares Lacerda
Sueli Terezinha Ferreira Martins
Tatiane Tavares Menezes
Thais Fernanda Tortorelli Zarili
Tiago da Rocha Pinto

Página da Internet

Henrique Meira de Castro
Jéssica Rodrigues Rosa

Editoração dos Anais

Nicelle Juliana de Paula Sartor

Monitoria

Coordenação: Rafaela de Almeida Schiavo
Tiago da Rocha Pinto
Charles José Roque

Adriana Modesto
Ana Claudia Federico Frois
Ana Paula Rodrigues Piovani
Caroline de Oliveira Raymundo
Cícero Lopes da Silva Neto
Cleber Juliano Zola
Débora Conceição Domingos Pereira
Gisele Bernardino
Gisele Daiane Pineda F. Santos
Hildinéia Alves
Jéssica Bispo Batista
João Carlos Silva
João Gabriel Bertucci Lima
Jocemara Arrigo Calixto
Lia Mackenzie Massa
Luciana Thais Caldeira
Mário Fernandes da Silva
Maurício Vieira Ferraz
Mayara Souza Innocenti
Michelle Cristina de Camargo Aguiar
Mírian Carolina Valente Ferreira
Mona Macedo Lucena
Nelson Venancio de Oliveira Junior
Nilda Fátima de Oliveira Raymundo
Samanta Gonçalves de Melo Del 'Omo
Sérgio de Mello Junior
Simone Cheroglu
Vânia C. Agápito dos Santos

OBJETIVOS DO EVENTO

O XI ENCONTRO REGIONAL DA ABRAPSO São Paulo objetiva criar espaço para debates e reflexões do mundo contemporâneo. Com o tema central Psicologia Social: Para quê? Para quem? busca-se provocar a discussão crítica de desafios, contradições e necessidades que o contexto histórico e social impõe para a atuação profissional em seus diversos espaços. Pretende-se refletir em como os fundamentos epistemológicos, teóricos, metodológicos e técnicos da Psicologia Social, e suas articulações com outros conhecimentos e práticas, contribuem para a transformação social.

NÚCLEO CUESTA

O Núcleo Cuesta, atual responsável pela regional São Paulo da Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO foi criado durante o IX Encontro Regional da ABRAPSO-SP em 2008 realizado em Bauru e tem como objetivos:

- a) congregar pessoas que se interessam pelo desenvolvimento da Psicologia Social em Botucatu e região do Pólo Cuesta;
- b) garantir e desenvolver as relações entre pessoas dedicadas ao estudo, ensino, investigação e aplicação da Psicologia em uma perspectiva social;
- c) propiciar a difusão e o intercâmbio de informações sobre o desenvolvimento do conhecimento e prática da Psicologia Social;
- d) promover a integração da Psicologia com outras áreas do conhecimento que atuem em uma perspectiva social crítica;
- e) incentivar e apoiar institucionalmente o desenvolvimento de ações no campo social e comunitário.

O Núcleo Cuesta se reúne mensalmente e é composto por: Alana Pires Dale, Ana Lúcia Martins, Charles José Roque, Deborah Mendes Araújo de Andrade, Eleide Queiroga Aranha, Jéssica Rodrigues Rosa, Juliana Peixoto Pizano, Lílian Magda Macedo, Marcus Vinícius Moreno, Maria Dionísia do Amaral Dias, Renata Inah Tavares Lacerda, Sueli Terezinha Ferreira Martins e Tiago da Rocha Pinto.

*Odeio os indiferentes.
Acredito que viver
Significa tomar partido.*

*Indiferença é apatia,
Parasitismo, covardia.
Não é vida.*

Antonio Gramsci

Sumário

Grade de programação.....	8
Programa do evento.....	10
Resumos.....	24
Mesas-redondas.....	25
Sessões coordenadas.....	47
Pôster.....	190

Grade de Programação

Dia	Horário	Atividade	Local
21/03/13 (quinta)	16h00-17h30	Credenciamento	Secretaria do evento
	18h00-19h00	Atividade Cultural Mesa de abertura institucional	Auditório Paulo Rodolfo Leopoldo
	19h00- 21h30	Simpósio 1	Auditório Paulo Rodolfo Leopoldo
22/03/13 (sexta)	8h30-12h00	Sessões (pôster)	Antigo RU (atrás da Lanchonete)
	8h30-12h00	Sessões CINE ABRAPSO	Auditório Paulo R. Leopoldo Anfiteatro C
	13h30-15h30	Mesas Redondas Núcleos	Salas
	16h00-17h30	Rodas de conversas	Salas
	18h00-19h00	Lançamento de Livro	Saguão Auditório Paulo Rodolfo Leopoldo
	19h00-21h30	Simpósio 2	Auditório Paulo Rodolfo Leopoldo
23/03/13 (sábado)	8h30-12h00	Sessões coordenadas (comunicações orais)	Salas
	13h30-15h30	Mesas Redondas Núcleos	Salas
	16h00-17h30	Sessões coordenadas (comunicações orais)	
	18h00-21h30	Assembleia da ABRAPSO	Auditório Paulo Rodolfo Leopoldo
24/03/13 (domingo)	8h30-12h00	Simpósio 3	Auditório Paulo Rodolfo Leopoldo
	12h00	Encerramento	Auditório Paulo Rodolfo Leopoldo

MODALIDADES DE APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS

1 - Comunicação Oral

Apresentação oral de trabalhos selecionados pela Comissão Científica e agrupados em 24 sessões temáticas. O tempo de apresentação é de 20 minutos com 5 minutos para perguntas na sequência, com debate geral ao final da apresentação de todos os trabalhos.

2 - Cine-ABRAPSO

A modalidade "Cine-ABRAPSO" abre espaço para o cinema! Exibição de vídeo relacionado a um dos eixos temáticos do Encontro, seguido de debate coordenado pelo proponente.

3 - Pôster Comentado

Na modalidade "Pôster Comentado", os pôsteres estão agrupados em duas sessões, com a presença dos autores na primeira meia hora para debate com os participantes interessados.

4 - Mesas Redondas dos Núcleos

Mesas organizadas por Núcleos da Regional São Paulo da ABRAPSO.

5 - Simpósios

Atividades propostas pela organização do Encontro.

EIXOS TEMÁTICOS

Os Eixos Temáticos propostos nos convidam para a reflexão e o debate de importantes dimensões da realidade social e individual, no contexto dos questionamentos presentes no tema do XI Encontro: “Para quê? Para quem?”.

Devem, portanto, garantir o que esteve presente desde a origem da ABRAPSO, ou seja, a expressão da complexidade das práticas e produções sociais, que exigem a articulação de conhecimentos produzidos pela Psicologia Social e por diversas áreas que com ela dialogam.

1. História da Psicologia (HIST)
2. Reflexões teóricas, epistemológicas, metodológicas e práticas (REFL)
3. Formação Profissional (FOPRO)
4. Educação (EDU)
5. Trabalho (TRAB)
6. Saúde (SAU)
7. Cultura (CULT)
8. Violência e Direitos Humanos (VIODH)
9. Políticas Públicas (POLPU)
10. Psicologia Social Comunitária e outras formas de organização comunitária (COMUM)
11. Movimentos Sociais (MOVSO)

Programa

21 de março (quinta-feira)

16h00 - 17h30

INSCRIÇÕES E CREDENCIAMENTO

(Secretaria do evento)

18h00

MESA DE ABERTURA INSTITUCIONAL

(Auditório Paulo Rodolfo Leopoldo)

19h00 - 21h30

SIMPÓSIO 1

“A Práxis da Psicologia Social: Para quê? Para quem?”

Marcelo Dalla Vecchia (UFSJ-MG)

Oswaldo Yamamoto (UFRN-RN)

Pedrinho Guareschi (UFRGS-RS)

(Auditório Paulo Rodolfo Leopoldo)

Dia 22 de março (sexta-feira)

8h30 - 12h00

SESSÕES CINEABRAPSO

CINE01

(Auditório Paulo Rodolfo Leopoldo)

O DESENVOLVIMENTO DE CONTRADIÇÕES E ANTAGONISMOS NO CAPITALISMO: DEBATE A PARTIR DO FILME “DA SERVIDÃO MODERNA”

Angelo Antonio Abrantes, Osvaldo Gradella Junior

A MÚSICA NUNCA PAROU: CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL PARA A COMPREENSÃO DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DAS FUNÇÕES PSICOLÓGICAS COMPLEXAS

Achilles Delari Junior, Adriana da Silva Louro, Afonso Mancuso Mesquita, Angelina Pandita-Pereira, Bruna Mares Terra, Célia Regina da Silva, Giselle Modé Magalhães, Henrique Meira de Castro, Marcelo Ubiali Ferraciolli

CINE02

(Anfiteatro C (Sala 15 – Bloco 2))

EXCLUSÃO SOCIAL E PRECONCEITO

Enelson Felix da Rocha, Lucas Ribeiro da Silva, Pamela Felicio Rossi, Regina Célia de Godoi Bueno Rabesco, Tania Carlos de Melo, Carolina Freire de Carvalho de Carvalho

ESCONDA-ME EM SUA HUMILHAÇÃO: UMA REFLEXÃO SOBRE A INVESTIGAÇÃO DOS AFETOS NA PESQUISA EM PSICOLOGIA SOCIAL

Raquel Coneglian Franchito

8h30 - 10h00**1ª SESSÃO DE PÔSTER**

(Antigo RU)

- P1 *A música como auxílio no desenvolvimento da sociabilidade (001)*
Diego Azevedo Godoy, Telma Regina de Paula Souza
- P2 *A paisagem vivida do bairro da Liberdade: Um estudo com seus moradores baseado em passeios filmados (057)*
Danilo Sergio Ide
- P3 *Quem somos nós descendentes? Estudo da identidade e do papel da memória em famílias de descendentes alemães no Brasil: proposta de investigação e discussão dos caminhos da pesquisa qualitativa (117)*
Diane Portugueis
- P4 *Os Movimentos na Tela e seus reflexos no Homem(167)*
Gislayne Cristina Figueiredo, Isabela Cristina Ortiz Gambaro, Letícia Geraldo Firmino, Renata Medeiros Rossi, Renata Santos Leme Ferreira
- P5 *A vida e a obra de um grafiteiro em perspectiva com a cidade de São Paulo (171)*
Maíra Mendes Clini, Arley Andriolo
- P6 *Doutores/as Negros/as: trajetórias (005)*
Marcos Antonio Batista da Silva
- P7 *Dificuldades de aprendizagem e as implicações da produção patológica (097)*
Danilo de Carvalho Silva, Adriana Marcondes Machado
- P8 *Os sentidos e significados de adolescentes da escola pública e privada acerca do Projeto de Vida futuro (120)*
Flávia de Souza Otuka, Altamir Claudio Ribeiro, Daniela Garcia Scali, Edilene Pereira Reis, Ellen Cristina Ramos Dantas, Fernanda Andrello Forti, Karen Cardoso Affonso, Marli Dias Cesar Egydio, Rafaella Dilam Alencar Santos, Ricardo Rodrigues da Silva, Rosana Rodrigues de Gouveia
- P9 *Orientação Profissional: reflexões sobre o processo de escolha da profissão (155)*
Arielli Serafim Richart, Gabrieli Lazara Conde Caetano Rocha, Sandra Elena Sposito
- P10 *A motivação na aprendizagem no contexto acadêmico de universidade federal (156)*
Thais Brasil Oliveira, Cátia Batista Tavares dos Santos
- P11 *Aspectos constitutivos da educação social no Brasil (160)*
Karin Gerlach Dietz

- P12 *Percepção de alunos sobre a violência escolar: um estudo em Seropédica (165)*
Cátia Batista Tavares dos Santos, Priscyla Rocha Giobini, Wanderson Fernandes de Souza
- P13 *Orientação Profissional na Escola a partir da Perspectiva Sócio-Histórica (201)*
Maria Ilza Lopes Harth, Patrícia Elizabeth Messias de Souza Castilho, Luciana Cristina da Mota Passini, Sandra Elena Sposito
- P14 *Avaliação de Desempenho Acadêmico dos Bolsistas do Programa de Educação Tutoria/ PET- Conexões de Saberes: Um Estudo nos Campus da UFPE (202)*
Andreza Cristiane Silva de Lima, Ana Lúcia Fontes de Souza Vasconcelos, Luciana Maria da Silva, Wagner Jorge Firmino da Silva
- P15 *Cinema e Psicologia: identificação e ressignificação de histórias (219)*
Aline Matheus Veloso, Gladson Murilo Mascarenhas Ribeiro Júnior, Sandra Andrade da Silva
- P16 *A percepção dos pais e dos profissionais sobre o processo de leitura e escrita de crianças usuárias do implante coclear inseridas no ensino regular (222)*
Fabiana Cristina de Souza, Zilda Maria Gesueli Oliveira da Paz
- P17 *Formação profissional em Psicologia como obstáculo para a integralidade em saúde: reflexões a partir da produção científica da área (048)*
Andrea Cristina Lovatto Ribeiro, Alcindo Antonio Ferla
- P18 *Formações em construção: uma Psicologia para o SUS (102)*
Eduardo dos Santos Prezotto, Maria Inês Badaró Moreira
- P19 *Institucionalização Sem Muros: A permanência (ou não) das práticas manicomialis nos serviços substitutivos de saúde mental (187)*
Caroline Cusinato, Caio Cesar Portella Santos
- P20 *Reflexões preliminares sobre os processos de subjetivação nas políticas públicas para crianças e adolescentes no Brasil (091)*
Igo Gabriel dos Santos Ribeiro, Sílvio José Benelli
- P21 *O papel do psicólogo social nos CRAS de Minas Gerais (164)*
Luiz Felipe Viana Cardoso, Maria de Fátima Aranha de Queiroz e Melo
- P22 *Centro de Atenção Psicossocial para Álcool e outras Drogas: o que mostram os prontuários? (188)*
Adriana Manrique Tomé, Paola Biasoli Alves
- P23 *Autor de violência Sexual: reflexões a partir do I Seminário Internacional de Violência Doméstica (204)*
Etienne Janiacke, Maisa Elena Ribeiro, Mariana Ferreira Rodrigues, Raquel Souza Lobbo Guzzo
- P24 *Relações afetivas e processos identitários de crianças e adolescentes em programas de acolhimento institucional: uma pesquisa com Oficinas de Grupo (206)*
Sabrina Simões Castilho, Marcos Vieira Silva, Marília Mata Machado
- P25 *O louco e o CAPS: estudo de caso (168)*
Gislayne Cristina Figueiredo, Alessandra Gonçalves Gigli, Bruna Aparecida Ribeiro de Campos, Jéssica Rossi dos Santos, Natalie Viotto Nesson, Solange Michele Perigo

10h30 - 12h00

2ª SESSÃO DE POSTERS

(Antigo RU)

- P26 *A Psicologia Social Comunitária no ambiente asilar: potencialidades de superação e enfrentamento das dificuldades no cotidiano de trabalho (104)*
Fernanda Regina Cabrera Biondon; Letícia Franco Mistretta Benine; Tiago Rocha Pinto

- P27 *A Psicologia Social e Comunitária e suas potencialidades de ação com idosos abrigados (176)*
Mayara Souza Innocenti, Luciana Thais Caldeira, Tiago Rocha Pinto
- P28 *Orientação Profissional: jovens em situação de vulnerabilidade social e pessoal (180)*
Renata Santos Munhoz, Gabriela Lins Maia, Nilma Renildes da Silva
- P29 *O enfrentamento da doença nas casas de apoio – a importância da religiosidade para lidar com o luto (192)*
Ana Paula da Silva, Marcia Marques de Oliveira Gregório, Roberta Paz Barreto, Vanessa Veppo de Mattos Frias
- P30 *Contribuições da Psicologia Social Comunitária às práticas de educação popular: intervenções em uma Ciranda do MST (195)*
Camila Danielle dos Santos
- P31 *Estágio em Psicologia Social e Comunitária: relato de experiência, territorialização e formação de grupos de qualidade de vida com mulheres nos PSF da cidade de São Manuel (203)*
Tiago Rocha Pinto, Andréia Caroline Bonalume, Elisabete Cristina Corrêa, Isabel Cristina Rigotti, Juliana Mattos Pascotto, Maria Edinéia Nogueira, Maria Rosa Placidelli, Mona Macedo Lucena
- P32 *A Psicologia Social em interface com o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS): potencialidades de transformação da “hora lúdica” (207)*
Rosângela Aparecida Barbosa Paulo Ricci; Fernanda Maria Vernini, Tiago Rocha Pinto
- P33 *Atuação do psicólogo com moradores em área de risco: um enfoque psicossocial (214)*
Sandra Luzia Assis da Silva, Gil Gonçalves Junior
- P34 *Ensino Médio Profissional e o silêncio da Psicologia (070)*
Angelina Pandita-Pereira, Marie Claire Sekkel
- P35 *Identidade: contribuições para os estudos migratórios (122)*
Diane Portuguesis
- P36 *Álbum de histórias: apropriação do protagonismo da história de vida de adolescentes em situação de abrigo (150)*
Natália Afonso, Sara Rafaela Cardoso da Costa
- P37 *Contribuições da Psicologia Histórico-Cultural para a definição do conceito de deficiência mental (211)*
Camila Rodrigues Guimarães, Nilson Berenchtein Netto
- P38 *Assistência humanizada ao idoso com dificuldade de comunicação: atuação do psicólogo em um hospital universitário de São Luís – MA (018)*
Mariá de Fatima Ferreira Barros, Carlos Santos Leal, Janiemy Vieira da Silva
- P39 *Excesso de demanda e risco de medicalização: desafios para a Assistência em Saúde Mental de um CAPS (042)*
Cátia Batista Tavares dos Santos, Caroline Nunes Guedes, Evanildo Jorge, Thaíssa Kratochwill, Lilian Miranda
- P40 *Intervenção Multiprofissional em crianças com SAOS antes e após adenotonsilectomia (043)*
S.M. Hilario; Cristiane Lara Mendes-Chiloff; S.A.T. Weber
- P41 *A Gestão da Saúde do Trabalhador da Universidade Estadual Paulista – Unesp (062)*
Maria Luiza Gava Schmidt, Silvia Cristina Pincelli, Walnei Fernandes Barbosa

- P42 *Sofrimento psíquico de professores universitários das licenciaturas (071)*
Kelly Cristina Tesche Rozendo, Sandra Fogaça Rosa Ribeiro
- P43 *Medicalização e a lógica do consumo: reflexões a partir da perspectiva do indivíduo medicado (076)*
Christiane Abdala, Fernando Figueira
- P44 *A Ética e Moral no Trabalho com Grupos na Atenção Primária a Saúde: Implicações para o papel do Psicólogo no Núcleo de Apoio em Saúde da Família (088)*
Tiago Rocha Pinto, Mário Eduardo Alves da Silva
- P45 *Prevenção do HIV e promoção da saúde na comunidade de Heliópolis, na perspectiva dos Direitos Humanos (092)*
Andrielly Darcanchy, Vera Paiva
- P46 *Psicologia Social e Saúde: a compreensão do processo saúde/ doença como fenômeno coletivo (105)*
Ruth Irabel Soares de Oliveira Santos
- P47 *Políticas públicas e promoção de saúde (109)*
Elisa Fernandes, Flavia Cristina S. Dourado, Isabella Michilin, Ivan Silva, Lilian Santos, Mariana Oliveira, Mariana Cury, Mayara Silva, Mayara Tavares, Nadini Sousa, Sarah Francisco Simão Nangomua, Nilton Julio de Faria
- P48 *Oficinas lúdicas com crianças na área central de Santos: potencializando a expressão (127)*
Sabrina Galvão Figueiredo, Lilian Bertolo, Tailah Barros de Paula, Larissa Araujo Ribeiro, Marília Garando Vioto, Carla Bertuol
- P49 *O Sociodrama como ferramenta nas ações de Prevenção e Promoção da Saúde do Trabalhador (132)*
Mariana Vasconcellos Silva Nastri, Katia Biazotti, Maria Luiza Gava Schmidt
- P50 *Atividade e construção de identidade: estudo de caso de uma agente de prevenção em DST/AIDS ex-dependente de drogas (173)*
Pedro Henrique Leonetti Habimorad, Diogo Alfonso Garcia, Ana Cláudia Bortolozzi Maia
- P51 *O trabalho do professor na Educação não Formal (020)*
Bruna Luise Fernandes, Deivis Perez
- P52 *Avaliação da aprendizagem: que representações sociais são construídas por pedagogos em formação?(040)*
Adriana Tomaz, Rita de Cássia Pereira Lima
- P53 *Estudo de caso sobre o perfil de um líder: levantamento de habilidades para a formação de equipe e interações sociais no trabalho (146)*
Diego Amaral Fernandes, Frederico Azevedo Alvim Assis
- P54 *Reorientação profissional com capineiros: atuação em saúde mental (227)*
Carmen Hannud Carballeda Adsuara, Lucas Casadei Aprile, Pedro Precioso Neto, Dinael Corrêa de Campos.
- P55 *Proposta da Psicologia Social para a prevenção/intervenção na violência intrafamiliar (126)*
Kaminsky Mello Cholodovskis, Soraya Aparecida Dias Cholodovskis
- P56 *O papel do psicólogo aconselhador frente às demandas de mulheres vítimas de violência doméstica (157)*
Thais Brasil Oliveira, Cátia Batista Tavares dos Santos, Karen Lopes das Neves, Marcelly Cristini P. Machado, Priscyla Rocha Giobini
- P57 *A concepção dos alunos do último ano do curso de Psicologia sobre a Violência Doméstica Física como método educacional (196)*
Nayra Borges de Almeida

13h30 - 15h30

MESAS-REDONDAS propostas por núcleos da Regional São Paulo

Núcleo Assis

(Auditório Paulo Rodolfo Leopoldo)

MEDICALIZAÇÃO DO SOCIAL: TRÊS REFLEXÕES SOBRE UMA TRAGÉDIA ANUNCIADA

A Banalização dos Psicofármacos: uma preocupação para as políticas públicas de Saúde Mental - Daniele de Andrade Ferrazza (UNESP Assis)

As Produções a Partir do Bio-Diagnóstico - Kwame Yonatan Poli dos Santos (UNESP Assis)

Medicalização do Social: as origens comprometidas de uma ameaça atual - Luiz Carlos da Rocha (UNESP Assis)

Núcleo Campinas

(Anfiteatro C – Bloco 2)

FORMAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS: CONTRADIÇÕES, DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Políticas Públicas e Formação de Psicólogos - Silvana Cardoso Brandão (PUC-Campinas)

Reflexões sobre o cotidiano do psicólogo social: desafios da formação e atuação psicossocial - Caroline Cristiane de Sousa (Uniararas)

Psicologia Social e Políticas Públicas: Encontros e encruzilhadas desse Trajeto - Gustavo Henrique Carretero (FAM)

Núcleo Grande ABC

(Anfiteatro Veterinária)

A PRÁXIS DA PSICOLOGIA SOCIAL: ALGUMAS REFLEXÕES COM BASE NA TEORIA CRÍTICA

Educação contra a barbárie como práxis própria da psicologia social - Gil Gonçalves Júnior (UniABC)

A escola e a ideologia: alguns apontamentos sobre a educação brasileira - Isabel da Silva Amaral (UniBAN)

Apropriação cultural e resistência à barbárie: reflexões sobre a práxis em tempos de pseudoformação - Pedro Fernando da Silva (IP/USP)

16h00 - 17h30

RODAS DE CONVERSA

- 1) Professores de Psicologia Social (Auditório Paulo Rodolfo Leopoldo)
- 2) Profissionais da área de Psicologia Social (Sala 14 – Bloco 2)
- 3) Estudantes de Psicologia e a participação na ABRAPSO (Anfiteatro C – Bloco 2)

18h00 - 19h00

LANÇAMENTO DE LIVROS

(Saguão do Auditório)

19h00 – 21h30

SIMPÓSIO 2

“Desafios e Perspectivas da Psicologia Social na sociedade contemporânea”

Antonio Thomaz Júnior (UNESP- P.Prudente)

Giovanni Alves (UNESP-Marília)

(Auditório Paulo Rodolfo Leopoldo)

Dia 23 de março (sábado)

8h30 - 10h00

SESSÕES COORDENADAS DE COMUNICAÇÕES ORAIS

1 CULT [sala 11/bloco 2]

Arte circense e produção de subjetividade (081)

Autor(es): Manoela Maria Valério; Tiago Cassoli

A noção de Engajamento na Psicologia Social da Arte (087)

Autor(es): Arley Andriolo

O discurso humorístico de cunho cínico na contemporaneidade (136)

Autor(es): Mateus Pranzetti Paul Gruda

No tempo da escola: fragmentos da memória social (145)

Autor(es): Gleicimara Araujo Queiroz

2 EDU [sala 12/bloco 2]

Estágio em Orientação Profissional (075)

Autor(es): Amanda Pereira Ferres; Júlio Cesar Santos Ribeiro; Sandra Elena Spósito

Orientação Profissional na Abordagem Sócio-Histórica com adolescentes em uma escola pública (208)

Autor(es): André A.A. Padoveze; Camila Domeniconi

Orientação Profissional na Abordagem Sócio-Histórica: perspectivas no âmbito escolar (233)

Autor(es): Liana Rodrigues de Oliveira; Sandra Elena Spósito

3 MOVSO [sala 13/bloco 2]

Participação no território de Jacareí-SP: movimentos e transformações nas relações pessoa-ambiente (114)

Autor(es): Nicole Nothen de Oliveira

O movimento social REAJA PIRACICABA: uma análise psicossocial e política (115)

Autor(es): Telma Regina de Paula Souza; Caroline Valério Dell'Amatrice; Marina Soave; Natália Morelo Galletti; Paula Gomes Silva; Vera Lúcia de Andrade Silva

Processos institucionais de produção de subjetividade no movimento Renovação Carismática Católica (014)

Autor(es): Samuel Iauany Martins Silva; Sílvio José Benelli

Greve geral na PUC São Paulo: possibilidades e potencialidades – uma discussão sobre a greve enquanto ferramenta de mobilização da comunidade acadêmica e sua repercussão (221)

Autor(es): Lívia Gomes dos Santos; Diane Portuguesis; Thiago Sant Anna Pereira; Vanessa Clementino Furtado

4 POLPU [sala 14/bloco 2]

A participação do usuário no CRAS-CENTRO: um caminho com muitas voltas (063)

Autor(es): Andrea Soares Lobato de Azevedo; Amanda Maciel da Cunha; Betânia Pacheco Pereira; Kátia Regina Martins Omena; Magali Gomes Francisco; Angélica Pereira de Souza; Rodrigo Manhães da Silva; Larissa de Souza Barros Soreano; Cristiane da Silva

Comissões Locais de Saúde nas políticas públicas de Saúde: um estudo de caso (111)

Autor(es): Rebeca Paschoal Padulla

Discussão teórico-prática sobre estágio desenvolvido com grupo de mulheres da periferia (220)

Autor(es): Laís Sandi Foganholo; Mariana Yuki Kamada; Natalia Martins; Vanessa Freitas; Karina Vieira Prado

A práxis na política pública de Assistência Social: análise de uma experiência de organização de trabalhadores de CRAS (073)

Autor(es): Vinicius Cesca de Lima; Mariana Louzada de Toledo

5 COMUM [sala 15/bloco 2]

Relações comunitárias e participação política a partir do cotidiano: a luta de moradores de um bairro da periferia de São Paulo (089)

Autor(es): José Fernando Andrade Costa; Sérgio Paes de Barros

A experiência de ser psicólogo em uma intervenção psicossocial com pessoas que vivem a travestilidade (123)

Autor(es): Fernanda de Souza Vieira; Ana Paula Leivar Brancaloni; Sylvia Maria Godoy Amorim

Aproximações entre o Direito e a Psicologia Social Comunitária a partir das experiências do Núcleo de Assessoria Jurídica Popular de Ribeirão Preto (NAJURP) (139)

Autor(es): Ana Claudia Mauer dos Santos; André Luís Gomes Antonietto; Bruna Thais Dantas Serra; Caroline Pereira dos Santos; Taísa Mara Pinheiro Silva; Fabiana Cristina Severi

Processo grupal com agentes comunitários de saúde: problematização de aspectos da saúde mental (016)

Autor(es): Armando Marino Filho; Milena Camargo Barbério; Tatiane Tavares Menezes

6 REFL [sala 2/bloco 1]

Perspectivas sócio-histórico-culturais de uma velhice (121)

Autor(es): Anisha Gonçalves Santana; Paulo Alexandre Françoso

O envelhecimento sob uma leitura da perspectiva histórico-cultural: breves considerações (193)

Autor(es): Talita Meireles Flores; Luiza Maria de Souza Nabarrete

Centro de Convivência para Idosos: limites e possibilidades (213)

Autor(es): Rossane Michelin Ferrari, Charles José Roque, Maria Fernanda dos Santos Gomes, Jefferson Bernardino, Katherine Di Santi Corrêa da Silva, Silmara do Amaral Tse, Waldez Michel Jorge

7 SAU [sala 4/bloco 1]

O trabalho em equipe nas ações de saúde mental na Atenção Básica (093)

Autor(es): Sérgio Luiz Ribeiro; Maria Cristina Gonçalves Vicentin

Investigando possíveis relações entre alcoolismo, sofrimento psíquico e violência intrafamiliar na perspectiva de mulheres atendidas pela saúde da família (212)

Autor(es): Ana Lúcia Martins; Sueli Terezinha Ferreira Martins

Concepções de profissionais da Estratégia da Saúde da Família acerca do alcoolismo em mulheres (078)

Autor(es): Ana Maria Gonçalves de Lima; Elaine Cristina Barie do Prado; Rosemari Martines Tomé

Estratégia Saúde da Família: significados e sentidos de família para trabalhadores de uma equipe (240)

Autor(es): Juliana Peixoto Pizano

8 TRAB [sala 7/bloco 1]

As representações da vadiagem segundo diferentes atores sociais na cidade de São Paulo (009)

Autor(es): Beatriz Ferraz Diniz

A racionalidade do trabalho na sociedade unidimensional e a formação do indivíduo integrado: contribuições de Herbert Marcuse (021)

Autor(es): Daviane R.Ribeiro; Juliana de Castro Chaves

Concepções de estudantes de Psicologia sobre a atuação do psicólogo no campo do trabalho (059)

Autor(es): Márcia Hespanhol Bernardo; Paulo Canhetti Bertoni

Significados da deficiência adquirida para policiais militares (172)

Autor(es): Eliza Maura de Castilho Lopes; Lúcia Pereira Leite

9 VIODH [sala 8/bloco 1]

Segregação social, violência e adolescência: possibilidades de enfrentamento (077)

Autor(es): Denise Batista Pereira Jorge

Privação de liberdade e educação: análise do processo de escolarização de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa (015)

Autor(es): Fernanda Lustosa Almeida; Déborá Cristina Fonseca

A construção de masculinidades por adolescentes em conflito com a lei e suas interfaces com a violência (205)

Autor(es): Caio Andréo Silva; Leonardo Lemos de Souza

10h30 - 12h00

SESSÕES COORDENADAS DE COMUNICAÇÕES ORAIS

10 EDU [sala 12/bloco 2]

A saúde do professor da educação básica (011)

Autor(es): Luciete Valota Fernandes

A relação singular-particular-universal no processo de atribuição de sentido pessoal à atividade de estudo (128)

Autor(es): Flávia da Silva Ferreira Abahr

Cooperação... competição – relato de uma experiência de utilização do facebook como ferramenta didática (190)

Autor(es): Jéssica Rodrigues Rosa; Newton Key Hokama

A universidade ao lado da escola pública em 2012: intervenção, pesquisa e compromisso com a transformação social (090)

Autor(es): Antonio Carlos Barbosa da Silva; Marina Coimbra Casadei Barbosa da Silva; Luciana Ferrari Gouvea

11 POLPU [sala 14/bloco 2]

Crianças e adolescentes afastadas de suas famílias de origem: um estudo de caso (133)

Autor(es): Vinicius Furlan; Telma Regina de Paula Souza

“País rico é país com nova classe média”: apontamentos críticos sobre o modelo neodesenvolvimentista de enfrentamento da pobreza (058)

Autor(es): Vinicius Cesca de Lima

Processo de tomada de consciência de estudantes ProUnistas: psicologia no ensino superior (134)

Autor(es): Flávia de M. Ribeiro; Raquel S.L. Guzzo

A Psicologia no campo da política pública de Assistência Social (038)

Autor(es): Sílvio José Benelli

12 REFL [sala 2/bloco 1]

A participação de crianças na pesquisa brasileira: ausências, usos e abusos de suas vozes (026)

Autor(es): Renata Lopes Costa Prado

A medicalização do social: alguns apontamentos sobre a psiquiatria e a infância (029)

Autor(es): Murilo Galvão Amâncio Cruz; Hélio Rebello Cardoso Jr

A Psicologia Social e Comunitária e suas potencialidades no processo de territorialização e implementação de um grupo de adolescentes numa unidade de saúde da família (184)

Autor(es): Anne Kariny Lemos Rocha; Juliana Magalhães do Prado; Tiago Rocha Pinto

A atenção primária à saúde e o ensino: tensionamentos nas práticas pedagógicas assistenciais (185)

Autor(es): Tiago Rocha Pinto; Eliana Goldfarb Cyrino

13 REFL [sala 3/bloco 1]

Psicologia Social brasileira: multiplicidade, performatividade e controvérsias (066)

Autor(es): Mariana Prioli Cordeiro; Mary Jane Paris Spink

A imagem da fenomenologia: perspectivas em Psicologia Social (170)

Autor(es): Maíra Mendes Clini; Arley Andriolo

A insistência do estrangeiro: o duplo pertencimento dos ganhadores do Premio da Integração na França (118)

Autor(es): Ana Gebrim

14 SAU [sala 4/bloco 1]

Riso, Saúde e Saberes (079)

Autor(es): Tiago Cassoli; Manoela Maria Valério

Visibilidade da dengue nas vozes de moradores de uma área urbana de risco (158)

Autor(es): Miriam Ross Milani; Maria da Penha de Lima Coutinho; Évelyn Rúbia de Albuquerque Saraiva; Márcio de Lima Coutinho

Crianças com HIV-AIDS: um caso de revelação diagnóstica a partir da literatura infantil (060)

Autor(es): Angelo Antonio Abrantes; Andréa C.M. Durgan

15 VIODH [sala 8/bloco 1]

Discursos sobre torcedores vinculados a atos violentos: estigmatização e ideologia (061)

Autor(es): Felipe Tavares Paes Lopes

Contribuições da Psicologia no enfrentamento da violência contra a mulher: experiências em estágio de formação (107)

Autor(es): Flávia Augusta Bueno da Silva; Viviane Pignini; Pâmela Yuri de Souza Matsushita; Laíze Veroni Caetano Trecenti; Valdeci de Moraes Júnior; Paula Cristina Ferreira

Representações Sociais da violência-bullying no contexto escolar do ensino médio (162)

Autor(es): Ivone de Oliveira Lima; Maria da Penha de Lima Coutinho

Direitos Humanos e união estável homossexual (052)

Autor(es): Graciela Haydée Barbero

13h30 -15h30

MESAS-REDONDAS propostas por núcleos da Regional São Paulo

Núcleo São Paulo

(Anfiteatro C – Bloco 2)

FORMAÇÃO PROFISSIONAL DAS (DOS) PSICÓLOGAS (OS) NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: SAÚDE E VIOLÊNCIA

A formação profissional do psicólogo para atuação nas políticas públicas de saúde: articulações entre Saúde Coletiva e a Psicologia Social e Comunitária - Luis Carlos de Araújo Lima (Doutorando PUC-SP)

A formação dos profissionais de psicologia para atuação em políticas públicas: Em questão da Violência de Estado - Arlindo da Silva Lourenço (SinPsi-SP)

A formação Profissional do Psicólogo para atuação no mundo do trabalho: desafios e possibilidades para uma atuação crítica – Maria das Graças de Lima (Doutoranda PUC-SP)

Núcleo Sorocaba

(Auditório Paulo Rodolfo Leopoldo)

CAMINHOS E OBSTÁCULOS NA CONSTRUÇÃO DE UM MODELO SUBSTITUTIVO DE ATENÇÃO À SAÚDE MENTAL: O CASO DA REGIÃO DE SOROCABA-SP, MAIOR POLO MANICOMIAL BRASILEIRO

Saúde Mental e Rede de Atenção em Sorocaba e Região - Gislayne Cristina Figueiredo (UNIP-Sorocaba)

O Processo de Desinstitucionalização nos Hospitais Psiquiátricos de Sorocaba e Região - Adriana Caldeira de Oliveira (UFSCar-Sorocaba) **Políticas Públicas para Pessoas que Sofrem com o Abuso de Álcool e Outras Drogas em Sorocaba: tratamento ou exclusão?** - Sérgio Augusto Garcia Jr (mestrando-PUC-SP)

Núcleo Vale do Paraíba

(Anfiteatro A – Bloco 1)

APONTAMENTOS SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE AUTONOMIA, EDUCAÇÃO, CULTURA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Política Publica Educacional: análise crítica da realidade brasileira - Cecília Pescatore Alves (PUC-SP)

Apontamentos acerca das relações entre cultura e formação humana - Régis de Toledo Souza (Unitau)

Autonomia e dependência na relação entre estudantes com deficiência visual e seus ledores - Maria Cristina Danham Simões (doutoranda PUC-SP)

16h00 - 17h30

SESSÕES COORDENADAS DE COMUNICAÇÕES ORAIS

16 EDU [sala 11/bloco 2]

Estudantes com deficiência visual e os profissionais ledores: experiência formativa no Ensino Superior e a possibilidade de autonomia (044)

Autor(es): Maria Cristina Danham Simões

A diversidade na escola: tecendo reflexões sobre a inclusão escolar (113)

Autor(es): Polianne Delmondez; Juliana Crespo Lopes

A atuação do psicólogo frente ao processo de medicalização da infância e seu (des)compromisso com a educação (186)

Autor(es): Caio Cesar Portella Santos; Caroline Cusinato

Psicologia e Educação: dos limites às possibilidades (041)

Autor(es): Luiza Maria de Souza Nabarrete; Talita Meireles Flores

17 FOPRO [sala 12/bloco 2]

Atuação do psicólogo no Conselho Tutelar: reflexões sobre uma experiência de estágio (050)

Autor(es): Pâmela Yuri de Souza Matsushita; Flávia Augusta Bueno da Silva, Camila Cristini Marcelino do Santos

Medidas socioeducativas em meio aberto e Psicologia: reflexões sobre práticas em estágio profissional (051)

Autor(es): Flávia Augusta Bueno da Silva; Pâmela Yuri de Souza Matsushita; Alexander Rodrigues Cardoso; Camila Ferreira Sartori

Reflexões sobre formação e encontros disciplinares na Defensoria Pública de São Paulo (147)

Autor(es): Renata Ghisleni de Oliveira; Maria Cristina Gonçalves Vicentin

Formação em Políticas de Atendimento à criança e ao adolescente: a visão dos participantes (119)

Autor(es): Débora C. Campos; Débora Cristina Fonseca; Aline J. Araújo; Clara M. Barros

Greve geral na PUC São Paulo: possibilidades e potencialidades – uma discussão sobre a greve enquanto ferramenta de mobilização da comunidade acadêmica e sua repercussão (221)

Autor(es): Lívia Gomes dos Santos; Diane Portugeuis; Thiago Sant Anna Pereira; Vanessa Clementino Furtado

18 COMUM [sala 14/bl 2]

Contribuições da Psicologia Social Comunitária a atividades sócioeducativas em um Centro de Juventude (194)

Autor(es): Andrielly Darcanchy; Bernardo Svartman; Felipe Oliveira

“Superar é a lei de nossa raça!” Constituição de identidade e potencial de transformação social em jovens negros do Subúrbio de Salvador (096)

Autor(es): Eliana Ferreira dos Santos

Viver em área de risco: um estudo sobre estratégias coletivas na ótica de adolescentes protagonistas (182)

Autor(es): Roberth Miniguine Tavanti

A resignificação da sucata nas comunidades em risco social de São João del-Rei: trabalhando o lúdico e a consciência ambiental (174)

Autor(es): Jucielly Fernanda Silva; Júlia Cabral Mazini; Maria de Fátima Aranha de Queiroz e Melo

19 REFL [sala 15/bloco 2]

Psicologia Social da Imagem na perspectiva da iconologia crítica (036)

Autor(es): Arley Andriolo

Ostras descartadas: implicações das fragilidades relacionais que podem levar indivíduos graduados à mendicância (138)

Autor(es): Maria Luiza Sheeffler Zwarg

20 REFL [sala 2/bloco 1]

A consciência na atividade pedagógica: contribuições da teoria Histórico-Cultural (110)

Autor(es): Maria Eliza Mattosinho Bernardes

Inconsciente em Vigotski (072)

Autor(es): Lívia Gomes dos Santos; Bader Sawaia

História social do pequeno grupo: alguns apontamentos (106)

Autor(es): Marcelo Dalla Vecchia

Usos do medo como uma forma de controle social (181)

Autor(es): Henrique Meira Castro

21 SAU [sala 3/bloco 1]

Atuação do psicólogo nas Ações de saúde no Trabalho na Universidade Estadual Paulista – UNESP (103)

Autor(es): Cátia Cristina Xavier Mazon; Marcos Ricardo Datti Micheletto; Mariana Vasconcellos Silva Nastri; Maria Luiza Gava Schmidt; Vanessa Gimenez Ferreira

Qualidade de vida em Instituições de Longa Permanência para Idosos: considerações a partir de um modelo alternativo de assistência (141)

Autor(es): Gleicimara Araujo Queiroz; Marcos Vieira Silva

Psicologia e Sistema Único de Saúde: reflexões a partir da produção científica da área (161)

Autor(es): Andrea C. Lovatto Ribeiro; Alcindo A. Ferla

Modelos tecnológicos e Assistenciais de Atenção Primária em Saúde: uma revisão da literatura da área (209)

Autor(es): Lilian Magda de Macedo; Sueli Terezinha Ferreira Martins

22 SAU [sala 4/bloco 1]

Representações Sociais da Depressão elaboradas por adolescentes (098)

Autor(es): Henriett Marques Montanha; Maria da Penha de Lima Coutinho

Fatores de risco para depressão gestacional de mulheres usuárias do Sistema Único de Saúde – SUS (177)

Autor(es): Rafaela de Almeida Schiavo; João Gabriel Bertucci Lima; Gimol Benzaquen Perosa

(Re)construindo um “grupo de depressão” como grupo de apoio psicossocial (239)

Autor(es): Pedro Junior Rodrigues Coutinho; Renata Bellenzani; Vitor Corrêa Detomini; Vanessa Bonadiman

23 TRAB [sala 7/bloco 1]

O processo grupal como possibilidade para o trabalho coletivo nas equipes de Saúde da Família (217)

Autor(es): Rosimeire A. Manoel Seixas; Sueli Terezinha F. Martins

Entre encontros e ações: uma reflexão sobre trabalho e subjetividade no contexto sócioeducativo (074)

Autor(es): Ruth Tainá Aparecida Piveta

Observação e diário de campo de um psicólogo social num programa de inclusão social pelo trabalho (142)

Autor(es): Frederico Azevedo Alvim Assis; Marília Novais da Mata Machado

Da Orientação Profissional à inserção laboral de usuários de serviços de saúde mental em Empreendimentos Econômicos Solidários (101)

Autor(es): Letícia Gomes da Silva; Ana Lúcia Cortegoso; Isabela A. de Oliveira Lussi

24 VIODH [sala 8/bloco 1]

Psicologia e direito à memória na Comissão da Verdade (112)

Autor(es): Luiz Eduardo França Jardim

Medo e a ditadura civil-militar na vida do cidadão comum (116)

Autor(es): Luiz Eduardo França Jardim

O velho manicomialismo das novas comunidades terapêuticas (008)

Autor(es): Daniele de Andrade Ferrazza; Luiz Carlos da Rocha

18h00 - 21h30

ASSEMBLEIA REGIONAL SÃO PAULO

(Auditório Paulo Rodolfo Leopoldo)

Dia 24/03/2013 (domingo)

8h30 - 12h00

SIMPÓSIO 3

A Práxis da Psicologia Social: para quê e para quem.

Márcia Hespanhol Bernardo (PUC-Campinas)
Sueli Terezinha Ferreira Martins (UNESP Botucatu)

(Auditório Paulo Rodolfo Leopoldo)

Resumos

Mesas-Redondas

Núcleo São Paulo

FORMAÇÃO PROFISSIONAL DAS (DOS) PSICÓLOGAS (OS) POLÍTICAS PÚBLICAS: SAÚDE E VIOLÊNCIA

PARTICIPANTES

ARLINDO DA SILVA LOURENÇO

LUIS CARLOS DE ARAÚJO LIMA

MARIA DAS GRAÇAS DE LIMA

RESUMO DA MESA

O objetivo desta mesa é trazer alguns elementos que tem permeado as reflexões do Núcleo São Paulo, sobre a formação dos psicólogos, sobretudo no que diz respeito à atuação destes profissionais nas políticas públicas. Destacaremos duas áreas: saúde e violência, com reflexões resultantes da atuação profissional dos palestrantes. A inserção dos psicólogos no mercado de trabalho sofreu significativas transformações, desde a regulamentação da profissão em 1962. Entretanto, a sua formação não acompanhou adequadamente estas transformações, de maneira a subsidiar as práticas profissionais. O modelo clínico e as teorias psicologizantes e individualizantes, baseado em pressupostos epistemológicos positivistas, é ainda preponderante na academia. Segundo Sinpk e Matta (2007), a inserção do psicólogo nas políticas públicas de saúde se deu gradualmente a partir da década de 1980, com o projeto das Ações Integradas de Saúde (AIS), implementado pelo governo federal com vistas ao início do processo de desospitalização e de humanização das ações em saúde. A aprovação da constituição cidadã de 1988 e a progressiva implantação do SUS com seus princípios de universalidade, equidade e integralidade, propiciaram condições objetivas para a construção de saberes referenciados em práticas interdisciplinares de assistência e na apropriação das relações entre saúde e doença. Essas experiências, orientadas por uma perspectiva mais crítica das relações sócio-históricas, com ênfase em paradigmas voltados para a promoção da saúde e prevenção de doenças, produziram questionamentos incisivos à formação clínica hegemônica, transmitida nos cursos de formação. Sobre a questão da violência, os desafios para se formar profissionais para atuar criticamente são ainda maiores, pois as políticas públicas de segurança não são pautadas pela defesa dos direitos humanos. Uma psicologia menos crítica e mais positiva, eventualmente, foi conivente com ações higienistas e violentas por parte do estado, culpabilizando o indivíduo. Em São Paulo, assistimos nos últimos meses de 2012, ao assassinato de centenas de pessoas por grupos militares e paramilitares, similar ao que já havia ocorrido em 2006, quando as forças policiais do estado, e grupos marginais organizados que mediam forças, fizeram sucumbir membros dos dois grupos, deixando uma marca de violência, medo e tragédias familiares sem igual até aquele momento. Poucas vezes se levantaram contrárias a essa política de segurança pública equivocada. Em “Sobre a Questão Judaica” (2010), refletindo sobre a questão da segurança no mundo capitalista, Karl Marx já enunciava que “toda a sociedade somente existe para garantir a cada um de seus membros a conservação de sua pessoa, de seus direitos e de sua propriedade” (p. 322). O conceito de segurança pública se encaixaria nesta fórmula. Concluindo, as novas diretrizes curriculares para o curso de formação em psicologia (2004), apesar de indicar que a formação do psicólogo deve ser baseada em princípios e compromissos que aproximam a compreensão do fenômeno psicológico a uma perspectiva psicossocial resultante da complexidade de sua multideterminação, ainda trazem definições oriundas das diretrizes curriculares de 1962, na medida em que ainda propõe que “a atuação do psicólogo seja apoiada na prática do exame,

do diagnóstico, da observação e da análise do comportamento” (Ribeiro e Luzio, 2008, p.214).

Referências

ARENDDT, hannah. *Sobre a Violência*. Tradução e ensaio crítico de André Duarte. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

BRAGA CAMPOS, F.C.; GUARIDO, E.L. O psicólogo no SUS: suas práticas e as necessidades de quem o procura. In SPINK, M.J.P. (org.) *A Psicologia em Diálogo com o SUS: prática profissional e produção acadêmica*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

CAMPOS, G.W.S. Reforma Política e Reforma Sanitária: a sustentabilidade do SUS em questão? In: *Ciência e Saúde Coletiva*, 12 (2):307-317, 2007. Available from

<http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232007000200002&lng=en&nrm=iso>. access on 15 July 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232007000200002>.

COMPARATO, F.K. A nova cidadania. *Lua Nova*. São Paulo. n. 28-29, Apr. 1993. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451993000100005&lng=en&nrm=iso>. access on 09 Nov. 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451993000100005>.

GONÇALVES, M.G.M. O método de pesquisa materialista histórico e dialético. In A. Abrantes; N. Silva & S. Martins (Org.). *Método Histórico-Social na Psicologia Social*. (p.86-104). Petrópolis. RJ: Vozes, 2005.

LANE, S.T.M. *Consciência/Alienação: a ideologia no nível individual*. In LANE, STM, CODO, W. *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1984.

MACEDO, R.M. *Psicologia e Instituição: novas formas de atendimento*. São Paulo: Cortez, 1984.

MARX, Karl. *Sobre a Questão Judaica*. Apresentação e posfácio: Daniel Bensaïd; tradução de Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010.

PAIN, J. S; ALMEIDA, F. N. *Saúde Coletiva: Uma nova saúde pública ou um campo aberto a novos paradigmas?* In. *Saúde Pública*, 32 (4): 299–316, 1998.

RIBEIRO, L. R; LUZIO, C.A. As diretrizes curriculares e a formação do Psicólogo para a Saúde Mental. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, MG, v.14, nº2, p.203- 220, 2008.

Palavras-Chave: Formação Profissional; Políticas Públicas; Saude e Violência.

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO PARA ATUAÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE: ARTICULAÇÕES ENTRE SAÚDE COLETIVA E A PSICOLOGIA SOCIAL E COMUNITÁRIA. LUIS CARLOS DE ARAÚJO LIMA

Desde a regulamentação da profissão de psicólogo pela lei 4.119 de 1962, a inserção deste profissional no mercado de trabalho sofreu significativas transformações. Tida inicialmente como uma profissão liberal marcada principalmente por uma atuação privada e influenciada pelo modelo médico, a inserção do psicólogo nas políticas públicas de saúde se deu gradualmente a partir da década de 80 com o projeto das AIS (Ações Integradas de Saúde) realizado pelo governo federal com vistas ao início do processo de desospitalização e de humanização das ações em saúde (Spink e Matta, 2007, p.38). A aprovação da constituição cidadã de 1988 e a progressiva implantação do SUS com seus princípios de universalidade, equidade e integralidade, propiciaram condições objetivas para a construção de saberes e práticas interdisciplinares na apropriação das relações entre saúde e doença. Sendo que o conceito de saúde não é mais entendido como ausência de doença, e sim pela integralidade da assistência priorizando ações voltadas para a prevenção de doenças e promoção de saúde.

A concepção de cidadania como participação da população na construção do Estado democrático de direito e, conseqüentemente, das políticas públicas, e o enfoque ampliado de saúde favorecido pelo SUS são de fundamental importância para a compreensão das transformações no modelo sanitário e para os avanços na política de saúde mental que culminaram com a aprovação da Lei 10.216/2001 da Reforma Psiquiátrica brasileira (Comparato, 1993; Daganino, 2004; Pereira F. e Onocko Campos, 2005). A ampliação da inserção profissional dos psicólogos nas políticas públicas de saúde e a implementação do SUS e da Reforma Psiquiátrica em um momento posterior intensificaram os questionamentos sobre os pressupostos positivista e liberal, preponderantes na formação profissional do psicólogo desde a regulamentação da profissão pela lei 4.119. Estes questionamentos culminaram no intenso debate entre diversos atores institucionais, e deram origem às

diretrizes curriculares de 2004 que, em seu artigo 3º indica que a formação do psicólogo deve ser baseada em princípios e compromissos que aproximam a compreensão do fenômeno psicológico a uma perspectiva psicossocial resultante da complexidade de sua multideterminação. É importante salientar que esta compreensão do fenômeno psicológico favorece a organização de uma proposta curricular profissional que aproximaria a formação do psicólogo aos princípios do SUS. No entanto apesar de significar um avanço, as novas diretrizes ainda trazem definições oriundas das diretrizes curriculares de 1962, na medida em que ainda propõe que “a atuação do psicólogo seja apoiada na prática do exame, do diagnóstico, da observação e da análise do comportamento”(Ribeiro e Luzio 2008, p.214). A análise crítica das diretrizes curriculares e do seu processo de implantação pelas universidades não é impeditiva da elaboração de propostas que busquem transformações no modelo clínico liberal ainda predominante de formação do psicólogo. Entendemos existir uma consonância entre o conceito de saúde referido às condições de vida proposto pelo SUS e a perspectiva crítica da psicologia social sócio histórica na compreensão dos fenômenos subjetivos determinados pelas condições materiais de existência. A referida consonância também pode ser encontrada ao confrontarmos a concepção de cidadania da constituição de 1988, entendida como participação à concepção sócio histórica de um sujeito de que é produto e produtor de sua história. Neste sentido, esta fala objetiva discutir algumas possibilidades de formação do psicólogo para a atuação no SUS apoiadas nas disciplinas de Políticas Públicas, Psicologia Social e Psicologia Comunitária.

Referências

- ARENDDT, hannah. *Sobre a Violência*. Tradução e ensaio crítico de André Duarte. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- BRAGA CAMPOS, F.C.; GUARIDO, E.L. O psicólogo no SUS: suas práticas e as necessidades de quem o procura. In SPINK, M.J.P. (org.) *A Psicologia em Diálogo com o SUS: prática profissional e produção acadêmica*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.
- CAMPOS, G.W.S. Reforma Política e Reforma Sanitária: a sustentabilidade do SUS em questão? In: *Ciência e Saúde Coletiva*, 12 (2):307-317, 2007. Available from <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232007000200002&lng=en&nrm=iso>. access on 15 July 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232007000200002>.
- COMPARATO, F.K. A nova cidadania. *Lua Nova*. São Paulo. n. 28-29, Apr. 1993. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451993000100005&lng=en&nrm=iso>. access on 09 Nov. 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451993000100005>.
- GONÇALVES, M.G.M. O método de pesquisa materialista histórico e dialético. In A. Abrantes; N. Silva & S. Martins (Org.). *Método Histórico-Social na Psicologia Social*. (p.86-104). Petrópolis. RJ: Vozes, 2005.
- LANE, S.T.M. *Consciência/Alienação: a ideologia no nível individual*. In LANE, STM, CODO, W. *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1984.
- MACEDO, R.M. *Psicologia e Instituição: novas formas de atendimento*. São Paulo: Cortez, 1984.
- MARX, Karl. *Sobre a Questão Judaica*. Apresentação e posfácio: Daniel Bensaïd; tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010.
- PAIN, J. S; ALMEIDA, F. N. *Saúde Coletiva: Uma nova saúde pública ou um campo aberto a novos paradigmas?* In. *Saúde Pública*, 32 (4): 299–316, 1998.
- RIBEIRO, L. R; LUZIO, C.A. As diretrizes curriculares e a formação do Psicólogo para a Saúde Mental. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, MG, v.14, nº2, p.203- 220, 2008.

Palavras-Chave: Formação do Psicólogo; Políticas Públicas; Saúde.

A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA PARA ATUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS: EM QUESTÃO DA VIOLÊNCIA DE ESTADO. ARLINDO DA SILVA LOURENÇO

Os desafios para se formar profissionais de psicologia para atuar criticamente nas políticas públicas de segurança, são enormes. As políticas públicas de segurança, fundamentadas em concepções higienistas, atua com violência brutal e irracional, contra qualquer cidadão que de alguma forma venha a “perturbar a ordem estabelecida”. A polícia tem poder de vida e morte sobre qualquer pessoa, e em nome da segurança pública comete atrocidades. Estas políticas

não são pautadas a partir da defesa dos direitos humanos. O exemplo disso foi o que assistimos no Estado de São Paulo, nos últimos meses de 2012, ao que se convencionou chamar “onda de violência”, com o assassinato em massa de centenas de pessoas por grupos militares e paramilitares, similar ao que já havia ocorrido nestas paragens em 2006, quando as forças policiais do estado e grupos marginais organizados medindo suas forças, fizeram sucumbir membros dos dois grupos, deixando uma marca de violência, medo e tragédias familiares sem igual até aquele momento. Se, de um lado, policiais militares e civis, agentes de segurança penitenciária e outros membros das chamadas “forças policiais”, foram assassinados (em 2006 como em 2012), do outro, mais de dois terços dos mortos tombados pela repressão, não tinha quaisquer envolvimento com atos ilícitos ou respondiam a crimes cometidos; na maioria, eram jovens, negros e habitantes das periferias da capital e dos municípios circunvizinhos. A resposta oficial do governador do Estado ao assassinato ocasional de membros das forças policiais era para que, justamente, se intensificasse a ação ostensiva, repressiva e brutal dessas forças, geralmente contra grupos eleitos como perigosos e nocivos: moradores de favelas (que tiveram suas casas invadidas aleatoriamente e sua rotina diária alterada de forma violenta), jovens negros “lombrosianamente” classificados como suspeitos e egressos das cadeias e penitenciárias do estado. Apesar de algumas vezes que se levantaram, contrárias a essa política de segurança pública equivocada, pouco se alterou na “justa medida” proposta pelo mandatário maior do estado, fazendo-nos acreditar que “violência se combate com mais violência”, ou nas palavras de Karl Marx, em “Sobre a Questão Judaica” (2010), que “(...) a segurança é o conceito social supremo da sociedade burguesa, o conceito de política, segundo o qual toda a sociedade somente existe para garantir a cada um de seus membros a conservação de sua pessoa, de seus direitos e de sua propriedade”. Ao longo de sua história uma psicologia menos crítica e mais positiva, em muitos momentos foi conivente com estas ações higienistas e violentas por parte do estado que sempre culpabiliza o indivíduo. Discutir como os processos de formação dos profissionais da psicologia devem privilegiar estudos críticos sobre a formação e o desenvolvimento da violência nas sociedades capitalistas de estruturas sociais mais fragilizadas, capacitando esse profissional para a análise crítica destes fenômenos sociais considerando que multideterminados, tendo em vista uma atuação comprometida com a transformação social, a partir de encaminhamentos de propostas nesse campo das políticas públicas, é o objetivo desta mesa.

Referências

ARENDDT, hannah. *Sobre a Violência*. Tradução e ensaio crítico de André Duarte. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

MARX, Karl. *Sobre a Questão Judaica*. Apresentação e posfácio: Daniel Bensaid; tradução de Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010.

Palavras-Chave: Formação do Psicólogo, Políticas Públicas, Violência.

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO PARA ATUAÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA UMA ATUAÇÃO CRÍTICA. MARIA DAS GRAÇAS DE LIMA

A psicologia se inseriu nas questões do mundo do trabalho a partir da revolução industrial no início do século XX e alinhada aos paradigmas positivistas, em destaque na época, se dedicou a contribuir com o desenvolvimento das formas de produção capitalista. Acompanhando as mudanças do mercado capitalista, abandonou a denominação de “psicologia industrial” e passou a adotar o termo “psicologia organizacional e do trabalho”, no entanto se manteve fiel aos seus pressupostos epistemológicos positivistas e aliada às teorias da administração e da engenharia buscando a adaptação do trabalhador às condições de trabalho impostas pelo capitalismo. Esta forma de inserção da psicologia no mundo do trabalho ainda se mantém hegemônica no processo de formação profissional dos psicólogos. A maioria dos cursos de

graduação em psicologia, no que diz respeito à inserção no mundo do trabalho, privilegia em grande medida a formação de psicólogos para atuação na chamada área de “recursos humanos” ou “psicologia organizacional e do trabalho”. Seguindo as tendências de mercado que propõe uma formação profissional cada vez mais tecnicista em detrimento de uma formação integral e crítica, a área de “recursos humanos” é o canto da sereia da psicologia, na maioria das vezes apresentadas aos estudantes como uma garantia de rápida e segura inserção no mercado de trabalho em detrimento de outras áreas e possibilidades de atuação no mundo do trabalho. A outra perspectiva em que se insere a psicologia no mundo do trabalho, mais recente na história da psicologia, e que tem como objeto os problemas sociais e humanos causados pelo trabalho nos modos de produção capitalista, a partir de uma perspectiva crítica, é ainda pouco valorizada na formação dos profissionais da psicologia. E isto não é por acaso, estas duas perspectivas partem de concepções epistemológicas e práticas que delimitam posicionamentos políticos totalmente opostos da psicologia enquanto ciência e profissão (Sato 2010). Na perspectiva da psicologia social crítica a atuação no mundo do trabalho nos remete ao compromisso com uma práxis transformadora. E talvez um dos nossos maiores desafios seja criar formas de intervenção condizentes com esta perspectiva, como nos aponta Furtado (2010): “*como atuar de forma a reverter a passividade na qual fomos arremessados pela organização social do trabalho, como ajudar na construção de práticas que tenham como objetivo a compreensão das forças sociais que determinam nossas atuais condições de alienação?*” E a este questionamento acrescentamos: Quais os canais de atuação no mundo do trabalho serão possíveis construir no sentido de oferecer subsídios para a criação de políticas públicas que garanta não só os direitos sociais dos trabalhadores, mas também possibilite a construção de novas relações de trabalho? Neste sentido seria possível uma atuação crítica a partir da POT? Uma das possibilidades que se apresenta concretamente hoje são as experiências da economia solidária, que a despeito de suas limitações se constitui como um campo fértil e carece da atuação da psicologia. Enfim ao tentar articular a formação profissional do psicólogo social às políticas públicas e o mundo do trabalho queremos, muito mais apresentar questionamentos e desafios do que certezas, no entanto queremos também apontar para algumas possibilidades de atuação crítica da psicologia no mundo do trabalho. Mas antes de tudo, nossa intenção nesta apresentação é retomar o debate sobre o ensino da psicologia social no processo de formação profissional do psicólogo. Tomando como referencial uma psicologia social crítica e comprometida com as transformações sociais.

Referências

FURTADO, O. & SVARTMANN, B. Trabalho e Alienação. In: Bock, A.M.B. e Gonçalves, M.G.M. (orgs) *A Dimensão Subjetiva da Realidade: uma leitura sócio-histórica*. Cortez: São Paulo, 2009.

FURTADO, O. *Trabalho e Solidariedade*. Cortez: São Paulo, 2011.

SATO, L. Psicologia, saúde e trabalho: distintas construções dos objetos “trabalho” e “organizações”. In: Z. A. Trindade, & Â. N. Andrade. *Psicologia e saúde: um campo em construção*. Casa do Psicólogo: São Paulo, 2003.

Núcleo Campinas

FORMAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS: CONTRADIÇÕES, DESAFIOS E POSSIBILIDADES

PARTICIPANTES

SILVANA CARDOSO BRANDÃO

CAROLINE CRISTIANE DE SOUSA

GUSTAVO HENRIQUE CARRETERO

RESUMO DA MESA

O núcleo de Campinas e região tem uma extensa abrangência territorial, onde se desenvolveu nos últimos dez anos um alto crescimento na criação de cursos de formação de psicólogos assim como de oportunidades de trabalho advindas da implantação de políticas públicas. Diante disso, nos deparamos com alguns desafios: a precariedade na formação em psicologia social nos cursos de graduação, os dilemas nas práticas profissionais e a não apropriação dos conhecimentos dessa realidade. A partir disso, esta mesa tem por objetivo produzir reflexões acerca do pensar e fazer psicológicos tendo em vista as contribuições da Psicologia Social para tal, destacando a formação deste profissional, assim como, a atuação deste no exercício profissional em práticas psicossociais. A formação em psicologia nas universidades brasileiras tem sido direcionada à busca de atender demandas do mercado de trabalho, negligenciado aspectos relacionados à formação política dos futuros profissionais. A formação em psicologia social, recentemente tem sido direcionada ao atendimento da demanda criada pela inserção do psicólogo nos diversos segmentos das políticas públicas. Nesse sentido, a formação do profissional voltada para uma atuação transformadora em um contexto mais amplo, necessita ser construída a partir de uma perspectiva crítica. Pode-se perceber no cotidiano do trabalho nas Políticas Públicas a dificuldade de alguns psicólogos em compreender as propostas e articular sua atuação de acordo com estas. Dessa maneira, o atendimento à população fica direcionado a práticas mais tradicionais no contexto da psicologia, visando à adaptação dos indivíduos à irracionalidade social. Ao mesmo tempo, não se deve pensar que as políticas públicas devam ser isentas de críticas, pois elas, por um lado, propõem a inclusão de segmentos excluídos da população, de outro lado, elas podem levar à adaptação a uma sociedade injusta e desigual.

Referências

- ADORNO, T. W. *Educação e Emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1969/1995.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. Brasília. 2004.
- CRUZ, L. R. E GUARESCHI, N. A Constituição da Assistência Social como Política Pública: Interrogações à Psicologia. In: CRUZ, L. R. E GUARESCHI, N. *Políticas Públicas e Assistência Social: Diálogo com as Práticas Psicológicas*. Petrópolis: Editora Vozes, 2009. P. 13 – 40.
- HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. *Temas Básicos de Sociologia*. São Paulo: Cultrix. 1956/1978.
- MARTIN-BARÓ, I. O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 2, n. 1, jan/jul 1997, P. 7-27.
- SCARPARO, H., & GUARESCHI, N. Psicologia Social Comunitária e Formação Profissional. *Psicologia e Sociedade* [Online], 19(0) out. 26. 2007.
- SOUZA, C. Políticas Públicas: Uma Revisão da Literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez 2006, P. 20 – 45.

Palavras-Chave: Formação; Psicologia Social; Políticas Públicas.

POLÍTICAS PÚBLICAS E FORMAÇÃO DE PSICÓLOGOS. SILVANA CARDOSO BRANDÃO

As políticas públicas vêm se constituindo como espaço educativo para a formação do indivíduo na atual configuração do capitalismo. Estas teriam como função o enquadramento, padronização e defesa da vida por meio de práticas elaboradas pelo Estado, portanto, permeadas de contradições e tensões sociais. A Psicologia ao se inserir em tais espaços provoca a necessidade de reflexão sobre pressupostos epistemológicos e políticos que orientam sua atuação no sentido de produção da autonomia ou heteronomia, emancipação ou alienação, resistência ou adaptação. Os avanços na produção do conhecimento psicológico e crítica às ações tecnicistas e adaptacionistas são notórios no Brasil, principalmente após a década de 80, período marcado por intensas mudanças no cenário político como a Constituição Nacional em 1988; o Sistema Único de Saúde, em 1990; a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, em 1996; o Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990; além do Sistema Único de Assistência Social; das políticas de inclusão; do Estatuto do Idoso, dentre outras tantas políticas sociais. Neste contexto, novos desafios se apresentaram, ou ainda, velhas questões passaram a se manifestar com novas dimensões. Estamos nos referindo

às desigualdades sociais, à violência, às deficiências do sistema escolar, à violação de direitos humanos, enfim, às contradições sociais e históricas presentes no capitalismo. Estes aspectos têm implicações diretas na formação do psicólogo, tanto na construção do conhecimento como no trabalho deste na sociedade. O trabalho do psicólogo na sociedade atual tem ampliado, cada vez mais, sua abrangência nas áreas de intervenção. Se, por um lado, este aspecto pode ser considerado um avanço nas práticas psicológicas, por outro, pode incorrer no risco de considerar práticas transformadoras como aquelas realizadas em espaços inovadores, ou seja, o caráter transformador das práticas psicológicas estaria identificado pelo espaço social no qual estas se desenvolvem e não pelas concepções que as sustentam. Por outro lado, as novas Diretrizes Curriculares para os cursos de Psicologia implicam a necessidade de mudanças na formação acadêmica e configuram oportunidade de implementar modificações curriculares consistentes com a formação de psicólogos melhor preparados a responder às demandas postas por estas políticas públicas. Porém, estas alterações curriculares não são suficientes para garantir um novo Pensar /Fazer psicológicos, pois o caráter adaptacionista e assistencialista pode continuar sustentando as concepções que orientam as disciplinas e estrutura curricular como um todo (Adorno, 1995). Pensar a formação vai além das estruturas curriculares, vai além de formação técnica, deve-se considerar uma formação política comprometida com a transformação social, rompendo a “ordem natural das coisas” que produz sofrimento humano/psíquico. Pensar em uma Psicologia que compreenda o sujeito na tensão indivíduo-sociedade, e não como produto de si mesmo ou produtor de seu próprio sofrimento, uma psicologia que utilize a técnica como meio e não como fim (Horkheimer & Adorno, 1978). Estes apontamentos não são novos, mas ainda se fazem atuais pela tendência anunciada na formação acadêmica e atuação profissional para atender as exigências do mercado. Vale lembrar que uma atuação crítica por parte dos psicólogos só é possível de ser pensada quando se tem no bojo da formação destes a incorporação da crítica à própria psicologia. Crítica esta alcançada através de uma formação filosófica e sociológica consistente, que resista à perpetuação da dominação da consciência.

Referências

ADORNO, T. W. *Educação e Emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1969/1995.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. *Temas Básicos de Sociologia*. São Paulo: Cultrix. 1956/1978.

Palavras-Chave: Formação; Políticas Públicas; Emancipação.

REFLEXÕES SOBRE O COTIDIANO DO PSICÓLOGO SOCIAL: DESAFIOS DA FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PSICOSSOCIAL. CAROLINE CRISTIANE DE SOUSA.

A atuação de psicólogos(as) no contexto das políticas públicas de assistência social vem se consolidando como um importante campo profissional para a psicologia desde a implantação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. As oportunidades de atuação profissional neste contexto tem se ampliado na atualidade em virtude de novas demandas colocadas tanto pela agenda da categoria, quanto pela mobilização de segmentos da sociedade em busca da garantia de direitos. Desta forma, o profissional em psicologia vem conquistando seu espaço nos processos de planejamento, execução e avaliação de políticas públicas. Nesta apresentação, buscamos tecer algumas reflexões acerca dos dilemas no cotidiano das práticas psicossociais, levantando algumas questões relevantes quanto à participação deste profissional em contextos que tradicionalmente não eram caracterizados como área de atuação da psicologia. A inserção neste contexto muitas vezes revela a discrepância entre o despreparo profissional e a necessidade de trabalho no âmbito das políticas públicas. Portanto, considera-se necessário questionar como os cursos de graduação têm preparado esses profissionais e quais as possibilidades de direcionamento para as práticas psicossociais para além da mera reprodução das políticas públicas determinadas pelo Estado. Como afirmam Scarparo e Guareschi (2007), é fundamental que se compreenda a realidade histórica na qual são construídas as diretrizes curriculares e seus desdobramentos para as práticas psicossociais.

Desta forma, salienta-se que a formação em psicologia deve ter como pressuposto básico a articulação do conhecimento produzido na academia com as demandas sociais, a fim de que a atuação profissional seja efetivamente comprometida com a transformação social. Neste sentido, colocamos algumas questões relevantes para a reflexão acerca do cotidiano de trabalho na área social. Um dos aspectos mais importantes é compreensão das políticas públicas de assistência social enquanto direito da população, considerando que a atuação profissional deve ser direcionada para além das práticas assistencialistas, contribuindo para a desnaturalização da violação dos direitos e para a promoção de autonomia. Portanto, a formação do psicólogo social, deve necessariamente, viabilizar o conhecimento crítico e a apropriação das finalidades de cada política pública. A Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004, tem como objetivo o enfrentamento das desigualdades sócio territoriais, a garantia de direitos sociais, promovendo serviços, projetos e programas sócios assistenciais que compreendem a proteção social básica e especial, sendo esta de média ou alta complexidade (Brasil, 2004). A função da proteção social básica, portanto, seria o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. A proteção social especial, por sua vez, é direcionada à “famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social” (PNAS, 2004, p. 22). O Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, a porta de entrada da proteção social Básica e um dos serviços nos quais o psicólogo atua, tem como objetivo o desenvolvimento local e a potencialização do território. Neste contexto, o trabalho do psicólogo deve ser desenvolvido a partir do objetivo de potencializar os recursos da comunidade e articular suas ações com iniciativas já existentes na localidade. Para tanto, o profissional deve ter disponibilidade para construir um vínculo com a comunidade, conhecer as características da localidade em que atua e como esta se articula com o contexto mais amplo. Outra questão relevante é a necessidade de manter o diálogo aberto e articular-se com outros profissionais que compõem as equipes de trabalho, a fim de compreender de forma adequada a lógica do trabalho em rede e identificar os recursos e demandas da rede sócio assistencial do município. As contribuições da psicologia social para as políticas públicas de assistência social constituem-se, portanto, na possibilidade de construir formas de refletir sobre o significado que os serviços, programas e projetos sociais têm para a população, bem como conhecer e participar dos mecanismos de implantação e monitoramento das políticas públicas.

Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. Brasília. 2004.

SCARPARO, H.; GUARESCHI, N. Psicologia Social Comunitária e Formação Profissional. *Psicologia e Sociedade* [Online], 19(0) out. 26. 2007.

Palavras-Chave: Formação; Psicologia Social; Políticas Públicas.

PSICOLOGIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: ENCONTROS E ENCRUZILHADAS DESSE TRAJETO. GUSTAVO HENRIQUE CARRETERO.

Parte da Psicologia Social brasileira, enquanto campo da ciência e prática profissional, produziu e continua produzindo conhecimento voltado para a transformação da realidade nacional. Pode-se destacar o trabalho realizado no campo da Psicologia Comunitária no sentido da conscientização e ação da população sobre as contradições da realidade do país (Martin-Baró, 1997). Tais práticas se alinhavam a um ideal de emancipação e esclarecimento voltado para a diminuição das desigualdades existentes entre os diversos segmentos da sociedade. Nas últimas décadas a atuação do psicólogo em Políticas Públicas tem se tornando um campo privilegiado para o trabalho do psicólogo social. Não se deve pensar que o encontro entre Psicologia Social e Políticas Públicas esteja isento de possibilidade, contradições e dilemas. Dessa maneira, essa comunicação terá por objetivo refletir sobre os possíveis encontros entre Psicologia Social e Políticas Públicas destacando os campos de

tensão e contradição entre eles. Martin-Baró (1997) destaca que o contexto político, social e econômico da América Latina é marcado pela injustiça estrutural na qual o Estado e a sociedade protegem uma minoria privilegiada enquanto grande parte da população se encontra excluída do acesso às benesses sociais provenientes do desenvolvimento da sociedade. Vale destacar que nesse contexto a psicologia social, enquanto ciência parcelar e eivada de contradições, deve assumir um compromisso perante tal contradição, o qual pode ser sintetizado pelo questionamento: A prática profissional deve apontar para redução das desigualdades ou para manutenção destas? Nesse sentido desde redemocratização do Brasil na década de 80 tem se aberto campo para atuação do psicólogo social nas mais diversas políticas públicas destacando-se a Saúde e a Assistência Social. Cruz e Guareschi (2009) destacam que a Política Pública é a resposta do Estado frente às demandas que emergem da sociedade, caracterizando-se como um direito coletivo, ao mesmo tempo, Souza (2006) destaca que tal campo é eivado por contradições devido aos diversos interesses e atores envolvidos em tal processo, lembrando que o poder dos agentes envolvidos nem sempre é o mesmo. Dessa forma, faz-se necessário ao psicólogo social ao se inserir em tal campo possuir formação adequada, assim como a capacidade para se questionar sobre a finalidade de tal atuação. Caso isso não ocorra as práticas psicológicas em Políticas Públicas estarão voltadas para adaptação dos indivíduos à irracionalidade da sociedade (que preserva em sua ideologia a manutenção da desigualdade pautada em diferenças individuais e não também relacionada à contradições sociais), não a transformação social. Para tanto, se faz necessário que ao se inserir no campo das políticas públicas o psicólogo social tenha consciência de: 1. Necessidade de reflexão do seu compromisso social e de como ele aparece em sua prática; 2. Compreensão da finalidade das políticas públicas, gerando um melhor entendimento do próprio papel nesse campo eivado de contradições e 3. Compreensão dos fins da atuação em políticas pública para uma prática que aponte para autonomia e não adaptação do indivíduo. Tais elementos somados constituem-se como fundamentos para a formação e atuação profissional no campo das Políticas Públicas, mas deve-se destacar que a consciência de tais questões não são potentes o suficiente para a transformação da realidade, haja vista, a necessidade de uma práxis transformadora.

Referências

CRUZ, L. R. E GUARESCHI, N. A Constituição da Assistência Social como Política Pública: Interrogações à Psicologia. In: CRUZ, L. R. E GUARESCHI, N. *Políticas Públicas e Assistência Social: Diálogo com as Práticas Psicológicas*. Petrópolis: Editora Vozes, 2009. P. 13 – 40.

MARTIN-BARÓ, I. O Papel do Psicólogo. *Estudos de Psicologia*, Natal, vol 2, nº 1, jan/jul 1997, P. 7-27.

Palavras-Chave: Psicologia Social, Políticas Públicas, Práxis.

Núcleo Grande ABC

A PRÁXIS DA PSICOLOGIA SOCIAL: ALGUMAS REFLEXÕES COM BASE NA TEORIA CRÍTICA

PARTICIPANTES

GIL GONÇALVES JÚNIOR

ISABEL DA SILVA AMARAL

PEDRO FERNANDO DA SILVA

RESUMO DA MESA

O objetivo desta mesa é promover algumas reflexões que permitam verificar se e como a psicologia social pode constituir-se em verdadeira práxis e, assim, contribuir para impulsionar transformações sociais, especialmente no que concerne à elucidação daquilo que impede os

indivíduos de perceberem e superarem a condição de heteronomia a que estão submetidos no capitalismo tardio e, extensivamente, de assumirem a condição de sujeitos dessas transformações. As falas a serem apresentadas pelos seus integrantes, adotando distintos prismas, mas a mesma perspectiva teórica, examinam a eventual atualidade e pertinência das reflexões dos pensadores da primeira geração da Escola de Frankfurt – Adorno, Horkheimer e Marcuse –, acerca do desfavorável modo como os indivíduos são compelidos a se constituir psicologicamente na fase monopolista do capital, notadamente porque, no entender deles, esse modo é um dos fatores que, além de obstruir transformações sociais de cunho progressista, também contribui para a manutenção e o aprofundamento das tendências regressivas que eles identificaram na sociedade burguesa. Para a consecução de tal objetivo, recorre-se ao confronto entre dados empíricos e impressões não sistematizadas relativos a aspectos da educação formal e a dimensões da vida cotidiana implicadas no processo formativo, que são analisados com base em considerações teóricas relativas a aspectos específicos da perversa dinâmica social que promove a crescente afluência material ao mesmo tempo em que, concomitante e paradoxalmente, determina a crescente miséria espiritual, tanto quanto a comentários que buscam articular diferentes momentos das obras desses autores. A primeira fala, partindo de diversas reflexões de Adorno dedicadas ao tema educação contra a barbárie, busca evidenciar que os esforços para prover tal educação podem ser entendidos como uma práxis própria da psicologia social, bem como resultam em reflexões profícuas a respeito da configuração meramente adaptacionista assumida pela educação na atualidade, quando a própria escola tem sido cenário de manifestações de barbárie, como bullying e massacres. A segunda fala identifica e analisa as contradições entre as intenções de educadores, pensadores e dirigentes da área, e o modo como os processos educativos de fato ocorrem. Tomando como ponto de partida o descompasso entre crescimento econômico e desenvolvimento na educação, ou seja, entre os avanços das condições materiais e das condições espirituais, revela a contribuição decisiva da ideologia para que essas contradições se perpetuem, indicando que a elucidação da dimensão psicossocial dessa contribuição deve orientar os esforços de uma psicologia social que possa ser qualificada como práxis. A terceira fala, partindo do conceito de pseudoformação, proposto por Adorno, identifica e analisa iniciativas levadas a efeito em mais de um espaço social que, mesmo tendo por intento resistir à ordem social, findam por reproduzir a barbárie presente na ordem social própria do capitalismo tardio, ou seja, explicita a dificuldade para se alcançar uma práxis efetiva. Recorrendo a entrevistas realizadas com jovens em conflito com a lei, conclui que reconhecer as similitudes entre os protestos desses jovens e aqueles presentes em análises científicas, é um passo necessário para se pensar um conceito de resistência à barbárie que possa converter-se em práxis.

Referências

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. *Dialética do esclarecimento*: fragmentos filosóficos. São Paulo (Trad. Guido Antonio de Almeida). Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. *Temas básicos da sociologia* (Trad. Álvaro Cabral). São Paulo: Cultrix, 1978.

MARCUSE, H. *A ideologia da sociedade industrial*: o homem unidimensional. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

Palavras-Chave: Barbárie; Práxis, Teoria Crítica.

EDUCAÇÃO CONTRA A BARBÁRIE COMO PRÁXIS PRÓPRIA DA PSICOLOGIA SOCIAL. GIL GONÇALVES

Com seus estudos e reflexões, Adorno constatou que o adensamento da sociedade, verificado no capitalismo tardio, resultou na eliminação de instâncias intermediárias entre o indivíduo e o que ele e Horkheimer (1973) nomeiam como heteronomia social e, com base nessa mesma constatação, pôde concluir que as mesmas condições que permitiram a emergência do nazismo mantinham-se presentes na ordem social democrática. Isso porque, nesse tipo de contexto social verifica-se a paulatina extinção dos espaços em que os indivíduos podem experimentar

a condição de seres autônomos e singulares e, nessa medida, o processo de socialização por eles vivido constitui-se em algo que lhes é extremamente doloroso. Como concluiu esse autor, com tal configuração, a própria sociedade assume a condição de agressor, podendo assim acionar nos indivíduos que nela são constituídos como tais, aquele mecanismo de identificação com o agressor descrito por Freud, o qual, por sua vez, os faria propensos a assumir os valores presentes no ideário fascista. O autor, portanto, refere-se às condições objetivas que determinam as condições subjetivas para a sobrevivência do fascismo, ou, dito de outro modo, às condições psicossociais para tanto. Com o objetivo de opor alguma resistência a uma tendência que, no entender dele, se apresentava como inexorável, Adorno, em sua produção intelectual mais tardia, durante a década de 1960, voltou-se quase que exclusivamente à tarefa de pensar como seria possível formar indivíduos capazes de resistir a essa tendência, ou seja, a pensar o que ele recorrentemente denominou como educação contra a barbárie, evitando assim que a humanidade viesse a recair na barbárie. A obra ‘Educação e Emancipação’ (1995), composta por transcrições de registros de participações de Adorno em debates ou de palestras por ele proferidas, consiste em um importante registro dos esforços intelectuais desse autor para pensar a educação contra a barbárie. Em um dos textos dessa obra – ‘Educação após Auschwitz’ – Adorno indica que a finalidade precípua de toda a educação deveria ser evitar a repetição de Auschwitz, episódio histórico que, para dele, já teria sido a recaída na barbárie. Já em outro desses textos – ‘Educação – para quê?’ – ele afirma que, para tanto, é necessário prover uma educação que, por um lado, capacite o indivíduo a adaptar-se ao mundo tal como está organizado e funciona, pois condição para garantir a sua sobrevivência individual, mas, por outro lado, o habilite a resistir a esse mesmo mundo, pois condição necessária à sobrevivência da humanidade. Atualmente, contudo, a educação encontra-se reduzida a procedimentos cuja finalidade exclusiva é garantir que os indivíduos desenvolvam habilidades e competências que lhes permitam adaptar-se plena e eficientemente à ordem social. Por conseguinte, favorecendo a aquisição da eficiência, qualidade que Adorno, no estudo ‘A personalidade autoritária’ (1965), identificou ser uma característica essencial do tipo psicológico que denominou como manipulador, sendo que esse tipo, em momento histórico posterior, evidenciou-se como apropriado para descrever a personalidade dos líderes nazistas, ou seja, daquelas pessoas que não apenas aderiram ao, como também promoveram o pleno ressurgimento da barbárie – isto é, o nazismo –. Tudo isso considerado, o objetivo desta fala é evidenciar que a educação contra a barbárie discutida por Adorno, seja por estabelecer nexos entre a objetividade social e o modo como as pessoas se constituem psiquicamente, seja por sugerir a possibilidade de uma consciência individual capaz de reagir às condições materiais de existência, o que, por sua vez, sugere a subversão da relação entre estrutura e superestrutura, pode ser apropriadamente qualificada como uma práxis própria da psicologia social que, ademais, pode contribuir com reflexões profícuas a respeito da configuração meramente adaptacionista assumida pela educação, notadamente quando a própria escola tem sido cenário de manifestações de barbárie, como bullying e massacres.

Referências

ADORNO, T. W. et al. *La personalidad autoritaria*. Buenos Aires: Editorial Proyección, 1965.

ADORNO, T. W. *Educação e emancipação* (Trad. Wolfgang Leo Maar). São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. *Temas básicos da sociologia* (Trad. Álvaro Cabral). São Paulo: Cultrix, 1978.

Palavras-Chave: Barbárie; Educação; Práxis.

A ESCOLA E A IDEOLOGIA: ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE A EDUCAÇÃO BRASILEIRA. ISABEL DA SILVA AMARAL

Este trabalho tem por finalidade refletir sobre alguns aspectos da educação no Brasil. Algumas questões norteiam essa discussão, são elas: Por que apesar do período de crescimento econômico, não há um equivalente desenvolvimento na educação? A que e a quem o nosso processo educacional vem servindo? Observa-se que entre os discursos sobre a prática educacional, ou mesmo, entre a intenção de educadores, pensadores e dirigentes da área, e a forma como os processos educacionais acontecem, existem muitas contradições. Mesmo com os avanços econômicos amplamente divulgados nos últimos anos, a situação da educação brasileira é bastante frágil; na imensa maioria das nossas cidades e estados o que se observa é o descaso das autoridades e a ausência de um efetivo sistema formativo. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) somente no final dos anos de 1990, o país alcançou a universalização do ensino fundamental, com 96,5% de crianças na escola. Entretanto, se observa que mesmo com a obrigatoriedade do estado em fornecer pelo menos nove anos de educação formal, o tempo de permanência na escola é ainda muito baixo, de aproximadamente 7,1 anos. Isso sem levarmos em conta as diferenças por região e por etnia, no Norte e Nordeste do país ou entre os negros, o tempo de escolarização é ainda menor (PNDA/IBGE, 2009). Mas os problemas com o processo educacional são universais. Para Adorno (1971), a educação tem historicamente servido à manutenção do status quo, essa manipulação acontece, pelo menos, de duas formas distintas, ora a educação é pensada como solução para as problemáticas sociais, ora como uma instituição ineficiente e incapaz de auxiliar no desenvolvimento de um povo. Ao atribuir-lhe o poder de resolução dos problemas socioeconômicos, ou ainda retirar-lhe todo e qualquer efetividade, observa-se uma tendência global de enfraquecimento das suas potencialidades formativas inerentes ao processo educacional. Segundo Tragtenberg (1979), no Brasil, o desenvolvimento capitalista tem efeito direto sobre a educação, esse processo se dá de forma “desigual e combinada”, em que os modos de funcionamento pré-capitalista e as relações capitalistas aliadas dão o tom do nosso desenvolvimento, as desigualdades regulam-se pelas leis de reprodução do capital. Além de verificarmos as nuances ideológica presentes nesse modelo educacional, uma pergunta feita por Moreira Leite (2008) há aproximadamente 35 anos, torna-se cada vez mais pertinente. Para que serve o que ensinamos e o que aprendemos? Segundo Moreira Leite há um distanciamento entre as atividades diárias do indivíduo e as preocupações teóricas apresentadas pela escola. Entretanto ao extremarmos essa discussão corremos o risco de buscarmos uma educação absolutamente utilitária, pragmática; perdendo de vista alguns de seus aspectos fundamentais: o lúdico e a gratuidade do conhecimento. Dubet (1997) indica outras dificuldades do sistema de ensino; tornam-se psicológicas e pessoais, na medida em que as contradições desse modelo não são administradas, nem tão pouco explícitas, levando as pessoas a vivenciarem-nas como se fossem problemas pessoais. A escola precisa ser compreendida como parte do contexto social, os problemas a ela ligados são, na sua imensa maioria, reflexo de uma estrutura maior, que por não dar conta das contradições, as transportam para a escola e dentro dela para o professor, para os pais e finalmente para os alunos, culpabilizando-os pela pobreza, violência, fracasso escolar, em última análise pela incoerência social (Dubet, 1977 e Patto, 1990). Buscar uma escola melhor significa necessariamente um projeto para uma sociedade melhor, significa a verdadeira integração entre os desejos e aspirações de seu povo e as práticas educativas. Para tanto é necessário ainda responder a uma pergunta incômoda: Buscamos uma sociedade melhor para quem? Com quais finalidades? E ainda: Qual nossa disposição para brigar por essa comunidade e consequentemente por essa escola?

Referências

- ADORNO, T. Teoria de la seudocultura. In: HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. *Sociologia*. Madri: Taurus Ediciones, 1971.
- DUBET, F. Quando o sociólogo quer saber o que é ser professor. In *Revista Brasileira de Educação*. Entrevista concedida a PERALVA, A. T & SPOSITO, M. P. ANPED, 2006.

IBGE/PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios). http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/pnad_sintese_2009.pdf, em 14 dez. 2011.

LEITE, D. M. A situação do ensino no Brasil. In. LEITE, D. M. *Psicologia diferencial e estudos em educação*. UNESP, 2008, pp. 239-351.

LEITE, D. M. A educação contemporânea. In. LEITE, D. M. *Psicologia diferencial e estudos em educação*. UNESP, 2008, pp. 379-385.

PATTO, M. S. *A produção do fracasso escolar*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1990.

TRAGTENBERG, M. Educação brasileira: diagnósticos e perspectiva. In RATTNER, H. Org. Brasil 1990. *Caminhos alternativos do desenvolvimento*. Ed. Brasiliense, 1979.

Palavras-Chave: Educação; Emancipação; Ideologia.

APROPRIAÇÃO CULTURAL E RESISTÊNCIA À BARBÁRIE: REFLEXÕES SOBRE A PRÁXIS EM TEMPOS DE PSEUDIFORMAÇÃO. PEDRO FERNANDO DA SILVA

A partir do conceito de pseudoformação (Adorno, 1986), elaborado por Theodor W. Adorno – notável pensador da primeira geração da Escola de Frankfurt –, o objetivo deste trabalho é discutir o quanto a apropriação deficitária da cultura, atualmente propiciada pelas instituições culturais brasileiras, é insuficiente à constituição de uma resistência consistente à barbárie engendrada pela sociedade contemporânea. Na medida em que os indivíduos constituídos nesta ordem social se veem cada vez mais privados das condições subjetivas necessárias para a obtenção de experiências autênticas e para a elaboração conceitual da realidade, suas reações de protesto diante da ordem social opressiva, ainda que necessárias, e, em muitos casos, fundamentadas na justa renúncia da violência difusa propagada pela totalidade social, tendem a empobrecer significativamente. Nesse sentido, as mudanças transcorridas no âmbito da formação cultural devem ser consideradas para a análise da noção de práxis afirmada como modo de enfrentamento da barbárie. Apesar da diluição das noções marxistas clássicas nas inúmeras teorias contemporâneas, muitas das quais nitidamente sincréticas, o conceito de práxis (Adorno, 1995) permanece profícuo para a análise e para a crítica da sociedade capitalista tardia, sobretudo no âmbito das relações sociais e políticas. Para a psicologia social de fundamentação crítica, influenciada pelo pensamento materialista dialético, o entendimento de que o pensamento está necessariamente vinculado à vida objetiva sempre foi fonte de inspiração para um tipo de produção científica que tradicionalmente não se omite diante da realidade opressiva, mas, antes, assume o compromisso histórico da transformação social. Tanto a base materialista do espírito cultural quanto a potencialidade concreta do pensamento constituem dimensões dessa articulação cuja análise é necessária para a confrontação das estruturas sociais opressivas. Entretanto, não obstante a fecundidade possível do pensamento que nasce da constatação do sofrimento socialmente produzido, o frequente adestramento da percepção necessária à formação da consciência crítica e a subsequente acomodação do pensamento à realidade deterioram o processo de elevação do pensamento e da ação à condição de práxis autêntica, de modo que até mesmo manifestações de protesto relativamente articuladas podem se converter em mera reação cega de desespero. Para que o pensamento ou a ação originários, realmente, convertam-se em práxis é necessário que os indivíduos que os experimentam tenham desenvolvidas em si mesmos condições subjetivas como a autonomia e a consciência política, ainda que tolhidas pelas limitações impostas pela realidade objetiva. Em tempos de hegemonia da pseudoformação, a questão da práxis se mostra duplamente relevante: por um lado, pela importância efetiva da elevação do pensamento à crítica cultural, condição necessária para o enfrentamento dos elementos opressivos da ordem social; por outro, pela falsidade inerente a muitas reações cegas de protesto equivocadamente afirmadas como práxis, e, na maioria dos casos, indignas dessa denominação. No que concerne à relação entre apropriação cultural e possibilidades de resistência à barbárie, a carência de formação cultural também se destaca como substância de

algumas formas de reação desesperadas de protesto nitidamente irracionais, que, mesmo contendo em si mesmas importantes elementos de negação da violência social, reproduzem sua potencialidade destrutiva. Para melhor caracterização desta funesta semelhança entre a práxis empobrecida de nossa época, comumente propagada por movimentos políticos limitados a objetivos parciais, geralmente reformistas e desarticulados de uma proposta de transformação da totalidade social, e as reações de protesto francamente irracionais que, em geral, efetuam uma “negação desprovida de resistência” (Horkheimer e Adorno, 1985, p. 212), recorrer-se-á também ao material de entrevistas realizadas com jovens em conflito com a lei, nas quais se enunciam questões como a relação contraditória com as instituições sociais, a apropriação prejudicada da cultura e a necessidade de protesto pelas vias de comunicação e ação possíveis àqueles que são rejeitados pela cultura. Portanto, a falência de instituições sociais como a família e a escola, a exacerbação da necessidade de autoafirmação por meio da via do consumo desenfreado e a necessidade objetiva de recusa a uma ordem social que priva os homens de sua humanidade são condições que se impõem à investigação crítica, bem como à psicologia social que pretende efetuar-la. A resistência à barbárie não é possível senão por meio de um conceito de práxis que leve em conta a existência de indivíduos capazes de realizá-la, não por desespero ou adesão à massa, mas sim por possuírem uma consciência esclarecida. Reconhecer que os protestos inadaptados de nossos jovens infratores têm algo em comum com os protestos alienados de muitas de nossas análises científicas é uma dos primeiros passos para que possamos elaborar um conceito de resistência à barbárie que efetivamente se objetive como práxis.

Referências

ADORNO, T.W. *Teoria de la seudocultura*. In: HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. Sociológica. Madrid: Taurus, 1986. P. 175-199.

ADORNO, T.W. Notas marginais sobre teoria e práxis. In: ADORNO, T. W. *Palavras e sinais: modelos críticos 2*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. p. 202-229.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. p. 254.

Palavras-Chave: Resistência À Barbárie; Pseudoformação; Práxis.

Núcleo Vale do Paraíba

APONTAMENTOS SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE AUTONOMIA, EDUCAÇÃO, CULTURA E POLÍTICAS PÚBLICAS

PARTICIPANTES

CECÍLIA PESCATORE ALVES

RÉGIS DE TOLEDO SOUZA

MARIA CRISTINA DANCHAM SIMÕES

RESUMO DA MESA

Os trabalhos aqui apresentados formam um conjunto de reflexões de pesquisadores que atuaram e atuam em diferentes momentos no vale do Paraíba Paulista e produziram textos sobre temas discutidos na ABRAPSO. O primeiro, objetiva questionar as políticas públicas educacionais e contribuir para a constituição de intervenções que considerem o sujeito a partir da perspectiva sócio-histórica e possibilite a emancipação humana e propõe-se discutir, a partir de revisão de literatura as políticas educacionais que se instalou a partir da década de 20 e que possibilitaram a Escola Pública brasileira. O segundo discute as aproximações e os distanciamentos entre cultura e educação formal. Tem como referência às reflexões os debates realizados no Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas e Práxis Contemporâneas da Universidade

de Taubaté, assim como as orientações de TCC e de pesquisas em cidades do Vale Paraíba Paulista, que são consideradas como redutos de tradição caipira. A reflexão é mediada por teóricos da Teoria Crítica da Sociedade, particularmente as preocupações acerca do conceito de cultura e suas relações com o processo de formação humana. Problematicamos o conceito de cultura e sua apropriação na vida cotidiana. O terceiro compõe as discussões realizadas para a obtenção do título de Mestre em Educação, em que se buscou focalizar a relação entre alunos com deficiência visual e leitores (aqueles que leem), relação pouco explorada nomeio acadêmico-científico e na sociedade. Escolheu-se universitários com o sujeitos de pesquisa, considerando a posição diferenciada em que se encontram na relação com o conhecimento. Por estarem desprovidos do sentido da visão, o que é constantemente solicitado, faz-se necessário frequentemente recorrer aos “vidente” – nome atribuído àqueles que enxergam – para a leitura e audiodiscrição de materiais visuais.

Palavras-Chave: Educação; Cultura; Políticas Públicas.

POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL: ANÁLISE CRÍTICA DA REALIDADE BRASILEIRA. CECÍLIA PESCATORE ALVES

Esta reflexão tem o objetivo de questionar as políticas públicas educacionais e contribuir para a constituição de intervenções que considerem o sujeito a partir da perspectiva sócio-histórica e possibilite a emancipação humana. Desta feita, propõe-se discutir, a partir de revisão de literatura as políticas educacionais que se instalou a partir da década de 20 e que possibilitaram a Escola Pública brasileira, marcada pelo modo capitalista de se pensar a escolaridade. A República proclamada adotou o modelo político americano baseado no sistema presidencialista, se buscava imitar o modelo liberal europeu e norte americano de escola, contudo sem analisar a realidade social brasileira da época. Na organização escolar percebe-se influência da filosofia positivista e princípios orientadores a liberdade e laicidade do ensino, como também a gratuidade da escola primária. Será adensado à esta discussão as diversas reformas de abrangência estadual e federal. Além disso, releva-se a importância da Revolução de 30 que foi o marco referencial para a entrada do Brasil no mundo capitalista de produção. A nova realidade brasileira passou a exigir uma mão-de-obra especializada e para tal era preciso investir na educação. Em 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde. Em 1932 um grupo de educadores lança à nação o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, redigido por Fernando de Azevedo e assinado por outros conceituados educadores da época. Em 1934 a nova Constituição (a segunda da República) dispõe, pela primeira vez, que a educação é direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelos Poderes Públicos. A Pedagogia da Escola Nova traz novas concepções: a preocupação central da escola se volta ao desenvolvimento da criança. Em 1937 refletindo tendências fascistas é outorgada uma nova Constituição que enfatiza o ensino pré-vocacional e profissional. Marca uma distinção entre o trabalho intelectual, para as classes mais favorecidas, e o trabalho manual, enfatizando o ensino profissional para as classes mais desfavorecidas. Em 1942, são reformados alguns ramos do ensino - Leis Orgânicas do Ensino, e são compostas por Decretos-lei que criam o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI e valoriza o ensino profissionalizante. O fim do Estado Novo consubstanciou-se na adoção de uma nova Constituição de cunho liberal e democrático. Esta nova Constituição, na área da Educação, determina a obrigatoriedade de se cumprir o ensino primário, dá competência à União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional, e fez voltar o preceito de que a educação é direito de todos. Em 1946 é regulamentado o Ensino Primário e o Ensino Normal e criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, atendendo as mudanças exigidas pela sociedade após a Revolução de 1930. Em 1961 foi promulgada a Lei 4.024, prevalecendo as reivindicações da Igreja Católica e dos donos de estabelecimentos particulares de ensino no confronto com os que defendiam o monopólio estatal para a oferta da educação aos

brasileiros; em 1953 a educação passa a ser administrada por um Ministério próprio: o Ministério da Educação e Cultura; em 1961 tem início uma campanha de alfabetização - Paulo Freire, propunha alfabetizar em 40 horas adultos analfabetos; em 1962 é criado o Conselho Federal de Educação, que substitui o Conselho Nacional de Educação e os Conselhos Estaduais de Educação e, ainda em 1962 é criado o Plano Nacional de Educação e o Programa Nacional de Alfabetização, pelo Ministério da Educação e Cultura, inspirado no Método Paulo Freire. Em 1964, um golpe militar aborta todas as iniciativas de se revolucionar a educação brasileira, sob o pretexto de que as propostas eram "comunizantes e subversivas. Neste período deu-se a grande expansão das universidades no Brasil. Para erradicar o analfabetismo foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAF que propunha erradicar o analfabetismo no Brasil. Não conseguiu. É no período mais cruel da ditadura militar que é instituída a Lei 5.692, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1971. A característica mais marcante desta Lei era tentar dar a formação educacional um cunho profissionalizante. Assim, as contradições presentes no mundo das idéias, oficialmente aceitas nesta época, e a maneira como conviveram na constituição do pensamento educacional, se refletem nas décadas seguintes, até a atualidade. Paralelo a isso, desenvolveu-se a psicologia diferencial para avaliar as diferenças e implantar uma escola que as levasse em consideração. Enfim, o que propomos é discutir as políticas educacionais que através da história brasileira, tem engendrado uma escola, fruto do capitalismo monopolista e que exerce a função social de manter uma prática seletiva que, discrimina alunos aptos de alunos inaptos, alunos bons de alunos ruins, exclui e culpabiliza-os por seu fracasso, ao invés de ampliar a compreensão crítica da realidade e possibilitar a emancipação humana.

Palavras-Chave: Educação; Política Pública; Políticas Educacionais.

APONTAMENTOS ACERCA DAS RELAÇÕES ENTRE CULTURA E FORMAÇÃO HUMANA. RÉGIS DE TOLEDO SOUZA

Neste texto discutiremos as aproximações e os distanciamentos entre cultura e educação formal. Temos como referência às reflexões os debates realizados no Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas e Práxis Contemporâneas da Universidade de Taubaté, assim como as orientações de TCC e de pesquisas em cidades do Vale Paraíba Paulista, que são consideradas como redutos de tradição caipira. Nossa reflexão é mediada por teóricos da Teoria Crítica da Sociedade, particularmente as preocupações acerca do conceito de cultura e suas relações com o processo de formação humana. Problematizamos o conceito de cultura e sua apropriação na vida cotidiana.

Quanto às relações entre cultura e educação formal, temos constatado que: de um lado a "cultura" que poderia se apresentar como uma das formas de resistência aos processos de dominação social, historicamente foi apropriada pela lógica da instrumentalização, o que poderia nos levar a afirmações de sua total rendição, assim como ocorreu com o processo de educação formal que se voltou cada vez mais à formação para a técnica, objetivada em expressões como: "formar para o trabalho"; "pra que pensar"; "cultura é coisa do passado"; "isso não sustenta"; "temos que pensar no novo, no agora"; "o conteúdo deve atender as necessidades do mercado"; "formamos você para o mercado"; "temos que estar na moda" e "isso é dessa geração, não se preocupe". Estas expressões marcam uma realidade voltada para uma formação específica que traduz tanto uma redução conceitual da realidade quanto a própria realidade. Como isso, cultura e educação são reduzidas a um mesmo valor que se preocupa com a imediatividade da vida cotidiana e com situações de sobrevivência cada vez mais regredidas, apesar do discurso fundar-se na ideia da "vida moderna", "atual" e "descolada". E de outro lado identificamos discursos e posições críticas e autoafirmativas, que se objetivam em debates atuais acerca da cultura como política social pública, nas várias esferas governamentais, com possibilidades de financiamento público e privado, a

participação dos “agentes culturais”, categoria formada e reconhecida a partir das práticas dos chamados mestres da cultura popular, e que hoje pautam discussões antes exclusivas de pesquisadores da cultura popular e até mesmo o reconhecimento de práticas culturais para o desenvolvimento do turismo. As festas populares que outrora traziam a mácula do arcaico e do ultrapassado, hoje fazem parte de reflexões sobre patrimônio material e imaterial da cultura, ocupando outro lugar na busca pelo reconhecimento. Destacamos, que grande parte dos agentes culturais é formada por sujeitos que não passaram pelo processo de educação formal, mas que produziram leituras e práticas muito específicas da realidade, inclusive na apropriação da tecnologia do registro de suas atividades, área antes exclusiva de fotógrafos e jornalistas, também passaram a produzir projetos para a captação de recursos público e privado, o que aponta para a descoberta da possibilidade de autonomia financeira, antes a dependência era do serviço público que na maioria das vezes se utilizava de práticas assistencialistas. Ao mesmo tempo, identificamos que essas discussões passam a tomar espaço no universo educacional, particularmente nos debates sobre as características regionais para e na formação dos indivíduos, por exemplo, a constituição de semanas culturais articuladas às semanas pedagógicas, o fortalecimento de festas populares no interior das escolas, o convite aos agentes culturais para ministrarem palestras e o uso de material produzido por esses agentes no auxílio didático pedagógico.

Entendemos, que os apontamentos acima materializam contradições das formas contemporâneas de práticas educacionais e culturais, que a nosso ver demarcam um campo a ser trabalhado pela psicologia à medida que identificamos ações de sujeitos populares voltadas às formas emancipatórias, com destaque especial ao papel dos agentes culturais na produção de pautas de discussão, mesmo considerando os processos de dominação contemporâneos.

Palavras-Chave: Educação; Cultura; Formação.

AUTONOMIA E DEPENDÊNCIA NA RELAÇÃO ENTRE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL E SEUS LEDORES. MARIA CRISTINA DANCHAM SIMÕES

Este trabalho compõe as discussões realizadas para obtenção do título de Mestre em Educação, em que se buscou focalizar a relação entre alunos com deficiência visual e leitores (aqueles que leem), relação pouco explorada no meio acadêmico-científico e na sociedade. Escolheu-se universitários como sujeitos de pesquisa, considerando a posição diferenciada em que se encontram na relação com o conhecimento. Por estarem desprovidos do sentido da visão, o que é constantemente solicitado, faz-se necessário frequentemente recorrer aos “videntes” – nome atribuído àqueles que enxergam – para a leitura, transcrição e audiodescrição de materiais visuais.

A relação com o conhecimento e com a cultura, nesta sociedade, segundo a Teoria Crítica da Sociedade, acontece de forma indireta em todas as situações, tal como um filtro que se coloca entre o indivíduo e a realidade, condição não reservada apenas às pessoas com algum tipo de deficiência. Mesmo assim, tendo em vista tal condição – historicamente construída e situada – de necessidade de acesso ao conhecimento por parte desses indivíduos com o auxílio dos que enxergam, estudar o que os “videntes” oferecem/permitem/leem àqueles que não podem fazê-lo proporciona a possibilidade de desvelamento de possíveis condições em que os “filtros” venham à tona. Na tentativa de analisar e compreender essa relação, considera-se igualmente a possibilidade de uma reflexão crítica quanto à reprodução de posturas que levem à heteronomia, componente do foco teórico desta pesquisa.

Nesse sentido, objetivou-se compreender a relação existente entre leitores e alunos com deficiência visual no Ensino Superior. Especificamente, verificou-se como o aluno com deficiência visual vivencia o leitor atuando no acesso, percepção e aquisição do conhecimento dentro da sala de aula, bem como analisou-se a possibilidade de formação e autonomia para

os envolvidos nesse processo, admitindo-se que existem subjetividades influenciando e influenciadas de ambas as partes (aluno e leitor). Não se negou o papel do professor e a capacidade de escuta do aluno; contudo, destacou-se a presença de um outro indivíduo na relação com o conhecimento, que pode interferir e influenciar diretamente no que o aluno com deficiência visual acessa da cultura e do conhecimento.

Foram realizadas oito entrevistas semiestruturadas com universitários com deficiência visual total ou parcial, matriculados em diferentes cursos das áreas de Humanas e Exatas. Foram definidas categorias com base nas análises preliminares realizadas e nos elementos emergentes nas entrevistas. O material coletado foi submetido à análise qualitativa de seu conteúdo, construindo-se categorias que condiziam com o objetivo proposto. Tais categorias contemplaram as manifestações sobre a relação dos alunos com deficiência visual e seus leitores no tocante ao conteúdo acadêmico, que é o ponto de partida para o estabelecimento da relação, pois como já mencionado, o leitor tem como função a leitura de tudo aquilo que é visual e que, portanto, não é acessado pelo aluno; ao contato com os professores, elemento presente em sala de aula e necessário ao momento e à transmissão do conteúdo; ao trato com os colegas, presentes no espaço e a todo momento se relacionando com o aluno em questão (e também com o leitor); e, finalmente, ao relacionamento com o próprio leitor.

A partir dos resultados e das análises, considera-se que o leitor pode incorporar à sua função a criação de condições para a consciência dos conteúdos que permitam ao indivíduo fazer a crítica quanto às suas experiências. Isso poderia se dar por conta da proximidade, do tempo de convivência e cotidiano estabelecido. Por outro lado, esses elementos podem, também, constituir uma relação unicamente pautada na heteronomia do indivíduo, tornando a relação aprisionada e aprisionante. De qualquer maneira, existe a possibilidade de resistência, feita cotidianamente, como forma de não sucumbir totalmente à coisificação, o resultado do processo de pseudoformação. E essa possibilidade se dá por meio da autonomia, nunca plena, mas como potencial para experiências formativas que a educação – não restritas a ela – pode propiciar.

Uma questão que merece destaque está mais alinhada à Psicologia e diz respeito às subjetividades – de alunos e leitores – envolvidas na relação que aqui se estudou. Não se pode negar, como colocado desde o princípio, a influência mútua de ambas as partes no cumprimento das tarefas em sala de aula. Ignorar esse fato pode contribuir com a tendência de “mecanizar” ou desumanizar a prática pedagógica, tornando o leitor num mero “recurso”, como a lupa ou o computador. Especialmente a partir do entendimento e consideração da existência de uma subjetividade atuante por parte do profissional, pode-se pensar um modelo ou um ponto de partida para sua qualificação enquanto tal. Essa formação deve ter uma orientação crítica, com o objetivo de contemplar as questões de investimento libidinal envolvidos no processo, e não abrir mão de seu caráter político. Isso quer dizer que, para a educação escolar estar afinada com a formação, ela deve fortalecer o indivíduo ao mesmo tempo em que promova a educação política.

Palavras-Chave: Deficiência visual; Ensino Superior; Teoria Crítica da Sociedade.

Núcleo Sorocaba

CAMINHOS E OBSTÁCULOS NA CONSTRUÇÃO DE UM MODELO SUBSTITUTIVO DE ATENÇÃO À SAÚDE MENTAL: O CASO DA REGIÃO DE SOROCABA-SP, MAIOR PÓLO MANICOMIAL BRASILEIRO

PARTICIPANTES

GISLAYNE CRISTINA FIGUEIREDO

*ADRIANA CALDEIRA DE OLIVEIRA
SÉRGIO AUGUSTO GARCIA JR
COORDENADOR: MARCOS ROBERTO VIEIRA GARCIA*

RESUMO DA MESA

A presente Mesa busca promover uma reflexão sobre as dificuldades de implementação da reforma psiquiátrica brasileira a partir do enfoque de uma região específica, a de Sorocaba-SP, que concentra atualmente o maior número de leitos psiquiátricos em manicômios do Brasil. As apresentações analisam tanto o processo em andamento de “desmonte” dos manicômios quanto o estabelecimento da rede substitutiva e o desafio de construção desta rede em um momento de retrocesso no campo do álcool e outras drogas. Os percalços nestes processos apontam para a presença de uma lógica manicomial que paradoxalmente muitas vezes permanece orientando a construção de um novo modelo, tornando-o ineficiente naquilo que se propõe. Tal fato mostra a necessidade de atenção permanente para a construção de modelos de fato substitutivos, que rompam com a lógica de segregação e a importância dos movimentos sociais estarem plenamente atuantes durante este processo de construção.

SAÚDE MENTAL E REDE SUBSTITUTIVA. GISLAYNE CRISTINA FIGUEIREDO-VASQUEZ

Desde os anos 70, o debate sobre as formas de atenção ao portador de transtorno psíquico tem agitado o cenário da saúde mental no Brasil, gerando um movimento de transformação que ficou conhecido como Reforma Psiquiátrica (TENÓRIO, 2002). Tal movimento propõe a mudança da atenção dispensada aos usuários, da ainda majoritária no país, constituída por um modelo asilar, segregacionista e ineficaz, muito criticado por ferir os direitos humanos daqueles a quem deveria cuidar, para uma nova forma de atenção, que visa a atender as necessidades de saúde dos indivíduos inseridos em seu meio social, preconizando um reordenamento da rede (AMARANTE, 2007; BRASIL, 2007). Assim, um dos fatores essenciais para o sucesso da chamada Reforma psiquiátrica é a existência de uma rede de serviços substitutiva, que possa atender o portador de sofrimento psíquico grave em suas necessidades, junto à comunidade, de forma digna e efetiva (AMARANTE, 2007; ONOCKO-CAMPOS; FURTADO, 2006). O objetivo deste trabalho foi conhecer a rede de atenção em saúde mental ao portador de sofrimento psíquico, incluindo os serviços voltados para o usuário de álcool e drogas, nas três regiões de saúde que atualmente compõem a DRS XVI (Sorocaba). Para isso, foi feito um levantamento junto ao CNES. No caso das Comunidades Terapêuticas, que são considerados equipamentos sociais com interesse em saúde, não sendo necessariamente registradas junto ao Ministério da Saúde, o levantamento também foi feito junto a *sites* de associações que as congregam, como a FEBRACT. Técnicos das Secretarias Municipais de Saúde também foram consultados, nesses casos os dados presentes no CNES eram inexistentes ou apresentavam inconsistências. A análise dos dados indica que das 48 cidades da região, 19 contam com algum serviço específico voltado para essa clientela, seja na modalidade CAPS, seja do tipo Ambulatório de Saúde Mental. No total, são 16 CAPS I, 7 CAPS II, 3 CAPS AD, 15 ambulatórios de saúde mental, e dois municípios contam com NASF na atenção básica. Algumas cidades contam com mais de um serviço concomitantemente, incluindo CAPS e hospitais psiquiátricos, indicando a presença e manutenção, dentro da rede, de dois modelos de atenção contraditórios entre si e conflitantes. Já muitas pequenas cidades não contam com nenhum profissional de saúde mental em seus quadros. Em nenhuma das três regiões de saúde há um CAPS III em funcionamento, tampouco há leitos psiquiátricos para tratamento em hospitais gerais, sendo utilizada ainda a internação em hospitais psiquiátricos. Assim, na região como um todo, estão registrados 7 hospitais psiquiátricos, divididos em três cidades. Além disso, há 20 Comunidades

Terapêuticas e clínicas privadas voltadas para atendimento em regime de internação para usuários de álcool e drogas, situadas em 14 cidades da região. A ausência ou insuficiência de serviços de atenção em meio aberto, seja para casos de transtornos psíquicos, seja para usuários de álcool e drogas, indica que na região ainda se utiliza a internação como a primeira e única forma de intervenção junto a esta população. Tais dados nos levam a refletir que muitas críticas feitas por setores contrários ao tratamento inserido na comunidade, como por exemplo, de que a desospitalização leva à desassistência ao paciente psiquiátrico, fato que seria evidenciado pela presença desses em situação de abandono nas ruas, deve-se na verdade a uma ausência de políticas de saúde mental pública efetiva e eficaz, que realmente ofereça um tratamento condizente com a dignidade e necessidade desses usuários. Percebe-se a existência de uma rede incompleta e fragmentada, que ainda privilegia serviços contratados, em detrimento dos serviços públicos, o que, em última instância, pode acabar por reforçar o discurso de que o tratamento em meio aberto não funciona ou é insuficiente, servindo assim como meio de “deslegitimação social” (ONOCKO-CAMPOS; FURTADO, 2006, p. 1054) da reforma psiquiátrica em si. Nesse sentido, há ainda um outro fenômeno na região, que merece maiores investigações, que é a presença de serviços que recebem a denominação de CAPS, mas não estão inscritos junto ao Ministério da Saúde, por não atenderem as exigências que os qualificam como esse tipo de serviço, e que são geridos pelos hospitais psiquiátricos e outra entidades de direito privado.

Referências

- AMARANTE, P. Saúde mental e atenção psicossocial. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2007.
- BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde/DAPE. Saúde Mental no SUS: acesso ao tratamento e mudança do modelo de atenção. Ministério da Saúde: Brasília, janeiro de 2007.
- ONOCKO-CAMPOS, R.T.; FURTADO, J. P. Entre a saúde coletiva e a saúde mental: um instrumental metodológico para a avaliação da rede de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) do Sistema Único de Saúde. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, vol. 22 (5), 1053-1062, mai. 2006.
- TENÓRIO, F. A reforma psiquiátrica brasileira, da década de 1980 aos dias atuais: história e conceito. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, vol. 9 (1), 25-59, jan.-abr. 2002.

Palavras-chave: saúde mental; reforma psiquiátrica; rede de atenção.

O PROCESSO DE DESINSTITUCIONALIZAÇÃO NOS HOSPITAIS PSQUIÁTRICOS DE SOROCABA E REGIÃO. *PROFA MS. ADRIANA CALDEIRA DE OLIVEIRA*

Sorocaba e região formam o maior polo manicomial do País com sete hospitais psiquiátricos particulares, com cerca de 2,6 mil pacientes internos. Desde 2011, com a divulgação preliminar de pesquisa feita pelo Prof. Marcos Garcia da UFSCar Sorocaba, que apontava para um número de óbitos bastante elevado nos hospitais em questão, a situação local vem sendo tensionada pelo movimento social da luta antimanicomial, que conta com o FLAMAS (Fórum da Luta Antimanicomial de Sorocaba) com seu representante mais aguerrido. Junto a este movimento uniu-se Secretaria Estadual de Saúde, Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Secretaria Nacional de Direitos Humanos e Ministério da Saúde para implicar a Prefeitura Municipal de Sorocaba a tomar para si a responsabilidade de enfrentar tal situação. Infelizmente após longos oito meses de reuniões a Prefeitura Municipal de Sorocaba interrompe as negociações sem maiores explicações. Novamente o assunto de violação dos direitos humanos dos pacientes psiquiátricos internados nos hospitais de Sorocaba volta a ocupar o cenário nacional em agosto de 2012. Agora com a intervenção do Ministério Público Federal Ministério Público Estadual. A investigação sobre a situação dos hospitais psiquiátricos da região de Sorocaba foi deflagrada após a interdição do Hospital Vera Cruz, consequência de investigação do Ministério Público do Estado de São Paulo que encontrou internos em condições desumanas de assistência. Durante a fiscalização no hospital, foram encontrados pacientes totalmente nus e sem atendimento adequado, circulando pelos corredores e em péssimas condições de saúde e higiene, alguns carentes até mesmo de

tratamento clínico. Para a ação no Hospital Vera Cruz, em Sorocaba, foi necessária uma operação de grande complexidade, articulada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP), junto com o Ministério Público Federal (MPF), Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Secretaria Nacional de Direitos Humanos (SNDH) e Ministério da Saúde. Com a realização de um censo com todos os pacientes do Hospital Vera Cruz (HVC) a fim de buscar conhecimento sobre a situação documental dos pacientes para garantir os direitos básicos de acesso à cidadania. Para tal contou-se com a mobilização de cerca de sessenta profissionais da área de Saúde Mental que estiveram presentes por três dias no HVC. Foram cerca de seis meses para ser elaborado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), que teve por finalidade de fortalecer e consolidar a rede protetiva aos pacientes e garantir tratamento eficaz e humano. O Termo estabelece que, em até três anos, todos os pacientes hoje atendidos pelos sete hospitais psiquiátricos privados – que recebem verba do SUS – serão transferidos para a Rede de Atenção Psicossocial gerida pelo poder público. Esta ação tem seu ineditismo em pelo menos duas áreas bastante relevantes: 1) É o primeiro TAC tripartite na área de saúde mental envolvendo todas as esferas de governo. 2) O MPSP entrou com uma ação civil pública contra o Hospital Vera Cruz pedindo, pela primeira vez no Brasil, indenização por danos morais aos pacientes com transtorno mental do hospital, em razão das graves violações aos seus direitos fundamentais. Buscando atingir inclusive o patrimônio pessoal de cada um de seus sócios para garantir futuras indenizações. Estes acontecimentos nos levam a pelo menos dois grandes desafios atuais para a implantação da lei da reforma psiquiátrica, Lei nº 10216/2001; que temos uma luta contra hegemônica: a Reforma Psiquiátrica e a vitória antimanicomial não está concluída. É necessário abrir espaço ao diálogo para enfrentamento dos problemas da desinstitucionalização, consolidação da Rede de Atenção Psicossocial e construção de projetos de vida e não de medicalização. E ainda, devemos enfrentar o tema da saúde mental na rede de saúde. Há resistências de serviços e profissionais que mantêm um modelo medicalizante e hospitalocêntrico. É necessário lidar com outro tipo de dependência: 30% de usuários da Atenção Básica usam anti-depressivos. As diretrizes e metas para o sucesso na implantação da lei 10216 são: - Fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial, qualificação do cuidado e garantia de acesso aos usuários: cuidar dos aspectos técnicos, éticos e políticos, garantindo a condição do sujeito de direitos; construção de redes implica constituição sistêmica de conexões e diálogos com a sociedade; diminuir o auto-referenciamento dos serviços, que ainda ficam isolados entre si e entre a rede de saúde; abordagens territoriais. - Qualificação da atenção a crianças e adolescentes; fortalecimento da atenção básica; fortalecer e ofertar o melhor possível na rede já existente: emergências (P.S., P.A., SAMU) leitos/enfermarias de psiquiatria em hospital geral; CAPS de todas as modalidades: AD, I, III acompanhamento no território; implantar Consultórios de Rua e Casas de Acolhimento Transitório; desenvolver programas eficazes de trabalho e renda (economia solidária). É necessário que o trabalho possa garantir condições mínimas de moradia; implementar moradias, ampliando a questão para o setor de habitação. Este processo vem sendo desenvolvido com muito embate e se torna urgente a divulgação de seus avanços e retrocessos.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS QUE SOFREM COM O ABUSO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS EM SOROCABA: TRATAMENTO OU EXCLUSÃO? SÉRGIO AUGUSTO GARCIA JR

O presente trabalho tem por objetivo apresentar as políticas para pessoas que sofrem com o abuso de álcool e outras drogas oferecidas pelo poder público, em especial as adotadas pelo município de Sorocaba, interior de São Paulo e trazer dados que possam disparar a discussão sobre a internação compulsória de usuários de crack, assim como dados sobre a rede substitutiva aos hospitais psiquiátricos. O município de Sorocaba ganhou espaço na mídia

nacional e em espaços acadêmicos, após denúncias de violações de Direitos Humanos e de alto número de óbitos no interior dos hospitais psiquiátricos do município e de outros municípios da região. No total a Região de Sorocaba mantém como assistência à Saúde Mental sete hospitais psiquiátricos, quatro no município de Sorocaba e outros três em municípios circunvizinhos (Salto de Pirapora, Piedade). Estes manicômios recebem como assistidos, inclusive, pessoas que sofrem com o abuso de álcool e outras drogas. No final da última década, o tema do uso do crack passou a ocupar lugar crescente nas diversas mídias brasileiras, que deram destaque ao aumento do consumo pela classe média, à existência de *crakolândias* (locais de concentração de usuários e de comércio de crack), ao surgimento do *óxi* (que depois foi comprovado ser uma variante do crack) e à desapropriação de áreas ocupadas no centro de São Paulo e de outras grandes cidades brasileiras. O discurso predominante surgido foi o do crack com uma epidemia, devido ao aumento do consumo (justificado pelo aumento das apreensões), ao seu potencial de vício e de danos à saúde. Este cenário tem justificado a intensificação das ações das políticas sobre drogas nas diversas áreas, como: saúde, educação, segurança pública. Medidas como as internações compulsórias de pessoas que sofram com o abuso desta droga, em locais de tratamento onde a reclusão é considerada terapêutica tem sido cada vez mais alardeadas pela mídia como uma resposta adequada à problematização por ela mesma levantada.. No âmbito da justiça e do governo federal têm-se criado novas possibilidades de tratamento dentro da Saúde Pública com a criação do “Plano Nacional de Enfrentamento ao Crack”. No início de 2012 foi sancionada uma nova portaria, criando uma nova possibilidade de tratamento de pessoas que sofram pelo abuso de álcool e outras drogas, esta portaria do “Plano Nacional de Enfrentamento ao Crack” tem como prerrogativa o custeio público das chamadas Comunidades Terapêuticas, que se caracterizam como espaços de tratamento com características asilares semelhantes aos antigos Manicômios (Hospitais Psiquiátricos). Busca-se promover a partir disso uma reflexão da articulação das “velhas” políticas manicomiais com as “novas”, representadas pelo incentivo ao funcionamento das comunidades terapêuticas, em um região onde ambas convivem simultaneamente, como é o caso da região de Sorocaba.

Sessões Coordenadas

EIXO TEMÁTICO REFLEXÕES TEÓRICAS, EPISTEMOLÓGICAS, METODOLÓGICAS E PRÁTICAS

A ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE E O ENSINO: TENSIONAMENTOS NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS-ASSISTENCIAIS. *Tiago Rocha Pinto* (tiago_rochapinto@yahoo.com.br); *Eliana Goldfarb Cyrino*. (UNESP-Botucatu)

A constituição do Sistema Único de Saúde (SUS) trouxe consigo uma série de aspectos envolvidos na organização do sistema, e por consequência, no modo com que são ofertados os cuidados em saúde. Da mesma forma, as instituições formadoras também foram levadas a rever a maneira com que vinham formando seus alunos na tentativa de se adequar frente a estas novas exigências, o que tem passado diretamente pela articulação das instituições formadoras com os serviços de saúde e, em especial, com a rede de Atenção Primária à Saúde (APS). Buscando apresentar a percepção dos trabalhadores quanto a esse processo, assim como das implicações desta interação para as Unidades de Saúde, o presente estudo busca apresentar alguns apontamentos sobre esta problemática ao analisar alguns dos tensionamentos existentes na relação entre profissionais e alunos diante das práticas pedagógicas-assistenciais. Para tanto, foram entrevistados profissionais de diferentes categorias profissionais, níveis de formação e de diferentes serviços de APS de um município de médio porte do interior do Estado de São Paulo. Foram desenvolvidas entrevistas semi-estruturadas com profissionais de quatro Unidades de Saúde da Família (USF), de duas Unidades Básicas de Saúde tradicionais (UBS) e de dois Centros de Saúde Escola (CSE) que recebem alunos em formação profissional. Em cada um destes equipamentos privilegiou-se a escuta de pelo menos dois profissionais de nível superior (Médicos (as), Enfermeiros (as) e Cirurgiões Dentistas) e de pelo menos um profissional de nível médio (Auxiliares e/ou Técnicos de Enfermagem e Agentes Comunitários de Saúde (ACS), num total de 24 entrevistas. Levamos em consideração para tal delimitação, buscar captar com maior propriedade as idiosincrasias existentes dentre as diferentes categorias profissionais, bem como entre os diferentes serviços de APS, a fim de obter uma compreensão mais ampla do fenômeno em estudo por meio de diferentes perspectivas. Como marco teórico-conceitual foi adotada a abordagem histórico-cultural, através da elaboração de núcleos de significação e de sentido de acordo com o método explicativo de Vigotski (1995, 2001, 2003). Tendo como base a palavra com significado como unidade de análise, deu-se início à formulação dos “núcleos de significação do discurso”. Assim, buscamos temas e questões centrais relatadas pelos indivíduos, entendidas mais enquanto aquelas que geram motivação, emoção e envolvimento do que por sua frequência no relato (AGUIAR, 2001, 2006). A própria construção dos núcleos e o nome atribuído já constituíram um movimento de análise, uma vez que esses agregam e expressam questões intimamente relacionadas e relevantes para a compreensão dos aspectos pesquisados (AGUIAR, 2001, AGUIAR & OZELLA, 2006). Com base na organização dos dados analisados, foram estruturados seis núcleos de significação, bem como a exploração dos diversos sentidos existentes na singularidade dos relatos, que estão abaixo caracterizados como: 1) O cenário de possibilidades de aprendizagem limitado pelo espaço físico das Unidades de Saúde; 2) A construção do SUS ideal condicionado à necessária vivência na APS; 3) O contínuo aprendizado e crescimento profissional proporcionados pela interação com os alunos; 4) O aprendizado na comunidade no presente

como garantia do futuro retorno social; 5) A função pedagógica-assistencial dos Centros de Saúde Escola e a presença dos ACS nas USF como fatores relevantes para o sucesso do ensino na APS e 6) A ampliação da integração, do tempo e do espaço como necessidades para qualificar o ensino na APS. Podemos apontar que os profissionais de saúde concebem de forma positiva a interação e contato com alunos na APS, embora evidenciem que ainda existam aspectos problemáticos a serem superados como a limitação do tempo e do espaço físico das Unidades. Observaram-se inúmeras possibilidades de ganho advindas com esta experiência que superam os seus obstáculos, como a possibilidade de desenvolver maiores ações de promoção e prevenção em saúde, grupos, visitas domiciliares e no aumento da qualificação de profissionais e alunos diante da troca de saberes. Também foi possível constatar que os cenários da APS têm se constituído enquanto campo fundamental e necessário de aprendizagem aos futuros profissionais de saúde para uma formação que leve em consideração e atenda aos preceitos do SUS. Iniciativas de aproximação precoce dos alunos em formação com a APS tem se consolidado como estratégia potente e eficaz para o desenvolvimento de habilidades comunicacionais, de uma escuta mais qualificada, para o aprendizado do trabalho em equipe e de uma concepção ampliada do processo saúde-doença. No mais, se compreende que a adequação das problemáticas apresentadas poderá favorecer ainda mais no fortalecimento e consolidação da APS na formação dos alunos em consonância com os preceitos do SUS e, acima de tudo, em profissionais conhecedores das principais mazelas e comprometidos com as necessidades de saúde da população brasileira.

Referências

- AGUIAR, W.M.J. A pesquisa em psicologia sócio-histórica: contribuições para o debate metodológico. Em: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M.G.M.; FURTADO, O. (Orgs.), **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia** (pp. 129-140). São Paulo: Cortez, 2001, p.129-140.
- AGUIAR, W.M.J.; OZELLA, S. Núcleos de significação como instrumento para apreensão da constituição dos sentidos. **Psicologia: ciência e profissão**. v. 26, n.2, p.222-245, 2006.
- CYRINO, E.G, et al (org). **A universidade na comunidade. Educação médica em transformação**. Botucatu, 2005, 166p.
- FEUERWERKER, L.C.M. Gestão dos processos de mudança na graduação em medicina. In: _____ MARINS et al.(org). **Educação Médica em Transformação. Instrumentos para construção de novas realidades**. São Paulo: ABEM/Hucitec, 2004, p.17-39.
- _____. As identidades do preceptor: assistência, ensino, orientação. In: _____ BRANT, V. (org). **Formação Pedagógica de Preceptores do Ensino em Saúde**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2011, 126p.
- LAMPERT et al. Tendências de mudanças em um grupo de escolas médicas brasileiras. **Rev. Brás. Educ. Méd.** v.33 (Supl 1), p.19-34, 2009.
- MARINS, J.J.N. Os cenários de aprendizagem e o processo do cuidado em saúde. . In _____: MARINS, J.J.N. et al (org). **Educação médica em transformação instrumentos para a construção de novas realidades**. São Paulo: ABEM/Hucitec, 2004. p.97-108.
- VIGOTSKI, L.S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001, 496p.
- _____. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003,191p.
- _____. Historia del desarrollo de las funciones psíquicas superiores. In _____: **Obras escogidas III** (pp. 47-119) Madrid: Visor Dist., 1995.
- Palavras-chave:** Abordagem Histórico-Cultural; Atenção Primária à Saúde; Educação Médica; Ensino na Comunidade; Educação dos Profissionais de Saúde.

A CONSCIÊNCIA NA ATIVIDADE PEDAGÓGICA: CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL. *Maria Eliza Mattosinho Bernardes* (memberna@usp.br). (USP-SP)

O estudo sobre a consciência do professor e dos estudantes na atividade pedagógica leva-nos a refletir sobre a finalidade da educação, dos meios para se atingir tais fins e sob quais condições e circunstâncias torna-se possível a objetivação dos pressupostos pedagógicos no contexto escolar. As reflexões apresentadas neste estudo visam explicitar o conceito de consciência a partir dos fundamentos materialismo histórico dialético, relacionando-a ao conceito de atividade consciente. Essa atividade essencialmente humana é analisada a partir das dimensões cognoscitiva e teleológica (Vázquez, 2007) e relacionada aos princípios da psicologia histórico-cultural. O objetivo deste estudo é apresentar algumas reflexões sobre a relação dialética na constituição da consciência do professor e dos estudantes, sujeitos da atividade pedagógica, como produto das relações humanas vivenciadas, mas especialmente no campo da formação do profissional da educação. No campo da atividade consciente na educação escolar, reportamo-nos à concepção de Vigotski (2001b) que nos orienta no sentido da necessidade de se organizar o ensino para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores. Neste sentido, Toassa (2006, p. 66) resgata que a consciência do professor na educação escolar “surge aplicada ao papel de educar e de dirigir o desenvolvimento da criança, com atenção aos processos psicológicos de aquisição da consciência social”. Concebe-se, portanto, que a consciência dos sujeitos na atividade pedagógica é entendida como sendo socialmente mediada pela produção cultural elaborada historicamente, possível de ser apropriada pelos sujeitos em atividade. Como atividade humana, a educação escolar se objetiva pelas mediações simbólicas promovidas no contexto escolar que determinam a consciência dos sujeitos em atividade. No caso do professor, a sua atividade principal é a atividade de ensino (Moura, 1996) e no caso do estudante, a sua atividade principal é a atividade de estudo (Leontiev, 1983). Entendemos que as atividades de ensino e de estudo, quando integradas dialeticamente pela organização do ensino, constituem a atividade pedagógica (Bernardes, 2009). A partir dessas reflexões, identificamos a relevância da formação da consciência dos sujeitos da atividade pedagógica, assim como pontuamos a necessidade de ações pedagógicas organizadas intencionalmente para que seja possível a objetivação dos produtos da atividade pedagógica. Tendo em vista que a atividade pedagógica é concebida como uma particularidade da atividade prática que cria situações para a transformação da realidade concreta, a consciência é considerada um elemento essencial para que as finalidades da educação sejam objetivadas no contexto escolar. Ao se conceber que a consciência se forma pelas atividades das quais os sujeitos participam, é necessário levar em conta que professores e estudantes necessitam estar integrados a um conjunto de ações que os possibilitem superar as relações espontâneas e reprodutoras das práticas sociais instituídas na sociedade. Verifica-se que a organização do ensino, com bastante frequência, é definida no contexto escolar de forma reiterativa, nem sempre consciente por parte dos professores. Para que a reflexão sobre a prática supere a relação entre a ação pedagógica, a reflexão sobre a ação e a nova organização da ação pedagógica é necessária a mediação de conhecimentos específicos que possibilitem analisar, de forma crítica e criativa, as práticas pedagógicas instituídas, superando-as. A apropriação de conhecimentos sobre a didática, as metodologias de ensino e dos processos de constituição dos sujeitos como ser social é condição mínima necessária para que os professores tenham consciência de sua função social, das possibilidades reais do ensino na formação dos sujeitos, assim como para a transformação da sociedade. No entanto, ainda consideramos que não basta ter consciência das relações teórico-práticas que integram a atividade pedagógica. É necessária a ação sobre a realidade escolar que crie condições para o desenvolvimento das funções psicológicas dos estudantes. Neste movimento de formação, a consciência do professor e dos estudantes é transformada.

Salientamos a relevância da consciência do professor e dos estudantes no processo de objetivação da atividade pedagógica enquanto unidade dialética, mas também queremos deixar explícita a necessidade da ação na realidade escolar que promova a transformação da realidade de forma intencional. Sem um conjunto de ações organizado de forma sistemática e consciente pelos sujeitos da atividade pedagógica a educação escolar, enquanto mediação para a transformação dos sujeitos e da própria realidade social, não se objetiva.

Referências

BERNARDES, M. E. M. Ensino e Aprendizagem como unidade dialética na atividade pedagógica. **Psicologia Escolar e Educacional**, v.13, p. 235-242, 2009.

LEONTIEV, A. N. **Actividad, conciencia, personalidad**. Habana, Cuba: Pueblo y Educación, 1983.

MOURA, M. O. de. A atividade de ensino como unidade formadora. **Bolema**, v. 12 p.29-43, Rio Claro, SP: UNESP, 1996.

TOASSA, G. Conceito de consciência em Vigotski. **Psicol. USP**, vol.17, n.2, p. 59-83, 2006.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1977.

VYGOTSKI, L. S. **Psicologia pedagógica**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Palavras-Chave: Consciência; Atividade Pedagógica; Teoria Histórico-Cultural.

A IMAGEM DA FENOMENOLOGIA: PERSPECTIVAS EM PSICOLOGIA SOCIAL.

Máira Mendes Cline (mairamc@yahoo.com.br); *Arley Andriolo*. (USP-SP)

A psicologia, em suas diversas vertentes e concepções, apresenta-se como campo múltiplo. A psicologia social pretende interromper algumas dicotomias presentes nas abordagens psicológicas tradicionais, entre elas as dicotomias indivíduo *versus* social e subjetividade *versus* objetividade. Alguns autores contemporâneos defendem que a fenomenologia seria uma das vertentes que ajudaria a psicologia social a romper com tais dicotomias, e a construir um campo pautado no intervalo entre o indivíduo e a sociedade (ver Giorgi, 2000 e Langdrige, 2008). A psicologia fenomenológica, baseada na filosofia, principalmente no pensamento de Husserl e Heidegger, faz parte da chamada “terceira força” em psicologia, que se contrapõe às abordagens tradicionais dicotômicas pautadas no positivismo. A fenomenologia nasce na chamada “crise das ciências”, quando Husserl, seu precursor, faz uma crítica contundente aos sistemas de obtenção de conhecimento vigentes na época, entre eles a psicologia. Não era preocupação de Husserl, tampouco dos outros pensadores que vieram de sua linhagem, tais como Heidegger e Merleau-Ponty, prestar contas a uma prática psicológica. Todos esses pensadores situam-se na seara da filosofia, portanto, servem de inspiração para a fenomenologia psicológica, que vem crescendo nos últimos tempos. Autores como Langdrige (2008) afirmam que o interesse pelas abordagens fundamentadas na fenomenologia diz respeito à busca por uma metodologia que ao mesmo tempo leve seus participantes à sério, ou seja, que busque ouvir e compreender, e também seja teoricamente fundamentada e amplamente aplicável. O autor defende, inclusive, que é possível que a fenomenologia na psicologia tenha papel crítico ao questionar os paradigmas sedimentados na psicologia enquanto ciência moderna, que muitas vezes pode estar a serviço da reprodução dos ditames da dominação. Assim, faz-se necessário compreender qual é o lugar da fenomenologia dentro da psicologia social atualmente. Porém, por não ter um campo teórico sedimentado - o que justamente é um dos preceitos fundamentais de tal linha de pensamento-, tampouco um arcabouço de técnicas para a prática psicológica, facilmente a fenomenologia é acusada de ser vaga e imprecisa. É possível perceber, que mesmo dentre os psicólogos que trabalham com orientação fenomenológica, há divergências consideráveis em relação às afiliações a pensadores e modos de conduzir a prática. Esse trabalho tem como objetivo, portanto, colaborar para a fundamentação e consolidação da psicologia fenomenológica como campo de conhecimento dentro da psicologia social. Pretendemos contribuir para uma visão

mais crítica acerca da fenomenologia no campo da psicologia, desmistificando o caráter etéreo e intangível que atinge essa proposta, e colaborando com a construção de uma epistemologia que nos levará a práticas mais coerentes e consistentes. Para alcançar esse objetivo, pretendemos: A) compreender qual a imagem da fenomenologia; B) fazer uma leitura crítica acerca do papel da psicologia na sociedade moderna ocidental; C) conhecer a prática dos profissionais que trabalham com psicologia na abordagem fenomenológica; e D) relacionar com dados da literatura acerca da compreensão do público sobre essa abordagem. A pesquisa será qualitativa, em parte revisão bibliográfica e em parte pesquisa de campo, como detalharemos a seguir. A referência fundamental fenomenológica desse trabalho será a hermenêutica de Martin Heidegger. No primeiro momento da pesquisa, através de revisão bibliográfica, será reconstruído o percurso histórico da psicologia fenomenológica no Brasil. Em seguida, também por meio de levantamento bibliográfico, será delineado o atual estado da arte dessa área de conhecimento, com o intuito de trazer à tona aspectos incongruentes e similares das produções atuais. O trabalho contará ainda com uma parte prática, na qual iremos a campo para entrevistar profissionais que trabalhem com psicologia fenomenológica, de abordagem heideggeriana. Através de entrevistas semi-abertas traremos à tona o modo como se pensa e se pratica fenomenologia na área da psicologia na atualidade. Teremos como critério de escolha profissionais formados em psicologia, que atuem no campo da psicologia, seja ela clínica, hospitalar, organizacional ou institucional. Os depoentes deverão seguir a abordagem fenomenológica heideggeriana como referência profissional. Faremos contato com as principais instituições que trabalham com a abordagem fenomenológica na psicologia, para então escolher os profissionais que serão entrevistados. Por fim, relacionaremos os dados coletados aos estudos teóricos realizados, a fim de elucidarmos qual a condição da psicologia fenomenológica nos dias atuais, e qual sua perspectiva quando inserida dentro do horizonte da psicologia social. Como essa pesquisa é um doutorado em andamento, apresentaremos, no momento atual, a discussão sobre o papel da fenomenologia na psicologia social, apresentando a revisão bibliográfica concluída até o presente momento.

Referências

- GIORGI, A. Psychology as a human science revisited. *Journal of Humanistic Psychology*, Vol. 40 No. 3, Summer. 2000 56-73
- _____. A questão da técnica In: _____. *Ensaio e Conferências*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2008b. p.11-38.
- _____. Construir, Habitar, Pensar. In: _____. *Ensaio e Conferências*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2008c. p.125-141.
- _____. (1938) O tempo da imagem no mundo. In: _____. *Caminhos de Floresta*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998.
- _____. *Seminários de Zollikon*. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.
- _____. (1926) *Ser e Tempo*. Volume I. Rio de Janeiro: Editora Vozes, São Paulo: Universidade São Francisco, 2004.
- LAGDRIEDGE, D. *Social and Personality Psychology Compass* 2/3 (2008): 1126–1142, 10.1111/j.1751-9004.2008.00114.x
- KAHHALE, E.M.P. Fenomenologia: fundamentos epistemológicos e principais conceitos. In: KAHHALE, E.M.P. (org.) *A diversidade da psicologia: uma construção teórica*. São Paulo: Cortez, 2002.
- MOSCOVICI, S. *La Psychanalyse, son image, son public*. Paris: PUF, 1961.
- SODRE, O. Contribuição da fenomenologia hermenêutica para a psicologia social. *Psicol. USP*. 2004, vol.15, n.3, pp. 55-80.

Palavras-Chave: Fenomenologia; Psicologia Social; Imagem.

A INSISTÊNCIA DO ESTRANGEIRO: O DUPLO PERTENCIMENTO DOS GANHADORES DO PREMIO DA INTEGRAÇÃO NA FRANÇA. *Ana Gebrim* (anagebrim@hotmail.com). (Université Paris-Direrot-Paris VII)

O presente resumo refere-se à dissertação de Master Recherche em Sociologia Clínica e Psicossociologia defendida na França no ano de 2012. A motivação inicial da pesquisa partiu da descoberta da existência de um Premio da Integração na França (criado no ano de 2008, pelo então governo de Nicolas Sarkozy). Paradoxalmente inserido em um cenário de medidas restritivas aos direitos dos estrangeiros, o Premio foi criado a fim de recompensar e distinguir, anualmente, as trajetórias de integração consideradas de sucesso de imigrantes na França, através de uma soma em dinheiro de 3000 euros. Se para o governo francês esses premiados representam o modelo nacional de integração, a pesquisa tem como objetivo explicitar “*no mais próximo da vivência dos sujeitos*” (De Gaulejac 2007) como essas trajetórias foram atravessadas por contradições e conflitos ao longo do processo de reconhecimento pelo Premio. Assim, a pesquisa parte da perspectiva tanto da recompensa como dos custos simbólicos vividos nesse processo subjetivo, em uma trajetória construída no exílio em um país estrangeiro, atravessada por conflitos de integração e de adesão a um novo pertencimento. A questão central da pesquisa gira em torno do duplo pertencimento dos ganhadores do Premio da Integração. Estrangeiros de origem, integrados e naturalizados na França, esses ganhadores são todos portadores de um duplo estatuto. Porém, através do processo de reconhecimento pelo dispositivo do Premio, o pertencimento à identidade francesa é supervalorizada em relação ao pertencimento originário, pois a recompensa refere-se à integração aos valores e identidade do país de acolhimento (Todorov 2008). Nesse sentido, podemos nos colocar as seguintes questões: de qual pertencimento eles se reclamam? Como gerar esse duplo pertencimento em um processo de reconhecimento que sobrevaloriza um em relação a outro?. A fim de compreender e colocar em evidência um processo no interior dessa vivência, o presente trabalho foi abordado sobretudo através da pluridisciplinaridade de diferentes ângulos de compreensão para dar conta das esferas psíquicas e sociais (Ciafali; Giust-Desprairies, 2006) que atravessam a realidade da problemática da pesquisa. A metodologia consistiu na realização de diversas etapas exploratórias. As análises de conteúdo e de discurso foram realizadas a partir de entrevistas individuais semi-dirigidas (Giust-Desprairies; Vaisman 2001), realizadas com os ganhadores dos prêmios das últimas edições, em uma perspectiva psicossocial do objeto de estudos. O trabalho de campo nos levou a pensar que a solicitação de adesão à identidade nacional no processo de reconhecimento pelo Premio é inconscientemente vivido pelos ganhadores como uma demanda ao pertencimento francês – ressentido paralelamente como uma ‘desfidelização’ aos pertencimentos originários. O Premio da Integração recompensa o estrangeiro por sua integração na França, mas os resultados da pesquisa, através dos discursos dos sujeitos, mostram que carregar a identidade do “integrado” produz como resposta afetiva um forte sentimento de embaraço para o imigrante. De forma geral, os ganhadores não conseguiam assumir-se como premiados por esse dispositivo. Pois sustentar essa identidade é também responder à solicitação implícita ao pertencimento ao país de acolhimento, feita, além disso, por um dispositivo governamental, representado pelo país colonizador do país de origem. A partir dos discursos dos premiados, pudemos ver que esse processo foi vivido paralelamente como uma desfidelização aos pertencimentos originários. Nesse sentido, uma maneira possível para esses ganhadores entrevistados de “portar” publicamente e assumir o Premio foi através do que nomeamos como o ato de “desembaraçar-se”, quer dizer, atribuindo assim a recompensa a terceiros. Mesmo se tratando de uma recompensa individual, os ganhadores não conseguiam ficar com o Premio para eles. Todavia, pudemos analisar que os destinos dados ao Premio não foram aleatórios, todos tiveram um sentido: a refidelização aos pertencimentos originários. Dito de outra forma, se anteriormente o processo de

reconhecimento através do Premio da Integração foi vivido como uma desfidelização ao pertencimento originário, foi através da refidelização que eles conseguiram assumir publicamente a identidade de ganhador do Premio da Integração na França, reconfigurando assim sua relação ao duplo pertencimento. Um dos exemplos desse processo é Nadine, imigrante marroquina que destina sua soma em dinheiro do Premio na realização de uma grande viagem pelo Golfo Pérsico, conhecendo pela primeira vez a Meca (território islâmico sagrado onde a entrada de não muçulmanos é proibida). Assim, podemos pensar que se em seu processo individual de integração Nadine se viu obrigada a inúmeras renúncias de símbolos religiosos, através do Premio (símbolo máximo de desfidelização) ela busca sua refidelização às origens no lugar da não-integração. Finalmente, podemos pensar que nesse contexto se produz um processo paradoxal na vivência subjetiva dos ganhadores do Premio da Integração. Ao invés de favorecer a integração no país de acolhimento, os destinos dados ao Premio reaproximam ainda mais os premiados de sua origem. Tendo vivido a política idenitária desse dispositivo como um imperativo de ligação e adesão ao país de acolhimento, esse processo de reconhecimento os obriga a reivindicar suas origens, identificando-os ainda mais a elas. É então nos destinos dados ao Premio que podemos ver a presença de algo da ordem de um conteúdo estrangeiro que retorna. Diante do modelo de integração de exigência à aderência aos valores indenitários do país de acolhimento, os premiados insistem em sua estrangeirice, e se afirmam como estrangeiros. Assim, podemos pensar que os desdobramentos do Premio produzem seu inverso: reforçam o conteúdo estrangeiro portado por eles. Vencedores e vencidos, esses ganhadores são portadores de um duplo pertencimento, mas igualmente de um duplo estrangeirismo, pois em ambas as partes são sempre considerados como estrangeiros (Hassoun 1998). Assim, eles pertencem sem pertencer. Nem totalmente de um lado, nem completamente de outro, eles vivenciam a experiência do ‘entre dois’, mas também os sofrimentos de ‘não ser’ em nenhuma das partes (Sayad 1999). Tema de um duplo, na vivência do reconhecimento pelo Premio da Integração, há sempre o estrangeiro que insiste.

Referências

- CIFALI, M ; GIUST-DESPRAIRIES, F., (ORG) (2006), *De la clinique, un engagement pour la formation et la recherche*, Bruxelles, De boeck
- DE GAULEJAC, V., HANIQUE, F., ROCHE, P., (2007) *La sociologie clinique, enjeux théoriques et méthodologiques*, Eres.
- GIUST-DESPRAIRIES, F. et ZYKBERSZTEJN-VAISMAN, L., (2001) *La formation à l’entretien : un paradoxe pédagogique* in *L’entretien dans les sciences sociales*, l’écoute, la parole et le sens, BLANCHET, A., Dunod.
- HASSOUN, J, (1998) *O estrangeiro : um homem distinto* in *O estrangeiro*, KOLTAI, C., (ORG), São Paulo, Ed. Escuta.
- SAYAD, A., (1999) *La double absence*, Seuil, Paris.
- TODOROV, T., (2008) *La Peur des barbares. Au-delà du choc des civilisations*, Robert Laffont, Paris.

Palavras-Chave: Integração; Estrangeiro; Pertencimento.

A MEDICALIZAÇÃO DO SOCIAL: ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE A PSIQUIATRIA E A INFÂNCIA. Murilo Galvão Amancio Cruz (murilogac@gmail.com); Hélio Rebello Cardoso Jr. Universidade Estadual Paulista/UNESP-Assis.

Este trabalho faz parte de uma pesquisa de iniciação científica apoiada pela FAPESP e propõe uma discussão crítica a respeito da excessiva patologização que se assiste hoje em dia de quadros psíquicos da infância. Primeiramente, retomamos Canguilhem (2006), que afirma ser ilegítimo “sustentar que o estado patológico é, real e simplesmente, a variação – para mais ou para menos – do estado fisiológico” (p.73). Assim fosse, incorreríamos em um determinismo

que reduz a qualidade à quantidade, desconsiderando os aspectos subjetivos. Segundo o autor, “o homem é normal na medida em que é normativo”, portanto, “não é a ausência de normalidade que constitui o anormal. Não existe absolutamente vida sem normas de vida, e o estado mórbido é sempre uma certa maneira de viver” (p. 175). Esta “certa maneira de viver” está sendo apropriada pela psiquiatria e transformada em doença. Foucault afirma que “a doença é, em uma dada época e em uma dada sociedade, o que se encontra – prática ou teoricamente – medicalizado” (Foucault, 2011, p. 284). Medicalização é quando questões sociais são “transformadas, por meio de operações discursivas, em problemas de origem e solução no campo médico” (Moysés & Collares, 2010, p. 72). A escola é o locus principal onde a medicalização atua. Pais e professores buscam no saber médico as respostas e soluções para os problemas de comportamento/aprendizagem que as crianças apresentam, sem considerar os déficits institucionais e sociais decorrentes. Desconsideram os processos de subjetivação e considera-se doente um psiquismo em estruturação. Foucault (2008) apresenta os mecanismos disciplinares que as instituições utilizaram, principalmente, no século XX para controlar os corpos que ameaçavam. E Deleuze (1992) teoriza a Sociedade de Controle, onde o controle sobre os corpos se efetua ao ar livre. Vivemos um momento histórico onde coexistem mecanismos das duas sociedades. A questão do normal/patológico quanto à medicalização da infância apresenta um aspecto relevante: é que a escola tornou-se o lugar privilegiado de seleção das crianças passíveis de medicalização de modo que esta instituição está sendo inteiramente penetrada pelo saber médico. Desse modo, percebemos que esta sociedade mista de disciplina e controle utiliza em parte das instituições e age diretamente sobre o corpo e a mente dos indivíduos, de forma mais difusa (Pelbart, 2003). A psiquiatria se apoia no DSM (Manual diagnóstico e estatístico dos transtornos mentais), principal mecanismo de ação da medicalização, que lista critérios diagnósticos dos transtornos, com base em dados quantitativos, que podem ser questionados. Porém, em saúde mental o diagnóstico deve ser cuidadoso, já que não existem testes objetivos para comprová-los. Compartilhamos com Larrosa a necessidade de atentar-se aos processos de subjetivação e produção de verdade que são constituídos historicamente. E que a experiência de si não é “senão o resultado de um complexo processo histórico de fabricação no qual se entrecruzam os discursos que definem a verdade do sujeito, as práticas que regulam seu comportamento e as formas de subjetividade nas quais se constitui sua própria interioridade” (Larrosa, 2002, p.43). OBJETIVOS: Este trabalho objetiva, principalmente, a reflexão acerca da sociedade disciplinar e controle, sobretudo, em relação aos fenômenos da medicalização, para uma discussão crítica do DSM a fim de compreender como ele serve à medicalização nesta sociedade afetando, principalmente, à infância. METODOLOGIA: Este trabalho consiste em uma investigação teórica e crítica, assim, a metodologia fica no âmbito da leitura para exposição crítica do tema. Uma questão metodológica importante é a de que não objetivamos questionar a eficácia dos medicamentos, nem de que há crianças com problemas orgânicos. Pretendemos, isto sim, tomar como referencial teórico as explicitações de Foucault e Deleuze que questionam o estatuto de verdade do saber psiquiátrico para pensarmos a atual banalização dos diagnósticos. RESULTADOS: Os resultados são parciais, porém, notamos, a partir da leitura crítica da bibliografia, que a medicalização é um fenômeno histórico típico do nosso tempo que se intensifica a partir dos mecanismos da sociedade mista de disciplina e controle, consolidando o poder do médico sobre o não patológico. CONCLUSÕES: Concluimos que desconsiderar a narrativa do sujeito que sofre e/ou passa por dificuldades de comportamento, negligenciando seus devires e histórias, para considerá-lo apenas um corpo mecânico, que possui um cérebro máquina, onde, funcional e estruturalmente, estão localizados seus déficits e desequilíbrios químicos, é um erro histórico da dita ciência psiquiátrica e psicológica. Janet (apud Canguilhem, 2006) afirma: “A psicologia é a ciência do homem por inteiro e não é a ciência do cérebro: este é um erro psicológico que fez muito

mal durante muito tempo”. Segundo Poincaré (apud Costa, 2007, p.13) “um fenômeno que admite uma explicação, admitirá também um certo número de outras explicações, tão capazes quanto a primeira de elucidar a natureza do fenômeno em questão”. Assim, não podemos tapar nossos olhos e considerar que a teoria está acabada, tampouco, acreditar se constituir uma verdade absoluta, e assim promovermos uma prática psicológica na contramão da medicalização.”

Referências

- CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. 6ª edição. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2006.
- COSTA, J. F. **História da psiquiatria no Brasil: um corte ideológico**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: DELEUZE, G. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: Nascimento da prisão**. 35ª edição. Petrópolis: Vozes, 2008.
- FOUCAULT, M. Médicos, Juizes e Bruxos no século XVII. In: MOTTA, M. B. (org.). **Arte, Epistemologia, Filosofia e História da Medicina**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, Coleção Ditos & Escritos VII, 2011.
- LARROSA, Jorge. Tecnologias do eu e educação. In: **O sujeito da educação: estudos foucaultianos**. 5ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.
- MOYSÉS, M.A.A. & COLLARES, C.A.L. Dislexia e TDHA: uma análise a partir da ciência médica. In: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA e GRUPO INTERINSTITUCIONAL QUEIXA ESCOLAR (orgs.). **Medicalização de crianças e adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doenças de indivíduos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.
- PELBART, P.P. **Vida Capital: Ensaio de biopolítica**. São Paulo: Iluminuras, 2003.
- Palavras-Chave:** Medicalização; Infância; Foucault.

A PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS NA PESQUISA BRASILEIRA: AUSÊNCIAS, USOS E ABUSOS DE SUAS VOZES. *Renata Lopes Costa Prado* (renata.lopescp@gmail.com). Instituto de Psicologia – USP.

Este trabalho fundamenta-se na pesquisa de doutorado da autora, ainda em desenvolvimento. Tal pesquisa leva em conta que a sociedade ocidental moderna pode ser caracterizada como adultocêntrica, na medida em que estrutura-se em hierarquias etárias, consideradas, por sua vez, um dos eixos constitutivos das desigualdades sociais contemporâneas (ao lado de gênero, raça e classe). Na prática, uma tradução disto tem sido as crianças sendo alijadas de seu direito à voz e à participação, inviabilizando, no plano político, a vigência do princípio do “maior interesse da criança”, tal como proposto pela Convenção Internacional dos Direitos da Criança (1989). A ausência ou abafamento da voz de crianças na produção acadêmica e nas demais práticas sociais, bem como a tentativa contrária de dar-lhe realce, tem sido importante eixo temático dos estudos sociais da infância (CORSARO, 2011; JAMES; PROUT, 1997; QVORTUP, 1994), campo que referencia teoricamente esta pesquisa. Em anos recentes, procedimentos inspirados na etnografia e na pesquisa participante têm proposto, cada vez mais, entender a infância sob a óptica das crianças. No entanto, se, por um lado, o recente crescimento da participação de crianças nas pesquisas pode ser positivamente avaliado, por outro, faz-se necessário investigar como tal participação vem sendo incorporada pela academia. Que recursos teóricos, metodológicos e éticos têm nos apoiado nesse processo? A pesquisa se propõe a apreender o uso que pesquisadores(as) brasileiros(as) da Psicologia, da Educação, da Sociologia e da Antropologia têm feito da fala, ou de outras formas de expressão, de crianças. O referencial metodológico que a orienta é o da hermenêutica de profundidade, tal como proposto por John B. Thompson (2002). Para a análise discursiva da

produção acadêmica, articulam-se a este referencial as técnicas de análise de conteúdo. Optou-se pelos artigos como fonte de informação para a análise do discurso acadêmico, dado o alto grau de controle da comunidade acadêmica e sua adequação ao tempo disponível para a realização da pesquisa associada à busca de diversidade. Levantou-se, então, artigos de tipo relato de pesquisa das áreas de Psicologia, Educação, Antropologia e Sociologia publicados entre 2000 e 2012 e que contaram com a participação de crianças. Para tanto, foram pesquisados todos os periódicos acadêmicos avaliados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) como A1 ou A2 nas áreas investigadas. 91 periódicos foram consultados e identificou-se 85 artigos que atendem aos critérios pré-definidos. Apenas 33% das revistas consultadas publicaram, nos últimos doze anos, pelo menos, um artigo que tratasse de relato de pesquisa com a participação de crianças, de autoria de pesquisadores de uma das quatro áreas investigadas. Entre os 85 artigos, há grande concentração de autoria exclusiva de psicólogos (47 artigos), mas a autoria de pesquisadores de outras áreas também se faz presente. As principais estratégias metodológicas utilizadas pelas pesquisas com crianças relatadas pelos artigos são, em ordem de prevalência, a observação, a análise de dados clínicos, o estudo de caso, a etnografia, as entrevistas, os questionários, o desenho e a fotografia. Como sugere a revisão bibliográfica, a Psicologia parece continuar sendo a área que mais estuda crianças e infância.

Referências

- CORSARO, William A. **Sociologia da Infância**. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- JAMES, Allison; PROUT, Alan (org). **Constructing and reconstructing childhood: contemporary issues in the Sociological study of childhood**. New York: Routledge Falmer, 1997.
- QVORTUP, Jens et al. (org). **Childhood matters: Social Theory, Practice and Politics**. Aldershot: Avebury, 1994.
- THOMPSON, Jonh B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 6ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Convenção Internacional dos Direitos da Criança**. Aprovada em 20 de novembro de 1989. Brasília: Unicef, 1990.
- Palavras-Chave:** Infância; Pesquisa Participante; Produção Acadêmica.

A PSICOLOGIA SOCIAL E COMUNITÁRIA E SUAS POTENCIALIDADES NO PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE UM GRUPO DE ADOLESCENTES NUMA UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA. *Anne Kariny Lemos Rocha*. (kariny_rocha@yahoo.com.br); *Juliana Magalhães do Prado*; *Tiago Rocha Pinto*. (Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel)

Podemos afirmar que a importância do Estágio de Formação Profissional em Psicologia Social e Comunitária se dá a partir das atividades práticas que se destinam a não manutenção de relações que se estabelecem de formas assimétricas, desiguais e injustas. Formar o psicólogo na perspectiva da Psicologia Social e Comunitária e com os pressupostos do Materialismo Histórico e Dialético é, antes de mais nada, favorecer uma intervenção crítica e refletida acerca das mais diversas problemáticas que se apresentam aos equipamentos sociais e de saúde. Possibilitar a compreensão da dinâmica institucional de assistência e identificar suas principais necessidades e demandas, bem como desenvolver habilidades de trabalho em grupo e de proposição de ações que favoreçam o seu desenvolvimento e autonomia. Nesse sentido, se faz necessária a aproximação dos alunos com a comunidade na qual estão inseridos, possibilitando a construção de um maior vínculo no pertencimento comunitário e consequente retorno social. O objetivo principal deste trabalho foi descrever a experiência de um Estágio em Psicologia Social e Comunitária realizado durante um ano, na qual, além dos

estudos teóricos, as discentes, puderam colocar em prática o processo de territorialização em um bairro periférico de um município de pequeno porte do Estado de São Paulo, bem como implementar e mediar um grupo semanal com adolescentes de 12 a 16 anos, em uma Unidade de Saúde da Família (USF) do mesmo bairro. Para tanto, buscou-se num primeiro momento por meio do processo de territorialização a realização de uma série de visitas, entrevistas e reuniões. Foram mapeados e em seguida visitados todos equipamentos sociais, de educação, de saúde e lazer do território de abrangência da USF. Posteriormente foram realizadas entrevistas com profissionais e moradores a fim de se obter um conhecimento mais amplo da história e problemáticas enfrentadas no cotidiano. Com isso, foi estruturada uma proposta de intervenção em grupo direcionada ao público adolescente que foi articulada junto aos profissionais da equipe de saúde e demais equipamentos do bairro. Assim passou-se a realização do processo de grupalização com um grupo de adolescentes em um espaço semanal de escuta e construção da identidade grupal na respectiva USF. Durante o período de desenvolvimento o grupo contou com a participação de cerca 20 adolescentes em encontros abertos e direcionados as temáticas levantadas pelo próprio grupo. O referido bairro possui 27 anos de formação sendo que nele residem aproximadamente 1800 habitantes que em sua maioria trabalham na colheita de laranja e corte de cana. O bairro apresenta necessidade de áreas de lazer, atividades ocupacionais e cursos direcionados principalmente para os adolescentes. Como principais problemas foram identificadas a questão da violência e do tráfico de drogas. Nas diversas incursões das estagiárias pelo bairro, observou-se um grande número de adolescentes ociosos e adolescentes grávidas ou cuidando de seus filhos pequenos. Também ficou evidente o sentimento de fatalismo que se traduz na expectativa de recebimento de auxílios do poder público. Diante das demandas levantadas na territorialização, decidiu-se direcionar as ações para os adolescentes do bairro, com a intenção de realizar um trabalho preventivo frente à falta de opções, desmotivação e preconceito que os mesmos sofrem por estarem inseridos num bairro que apresenta diversos fatores de vulnerabilidade social. A presença das estagiárias de psicologia foi considerada importante por todos os funcionários da USF que avaliaram que o atendimento em grupo deu vazão à grande demanda por atendimento psicológico existente no bairro, promovendo um atendimento rápido e eficaz. Também ficou claro o quanto um atendimento em grupo possibilita um crescimento pessoal a todos os envolvidos visto que há possibilidade interação social e grupalização de problemáticas comuns, que norteiam a busca no seu contexto social, no que se refere principalmente às relações cotidianas e às ações coletivas. O grupo com adolescentes, em particular, possibilitou uma maior imersão das estagiárias frente aos desafios enfrentados pelos jovens da atualidade, favorecendo a abertura de um espaço de diálogo franco e aberto no qual todas as dúvidas e conflitos dos adolescentes podiam ser discutidos. Os temas discutidos foram propostos pelos próprios adolescentes e prevaleceram assuntos como: conflitos familiares; sexualidade; conflitos na escola; drogas e possibilidades para o futuro. Concluímos que estágios como este são de extrema importância tanto para os psicólogos em formação quanto para a comunidade que se beneficia do atendimento. Para os psicólogos a importância principal se constitui na possibilidade de experienciar uma prática profissional diferenciada daquela realizada individualmente nos consultórios e para a comunidade representa uma alternativa a mais, frente às poucas possibilidades de conscientização de sua identidade psicossocial, favorecendo a aquisição de conhecimentos acerca dos diversos aspectos envolvidos em seu processo de saúde-doença, e desenvolvam maiores capacidades no auto-cuidado e na transformação social.

Referências

BRANDÃO, I.R., BOMFIN, Z.A.C.(orgs). **Os jardins da Psicologia Comunitária**. Escritos sobre a trajetória de um modelo teórico-vivencial. Pró-Reitoria de Extensão da UFC/ABRAPSO, 1999. Fortaleza-CE.

VIGOTSKI, L.S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001, 496p.

VIGOTSKI, L.S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003, 191p.

Palavras-Chave: Territorialização; Grupos; Psicologia Social Comunitária.

CENTRO DE CONVIVÊNCIA PARA IDOSOS: LIMITES E POSSIBILIDADES.
Katherine Di Santi Corrêa da Silva (catarinafb@hotmail.com), *Charles José Roque*, *Maria Fernanda dos Santos Gomes*, *Jefferson Bernardino*, *Rossane Michelin Ferrari*; *Silmara do Amaral Tse e Waldez Michel Jorge*. (Centro de Convivência do Idoso “Aconchego” - Botucatu/SP)

Podemos constatar que nas últimas décadas alguns avanços na área da Saúde, estes, entre outros fatores, contribuíram significativamente para o campo do envelhecimento, principalmente no que se refere ao aumento da expectativa de vida das populações. Geralmente, é esperado e almejado que todos vivenciem um processo de envelhecimento com autonomia e independência, no entanto, parte considerável dessa população encontra-se numa condição bastante vulnerável e fragilizada. Percebe-se cada vez mais a necessidade de existirem espaços para cuidado e assistência às pessoas idosas. Nesse sentido, pretende-se aqui, de forma descritiva, expor um breve histórico e trabalho desenvolvido em um Centro de Convivência para Idosos (CCI), localizado no município de Botucatu-SP. O Centro de Convivência do Idoso “Aconchego” é uma ONG, fundada em 19 de junho de 2000, com dois enfoques principais: 1) cuidado ao idoso, possibilitando convivência, interação social e atividades visando manutenção da capacidade funcional; 2) apoio e cuidado aos familiares, possibilitando acolhimento, descanso nos períodos em que os idosos estão na instituição e capacitação para o cuidado por meio de orientações dos profissionais. Nos últimos anos o horário de funcionamento foi ampliado para período integral de segunda à sexta-feira das 8h às 17h. No período da manhã, são realizados grupos e oficinas multiprofissionais voltados ao público acima dos 50 anos, visando à promoção de saúde e prevenção de doenças. No período da tarde são desenvolvidas várias atividades de estimulação física, cognitiva e social para idosos com mais de 60 anos, com algum grau de comprometimento físico ou cognitivo, com o objetivo de manter a capacidade funcional desses nas atividades básicas e instrumentais de vida diária. A equipe multiprofissional é composta por assistente social, fisioterapeutas, psicólogos, terapeuta ocupacional, enfermeiro, fonoaudióloga, cuidadores, auxiliares gerais, coordenação técnica e coordenação administrativa. Contamos também com estagiários de Fisioterapia (Faculdade Marechal Rondon), Serviço Social (UNIFAC), Nutrição (UNESP), bem como diversos voluntários (música, teatro, atividades manuais, artesanato, salão de beleza, etc.). Acerca dos cuidados com os familiares/cuidadores, realizamos reuniões informativas, orientações, acolhimentos e espaços para compartilhar as experiências/dificuldades sobre o ato de cuidar. São realizadas visitas domiciliares para avaliação de perfis de casos novos, cuidados com acamados e orientações familiares sobre adaptações e organização de ambientes. Além dos parceiros já mencionados, buscamos articulação com toda a rede socioassistencial existente no município. Em 2012, o CCI Aconchego realizou mais de 30 mil atendimentos. Pelas manhãs foram realizados: Atendimento de artrite/artrose; Dança Sênior; Oficina da Voz; Oficina da Memória (aproximadamente 1760 atendimentos). Durante as tardes houve frequência média de 25 idosos diariamente (participando de no mínimo duas atividades de estimulação física e/ou cognitiva, recebendo alimentação e demais cuidados); 12 reuniões de famílias; 20 reuniões de cuidadores; 85 triagens; 54 inserções; 570 visitas domiciliares; transporte diário de van para idosos que as famílias não possuem meios para levar/buscar até o Centro. O serviço passou por uma ampliação e atualmente possui 72 idosos inseridos à tarde. Mesmo diante de tantos

números apresentados acima e uma margem considerável de pessoas atendidas, muitas famílias procuram o Centro aumentando a lista de espera constantemente. É muito comum os familiares dos idosos relatarem que antes de ser inserida a pessoa idosa não tinha disposição nem ânimo para se locomover, sair da cama ou de casa e, após algumas semanas/meses demonstra-se mais colaborativo, com melhor interação social e disposto a realizar algumas atividades que anteriormente não realizava. Esses resultados são ratificados em algumas avaliações periódicas realizadas no Centro, demonstram a importância do trabalho e o coloca em muitos casos, como um centro de referência no cuidado a esta população. Faz-se necessária a criação de outros espaços de convivência para idosos com comprometimentos físicos e/ou cognitivos e a melhoria dos outros serviços na atenção à população idosa. Busca-se nas ações uma articulação que potencialize a capacidade do Centro Dia com os recursos das famílias e dos serviços da rede pública, procurando minimizar agravos, gerar qualidade de vida aos idosos e as suas famílias, contribuindo para diminuir consideravelmente os casos de institucionalização. Nesse sentido, acredita-se que o cotidiano de trabalho, a cultura e a história devam ser objeto de análises e reflexões críticas para que possam aprimorar as ações e gerar novas práticas.

Referências

- BRASIL. Ministério da Saúde. **Estatuto do Idoso**. 1ª ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.
- JORDÃO NETTO, A. *Gerontologia básica*. São Paulo: Lemos Editorial, 1997.
- LANE, S. T. M. A Psicologia Social na América Latina: por uma ética do conhecimento. In: CAMPOS, R. H. F. & GUARESCHI, P. A. (Orgs.). **Paradigmas em Psicologia Social: A perspectiva Latino Americana**. 2ª ed. Vozes, 2000; 58-69.
- RAMOS-CERQUEIRA, A. T. A. R., OLIVEIRA, N. I. L. (Orgs.). **Compreendendo e cuidando do idoso: uma abordagem multiprofissional**. Botucatu: Faculdade de Medicina de Botucatu, 2006.

Palavras-Chave: Idoso; Política Pública; Centro de Convivência, Familiares; Cuidadores.

HISTÓRIA SOCIAL DO PEQUENO GRUPO: ALGUNS APONTAMENTOS. *Marcelo Dalla Vecchia*. (Universidade Federal de São João del-Rei/UFSJ-MG)

Introdução: No decurso da experiência de ministrar disciplinas relacionadas com a formação do futuro psicólogo para lidar com grupos, suas mediações e instituições, tenho notado certa dispersão argumentativa presente nos mais diversos referenciais de abordagem dos pequenos grupos. O contexto de formação de uma individualidade burguesa, de certo modo o corolário da existência do pequeno grupo enquanto entidade social discernível, enfatiza a defesa irrenunciável do indivíduo e de sua liberdade. Longe de ser diversa ou múltipla, esta postura sustenta uma perspectiva ético-política para a qual é desejável certa permissividade com relação à teorização e à proposição metodológica no campo do trabalho com grupos. Ademais, parece requerer uma investigação mais detida o volume e a extensão pífios da produção de conhecimento teórico-conceitual acerca do pequeno grupo nos últimos anos, inclusive na Psicologia Social abrapiana. Entendo que a constatação da desvalorização contemporânea do pequeno grupo precisa acompanhar uma reflexão a respeito dos condicionantes e das determinações de ordem histórico-cultural, teórico-epistemológica e sociopolítica deste processo. Arrisco afirmar que o campo do trabalho com os grupos padece de uma “belle indifférence” com o rigor e a sistematicidade requeridos para o investimento na pesquisa conceitual. Outro efeito desta relação é o empiricismo com o qual usualmente vêm sendo realizadas abordagens grupais. Como resultado de certo abandono da produção de saber teórico no campo do trabalho com os grupos, o grupismo e o tecnicismo típicos da tradição psicossociológica estadunidense têm sido reforçados. Desta forma, é possível notar a pertinência de níveis diversos de teorização. No presente trabalho apresento alguns apontamentos iniciais advindos da proposição de uma pesquisa historiográfica a respeito do

pequeno grupo. Objetivos: Pretendo sistematizar três aspectos considerados relevantes para um enfoque da história social do pequeno grupo. Metodologia: Após ter realizado o levantamento bibliográfico, proponho e discuto nesta oportunidade um plano de trabalho para o desenvolvimento da referida pesquisa historiográfica. Além dos aspectos anteriormente mencionados, a pesquisa também se justifica pela escassez deste tipo de investimento na produção de saberes acerca do pequeno grupo. Resultados: A história social do pequeno grupo será desenvolvida no decorrer da pesquisa a partir da argumentação de que três aspectos a compõem: (1) histórico-culturais, relacionados à complexificação societal ocorrida nos processos relacionados à transição entre comunidade natural e sociedade liberal burguesa com base na discussão de Heller (1970), e à emersão da possibilidade histórica de uma subjetividade privatizada sustentada pelo processo de individualização, questão apresentada por Mancebo (2002); (2) aspectos teórico-metodológicos, nos quais discuto paradoxos relativos às posições do psicologismo e do sociologismo e seus efeitos recorrendo ao resgate histórico de Mello Neto (2000), e as relações entre indivíduo, grupo e massa tais quais discutidas em “Psicologia das massas e análise do eu” (Freud, 1921/2011); e (3) aspectos sociopolíticos, situando historicamente o grupo enquanto instrumento de adaptação, especialmente no tocante aos princípios lewinianos de construção teórica da dinâmica de grupo debatidos por Fernández (2006), e enquanto instrumento de mobilização social, que, conforme a proposta de Barros (2004), requereu determinadas rupturas com a psicossociologia para efetivar a proposta sócio-analítica. Conclusão: Há um potencial de aplicação imediata dos resultados da referida investigação como material didático-instrucional para disciplinas que se propõem à formação para o trabalho com grupos.

Referências

- BARROS, R. B. Institucionalismo e dispositivo grupal. In: RODRIGUES, H. B. C.; ALTOÉ, S. *SaúdeLoucura 8: Análise Institucional*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2004. pp. 65-78
- FERNÁNDEZ, A. M. A demanda pelos grupos. In: _____. *O campo grupal: notas para uma genealogia*. São Paulo: Martins Fontes, 2006. pp. 61-90. (Cap. III)
- FREUD, S. (1921) Psicologia das massas e análise do eu. In: _____. (1920-1923) *Psicologia das massas e análise do Eu e outros textos*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. pp. 13-113 (Obras completas, v. 15).
- GUIMARÃES, V. C.; CELES, L. A. M. O psíquico e o social numa perspectiva metapsicológica: o conceito de identificação em Freud. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 23, n. 3, pp. 341-346, 2007.
- HELLER, A. (1970) Indivíduo e comunidade: uma contraposição real ou aparente? In: _____. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, s/d. pp. 65-85.
- MANCEBO, D. Modernidade e produção de subjetividades: breve percurso histórico. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 22, n. 1, pp. 100-111, 2002.
- MELLO NETO, G. A. A Psicologia Social nos Tempos de S. Freud. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 16, n. 2, pp. 145-152, 2000.
- Palavras-Chave:** Grupos; Psicologia Social; História.

O ENVELHECIMENTO SOB UMA LEITURA DA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL: BREVES CONSIDERAÇÕES. *Talita Meireles Flores* (talita.mflores@gmail.com); *Luiza Maria de Souza Nabarrete*. (Universidade Federal do Mato-Grosso do Sul-UFMS/Campo Grande)

Este trabalho consiste em uma discussão breve acerca do envelhecimento sob a luz da teoria histórico-cultural de Vygotsky. Apesar deste autor não ter trabalhado diretamente com a velhice, suas contribuições acerca do desenvolvimento humano e aprendizagem são importantes para pensarmos o sujeito em sua totalidade, incluindo outros períodos da vida, como o das idades mais avançadas. É relevante pensar sobre o processo de envelhecimento

humano sob uma perspectiva que vá além da visão reducionista e depreciativa, que as abordagens biologicistas têm sobre o envelhecimento. Com isso, a teoria histórico-cultural tem muito a oferecer para este estudo, pois em seu cerne buscou ultrapassar as concepções que cindem o homem entre físico e psíquico e a valorização de um sobre o outro. Para elaborar este trabalho foi realizado um estudo sobre as concepções de Vygotsky acerca do desenvolvimento humano e também recorreu-se a autores contemporâneos, que discutem o envelhecimento sobre uma vertente histórico-cultural. Há uma lamentação no meio acadêmico por Vygotsky não ter discutido a questão do envelhecimento, contudo sua teoria nos dá base para isso. John Steiner e Souberman (1984) no Posfácio do livro “Formação Social da mente” afirma ser um erro considerar Vygotsky unicamente como estudioso do desenvolvimento infantil, pois este autor pretendia, estudando o desenvolvimento, aprofundar-se nos processos psicológicos complexos. Conforme Vygotsky (1984), o desenvolvimento humano acontece sempre entrelaçado das questões históricas e é dependente da interação do indivíduo com seu meio. Podemos pensar então, que a velhice é construída junto ao meio e é passível de transformações e mudanças tanto no próprio indivíduo quanto no ambiente em que ele vive. Esta é a característica dialética do desenvolvimento humano, em que o sujeito não é passivo e somente é transformado, mas transforma também o mundo. Pensar no envelhecimento como um processo passível de transformação e mudança já é um avanço frente às teorias psicológicas do desenvolvimento humano que valorizam a adaptação. Vygotsky (1984) aponta que o estudo histórico das coisas nos leva ao entendimento do processo de mudança, sendo este o requisito básico do método dialético. O autor afirma que, pesquisar algo do nascimento à morte implica em descobrir sua natureza, sua essência, visto que “é somente em movimento que um corpo mostra o que é” (Vygotsky, 1984, p. 74). Desta forma, a partir da teoria histórico-cultural, podemos entender o envelhecimento em sua totalidade, sem a supervalorização de um aspecto sobre outro. Com isso, é preciso considerar as questões biológicas, psicológicas, sociais, culturais e históricas para o entendimento da velhice. O meio cultural é um aspecto importante a ser considerado para que seja dada a construção da subjetividade do idoso, com isso, o envelhecimento se apresenta com características diferentes em culturas diversas. Como exemplo podemos citar os estudos de Beauvoir (1970), em que a autora realiza um levantamento histórico da forma como cada sociedade lidou/lida com a velhice, podendo ser associada ou à decadência ou à virtude. Isto mostra a importância do meio cultural e da história na constituição dos sujeitos. Conforme Siqueira e colaboradores (2002), na vertente teórica histórico-cultural a velhice é dada como uma construção social, sendo formada pelas funções que a sociedade e a cultura estabelecem em cada idade pela divisão social do trabalho e pelos papéis na família. Bosi (1994) afirma que a velhice se constrói muito mais a partir da luta de classes do que dos conflitos de gerações, pois ao idoso é dado um novo lugar na sociedade pelo processo da exclusão tanto física (em asilos e instituições) como a própria exclusão econômica pela aposentadoria. A questão do trabalho é importante para compreender os aspectos subjetivos do envelhecimento, pois na terceira idade a renda se dá com a aposentadoria, o sujeito não se encontra mais inserido no mercado de trabalho. Vygotsky (1984), influenciado por Engels, apontou a importância do trabalho na constituição dos processos psicológicos superiores, bem como na construção e transformação da sociedade. No modo de produção capitalista a concepção de trabalho associada a emprego leva a uma desvalorização social e econômica do idoso. É uma questão a se pensar, pois em um mundo regido pelo imperativo da produção e do consumo, estar fora deste processo constitui um fator importante na construção da subjetividade do idoso. Como conclusão consideramos que, embora em seus estudos Vygotsky tenha dado atenção especial ao desenvolvimento da criança, suas concepções acerca da formação da consciência e da sociedade nos ajudam a entender o desenvolvimento humano do início ao fim da vida, compreendendo-o como um processo. Desta forma, faz-se necessário um

aprofundamento nos estudos sobre o envelhecimento dentro da perspectiva histórico-cultural, pois é uma alternativa de superação da visão negativa e depreciativa da velhice, possibilitando novas e transformadoras maneiras de lidar com as necessidades da população idosa.

Referências

BEAUVOIR, S. de. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1970.

BOSI, E. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

JOHN-STEINER, V; SOUBERMAN, E. Posfácio. In: **A Formação Social da Mente**. São Paulo, SP. Martins Fontes, 1984.

SIQUEIRA, R. L. de; BOTELHO, M. I. V.; COELHO, F. M. G.. A velhice: algumas considerações teóricas e conceituais. **Ciênc. saúde coletiva**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.org/pdf/csc/v7n4/14613.pdf>> Acesso em 10 de dezembro de 2012.

VYGOTSKY, L.S. **A Formação Social da Mente**. São Paulo, SP. Martins Fontes, 1984.

Palavras-Chave: Envelhecimento; Teoria Histórico-Cultural; Vygotsky.

O INCONSCIENTE EM VIGOTSKI. *Lívia Gomes dos Santos*

(liviagomess@hotmail.com); *Bader Sawaia*. (PUC-SP)

Apesar da grande ênfase que dava à consciência, Vigotski não partilhava do entendimento que ela se igualava ao psiquismo. Ao contrário, ele afirmava que “é preciso considerar esta (a psique) como parte integrante de um processo complexo que não se limita em absoluto à sua vertente consciente; por isso, consideramos que em psicologia é completamente lícito falar do psicologicamente consciente e inconsciente” (VIGOTSKI, 2004, p. 156). Afinal, é preciso considerar que “a nova psicologia afirma rotundamente que tampouco no mundo da psique coincidem o fenômeno e a realidade. Pode parecer que fazemos algo por uma causa determinada, mas na realidade a causa é outra. Podemos supor, com toda a convicção que nos dá a vivência direta, que gozamos de liberdade de vontade e nos equivocarmos cruelmente a esse respeito.” Em algumas de suas principais obras Vigotski aborda o Inconsciente. Entretanto, não existe uma formulação clara e explícita deste conceito que nos permita compreender a dinâmica desta instância do psiquismo. Isso é constante em sua obra: alguns conceitos não são definidos, dificultando o entendimento de como ele concebe determinado fenômeno. Como indicam Van der Veer e Valsiner (2009, p.428), “encontramos entre o material deixado por Vygotsky uma série de sugestões de ideias e alguns direcionamentos teóricos e metodológicos semidesenvolvidos que podem constituir contribuições fundamentais para esta disciplina se forem levados adiante”. Por isso a necessidade de buscar, no conjunto da obra dele, os indicativos que nos permita compreender como ele concebe o inconsciente, qual a dinâmica e a relação com a consciência, atividade e emoção. O conceito de inconsciente em Vigotski é a pesquisa que estou realizando no doutorado em Psicologia Social na PUC-SP. Para isso, a etapa metodológica inicial é um amplo levantamento, dentro de sua obra, acerca deste conceito. É necessário considerar que não pretendo apresentar um conjunto de citações do inconsciente, mas realizar um mapeamento que permita demonstrar que se trata de um conceito de extrema importância em sua obra e, partindo de seus escritos, compreender qual a dinâmica desta instância e como ela atua no pensar, sentir e agir. Apresentarei o resultado parcial deste levantamento que, embora ainda bastante inicial, já nos permite visualizar que o Inconsciente é um dos conceitos centrais na obra de Vigotski. Nos textos analisados, ele tratou questões como a necessidade deste conceito para a psicologia; catarse e o deslocamento; o aspecto bio-fisiológico do Inconsciente, que é a ausência de transmissão de reflexo; e o inconsciente como sendo potencialmente consciente. Todas estas questões estiveram sempre perpassadas pela concepção do inconsciente como resultado de construções sócio-culturais. Destacamos principalmente a relação que o

inconsciente possui com a consciência, que é o que mais diferencia da psicanálise, cuja concepção de inconsciente é a dominante na Psicologia. As duas teorias são epistemologicamente distintas, o que resulta também em princípios ontológicos fundamentalmente distintos: Vigotski dá uma grande ênfase à consciência por considerar que é condição para que os sujeitos possam analisar a realidade e inserir-se nela de maneira ativa, criativa. Assim, ele se colocava veementemente contra a postura psicanalítica uma vez que “ao apontarem o papel excessivamente importante do inconsciente, os psicanalistas reduzem a absolutamente nada toda consciência que, segundo expressão de Marx, constitui a única diferença entre o homem e o animal” (VIGOTSKY, 1999, p. 93). Ele critica também a a-historicidade e o idealismo com que a psicanálise trata este conceito. O próprio estudo do inconsciente é apontado por ele como condição para superá-lo em busca da consciência. Compreender para superar, para que possamos propor alternativas e ações que possibilitem também a transformação concreta da realidade. O aprofundamento dessa discussão se faz necessário principalmente porque é preciso superar a dicotomia ainda presente entre inconsciente e consciente e que não condiz com a perspectiva vigotskiniana. Temos também como preocupação analisar esta categoria por entender que poderemos aprimorar o entendimento do psiquismo, sem perder de vista sua relação com as relações concretas que o sujeito estabelece e, justamente por isso, possibilitar que este entendimento se constitua como mais um instrumento para emancipação humana. Neste sentido e em consonância com o tema do encontro, que se propõem a pensar “A Práxis da Psicologia Social: para quê? Para quem?”, pretendemos, partindo da obra deste autor, demonstrar que a reflexão teórica que estamos realizando tem o intuito de superar as concepções idealistas do inconsciente presentes na Psicologia. Essa é uma das possibilidades de se propor estratégias para o desenvolvimento de sujeitos ativos, criativos, cujo comportamento predominantemente consciente permite a construção de uma realidade menos opressora e passível de atender às necessidades e, principalmente, às potencialidades destes sujeitos.

Referências

VIGOTSKI, L. S. **Psicologia da arte**. São Paulo, Martins Fontes: 1999.

_____. **Teoria e Método em Psicologia**. São Paulo, Martins Fontes: 2004.

VAN DER VEER, R.; VALSINER, J.. **Vygotsky: uma síntese**. 6ª edição. São Paulo, Edições Loyola: 2009.

Palavras-Chave: Vigotski; Inconsciente; Consciente.

OSTRAS DESCARTADAS: IMPLICAÇÕES DAS FRAGILIDADES RELACIONAIS QUE PODEM LEVAR INDIVÍDUOS GRADUADOS À MENDICIDADE. *Maria Luíza Sheffer Zwarg* (maluzwarg@hotmail.com). (Universidade J. Kennedy/Argentina)

Tendo como tema – Ostras descartadas: Implicações das fragilidades relacionais que podem levar indivíduos graduados à mendicância, pensa-se em tecer algumas considerações que a individualização pode ocasionar na contemporaneidade, relacionando com eventos descritos por Bauman (2012) no *Jornal Catarinense* em consonância com o livro de Beck – *A individualização* (2000). Será feita a comparação entre “ostras descartadas” e a mendicância no sentido dos próprios personagens citados se excluírem do convívio dos demais, rompendo com laços familiares, apesar de terem tido oportunidade de ascensão social via escolarização superior, caindo na mendicância. Posição difícil de retornar, uma vez que fechados em seus próprios dramas e tramas, podendo ainda agregar o álcool, as drogas, a prostituição, o desemprego, entre outros, como fatores negativos que os estigmatizam como desvalidos ou descartáveis, assim como as “ostras”, após serem colhidas suas pérolas. Nesse sentido, deixam de ser “pérolas” quando não beneficiam a sociedade com sua força de trabalho, não consomem bens, permitindo-se ficar na condição de “descartáveis sociais”, o mesmo ocorrendo com as ostras que são descartadas quando não servem mais às intenções de quem

as colhem. Este trabalho tem por fim, dissertar sobre as implicações (causas e consequências) das fragilidades relacionais que podem levar indivíduos que tiveram oportunidade de ascensão social via escolarização superior à condição de mendicância. Em comum, na violência generalizada dirigida a mendigos, está a invisibilidade, o chamado “refúgio humano” da sociedade, conforme coloca Bauman (2012), ao teorizar sobre os “produtos rejeitados da globalização”, ou aquilo que não queremos ver. Bauman é bastante conhecido principalmente por suas teorizações sobre a modernidade líquida e sobre a fluidez da vida contemporânea, globalizada e atravessada pelo “derretimento” das sólidas estruturas na Pós Modernidade. Para entender os conceitos de liquidez e fluidez, o autor explica que entre os acontecimentos que favoreceram o desmoronamento da “solidez” da Modernidade encontra-se o Holocausto, o fracasso do modelo econômico proposto pelo ocidente, o corrente processo de globalização e a transformação de uma cultura da socialização para a individualização. No livro de Beck – A individualização (2000), sem abrir mão da constatação que vivemos num período de grandes mudanças, os autores mostram que a responsabilidade pela própria vida e pelo próprio destino tem outro nome: individualização. Atualmente, é comum ouvirmos opiniões de que estamos vivendo em uma época de exagerado individualismo. Beck (2000), introduz uma diferenciação importante entre o individualismo, normalmente visto de forma negativa e a individualização, termo que reflete uma época em que as características de sociedades altamente complexas forçam os indivíduos a assumirem seus próprios destinos e a contarem apenas consigo para a construção de suas histórias de vida, tendo de conviver com a incerteza e o risco. Conhecido por sua teoria sobre o risco na vida das grandes sociedades modernas, seus trabalhos surtiram efeito mundo afora por tocar em pontos cruciais da forma como as pessoas estão organizando suas vidas em uma época de intensa globalização e de enfraquecimento da tradição, investigando as mudanças que ocorreram no vínculo do indivíduo com seu emprego, com sua família e com as novas formas de liberdade existentes, com o tempo e com o espaço. Esse tipo de situação gera um “desamparo” nas pessoas, pois suas vidas não podem mais ser inscritas na vida de outros. É uma nova fase do capitalismo, marcado pelo rompimento dos últimos vestígios de estabilidade fornecidos pelas diversas instituições sociais. Mas é uma nova fase que atinge a todos, sem exceção, até o nível mais microscópico da vida subjetiva. Há, na individualização, um foco na auto iluminação e na autolibertação como um processo ativo a ser realizado por cada um, incluindo a busca por novos laços na família, no mercado e na política. O indivíduo, nesse sentido ativo, reinventa a sociedade e sua própria vida. Diante do exposto, a temática torna-se relevante no âmbito da Psicologia Social, na medida em que pode dar voz a diferentes atores desta trama em que, busca-se o pertencimento e o respeito pelo ser em questão. Conclui-se assim que, mesmo que o sujeito seja considerado no meio, numa linguagem brutal como individualista, o mesmo pode ser visto sob outro prisma, como construtor de seu próprio conhecimento e destino, daquele que enxerga-se e faz-se presente no espelho social. Desse modo, entende-se porque tantas pessoas graduadas, por implicações relacionais (no trabalho ou na vida pessoal), podem em determinado momento, perder o sentido e significado de suas lutas intrínsecas, desistindo da trajetória conquistada, levando-os à mendicância, cuja ponte de travessia é de fácil acesso, mas de difícil retorno uma vez instalada essa condição, sendo necessário muito esforço e reflexão para seu retorno à sociedade que prima pelo poder de compra e da mais valia, em que, individualização traz consigo, o pejo da exclusão.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. **Mendigos, índios, prostitutas e similares**: sobre o (nosso) “expurgo” segunda-feira, 13 de fevereiro de 2012 (jornal Catarinense).
- BECK, Ulrich; BECK-Gernsheim, Elisabeth. **Individualization**. Londres: Sage,1992. Tradução: Pedro Fernando Bendassolli. São Paulo: USP, 2000.
- ZWARG, Maria Luiza Sheeffer. Educação e Inclusão: Desafio à pedagogia.

Revista Acadêmica do Centro Universitário Monte Serrat. v. 5, jan./jun./2004 p.127-134. ZWARG, Maria Luiza Sheeffer. Ostras Desechadas: Implicaciones de las fracturas relacionales que pueden llevar las personas que han tenido la oportunidad de movilidad social a través de la educación superior a la mendicidad. **Jornada de Psicologia Social: habilitando espacios sociales.** Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 14 de julio de 2012.
Palavras-Chave: Mendicidade; Exclusão; Fragilidade Relacional.

PERSPECTIVAS SÓCIO-HISTÓRICO-CULTURAIS DE UMA VELHICE. *Anisha Gonçalves Santana* (aniyumitian@gmail.com); *Paulo Alexandre Françoso.* (Centro Universitário São Camilo/São Paulo – SP)

INTRODUÇÃO: A crescente preocupação com o idoso tem sido um fenômeno presente em todo o mundo; nas sociedades atuais o aumento do número de idosos tem ocorrido de maneira bastante expressiva, exigindo dos governos uma postura de re-planejamento e mudança de paradigmas quanto às questões que concernem a esse público e ao meio social do qual participam. Localizar o idoso em uma faixa etária é, se irrefletidamente levada a cabo, homogeneizar a população idosa e, conseqüentemente, nivelar o trato com os idosos a uma rigidez incompatível com os sujeitos concretos pertencentes a essa faixa etária arbitrariamente estipulada. As construções socioculturais que decorrem da lei, contudo, o são, pois que influenciam na identidade dos sujeitos. Podemos dizer, portanto, que o sujeito é produto de uma relação dialética que envolve histórias individual e coletiva, sociedade e cultura. **OBJETIVO:** Este trabalho buscou retratar a imagem do idoso por meio das lembranças do passado, vivências presentes e perspectivas futuras e fazer paralelos teóricos com os dados obtidos. **METODOLOGIA:** Entrevista semiestruturada aplicada a uma senhora de 74 anos, aposentada, moradora da zona leste de São Paulo. Foi realizada pesquisa bibliográfica em livros, artigos científicos e publicações que tratavam acerca de temas como envelhecimento, idoso, maturidade, velhice. **RESULTADOS:** Uma mulher divorciada, com três filhas novas, se vendo obrigada a trabalhar para sustentar a família, passando por diversas dificuldades para sobreviver, com sua juventude marcada por humilhações sociais. Simone Weil (1996) propõe a humilhação como efeito de desenraizamento: impedimento político da cultura de nascimento, da participação e das trocas culturais. A partir dessa entrevista, vemos o peso da cultura e sociedade agindo sobre o modo de vida das pessoas, e também sobre suas memórias. Nesse caso, a velhice veio como um descanso de uma vida de lutas tomada pelo preconceito e humilhação social. Em sua juventude, a entrevistada, no contexto social em que vivia, entrava numa realidade de opressão, muitas vezes internalizando esse discurso, e sendo impedida de atuar como sujeito de direitos. Agora, uma cidadã idosa que tem seus direitos amparados por uma lei e se sente uma pessoa mais respeitada, com maior autonomia. E, mesmo tendo privações físicas devido às perdas biológicas naturais da idade, percebe que sua vida é melhor. Notadamente o entorno sócio-histórico-cultural definiu a evolução de vida dessa senhora. O tema da velhice traz à tona diversas representações: a do velho como incapaz, limitado pela doença. Segundo Ecléa Bosi (2010), a degradação senil começa prematuramente com a degradação da pessoa que trabalha, com a destruição sistemática que os homens sofrem desde o nascimento, na sociedade do lucro. A idade é um conceito social antes de ser biológico. Isso confere aos estágios do desenvolvimento um caráter não ontogênico, mas sociogênico, à medida que expectativas são prescritas para diferentes faixas etárias e à medida que tais expectativas vão sendo internalizadas pelos sujeitos e instituições (NERI, 2001). A entrevistada tem ciência dos seus direitos previstos em lei, e utiliza esses direitos em todos os lugares que frequenta. A lei tem a restrição da objetividade, e não abarca os significados subjetivos que acarretam de suas aplicabilidades. Em nível do não-dito nos leva a pensar no significado dos direitos do idoso subjetivamente. Aparentemente é uma forma simbólica de segregação social, como algo posto e obrigado e, portanto, estereotipado e rotulado para uma

classe. Para o idoso os derivados das imagens e a organização social acerca de seu papel constituem justificativa para uma violência sutil. Em uma sociedade subordinada à economia baseada em lucro, sujeitos produtores são sujeitos importantes (Beauvoir, 1990). Interessante é notar que a concretude de relação entre velhice, improdutividade e pobreza não são máximas constantes. Estamos, aliás, em tendências sociais que pela própria estabilidade financeira do idoso e pelos discursos de qualidade de vida que compõe seu trato, o velho tornou-se novo campo de investimentos. Apesar disso, o pressuposto contrário que impõe ao idoso rompimento com a atividade permanece fortemente arraigado (DEBERT, 2004). Além da morte do corpo, o idoso tem que lidar com sua morte profissional, com a morte de suas funções corporais e intelectuais, dentre outras. Nos dias de hoje com a produtividade sendo o pilar de nossa sociedade, um idoso que não trabalha perde o valor, recobre-se de estigmas de deterioração e é colocado à margem da sociedade. **CONCLUSÃO:** Mesmo na sociedade contemporânea, onde se dá maior importância à qualidade de vida do idoso, ainda há crenças antigas muito arraigadas. As pessoas pensam na velhice como finitude num sentido negativo, algo desagradável, decrépito, a ser evitado. De um lado políticas públicas e conscientização social, de outro, subjetividades oprimidas por uma história de lutas e humilhação social, e divisão de classes. A velhice é uma construção social, porém em suas particularidades dependem da idiosincrasia de cada sujeito, de sua história de vida e de seus pares.

Referências

- BRASIL. Subsecretaria de Direitos Humanos. **Plano de ação para o enfrentamento da violência contra a pessoa idosa**. Brasília: Subsecretaria dos Direitos Humanos, 2005. 24 p.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. **Atenção à saúde da pessoa idosa e envelhecimento**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 44 p.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Envelhecimento e saúde da pessoa idosa**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 192p.
- BEAUVOIR, Simone. A velhice. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1990. 711 p.
- COSTA, Fernando B. da. **Homens invisíveis**: relatos de uma humilhação social. São Paulo: Globo, 2004.
- DEBERT, Guita Grin. A construção e a reconstrução da velhice: família, classe social e etnicidade. IN: NERI, Anita Liberalesso; DEBERT, Guita Grin (Org.). **Velhice e sociedade**. Campinas: Papyrus, 1999. PP 41-68.
- DEBERT, Guita Grin. **A reinvenção da velhice**: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP. 2004. 272 p.
- FREIRE, Sueli Aparecida. Envelhecimento bem-sucedido e bem-estar psicológico. IN: NERI, Anita Liberalesso; FREIRE, Sueli Aparecida (Org.). **E por falar em boa velhice**. Campinas: Papyrus, 2000. PP 21-32.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. 213 p.
- GOLDSTEIN, Lucila L. No comando da própria vida: a importância de crenças e comportamentos de controle para o bem-estar na velhice. IN: NERI, Anita Liberalesso; FREIRE, Sueli Aparecida (Org.). **E por falar em boa velhice**. Campinas: Papyrus, 2000. PP 55-68.
- GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. A maturidade e a velhice: um olhar antropológico. IN: NERI, Anita Liberalesso (Org.). **Desenvolvimento e envelhecimento**: perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas. Campinas: Papyrus, 2001. PP 113-140.
- NERI, Anita Liberalesso. O fruto dá sementes: processos de amadurecimento e envelhecimento. IN: NERI, Anita Liberalesso (Org.). **Maturidade e velhice**: trajetórias individuais e socioculturais. Campinas: Papyrus, 2001. PP 117-150.

OLIVEIRA, Sandra Carolina de. **Um olhar do idoso sobre a finitude**: um estudo sobre as representações sociais da morte em idosos de uma cidade do sertão de Pernambuco. [Dissertação]. Recife. 2008

PGE. São Paulo: **Procuradoria Geral do Estado de São Paulo**, 2012 - . Disponível em: <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/dh/volume/>>. Acesso em: 13 nov. 2012.

PLANALTO. Brasília: Planalto, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003. Último acesso em 13/11/2012/>. Acesso em 13 nov. 2012.

PY, Ligia; SCHARFSTEIN, Eloisa Adler. Caminhos da maturidade: representações do corpo, vivências dos afetos e consciência da finitude. IN: NERI, Anita Liberalesso (Org.). **Maturidade e velhice**: trajetórias individuais e socioculturais. Campinas: Papyrus, 2001. PP 117-150.

VITTA, Alberto de. Atividade física e bem-estar na velhice. IN: NERI, Anita Liberalesso; FREIRE, Sueli Aparecida (Org.). **E por falar em boa velhice**. Campinas: Papyrus, 2000. PP 81-90.

Palavras-Chave: Velhice; Envelhecimento; Imagem Social do Idoso.

PSICOLOGIA SOCIAL BRASILEIRA: MULTIPLICIDADE, PERFORMATIVIDADE E CONTROVÉRSIAS. *Mariana Prioli Cordeiro* (mpriolicordeiro@gmail.com) (UNI-NOVE/SP); *Mary Jane Paris Spink*. (PUC-SP)

A Psicologia Social apresenta inúmeras definições, abordagens teóricas e objetos de estudo. Neste trabalho, embasados em pesquisas da Teoria Ator-Rede, argumentamos que esses não são diferentes aspectos ou atributos de um mesmo objeto, mas elementos que ajudam a performar diferentes versões desse objeto. São, portanto, elementos que fazem Psicologias Sociais diferentes, embora relacionadas entre si. Que fazem uma Psicologia Social múltipla, ou seja, que é mais do que uma ao mesmo tempo em que é menos do que muitas. Para construir esse argumento, lemos e relemos livros-texto de Psicologia Social disponíveis em duas bibliotecas de referência localizadas na cidade de São Paulo, buscando identificar como eles descrevem as práticas, referenciais teóricos, objetivos e locais de atuação da disciplina. Após essa leitura, observamos que vários desses manuais abordam a crise de referência que assolou a Psicologia Social na década de 1970 e decidimos buscar materiais que nos ajudassem a contar melhor essas histórias, em livros e bancos virtuais de dados. Além disso, decidimos selecionar duas dissertações de mestrado e duas teses de doutorado defendidas na área, afinal, esses trabalhos tendem a descrever de forma mais detalhada os procedimentos utilizados. Por fim, fizemos um levantamento de textos de acadêmicos e documentos de domínio público que abordam a criação do título de especialista em Psicologia Social. É importante ressaltarmos que tratamos todos esses materiais não apenas como “textos”, mas como materialidades que produzem efeitos, se conectam, se articulam com outros textos, com outras práticas. Ou seja, os tratamos como materialidades que produzem certas realidades da Psicologia Social. Dizer que há diferentes versões da Psicologia Social não significa dizer que elas não estejam relacionadas, mas sim que essa área do conhecimento é um objeto fractal, ou seja, é mais do que uma ao mesmo tempo em que é menos do que muitas. E mais, significa dizer que essa singularidade não é dada a priori, mas é o resultado de um trabalho de coordenação. Uma das formas de articular e coordenar diferentes versões da Psicologia Social é abordar essa área do conhecimento como se houvesse apenas uma maneira de ela existir, omitindo suas controvérsias, problematizações e condições de produção. Outro modo de evitar o “choque” entre diferentes Psicologias Sociais é distribuindo-as geograficamente, temporalmente ou de acordo com suas origens e/ou objetos de estudo. Podemos, ainda, recombina diferentes versões da Psicologia Social para formar entidades compostas, tal como

quando dizemos que essa área do conhecimento trabalha com movimentos sociais e com a comunidade em geral; intervém no âmbito da saúde e da educação; atua no mundo do trabalho e da justiça; lida com questões referentes ao meio ambiente e à comunicação social – quando dizemos isso, alinhamos e somamos essas diferentes práticas e locais de atuação de tal maneira que passam a referir-se a um objeto único: a Psicologia Social. Ao descrever a Psicologia Social como um objeto ao mesmo tempo uno e diverso, buscamos chamar a atenção para o fato de que, em uma disciplina, cabem múltiplos actantes. Buscamos fazer uma Psicologia Social que busca conexões complexas que articulam humanos a não humanos e que performam múltiplas realidades.

Referências

- LATOURETTE, B. **Reensamblar lo Social**. Buenos Aires: Manantial Argentina, 2008.
- LAW, J. **After Method: mess in social science research**. 3. reimp. Oxon; New York: Routledge, 2008.
- LAW, J.; MOL, A. (Eds.). **Complexities: social studies of knowledge practices**. USA: Duke University Press, 2002.
- MOL, A. **The body multiple: ontology in medical practice**. London: Duke University Press, 2002.
- MORAES, M. **A ciência como rede de atores: ressonâncias filosóficas**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v. 11, n. 2, p. 321-333, 2004.
- MOL, A. Ontological Politics: a word and some questions. In: LAW, J.; HASSARD, J. (Eds.). **Actor Network Theory and after**. Oxford: Blackwell Publishing, 1999. p. 74-89.
- SPINK, M. J.; SPINK, P. K. A psicologia social na atualidade. In: JACÓ-VILELA, A. M.; FERREIRA, A. A. L.; PORTUGAL, F. T. (Org.). **História da Psicologia: rumos e percursos**. Rio de Janeiro: Nau, 2007. p. 565-585.
- Palavras-Chave:** Psicologia Social; Multiplicidade; Teoria Ator-Rede.

PSICOLOGIA SOCIAL DA IMAGEM NA PERSPECTIVA DA ICONOLOGIA CRÍTICA. *Arley Andriolo* (a.a.andriolo@gmail.com). (IP-USP/SP)

Introdução: Diante da proposição deste encontro, “A Práxis da Psicologia Social: Para quê? Para quem?”, o campo de investigações da psicologia social voltado para o mundo das imagens tem implicações importantes. Primeiro, porque opera com uma dimensão fundamental da prática; a imagem considerada tanto no contexto dos fenômenos artísticos quanto nos processos de uma sociedade imagética. Segundo, porque, ao indagar sobre o poder das imagens, este campo enfrenta o problema da produção, recepção e circulação das imagens, ou seja, da relação intersubjetiva no mundo das imagens. Objetivos: No campo da Psicologia Social, depara-se com o triplo sentido da imagem – ilustração do conhecimento; documento público; instrumento de pesquisa. Em todos os casos, solicita-se interpretação da imagem; trata-se da compreensão de processos sociais de significação. Como objetivo desta comunicação, propõe-se examinar as contribuições da iconologia crítica aos estudos em psicologia social dos fenômenos imagéticos. De modo empírico, a discussão está baseada nas chamadas “imagens do inconsciente”, na concepção de Nise da Silveira (1992), a partir das quais se examina a produção e a circulação dessas imagens no contexto da rede discursiva da psiquiatria (Andriolo, 2006), em um escrutínio da iconografia psicopatológica por meio da iconologia crítica. Metodologia: Os estudos da imagem na Psicologia Social dedicam-se aos processos sociais nos quais a imagem não é apenas uma coisa física, mas um movimento de mediações entre os objetos icônicos, as imagens corporais e as imagens mentais dos observadores. Nesta concepção, tem-se trabalhado segundo uma orientação fenomenológica, sobretudo daquela voltada para a corporeidade na vida social (e.g. Maurice Merleau-Ponty, 1999; Hwa Jung, 1972). Os movimentos de transformação da imagem são compreendidos enquanto fenômeno imagético no processo social, na vida intersubjetiva, como um campo de

significação estética, política, econômica e cultural. Nesse domínio, a Psicologia Social participa de diálogos com a sociologia, a história e a antropologia. Ulpiano Meneses (2003, p. 23) notou uma virada interdisciplinar nos anos 1980: “A voga dos estudos de cultura visual assinala com clareza, no campo das ciências sociais – para o bem e para o mal –, aquilo que já foi chamado de *pictorial turn*, em sequência ao *linguistic turn* de décadas anteriores, que chamara a atenção para o texto antropológico ou sociológico na produção do conhecimento.” A perspectiva teórico-metodológica formulada por W. J. T. Mitchell (1986), designada iconologia crítica, tem se mostrado muito profícua aos trabalhos no campo da psicologia social da imagem, sobretudo porque pensa a imagem inscrita nos processos sociais e históricos. **Conclusões:** Nas palavras de Hwa Jung (1972, p. XX), a tarefa de descrever o mundo da vida foi negligenciada em grande parte da filosofia ocidental, deixando em aberto a compreensão política desse mundo, em sua configuração histórica e social. A realidade da vida cotidiana é a realidade arquetípica, por assim dizer, a base para surgimento de outras realidades, em torno da qual as ações políticas e interações sociais se fundam (p. XXI). Em seus fundamentos, em sua historicidade radical, o mundo da vida precede ao conhecimento conceitual porque é pré-reflexivo, tornando-se lugar de ações políticas antes das teorias políticas. A política das imagens pode ser compreendida como ação política em grande parte pré-reflexiva, nos atos cotidianos de seus atores no mundo da vida, uma luta não articulada em conceitos ou palavras, mas em imagens. Ao investigar-se a série histórica das imagens do inconsciente, evidencia-se o processo social de significação das imagens no interior de lutas políticas. Não apenas na prática de terapeutas, psicólogos e psiquiatras, mas na própria atividade de internos de hospitais psiquiátricos e outros membros das classes populares. Na proposição de Mitchell (1986), há uma retomada do *logos* (palavra, ideia, discurso, ciência) dos *icons* (imagem, semelhança, *picture*), no duplo sentido da “retórica das imagens”: (1) o que se diz acerca das imagens, interpretações; (2) o que as imagens dizem, histórias, descrições. Desse modo, a noção de imaginário é conectada às teorias da arte, da linguagem, da comunicação e da estética, e às concepções sociais, culturais e políticas. A iconologia em Mitchell torna-se não a ciência dos *icons*, mas a psicologia política das imagens; o estudo da iconolatria e da iconofobia (p. 3). Em suma, a imagem é lugar de poder, tanto em relação à ideologia quanto em referência ao ídolo ou ao fetichismo (Mitchell, 1986, p. 151), de modo que o “iconologista” distingue-se do historiador, do esteta, do crítico de arte, para contemplar a imagem “impura” em todas as suas formas (p. 158); sugere, assim, um campo profícuo para a práxis da psicologia social, cujo objetivo seria restaurar “o poder dialógico de imagens mortas, insuflar nova vida em metáforas mortas, particularmente, metáforas que informam seu próprio discurso” (p. 159).

Referências

- ANDRIOLO, Arley. O silêncio da “pintura ingênua” no ateliê psiquiátrico. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 22, n. 2, 2006, pp. 227-232.
- JUNG, Hwa Yol. An introductory essay: the political relevance of existential phenomenology. In: *Existential phenomenology and political theory*. Chicago: Regnery, 1972, pp. XVII-LV.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 23, n. 45, jul. 2003, pp. 11-36.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *A fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- MITCHELL, W. J. Thomas. *Iconology: image, text and ideology*. Chicago: The University of Chicago Press, 1986.
- SILVEIRA, Nise. *O mundo das imagens*. São Paulo: Ática, 1994.
- Palavras-Chave:** Imagem; Iconologia; Fenomenologia Social.

USOS DO MEDO COMO UMA FORMA DE CONTROLE SOCIAL. *Henrique Meira de Castro* (castrohmgmail.com). (PUC-SP)

Maquiavel (1999) orientava aos reis absolutistas que “é muito mais seguro ser temido do que amado”, Manuel da Nóbrega durante as missões jesuíticas no Brasil, explicava à Companhia de Jesus que “por experiência vemos que por amor é muito difícil a sua conversão, mas como é gente servil por medo fazem tudo” (MASSIMI et. al. 2001), já Churchill não conseguia entender “tantos melindres sobre o uso do gás. Estou muito a favor do uso do gás venenoso contra as tribos incivilizadas. Isso teria um bom efeito moral e difundiria um terror perdurável” (GALEANO, 2012). Todas essas afirmações corroboram com os ensinamentos da lei do Deuteronômio que recomendava, em diversos casos, a pena capital, “deste modo extirparás o mal do teu meio, e todo Israel ouvirá e ficará com medo” (BÍBLIA, 2002). Partindo do questionamento de se é possível que instituições, como estado, escola, religião, família, se utilizem do medo como forma de obtenção e manutenção do poder foi realizado o presente estudo sobre medo e relações de poder. Esta é uma pesquisa bibliográfica e uma reflexão teórica sobre como o medo pode ser utilizado como instrumento de controle social. Partindo dos pressupostos do materialismo histórico e dialético, toda a reflexão sobre medo e seu possível uso como instrumento de controle social é feita a partir da síntese que Vigotski faz em alguns de seus estudos sobre a teoria das emoções (VIGOTSKI, 1998, 2004, 2010), na qual a emoção e, por conseguinte, o medo não são simples força natural e instintiva de sobrevivência, mas também, uma função psicológica superior que se constitui na mediação entre indivíduo e sociedade. É, portanto, complexa, em transformação e síntese de múltiplas determinações. Definição que traz em seu bojo um grande potencial de emancipação do indivíduo, colocando a possibilidade deste ser o ator de sua própria história, e não refém de determinações biológicas ou metafísicas; liberta-o das suas amarras instintivas e naturais, para ser senhor de suas próprias emoções. Uma construção teórica que talvez, por esse exato motivo, não seja compartilhada pelo paradigma dominante da ciência, que reflete o paradigma dominante da sociedade, que nada mais é que a ideologia da classe dominante. Após traçar uma breve história dos medos que afligiram, e continuam a afligir, o gênero humano (DELUMEAU, 1989; DUBY, 1999), sendo a morte e os perigos de morte os mais destacados, são apresentadas diversas situações nas quais o medo é utilizado como uma das formas de poder nas relações sociais estabelecidas do período estudado. De textos bíblicos, mitos helênicos, lendas indígenas, discursos políticos de pensadores e chefes de estado, à veiculação massiva de notícias amedrontadoras dos séculos XX e XXI, passando pelas relações de poder dentro das escolas, famílias e no mundo do trabalho. A partir disso, discute possíveis consequências dessa cultura do medo como uma expansão de conflitos armados por todo o mundo, aumento e diversificação das formas de higienismo social, aumento de doenças relacionadas a esses fenômenos, e uma perpetuação das formas disciplinares na educação, baseadas em punições, ameaças e vigilância, e de como alguns setores da sociedade, como indústrias bélicas, de segurança e farmacêutica lucram com esses medos. Faz uma reflexão e afirma não ser possível superar a cultura do medo em uma sociedade de classes, mas vê possibilidades de uma atuação de militância nas contradições da sociedade.

Referências

- Bíblia. A.T. Deuteronômio. In: **Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: Paulus, 2002a. Cap. 21, vers. 18-21.
- DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente** (1300-1800). (H. Jahn, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- DUBY, Georges. **Ano 1000, ano 2000: na pista de nossos medos**. (E. M. Silva, Trad.) São Paulo: Editora UNESP / Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.
- GALEANO, Eduardo. **Os filhos dos dias**. (E. Nepomuceno, Trad.). Porto Alegre: L&PM Editores, 2012.

- MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. (O. Bauduh, Trad.) São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Coleção Os Pensadores)
- MASSIMI, Marina; MIRANDA, Lilian. A paixão do medo nos documentos de viagens e na literatura espiritual e filosóficas jesuítas, no Brasil do século XVI. In: MASSIMI, M., SILVA, P. J. C. **Os olhos vêm pelo coração**. Conhecimento psicológico das paixões na história da cultura brasileira dos séculos XVI a XVII. Ribeirão Preto, Holos, 2001.
- VIGOTSKI, Lev Semenovich. As emoções e seu desenvolvimento na infância. In: VIGOTSKI, L. S. **O desenvolvimento psicológico na infância**. (C. Berliner, Trad.) São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- VIGOTSKI, Lev Semenovich. A educação no comportamento emocional. In: VIGOTSKI, L. S. **Psicologia pedagógica**. (P. Bezerra, Trad.) 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- VIGOTSKY, Lev. **Teoría de las emociones**: Estudio histórico-psicológico. (J. Villaplana, Trad.) Madrid: Ediciones Akal, 2010.
- Palavras-Chave**: Relações de Poder; Cultura do Medo; Vigotski.

EIXO TEMÁTICO FORMAÇÃO PROFISSIONAL

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO CONSELHO TUTELAR: REFLEXÕES SOBRE UMA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO. *Flávia Augusta Bueno da Silva, Pâmela Yuri de Souza Matsushita, Camila Cristini Marcelino dos Santos.* (psicologia@fadap.br). (Faculdade da Alta Paulista, Tupã-SP)

Este trabalho intenta discutir a experiência de estágio de formação profissional em Psicologia, realizada em alguns Conselhos Tutelares no interior do Oeste Paulista. Tal estágio, com ênfase em Psicologia Jurídica, busca preparar o aluno para atuar em instâncias do sistema de justiça, de forma ética e responsável para a realização de um trabalho combinado ao compromisso social. Dentro deste cenário, salientamos que o Conselho Tutelar é um dispositivo social criado a partir da promulgação do “Estatuto da Criança e do Adolescente” (BRASIL, 1990); lei que também legitima a compreensão de “criança e adolescente” como sujeitos de direitos e em condições de participar de decisões que lhes dizem respeito (ANDRADE; NOVO, 2004). Então, como um mecanismo de proteção a esse segmento populacional, o Conselho Tutelar é uma organização civil, dirigida por cidadãos do próprio município, cujas atribuições devem ser: zelar pelos direitos infanto-juvenis, reivindicar o cumprimento de políticas públicas pela gestão municipal e tomar providências em casos de situação de risco pessoal e social que envolva a infância e a juventude local. Para tanto, os conselheiros possuem autoridade e autonomia para requisitar quaisquer serviços da rede de atenção, como: saúde, educação, promoção social, trabalho e segurança. Todavia, entendemos que, para uma intervenção efetiva de proteção, a prática de atendimento conjugado com a rede de atenção requer uma comunicação aberta entre os profissionais dos setores acionados e os conselheiros, de forma a possibilitar a discussão interdisciplinar dos casos e a construção conjunta de ações que incluam as vontades e reais necessidades dos atendidos: prática esta que supera a comunicação burocrática comumente realizada por meio de ofícios de requerimento. Nesse viés, intentamos com a inserção do estágio nessas instituições estimular a interação constante entre os conselheiros e os graduandos em Psicologia, ao propiciar que dialoguem pessoalmente sobre os problemas diagnosticados, as providências esperadas, os recursos disponíveis na cidade e as possíveis ações de enfrentamento e resolução do conflito identificado. Com isso, o estágio visa a apoiar a rede de atenção através da oferta de plantões psicológicos - configurados como um espaço de escuta e acolhimento emergencial aos

atingidos, bem como um encontro reflexivo que instigue a construção de outras perspectivas de entendimento sobre a crise vivida – buscando, então, ampliar as alternativas de resolução (PAPARELLI; NOGUEIRA-MARTINS, 2007). Dessa forma, entendemos que tal exercício da psicologia em parceria com os conselheiros e usuários pode estimular a confecção de análises diferentes das estereotípias corriqueiras e, talvez, sedimentar uma prática de escuta sem julgamento precoce e acusações estigmatizadas. Apostamos, ainda, que a abertura desse outro modo de escutar, aliada a discussões e atuações multiprofissionais entre os servidores da rede, além de melhorar a eficiência das respostas aos casos enfrentados, pode respaldar a efetuação do lugar dos conselheiros como agentes promotores de cidadania e não “fiscais” do cumprimento da lei. Assim, assumido tais norteadores para nossa atuação profissional como psicólogos, podemos afirmar que, no decorrer dos encontros institucionais e dos atendimentos realizados, foi possível efetuar ações interventivas fundamentadas na ideia de “indivíduo(s) com problemas” em contrapartida a de “sujeito problemático” (PAPARELLI; NOGUEIRA-MARTIS, 2007); a qual recorrentemente configura o eixo da queixa formulada pelos atingidos ou denunciante. Consequentemente, rompido o usual movimento de patologização e culpabilização dos indivíduos, emerge o espaço possível de diálogo e de reflexão entre as partes envolvidas: a criança/adolescente, seus familiares e amigos, os conselheiros, os estagiários, os educadores e demais profissionais e agentes sociais acionados. Pois, quando falamos de conquista da cidadania, esse espaço - em construção permanente - é imprescindível para o real gerenciamento dos conflitos vividos, já que, por ele e nele, se impõe aos participantes o compromisso de responsabilidade mútua com a promoção de respostas e transposição das adversidades sofridas. Nessa lógica, a eficiência das soluções demanda, de todos os envolvidos, tempo e investimento atencioso em conversações frente a frente para comporem juntos, ao escutar uns aos outros, o trajeto único e desconhecido da luta cotidiana pela conquista dos direitos humanos (SILVA, 2010). Nesta linha estratégica de atuação, nossa experiência de estágio nos permitiu reconhecer que o exercício profissional do psicólogo realmente exige o despojamento de fórmulas teóricas e técnicas de intervenção e cobra uma contínua investigação dos elementos constitutivos da realidade enfrentada, bem como requer uma incessante reflexão sobre a coerência de nossos propósitos e princípios éticos diante dos encontros e confrontos humanos.

Referências

- ANDRADE, A. N.; NOVO, H. A. Conselho tutelar: possibilidade de exercício de cidadania. In: SOUZA, L.; TRINDADE, Z. A. (Org.). **Violência e exclusão: convivendo com paradoxos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990.
- PAPARELLI, R. B.; NOGUEIRA-MARTINS, M. C. F. Psicólogos em formação: vivências e demandas em plantão psicológico. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 27, n. 1, mar. 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932007000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 21 abr. 2010.
- SILVA, F.A.B. **Apontamentos sobre a história constitutiva dos saberes crimino-penais**. 2010. 117f. Dissertação (Mestrado em Psicologia e Sociedade) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis.
- Palavras-Chave:** Formação Profissional; Gerenciamento de Conflitos; Atendimento em Rede.

FORMAÇÃO EM POLÍTICAS DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE: A VISÃO DOS PARTICIPANTES., *Débora C. Campos* (deborarc@gmail.com); *Débora C. Fonseca*; *Aline J. Araujo*; *Clara M. Barros*. (UNESP/Rio Claro). Apoio: CNPq

No início da década de 1990 foi aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que apresenta como princípio fundamental a concepção de que crianças e adolescentes são seres credores de direitos que garantam condições concretas para que se desenvolvam de modo pleno, substituindo o Código de Menores, cuja finalidade era adaptar ao sistema crianças e adolescentes que se encontravam em situação irregular (pobres, abandonados, delinquentes e geralmente negros). Não havia, neste código, uma intencionalidade de se reduzir as desigualdades sociais. Passados mais de 20 anos de promulgação da lei, a nova forma de compreender o lugar social das crianças e dos adolescentes ainda não se efetivou, o que tem demandado da sociedade a institucionalização de novas formas de sociabilidade, caracterizadas pela mudança na orientação da conduta social em face à criança e ao adolescente e pautada no reconhecimento dos mesmos como sujeitos de direitos aos quais a sociedade deve proteger e promover em toda e qualquer situação. Estudos produzidos na área da infância e juventude (Andrade, 2000; Frizzo, 2006; Nascimento, 2005; Nascimento 2007; Liberatti e Públio, 1993) demonstram que a organização e funcionamento dos serviços de atendimento à criança e ao adolescente no território brasileiro tem se dado paulatinamente, sendo muitos os desafios a serem enfrentados para que eles sejam, efetivamente, instituições promotoras de políticas públicas de proteção e promoção do desenvolvimento de crianças e adolescentes. Consideramos que grande parte das dificuldades de transformação desta realidade, sem desconsiderar os aspectos culturais, sociais, históricos e econômicos, são decorrentes do fato de que o interesse e compromisso dos profissionais não se fazem acompanhar por uma formação – tanto geral, quanto específica – que oriente sua ação na defesa e promoção dos direitos do público infanto-juvenil (Nascimento, 2007). O reconhecimento desta realidade aponta para a necessidade de as instituições formadoras, principalmente as universidades públicas, envidarem esforços no sentido de contribuir para que ao interesse e compromisso desses profissionais se somem a competência técnica e humana (Freire, 1998). Nesta direção, Universidade desenvolveu um projeto de extensão em interface com a pesquisa denominado “Formação de agentes sociais e professores em políticas de atendimento a crianças e adolescentes” se propondo a formar agentes sociais, professores do ensino fundamental e alunos de cursos de licenciaturas na política de atendimento à criança e ao adolescente, na perspectiva de uma formação reflexiva. A proposta foi desenvolvida em encontros mensais de três horas, com um total de dez encontros. A metodologia de trabalho teve como base o processo grupal (Lane, 1984) e o entendimento de que as pessoas se constroem coletivamente, na relação com o outro de forma dialética (Vigotski, 2006). Os encontros foram planejados de forma a articular-se a abordagem teórico-conceitual e normativo-legal das temáticas propostas a uma abordagem mais dialógica e dinâmica por meio qual os participantes foram estimulados a expor e pôr em discussão os saberes, conhecimentos e concepções que subjazem sua prática, sendo confrontados entre si e com a produção teórica, de modo que todos tenham a oportunidade de construir formas mais elaboradas de compreender, esperando-se que se convertessem em renovadas formas de fazer. Ao final do processo formativo a pesquisa foi realizada e sobre seus dados que este trabalho pretende refletir. Objetivo: Avaliar o processo de formação que o projeto de extensão propiciou aos participantes, procurando analisar os sentidos e as possíveis mudanças na vida pessoal, profissional, de compreensão do ECA e de redes de atendimento à criança e ao adolescente desses profissionais. Metodologia: ao final os participantes foram convidados a participar de uma pesquisa avaliativa, realizada em duas etapas: 1- Análise documental – avaliação da escrita individual onde o participante avaliou a formação em relação aos conteúdos, a metodologia e condições de realização, expressando o significado e os impactos que a participação no projeto de extensão proporcionou no que diz respeito aos conhecimentos, percepções e formas de fazer o trabalho social e educativo. 2- Entrevista semiestruturada – os participantes, individualmente, respondem de modo facultativo a

perguntas acerca de seu trabalho e das bases que o sustentam, podendo avaliar também o próprio processo de formação. A análise desse material foi realizada através da busca de compreensão dos sentidos e significados construídos (Vigotski,2006; Aguiar e Ozella, 2006), adentrando em seu histórico de vida pessoal e profissional, contextualizado com a realidade do município e do órgão onde trabalha. Resultados: De forma geral, os dados indicaram que para os profissionais, o processo formativo foi de fundamental importância, principalmente por conhecerem mais sobre o ECA e sobre a Política de Atendimento, assim como possibilitou novos modos de pensar sua prática cotidiana e de entendimento da realidade onde se inserem. Considerações finais: O processo de formação avaliado parece indicar que o conhecimento que é construído de modo participativo e reflexivo gera um maior comprometimento por parte desses profissionais, focando sempre na criança e no adolescente e trabalhando pela transformação de sua realidade.

Referências

AGUIAR, W.M.J.; OZELLA, S. Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. **Psicol. Cienc. Prof.**, jun., vol.26, no.2, p.222-245, 2006.

ANDRADE, J. E. **Conselhos Tutelares: cem ou sem caminhos?** São Paulo: VERAS EDITORA, 2000.

FREIRE, P. **Professora sim, tia não!** Cartas a quem ousa ensinar. (9ª Ed.) São Paulo: Olho D'água, 1998.

FRIZZO, K.R.; SARRIERA, J.C. Práticas sociais com crianças e adolescentes: o impacto dos conselhos tutelares. **Psicol. cienc. prof.**, Jun, vol.26, no.2,2006, p.198-209.

LANE, S. T. M.; CODO, W. (Org.) **Psicologia Social: o homem em movimento.** São Paulo: Brasiliense. 1984,p.32 - 39.

LIBERATTI, W.; PÚBLIO, C. **Os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente.** São Paulo: Malheiros Editora, 1993.

NASCIMENTO, M. L.DO ; SCHEINVAR, E.(2005) Estela Infância: discursos de proteção, práticas de exclusão. **Estud. pesqui. psicol.**, Dez., vol.5, no.2, 2005, p.51-66.

_____. De como as práticas do conselho tutelar vêm se tornando jurisdicionais. **Aletheia.** Jun, no.25, 2007, p.152-162.

VIGOTSKI, L.S. **Obras Escogidas IV.** Psicologia Infantil. Editorial Pedagógica, Moscú. 2ª. Ed., (2006/1984)

Palavras-Chave: Políticas Públicas; ECA; Formação Profissional.

MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO E PSICOLOGIA: REFLEXÕES SOBRE PRÁTICAS EM ESTÁGIO PROFISSIONAL. *Pâmela Yuri de Souza Matsushita* (psicologia@fadap.br); *Alexander Rodrigues Cardoso*; *Camila Ferreira Sartori*; *Flávia Augusta Bueno da Silva.* (Faculdade da Alta Paulista, Tupã-SP)

O presente trabalho apresenta reflexões sobre a construção de práticas profissionais do psicólogo no âmbito das medidas socioeducativas em meio aberto, desenvolvida por graduandos em Psicologia junto à organização local de atendimento aos adolescentes em conflito com a lei. Para confecção de tal discussão, é necessário primeiramente pontuar as concepções que fundamentam nosso modo de compreender esse específico cenário de atuação. A decisão por utilizar a ideia de “adolescente em conflito com a lei” é balizada pelas premissas do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) que compreendem o adolescente como sujeito de direitos e em condição de pessoa em desenvolvimento. A peculiaridade de “estar em desenvolvimento” comporta a noção de processualidade, de composição, de construção do modo de ser do sujeito, a qual não combina com marcas identitárias e estigmatizantes contidas em adjetivos como menor infrator ou delinquente. Adjetivações como estas instigam o reconhecimento do adolescente autor de ato infracional menos como agente que operou uma ação que transgrediu os princípios legais e mais como

sujeito que porta uma personalidade criminosa. Nesse viés, a medida comumente esperada é a aplicação de métodos corretivos e punitivos que assegurem a privação de liberdade do transgressor e seu afastamento do convívio social. Em contrapartida, as medidas socioeducativas intentam fundamentar ações com caráter tanto sancionatório quanto educativo: responsabilizando o adolescente pelas consequências lesivas do ato cometido, incentivando a reparação dos danos causados e garantindo – sempre que possível - a integração familiar, comunitária e social (BRASIL, 2012). Ainda assim, entendemos que o imperativo “é castigando que se educa” baliza as políticas socioeducativas de administração pública de conflitos; entretanto, reconhecemos a tentativa de promover mais procedimentos restaurativos do que penalizantes. Ao permitir a permanência em seu ambiente familiar e comunitário para o cumprimento da sanção, o adolescente continua a enfrentar as adversidades e as emergências da vida cotidiana, como antes, e diante das quais pode aprender outros modos de resolução que não culminem em desobediência legal com consequências penais. Daí a aposta de promover intervenções críticas no programa de atendimento para a execução de medidas socioeducativas, que incentivem os adolescentes a (re)pensarem seus desejos, seus valores, seus ideais e os modos possíveis de transformar a realidade vivida, além da confecção de relatórios recheados de subsídios à decisão judicial sobre a aplicação das medidas. Todavia, aqui, pontuamos a incongruência entre ações de acompanhamento que exijam a elaboração de parecer e, ao mesmo tempo, estimulem a autonomia e expressão da individualidade do sujeito (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2011). O vínculo com o psicólogo – parecerista, inevitavelmente, é permeado de componentes de desconfiança e distanciamento, já que todas as expressões do adolescente podem ser diagnosticadas como indicativos prejudiciais ao término da sanção (SHINE, 2005). Em contrapartida, ações que objetivam a promoção de autonomia demandam um vínculo de confiança entre as partes e um espaço aberto de discussão e reflexão, sem julgamento e condenações. Nesse sentido, as atividades promovidas pelos estagiários fundamentaram-se, basicamente, na criação de tal espaço com os adolescentes atendidos. Como dispositivo de encontro, foram ofertados dois grupos operativos (PICHON-RIVIÈRE, 2009): um tecido sob a temática “mundo do trabalho e orientação profissional” e o outro, “sexualidade e gênero”. A partir dos eixos temáticos, os graduandos coordenaram exposições iniciais, a fim de transmitir conhecimentos específicos do tema discutido, de despertar o interesse dos adolescentes e de instigar a interação grupal primeiramente. As reuniões, então, forjaram menos a instrução que a criação de um território de produção de sentidos e ressignificação das situações vividas pelos participantes. A utilização da técnica de grupo de tarefa viabilizou o conhecimento mútuo dos usuários do serviço e estagiários, a troca de experiências, a identificação de dificuldades comuns e a mobilização dos papéis estereotipados assumidos muitas vezes. Na efetivação dos encontros, a rápida receptividade aos estagiários e a participação ativa nas discussões propostas surpreenderam tanto os graduandos quanto os profissionais da instituição. Estes últimos apontaram que, normalmente, os adolescentes demonstram desinteresse pelas atividades promovidas, executando-as como mera obrigação. Nesse momento, é possível compreender que tais distinções no modo de agir dos adolescentes advenham do efeito da desconfiança e do distanciamento em relação à equipe técnica do serviço, destacando a primazia do lugar do profissional dos exames e dos laudos no entendimento dos usuários. Com isso, concluímos que o exposto revela a importância de se discutir mais sobre os pressupostos socioeducativos e os modos de atuação profissional exigidos da equipe técnica, estimulando a reflexão contínua sobre os alcances e limitações dos atendimentos ofertados nesses programas em prol da efetiva promoção de cidadania e justiça social aos envolvidos.

Referências

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990.

BRASIL. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. Brasília, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasil). **Resolução CFP 012/2011**. Regulamenta a atuação do psicólogo no âmbito do sistema prisional. Brasília, 2011.

PICHON-RIVIÈRE, Enrique. **O processo grupal**. 8. ed. Tradução de Marco Aurélio Fernandes Velloso e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

SHINE, Sidney. Avaliação psicológica em contexto forense. In: SHINE, Sidney (Org.). **Avaliação psicológica e lei: adoção, vitimização, separação conjugal, dano psíquico e outros temas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

Palavras-Chave: Formação Profissional; Medidas Socioeducativas; Cidadania.

REFLEXÕES SOBRE FORMAÇÃO E ENCONTROS DISCIPLINARES NA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Renata Ghisleni de Oliveira (reghisleni@yahoo.com.br). (UMC-SP). *Maria Cristina Gonçalves Vicentin*. (PUC-SP)

O trabalho apresentado faz parte da pesquisa de Doutorado com título provisório de “Encontros ‘entredisciplinares’ na formação profissional em práticas de assistência jurídica na Defensoria Pública do Estado de São Paulo”. O referido estudo é desdobramento de experiências profissionais e de pesquisa da autora na interface da Psicologia com o Direito.

A perspectiva teórica se encontra no campo da Psicologia Social, contando com a utilização de ferramentas da análise institucional francesa (Guattari, 1992; Lourau 1993, 2004). Importantes ferramentas teóricas também se orientam pelas noções foucaultianas de ética, regimes disciplinares, relações e estratégias de saber-poder e saberes assujeitados (Foucault 1995, 2005, 2006a, 2006b, 2009, 2010a, 2010b) e pela compreensão da formação profissional. A formação aqui entendida como efeito da articulação entre teoria e prática, sendo um processo que pode vir a enfrentar e desmontar a separação formação-trabalho, pois conforme nos dizem Heckert, Passos e Barros (2009) “ao se considerar que os processos de trabalho se constituem como matéria-prima dos processos de formação”. As discussões no campo da saúde, em especial àquelas relacionadas à humanização no Sistema Único de Saúde (SUS), auxiliam em nosso debate, na medida em que ampliam e potencializam a reflexão sobre práticas preocupadas com o cuidado, o acolhimento e com novos modos de produção e circulação de saber e de poder (Benevides e Barros, 2005; Heckert, Passos e Barros, 2009; Sordi e Bagnato, 1998). A escolha de tomar a Defensoria Pública do Estado de São Paulo como campo de análise se deu em função de sua recente criação, com diversas inovações e sua orientação ético-estética-política na medida em que é o órgão responsável pelo atendimento jurídico e pela garantia de direitos daqueles que não têm condições de contratar advogado. Apesar de estar prevista desde a Constituição Federal de 1988, cada estado implementou em momentos diferentes a sua entidade, sendo que São Paulo o fez em 2006 através da Lei Complementar Estadual nº 988 (Cardoso, 2010). Conforme Cardoso (2010), a sociedade politicamente organizada, através do Movimento Pela Defensoria Pública, composto por mais de 400 representantes de entidades e movimentos sociais, desempenhou importante papel no cenário da criação deste novo órgão, essencial à efetivação do Estado Democrático de Direito. A importância da implementação da Defensoria Pública se manifesta na medida em que o contexto do Sistema de Justiça apresenta-se historicamente marcado pela desigualdade de tratamento entre classes e pelos entraves de garantia e de acesso à justiça pelo público em condições de escassez de recursos financeiros. A Lei Complementar que criou a Defensoria Pública no Estado de São Paulo, além de uma série de inovações, propôs a criação de Centros de Atendimento Multidisciplinares (CAM) como órgãos auxiliares em suas

demandas. Os referidos centros tiveram o início de suas atividades em 2010, momento em que ingressam no quadro da Defensoria Pública do Estado de São Paulo os primeiros profissionais da Psicologia e do Serviço Social. O encontro entre Psicologia, Serviço Social e Direito não é algo recente, no entanto temos nos deparado com uma série de questionamentos que tem problematizado de forma crítica e reflexiva a atuação destas disciplinas no contexto de Justiça (Arantes, 2004, 2008; Bicalho, 2009; Brito, 2004; Coimbra, 2003; Jacó-Vilela, 2000). A Defensoria Pública do Estado de São Paulo, através da criação dos CAM tem produzido mudanças no cenário de encontro entre as disciplinas, na medida em que é uma organização jovem e que tem como função a luta e defesa de uma população que historicamente se encontra pouco visível no contexto do acesso à justiça, produzindo, assim, tensionamentos “internos” - nas relações entre Direito, Psicologia e Serviço Social - e “externos” - na relação com outros órgãos do Sistema de Justiça e no lugar ocupado pela população atendida neste Sistema. Desse modo, temos como objetivo geral do estudo analisar os efeitos da interface Psicologia, Serviço Social e Direito na Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Os objetivos específicos são: acompanhar e descrever a implantação dos processos de formação de profissionais e estagiários da Psicologia, do Serviço Social e do Direito que atuam em quatro Centros de Atendimento Multidisciplinar (CAM) da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, sendo três da capital e um da região metropolitana; situar os pedidos feitos pelos profissionais e estagiários de Direito aos CAM e as demandas produzidas pelas equipes dos Centros; identificar as demandas que convocam os profissionais e estagiários da Psicologia, do Serviço Social e do Direito a produzirem encontros na Defensoria Pública do Estado de São Paulo. A proposta metodológica escolhida para levantar e analisar as informações necessárias ao estudo situa-se no campo da pesquisa qualitativa, por meio da metodologia da pesquisa-intervenção, tomando como ferramentas conceitos da análise institucional francesa (Guattari, 1992; Lourau 1993, 2004). O estudo encontra-se em curso, portanto não existem resultados nem considerações finais, apenas reflexões, direções e vontade de diálogo.

Referências

- ARANTES, Esther Maria de Magalhães. Mediante quais práticas a Psicologia e o Direito pretendem discutir a relação? Anotações sobre o mal-estar (131-148). IN: Coimbra, C. M. B.; Ayres, L. S. M.; Nascimento, M. L. (Org.). **PIVETES: encontros entre a psicologia e o judiciário**. 1 ed. Curitiba: Juruá, 2008. 202p.
- _____. Pensando a Psicologia Aplicada à Justiça (1-21). IN: Gonçalves, H. S. E Brandão, E. P. (Org.). **Psicologia Jurídica no Brasil**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2004. 348 p.
- BENEVIDES, Regina; PASSOS, Eduardo. A humanização como dimensão pública das políticas de saúde. **Ciênc. saúde coletiva**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, set. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000300014&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 de janeiro de 2011.
- BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. **Psicologia e Justiça: a busca por possibilidades de encontros**. Florianópolis: mimeo, 2009.
- BRITO, Leila Maria Torraca de. Rumos e Rumores da Psicologia Jurídica. IN: JACÓ-VILELA, Ana Maria; MANCEBO, Deise (Org.). **Psicologia Social: Abordagens sócio históricas e desafios contemporâneos**. 2 ed. Rio de Janeiro: UERJ, 2004. 235 p.
- CARDOSO, Luciana Zaffalon Leme. **Participação social: inovações democráticas no caso da Defensoria Pública do Estado de São Paulo**. Dissertação (mestrado em Administração Pública e Governo), Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, 2010. 193 p.
- COIMBRA, Cecília Maria Bouças. **Psicologia Jurídica e Direitos Humanos**. 2003. Disponível em: <http://www.slab.uff.br/textos/texto68.pdf>. Acesso em: 15 de janeiro de 2011.
- FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. 19 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009. 79p.

- _____. **A verdade e as formas jurídicas**. 3 ed. Rio de Janeiro: Nau, 2005. 160 p.
- _____. **Ditos e Escritos**, IV - Estratégia, Poder-Saber. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a. 396 p.
- _____. **Ditos e Escritos**, V – Ética, Sexualidade e Política. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b. 326 p.
- _____. **Em defesa da sociedade**. 2 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010a. 269p.
- _____. **O governo de si e dos outros**. 1 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010b. 380p.
- _____. Sobre a genealogia da ética: uma revisão de trabalho. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. (Org.). **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 253-278
- GUATTARI, Felix. **Caosmose**: um novo paradigma estético. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992. 203p.
- HECKERT, Ana Lúcia Coelho; PASSOS, Eduardo; BARROS, Maria Elizabeth Barros de. **Um seminário dispositivo**: a humanização do Sistema Único de Saúde (SUS) em debate. Interface (Botucatu), Botucatu, 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832009000500002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 de janeiro de 2011.
- JACÓ-VILELA, Ana Maria. Os primórdios da Psicologia Jurídica. IN: BRITO, Leila Maria Torraca (Org.). **Temas de psicologia jurídica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000. 212 p.
- LOURAU, René. René Lourau na UERJ – 1993. **Análise institucional e práticas de pesquisa**. Rio de Janeiro, UERJ, 1993.
- _____. **René Lourau**: analista institucional em tempo integral. São Paulo: Hucitec, 2004. 287 p.
- SORDI, Mara Regina Lemes De; BAGNATO, Maria Helena Salgado. Subsídios para uma formação profissional crítico-reflexiva na área da saúde: o desafio da virada do século. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**. Ribeirão Preto, v. 6, n. 2, abr. 1998. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11691998000200012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 jan. 2011.
- Palavras-Chave**: Formação Profissional; Encontros Disciplinares; Assistência Jurídica.

EIXO TEMÁTICO EDUCAÇÃO

A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO FRENTE AO PROCESSO DE MEDICALIZAÇÃO DA INFÂNCIA E SEU (DES)COMPROMISSO COM A EDUCAÇÃO. *Caio Cesar Portella Santos* (caioportella@hotmail.com); *Caroline Cusinato*. (UNESP – Bauru)

Este ensaio propõe discutir sobre o processo de medicalização de crianças consideradas com fracasso escolar e a atuação do psicólogo frente a este processo, em uma análise compreendida a partir do método materialista histórico-dialético, com objetivos de questionar a existência de vestígios das ideias médico-higienistas na educação, discorrer sobre o compromisso e a criticidade da atuação do psicólogo em relação a queixas escolares, defender o enfrentamento e a superação do fenômeno da medicalização. As influências das ideias médico-higienistas nas questões educacionais surgiram significativamente ao final do século XIX. A escola passaria a ser enxergada como um lugar onde a criança deveria aprender importância da valorização física e moral, em um processo de compreensão da concepção de trabalho como dignificante do homem. Torna-se o lugar de ação de várias formas de disciplinamento, onde as normas surgem para diferenciar os comportamentos considerados

adequados e inadequados, este último percebido como possivelmente anormal ou patológico. Essa educação padronizada universaliza e iguala os desiguais, descarta as singularidades de cada aluno, o normal se torna a impossibilidade do aluno ser aceito como diferente em suas particularidades. Da articulação entre a medicina higienista e a educação escolar surge como consequência à medicalização da infância. Essas práticas medicalizantes e biologizantes ganham força e aparecem de forma frequente e maciça no cotidiano escolar atual, amparadas pelo desejo do estado burguês da construção de corpos disciplinados e obedientes, ou como coloca Foucault (1977) corpos dóceis, aqueles corpos que podem ser submetidos, utilizados, transformados e aperfeiçoados. A utilização de psicofármacos surge como meio de padronizar os sujeitos, intensificando cada vez mais o papel normatizador desempenhado pela medicina. Assim, por força do capitalismo e da industrialização, a escola tornou-se uma instituição de produção e regulação social, daí a necessidade da medicalização para tratamento das dificuldades escolares. Na atualidade, vários distúrbios resultam dos diagnósticos feitos em crianças com queixas escolares como: dislexia, discalculia, disgrafia, disortografia. Entretanto, conforme afirma Eidt (2009), o quadro que aparece com maior frequência nos encaminhamentos para os centros de referência em diagnóstico infantil são crianças supostamente portadoras de transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH). Tal transtorno é definido no Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais de forma subjetiva e imprecisa, passível a interpretações distintas, assim como o que ocorre com os critérios para seu diagnóstico. A própria psicologia enquanto ciência, em algumas de suas diversas teorias e métodos, também procuraram compreender o ser humano isento de seu caráter histórico, estabelecendo estágios de desenvolvimento comuns a todos os indivíduos e psicologizando as diferenças entre estes, ignorando a origem social dos processos mentais. Práticas como a medicalização e a “psicologização” evidenciam um processo de alienação da ciência, já que estudiosos e profissionais deslocam o foco de análise de questões sociais, econômicas e educacionais unicamente para o plano individual e orgânico; desconsiderando os múltiplos fatores que determinam o surgimento e/ou aumento vertiginoso das patologias. No entanto, a partir da perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural, tem emergido importantes discussões acerca desta questão. Para refletir sobre a concepção de desenvolvimento humano partimos da seguinte citação de Leontiev (1978, p.267): “Podemos dizer que cada indivíduo aprende a ser um homem. O que a natureza lhe dá quando nasce não lhe basta para viver em sociedade. É lhe preciso adquirir o que foi alcançado no decurso do desenvolvimento histórico da sociedade humana (...)”. Tal afirmação nos trás a reflexão de que é pelo conjunto de possibilidades constituídas em certas condições sociais concretas que determinam um campo que pressupõe limites e possibilidades de desenvolvimento ao indivíduo, então não é a hereditariedade genética que garantirá o homem como tal, mas sim o trabalho, a história e a cultura. Cabe à psicologia escolar assumir um compromisso em defesa da educação, compreendendo a escola como local privilegiado para apropriação do conhecimento e desenvolvimento do homem em direção às objetivações humano-genéricas. Compromisso esse que por vezes pode ficar de lado quando analisamos questões como o grande número de encaminhamentos, medicalização descontrolada da infância e a patologização do fracasso escolar. Considerações Finais: A partir da reflexão aqui proposta, apontamos como papel de uma psicologia crítica compreender o homem como produto de seu tempo e contribuir para a diminuição de práticas medicamentosas e patologizantes, estendendo seu olhar para além do indivíduo particular. Partimos da ideia de que “só o compromisso com a transformação da sociedade pode revolucionar o conhecimento” (MARTINS, 1978, p.13). Desta forma, numa sociedade dividida social e economicamente, “os saberes da Psicologia têm no cerne compromissos políticos, isto é, participam das relações de poder.” (MELLO E PATTO, 2008, p. 593). Na atuação do psicólogo há caráter político e sua prática sempre estará comprometida com alguma classe social, seja para manter a ordem

estabelecida pela classe dominante, seja para construir e ampliar a capacidade de pensamento crítico do indivíduo através da promoção de uma educação transformadora e revolucionária.

References

- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and statistical manual of mental disorders**. 4th ed. Washington: American Psychiatric Association, 1994.
- COLLARES, C. A. L.; MOYSÉS, M. A. A. (1985). **Educação ou saúde?** Educação x Saúde? Educação e Saúde. Cadernos Cedes, 15, p.7-16.
- _____. (2010). Dislexia e TDAH: uma análise a partir da ciência médica. In: Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. Grupo interinstitucional Queixa Escolar (Org.). **Medicalização de Crianças e Adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doenças de indivíduos**. São Paulo: Casa do Psicólogo
- EIDT, N. M.; TULESKI, S. C. Discutindo a medicalização brutal em uma sociedade hiperativa. In MEIRA, M. E. M.; FACCI, M.G. **Psicologia Histórico-Cultural: contribuições para o encontro entre subjetividade e a educação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.p.221-248.
- EIDT, N. M. O desenvolvimento cultural da atenção: contribuições para a superação do processo de medicalização da infância. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABRAPSO, 15, 2009, Maceió. **Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO**. Maceió, 2009.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1977.
- LUENGO, F. C. **A vigilância punitiva: a postura dos educadores no processo de patologização e medicalização da infância**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.
- MARTINS, J. S. **Sobre o modo capitalista de pensar**. São Paulo, Hucitec, 1978.
- MELLO, S. L. de; PATTO, M. H. S. Psicologia da violência ou violência da psicologia. **Psicol. USP**. São Paulo, v. 19, n. 4, dez. 2008. Disponível em <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51772008000400013&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 05 dez. 2012.
- MOYSÉS, M. A. A. A medicalização na educação infantil e no ensino fundamental e as políticas de formação docente. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 31, 2008, Caxambu. **Anais 31ª Anped**. Caxambu, 2008.
- PATTO, M. H. S. **Laudos psicológicos: notas para urna reflexão**. Jornal do Conselho Regional de Psicologia 6a. Região, jan./fev/1995, n. 91, p.16.
- _____. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.
- _____. De gestores e cães de guarda: sobre psicologia e violência. **Temas psicol.** Ribeirão Preto, v. 17, n. 2, 2009. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2009000200012&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 05 dez. 2012.
- Palavras-Chave:** Educação; Medicalização; Psicologia Escolar.

A DIVERSIDADE NA ESCOLA: TECENDO REFLEXÕES SOBRE A INCLUSÃO ESCOLAR. *Polianne Delmondez* (juliana.jcl@gmail.com); *Juliana Crespo Lopes*. (UnB-Brasília)

As Diretrizes Nacionais do Ministério da Educação para a Educação Especial na Educação Básica consideram que a inclusão é um avanço em relação à ideia de integração escolar, uma vez que postula uma mudança estrutural no sistema regular de ensino, cujo objetivo é fazer com que a escola se torne inclusiva: um espaço democrático com competência para trabalhar com todos os educandos, sem distinção de raça, classe, gênero ou características pessoais. Nesse sentido, é fundamental que a diversidade não seja apenas aceita ou tolerada como também desejada. Percebe-se, então, a importância de se conceber um contexto escolar preparado para receber e valorizar todas as diferenças e singularidades. Por sua vez, a

UNESCO considera que um dos maiores desafios do mundo hoje é o crescente número de pessoas excluídas de uma participação significativa na vida econômica, social, política e cultural de suas comunidades. E ainda coloca a educação como o agente de transformação para desenvolver capacidades e abrir os horizontes de possibilidades dessas pessoas. Uma recente mudança na estruturação de secretarias do Ministério da Educação (MEC) evidencia essa visão de inclusão escolar para todos e não apenas para aqueles que recebem laudos médicos com diagnósticos relacionados à aprendizagem e ao desenvolvimento. Nesse sentido, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) incorporou atribuições da extinta Secretaria de Educação Especial e recebeu a palavra “inclusão” em sua nomenclatura. Essa mudança é extremamente importante quando se percebe que não se defende mais uma política de educação especial para aqueles que não aprendem no mesmo ritmo ou com a mesma estrutura física e material. Vale ressaltar que essa Secretaria abarca a educação escolar indígena, quilombola e do campo, além da educação de jovens de adultos, educação ambiental, em direitos humanos e para as relações étnico-raciais. Assim, fica clara a mudança na perspectiva inclusiva adotada e defendida pelo MEC e que deve ser trabalhada nas escolas brasileiras, trata-se de uma concepção de inclusão que abranja a diversidade de um modo geral. Ultimamente, têm sido realizadas inúmeras discussões tanto teóricas quanto práticas sobre os efeitos das novas políticas de inclusão no contexto educativo e percebe-se que alguns projetos político-pedagógicos tendem a manter presentes outros processos de exclusão. Assim, ao criar o outro da inclusão, acaba produzindo um sujeito de sua dupla negação, que não pode se incluir, portanto, continua sendo excluído. Nesse sentido, a sugestão de abordagem aqui discutida visa trabalhar essa nova perspectiva de inclusão escolar com os estudantes, uma vez que o foco das ações para a inclusão escolar normalmente está direcionado à formação continuada de professores, por meio de cursos que ensinam apenas como lidar com o estudante diferente. A criança e o adolescente que crescem num contexto onde o diferente é concebido como sujeito, em sua singularidade, aprendem desde cedo a respeitar e conviver com todos, sem que existam práticas de exclusão e de preconceito na escola. Além disso, um contexto escolar que apresenta a diversidade como uma premissa orientadora de seus projetos político-pedagógicos passa a ter o compromisso com a efetivação de práticas sociais e culturais inclusivas para todos. Desse modo, a pesquisa envolveu a investigação com adolescentes em uma escola de ensino médio da cidade de Brasília. Foram realizadas oficinas que tinham como temática “O respeito às diferenças”, segundo uma proposta metodológica vinculada ao projeto de extensão Espaço AION – Espaço de reflexão, prática e divulgação em Filosofia, artes e Humanidades. A proposta metodológica segundo tal projeto busca criar um espaço de reflexão a partir da prática dialógica em grupos de discussão formados por indivíduos de diferentes interesses e idades. Foi criado um espaço de reflexão com sete estudantes e um professor em que foram discutidos livremente assuntos bastante variados para chegarmos a pontos chave de discussão acerca da inclusão. Pode-se perceber, a partir dos relatos dos/as adolescentes, uma abertura maior em tematizar as experiências das diferenças de gênero, étnico, raciais, de modos de perceber, sentir, ver, entre outros. Isso porque, como foi notado, a escola apresenta como princípios norteadores o respeito à diversidade e visa desenvolver atividades voltadas para a sua discussão. A partir da pesquisa realizada, fica evidente a importância de se trabalhar de forma reflexiva com os/as estudantes acerca das diversidades presentes em todas as esferas da sociedade e que devem ser acolhidas e incluídas também nas instituições escolares. Mais do que saber lidar didaticamente com as diferenças e singularidades presentes em sala de aula, os educadores, assim como toda a comunidade escolar, devem estar aptos também para criar e manter espaços verdadeiramente inclusivos nas escolas. As oficinas de reflexão sobre diversidade podem colaborar para que se atinja tal objetivo, seja com estudantes adolescentes, crianças ou com o restante da comunidade escolar.

Referências

- BRASIL. Ministério da Educação. (2001). **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em 16 de dez. de 2012.
- UNESCO. (2004). **Changing teaching Practices - using curriculum differentiation to respond to students' diversity.** Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001365/136583>
- http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=290&Itemid=816. Acesso em 13 de dez. de 2012."
- Palavras-Chave:** Espaço De Reflexão; Diversidade; Inclusão Escolar.

A RELAÇÃO SINGULAR-PARTICULAR-UNIVERSAL NO PROCESSO DE ATRIBUIÇÃO DE SENTIDO PESSOAL À ATIVIDADE DE ESTUDO. *Flávia da Silva Ferreira Asbahr* (flaviasfa@yahoo.com.br). (UNESP-Bauru)

O objetivo deste trabalho é apresentar as sínteses produzidas em uma pesquisa cujo objetivo foi investigar o processo de atribuição de sentido pessoal à atividade de estudo de estudantes do Ensino Fundamental. Tem-se, como referência teórica, a Psicologia Histórico-Cultural, que compreende o desenvolvimento humano a partir da periodização de atividades principais realizadas ao longo da vida (VYGOTSKI, 1996; LEONTIEV, 1978, 1983, 1988; DAVYDOV & MÁRKOVA, 1987). O foco de pesquisa foi a atividade de estudo, atividade principal das crianças em idade escolar. O trabalho foi composto por uma investigação bibliográfica conceitual, cujo produto são sínteses teóricas acerca do objeto estudado, e uma investigação empírica, realizada em uma escola pública municipal da cidade de São Paulo, com estudantes de 4a série. Embora a referência empírica tenha sido a atividade de estudantes de uma turma específica, entende-se que os resultados da investigação não ficam circunscritos a esta singularidade, pois a atividade desses estudantes está imersa em uma particularidade, em um contexto específico de organização de escola e de ensino, constituído pelo modo de produção capitalista, que produz determinadas formas de atividade escolar e pedagógica. Essa relação singular-particular, ou indivíduo-sociedade, não pode ser tomada como a máxima possibilidade de constituição do humano no homem, já que não permite, necessariamente, sua plena objetivação enquanto ser genérico. Na perspectiva teórica adotada, a relação indivíduo-sociedade deve ser considerada como uma relação mediadora inerente a uma relação mais ampla, a relação do indivíduo com o gênero humano, com a universalidade (OLIVEIRA, 2005). A universalidade é aqui compreendida como o desenvolvimento máximo alcançado pelo gênero humano. É, portanto, uma abstração que tem sua base concreta na própria realidade. No caso desta pesquisa, podemos considerar que o singular refere-se às atividades de estudo, ou atividades desenvolvidas na escola, pelos estudantes da 4a série C. Tais atividades são produzidas em um contexto particular de organização de ensino, vigente na sociedade capitalista. O universal expressa-se nas contradições existentes na condução da atividade pedagógica e na forma como os estudantes a vivenciam, que apontam possibilidades concretas de resistência às relações alienadas próprias ao que chamei de sentidos pessoais existentes. Tais contradições permitem – ou criam condições para – a constituição de outros sentidos, os sentidos possíveis. Estes esboçam uma relação mais consciente com o gênero humano, na forma de conteúdos e conhecimentos escolares, que caminha na direção da apropriação das máximas possibilidades de desenvolvimento humano. Considerando as contradições existentes na atividade pedagógica, é na própria relação entre motivo e fins das ações que podemos ver um sentido diferente ao que está posto. Conclui-se que analisar a dialética entre o singular, o particular e o universal é essencial se queremos apontar as possibilidades de transformação existentes na própria realidade escolar no sentido da humanização das pessoas que ali trabalham, estudam e convivem. Há, aqui, uma dimensão

ético-política do fazer científico, que consiste em conhecer a realidade humana para transformá-la. Voltando ao objeto desta pesquisa, na análise dos dados, buscou-se explicar como ocorre o processo de atribuição de sentido pessoal à atividade de estudo e os limites de formação dessa atividade na atual organização do ensino. Apontou-se, por outro lado, as contradições escolares que indicam possibilidades, ainda que incipientes, de formação dessa atividade e de constituição de um sentido pessoal que seja condizente com as máximas possibilidades de humanização presentes na atividade de estudo. No primeiro caso, que chamamos de sentidos existentes, vimos a ruptura entre os motivos da atividade de estudo e as ações correspondentes. Os motivos expressos pelos estudantes são apenas compreensíveis e as ações realizadas não correspondem a esses motivos, tornando-se esvaziadas de sentido. Os conteúdos escolares pouco são conscientizados pelo sujeito, pois não ocupam um lugar estrutural em sua atividade e as significações sociais dessa atividade aparecem como independentes da vida dos indivíduos. A partir dessa análise, pode-se postular que a atividade de estudo, para muitos estudantes, não chega a se formar como atividade principal. Por outro lado, deparamo-nos com contradições na própria organização da atividade pedagógica que indicam possibilidades de superação dessa fragmentação entre motivos e ações e entre significados e sentidos da atividade de estudo, e que apontam para o processo de atribuição de sentidos possíveis, condizentes com o significado social de tal atividade, na direção da apropriação dos conhecimentos humanos específicos da atividade pedagógica. Nos momentos de convergência entre motivos e ações da atividade de estudo em formação, o estudante pode estabelecer uma relação consciente com o conhecimento e com a própria atividade, no sentido da genericidade humana. Por fim, defende-se a tese de que, para que a aprendizagem escolar ocorra, as ações de estudo dos estudantes devem ter um sentido pessoal correspondente aos motivos e aos significados sociais da atividade de estudo, no sentido da promoção do desenvolvimento humano.

Referências

- DAVYDOV, Vasili.; MÁRKOVA, A. La concepcion de la actividad de estudio de los escolares. In: DAVYDOV, Vasili; SHUARE, Marta. **La psicologia evolutiva y pedagogia en la URSS: antologia**. Moscú: Editorial Progreso, 1987. p. 316-337.
- LEONTIEV, Alexis. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Horizonte Universitário, 1978.
- _____. **Actividad, conciencia e personalidad**. Havana: Editorial Pueblo y Educacion, 1983.
- _____. Uma contribuição à teoria do desenvolvimento da psique infantil. In: VIGOTSKII, L.S.; LURIA, A.R. & LEONTIEV, A.N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 5ª ed. São Paulo: Ed. Ícone, 1988. p. 59-83.
- OLIVEIRA, Betty Antunes de. A dialética do singular-particular-universal. In: ABRANTES, Angelo Antonio; MARTINS, Lígia Márcia & SILVA, Nilma Renildes da (Org.). **Método Histórico-Social na Psicologia Social**. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 25-51.
- VYGOTSKI, Lev Semionovich. **Obras escogidas**. Madrid: Machado Libros, 1996, v.4.
- Palavras-Chave:** Psicologia Histórico-Cultural; Desenvolvimento Humano; Sentido Pessoal.

A SAÚDE DO TRABALHADOR NA EDUCAÇÃO BÁSICA. *Luciete Valota Fernandes* (lucietevalota@yahoo.com.br). (Instituto de Psicologia-USP/SP)

A reestruturação produtiva do capitalismo, iniciada há algumas décadas, tem gerado incursões em todos os campos da vida social. O contexto histórico atual, marcado pelo neoliberalismo, tem como premissas centrais: a diminuição da responsabilidade estatal, o enxugamento dos gastos públicos, a perda paulatina dos direitos trabalhistas, o desemprego, o desenvolvimento dos modelos horizontais de trabalho, cujo mote é a crescente expropriação do trabalho, dentre outras (ANTUNES, 2009). Essa tendência traz consequências desastrosas aos setores sociais, na educação básica e pública em particular faz-se visível por meio do aviltamento dos salários

e das condições de trabalho, da ampliação das responsabilidades educativas, das extensas jornadas laborais, da implementação das parcerias público-privado e da necessidade de reprodução material e ideológica das novas diretrizes educacionais exigidas pelo cenário internacional. Esse quadro econômico e social tem intensificado e precarizado o trabalho do professor da rede pública brasileira, trazendo implicações na sua saúde física e mental e, conseqüentemente, sobrelevando os índices de absenteísmo e de afastamento no trabalho. De acordo com os levantamentos e os estudos de caráter nosológico, destacados por Silva (2007) e Assunção e Oliveira (2009), os transtornos mentais e afetivos colocam-se entre os descritores principais dos afastamentos dos professores. Além disso, percebe-se a existência de sintomas somáticos e doenças específicas no magistério (LYRA et al, 2009, ALMEIDA; SILVA, 2011). Em relação aos sintomas ditos somáticos destacam-se dormir mal, ter dores de cabeça frequentemente e desconfortos no estômago. E as doenças mais comuns são os problemas na voz, as doenças musculoesqueléticas, as doenças respiratórias e cardiovasculares e a cefaleia. Este estudo teórico resulta de pesquisa de doutorado em andamento e objetiva mostrar as interconexões entre a saúde, o sofrimento, o adoecimento e o trabalho docente, tendo como base substantiva os postulados teórico-metodológicos da psicologia histórico-cultural e da psicologia social e do trabalho. Entende-se que as condições e as organizações de trabalho do professor, segundo categorização proposta por Dejours (1986), concorrem simultaneamente para a produção social do sofrimento psíquico e, no extremo, do adoecimento. As condições de trabalho compreendidas como determinações da infraestrutura necessárias para o desenvolvimento da atividade de ensino e a organização do trabalho que envolve as relações de poder e a margem de autonomia possível, a hierarquia e a divisão das ações no espaço escolar. Baseando-se nos pressupostos de Leontiev (1983) pode-se afirmar que as condições objetivas de trabalho docente desfavorecem a satisfação das necessidades genéricas e a externalização das motivações geradoras de sentido. Em contrapartida, a atividade de ensino é balizada preponderantemente pelos chamados motivos-estímulos que impelem para a obtenção do salário, para a estabilidade pública e para o consumo de mercadorias. Nota-se, portanto, uma fragmentação na consciência docente: entre o que se idealiza e o que se realiza, entre o sentido pessoal e o significado objetivo, entre as motivações esperadas e as ações educativas concretizadas. Essa cisão no plano da consciência do professor, que inclusive obstaculiza uma ligação com as esferas mais elevadas de conhecimento científico e genérico, pode criar condições para a manifestação do sofrimento e do adoecimento. Ademais, o trabalho docente esvazia-se na sua essência primordial que é a possibilidade de transformação da consciência de outrem pela via da apropriação dos saberes superiores. Quando significativa parcela do magistério está orientada por motivações distantes ao conhecimento historicamente acumulado, pelas razões já expostas, o resultado é o comprometimento da educação escolar pública à classe trabalhadora. Nesse sentido, faz-se urgente a discussão sobre a saúde do professor na contemporaneidade que pressupõe, além do questionamento das políticas públicas, a análise radical acerca da presente organização social e econômica, governada cada vez mais pelas exigências mercantis, subsumindo a atividade educativa a mais uma moeda de troca.

Referências

- ALMEIDA, M. A.; SILVA, N. R. da. As características dos alunos são determinantes para o adoecimento de professores – um estudo comparativo sobre a incidência de burnout em professores do ensino regular especial, **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 17, n. 3, p. 373-394, set/dez. 2011.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ASSUNÇÃO, A. A.; OLIVEIRA, D. A. Intensificação do trabalho e saúde dos professores, **Educação e Sociedade**, v. 30, n. 107, p. 349-372, mai/ago. 2009.

DEJOURS, C. Por um novo conceito de saúde. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 54, n. 14, p. 7-11, 1986.

LEONTIEV, A. N. **Actividad, consciencia y personalidad**. Havana: Editorial Pueblo y Educación, 1983.

LYRA, G. F. D et. al. A relação entre professores com sofrimento psíquico e crianças escolares com problemas de comportamento. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.14, n. 2, p. 435-444, mar/abr, 2009.

SILVA, F. G. **O professor e a educação: entre o prazer, o sofrimento e o adoecimento**. 2007. 408f. Tese (Doutorado em Educação: Psicologia da Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

Palavras-Chave: Saúde do Professor; Psicologia Histórico-Cultural; Educação Escolar.

A UNIVERSIDADE AO LADO DA ESCOLA PÚBLICA EM 2012: INTERVENÇÃO, PESQUISA E COMPROMISSO COM A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL. *Antonio Carlos Barbosa da Silva, Marina Coimbra Casadei Barbosa da Silva, Luciana Ferrari Gouvea*. (UNESP-Assis)

INTRODUÇÃO: O presente trabalho é um recorte de um projeto de extensão, apoiado pela PROEX- Unesp, que procura desenvolver ações psicológicas junto a comunidade de uma escola pública. A instituição escolar pública na contemporaneidade apresenta características que abrange problemáticas sociais e conflitos culturais que interferem diretamente na relação aluno x escola. Essas características são mais evidentes em escolas inseridas em um contexto social nos quais crianças e adolescentes se encontram em situações de risco (violências urbanas, exploração sexual, tráfico de drogas etc.). Para lidar com este conjunto de problemáticas, por exemplo, torna-se necessário criar um canal de comunicação, expressão e informação livres e não autoritários entre todos os atores da escola. Dessa forma, a constituição desse canal acarretaria aos jovens escolares elementos racionais e emocionais para elaborar as facetas negativas que envolvem estas problemáticas e, também, desenvolver certa crítica e pertencimento à realidade social que os cerceiam. **OBJETIVO:** O presente trabalho fomentou grupos de reflexão e de debates entre alunos do ensino fundamental a respeito das problemáticas sociais e emocionais que envolvem a constituição de suas identidades. **MATERIAL E MÉTODOS:** Nosso projeto foi realizado em uma escola pública de ensino fundamental em Assis - SP. Ele foi estruturado metodologicamente de forma a construir espaços reflexivos que levassem os alunos a se fortalecerem criticamente frente às demandas sociais que os cercam. Utilizamos as chamadas intervenções grupais em psicologia com respaldos teóricos (utilizamos a psicologia social comunitária e a pedagogia libertária) e práticos (oficinas psicossociais que possibilitavam o desenvolvimento de reflexões grupais acerca de questões sociais). De um modo geral, podemos afirmar que nosso projeto articulou o ensino e a pesquisa, socializando junto à comunidade escolar, os conhecimentos que foram produzidos nas oficinas. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Em destaque descreveremos duas oficinas desenvolvidas no trabalho. A oficina intitulada por "resgate da cultura através dos ritmos" teve por objetivo a conscientização dos alunos acerca da história social que permeia cada estilo musical. Estilos musicais eram estudados e debatidos a partir dos acontecimentos que ocorriam na época em que o ritmo surgira. Na oficina "Fique sabendo sobre sua sexualidade" repensamos a escola contemporânea em relação ao seu objetivo formar cidadãos plenos e livres de preconceitos nas questões sociais, principalmente naquelas que envolvem a sexualidade. Por meio de dinâmicas de grupo e conversas, desconstruímos preconceitos, familiarizamos as informações referentes às sexualidades e proporcionamos aos alunos um olhar diferente sobre o corpo e as suas relações amorosas; Problematizamos estigmas e estereótipos socialmente construídos e institucionalizados a partir das normatividades de gênero e sexualidade, exercidos sobre homens e mulheres independentes de orientação sexual

e identidade de gênero. **CONCLUSÃO:** As oficinas representaram espaços multiplicantes de conhecimentos e constituintes de processos de subjetivação que revisou a história da sociedade e o papel dos alunos na mesma. Esses espaços foram essenciais para a formação de alunos mais conscientes de seu papel nesta sociedade e fomentou o compromisso de transformação social dos mesmos. Assim, as oficinas desenvolvidas levaram os adolescentes a internalizar conteúdos que o fortaleceram criticamente no enfrentamento de suas demandas sociais.

Referências

- AUGÉ, M. **Não-lugares**. Lisboa: Editora 90. 2005.
- BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1982
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987
- GALLO, S.. **Modernidade/pós-modernidade: tensões e repercussões na produção de conhecimento em educação** Educação e Pesquisa, setembro-dezembro, ano/vol. 32, número 003.: 2006
- GOERGEN, P. **Pós-modernidade: ética e educação**. Polêmicas do nosso tempo. Campinas: Autores Associados. 2001
- ILLICH, I. **Energia e Equidade**. Lisboa: Sá da Costa, 1ª edição (cadernos livres nº.7).1975.
- MATURANA, H. **Cognição, ciência e vida cotidiana**. Trad. C. Magro e V. Paredes. Belo Horizonte: UFMG. 2006.
- Palavras-Chave:** Educação; Oficinas; Conscientização.

COOPERAÇÃO... COMPETIÇÃO - RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA DE UTILIZAÇÃO DO FACEBOOK COMO FERRAMENTA DIDÁTICA. *Jéssica Rodrigues Rosa* (jessicarrosa@gmail.com); *Newton Key Hokama*. UNESP/Botucatu)

O surgimento de novas tecnologias cibernéticas, somado ao crescente aumento da utilização da internet entre os brasileiros, tem aberto possibilidades instigantes de utilização de tecnologias da informação nos mais diversos meios. Isso inclui o meio educacional, no qual é possível encontrar esse tipo de tecnologia – normalmente na forma de softwares colaborativos, sendo o mais conhecido deles o Moodle – sendo utilizada como ferramenta facilitadora da aprendizagem e canal de comunicação direta entre professor e alunos. Embora presentes, entretanto, essas tecnologias tem sido subutilizadas e em certos casos até desprezadas, especialmente no contexto educacional universitário. O presente trabalho consiste no relato de experiência de um docente (disciplina de Hematologia, do curso de Medicina da Universidade Estadual Paulista [UNESP] campus Botucatu, Brasil) com a utilização de uma destas tecnologias enquanto ferramenta didática: o Facebook. O presente trabalho tem como objetivo socializar informações e conhecimentos adquiridos através desta experiência, e analisá-los sob a perspectiva da Psicologia histórico-cultural. A experiência relatada, que teve duração aproximada de um mês, teve início com a criação de um grupo virtual, no qual os alunos foram gradualmente incluídos. O grupo foi apresentado, inicialmente, como espaço para discussão de casos e troca de informações entre alunos e professor e de alunos entre si; porém, progressivamente, foi se caracterizando também como local de expressão de sentimentos pessoais e de tomada de decisões coletivas. A aderência ao instrumento foi considerada mediana: dos 139 membros do grupo, apenas 56 podem ser considerados ativos (publicaram ao menos um comentário ou postagem), e destes, apenas 28 fizeram uma ou mais postagens (sendo predominante o baixo número de postagens por pessoa - menos de duas). Embora a grande maioria das postagens e comentários publicados estivesse diretamente relacionada à matéria discutida em aula ou a outros assuntos acadêmicos (como divulgação de notas ou decisões sobre formas de avaliação), após algum tempo surgiram também postagens que expressavam sentimentos ou impressões pessoais, com assuntos que

iam desde futebol até críticas ao comportamento dos colegas em sala de aula. Ao fim do período, uma avaliação do curso foi disponibilizada aos alunos, que eram incentivados a atribuir notas e comentar categorias relacionadas à experiência os métodos de ensino utilizados pelo docente (entre eles o uso do Facebook). As formas de avaliação utilizadas (TVEs) e o conteúdo e método das aulas receberam as notas mais altas (média de 9,62 e 9,32, respectivamente); o aproveitamento individual foi avaliado menos positivamente (média de 8,23). A menor nota foi atribuída à utilização do Facebook durante a disciplina – média de 7,52. Várias razões foram dadas, pelos próprios alunos, para justificar essa classificação: do excesso de informação e desorganização dos tópicos de discussão até o grande número de “comentários inúteis”, não relacionados ao tema de discussão. Alguns alunos apontaram também aumento da ansiedade decorrente da participação nas discussões, e o desgosto pela utilização de uma ferramenta que é tida como “exclusivamente de lazer” no meio acadêmico. Compreendemos que, apesar das críticas negativas, o uso de softwares sociais como o Facebook apresenta pontos bastante positivos, que justificam sua inclusão em âmbito acadêmico como ferramentas didáticas complementares. Em nossa experiência, concluímos que a utilização, com fins didáticos, de uma ferramenta que tem como função prioritária a troca de informações pessoais, intensificou disputas e a necessidade de afirmação individual – algo ainda mais evidente na turma do curso em questão (Medicina), que está entre os mais competitivos da graduação (altíssimo número de candidatos por vaga no vestibular). A precarização da atividade de estudo dos graduandos (grande volume de conteúdo, pouco tempo para estudo), somada à naturalização do sofrimento decorrente do processo de formação profissional e à validação da competitividade como forma de “seleção dos mais aptos”, se reflete em grandes índices de adoecimento mental entre os estudantes de Medicina, e aparece até mesmo quando se propõe no curso a utilização de ferramentas didáticas não-usuais, como o Facebook - que embora abra a possibilidade de cooperação entre os estudantes no processo ensino-aprendizagem, acaba frequentemente por intensificar processos competitivos e gerar sofrimento mental em muitos indivíduos.

Referências

- CENTRO DE ESTUDOS SOBRE AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO. **TIC Domicílios e Usuários**: Pesquisa sobre o uso das tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil. Disponível em: <<http://www.cetic.br/usuarios/tic/index.htm>>. Acesso em 6. jun. 2012.
- HI-MÍDIA. Abril/2012. **Redes sociais**: comportamento dos usuários. Disponível em <<http://www.hi-midia.com/pesquisas/abril2012-redes-sociais-comportamento-dos-usuarios/>>. Acesso em 6. jun. 2012.
- IBOPE. **Número de usuários ativos cresceu 13,9% em um ano**. Disponível em: <http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/CalandraRedirect?temp=6&proj=PortalIBOP&pub=T&nome=home_materia&db=caldb&docid=EB2B401AAF9B1F4F83257886004BA088>. Acesso em 6. jun. 2012.
- INSITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: 2009. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/>>. Acesso em 6. jun. 2012.
- MACHADO, J.R.; TIJIBOY, A.V. Redes Sociais Virtuais: um espaço para efetivação da aprendizagem cooperativa. **Novas Tecnologias na Educação**. CINTED-UFRGS, v.3, n.1, mai-2005. Disponível em: <http://www.inf.ufes.br/~cvnascimento/artigos/a37_redessociaisvirtuais.pdf>. Acesso em 20.jun. 2012.
- MADGE, C. et al. Facebook, social integration and informal learning at university: ‘It is more for socializing and talking to friends about work than for actually doing work’. **Learning**,

Media and Technology. v.34, n.2, p.141-155, 2009. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/17439880902923606>>. Acesso em 17. nov. 2012.

MARTINS, L.M. A natureza histórico-social da personalidade. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 24, n. 62, Apr. 2004 .Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32622004000100006&script=sci_arttext>. Acesso em 08.nov. 2012.

MAZMAN, S.G.; USLU, Y.K.The usage of social networks in educational context. **World Academy of Science, Engineering and Technology.** v. 49, 2009, p.404-408. Disponível em: <<http://www.waset.org/journals/waset/v49/v49-76.pdf>>. Acesso em 27. jun. 2012.

MENDONÇA, S.G. de L., MILLER, S. (Org.) **Vigotski e a escola atual: fundamentos teóricos e implicações pedagógicas.** Araraquara: Junqueira e Marin, 2006.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** 9.ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

PATRÍCIO, M.R.; GONÇALVES, V. **Facebook: rede social educativa?** Disponível em: <<http://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/3584/1/118.pdf>>. Acesso em 21 jun. 2012.

THOMPSON, L.A. et al. The intersection of online social networking with medical professionalism. **Journal of General Internal Medicine.** v. 23, n. 7, 2008, p.954-957. Disponível em: <<http://www.springerlink.com/content/b2525286784440h0/fulltext.pdf?MUD=MP>>. Acesso em 27. jun. 2012.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico: elementos metodológicos para elaboração e realização.** 10.ed. São Paulo: Libertad, 2002.

Palavras-Chave: Ensino Superior; Facebook; Softwares Sociais.

ESTÁGIO EM ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL. *Amanda Pereira Ferres; Julio Cesar Santos Ribeiro* (omegajulio@hotmail.com); *Sandra Elena Spósito.* (Faculdade De Filosofia, Ciências e Letras-Penápolis)

A abordagem sócio histórica questiona e refuta, de maneira crítica e reflexiva, a forma de aproximação dos indivíduos com as ocupações por meio do modelo de perfis pré-estabelecidos bem como modelos que trazem conceitos vocacionais. Nega-se a concepção liberal e naturalizante do indivíduo, isto é, busca-se um entendimento da construção de sua identidade a partir de suas vivências e da internalização do vivido criando uma historicidade não despersonalizada de sua realidade. (BOCK, 2002). Cabe destacar que “a abordagem sócio histórica entende que as profissões e ocupações não são perenes e imutáveis” (BOCK, 2002, p. 64), ou seja, desenvolvem-se junto a um contexto sócio-histórico-cultural ao qual o indivíduo está inserido criando-se uma subjetividade historicamente construída (não deslocando o indivíduo da realidade). Para Bock (2002), na perspectiva sócio histórica a vocação do ser humano é, justamente, não ter outras vocações; o ser humano não é um ser determinado e findado à determinada profissão puramente por teores biológicos. Não há inatismos (vocações, dons) que tendem a levar um indivíduo a ocupar determinado espaço profissional. Não há tendências a priori que obrigue o ser humano a realizar determinada tarefa (BOCK; 2002), são interesses (do indivíduo) e possibilidades (do meio) que lhe permitem realizar uma escolha profissional.No estágio curricular de Orientação Profissional do Curso de Psicologia da FUNEPE foi firmado um convênio com uma escola pública de Ensino Médio na cidade de Penápolis, São Paulo, para a realização de atividade da referida temática numa sala de aula do terceiro ano. O objetivo da proposta de estágio foi possibilitar a um grupo de estudantes, com idades entre 16 e 20 anos, momentos de reflexões sobre a orientação profissional e facilitar o processo de escolha de uma profissão a partir do melhor conhecimento das mesmas, do mundo de trabalho e de si mesmos. Conforme Martins (2007),

um grupo pode ser compreendido como uma estrutura social, uma realidade total onde o conjunto não pode ser reduzido meramente à soma dos seus membros, mas sim, numa relação de interdependência entre os seus componentes através de práticas compartilhadas desenvolvendo-se assim sua identidade intragrupo e intergrupo. Deste modo, houve o acompanhamento do processo grupal de um grupo de adolescentes do terceiro ano do Ensino Médio cujo objetivo foi discutir a escolha profissional através dos diferentes elementos que a determinam, incluindo: o vestibular, o mercado de trabalho, mídia, família e questões de gêneros. Foram realizados 10 encontros semanais com duração de cinquenta minutos cada, em período letivo, na sala de aula com em média trinta alunos(as) por encontro, durante os meses de agosto a dezembro de 2012. As estratégias interventivas utilizadas foram: dinâmicas grupais, discussões reflexivas, dramatizações teatrais e debates com toda sala de aula para a (re)avaliação dos preceitos norteadores da escolha profissional dos adolescentes, procurando conciliar interesses e possibilidades. Ao final, observou-se que o objetivo de levar e facilitar aos adolescentes momentos de reflexão acerca a escolha profissional foi atingido ao notar-se que os mesmos necessitavam de um espaço para dialogarem o tema futuro profissional sem serem induzidos a determinadas escolhas e que pudessem se expressar, com dúvidas, pontos de vista e vivências pessoais indicando que tais jovens aparentemente não transitam por outros espaços sociais que permitam esse tipo de reflexão. Verificou-se ao final do estágio, através de avaliação do mesmo feita pelos próprios adolescentes, que muitos deles conheciam de forma alienante as profissões que já tinham como certas a seguir (“Vocês [estagiários] me deram uma luz sobre o que é ser Veterinária!” - adolescente H.). Do mesmo modo, os próprios adolescentes perceberam que a consciência do grupo acerca o âmbito profissional desenvolveu-se e culminou numa mudança de paradigma ideológico (escolher profissões baseando-se exclusivamente em retorno financeiro) para outro onde as possibilidades do mercado de trabalho e os interesses daquele grupo de adolescente pudessem ser melhor conciliados. (“Não vou escolher uma profissão só porque meus amigos dizem que dá dinheiro.” - adolescente F.). Realizando planejamentos a curto, médio e longo prazo, relataram sobre a importância e relevância social do trabalho concluído pelos estagiários como mediadores, de um saber científico, que, provavelmente, era ausente da vivência dos mesmos.

Referências

ALVES, R. **O fim do vestibular**. Artigo eletrônico acessado em 08 de outubro de 2012 no link: <http://www.rubemalves.com.br/vestibular.htm>

BOCK, S. D. A proposta de orientação profissional na abordagem Sócio-Histórica In: **A abordagem Sócio-Histórica**. Editora Cortez, ed. 2.

EHLKE, S. B.; SESTREN, G.; SOARES, D. H. P. A influência da percepção dos jovens sobre o mercado de trabalho na escolha profissional. **Contrapontos**, ano 2, ed. 5, p. 237-250. Itajaí, 2002.

GOMIDE, P. I. C. **Crianças e adolescentes em frente à TV: o que e quanto assistem de televisão**. Artigo eletrônico acessado em 05 de setembro de 2012 no link:

http://www.nre.seed.pr.gov.br/pontagrossa/arquivos/File/Equipe%20de%20Ensino/CGE/INFLUENCIA_DA_TV.pdf

MARTINS, Sueli Terezinha Ferreira. Psicologia social e processo grupal: a coerência entre fazer, pensar sentir em Sílvia Lane. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 19, n. 2, 2007

SANTANA, C. M. H. **A mídia televisiva e a construção de valores: a ótica de jovens do Ensino Médio no interior alagoano**. Artigo eletrônico acessado em 05 de setembro de 2012 no link: http://www.educonufs.com.br/IVcoloquio/cdcoloquio/eixo_09/e9-16b.pdf

Palavras-Chave: Adolescência; Educação; Orientação Profissional.

ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL E OS PROFISSIONAIS LEDORES: EXPERIÊNCIA FORMATIVA NO ENSINO SUPERIOR E A POSSIBILIDADE DE AUTONOMIA. *Maria Cristina Dancham Simões* (mcris_simoes@hotmail.com). (PUC-SP)

Esta pesquisa tratou da relação entre estudantes com deficiência visual e seus ledores, profissionais responsáveis pela leitura no espaço acadêmico. Objetivou-se compreender o relacionamento estabelecido entre esses indivíduos a partir da sala de aula no Ensino Superior. Especificamente, verificou-se como o aluno com deficiência visual vivencia o ledor atuando no acesso, percepção e aquisição do conhecimento dentro da sala de aula, bem como se analisou a possibilidade de formação e autonomia para os envolvidos nesse processo, admitindo que existam subjetividades influenciando e influenciadas de ambas as partes (aluno e ledor). Foram realizadas oito entrevistas semiestruturadas com universitários com deficiência visual total ou parcial, matriculados em diferentes cursos das áreas de Humanas e Exatas de um centro universitário paulistano. Os tópicos abordados giravam em torno de sua vida familiar e escolar, além da relação com a atual instituição de ensino, professores, colegas de sala e ledores. Para a interpretação dos dados, foram definidas categorias com base nas análises preliminares realizadas e nos elementos emergentes nas entrevistas. O material coletado foi submetido à análise qualitativa de seu conteúdo, construindo-se categorias que condiziam com o objetivo proposto. Tais categorias contemplaram as manifestações sobre a relação dos alunos com deficiência visual e seus ledores no tocante (a) ao conteúdo acadêmico, que é o ponto de partida para o estabelecimento da relação, pois como já mencionado, o ledor tem como função a leitura de tudo aquilo que é visual e que, portanto, não é acessado pelo aluno; (b) ao contato com os professores, elemento presente em sala de aula e necessário ao momento e à transmissão do conteúdo; (c) ao trato com os colegas, presentes no espaço e a todo momento se relacionando com o aluno em questão (e também com o ledor); e, finalmente, (d) ao relacionamento com o próprio ledor. Adotou-se a Teoria Crítica da Sociedade como referencial teórico, especialmente os escritos de T. W. Adorno. Os resultados apontam para a existência de tensão entre dependência e autonomia. Ao analisar as entrevistas, bem como as categorias delas retiradas, podemos inferir que a relação entre o aluno com deficiência visual e o ledor permite espaços em que a consciência crítica e as experiências formativas possam surgir. O ledor tem condições de trazer à relação elementos que favoreçam esses espaços. O ledor escolar pode ser ir além, na medida em que o desenvolvimento da atividade *in loco* exige certo tempo de trabalho em conjunto, proximidade – inclusive física – e, até certo ponto, afinidade (como os próprios alunos apontaram preferir). Apesar do aumento dessa proximidade, seu trabalho permanece num nível educativo e em termos institucionais, uma contradição inerente, ao que parece, ao trabalho em sala de aula. A relação entre o aluno com deficiência visual e seu ledor, no Ensino Superior, pode ensejar o surgimento de experiências formativas que possibilitem a consciência crítica. Essa relação depende do tempo de convivência, da empatia e do cotidiano que se estabelece entre os envolvidos. Na medida em que professores, alunos e ledores tiverem consciência dos elementos que fazem parte da relação e que, por vezes, geram desconfortos e animosidades, a prática teria um componente crítico e, dessa maneira, apontaria para a formação. É possível uma formação do profissional ledor que permita a compreensão desses elementos, incorporando essa compreensão em uma práxis criticamente orientada. Equivale dizer que a autonomia, e a conseqüente formação (*Bildung*), não é apenas do aluno, mas também do profissional. Os trabalhos a respeito de pessoas que leem para estudantes com deficiência visual são recentes, assim como é também toda a discussão acerca das pessoas com diferentes deficiências que, cada vez mais, acessam o nível superior da educação brasileira.

Referências

ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

_____. Teoria de la seudocultura. In: ADORNO, T. W., HORKHEIMER, M. **Sociologica**. Madri, Taurus. p. 175-199, 1986.

ADORNO, T. W. ; HORKHEIMER, Max. (Org.). **Temas básicos da sociologia**. São Paulo: Cultrix, 1978.

CONDE, A. J. M (2005?). **Definindo a cegueira e a visão subnormal**. Disponível em <http://www.abc.gov.br/?itemid=94#more>, em 20 dez. 2011.

CROCHIK, J. L. A forma sem conteúdo e o sujeito sem subjetividade. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 21, n. 1, mar.2010. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642010000100003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 1 nov. 2010.

_____. A personalidade narcisista segundo a Escola de Frankfurt e a ideologia da racionalidade tecnológica. **Psicol. USP** [online]. 1990, vol.1, n.2 [citado 2012-03-26], pp. 141-154 . Texto disponível em:

<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771990000200005&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1678-5177. Acesso em: 05 jan 2012

_____. Teoria crítica da sociedade e estudos sobre o preconceito. **Revista Psicologia Política**, 1(1), 67-99, 2001. Disponível em <http://www.armario.cl/Biblioteca/Autores/ABCD/Adorno/Crochik,%20Jose%20Leon%20-%20Adorno,%20Teoria%20Critica%20e%20Estudos%20Sobre%20Preconceito.pdf>. Acesso em 05 jan 2012

GUR-ZE'EV, Ilan. A formação (Bildung) e a Teoria Crítica diante da Educação Pós-Moderna. In: PUCCI, B.; ALMEIDA, J.; LASTÓRIA, L. A. C. N. **Experiência Formativa e Emancipação**. São Paulo, Nankim, 2009.

Palavras-Chave: Deficiência Visual; Ensino Superior; Teoria Crítica da Sociedade.

ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL NA ABORDAGEM SÓCIO-HISTÓRICA COM ADOLESCENTES EM UMA ESCOLA PÚBLICA. *André A. A. Padoveze; Camila Domeniconi* (miladomeniconi@gmail.com). (UNESP/Bauru)

O presente trabalho constitui no relato de experiência de um estágio realizado em uma escola pública de uma cidade do interior do estado de São Paulo, com adolescentes do terceiro ano do ensino médio. A fundamentação teórica utilizada foi a Psicologia Sócio Histórica e como método o Processo Grupal, tendo como referência a teorização de Lane (1984) e Matín-Baró (1989). Considerando o estágio de desenvolvimento psíquico que o adolescente se encontra, nos orientamos por categorias fundamentais norteadoras da relação do indivíduo com a sua realidade, quais sejam, identidade, consciência e atividade vital humana. O objetivo do projeto foi contribuir para o desenvolvimento da consciência dos adolescentes que, enquanto sujeitos inseridos em uma realidade histórico social, considerando que o modo de produção capitalista reproduz relações sociais alienantes, estão na eminência de disputar a entrada no mundo do trabalho, ou mesmo em cursos superiores para a formação profissional. A compreensão da realidade histórico social e dos determinantes sociais que indicam limites e possibilidades de escolhas é tarefa de fundamental importância para promover o desenvolvimento da consciência das(os) orientandas(os). E a partir da consciência dos determinantes históricos e sociais buscar transcender a situação imediata que limita as escolhas, vislumbrando a atuação consciente do sujeito. Os encontros com o grupo foram realizados semanalmente, com duração de uma hora e durante aproximadamente um ano. Desenvolvemos a orientação a partir dos eixos temáticos desenvolvidos por Bock (2001). O primeiro eixo norteador é do trabalho, momento em que se faz necessário compreender as contradições entre o trabalho entendido como atividade vital humana e o trabalho alienado, desumanizador. Em seguida, no eixo autoconhecimento e informação profissional discutimos questões sobre a concepção de adolescência, a representação das identidades que cada sujeito

tem de si e dos outros, e como isso reflete nas identidades profissionais. Quanto a informação profissional trazemos informações mais fidedignas a respeito das profissões com o objetivo de orientar o momento da escolha a partir de conhecimentos objetivos. Por fim, no eixo projeto de vida profissional pretende-se sintetizar os temas trabalhados de forma a compreender a escolha como um momento que não se dá ao acaso, e que quanto maior a compreensão de como funcionam o mercado de trabalho e a realidade capitalista mais consciente e concreto se dá o planejar o futuro, destacando que a produção de um projeto individual encontra-se em unidade com um projeto coletivo de sociedade. O grupo começou com vinte e quatro adolescentes. Entretanto houve grande desistência a partir do segundo mês, e fechamos o primeiro semestre com apenas cinco participantes. A isso delegamos três possíveis motivos: o horário em que ocorriam os encontros, sendo este durante o almoço; o intenso debate filosófico e político, o que incomodava alguns participantes, como foi relatado pelas(os) orientandas(os) durante a avaliação do primeiro semestre; as expectativas, da maioria dos adolescentes, de uma orientação vocacional tradicional, esperando respostas diretas e aplicações de testes psicológicos especializados e desta forma obter a indicação de um conjunto de profissões que melhor possibilitem a realização das vocações presentes no sujeito. Apesar do número de orientandas(os) bem inferior ao planejado, o processo grupal ocorreu de maneira satisfatória, pois o grupo foi um grande facilitador e transformador no desenvolvimento do projeto. Ao final do ano a avaliação do grupo foi muito positiva, segundo as(os) orientandas(os) o espaço aberto para discussões possibilitou um apoio emocional nesse momento de escolhas e enfrentamentos. Além do aprendizado que pôde proporcionar a elas(es) a superação de paradigmas tanto em relação a temas diretamente ligados às profissões, quanto a outros debates de cunho ideológico. Assim como nós orientadores também colocamos a experiência como sendo muito satisfatória, trazendo reflexões importantes e crescimento profissional.

Referências

- BOCK, S. D. **Orientação Profissional**: avaliação de uma proposta de trabalho na abordagem sócio-histórica. 2001. 276f. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.
- LANE, S. T. M. O processo grupal. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (Eds). **Psicologia Social: O homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense. 1984. p.78-98.
- MARTÍN-BARÓ, I. El grupo humano. In: MARTÍN-BARÓ, I. **Sistema, grupo y poder**. Psicología social desde Centroamérica II. El Salvador: UCA Ed., 1989. p.189-227.
- Palavras-Chave**: Orientação Profissional; Abordagem Sócio Histórica; Adolescente.

ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL NA ABORDAGEM SÓCIO-HISTÓRICA: PERSPECTIVAS NO ÂMBITO ESCOLAR. *Liara Rodrigues de Oliveira* (liara_ro@hotmail.com); *Sandra Helena Spósito*. (UNESP-Assis)

O presente trabalho reúne discussões oriundas de experiências de desenvolvimento de práticas na área de Orientação Profissional com base na abordagem sócio-histórica no âmbito escolar. Foram realizados dois tipos de intervenções, uma em escola particular e outra em escolas públicas de ensino médio, nos anos de 2007 a 2012, baseadas nos procedimentos propostos por Silvio Bock (2001, 2008) e que, por isso, compartilharam objetivos, atividades e resultados semelhantes. Tais experiências revelaram que o âmbito escolar, tanto particular, quanto público pode ser um espaço de boa receptividade para essa prática interventiva, tendo em vista a relação cada vez mais estreita entre a escola e o mundo do trabalho. É notório que o sistema de ensino tem sido responsável por formar a mão de obra qualificada para prover as necessidades de força de trabalho no atual estágio do capitalismo. A Orientação Profissional nas escolas foi e é ainda uma forma de seleção de pessoal que possibilitou/possibilita que as pessoas adentrem no mercado de trabalho já com uma perspectiva de emprego/trabalho, assim

podendo se especializar para servir às necessidades das empresas/organizações. Contudo, na perspectiva Sócio Histórica, a compreensão da Orientação Profissional se dá no âmbito da promoção da saúde, do projeto de futuro (LIEBESNY, 1998) e na possibilidade de ampliação da consciência para sua escolha profissional. Considerou-se o jovem, participante do processo de transformação social a partir dos sentidos e significados que constrói acerca de sua própria condição, de seu projeto de futuro e escolha profissional, possibilitando a promoção da saúde do mesmo. Neste sentido o processo de Orientação Profissional favoreceu a reflexão e ressignificação do adolescente sobre si mesmo, sua condição e suas escolhas, podendo pensar-se como construtor do seu futuro e de seu projeto de vida, através do trabalho (profissão). As intervenções realizadas pautaram-se no entendimento da escolha de uma profissão como um processo multideterminado, onde foram abordados os seguintes aspectos: situação socioeconômica, mercado de trabalho, vestibular e informação sobre as profissões. Também foram destacadas as seguintes influências no processo de escolha profissional: mídia, família, amigos e gênero. E finalmente buscou-se trazer à tona as expectativas e fantasias do jovem acerca da profissão a ser escolhida, considerando sua história de vida e interesses pessoais. O Processo de Orientação desenvolvido nas duas esferas – escola pública e particular – compreendeu, portanto uma perspectiva de transformação da realidade, a partir da conscientização dos participantes sobre sua situação concreta de vida, através do autoconhecimento, facilitando o processo de escolha de uma profissão. Sendo essa escolha também embrenhada no âmbito social e coletivo, vinculando-se as informações sobre as profissões no mundo do trabalho. Ao final das intervenções realizadas observaram-se os seguintes resultados a partir dos relatos/registros dos próprios participantes: ampliação da compreensão dos fatores que influenciam o processo de escolha profissional multideterminado, tais como – condição financeira, interesses pessoais, expectativas familiares, vestibular, informações profissionais, fantasias acerca da profissão almejada e nível salarial que a profissão proporciona. Ao término do processo de intervenção também foi possível identificar que alguns jovens puderam expandir o entendimento acerca da escolha profissional como resultante de uma contradição entre interesses pessoais e possibilidades concretas decorrentes de sua condição de vida no momento atual.

Referências

- AGUIAR, Wanda M. Junqueira; OZELLA, Sérgio. Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v.2, n. 26, p. 222-245, 2006.
- AGUIAR, W. M. J.; BOCK, A. M. B.; OZELLA, S. A orientação profissional com adolescentes: um exemplo na prática sócio-histórica. In: **Psicologia sócio-histórica (uma perspectiva crítica em psicologia)**. São Paulo: Cortez, 2009.
- BOCK, S. D. **Orientação Profissional: avaliação de uma proposta de trabalho na abordagem sócio-histórica**. Dissertação de Mestrado da Faculdade de educação. Universidade estadual de Campinas. Campinas. Brasil, 2001, 209 pp.
- BOCK, S. D. **A escolha profissional de sujeitos de baixa renda recém egressos do ensino médio**. Tese de Doutorado da Faculdade de educação. Universidade estadual de Campinas. Campinas. Brasil, 2008, 159 p.
- LIEBESNY, B. **Trabalhar... para que serve?** O lugar do trabalho no projeto de vida de adolescentes de 8ª série do 1º grau. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 1998.
- Palavras-Chave:** Conscientização; Orientação Profissional; Processo De Escolha.

PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO: DOS LIMITES ÀS POSSIBILIDADES. *Luiza Maria de Souza Nabarrete* (luiza_88_@hotmail.com); *Talita Meireles Flores*. (UFMS/Campo Grande)

O presente trabalho tem por objetivo discutir e traçar o percurso histórico da psicologia na educação, bem como, identificar os seus limites e possibilidades. Mais que isso, à luz do arcabouço teórico do materialismo histórico foram suscitadas importantes reflexões sobre o fazer do psicólogo no âmbito educacional. A reflexão crítica e sistemática sobre esta relação se tornou necessária na medida em que se tentou compreender a educação em sua totalidade e complexidade, buscando fugir dos reducionismos a que a educação fora submetida, ora por um viés psicológico, ora por um viés sociológico, apresentando, dessa forma, explicações fragmentadas e mecanicistas sobre os fenômenos humanos e sociais, que envolvem o processo educativo. A partir de seu percurso histórico, das publicações existentes e do referencial teórico do materialismo histórico, buscou-se traçar como se deu esta relação e suas críticas, bem como verificar o avanço da práxis psicológica até o momento. Isso porque o constante debate acerca da relação entre psicologia e educação ganhou mais espaço na medida em que o papel da própria psicologia passou a ser questionado em seus pressupostos epistemológicos e em seus objetivos. Ressalta-se que em seu início, a atuação do psicólogo no âmbito educacional progrediu a passos lentos rumo à melhoria na qualidade da escola e dos próprios benefícios que esta relação deveria proporcionar a todos, especialmente, para as crianças advindas das classes populares. Estes questionamentos foram discutidos por Patto (1981) na medida em que suscitaram uma importante questão: a serviço de quem a psicologia escolar, assim como, a prática psicológica estariam. Vale destacar que a psicologia surgiu como ciência no momento em que se instaurava uma nova ordem econômica. Com o advento do liberalismo, houve a necessidade de uma reorganização da sociedade: os indivíduos deveriam ser educados a fim de participar da consolidação desse sistema. Era papel da Psicologia, então, elaborar instrumentos precisos de medida para controlar e prever as possibilidades e os limites dos indivíduos. Patto (1981) faz, então, uma crítica a essa psicologia que, pautada no modo de produção capitalista, esteve centrada no diagnóstico, sendo altamente patologizante dos fenômenos escolares. Trata-se de uma psicologia com foco somente no indivíduo, desconsiderando o seu contexto social. Assim, por muito tempo, a função do profissional de Psicologia na escola foi a de, através da aplicação do seu conhecimento psicológico corrigir e ajustar os alunos com dificuldades de aprendizagem às exigências dos métodos de ensino vigentes nas escolas, ou seja, uma atuação focada no diagnóstico e intervenção em relação aos problemas de aprendizagem e comportamento dos discentes. Estas formas de classificação e categorização dos alunos por meio dos testes psicológicos só serviram para justificar a ideologia dominante e legitimar o fracasso escolar, atribuindo aos indivíduos seus insucessos. Deste modo, a psicologia ao se debruçar sobre este sujeito neutro e recortado de seus determinantes históricos e culturais acabou por justificar as contradições sociais, ao basear seu discurso nas diferenças individuais com o intuito de categorizar os sujeitos. No entanto, depreende-se que um dos papéis importantes dessa relação seja justamente a crítica de suas possibilidades e limites. Mais que isso, é fundamental estabelecer um cuidado na apreensão da ciência psicológica na medida em que essa pode servir para corroborar a sustentação de políticas conservadoras e legitimar processos educativos discriminatórios e adaptativos. Ou seja, ao se considerar a ciência psicológica deve-se levar em conta os seus princípios epistemológicos, teóricos e metodológicos em detrimento de uma apropriação acrítica e imediatista dessa ciência. Confirmando as concepções fragmentadas acerca dessa relação, Bock (2003) ainda vai acrescentar o quanto à relação entre psicologia e educação contribuiu para fortalecer noções naturalizantes da pedagogia, ocultando da educação sua dimensão social. Ao papel da educação nesta relação coube o desenvolvimento de potencialidades dos indivíduos, enquanto a psicologia com o seu saber categorizava os mais e os menos aptos. Como instrumento ideológico, então, aceita que os aspectos da realidade se desenvolvam, sem ser compreendidos e, portanto, transformados, mantendo a realidade social tal como está posta. Portanto, ao se levar em conta estas considerações espera-se que a ciência psicológica

conceba a educação e suas relações como produto de diversas determinações, partindo deste pressuposto epistemológico como suporte necessário para o desenvolvimento de reflexões e discussões acerca das contradições existentes nas relações interpessoais de trabalho, escolares ou familiares, bem como em suas atividades produtivas. A psicologia é uma ciência fundamental no desvelamento dos processos educativos, no entanto, ainda contribui para um viés pragmático e fragmentado do âmbito educacional. Logo, o desafio é constituir e subsidiar uma reforma neste modo de fazer, visando propostas que enfatizem os aspectos singulares sem desconsiderar a realidade social. Ou seja, abandonar esse fazer da psicologia que legitima processos excludentes e de dominação.

Referências

BOCK, Ana Mercês Bahia. Psicologia da educação: cumplicidade ideológica. In: Marisa Eugênia Melillo Meira; Mitsuko Aparecida Makino (Org.). **Psicologia escolar: teorias críticas**. (pp.79 – 103). São Paulo: casa do psicólogo, 2003.

PATTO, M. H. S. **Psicologia e ideologia: uma introdução crítica à Psicologia**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981.

Palavras-Chave: Educação; Psicologia; Formação.

EIXO TEMÁTICO TRABALHO

A RACIONALIDADE DO TRABALHO NA SOCIEDADE UNIDIMENSIONAL E A FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO INTEGRADO: CONTRIBUIÇÕES DE HERBERT MARCUSE. *Daviane R. Ribeiro* (ribeiro_daviane@hotmail.com); *Juliana de Castro Chaves* (orientadora). (Universidade Federal de Goiás)

Este trabalho é resultado de uma pesquisa teórica que tem como objetivo analisar a contribuição de Herbert Marcuse, autor da denominada Teoria Crítica da Sociedade da Escola de Frankfurt, para a compreensão da racionalidade do trabalho na constituição do indivíduo. A pesquisa envolveu o levantamento bibliográfico sobre a questão do trabalho em Herbert Marcuse, o delineamento desse conceito e a análise sobre a racionalidade do trabalho na atualidade. A densidade e a atualidade da contribuição desse autor se justificam por ele oferecer elementos que dão base para a análise da formação do indivíduo no capitalismo atual. Marcuse se contrapõe às apropriações instrumentalizadas e fragmentadas das teorias de Marx e Freud, que por vezes se perdem na superficialidade dos conceitos, sendo insuficientes para o entendimento da totalidade. Marcuse (1981) alerta para o fato de que a apropriação da obra marxiana não pode perder de vista o acerto de contas que Marx fez com a problemática filosófica de Hegel, e isso significa analisar o trabalho nas condições concretas. Nessa discussão, ele afirma que a relação estabelecida por Marx entre essência e existência e entre natureza e história indica que o trabalho não é supra-histórico. Marcuse (1978) afirma que Marx apontou a facticidade histórica que a humanidade assumiu no capitalismo com base na alienação, no fetiche e na reificação, portanto, defender o trabalho no capitalismo como princípio formativo é inconcebível. O autor também ressalta a importância dos intérpretes do sentido marxiano de trabalho não separarem filosofia, economia e prática revolucionária, pois assim estariam ignorando o debate que Marx realizou com a Economia Política. Esse posicionamento traz a defesa implícita de que a transformação do pensamento, a teoria, é uma práxis (CHAVES, 2007). Marcuse (1973) desvela o processo de dominação e de integração das sociedades industriais avançadas que são pautadas em um falso modelo de escolhas. Segundo o autor, o trabalho industrial torna-se o padrão da sociedade, expandindo-se para a cultura consolidando uma sociedade totalitária, regida técnico-economicamente, que manipula

as necessidades por um sistema de produção e distribuição que impede a oposição ao todo e transforma aspectos irracionais em racionais. Nessa sociedade unidimensional, o princípio da realidade freudiano constitutivo da individualidade e da sociabilidade, face ao princípio do prazer, ambos matizados pelas pulsões de vida e de morte, se transforma em princípio do desempenho. Essa lógica é permeada pela mais-repressão que insere controles adicionais que vão além dos indispensáveis à civilização. Uma repressão não mais localizada na família, mas diluída nas instituições, que estabelece a força de trabalho como mediação para a conquista do prazer. Ampliada e racionalmente integrada, fica mais difícil para o indivíduo se rebelar, pois, se após a identificação, a rebelião do filho contra o pai guardava certa culpa, contra a ordem “sábia” da sociedade atual, que garante os bens e serviços para a progressiva satisfação das necessidades humanas, a culpa pela rebelião é intensificada e, conseqüentemente, impossibilita a individuação. Além do mais, a figura do pai submetido à engrenagem social, é permeada por sacrifício e sofrimento, sendo substituída por várias instituições da sociedade, havendo a despersonalização, o que torna difícil a especificação de modelos e o processo de identificação (MARCUSE, 1969). Esse processo leva a racionalização do sentimento de culpa que reproduz internamente a mais-repressão. Ao mesmo tempo, a desculpa da escassez para justificar a repressão se enfraquece, pois cada vez mais é necessário menos esforço para promover os meios de satisfação, enfraquecendo o argumento que deriva a necessidade de repressão da desproporção natural e perpétua entre desejos humanos e o meio em que eles devem ser satisfeitos. Nesse contexto, o progresso permite as liberdades e gratificações vinculadas à dominação. A racionalização e a tecnologia no trabalho reduzem o quantum de energia canalizada para labuta, libertando a energia para a consecução de prazeres consentidos (MARCUSE, 1969). A dinâmica do trabalho torna-se “artística” com escritórios abertos, uniformes limpos e o cultivo da beleza que expõe as qualidades atraentes do trabalho. Essa socialização não é contraditória, mas complementa a desertização do ambiente. Nesse processo, há controle de regiões anteriormente livres da consciência, enquanto se permite a liberalização da sexualidade aos prazeres integrados ao campo da produção e do consumo, ocorre a dessublimação institucionalizada, levando a diminuição da tensão entre o princípio do prazer e o princípio da realidade. Marcuse (1969) indica que Eros segue dois caminhos: o da sublimação repressiva, indicada por Freud, que expressa a tensão entre o desejado e o permitido, e o da dessublimação repressiva, predominante na sociedade atual, em que a pulsão não tem mais necessidade de ser desviada, em razão de uma cultura liberalizada, na qual os prazeres conciliáveis e pagos se relacionam à coesão, ao contentamento e a satisfação imediata. Os indivíduos acreditam ser livres por terem a sexualidade especializada gratificada, no entanto, essa possibilidade já está vinculada a necessidades repressivas geradas pelo capital.

Referências

CHAVES, J. de C. **A liberdade e a felicidade do indivíduo na racionalidade do trabalho no capitalismo tardio**: a (im)possibilidade administrada. Tese de doutorado em Psicologia Social Não-Publicada, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2007.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial**: o homem unidimensional. Tradução Giasone Rebuá. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

_____. **Eros e civilização**. Tradução Álvaro Cabral. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

_____. **Razão e revolução**. Tradução Marília Barroso. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. **Idéias sobre uma teoria crítica da sociedade** (F. Guimarães, trad.; 2ª ed.). Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

Palavras-Chave: Trabalho; Formação; Sociedade Unidimensional.

AS REPRESENTAÇÕES DA VADIAGEM SEGUNDO DIFERENTES ATORES SOCIAIS NA CIDADE DE SÃO PAULO. *Beatriz Ferraz Diniz* (biafdn@gmail.com). (USP/São Paulo)

Este trabalho refere-se a considerações sobre meu projeto de mestrado em andamento, do programa de Psicologia Social. Entendida enquanto disciplina de fronteira, cujos temas incidem sobre problemas também de fronteiras, são difíceis de considerar apenas pelo lado do indivíduo ou apenas pelo lado da sociedade (GONÇALVES-FILHO, 1998). A partir deste enfoque proponho neste trabalho apreender as representações acerca da vadiagem, de modo que meu estudo não se restringe ao conteúdo em si das representações, mas de compreender os sentidos que o produzem e os determinantes sócio-históricos que o cercam. A PECHA DA VADIAGEM: A vadiagem entendida enquanto um modo de vida que contesta a apologia (capitalista) do trabalho (CANDIDO, 1964), nos remete ao advento do Brasil na modernidade. Com a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, o mundo do trabalho tornou-se um problema para as elites governantes que se viram diante da necessidade proeminente de adequar a sua visão de mundo às transformações socioeconômicas da época, a saber, a imposição de uma ordem capitalista (CHALHOUN, 1986). Dessa forma, o projeto político desta época visava-se garantir a subsunção dos egressos da ordem escravocrata às novas relações sociais do tipo burguês-capitalista. Para isso, era necessário transfigurar o conceito de trabalho como algo vil e degradante, para o de bem supremo responsável pelo desenvolvimento moral dos indivíduos e pelo progresso da nação. Neste sentido, a preocupação central dos governantes referia-se à questão do trabalho, ou melhor, do não trabalho, de modo que foram feitas inúmeras prisões, em suma maioria de negros e pobres, nas primeiras décadas do século XX no Brasil (AMANCIO, 2010; CARVALHO, 2006; FAUSTO, 2001), em que a contravenção da vadiagem passou a se constituir como especial objeto de preocupação da elite governante. Compreendemos que neste processo não estava em jogo apenas a internalização do trabalho enquanto categoria que dignifica o homem mas, em especial, a garantia de permanência da elite no poder às custas da permanência da expropriação do restante da população (CHALHOUN, 1986). A VADIAGEM NA PRAÇA DA SÉ: Foram realizadas 15 incursões etnográficas à Praça da Sé, cidade de São Paulo, em que conversamos com diversas pessoas sobre a temática proposta. Resumidamente, iremos apontar os principais dados até o momento encontradas, de forma a ser um ponto de partida para o debate com os colegas. A SITUAÇÃO: Em nossas conversas com os transeuntes na Praça da Sé, a “figura” do vadio era hegemonicamente associado com a pobreza. Parece que basta ser pobre e estar “à toa” na praça para ser configurada uma situação de vadiagem, situação esta entendida como uma escolha do indivíduo. AS CAUSAS: Dentre as principais causas apontadas, destacamos: a inerente preguiça de trabalhar e a acomodação na “vida fácil. Estas duas causas têm em comum o fato de serem vistas como deficiências de índole individual, tanto pelo fato em si da preguiça em relação ao trabalho, quanto por um suposto aproveitamento malicioso de benefícios sociais do governo, ao invés de encarar as responsabilidades de uma vida de trabalho. OS CULPADOS: Foram feitas inúmeras menções em relação ao governo, sendo depois do próprio indivíduo, apontado como o principal “culpado” pela situação de vadiagem encontrada na praça. O governo é visto como culpado por propiciar (por meio dos benefícios sociais e por manter albergues e centros de acolhida para a população de rua) condições que supostamente permite as pessoas ficar vadiando. É como se essas pessoas estigmatizadas como vadias não tivessem direitos a ter direitos. AS SOLUÇÕES: Dentre as soluções apontadas, destacamos: isolamento em instituições de trabalho forçado e uma política de assistência social mais restritiva. O primeiro é entendido como necessária também para o indivíduo se curar do alcoolismo. É como se trabalhar fosse um antídoto contra os maus costumes, o que precisa ser ajudado também pelo serviço social que não pode facilitar que as pessoas achem outras maneiras de viver que não seja pelo

trabalho. **CONSIDERAÇÕES PARCIAIS:** Ao realizarmos nossa pesquisa nos defrontamos com as concepções do outro visto como alguém aquém da categoria de portador de direitos, que perpassam, a nosso ver, todo o entendimento acerca das representações da vadiagem e suas principais características. Vemos que a responsabilização pela situação de adversidade, tal como encontrada nas conversas com os transeuntes na Praça da Sé, é concebido como fruto, dentre outros aspectos, de uma sociedade em que a concepção de cidadania assume uma forma pervertida. Neste modelo, a cidadania é definida unicamente em termos de uma proteção do Estado como recompensa ao cumprimento com o dever do trabalho. Para Telles (2001), a construção da cidadania no país deixou como legado uma concepção de pobreza como algo natural e sinônimo de inferioridade do indivíduo, base de um julgamento de cunho moralizante, em que ser pobre equivale a ser um fracassado que não foi capaz de lidar com as vicissitudes da vida cotidiana.

Referências

AMANCIO, Kleber Antonio de Oliveira. **À procura da liberdade moral:** a vida cotidiana dos escravos e de seus descendentes no pós-abolição na Campinas das primeiras décadas do século XX. 2010. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito.** Rio de Janeiro: Editora José Olympio (Coleção Documentos Brasileiros), 1964.

CHALHOUB, S. **Trabalho, lar e botequim:** o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CARVALHO, M. V. Vadiagem e criminalização: a formação da marginalidade social do Rio de Janeiro de 1888 a 1902. In: **USOS DO PASSADO: XII ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA**, 2006, Rio de Janeiro.

FAUSTO, B. **Crime e cotidiano.** 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2001.

GONÇALVES FILHO, J. M. (1998). Humilhação social - um problema político em psicologia. **Psicologia USP** [online]. vol.9, n.2, pp. 11-67. ISSN 0103-6564. doi: 10.1590/S0103-65641998000200002.

TELLES, V. da Silva (2001). **Pobreza e Cidadania.** São Paulo: Editora 34.

Palavras-Chave: Representação; Vadiagem; Trabalho.

CONCEPÇÕES DE ESTUDANTES DE PSICOLOGIA SOBRE A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO CAMPO DO TRABALHO. *Márcia Hespagnol Bernardo; Paulo Canhetti Bertoni* (paulocb.1991@hotmail.com). (PUC-Campinas)

Quando se analisa para quem e para quê a práxis da psicologia tem sido direcionada no campo do trabalho, observa-se que, historicamente, esta ciência vem servindo aos interesses da gerência, com forte influência da área de administração de empresas (SATO, 2003). Nota-se, na presente área, a predominância de um discurso que defende a conciliação entre os interesses dos trabalhadores e dos empregadores partindo do pressuposto que a atuação da psicologia se dá de forma neutra (PRILLELTENSKY, 1994). Assim, ao invés de problematizar o contexto social em que se dão as relações de trabalho, a perspectiva gerencial considera as formas predominantes de organização trabalhistas na atualidade quase como um fenômeno natural, sobre a qual não há o que fazer além de se adaptar. Nesse contexto, só caberia ao psicólogo ajudar as gerências empresariais no processo de seleção e adaptação dos trabalhadores (PARKER, 2003). Por outro lado, nas últimas décadas, também têm surgido propostas na área da psicologia social que buscam compreender o trabalho a partir da perspectiva de quem o vivencia, ou seja, o trabalhador. Esse enfoque emergente, adotado no presente trabalho, vem sendo denominado como “Psicologia Social do Trabalho”. Aqueles que se inserem nessa concepção consideram que as relações de trabalho não são neutras, mas sim antagônicas (SATO, BERNARDO, OLIVEIRA, 2008). No entanto, a formação oferecida

em grande parte dos cursos de graduação em psicologia parece manter a ênfase na práxis histórica da área, a qual é focada na administração de ‘recursos humanos’, reproduzindo o discurso conciliatório hegemônico, ortodoxo. Tendo em vista esse contexto, pode-se dizer que estão sendo formados, essencialmente, profissionais que colaborarão com a manutenção do *status quo*, ao invés de estarem em busca de transformações sociais. Nesse sentido, aqui, apresenta-se os resultados parciais de uma pesquisa que teve por objetivo compreender as concepções de estudantes de psicologia sobre a relação da práxis do psicólogo com o chamado ‘mundo do trabalho’. O pressuposto que subsidiou a pesquisa consiste na tese de que o âmbito do trabalho tem como característica inerente o conflito de interesses entre trabalhadores e empregadores. Entende-se, portanto, que a psicologia, ao se propor a estudar ou intervir neste fenômeno, terá, necessariamente, de se posicionar em relação a esse contexto conflituoso (SATO, BERNARDO, OLIVEIRA, 2008). Desse modo, partindo da demarcação do percurso histórico relativo à ascensão da Psicologia no Brasil e da devida separação entre as diferentes concepções acerca da sua atuação e posicionamento no âmbito do trabalho, foi realizada uma pesquisa que se pautou no método qualitativo, com a utilização de entrevistas em profundidade. Os sujeitos da pesquisa foram quatro estudantes de duas instituições particulares de ensino universitário, que estavam cursando o último ano de psicologia. As entrevistas foram transcritas, submetidas à análise de conteúdo e, as categorias identificadas, foram analisadas de acordo com os conceitos de Campo e Habitus de Pierre Bourdieu. Os resultados indicam uma clara reprodução, pelos estudantes entrevistados, da posição ortodoxa, gerencial, no campo da psicologia. Assim, eles enfatizam o nosso papel junto aos setores de recursos humanos, sem apresentarem praticamente nenhuma crítica ao contexto macro social onde se dão as relações de trabalho. Sendo assim, alguns entrevistados até admitem que existam contradições entre os interesses de trabalhadores e empregadores, porém, em suma, suas falas indicam que para esses estudantes, o psicólogo, no âmbito do trabalho, é um mediador de conflitos, isto é, defende-se, predominantemente, a tese da neutralidade de nossa atuação. Tais resultados, ainda que restritos a poucos sujeitos e instituições de ensino, trazem um alerta com relação à formação desses profissionais. Em vez de buscar colaborar no desenvolvimento de sujeitos críticos, as universidades podem estar exercendo apenas o papel de preparar seus alunos para o ‘mercado’. Nesse sentido, as entrevistas aqui realizadas indicam que os sujeitos estão sendo formados para colaborar na manutenção e reprodução de um modelo social que naturaliza a exploração do trabalho de alguns em prol do lucro de outros. Assim, possivelmente, na sua prática posterior, irão perpetuar esse quadro e contribuir para uma atuação cada vez mais alienada e alienante, calcada em discursos ideológicos que visam apenas à legitimação das práticas gerenciais (BERNARDO, 2009).

Referências

- BERNARDO, Márcia Hespanhol. **Trabalho duro, discurso flexível: uma análise das contradições do toyotismo a partir da vivência dos trabalhadores**. São Paulo: Expressão Popular. 2009.
- PARKER, I. **Critical discursive psychology**. Houndmills: Palgrave MacMillan, 2003.
- PRILLELTENSKY, I. **Aspectos políticos e éticos da psicologia organizacional**. In: I. Prilleltensky. *The moral and politics of psychological discourse and the status quo*. (tradução de Fábio de Oliveira). New York: State University of New York Press. 1994.
- SATO, L., BERNARDO, M.H. e OLIVEIRA, F. Psicologia social do trabalho e cotidiano: a vivência de trabalhadores em diferentes contextos micropolíticos. *Psicología para a América Latina: Revista Electrónica Internacional de la Unión Latinoamericana de Entidades de Psicología*. N. 15. 2008.
- SATO, L. . Processos organizativos cotidianos e corriqueiros: a abordagem da etnometodologia. **Psicologia e Sociedade**. São Paulo, v. 13, n.1, p. 129-151, 2003.
- Palavras-Chave:** Psicologia Social do Trabalho; Formação em Psicologia; Trabalho.

DA ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL À INSERÇÃO LABORAL DE USUÁRIOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE MENTAL EM EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS. *Letícia Gomes da Silva* (btleticia@hotmail.com); *Ana Lúcia Cortegoso*; *Isabela Ap. de Oliveira Lussi*. (UFSCar/São Carlos)

O portador de transtorno mental, assim como os mendigos, os ladrões e as pessoas com doenças venéreas, ou seja, aqueles considerados pela maioria como desajustados, foram postos à margem da sociedade de forma que o enclausuramento em instituições como as prisões, as casas de correção e os hospitais se tornaram a única opção dada a esse tipo de população. Todavia, com movimento da Reforma Psiquiátrica, ocorreu a ampliação dos debates sobre as formas como os portadores de transtorno mental eram vistos e tratados e pensar na reabilitação desses indivíduos na sociedade se tornou essencial. Reabilitar, nesse contexto, significa garantir o acesso aos direitos de cidadania, o exercício progressivo desses direitos, a capacidade de promovê-los e reconhecê-los, sejam direitos de ordem política, social ou jurídica. O trabalho é um importante meio para a reconstrução do exercício pleno de cidadania e está presente na história da psiquiatria, mesmo antes das instituições psiquiátricas, sendo inicialmente utilizado como forma de combater a pobreza e a ociosidade, posteriormente, de forma considerada terapêutica e atualmente é visto como meio de inserção social. Neste cenário, encontrar meios de inserção laboral para esses indivíduos tem se tornado um desafio urgente a ser enfrentado. A Economia Solidária tem sido uma forte aliada na inclusão dessa população por meio do trabalho já que promove as relações de solidariedade e o trabalho coletivo e esses fatores dão significado ao trabalho realizado, sendo que a vinculação destes princípios com o tema da saúde mental traz, por sua vez, a possibilidade de modificar o sofrimento transformando-o em criatividade e favorecendo a saúde. Visando a inclusão de usuários de serviços de saúde mental em Empreendimentos Econômicos Solidários e buscando maneiras de favorecer essa inclusão, a implementação de processos de Orientação Profissional foi tomada como ferramenta potencial, já que auxilia no processo de tomada de decisão e leva o sujeito a refletir sobre o mundo do trabalho. O presente projeto de pesquisa se propôs a contribuir neste sentido, uma vez que objetivou investigar o potencial do processo de Orientação profissional como estratégia para a inserção em empreendimentos econômicos solidários. Para coleta de dados foram realizadas entrevistas semiestruturadas com cinco participantes, sendo eles: dois usuários de serviços de saúde mental integrantes do programa de orientação profissional ocorrido em 2010, o técnico executivo responsável pelo acompanhamento do empreendimento econômico solidário onde houve a inserção desses usuários e dois cooperados desse mesmo empreendimento, não usuários de serviços de saúde mental. Foi realizada também a análise das atas dos encontros destinados à orientação profissional e os dados provenientes dessa análise foram utilizados como complementação dos dados obtidos nas entrevistas. O tratamento dos dados foi subsidiado pelos pressupostos teóricos da economia solidária e da desinstitucionalização. Os resultados convergem na direção da orientação profissional como facilitadora da inserção dos usuários de serviços de saúde mental no empreendimento econômico solidário à medida que as técnicas utilizadas demonstraram gerar sentimento de segurança, ajudar na identificação de interesses e mostrar novas possibilidades de trabalho. Embora algumas limitações tenham sido encontradas apontando a necessidade de se realizar novos estudos, os resultados permitem concluir que a orientação profissional é uma alternativa viável para facilitar a inclusão laboral dessa população.

Referências

AGUIAR, W. M. J.; BOCK, A. M. B. Por uma prática promotora de saúde em orientação vocacional. In: Bock, A., M. B. et al. **A Escolha Profissional em questão**. Casa do Psicólogo. São Paulo. 1995, p. 9-22.

- AMARANTE, P. Asilos, alienados e alienistas. In: _____. **Psiquiatria social e reforma psiquiátrica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998. p. 73-84.
- BASAGLIA, F. As instituições da violência. In: BASAGLIA, F. (coord.). **A instituição negada**: relato de um hospital psiquiátrico. Trad. de Heloisa Jahn. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985. p. 99-133.
- BOCK, S. D. Como Escolher o Futuro. In: **Dicionário de profissões**. São Paulo: Centro de Integração Empresa-Escola, 3ª ed. 1981. 1564 p.
- CARVALHO, M. M. M. J. **Orientação profissional em Grupo**: Teoria e Técnica. São Paulo: Editorial Psy, 1995. 260 p.
- CERQUEIRA, L. **Pela reabilitação em psiquiatria**: da praxiterapia à comunidade terapêutica. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, 1965. 147 p.
- GONÇALVES, A. M.; SENA, R. R. A reforma psiquiátrica no Brasil: contextualização e reflexos sobre o cuidado com o doente mental na família. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 9, n. 2, abr. 2001, p. 48-55.
- KLIKSBERG, B. **América Latina**: Uma Região de Risco – Pobreza, Desigualdade e Institucionalidade Social. Trad. de Norma Guimarães Azeredo. Brasília: UNESCO, 2002.
- LUSI, I. A. O. **Trabalho, reabilitação psicossocial e rede social**: concepções e relações elaboradas por usuários de serviços de saúde mental envolvidos em projetos de inserção laboral. 2009. 169 f. Tese (Doutorado) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2009.
- MALVEZZI, S. Prefácio. IN: Ziemmer, R. **Mitos Organizacionais**. ATLAS, 1996. 160 p.
Palavras-Chave: Economia Solidária; Saúde Mental; Orientação Profissional.

ENTRE ENCONTROS E AÇÕES: UMA REFLEXÃO SOBRE TRABALHO E SUBJETIVIDADE NO CONTEXTO SÓCIO-EDUCATIVO. *Ruth Tainá Aparecida Piveta* (ruthpiveta@yahoo.com.br). (Universidade Estadual de Londrina)

Esse trabalho é fruto do estágio obrigatório do 5º ano da graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Londrina, realizado numa Organização Não Governamental (ONG) de caráter sócio-educativo. Partindo do pressuposto da centralidade do trabalho nas relações contemporâneas, buscou-se compreender quais os impactos subjetivos advindos do trabalho sócio educativo, bem como promover intervenções no âmbito da saúde e produção de sentido para os trabalhadores. No que diz respeito às abordagens do campo do trabalho na área da psicologia social, utilizou-se aqui a distinção feita por Jacques (2003), que propõe quatro principais abordagens: “as teorias sobre estresse, a psicodinâmica do trabalho, as abordagens de base epistemológica e/ou diagnóstica e os estudos e pesquisa em subjetividade e trabalho” (JACQUES, 2003, p. 100). Este estudo localiza-se nas pesquisas em subjetividade e trabalho e foi dividido em três atos. O primeiro destinado a lançar um olhar teórico-conceitual sobre o Trabalho e sua relação com a subjetividade, as ONGs e a psicologia organizacional e do trabalho. O segundo, destinado aos aspectos teórico-metodológicos utilizados: a pesquisa qualitativa e a cartografia proposta por Deleuze. O terceiro e último, destinado aos resultados e à discussão destes. O método cartográfico aqui utilizado compreende a realidade enquanto uma sobreposição de planos simultâneos, superfícies, dando atenção, por um lado, àquilo que já está instituído, aos “segmentos que homogeneízam os fluxos da vida” (ROMAGNOLI, 2009, p.170) e por outro, aos processos de invenção, de produção de novos sentidos, novas formas de subjetividade e às potências de resistência e criação, possíveis linhas de fuga. A intervenção no campo se deu em três vetores. Primeiro, a realização de entrevistas com os trabalhadores, estruturadas a partir de um eixo condutor – pensado em cinco temas organizados no sentido de conduzir a uma elaboração cognitiva e afetiva da atividade, sendo, então, uma proposta interventiva, por permitir ao entrevistado um espaço de reflexão e re-significação do próprio trabalho. Segundo, a ‘participação observante’, como uma torção do

conceito de observação participante, a qual, “(...) é obtida por meio do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado, para recolher as ações dos atores em seu contexto natural, a partir de sua perspectiva e seus pontos de vista.” (CHIZZOTTI, 1998, p. 90). Ou seja, pressupõe uma inserção no contexto com fins de compreender a realidade observada. Neste trabalho defendeu-se uma ‘inserção afetiva’ no campo de pesquisa e intervenção. Mais do que entender o fenômeno em seu ambiente natural, a proposta foi de fazer parte dele, vivenciando as realidades de trabalho e afetação não com o intuito de descobrir uma realidade a partir do ponto de vista dos atores ali envolvidos, mas de construí-la junto, e, a partir de tal construção e experimentação, tecer saberes e intervenções. Por fim, os diálogos metainstitucionais, que se caracterizavam pelos diálogos ocorridos fora do espaço da instituição, mas que tinham intensa relação com a questão do trabalho. Termo criado a partir da necessidade de dar visibilidade a tais diálogos enquanto material de intervenção. Os resultados apontam para a infinidade de afetos que atravessam os trabalhadores nesse espaço de atuação moldando e produzindo novas configurações subjetivas e efeitos que ultrapassam o âmbito do trabalho e invadem a vida e sua produção. Efeitos estes que merecem atenção especial, tendo em vista que implicam diretamente nos processos de saúde dos trabalhadores. Além disso, pelo intenso envolvimento com o campo, muitos desses efeitos atravessaram também o corpo, os processos de subjetivação, a vida da pesquisadora, culminando numa compreensão não só teórica ou instrumental do campo, mas também afetiva. Diante dos impasses, dores, alegrias, afetos vivenciados diariamente nos trabalhos sociais, defende-se neste estudo que a presença do psicólogo – como aquele que está atento às exigências subjetivas próprias do trabalho e que, por sua formação, possui elementos instrumentais para intervir nos impactos subjetivos advindos dessas exigências – é extremamente relevante, podendo contribuir para ao menos minimizar tais efeitos, tendo em vista que anulá-los não seria tarefa possível, até porque seria anestesiá-la a vida. E nesse contexto a criação se faz necessária a cada momento, tendo em vista que a realidade insiste em escapar e transcender as teorias já postas. A proposta aqui apresentada não se propõe a uma generalização universal, como se propõem as formas de pesquisa quantitativa, que pressupõem a replicação de métodos e resultados, mas uma proposta que parte justamente da multiplicidade e mutação pulsante da realidade, tendo em vista que “(...) toda teoria é provisória, acidental, dependente de um estado de desenvolvimento da pesquisa que aceita seus limites, seu inacabado, sua parcialidade” (MACHADO, 2007 p. XI). Portanto, importa aqui olhar a realidade como espaço de criação, possibilidade. Importa olhar o espaço das organizações com curiosidade, com atenção às dissonâncias e compassos, às possibilidades de expansão da vida e da potência e àquilo que impede a vida e a subjetividade de criar e re-criar mundos e ações.

Referências

- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 3ª Edição. São Paulo: Cortez, 1998.
- JACQUES, M. G.C. Abordagens teórico-metodológicas em Saúde/doença mental & trabalho. **Psicologia & Sociedade**; 15 (1): 97-116; jan./jun.2003. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/psoc/v15n1/v15n1a06.pdf> > Acesso em: 22/11/2011.
- MACHADO, R. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 24ª edição. Rio de Janeiro: Editora Graal, 2007.
- ROMAGNOLI, R. C. A cartografia e a relação pesquisa e vida. **Psicologia & Sociedade**; 21 (2): 166-173, 2009. Disponível em< <http://www.scielo.br/pdf/psoc /v21n2/v21n2a03.pdf> > Acesso em: 20/09/2011.
- ROMAGNOLI, R. C. A cartografia e a relação pesquisa e vida. **Psicologia & Sociedade**; 21 (2): 166-173, 2009. Disponível em< <http://www.scielo.br/pdf/psoc /v21n2/v21n2a03.pdf> > Acesso em: 20/09/2011.
- Palavras-Chave:** Trabalho, Subjetividade, Psicologia Social.

O PROCESSO GRUPAL COMO POSSIBILIDADE PARA O TRABALHO COLETIVO NAS EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA. *Rosimeire A. Manoel Seixas* (rosemary_psi@hotmail.com); *Sueli Terezinha Ferreira Martins (orientadora)*. (UNESP – Botucatu)

A Estratégia Saúde da Família (ESF) tem-se consolidado como o principal modelo assistencial na Atenção Básica. Seu processo de trabalho prevê a atuação coletiva/interdisciplinar de equipes multiprofissionais, a qual implica no compartilhar do planejamento, na divisão de tarefas, na cooperação e na colaboração entre os membros. Dessa forma, a importância do papel do coordenador da equipe, como mediador das relações de trabalho, em compreender que o grupo/equipe não consiste apenas na reunião de pessoas que compartilham normas e objetivos. A compreensão da equipe enquanto processo grupal envolve a relação de interdependência entre atividade e consciência como categorias essenciais. Assim, a pesquisa teve por objetivo descrever e analisar o processo da coordenação de equipes na Saúde da Família, sob a perspectiva dos profissionais que desempenham essa atividade, tanto no nível local (Unidade Básica com Saúde da Família - UBSF), quanto no nível central (Secretaria Municipal de Saúde - SMS), tendo em vista identificar os impactos de suas ações para constituição de um trabalho em equipe dentro de uma perspectiva de trabalho coletivo. O referencial teórico utilizado foi a abordagem Sócio-Histórica, pautada no Materialismo Histórico e Dialético. A pesquisa foi realizada em um município de médio porte no interior do estado de São Paulo. Participaram da pesquisa catorze profissionais, dos quais onze são coordenadores das UBSF locais e três coordenadores da ESF no nível central. Os instrumentos utilizados na coleta de dados foram: entrevistas semiestruturadas gravadas e observação participante das reuniões de equipe. A proposta desse trabalho, analisar o trabalho dos coordenadores na perspectiva do processo grupal, entende que o papel da coordenação é o de mediação. Assim, “ao refletir sobre o processo grupal, na sua concreticidade, teremos uma visão mais clara de como as relações grupais e de poder estão organizadas, o que poderá contribuir para o resgate dos objetivos e finalidades da atividade grupal” (MARTINS, 2003, p. 216). Fazer isso no espaço de um trabalho em equipe de saúde significa organizar/planejar espaços coletivos de modo a garantir a participação dos membros da equipe, para assim problematizar o cotidiano do trabalho em busca das suas determinações concretas, reconhecendo limites e potencialidades da sua atividade. Dessa forma, o processo grupal permite sair da concepção de grupo/equipe, em que cada membro desempenha um papel, geralmente determinado socialmente, pertencente a uma visão estática, que traz consequências para a prática concreta do trabalho em equipe, no sentido “de pensar que eles sempre foram assim e, conseqüentemente, sempre serão assim, é muito forte. As possibilidades de ver que são possíveis mudanças ficam veladas, diminuídas” (GUARESCHI, 2007, p. 87). Deste modo, discute-se a possibilidade do coordenador de equipe exercer a mediação em dois sentidos: nas relações (da) e entre a equipe e da equipe com a gestão, sendo específico do seu papel apenas o segundo sentido, já que qualquer profissional da equipe pode fazer a mediação intragrupal e intergrupala, isto é, a mediação na equipe e entre equipes, a fim de contribuir para a apropriação dos membros da equipe sobre sua atividade. No entanto, os processos de coordenação priorizam a mudança do processo de trabalho de modo normativo e verticalizado em detrimento da participação e criatividade, potenciais, do trabalho em equipe. Assim, verifica-se como essa prática é prejudicial para a construção de um trabalho em equipe dentro de uma perspectiva coletiva e de como o processo grupal apresenta-se como um importante referencial teórico da Psicologia Social para a discussão dessa temática.

Referências

MARTINS, S. T. F. Processo grupal e a questão do poder em Martín-Baro. **Psicol. Soc.**, v. 15, n. 1, p. 201-217, 2003.

GUARESCHI, P. A. Relações comunitárias – Relações de dominação. In: CAMPOS, R. H. F. **Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia**. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 81-99.

Palavras-Chave: Trabalho Em Equipe; Saúde Da Família; Processo Grupal.

OBSERVAÇÃO E DIÁRIO DE CAMPO DE UM PSICÓLOGO SOCIAL NUM PROGRAMA DE INCLUSÃO SOCIAL PELO TRABALHO. *Frederico Azevedo Alvim Assis* (fredalvim@yahoo.com.br); *Marilia Novais da Mata Machado*. (Universidade Federal de São João del Rei)

Para se desenvolver um estudo de caso, é necessário considerar as diferentes opiniões de sujeitos que compartilham experiências, uma vez inseridos num mesmo contexto, estabelecendo interações sociais. Nesse sentido, é relevante delimitar as diferenças de perspectivas de vida entre pesquisador e pesquisado capazes de representar condições para detalhar o que seja “inédito” na consolidação de análises e possíveis intervenções psicossociais. O pesquisador que assume o desafio de investigar e interpretar aspectos culturais (comportamentos, hábitos, costumes, crenças, etc) desenvolve uma pesquisa etnográfica, cujos procedimentos principais consistem em observações diretas que, devidamente registradas em diários de campo, revelam as próprias percepções e interpretações acerca daquele universo estudado. O diário de campo representa, então, um instrumento comum de ser aplicado pelos antropólogos, ou quaisquer pesquisadores de um contexto específico. O empreendimento – ou esforço intelectual – em etnografia se caracteriza por “descrições densas”, que podem ser apresentadas nas transcrições de textos, genealogias, mapeamentos ou diários de campo, contanto que o pesquisador efetivamente compreenda – e considere – os fiéis propósitos e lógicas identificadas nos processos observados. Além disso, o que pode ser observado induz o pesquisador – ou psicólogo, diante de uma nova proposta de trabalho – a vislumbrar novos significados com base no que é aparentemente irrelevante para quem já se acostumou com algumas rotinas. Concentrando sobre as noções de poder pastoral e disciplinar (conforme proposições de Michel Foucault), reveladas nas interações entre aprendizes do ofício de artesã e as professoras de um programa de inclusão social através do trabalho, promovido pela Associação Municipal de Apoio Comunitário, em Juiz de Fora, foi possível, através de técnicas de observação direta, levantar informações para se discutir associações entre poder e saber, tendo a perspectiva foucaultiana como referencial. Nesse sentido, a partir de registros, do próprio pesquisador, em diário de campo, acerca do que pôde conhecer através de observações e contatos com professoras, assistente social e aprendizes, realizados durante as visitas técnicas à instituição onde o programa se desenvolve, foi possível conhecer como se constituem as interações sociais e relações de poder no cotidiano das pessoas envolvidas. Com a aplicação do método de observações, foi possível, portanto, detectar instâncias de poder disciplinar e pastoral, permitindo analisar atos e gestos de instrutoras e aprendizes, posturas corporais, influências da presença, ou não, do corpo/máquina, instrumentos utilizados (as maneiras dessa utilização revelam condutas disciplinares?), bem como a organização do galpão de trabalho (de modo a entender se isso pode representar um “panóptico”, ou detectar se as práticas se orientam para privilegiar a vigilância, valendo-se questionar se tais condições garantem o conforto das executantes). Para tanto, nessa constituição da pesquisa, o método genealógico possibilita conhecer a produção da verdade por revelar problematizações acerca das práticas sociais, partindo dos membros integrantes do contexto investigado, orientando para a produção de subjetividades, com especial ênfase para potencialidades futuras (não se limitando a buscar causas no passado). Nesse sentido, este estudo foi desenvolvido partindo do objetivo de se levantar princípios que contribuam não somente para delimitar como um psicólogo pode atender novas demandas sociais mas, também, ampliar seu conhecimento e suas possibilidades de atuação, com

especial ênfase sobre análises de rotina de oitenta adolescentes, que acreditam na aprendizagem do ofício de artesãs como alternativa para o ingresso ao mercado de trabalho. Logo, a importância desta pesquisa se consolida com a meta de determinar novas atribuições da Psicologia Social de modo a contribuir para expandir a participação de psicólogos nas dinâmicas e constituições de projetos de inclusão social pelo trabalho.

Referências

- ALMEIDA, Celimara Teixeira; KEMP, Valéria Heloisa; MACHADO, Marília Novais da Mata (2011). **O Discurso do Poder e o Sujeito nas Organizações**. In: 16o Encontro Nacional da Abrapso, 2011, Recife. 16o Encontro Nacional da Abrapso: Textos completos.
- BREAKWELL, Glynis M. (2010). O uso do autorregistro: métodos de diário e de narrativa In: BREAKWELL, Glynis M.; FIFE-SCHAW, Chris; HAMMOND, Sean; SMITH, Jonathan A. (orgs). **Métodos de pesquisa em Psicologia**. Porto Alegre: Artmed
- CASTRO, Edgardo (2009). **Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Belo Horizonte: Autêntica
- DANTAS, Candida Maria Bezerra; OLIVEIRA, Isabel Fernandes; YAMAMOTO, Oswaldo Hajime (2010). Psicologia e pobreza no Brasil: produção de conhecimento e atuação do psicólogo. *Psicologia & Sociedade*, 22(1), pp.104-111
- FAÉ, Rogério (2004). A genealogia em Foucault. **Psicologia em estudo**. Maringá, v.9, n.3, p.409-416, set/dez
- FOUCAULT, Michel (2010). **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Rio de Janeiro: Edições Loyola
- _____. (2010a). Ditos & Escritos. In: Manoel Barros da Motta (Org.). **Estratégia, Poder-Saber** (Vol. IV). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- _____. (2011). **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal
- _____. (2011b). Ditos & Escritos. In: Manoel Barros da Motta (Org.). **Arte, Epistemologia, Filosofia e História da Medicina** (Vol. VII). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- GEERTZ, Clifford (2011). **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC
- LEMOES, Flávia Cristina Silveira; CARDOSO JÚNIOR, Hélio Rebello (2009). A genealogia em Foucault: uma trajetória. *Psicologia & Sociedade*; 21 (3):353-357
- PAZ, Maria das Graças Torres; MARTINS, Maria do Carmo Fernandes; NEIVA, Elaine Rabelo (2004). Poder nas organizações. In: José Carlos Zanelli; Jairo Eduardo Borges-Andrade; Antonio Virgílio Bittencourt Bastos (Orgs.). **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed
- REVEL, Judith (2011). **Dicionário Foucault**. Rio de Janeiro: Forense Universitária
- SACHS, Ignacy (2003). **Inclusão social pelo trabalho: desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte**. Rio de Janeiro: Garamond
- TOWNLEY, Barbara (2007). Conhecimento e poder nas organizações. In: Eduardo Davel, Sylvia Constant Vergara (Orgs.). **Gestão com pessoas e subjetividade**. São Paulo: Atlas
- VERGARA, Sylvia Constant (2009). **Métodos de coleta de dados no campo**. São Paulo: Atlas

Palavras-Chave: Poder, Relações de Poder, Interações Sociais, Poder Pastoral, Poder Disciplinar.

SIGNIFICADOS DA DEFICIÊNCIA ADQUIRIDA PARA POLICIAIS MILITARES.

Eliza Maura de Castilho Lopes (eliza.mclopes@gmail.com); *Lúcia Pereira Leite*. (UNESP-Bauru)

Trabalhar, além de satisfazer necessidades básicas, representa uma fonte de identificação, de auto-estima e de sentimento de participação na sociedade (NAVARRO & PADILHA, 2007). Pela atividade o mundo externo se traduz em interno, construindo significações relacionadas ao próprio indivíduo e à realidade posta num processo dialético de constituição da subjetividade (ANDRIANI, 2003). Quanto à Polícia Militar – PM, é possível afirmar que o

conceito ideal de policial difundido se encontra distante da visão existente em relação à deficiência. Como aponta Sousa (2009), o perfil policial está associado à imagem de herói, que se distingue da população comum pelos feitos extraordinários. Já o deficiente é distinto pela desvantagem que carrega aos olhos do grupo que o cerca. Considerando a influência das características da Corporação Militar sobre a vida dos policiais, aliada à importância da atividade para a formação psíquica do indivíduo, julga-se que as significações da deficiência para estes podem ser permeadas por significados atribuídos à própria corporação e ao papel profissional. O trabalho a ser apresentado faz parte de uma pesquisa de Mestrado que visou compreender se o conjunto de significações da deficiência para policiais reformados e da ativa está relacionado às significações de suas atividades profissionais. Os resultados já obtidos são parciais, e os que serão discutidos neste trabalho dizem respeito a apenas um participante.

O objetivo deste trabalho foi investigar se as significações da deficiência para um policial militar em condição de deficiência estavam relacionadas às significações de sua profissão enquanto policial. O policial participante desta pesquisa, P1, foi indicado por uma organização filantrópica à qual é associado, a Associação de Policiais Militares Portadores de Deficiência do Estado de São Paulo – APMDFESP. O procedimento de coleta de dados foi o relato oral autobiográfico. Pelo relato, Martins (2005, p. 120) afirma ser possível a “[...] compreensão da dialética da vida pessoal, ou seja, a apreensão da dialética subjetividade – objetividade”. Em entrevista individual, após responder um questionário de identificação, P1 foi solicitado a contar sua história da maneira como preferisse. A entrevista foi gravada em áudio e transcrita para análise dos dados. A análise foi fundamentada nos pressupostos de Vigotski (1995), segundo o qual a análise deve compreender a passagem da influência social exterior para interior ao indivíduo. Para tanto, o autor determina alguns princípios: a importância da análise do processo; a busca pela gênese do fenômeno em sua dimensão histórica e social; a importância do caráter explicativo da análise; e a análise de unidades. Para Aguiar e Ozella (2006), os significados representam estas unidades de análise, passíveis de exporem as propriedades do todo. Nas narrativas, estes podem ser identificados em núcleos, temas centrais ligados a ações e afetos. Dessa maneira, foram buscados os núcleos de significação no discurso do participante, principalmente no que diz respeito à deficiência, ao trabalho e à própria subjetividade. A entrevista com P1 teve 30 minutos de duração, ocorrendo em uma sala na APMDFESP. P1 é um homem de 38 anos, branco, divorciado, com uma filha. Ele possui o Ensino Médio completo e é soldado reformado da PM, onde ingressou em 2000. Ele é paraplégico em função de um ferimento por arma de fogo sofrido durante uma tentativa de assalto em frente à sua residência em 2009. Por meio da análise da história de vida de P1, foram identificados três núcleos de significação: a) Fazer uso de recurso para locomoção; b) Abandono versus Acolhimento; c) Ser policial militar. Os três núcleos se articulam, formando um conjunto de significações a respeito da vida de P1, da deficiência e da profissão exercida. A relação entre as significações dadas à deficiência e à PM parece estar implícita no relato de P1 a respeito das causas da deficiência. Quando o participante afirma que os riscos da profissão que exercia eram altos, é ao desempenho da sua função que ele atribui a aquisição da deficiência, e não ao crime cometido contra um indivíduo em período de folga. Enquanto em outras profissões, possivelmente ele poderia continuar trabalhando, na PM ele perde o direito de exercer a profissão, pois não corresponde à expectativa da corporação. No entanto, ele não deixa de ser ou de sentir-se policial, e a deficiência não parece ser um impeditivo para que ele assim se identifique. De maneira geral, analisando os núcleos encontrados, observa-se que as reações sociais vividas, seja com a família, com amigos ou com a Corporação da PM, contribuem para as significações da deficiência para P1. A referência de se encontrar na condição de deficiência, ligada com a expressão “estar em uma cadeira de rodas”, parece ganhar a significação nas relações que o participante estabelece

com a sociedade – seja saindo e sendo visto pelos outros, seja como o novo local ocupado diante dos demais.

Referências

AGUIAR, W. M. J.; OZELLA, S. Núcleos de Significação como Instrumento para a Apreensão da Constituição dos Sentidos. *Psicologia Ciência e Profissão*, 26 (2), 222-245, 2006.

ANDRIANI, A. G. P. A cor da pele: significações constituídas nas relações. *Dissertação* (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, 2003.

MARTINS, L. M. Psicologia Sócio-Histórica: o fazer científico. In: ABRANTES, A. A.; SILVA, N. R.; MARTINS, S. T. F. (orgs.) *Método Histórico-Social na Psicologia Social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

NAVARRO, V. e PADILHA, V. Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo. *Psicologia e Sociedade*. vol.19, número especial, Porto Alegre, 2007.

SOUSA, R. R. *Análise do perfil cultural das organizações policiais e a integração da gestão em segurança pública em Belo Horizonte*. Tese (Doutorado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

VIGOTSKI, L. S. *Obras Escogidas: Vol. 3. Problemas del desarrollo de la psique*. Madrid, España: Visor, 1995.

Palavras-Chave: Deficiência Adquirida; Polícia Militar; Relato Autobiográfico.

EIXO TEMÁTICO SAÚDE

(RE)CONSTRUINDO UM “GRUPO DE DEPRESSÃO” COMO GRUPO DE APOIO PSICOSSOCIAL. *Pedro Junior Rodrigues Coutinho* (pedror.coutinho@hotmail.com);

Renata Bellenzani; Vitor Corrêa Detomini; Vanessa Bonadiman. (UFMS/Paranaíba-MS)

Este trabalho apresenta a experiência de um “grupo de depressão” em desenvolvimento há quase um ano, num Centro de Atenção Psicossocial-CAPS em Mato Grosso do Sul, único serviço público de saúde mental da cidade, com significativas deficiências estruturais e técnicas. A oferta do grupo constitui iniciativa única e diferencial em relação à tradição de reduzir a atenção à depressão às intervenções psiquiátricas medicamentosas e de internação, muito aquém dos compromissos da Reforma Psiquiátrica. O grupo é conduzido por três estagiários de psicologia, se esforçando para, progressivamente, ampliá-lo e transformá-lo num grupo de apoio para pessoas em sofrimento. Apoiam-se nas perspectivas teórico-metodológicas da psicologia social construcionista e histórico-crítica. Lane (1989), defendendo a necessidade de redefinir a noção de grupo na psicologia, concebeu os grupos não mais como entidades em si, abstratas e universais, mas sim como processos grupais; historicamente moldados e pelos quais se podem conhecer as determinações que agem sobre os indivíduos, bem como a partir dos quais, os sujeitos coletivamente podem empreender ações transformadoras de suas realidades e, mais amplamente, da sociedade. Todo e qualquer grupo exerce a função de manter ou transformar as relações sociais decorrentes das relações de produção e de poder. É, portanto, entendendo o adoecimento por depressão como psicossocialmente produzido, ou seja, no trabalho/economia, família, conjugalidade, na política, etc., - não sendo um fenômeno estritamente orgânico, é que se demandam intervenções psicossociais que auxiliem as pessoas a compreenderem criticamente o que ocorre “consigo mesmas” e sobre como opressões, injustiças e condições materiais incidem sobre suas vidas e subjetividade. Nesta ótica, o “grupo de depressão” foi criado como recurso terapêutico para atender a demanda crescente de pessoas no serviço, cuja situação

existencial/de saúde é denominada por elas e pelo aparato médico-sanitário como “casos de depressão”; entendem “se tratarem da depressão”. O grupo é aberto (recebe novos participantes a cada encontro, por encaminhamento ou chegada espontânea), semanal (com duração de duas horas) e não diretivo (os facilitadores não definem tópicos a priori ou etapas); conversa-se livremente, no fluxo de complementação das ideias, oportunizando fala a todos. Aconteceram aproximadamente 35 encontros (média de 20 participantes). Temas e experiências variadas emergiram: perdas, lutos, dificuldades na gravidez e exercício da maternidade, afastamentos do trabalho, ansiedade, ideações/tentativas de suicídio, relações afetivas/conjugais/familiares, inseguranças e medos na convivência social, doenças físicas, problemas no trabalho, violências, etc. Os estagiários se alternam nas funções de condução, mediador e “retaguarda” (função criada pela necessidade de acolher, fora da dinâmica grupal, pessoas muito fragilizadas que não conseguem permanecer na atividade). Participam mais mulheres, os poucos homens frequentam assiduamente. Os encaminhamentos têm aumentado, a valorização pela equipe também e há adesão da maioria que frequenta regularmente, sem nenhuma obrigatoriedade. O que se observa no decurso é que as conversações iniciais eram fortemente médico-diagnósticas, relatos e dúvidas expressavam predominantemente incapacidade, dores, faltas, sintomatologias e queixas somáticas. Compartilhava-se a crença de que se é acometido pela depressão como se é por um resfriado, fortuitamente; a cura dependia dos psicotrópicos. Era secundária (e às vezes, ainda é, nas falas das pessoas novas no grupo) a relevância em compreender os percalços da vida que levaram ao “estar deprimido”. Progressivamente, a condução dos estagiários foi tensionando o diálogo para se “ampliar o foco”, indagações e comentários que problematizassem as vivências, situassem-nas no tempo (“*No passado era assim. E agora como é? Como pode ser?*”), demarcassem violações de direitos ou falta de cidadania. Enfim, explicitassem aos participantes os nexos entre a experiência subjetiva, a vida material/objetiva e as alternativas de enfrentamento. O desafio é fortalecer a condução do grupo numa orientação construcionista e sócio-histórica, afastando-se da visão médica organicista hegemônica, que reproduz sentidos/ideologias em torno do sofrimento psíquico: universalismos, incapacidades, periculosidade, desvalorização, vergonha, fatalismo, diagnóstico/patologia como identidade permanente para toda a vida, etc. A condução do processo grupal não deve se centrar em conversas sobre sintomas, medicações e incentivos para seguir as prescrições do psiquiatra e da instituição (que também tem seu viés ideológico), mas prioritariamente ajudar as pessoas a se compreenderem no seu cotidiano, suas identidades, as determinações, valores, condições de vida, violências e demais sinergias na produção dos sentidos e das experiências de “ser/estar deprimido”. Para Gergen (1997, citado por RASERA; JAPUR, 2001), o processo de significação não é determinado apenas pela relação imediata entre as pessoas que produzem sentido, mas pelo conjunto de outros relacionamentos dos quais estas pessoas participam e já participaram. À medida que nos comunicamos com pessoas com as quais não nos relacionamos, no caso os colegas do grupo de apoio, estas passam a suplementar nossos padrões de relacionamento, modificando potencialmente os sentidos aí construídos. Isso se expressa na mudança que o grupo vem sofrendo, inicialmente representado como “grupo de depressão” para, progressivamente, ser conhecido como “grupo de conversa”, de apoio coletivo, para lidar com os problemas da vida cotidiana que incidem sobre a saúde/saúde mental.

Referências

BRASIL. Estratégia Nacional de Prevenção do Suicídio, Ministério da Saúde. Organização Pan-Americana de Saúde; Universidade Estadual de Campinas. **Prevenção de suicídio: manual dirigido a profissionais das equipes de saúde mental**. Campinas (Brasil): Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/manual_prevencao_suicidio_saude_mental.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2012.

LANE, S. T. M. **O processo grupal**. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (orgs). Psicologia social: o homem em movimento. 8ª edição. Editora Brasiliense: São Paulo, 1989.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - **Relatório Mundial de Saúde: Saúde mental: nova concepção, nova esperança**. 2002. Ministério da Saúde Direção-Geral 41 da Saúde. Disponível em: <http://www.opas.org.br/promocao/uploadArq/smental.pdf>. Acesso em: 06 mai. 2012.

RASERA, E. F.; JAPUR, M. Contribuições do pensamento construcionista para o estudo da prática grupal. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 14(1), pp 201-209, 2001.

Palavras-Chave: Processo Grupal; Depressão; Apoio Psicossocial.

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NAS AÇÕES DE SAÚDE NO TRABALHO NA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP. *Cátia Cristina Xavier Mazon, Marcos Ricardo Datti Micheletto* (micheletto@reitoria.unesp.br), *Mariana Vasconcellos Silva Nastri, Maria Luíza Gava Schmidt; Vanessa Gimenez Ferreira*. (UNESP-Coordenadoria de Saúde e Segurança do Trabalhador e Sustentabilidade Ambiental–COSTSA)

Introdução: A atuação da Psicologia em Saúde do Trabalhador no âmbito da Universidade Estadual Paulista, se dá junto a Coordenadoria de Saúde e Segurança do Trabalhador e Sustentabilidade Ambiental (COSTSA), um órgão da Pró - Reitoria de Administração (PRAd). As ações foram instituídas em julho de 2010, mediante a contratação de cinco psicólogos que atuam de forma regionalizada nas 32 Unidades da Universidade distribuídas em 22 cidades do Estado de São Paulo e na Capital, e na Reitoria. As ações dos psicólogos seguem o prescrito no Plano de Desenvolvimento Institucional da UNESP (PDI), nas dimensões de Planejamento, Finanças e Infraestrutura com objetivos voltados para aperfeiçoar a política de recursos humanos para garantir a alta qualidade das atividades - meio e fim, cujas ações de número 7, 8 e 9, prescrevem as seguintes proposições: (7) manter e desenvolver programas de saúde, segurança do trabalho, qualificação e assistência aos servidores; (8) estabelecer ações de valorização do servidor público e de prestação de serviço público de qualidade exemplar; (9) aperfeiçoar políticas para qualificação dos servidores, segurança no trabalho e saúde ocupacional. Objetivos: Criar suporte de atenção à saúde dos trabalhadores da UNESP, visando a melhor qualidade de vida e bem estar desta população. Metodologia: a partir da contratação dos psicólogos regionais e da supervisão técnica da psicóloga membro da COSTSA, os objetivos estabelecidos no PDI foram desdobrados em ações de diagnóstico, tratamento, prevenção, promoção e readaptação. Fundamentou-se nos pressupostos teóricos sócio-histórico e sócio-cognitivo, com uso de metodologias quali e quantitativa. Resultados: No período de julho de 2010 a dezembro de 2012, foi possível implementar as seguintes ações da psicologia: Ação 1. Diagnóstico: foram realizadas atividades de atuação individual, caracterizada pelo rastreamento de demandas psicológicas por meio dos seguintes instrumentos: Escala de Ansiedade e Depressão (HAD) que auxilia na identificação de sintomas clínicos para transtorno de ansiedade e episódio depressivo; Teste de Identificação de Problemas Relacionados ao Uso de Álcool (AUDIT) que auxilia na identificação de sintomas clínicos para dependência do álcool; Escala Self Reporting Questionnaire (SRQ20) que auxilia na identificação de sintomas clínicos para transtornos de somatização, afetivos (humor) e alterações comportamentais (instrumento utilizado para identificar transtornos mentais menores). Foram realizados diagnósticos das condições e organização do trabalho por meio de entrevistas individuais semi-estruturadas e estudos de satisfação no trabalho com aplicação da Escala de Satisfação no Trabalho (EST). Para o diagnóstico da Percepção da Saúde Organizacional foi utilizada a Escala de Percepção de Saúde Organizacional (EPSaO). Ação 2. Tratamento: foram realizadas intervenções por meio de procedimentos técnicos e científicos de modo a: reverter os processos mórbidos; construir alternativas terapêuticas para além da abordagem clínica, que fortaleceram um modo de enfrentamento mais adequado das

adversidades, seja por métodos e estratégias de intervenção em grupo ou individual; criar espaços para que trabalhadores pudessem compartilhar com seus pares os sentimentos e vivências sobre seus sintomas e a problemática psicossocial deles decorrentes. Ação 3. Prevenção: desenvolvimento de ações específicas eliminando riscos à saúde. Ação 4. Promoção: implantação de ações com vistas a contribuir para melhoria das condições e organização do trabalho como, por exemplo, palestras qualificadas, workshops vivenciais para desenvolvimento e manutenção de competências sociais e entrevistas de devolutiva e/ou de orientação a gestores da instituição. Ação 5. Readaptação: realizou-se atividades com trabalhadores readaptados visando criar espaços para que o reabilitando pudesse repensar seu papel profissional, vivenciar seus entraves e respostas criativas para os enfrentamentos do dia a dia de trabalho. Considerações Finais: o desenvolvimento destas ações são relevantes para alicerçamento do compromisso com os princípios fundamentais da psicologia em prol da saúde e qualidade de vida."

Referências

- BOTEGA, Neury J. et al . Transtornos do humor em enfermaria de clínica médica e validação de escala de medida (HAD) de ansiedade e depressão. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 29, n. 5, Oct. 1995 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101995000500004&lng=en&nrm=iso>. access on 15 Dec. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89101995000500004>.
- DANTAS, Etienne Andrade de Medeiros; BORGES, Livia de Oliveira. Saúde organizacional e síndrome de burnout em escolas e hospitais. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, abr. 2012 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812012000100007&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 15 dez. 2012.
- GOMIDE JR., S.; FERNANDES, M. N. Saúde Organizacional. IN: SIQUEIRA, M. M. M. **Medidas do comportamento organizacional: ferramentas para diagnóstico e gestão**. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- MARI, J. J; WILLIAMS, P. A validity study of a psychiatric screening questionnaire (SRQ-20) in primary care in the city of Sao Paulo. **Br j psychiatry**. 148:23-6, 1986.
- PASCHOAL, Tatiane; TAMAYO, Álvaro. Validação da escala de estresse no trabalho. **Estud. psicol.** (Natal), Natal, v. 9, n. 1, Apr. 2004 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2004000100006&lng=en&nrm=iso>. access on 15 Dec. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2004000100006>.
- SANTOS, Walberto Silva dos et al . Alcohol Use Disorder Identification Test (AUDIT): explorando seus parâmetros psicométricos. **J. bras. psiquiatr.**, Rio de Janeiro, v. 61, n. 3, 2012 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0047-20852012000300001&lng=en&nrm=iso>. access on 15 Dec. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0047-20852012000300001>.
- SIQUEIRA, M. M. M.; GOMIDE JR., S. Vínculo do indivíduo com o trabalho e com a organização. In: ZANELLI, J. C; BORGES-ANDRADE, J. E; BASTOS, A. V. B. (Org.). **Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil**. Porto Alegre: ArtMed Bookman, 2004.
- Palavras-Chave:** Saúde do Trabalhador; Promoção da Saúde; Prevenção de Doença.

CONCEPÇÕES DE PROFISSIONAIS DA ESTRATÉGIA DA SAÚDE DA FAMÍLIA ACERCA DO ALCOOLISMO EM MULHERES. *Ana Maria Gonçalves de Lima, Elaine Cristina Barie do Prado* (elainebarie@funep.edu.br); *Rosemari Martines Tomé*. (Psicologia da Fundação Educacional de Penápolis-FUNEPE)

Introdução: O presente estudo foi realizado como parte do Trabalho de Conclusão de Curso de Psicologia da Fundação Educacional de Penápolis (FUNPE). De acordo com França e Viana (2006), no que se refere ao alcoolismo em mulheres, percebe-se que há dificuldade dos profissionais de saúde em atender as demandas, pois esses atendimentos estão permeados de discriminações, preconceitos e estigmas que poderão interferir nos atendimentos e nas possíveis intervenções que serão realizadas em relação às mesmas. **Objetivo:** Compreender as concepções dos profissionais da Estratégia da Saúde da Família acerca do alcoolismo feminino; bem como a compreensão das mesmas sobre o tratamento das mulheres alcoolistas que frequentavam a Unidade Básica de Saúde em que atuavam. **Método:** pesquisa realizou-se a partir da perspectiva qualitativa descritiva, procedendo à coleta de dados através de uma entrevista semi-estruturada com as profissionais de uma equipe multiprofissional de UBS em um município de pequeno porte, sendo as mesmas: uma agente comunitária, uma auxiliar de enfermagem, uma enfermeira, uma médica e uma psicóloga, nutricionista do NASF, totalizando seis entrevistadas. **Resultados:** As entrevistadas indicaram como causas relacionadas ao alcoolismo em mulheres fatores como: aquisição de uma doença (alcoolismo), questões afetivas e aspectos relacionados ao gênero (feminino). Ao identificar o alcoolismo como doença, a entrevistada parece ir ao encontro das políticas públicas para o enfrentamento do consumo de álcool em excesso (Decreto 6117/2007), que indica a necessidade de ampliação e fortalecimento das redes de atenção voltadas para essa demanda. No que tange aos aspectos afetivos envolvidos no alcoolismo das mulheres, os apontamentos de César (2006), demonstraram a relevância dos fatores afetivos envolvidos no consumo do álcool, pois pelas pesquisas dos mesmos, nos mostraram que mulheres que sofreram algum tipo de violência física/sexual, relataram beber para minimizar o enfrentamento da problemática. No entanto, é importante contextualizar outros fatores envolvidos na sua história de vida, não ficando somente no nível da aparência do fenômeno. Em relação à questão de gênero é visível na sociedade contemporânea, mesmo diante dos movimentos feministas e constante desenvolvimento tecnológico, que não há uma igualdade estabelecida entre homens e mulheres. Portanto, foi observado que algumas das entrevistadas identificaram como estranho e chocante a existência da mulher alcoolista, porque acabam rompendo com estereótipos do que é esperado da mulher como: ser frágil, dócil, cuidadora do lar, mãe, escrava da luxúria dos homens entre outros. (SAFFIOTI, 2004). Sobre os aspectos relacionados aos atendimentos e tratamentos das mulheres alcoolistas, observamos que as profissionais da ESF, não tinham conhecimentos suficientes sobre a temática e, portanto acaba por dificultar as ações que poderiam ser desenvolvidas no enfrentamento a essas mulheres nas unidades básicas de saúde. **Conclusão:** Foi possível identificar através da pesquisa, que a questão do alcoolismo nas mulheres ainda é um desafio para a atenção básica (ESF), no Brasil, que essa problemática é cercada de preconceitos de gênero, e que o tratamento a ser efetivado ainda não está incorporado às rotinas das profissionais entrevistadas. –Assim, acredita-se que o conteúdo deste estudo foi importante para proporcionar conhecimentos sobre as dificuldades das profissionais da ESF/NASF em atender essa demanda. Portanto, há a necessidade de proporcionar subsídios para uma reflexão sobre o desvelar de suas ações, com maior discernimento de cada conceito para que possam refletir a finalidade de suas atuações a partir de uma visão mais ampla.

Referências

- BRASIL. **Decreto nº 6.117** Aprova a Política Nacional sobre o álcool e sua associação com a violência e criminalidade, e dá outras providências de 22 de maio de 2007.
- CESAR, B. A. L. Alcoolismo feminino: um estudo de suas peculiaridades. Resultados Preliminares. **J.Bras. psiquiatr.** v. 5, n.55 Rio de Janeiro,2006 Disponível em: www.sielo.br/pdf/jbpsiq/v55n3/v55n3a06.pdf. Acesso em 25 out. 2011.

FRANÇA, A. C. P.; VIANA, B. A. Interface Psicologia e Programa saúde da Família-PSF: Reflexões Teóricas. **Psicologia. cienc. prof.** v.26, n.2, Brasília jun. 2006.

SAFIOTTI, H. I. B. Genero, patriarcado e violência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 50-87

Palavras-Chaves: Estratégia da Saúde da Família; Alcoolismo; Gênero.

CRIANÇAS COM HIV-AIDS: UM CASO DE REVELAÇÃO DIAGNÓSTICA A PARTIR DA LITERATURA INFANTIL. *Angelo Antonio Abrantes*

(angeloaa@fc.unesp.br). (Unesp-Bauru); *Andréa C. M. Durgan* (andréabauru@ig.com.br). (Centro de Referência em Moléstias infecciosas Secretaria Municipal de Saúde – Bauru)

O objetivo desse trabalho é relatar o processo de revelação diagnóstica à uma criança com HIV/AIDS, considerando a necessidade de desenvolver a autonomia na condução da sua vida e o momento do desenvolvimento que se encontra. A experiência se insere no trabalho de atendimentos psicológicos à crianças portadoras de HIV/AIDS que não foram formalmente orientadas sobre o diagnóstico. O objetivo geral da atividade é o de trabalhar na perspectiva de que o serviço de saúde contribua para o desenvolvimento do usuário com HIV/Aids, permitindo, a partir da organização de situações sociais de desenvolvimento, a construção de uma compreensão fundamentada cientificamente sobre o fenômeno HIV/Aids, tendo a perspectiva de que a imagem psíquica do real, baseada em conhecimentos objetivos, possam orientar ações em direção a uma existência saudável. A ação se pauta nos conhecimentos sistematizados pela Psicologia Histórico-Cultural no que versam sobre desenvolvimento humano, desenvolvimento individual e sobre a questão teóricas referentes a relação entre conceitos científicos e conceitos espontâneos. Tomando-se que a incompreensão do processo de saúde – doença gera interpretações variadas, passíveis de preconceitos, dúvidas, insegurança e medo, o processo de revelação diagnóstica é entendido como uma forma de respeito ao portador de HIV/AIDS e uma necessidade para reorganização de suas ações a partir dessa condição particular, considerando-se, inclusive, condutas que minimizem riscos de novos contágios. Como metodologia do trabalho prático foram desenvolvidas atividades lúdicas apoiadas em histórias infantis tendo como finalidade preparar a criança para o enfrentamento da revelação diagnóstica e colaborar na compreensão do fenômeno HIV/AIDS pautada nos avanços científicos. Deste modo a atividade realizada junto à criança envolvendo o fenômeno HIV/AIDS ocorreu com apoio de livros infantis que abordaram indiretamente o processo saúde – doença, relação igualdade – diferença, perdas e a vida. Esse momento do trabalho foi fundamentado na proposta metodológica organizada pela pedagogia histórico-crítica, que em unidade com o materialismo histórico dialético, pressupõe cinco momentos articulados para organizar a intervenção: 1- prática social (inicial); 2- problematização; 3- instrumentalização; 4- catarse e 5- retorno a prática social. Como resultados, pode-se verificar que a ação se constituiu em uma forma de minimizar sofrimentos e favorecer a adesão ao tratamento, apresentando uma perspectiva de intervenção que, sem desconsiderar a singularidade das questões subjetivas e vivenciais, organiza-se a partir da reflexão sobre a sociedade de classes, seus antagonismos e contradições. Nesse sentido, percebeu-se que o trabalho de revelação deve envolver a compreensão da criança em atividade no mundo, ou seja, deve contemplar suas relações com a realidade social organizada pelos adultos. A prática de trabalho demonstrou que o ambiente ambulatorial torna-se menos aversivo e que a leitura de histórias infantis, considerando-se a reflexão sobre os seus conteúdos e a forma de utilização no processo de intervenção, caracteriza-se como importante forma de comunicação com a criança, pois alia prazer e acesso ao conhecimento. A partir do caso singular foi possível demonstrar que as contradições relacionadas à doença se desenvolvem e implicam novos conteúdos sociais que podem ser previstos e trabalhados pela equipe de saúde. Conclui-se que a literatura infantil, pode se transformar em ferramenta de re-criação da história da

própria criança, colaborando no enfrentamento da doença, na preservação da saúde emocional e da infância.

Referências

ELKONIN, D. Sobre o problema da periodização do desenvolvimento psíquico da infância. In: DAVIDOV, V.; SHUARE, M. (Orgs.). **La psicología evolutiva y Pedagógica en la URSS** (antología). Moscou: Progreso, 1987. p. 104-124.

SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. Campinas: Autores Associados, 1996.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. 33. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

_____. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 7. ed. Campinas: Autores Associados, 2000 (Coleção Polêmicas de nosso tempo).

VIGOTSKI, L. S. **La imaginación e el arte en la infancia**. Madrid: Akal, 2003.

_____. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2001.

Palavras-Chave: Revelação Diagnóstica; HIV/AIDS; Psicologia Histórico-Cultural.

ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA: SIGNIFICADOS E SENTIDOS DE FAMÍLIA PARA TRABALHADORES DE UMA EQUIPE. *Juliana Peixoto Pizano* (ju.pizano@gmail.com). (UNESP/Botucatu)

O Programa Saúde da Família, criado em 1994, atualmente Estratégia de Saúde da Família (ESF) visa à reorganização da Atenção Básica no país, de acordo com os preceitos do Sistema Único de Saúde. Um dos objetivos da estratégia é eleger a família e o seu espaço social como núcleo básico de abordagem no atendimento à saúde. Nessa proposta a atenção à saúde deve ser voltada para a família e comunidade, num modelo coletivo e multiprofissional, indo além da fragmentação do indivíduo para uma compreensão integral (BRASIL, 1997). Segundo o caderno Pactos pela Saúde (BRASIL, 2006), são características do processo de trabalho da Saúde da Família “a prática do cuidado familiar ampliado, efetivada por meio do conhecimento da estrutura e da funcionalidade das famílias que visa propor intervenções que influenciem os processos de saúde-doença dos indivíduos, das famílias e da própria comunidade”. Falar em família implica pensar nesse conceito historicamente, nas mudanças de padrões de relacionamento ocorridas em cada tempo histórico e espaço. Ampliando essa reflexão para os profissionais de saúde que trabalham diretamente no atendimento à família e que carregam consigo as próprias idealizações a respeito desse conceito, é preciso fazer alguns questionamentos: Eles conhecem as mudanças pelas quais as famílias têm passado no que se refere à organização interna, tamanho, funções? Estão preparados para enfrentar essas questões? Vasconcelos (1999) aponta certa dificuldade dos profissionais em lidar com a autonomia da família por não confiar em sua capacidade e a tentativa de criar estratégias de cuidado baseadas no controle. O presente trabalho objetivou analisar os significados e sentidos de família dos trabalhadores que atuam em uma unidade da Estratégia Saúde da Família, investigando suas implicações nas práticas de cuidado sob o referencial teórico da Psicologia Histórico-Cultural. Para Vigotski (2001), os significados são produções históricas e sociais e referem-se a conteúdos mais estáveis, compartilhados, enquanto o sentido é mais amplo e dinâmico. O autor afirma que “o sentido de uma palavra é a soma de todos os fatos psicológicos que ela desperta em nossa consciência” (2001, p. 465). Ambos, sentido e significado, estão intrinsecamente ligados e sua relação constitui um dos principais componentes da estrutura interna da consciência humana. Para a coleta de dados da pesquisa foi utilizada a técnica de grupo focal, tendo sido necessário a realização de dois encontros com os trabalhadores. Os dados obtidos foram gravados, transcritos e posteriormente analisados através da análise dos núcleos de significação, como proposto por Aguiar e Ozella (2006). O processo de análise do material resultou em um núcleo de significação principal,

que é o conceito de família nuclear como família estruturada, trazida pela maioria dos participantes. No interior desse núcleo, vinculados a ele, foram discutidos os significados e sentidos apresentados pelos trabalhadores, tais como: a visão idealizada de família, a existência de outros arranjos familiares para além do modelo nuclear e o estranhamento e descrença dos profissionais em relação a esses arranjos, a ultraresponsabilização e culpabilização da família como se esta fosse o único determinante na vida dos indivíduos, a relação alcoolismo e família, a separação dos pais enquanto experiência negativa geradora de sofrimento e fator de desestruturação na família e a manutenção do casamento a qualquer custo. As informações obtidas indicam que apesar das mudanças pelas quais as famílias têm passado o modelo nuclear continua sendo desejado e considerado ideal. Dados do IBGE confrontam essa ideia, em pesquisa realizada pelo Censo 2010 é apontado crescimento na diversidade dos tipos de família: arranjos menos tradicionais, crescimento de uniões consensuais e crescimento de famílias reconstituídas. Tais discussões fazem-se necessárias para a qualificação do trabalho na Saúde da Família, dada a necessidade dos profissionais atuarem diretamente com as famílias e adotarem uma postura que possibilite compreender sua dinâmica e realizar práticas satisfatórias em saúde.

Referências

AGUIAR, W. M. J.; OZELLA, S. Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. **Psicol. Ciênc. Profis.** v. 26, n. 2, p. 222-245, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Coordenação de Saúde da Comunidade. **Saúde da Família: uma estratégia para a reorientação do modelo assistencial.** Brasília: Ministério da Saúde; 1997.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção À Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Atenção Básica.** Brasília: Ministério da Saúde; 2006. (Ministério da Saúde. Pactos pela Saúde, v. 4).

VASCONCELOS, EM. A priorização da família nas políticas de saúde. **Saúde em Debate.** Rio de Janeiro, v.23, n.53, p.6-19, set/dez.1999[acesso em 10 fev 2012]. Disponível em: http://www.cebes.org.br/media/File/publicacoes/Rev%20Saude%20Debate/Saude%20em%20Debate_n53.pdf

VIGOTSKI, LS. **A Construção do Pensamento e da Linguagem.** São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2001.

Palavras-Chave: Família; Saúde da Família; Família Nuclear.

FATORES DE RISCO PARA DEPRESSÃO GESTACIONAL DE MULHERES USUÁRIAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS. *João Gabriel Bertucci Lima* (jaogabrielsp@uol.com.br); *Rafaela de Almeida Schiavo*; *Gimol Benzaquen Perosa* (orientador). (UNESP-Botucatu)

Introdução: Os índices atuais de depressão no Brasil, em diferentes momentos da vida, que atingem sujeitos de diversas faixas etárias, fazem com que seja considerado um problema de saúde pública que necessita de programas de intervenção para remediar e prevenir seus efeitos no indivíduo e nas pessoas que o cercam. Durante o Ciclo Gravídico Puerperal, marcado por várias alterações emocionais e aumento da sensibilidade da mulher, a depressão pode influenciar o desenvolvimento da gestação, assim como o bem-estar e saúde materno-infantil. Há vasta literatura sobre a depressão-pós-parto (FONSECA; SILVA; OTTA, 2010; PEREIRA; LOVISI, 2008; GOMES et al., 2010), mas, estudos recentes mostram que a depressão pode estar presente antes do nascimento do bebê e que sintomas de depressão são comuns durante a gestação (PEREIRA, et al., 2010). Pesquisas indicam que a depressão na gestação está associada a depressão pós-parto (COX; CONNOR; KENDEL, 1982; EVANS et al., 2009) e é mais comum que esta última (PEREIRA; LOVISI, 2008; EVANS, 2009), criando a necessidade de conhecer os possíveis fatores de proteção e de risco para planejar sua

prevenção e tratamento. Objetivo: Identificar a possível associação de variáveis sociodemográficas de gestantes à manifestação de Depressão Gestacional. Metodologia: Participaram da pesquisa 131 mulheres, no terceiro trimestre gestacional, usuárias do Sistema Único de Saúde, que foram contatadas em Unidades Básicas de Saúde de uma cidade do interior paulista quando em sala de espera para o pré-natal ou ultrassom obstétrico. As gestantes responderam a uma Entrevista Inicial para coleta de dados sociodemográficos, de saúde e sobre suas expectativas em relação ao parto e ao filho e ao Inventário de Depressão de Beck- BDI. Para analisar os resultados empregou-se análise descritiva e estatística, utilizando os testes Qui-quadrado, Teste F de Fisher e adotou-se o nível de 5% de significância. Resultados: Os resultados indicaram que, da amostra como um todo, 42% das gestantes eram primigestas; 76% moravam junto com o parceiro, 49% tinham ensino fundamental completo ou incompleto, 47% ensino médio completo e 4% superior completo, 73% estavam desempregadas. A maioria das mulheres tinha uma baixa renda familiar, para 41% delas era de até um salário e 53% tinham uma renda de 2 a 3 salários. Em relação a saúde 5% disseram ter algum problema crônico de saúde física ou mental e 23% contaram que desenvolveram problemas de saúde durante a gestação atual, 13% disseram ser fumantes, 19% tinham alguém da família com problemas de saúde mental. 21% disseram já ter tido algum abortamento e 7% relataram ameaça de aborto, 61% das gestantes e 68% dos parceiros das entrevistadas desejaram o bebê. Em relação à depressão, 21% apresentaram depressão gestacional. Houve associação significativa entre algumas variáveis sociodemográficas, de saúde e as expectativas da gestante e a manifestação de depressão gestacional: escolaridade ($p = 0,01$), problemas de saúde física ou mental da gestante ($p = 0,04$), ameaça de aborto na gestação atual ($p < 0,001$) e não desejo da gestante pela gravidez ($p = 0,01$). Conclusões: Neste estudo, gestantes com menor escolaridade, com problemas de saúde física ou mental, que passaram no início da gestação atual por ameaça de abortamento e que não desejavam a gestação, tinham mais chance de apresentar depressão gestacional, sendo estas variáveis potenciais fatores de risco. Outros estudos já haviam demonstrado que dificuldades financeiras, baixa escolaridade, desemprego, dependência de substâncias, violência doméstica e ambivalência com relação ao feto são fortes fatores de risco para depressão durante a gravidez e no pós-parto (ENGLE, 2009) e sugerem algumas direções para o planejamento dos serviços de saúde. Em primeiro lugar, aumentar e facilitar a oferta de serviços de atendimento à gestante que permita assiduidade ao pré-natal, ajudando a evitar problemas físicos durante o período, assim como abortos prematuros. Em segundo lugar, para a prevenção ou não agravamento dos sintomas depressivos no período gestacional, colocar em prática atendimentos em saúde focados em medidas socioeducativas, como serviços psicológicos, onde a gestante possa falar sobre suas dúvidas e conflitos com relação à gestação, evitando-se que os sintomas depressivos apresentados evoluam para o pós-parto, com todas as consequências que esse quadro possa causar na mulher e no desenvolvimento do seu filho.

Referências

- COX, J. L; CONNOR, J. L. C. Y; KENDELL, R. E. Prospective study of the psychiatric disorders of childbirth. **Brit. J. Psychiat.**, v.140, p.11-117, 1982.
- CRUZ, E. B.S; SIMÕES, G. L; FAISAL-CURY, A. Rastreamento da depressão pós-parto em mulheres atendidas pelo programa de Saúde da Família. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**. Rio de Janeiro, v.27, n.4, p.181-188, 2005.
- CUNHA, J. C. **Manual da versão em português das escalas Beck**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.
- ENGLE P. L. Maternal mental health: program and policy implications. **Am. J. Clin Nutr.**, v. 89, n.3, p. 963-970, 2009.
- EVANS, J et al. Cohort study of depressed mood during pregnancy and after childbirth. **BMJ**. v.323, p.257-260, 15 may 2009.

FONSECA, V. R. J. M; SILVA, G. A; OTTA, E. Relação entre depressão pós-parto e disponibilidade emocional materna. **Caderno de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v.26, n.4, p.738-746, abr. 2010.

GOMES, L. A et al. Identificação dos fatores de risco para depressão pós-parto: importância do diagnóstico precoce. **Rev. Rene**. v.11, n. Esp, p.117-123, dez. 2010.

PEREIRA, P. K; LOVISI, G. M; LIMA, L. A; LEGAY, L. F. Complicações obstétricas, eventos estressantes, violência e depressão durante a gravidez, em adolescentes atendidas em unidade básica de saúde. **Revista de Psiquiatria Clínica**. São Paulo, v.37, n.5, p.216-222, 2010.

Palavras-Chave: Depressão Gestacional; Gravidez; Fatores de Risco.

INVESTIGANDO POSSÍVEIS RELAÇÕES ENTRE ALCOOLISMO, SOFRIMENTO PSÍQUICO E VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR NA PERSPECTIVA DE MULHERES ATENDIDAS PELA SAÚDE DA FAMÍLIA. *Ana Lúcia Martins* (analubtu@gmail.com). (CAPS II de Botucatu); *Sueli Terezinha Ferreira Martins*. (UNESP-Botucatu)

A Atenção Primária tem sido chamada a cuidar de demandas em saúde mental relacionadas à vulnerabilidade social, pessoas egressas de internação psiquiátrica, uso abusivo de substâncias psicoativas, violência, dentre outras que se colocam atualmente como desafio às equipes de saúde e entraves à saúde das famílias. Estudos desenvolvidos no município de Botucatu, no interior de São Paulo, e de Dimenstein et al. (2005), no Rio Grande do Norte, identificaram que a violência intrafamiliar é um dos problemas associados a questões em saúde mental mais frequentes. Com base em perspectivas diversas, pesquisadores têm relacionado o alcoolismo a comportamentos agressivos, o que tem motivado investigações sobre as relações entre o alcoolismo e a violência intrafamiliar, e o impacto destes na saúde mental e na qualidade de vida dos que convivem com o problema. (NASCIMENTO; JUSTO, 2000; MELO et al., 2005; FILIZOLA et al., 2006; TRINDADE et al., 2006; REINALDO; PILLON, 2008; GONÇALVES; GALERA, 2010; FILIZOLA et al., 2009). Apesar de alguns autores indicarem entre as determinações do fenômeno em pauta a aspectos socioeconômicos e culturais, há uma ênfase nas relações mais cotidianas. Partimos da concepção do fenômeno saúde-doença enquanto processo histórico e, portanto, dialético, síntese de múltiplas determinações. Estas, por sua vez, não se encontram explicitadas, mas pelo contrário, são mascaradas ideologicamente. Desse modo, este trabalho pretendeu investigar os significados sociais sobre a relação entre alcoolismo, violência intrafamiliar (VIF) e sofrimento psíquico, apresentados por mulheres atendidas pela Estratégia de Saúde da Família (ESF). Referenciamos-nos na perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural, subsidiada pelos pressupostos teóricos e metodológicos do Materialismo Histórico e Dialético. O estudo foi realizado com quatro mulheres na área de abrangência de uma Unidade de Saúde da Família (USF). A história de vida foi utilizada como recurso metodológico por meio de entrevistas semiestruturadas e contou com oito eixos norteadores: origem, escolaridade, história de trabalho; posição social e econômica; crenças religiosas; relacionamento familiar; saúde e hábitos, participação em grupo. Foram utilizados ainda a leitura de prontuários e um questionário com dados gerais para caracterização das participantes. A análise do conteúdo das entrevistas foi pautada na identificação de núcleos de significações. Em relação à origem e explicação do processo de adoecimento emergiram os seguintes núcleos: concepção científica do fenômeno: o alcoolismo como doença; concepção pautada no caráter: o alcoolismo como ruindade; atravessado aos demais núcleos, aparece a concepção metafísica: o destino. Com o aprofundamento da análise foi possível identificar os significados atribuídos ao alcoolismo e suas consequências: como impeditivo ao trabalho; como desencadeador da VIF; como gerador de sofrimento psíquico e ainda, vimos que a partir do agravo da saúde do companheiro, a mulher assume o papel de cuidadora, entendendo que o cuidado é seu dever.

As tentativas de enfrentamento ao alcoolismo e à VIF incluem: permanecer na relação: ruim com ele, pior sem ele; a expressão de raiva anunciando as mudanças afetivas e a emergência de sentimentos negativos nas relações; o acionamento da força policial abortado pela retirada da queixa. Os agravos à saúde estão entre os motivos para o abandono do uso de bebidas alcoólicas, mas também a participação em grupo na USF e de outras ações realizados pela Atenção Primária. Por fim, apresentam o grupo de mulheres, vinculado à USF, como o único espaço para a expressão de sentimentos, como espaço de identificação com outras mulheres e como gerador de novas relações afetivas, configurando como rede de suporte social, o que evidencia a necessidade da oferta de estratégias não restritas ao atendimento individual e às visitas domiciliares. Entendemos que é necessário investir na criação de espaços coletivos que permitam aos sujeitos refletir sobre papéis sociais, concepções de família, gênero, violência, com o objetivo de superar a naturalização dos fenômenos. Pensamos que assim é possível instrumentalizar os usuários para que possam vislumbrar outras possibilidades de existência, para a transformação das relações e traçar projetos de vida. Estratégias que incluam o homem tornam-se necessárias ao compreender que este igualmente necessita de cuidado em saúde. Abordagens que tomem a família como unidade da atenção ainda se configuram como ideal a ser conquistado. Ressaltamos a importância de investigar as queixas inespecíficas apresentadas pelos usuários que podem se constituir em sofrimento psíquico. É fundamental a articulação da rede intersetorial, envolvendo os vários segmentos para o enfrentamento do problema (BRASIL, 2007), na garantia dos direitos humanos fundamentais. Identificamos clara vinculação de processos psicossociais ao adoecimento, o que exige considerar as condições concretas de vida dos sujeitos, rompendo com práticas tradicionais, e/ou medicalizantes da vida cotidiana. Evidenciou-se, ainda, a necessidade de investimento em formação continuada aos trabalhadores, possibilitando a identificação desta questão e favorecendo que sejam traçadas estratégias comprometidas com a maior resolubilidade às demandas de saúde na Atenção Primária de acordo com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Reforma Psiquiátrica.

Referências

- AGUIAR, W.M.J.; OZELLA, S. Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. **Psicol. Cienc. Prof.**, v.26, n.2, p.222-245, 2006.
- BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 2.ed. São Paulo: EDUSP, 1987.
- CENTRO BRASILEIRO DE INFORMAÇÕES SOBRE DROGAS PSICOTRÓPICAS - CEBRID. **II Levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil: estudo envolvendo as 108 maiores cidades do país – 2005**. Brasília: SENAD, 2006.
- DIMENSTEIN, M. et al. Demanda em saúde mental em unidades de saúde da família. **Mental**. ano III - n. 5 - Barbacena - nov. 2005 - p. 33-42.
- ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução Leandro Konder. 6.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. 215p.
- ESCOHOTADO, A. **Las drogas: de los orígenes a lá prohibición**. Madri: Alianza Editorial, 1994.
- FILIZOLA, C.L.A.; TAGLIAFERRO, P.; ANDRADE, A.S.; PAVARINI, S.C.I.; FERREIRA, N.M. Alcoolismo e família: a vivência de mulheres participantes do grupo de autoajuda Al-Anon. **J. Bras. Psiquiatr.**, v.58, n.3, p.181-186, 2009.
- FILIZOLA, C.L.A. et al. Compreendendo o alcoolismo na família. **Esc. Anna Nery Rev. Enferm.**, v.10, n.4, p.660-670, 2006.
- FORTES, S.; LOPES, C.S.; VILLANO, L.A. **Fatores sócio-demográficos, a rede social de apoio e os transtornos mentais comuns no programa de saúde da família: resultados do estudo de Petrópolis – RJ**. Rio de Janeiro: Faculdade Ciências Médicas, Instituto de Medicina Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<http://ris.bvsalud.org/finals/BRA-3142.pdf>>. Acesso em: Jun 2009.

- GOMES, R. A mulher em situações de violência sob a ótica da saúde. In: MINAYO, M.C.S.; SOUZA, E.R. (Orgs.). **Violência sobre o olhar da saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. p.199-222.
- GONÇALVES, R.L.; GALERA, S.A.F. Assistência ao familiar cuidador em convívio com o alcoolista, por meio da técnica de solução de problemas. **Rev. Latinoam. Enferm.**, v.18, n.esp., p.543-549, 2010.
- LEONTIEV, A. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.
- MARTÍN-BARÓ, I. Violencia y agresión social. In: _____. **Acción e ideología: Psicología Social desde Centroamérica**. 8.ed. El Salvador: UCA Editores, 1997. 459p.
- MARX, K. O trabalho alienado. In: _____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1993. p.157-172.
- MARX, K. Processo de trabalho e processo de produzir mais valia. In: _____. **O Capital: crítica da economia política**. Volume 1. 8 ed. São Paulo: Difel, 1982a. Cap. V, p. 201-223.
- MELO, M.Z. et al. Família, álcool e violência em uma comunidade da cidade do Recife. **Psicol. Estud.**, v.10, n.2, p.201-208, 2005.
- MORAES, R.J.S. **O alcoolismo e o alcoolista no capitalismo: a psicologia histórico-cultural na defesa da historicidade para o enfrentamento do problema**. 2011. 239f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.
- NASCIMENTO, E.C.; JUSTO, J.S. Vidas errantes e alcoolismo: uma questão social. **Psicol. Reflex. Crít.**, v.13, n.3, p.529-538, 2000.
- REINALDO, A.M.S.; PILLON, S.C. Repercussões do alcoolismo nas relações familiares: estudo de caso. **Rev. Latino-am. Enferm.**, v.16, n.esp., s/p, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v16nspe/pt_05.pdf>. Acesso em: Jan 2012.
- REIS, J.R.T. Família, emoção e ideologia. In: LANE, S.T. M.; CODO, W. (Orgs.). **Psicologia social: o homem em movimento**. 13.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p.99-124.
- SAFFIOTI, H.I.B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cad. Pagu**, n.16, p.115-136, 2001.
- SATO, L. Trabalho e saúde mental. In: CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **Saúde, meio ambiente e condições de trabalho: conteúdos básicos para uma ação sindical**. São Paulo: CUT, 1995. p.169-175.
- SAWAIA, B.B. Dimensão ético-afetiva do adoecer da classe trabalhadora. In: LANE, S.T.M.; SAWAIA, B.B. (Orgs.). **Novas veredas da psicologia social**. São Paulo: EDUC/Brasiliense, 1995. p.157-168.
- SCHRAIBER, L.B.; D'OLIVEIRA, A.F.L.P. Violence against women: interfaces with Health care. **Interface – Comunic. Saúde, Educ.**, v.3, n.5, p.11-26, 1999.
- TRINDADE, M.E. et al. Filhos de Baco: considerações acerca dos efeitos do alcoolismo na família. **Comum. Ciênc. Saúde**, v.17, n.4, p.275-282, 2006.
- VIGOTSKI, L.S. A construção do pensamento e da linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- VYGOTSKI, L.S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- WAISELFISZ, J.J. Homicídio de mulheres no Brasil. In: _____. **Mapa da violência 2012**. Os novos padrões da violência homicida no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2011. (Caderno Complementar, 1).
- Palavras-Chave:** Alcoolismo; Sofrimento Psíquico; Violência Intrafamiliar.

MODELOS TECNOLÓGICOS E ASSISTENCIAIS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE: UMA REVISÃO DA LITERATURA DA ÁREA. *Lilian Magda de Macedo* (limagda@hotmail.com); *Sueli Terezinha Ferreira Martins*. (Unesp-Botucatu)

Este trabalho objetiva apresentar e discutir conteúdos de revisão bibliográfica da literatura científica referente ao contexto da Atenção Primária à Saúde no cenário internacional e brasileiro, bem como de suas estreitas relações com as transformações no mundo do trabalho e com a Reforma Político-Administrativa do Estado. O processo de estudo da literatura da área ocorreu para fins de composição da pesquisa de doutoramento desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, vinculado à Faculdade de Medicina de Botucatu-Unesp, durante os anos de 2009 a 2013. A análise dos dados obtidos por meio de entrevistas com gestores municipais da saúde, visitas a unidades básicas de saúde e grupos focais com trabalhadores de dois modelos tecnológicos distintos de Atenção Primária, contou com os aportes teórico-metodológicos do Materialismo Histórico e Dialético e com suas expressões específicas junto à Psicologia Histórico-Cultural, a partir da categoria significado constituinte da consciência humana e da categoria trabalho/atividade. A concepção de Atenção Primária em Saúde advém da necessidade de aproximar os serviços da população, acolhendo suas carências e atuando conforme os problemas específicos de cada comunidade adscrita. Seus princípios foram lançados no relatório de Dawson na Inglaterra de 1920, em contraposição às práticas de uma medicina biologicista e curativa propostas pelo norte-americano A. Flexner. Desde a Conferência de Alma Ata, em 1978, os cuidados primários foram difundidos como promotores do desenvolvimento econômico e social dos países, possibilitando ainda a melhoria dos indicadores de saúde e a racionalização dos gastos públicos com a área. Às ênfases nos formatos organizativos e no processo de trabalho das unidades de saúde traziam consigo concepções distintas referentes ao próprio conceito de saúde, doença e de seu processo, com implicações para a abrangência das ações de cuidado junto à população. O processo organizativo e tecnológico do trabalho nas unidades de saúde vinculadas ao Estado, a composição de suas equipes, as ênfases e finalidades de suas funções sofreram modificações ao longo da história, de maneira coerente com as transformações no contexto do trabalho e no cenário geopolítico das nações. Desta maneira, a estruturação da produção material da vida nas fábricas e indústrias apresenta influências e reflexos no formato e modus operandi da organização dos cuidados nas unidades de saúde. Conjuntamente com o cenário econômico e organizacional dos chãos de fábrica, o cenário político do Neoliberalismo e seu enxugamento dos gastos da máquina estatal, com intervenções mínimas do Estado na produção dos serviços e focalização de sua atenção em populações mais vulneráveis socialmente, determinaram o desenvolvimento de terceirizações dos trabalhadores de muitas unidades de saúde, em especial àqueles vinculados à Estratégia Saúde da Família. A responsabilidade de prestação de serviços passa a ser delegada às organizações sociais e fundações de direito privado, restringindo a ação do Estado a práticas regulamentadoras. A revisão da literatura realizada nos estudos de doutoramento e proposta aqui para discussão e reflexões conclui pela existência de relações interdependentes entre a organização do trabalho na sociedade e o formato da prestação do cuidado nas unidades de atenção primárias em saúde. De maneira contraditória, as implicações para o cuidado à saúde da população apresentam, neste cenário, avanços legislativos e judiciários, especialmente na realidade brasileira, e entraves relevantes à prática dos trabalhadores no cotidiano junto à comunidade, em especial no que se refere às condições de atuação e à gestão daqueles que se dedicam às atividades junto a Atenção Primária.

Referências

- ANDRADE, L. O. M.; BARRETO, I. C. H. C.; BEZERRA, R.C. Atenção primária à saúde e Estratégia Saúde da Família. In: CAMPOS, G. W. S. (org.). **Tratado de Saúde Coletiva**. Editora Hucitec/Fiocruz, p. 783-836, 2007.
- ANTUNES, R. Trabalho e precarização na ordem neoliberal. In.: FRIGOTTO, G.; GENTILI, P. (orgs.) **A cidadania negada**: políticas de exclusão na educação e no trabalho. São Paulo: Cortez, p. 35-48, 2001.

BAPTISTA, T. W. F.; FAUSTO, M. C. R.; CUNHA, M. S. Análise da produção bibliográfica sobre atenção primária à saúde no Brasil em quatro periódicos selecionados. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, p. 1007-1028, 2009.

BRASIL, Ministério da Saúde. Departamento de Gestão e Regulação do Trabalho em Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. **Precarização e Qualidade do Emprego no Programa de Saúde da Família**. Belo Horizonte: Observatório de Recursos Humanos em Saúde NESCON/UFMG, 2007a.

BRASIL. Portaria nº 2488 de 21 de outubro de 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS), 2011.

FAUSTO, M. C. R.; MATTA, G. C. A. Atenção primária à saúde: histórico e perspectivas. In: MOROSINI, M. V. G. C. (org.) **Modelos de atenção e a Saúde da Família**. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, p. 43-67, 2007.

LAURELL, A. C. A saúde-doença como processo social. Tradução: E. D. Nunes. **Revista Latinoamericana de Salud**. México, n.2, p. 07-25, 1982.

LEONTIEV, A. N. **Actividad, consciencia y personalidad**. Buenos Aires, Consciencia del hombre, 1978a

MENDES-GONÇALVES, R. B. **Medicina e história: raízes sociais do trabalho médico**. 1979 209 f. Dissertação (Mestrado em Medicina Preventiva) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1979.

MENDES-GONÇALVES, R. B. **Tecnologia e organização social das práticas de saúde**. São Paulo: Editora Hucitec/Abrasco, 1994.

RIZZOTTO, M. L. F. **O Banco Mundial e as políticas de saúde no Brasil nos anos 90: um projeto de desmonte do SUS**. 2000. 265 p. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

SILVA JR., A. G.; ALVES, C. A. Modelos assistenciais em saúde: desafios e perspectivas. In: MOROSINI, M. V. G. C. (org.) **Modelos de atenção e a Saúde da Família**. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, p. 27-41, 2007.

Palavras-Chave: Atenção Primária à Saúde; Trabalho; Reforma Administrativa do Estado.

O TRABALHO EM EQUIPE NAS AÇÕES DE SAÚDE MENTAL NA ATENÇÃO BÁSICA. *Sérgio Luiz Ribeiro* (sergio.psi1@yahoo.com.br); *Maria Cristina Gonçalves Vicentin*. (PUC/SP)

Este trabalho é parte da pesquisa de Doutorado do autor que pretende estudar o dispositivo equipe nas ações de saúde mental na Atenção Básica à Saúde. Nesta etapa foi realizado um levantamento bibliográfico e documental preliminar sobre o tema, utilizando artigos, teses, dissertações e portarias e diretrizes do Ministério da Saúde. Este fase teve como objetivos: 1) contextualizar as propostas das políticas públicas das ações de Saúde Mental no campo da Atenção Básica à Saúde; 2) caracterizar o processo da Reforma Psiquiátrica no Brasil, principalmente na direção da municipalização de suas ações e do enfoque da Atenção Psicossocial; 3) levantar as principais pesquisas realizadas que pretenderam conhecer a atuação e funcionamento em equipe nas ações de Saúde Mental na Atenção Básica. Amarante (2003) e Costa-Rosa, Luzio, Yasui (2003) indicam que para a consolidação da Reforma Psiquiátrica, no enfoque da Atenção Psicossocial, é fundamental o trabalho em equipe interdisciplinar e a construção de uma rede de atenção a partir da Atenção Básica, possibilitando assim a prestação de um cuidado integral ao portador do sofrimento psíquico levando a recuperação de seus espaços e direitos sociais. Além disto, as ações e regulamentações que objetivaram o fortalecimento do Sistema Único de Saúde resultaram na maior descentralização e municipalização das ações da Saúde Mental, principalmente na

direção da Atenção Básica (BRASIL, 2006). No entanto, conseguiu-se um avanço maior na estruturação de uma rede de cuidado aos portadores de sofrimento psíquico grave, principalmente por meio dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Mas apesar disto a maior parte dos municípios brasileiros (96%), segundo Luzio, L'Abbate (2009), tem população menor que 20.000 habitantes, sendo o cotidiano da assistência à saúde nestes ser o das Unidades Básicas de Saúde (UBS), Centros de Saúde (CS) e equipes da Estratégia da Saúde da Família (ESF). Ou seja, a grande maioria dos municípios não conta com um serviço especializado como o CAPS. Por outro lado, no cuidado e ações de Saúde Mental na Atenção Básica este processo ainda carece de ampliação e consolidação. A maior parte das pesquisas encontradas, como as de Abuhab et al (2005), Bichaff (2006), Ribeiro (2002), Silva (2001) e Silva (2010) sobre o tema do trabalho em equipe no atendimento em Saúde Mental foi realizada em Centros de Atenção Psicossocial e estas tratam do funcionamento em equipe, processo de trabalho, processos de gestão e formação dos profissionais para este tipo de atendimento. Foram poucas os estudos encontrados sobre a temática de ações de saúde mental na Atenção Básica, a articulação destas ações com uma rede de atenção em Saúde Mental e que focalizem os modos de funcionamento em equipe, como os de Caçapava, Colvero (2008) e Silveira (2009). Concluímos com o levantamento bibliográfico/documental realizado, ser fundamental a realização de mais estudos com intuito de aprofundar o entendimento da constituição e consolidação do trabalho em equipe nos serviços de saúde da Atenção Básica nas ações de Saúde Mental. Isto se faz necessário devido à expansão da municipalização e descentralização do atendimento em Saúde Mental, levando ao imperativo da constituição e articulação do trabalho em equipe para realizar este atendimento de forma integrada. Faze-se também necessário mais pesquisas pela escassez de material que problematizou esta temática e os que foram encontrados, pouco pesquisaram sobre as potencialidades e percalços da implantação e consolidação destas equipes no campo da Atenção Básica à Saúde, sua consonância com os ideais da Atenção Psicossocial e os reflexos no cuidado ao sofrimento psíquico dos usuários atendidos e no trabalho cotidiano dos profissionais destes serviços.

Referências

- ABUHAB, Deborah et al. O Trabalho em Equipe Multiprofissional no CAPS III: Um Desafio. **Revista Gaúcha de Enfermagem**. Porto Alegre, v. 26, n. 3, dezembro, p. 369-380, 2005. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/eenf/revista/revista2005/revista2005\(3\)/O%20TRABALHO%20EM%20EQUIPE.pdf](http://www.ufrgs.br/eenf/revista/revista2005/revista2005(3)/O%20TRABALHO%20EM%20EQUIPE.pdf)>. Acesso em: 09 fev. 2008.
- AMARANTE, Paulo. A (Clínica) e a Reforma Psiquiátrica. In: AMARANTE, P. (coord.) **Archivos de Saúde Mental e Atenção Psicossocial**. Rio de Janeiro: Nau, 2003, p. 45-65.
- COSTA-ROSA, Abílio; LUZIO, Cristina A.; YASUI, Sílvio. Atenção Psicossocial - Rumo a um Novo Paradigma na Saúde Mental Coletiva. In: AMARANTE, Paulo. (coord.) **Archivos de Saúde Mental e Atenção Psicossocial**. Rio de Janeiro: Nau, 2003, p. 13-44.
- BICHAFF, Regina. **O Trabalho nos Centros de Atenção Psicossocial: Uma reflexão crítica das práticas e suas contribuições para a consolidação da Reforma Psiquiátrica**. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/7/7134/tde-17102006-121439/publico/Regina_Bichaff.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2008.
- BRASIL. Portaria nº. 648, de 28 de março de 2006. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: <<http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/port2006/GM/GM-648.htm>>. Acesso em: 21 jul. 2011.
- CAÇAPAVA, Juliana R.; COLVERO, Luciana A. Estratégias de Atendimento em Saúde Mental nas Unidades Básicas de Saúde. **Revista Gaúcha de Enfermagem**. Porto Alegre, vol. 29, nº 4, dez. 2008, p. 573-580. Disponível em:

<<http://seer.ufrgs.br/RevistaGauchadeEnfermagem/article/view/7628/4683>>. Acesso em: 11 fev. 2011.

LUZIO, Cristina A.; L'ABBATE, Solange. A Atenção em Saúde Mental em Municípios de Pequeno e Médio Portes: Ressonâncias da Reforma Psiquiátrica. **Ciência e Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, vol. 14, nº 1, 2009. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/csc/v14n1/a16v14n1.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2011.

SILVA, Juliana C. B. Entre (Des) **Encontros, Tensões e Possibilidades**: Reforma Psiquiátrica e Trabalho em Equipe na Cidade do Recife. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Psicologia, Recife, 2010. Disponível em:

<<http://www.ufpe.br/pospsicologia/imagens/Dissertacoes/2010/silva%20juliana%20caterine%20barbosa%20da.pdf>>. Acesso em: 03 fev. 2011.

SILVA, Laura B. C. **Doença Mental, Psicose, Loucura**: Representações e Práticas da Equipe Multiprofissional de um Hospital-Dia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

SILVEIRA, Marília R. **A Saúde Mental na Atenção Básica**: Um diálogo Necessário. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em:

<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/GCPA-7SPGCY/1/marilia_rezende_da_silveira.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2011.

RIBEIRO, Carlos J. S. **Plano Grupal Transdisciplinar**: Cartografando uma Equipe de Saúde Mental. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002. Disponível em:

<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/2149/000315112.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 25 abr. 2008.

Palavras-Chave: Saúde Mental; Equipe; Atenção Básica à Saúde.

PSICOLOGIA E SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: REFLEXÕES A PARTIR DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA ÁREA. *Andrea C. Lovatto Ribeiro* (andrealovattoribeiro@gmail.com) (UFPA/Caxias do Sul); *Alcindo A. Ferla*. (UFRGS-Porto Alegre.)

Um cuidado em saúde que vise à integralidade em suas ações e propostas deve levar em consideração os contextos singulares de vida da população e de cada pessoa em particular, se observadas as considerações da bibliografia especializada. Sabe-se que o Brasil é um país que apresenta um grave quadro de desigualdade social e o conhecimento da diversidade cultural existente entre os grupos sociais que coexistem em nosso país é fundamental para a realização de um cuidado em saúde integral com a população. O objetivo deste estudo foi compreender se e de que forma os elementos considerados importantes para a produção de saúde no contexto de vulnerabilidade social no Brasil estão sendo levados em conta na produção acadêmica da área da psicologia. Para isso, foram analisados textos presentes na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), a partir da relação psicologia e Sistema Único de Saúde, totalizando 37 estudos. Os textos foram lidos na íntegra e foram submetidos à análise de conteúdo, a partir de eixos de análise construídos a priori. Os eixos de análise são: caracterização do material; especificidades dos contextos familiares nas classes populares; integralidade em saúde; prevenção e promoção à saúde; resiliência; estratégias de educação; trabalho em equipe; elementos que emergiram dos dados. Houve apenas resultados em português. O estudo mais antigo foi no ano de 1998, e os mais recentes em 2011, em um total de cinco. Até o momento de finalização da coleta de dados desta pesquisa (março de 2012) não havia textos referentes ao ano de 2012 e é provável que ainda estivessem sendo incorporados à base, textos publicados em 2011, mas com circulação tardia. Embora com pequena relevância numérica, documentos de disseminação científica com as temáticas definidas nos critérios de

pesquisa tiveram uma tendência crescente no período. A grande maioria dos textos são artigos científicos, totalizando 35 textos, e os demais se tratam de dissertações de Mestrado. Há uma prevalência de estudos qualitativos, dentre os analisados. A importância de uma prática contextualizada foi evidenciada em 24 dos estudos, porém não houve em nenhum deles a descrição das especificidades dos contextos familiares em situação de pobreza. Este conhecimento mostra-se fundamental visto que as famílias de classes populares apresentam características próprias, muito diferentes do modelo nuclear presente no imaginário social (FONSECA, 2005, 2006). A integralidade em saúde foi considerada em 25 dos textos e aparece relacionada a dois fatores principais. O primeiro deles refere-se ao contexto onde se insere a prática. Guareschi et al. (2009), por exemplo, afirmam que para que seja possível a compreensão dos sujeitos de maneira integral, é preciso considerar o seu contexto histórico e cultural. O segundo refere-se à interdisciplinaridade, que é citada em muitos estudos como sendo a ferramenta que possibilita um cuidado integral em saúde. O trabalho em equipe foi tema presente em 26 dos estudos analisados, evidenciando os limites de um único campo de saber. Nestes, a necessidade de um trabalho interdisciplinar é considerada fundamental, como por exemplo, nos textos de Benevides (2005), Ceccim et al. (2008) e Guareschi et al. (2009). A prevenção e promoção à saúde foram elementos significativos em 22 das produções, porém de um modo geral os profissionais da psicologia estão distantes destas práticas (CARNEIRO, 2009; NUNES, 2009). Os dados levantados na pesquisa nos mostram que, apesar de presentes nos estudos, as diretrizes de integralidade, interdisciplinaridade e a prevenção e promoção à saúde encontram-se ainda no plano da reflexão e verbalização, de um modo geral não se traduzindo em práticas profissionais. Os desafios que distanciam a prática dos profissionais da psicologia e as diretrizes do SUS resumem-se em uma formação voltada para o atendimento clínico individual e a consequente prática profissional descontextualizada, voltada para a psicoterapia. Outros desafios assinalados foram formas de organização do próprio SUS e a desconsideração deste profissional como generalista nas políticas de saúde. O conceito de resiliência de um modo geral não está presente nos estudos, mas a presença de elementos importantes para promover a autonomia dos indivíduos demonstra que formas de fortalecer os indivíduos foram consideradas importantes. Foram analisadas também as estratégias de educação: formação acadêmica e Educação Permanente em Saúde (EPS). Observou-se que a discussão sobre a formação está presente na maioria dos textos e que mudanças tímidas já foram constatadas buscando aproximar a área da realidade do SUS (GUARESCHI et al., 2009; PORTES, MÁXIMO, 2010). A EPS não é um fator significativo nos estudos e pode ser verificado também que existe uma grande demanda para a EPS, dada a distância entre as práticas profissionais exercidas pelos profissionais e as necessidades reais da população. Entende-se desta forma que a EPS tem muito a contribuir para a aproximação da psicologia às necessidades do SUS e que este potencial precisa ser explorado.

Referências

- BENEVIDES, R. A psicologia e o sistema único de saúde: quais interfaces? **Psicologia & Sociedade**, v. 17, n. 2, p. 21-25. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v17n2/27040.pdf>. Acesso em 20 Out. 2011.
- CARNEIRO, C. T. Práticas dos psicólogos no Sistema Único de Saúde em Umuarama- PR: um caminho em construção. Apresentada a Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Medicina Social para obtenção do grau de Mestre. Rio de Janeiro; s.n; 2009. 81 p. Disponível em: <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=613916&indexSearch=ID>. Acesso em 10 Nov. 2011.
- CECCIM, R.B. et al. Imaginários da formação em saúde no Brasil e os horizontes da regulação em saúde suplementar. **Ciência e saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 5, p. 1567-1578, oct. 2008. Disponível em

- <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-812320080005000021&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 Out. 2011.
- FONSECA, C. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 50-59. 2005.
- FONSECA, C. **Caminhos da adoção**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- GUARESCHI, N. M. F. et al. A formação em Psicologia e o profissional da Saúde para o SUS (Sistema Único de Saúde). **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 61, n. 3, dez., p. 35-45 2009. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672009000300005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 25 Out. 2011.
- NUNES, A. P. **Desafios e práticas dos psicólogos na rede básica de saúde do município do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: http://www.tesesims.uerj.br/lildbi/docsonline/pdf/nunes_ana.pdf. Acesso em 20 Dez. 2011.
- PORTES, J. R. M.; MÁXIMO, C. Formação do psicólogo para atuar no SUS: possíveis encontros e desencontros entre as diretrizes curriculares nacionais e as matrizes curriculares de um curso de psicologia. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 33, p. 153-177, ag./dez. 2010. Disponível em <http://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/1538>. Acesso em 10 dez 2011.

Palavras-chave: Sistema Único de Saúde; Psicologia; Cuidado em Saúde.

QUALIDADE DE VIDA EM INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DE UM MODELO ALTERNATIVO DE ASSISTÊNCIA. *Gleicimara Araujo Queiroz* (gleicimara@usp.edu.br) (USP-SP); *Marcos Vieira Silva*. (UFSJ, São João del-Rei/MG)

Introdução: O aumento mundial da população idosa e, conseqüentemente, da demanda por atendimento nos serviços sociais e de saúde, tem gerado um alarme entre os estudiosos do tema quanto à possibilidade de escassez de leitos para atendimento. Tão importante quanto o aumento da oferta de leitos é repensar os modelos assistenciais vigentes para esta população. O atual descaso com os idosos, aliado à ideologia pós-moderna de negação da velhice, faz com que o atendimento prioritário a esta população se dê em Instituições de Longa Permanência (ILPI) com regime de guarda asilar, que atuam de forma segregatória, deixando esta população à margem da sociedade. Nas tradicionais ILPI's os idosos passam a maior parte do dia em inatividade, isolados do mundo externo e sob regras rígidas de funcionamento. Objetivos: Em busca de analisar alternativas ao modelo assistencial clássico foi realizado um estudo da Qualidade de Vida de uma Vila Vicentina que atua de forma distinta ao modelo totalitário. Método: A fim de compreender a ILPI e seus impactos foi realizada uma pesquisa Quantitativa e Qualitativa. A população foi caracterizada por meio de um questionário com 52 perguntas dividido em três partes a primeira com perguntas sobre a condição sócio econômica, a segunda sobre saúde e a terceira sobre atividades da vida diária. Para a análise da Qualidade de Vida dos Idosos foi aplicado a versão resumida do WHOQOL-bref da OMS e o mesmo foi analisado pelo programa SPSS versão 17. Para compreender a percepção dos idosos quanto a Qualidade de Vida foram realizadas entrevistas individuais semi-estruturadas, observação participante e diário de campo. Para análise dos dados qualitativos foi realizada análise crítica do discurso. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSJ, e os idosos assinaram o TCLE. Resultados: Nesta instituição seus moradores possuem liberdade de ir e vir, habitam casas individuais organizadas a seu próprio modo, realizam suas atividades básicas da vida cotidiana de forma livre e mantém total acesso à comunidade. Assim, a instituição consegue proporcionar um ambiente em que o idoso mantém e estabelece novos vínculos com outros idosos, suas

famílias e com a sociedade em geral, podendo vivenciar de forma plena suas relações afetivas. Os idosos também podem manter seu processo de contínua produção da identidade a partir da liberdade de ação e possibilidade de experienciar sua individualidade, bem como pela manutenção de seus objetos biográficos (BOSI, 2003). As relações de poder são vivenciadas a partir das normas institucionais, e até mesmo vistas de forma personificada em uma das moradoras, no entanto, elas se dão de forma fluida, e como nos afirma Foucault (1979), estarão sempre presentes em forma de uma superestrutura, que acaba por ser produtiva. Com relação ao teste WOQOL-bref a Qualidade de vida geral, os idosos da Vila Vicentina obtiveram média 71,77, escore que indica níveis satisfatórios de Qualidade de Vida, para a população idosa, que tende a ter escores menores se comparada às outras. Os resultados também demonstram um baixo desvio padrão de 2,11, indicativo de que a percepção da Qualidade de Vida da população é homogênea, variando pouco entre a percepção dos sujeitos de baixa qualidade de vida até excelente qualidade de vida. Apesar das deficiências estruturais do local, e das questões normativas, esta estrutura de funcionamento garante aos idosos níveis satisfatórios de Qualidade de Vida em todos os domínios, psicológico, físico, relações sociais e do ambiente. Conclusões: Este estudo traz apontamentos para o estabelecimento de novos modelos de assistência, que proporcionem Qualidade de Vida, uma vez que as atuais Instituições de Longa Permanência para Idosos atuam baseadas no já superado modelo manicomial.

Referências

- Beauvoir, S. de. (1990) **A Velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Bosi, E. (2003). **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial.
- Camarano, A. A. (2002) Texto para discussão n° 858. **Envelhecimento da população brasileira**: uma contribuição demográfica. Rio de Janeiro: IPEA.
- CIAMPA, A. C. (1987) **A estória do Severino e a história da Severina**. São Paulo: Brasiliense.
- Debert, G. G. (2003). Velhice e tecnologias do rejuvenescimento. 32o Encontro Anual da ANPOCS. Mesa redonda 6, Corpo, envelhecimento e identidades culturais.
- ESTATUTO DO IDOSO. Lei n° 10.741, de 1 de outubro de 2003 (2003). Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Em vigor desde 1 de janeiro de 2004. Recuperado em 21 de dezembro, 2008, de http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Leis/2003/L10.741.htm
- FOUCAULT, M. (1979) **A microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- GOFFMAN, E. (1974) **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva S.A.
- NÉRI, A. L. (Org.). (1995) **Psicologia do envelhecimento**: Temas selecionados na perspectiva do curso de vida. Campinas, SP: Papyrus.
- PAGÈS, M. (1976) A vida afetiva dos grupos. Petrópolis: Vozes.
- Pichon-Rivière, E. (1998) O processo grupal**. São Paulo: Editora Martins Fontes.
- THE WHOQOL GROUP (1995). The World Health Organisation Quality of Life assessment (WHOQOL): position paper from the World Health Organisation, Special Issue on Health-Related Quality of Life: what is it and how should we measure it?
- Palavras-Chave**: Idosos; Qualidade de Vida; Instituição de Longa Permanência.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA DEPRESSÃO ELABORADAS POR ADOLESCENTES. *Henriett Marques Montanha* (henrimontanha@gmail.com). (Instituto Federal de Mato Grosso/Cuiabá - Mato Grosso); *Maria da Penha de Lima Coutinho*, (Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa – Paraíba)

A depressão evidencia um problema de saúde pública. Coutinho (2005) assevera que este construto pode ser compreendido como transtorno de humor multifacetado que abarca diversos sintomas inter-relacionados, dentre os quais a tristeza, desesperança, perda de prazer

e apetite, alterações psicomotoras e do sono, diminuição de energia, sentimento de culpa, ideação suicida e isolamento social. Estima-se que a depressão configurar-se-á como doença que mais acometerá a população, perdendo apenas para as doenças isquêmicas cardíacas graves. Segundo a OMS, esta síndrome, no ano de 2020, será a segunda moléstia que mais afetará os países desenvolvidos e a primeira em países em desenvolvimento (COUTINHO et al., 2003). Diante da relevância e magnitude do problema, este estudo teve como objetivo apreender as representações sociais acerca da depressão elaboradas por estudantes adolescentes residentes em Cuiabá, no estado de Mato Grosso. Para tanto, utilizou-se o aporte da Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici (1978, 2010). O estudo contou com uma amostra de 354 estudantes do Ensino Médio Profissionalizante, maioria do sexo feminino (70,34%), com idades entre 13 e 17 anos ($M=15,83$ e $DP=1,84$). Para o levantamento dos dados foram utilizados os seguintes instrumentos: questionário biossociodemográfico, técnica de associação livre de palavras (estímulos indutores: depressão, pessoa deprimida e eu mesmo), Inventário de Depressão Infantil e entrevista semi estruturada. Os dados advindos do questionário foram processados pelo PASW 21 e analisados por meio de estatística descritiva. O software Trideux foi utilizado para realizar a análise fatorial de correspondência das associações livres e das variáveis dos atores sociais. Os discursos dos participantes foram processados pelo software ALCESTE e analisados por meio da análise lexical (procedimentos padrão e análise cruzada). Os resultados obtidos através da Análise Fatorial de Correspondência do programa Trideux indicaram campos semânticos associados à depressão e objetivados pelas palavras doença, morte, sozinha e chorar; as evocações advindas do estímulo pessoa deprimida trouxeram os elementos: solitária, sozinha, solidão, choro e doente. Para o estímulo eu mesmo, os jovens elaboraram as seguintes objetivações: estudo, alegre e felicidade. Os resultados advindos CDI revelaram boa confiabilidade ($\alpha=0,86$); sendo 37 (10,6%) adolescentes apresentaram sintomatologia depressiva, e destes, 26 (70,5%) meninas com maior frequência na idade de 15 anos (40,5%). Os resultados advindos do processamento pelo software ALCESTE desvelaram representações sociais da depressão como sinônimo de tristeza que submete as pessoas ao isolamento, falta, pessoas, amor, trauma e suicídio, remédio, morte, chorar, como forma de compreender o processo de causa e efeito da doença; ancorando suas manifestações em aspectos psicoafetivos. As causas foram associadas às pessoas, que certamente sofrem a falta de algo nos diversos espaços de convivência: escola, família e trabalho. Estas representações foram ancoradas em dimensões normativas e comportamentais apreendidas provavelmente do meio social convivido pelos participantes. Os achados deste estudo apontaram considerável sintomatologia depressiva. Nesta perspectiva, faz-se necessário ressaltar que esta pesquisa revelou representações sociais impregnadas de sofrimento. Acredita-se que com tais resultados, seja possível ampliar as reflexões e mudar as atitudes acerca da saúde mental dos jovens atores sociais e, por sua vez, espera-se que sejam efetivamente implementadas as políticas e práticas educacionais que contemplem a saúde integral do adolescente."

Referências

COUTINHO, M. P. L., GONTIÈS, B., ARAÚJO, L. F., SÁ, R. C. N. Depressão, um sofrimento sem fronteiras: representações sociais entre crianças e idosos. **Revista Semestral da Área de Psicologia**. Vol. 8 n. 2, pp 183-192. 2003.

COUTINHO, M. P. L. **Depressão Infantil e Representação Social**. João Pessoa: Ed. Universitária, 2005.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2010.

Palavras-Chave: Depressão; Representações Sociais; Adolescentes.

RISO, SAÚDE E SABERES. *Tiago Cassoli* (cassolitiago@yahoo.com.br); *Manoela Maria Valerio* (Faculdades Integradas De Ourinhos/SP)

O presente trabalho tem por objetivo principal problematizar a presença do riso na instituição saúde a partir de intervenções com palhaços humanitários, principalmente nos estabelecimentos hospitalares. Entendemos instituição assim como a Análise Institucional, como um conceito, que legitima certas práticas e imprimem no campo social um direcionamento político (IBRAPSI,1979). Nosso campo da análise compõe-se de práticas discursivas, dentre estas, as produções da “Ong” Doutores da Alegria, como relatórios, livros e artigos que trabalham com palhaços de hospital e pelos diversos materiais produzidos pelo programa de extensão universitária da Escola de Teatro da UNIRIO, A Enfermaria do Riso, dentre eles, a tese de doutorado “Os Palhaços de hospitais”(ACHCAR,2007). Escolhemos esses materiais pois entendemos que eles são saberes produzidos pelas e sobre as ações do palhaço, numa tentativa de legitimá-lo como interventor ou cuidador na instituição saúde. Integram-se ainda à pesquisa os efeitos de conversas e encontros feitos em uma visita técnica ao projeto ‘Operação Nariz Vermelho’, Portugal. Aliado a estes materiais, conversamos com os palhaços que participaram do III e IV Encontro de Palhaços realizado pela “ONG” CIRCUS - a respeito desta mesma temática. Destacamos que não só tomamos como campo de análise certos enunciados produzidos por essas práticas como também trilhamos um caminho por linhas históricas que trabalham com a temática do riso e da ética. Entendemos que esses recortes históricos da relação entre o riso e a saúde têm como pano de fundo a ética e, como objetivo, o mapeamento da produção dos saberes científicos que considera o riso nas práticas de cuidados na atualidade como algo bom e saudável. O problema em evidência consiste em detectar como a experiência do riso se produz no interior de certos regimes de saber e poder que o tomam como uma experiência que diz respeito à vida psíquica do sujeito. Outra questão ainda se impõe para discussão: como se tornou possível a presença dessa relação entre o riso e a saúde, para quem o riso é regido por funções psicológicas e sua expressão proporciona a saúde ao indivíduo? Propomos, em linhas gerais, desnaturalizar os saberes sobre o riso, evidenciando as forças em jogo na emergência de tais saberes que o relacionam com a saúde do indivíduo e o governo das condutas. O foco de análise se dirige, pois, principalmente, às práticas de cuidado determinadas pela política de humanização do governo federal brasileiro, que buscam instituir em seus procedimentos certa relação do homem consigo mesmo, inscrevendo-o em uma espécie de ética da saúde. Para problematizarmos tais modos de relação faremos alguns recortes de períodos históricos capitais para a discussão sobre o riso e sua relação com a saúde. Inicialmente o recorte se dá com o surgimento do cristianismo, que institui práticas de controle e de punição ao riso ritualístico e profano presentes nas práticas pagãs, culminando no fim do riso brutal e selvagem. Em seguida o foco da pesquisa se pauta na emergência destas práticas através da história dos hospitais e dos cômicos. Terceiro, evidenciamos a emergência do código deontológico, do processo de formação do palhaço para as práticas de cuidado na saúde e dos saberes a seu respeito. Por fim, buscamos traçar algumas estratégias de subjetivação que relacionam riso e saúde. Para realizar tal intento tomamos, como parceiros estratégicos de trabalho, Foucault e Nietzsche, para dialogar em contraponto com os saberes presentes nestas intervenções. Como resultado temos: o modelo de intervenção apresenta-se no circuito de saúde em três aspectos quanto a produção de processos de subjetivação. O primeiro aspecto mostra essa intervenção como um elemento tático de gestor de riscos nas práticas hospitalares, funcionando como um efeito catártico que deslocaria o sujeito de um modo instituído nas práticas disciplinares para um lugar de controle da relação do sujeito consigo mesmo. O segundo aspecto diz respeito a essa nova função de cuidador do palhaço que, em

certo sentido, produz um deslocamento na história das artes cômicas, principalmente na ação do palhaço. De fato, sua arte, que deriva de uma crítica dos costumes, dos valores e das formas da autoridade vigentes em determinado estrato histórico, adquire uma função de saúde e de controle de certas condutas. O terceiro aponta para o fato de que a instituição saúde ganha uma dimensão cênica, que lhe possibilitaria processos de subjetivação entendidos também como práticas de liberação do mundo interno numa cena. Concluímos que o palhaço emerge no hospital como um novo agente no circuito das práticas de tratamento, e o riso aparece como um índice das curvas de normalidade da saúde, um índice de recuperação física e clínica. O riso é agora um elemento aliado ao combate dos riscos da doença; efeito este que potencializa a aceitação/adaptação do sujeito aos procedimentos de tratamento, como os exames, a medicação, a internação etc.

Referências

ACHCAR, Ana. *Palhaço de hospital: proposta metodológica de formação*. 2007. 258f. Tese (Doutorado em Teatro). Centro de Letras e Artes. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1992.

_____. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

NIETZSCHE, F. *Genealogia da Moral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *Assim Falava Zaratustra: um livro para todos e para ninguém*. Tradução e notas explicativas da simbólica nietzscheana de Mario Ferreira dos Santos. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

IBRAPSI Instituto Brasileiro de Psicanálise Psicologia Grupal e Institucional, *IBRAPSI*, Rio de Janeiro: Chaim Samuel Katz Editor, Coleção IBRAPSI, 1979.

Palavras-Chaves: Riso, Saúde, Processos de Subjetivação.

VISIBILIDADE DA DENGUE NAS VOZES DE MORADORES DE UMA ÁREA URBANA DE RISCO. *Miriam Ross Milani* (rossmilani@gmail.com). (Instituto Federal de Mato Grosso, Cuiabá - Mato Grosso); *Maria da Penha de Lima Coutinho*; *Évelyn Rúbia de Albuquerque Saraiva*; *Márcio de Lima Coutinho*. (Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa – Paraíba)

A dengue, doença febril, transmitida pelo vetor *Aedes Aegypti* tem se mantido em ascensão em muitas áreas urbanas brasileiras, afetando crianças, jovens e adultos. Informações advindas da World Health Organization (WHO, 2012) registram que mais de 40% da população mundial encontra-se sob risco de dengue, podendo ocorrer 50 a 100 milhões de infecções a cada ano. A dengue tem sido igualmente veiculada como doença complexa, de difícil controle, devido às dimensões de múltiplas ordens que a envolvem, dentre estas, as ações do setor da saúde, o gerenciamento das cidades, as atitudes da população, as questões ambientais, e o desenvolvimento de vacina, entre outras. Diante da amplitude do problema, propôs-se estudar as representações sociais da dengue, para além do conhecimento científico, considerando também os saberes dos próprios atores sociais envolvidos com a problemática. Nesse eixo, este estudo objetivou apreender as representações sociais da dengue elaboradas por moradores de uma zona urbana de risco da cidade de Cuiabá, no estado de Mato Grosso. Como aporte teórico utilizou-se a Teoria das Representações Sociais. A pesquisa desenvolvida em 2011/2012, contou com 563 participantes, dos quais 263 são estudantes do Ensino Médio, a maioria do sexo masculino (56%), com idades entre 14 e 18 anos (M=15,9; DP=1,1) e 300 adultos, sendo (63%), do sexo feminino com idades entre 20 e 59 anos (M=34,9; DP=10,7). Para a investigação do estudo foram utilizados como instrumentos, questionário biossociodemográfico e entrevistas em profundidade. O processamento dos dados utilizou-se dos programas PASW 18, e ALCESTE respectivamente. A análise dos dados foi realizada por meio da estatística descritiva e análise lexical (procedimentos padrão e

análise cruzada). Os resultados mostraram que 40% dos adolescentes e 43% dos adultos afirmaram já ter contraído dengue. No grupo dos adolescentes 62% informou que familiares foram acometidos de dengue e no grupo dos adultos 63,3% confirmou que pessoas de suas famílias já tiveram dengue. A análise lexical das entrevistas apresentou 5 classes temáticas denominadas (caracterização do bairro; políticas públicas e mídia; manifestações da dengue, atendimento médico e dengue hemorrágica; atitudes e hábitos arraigados; concepções e fontes de informação). Nas classes lexicais, alojaram-se discursos dos participantes sobre os múltiplos determinantes sociais que circunscrevem o bairro, como a falta de saneamento, fossas abertas, a ausência de pavimentação, a precariedade dos programas de saúde, dentre outros. Nos excertos dos respondentes emergiram questões acerca da atuação das políticas públicas caracterizada como ineficaz, assinalando provavelmente, descaso por parte dos gestores públicos para com um bairro já marcado por carências de múltiplas ordens, dentre estas, nomeadamente as macroestruturais. Os atores sociais inquiridos avaliaram que falta conscientização sobre a importância no engajamento social no que diz respeito às ações relacionadas à prevenção da dengue. Apresentaram-se outras interlocuções associadas a carências psicossociais advindas de sentimentos de desamparo vividos pelos moradores devido às dificuldades de acesso a saúde, ao transporte, dificuldade laboral, convivência com a violência, e o convívio decorrente com a dengue. A dengue emergiu de forma indissociável às suas manifestações, provavelmente devido às vivências e práticas do cotidiano dos participantes, relacionadas à doença. Os resultados revelaram representações contraditórias que oscilam entre as negativas caracterizadas por insatisfações e descrenças manifestadas pelos moradores sobre as políticas de prevenção à dengue, e positivas aquelas que dizem respeito a sua própria atuação em relação às práticas preventivas. Os achados apontaram a necessidade de reformulação de programas de educação em saúde para prevenção e controle da dengue, concedendo atenção especial ao saber popular.

Referências

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2010.

MOSCOVICI, S. **A Psicanálise, sua imagem e seu público**. Petrópolis: Vozes, 2012.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Dengue and severe dengue. Disponível em:

<<http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs117/en/index.html>>. Acesso em: 10 ago. 2012.

Palavras-Chave: Representações Sociais; Dengue; Saúde.

EIXO TEMÁTICO CULTURA

A NOÇÃO DE ENGAJAMENTO NA PSICOLOGIA SOCIAL DA ARTE. *Arley Andriolo* (a.a.andriolo@gmail.com). (USP-SP)

Introdução: O campo da psicologia social da arte é difuso e de difícil circunscrição, forma-se ao longo do século XX com o desenvolvimento das teorias psicológicas, mas, sobretudo, entre a estética e a história da arte como descreveu João Frayze-Pereira (2006). Constitui-se também em diálogo intrínseco com a sociologia, notável, por exemplo, na fase brasileira de Roger Bastide, com os livros *Psicanálise do cafuné* (1941) e *Arte e sociedade* (1945). Nesse processo, torna-se ainda mais difícil assinalar as fronteiras e especificidades de uma psicologia social da arte, principalmente, porque a arte é um fenômeno social e psíquico por excelência, não podendo existir em apenas um desses pólos. Nesta comunicação, a discussão

acerca dessas fronteiras e especificidades será conduzida pela noção de engajamento, apreendida no processo histórico de formação do campo da psicologia social dedicada aos fenômenos estéticos e artísticos. O engajamento em artes foi examinado, entre outros, por Arnold Berleant (1970/2000), cuja formulação do problema indica claramente uma relação dessa noção com os movimentos artísticos e as teorias estéticas dos anos 1960, estabelecendo uma dupla perspectiva ao campo da psicologia social. Objetivos: Dentre as grandes transformações do campo artístico na segunda metade do século XX está o advento dos happenings e das performances. Estas ações romperam com as formas tradicionais de arte e aproximaram os artistas do público, realizando na prática aquilo que se propugnava teoricamente em nome de uma arte engajada. Estava-se diante de manifestações que articularam arte e política (Fabris, 1998). Para investigar a noção de engajamento, esta pesquisa volta-se para tais mudanças do campo artístico em seus fundamentos históricos, procurando compreender como tais transformações produziram condições específicas para o conhecimento e as práticas da psicologia social. Metodologia: A pesquisa histórica neste estudo procura discernir a psicologia social da arte do mundo da arte, grosso modo considerando o mundo da arte no sentido conferido por Howard Becker (1982/2008). A partir daí, situa-se a noção de engajamento como eixo de investigação, um índice, nos termos da micro-histórica, em perspectiva bifronte, como asseverou Carlo Ginzburg (1991, p. 177): “Por um lado, movendo-se numa escala reduzida, permite em muitos casos uma reconstituição do vivido impensável noutros tipos de historiografia. Por outro lado, propõe-se indagar as estruturas invisíveis dentro das quais aquele vivido se articula.” Ou ainda, na síntese de Giovanni Levi (1992, p. 159), essa abordagem propõe: “a redução da escala, o debate sobre a racionalidade, a pequena indicação como um paradigma científico, o papel do particular (não, entretanto, em oposição ao social), a atenção à capacidade receptiva e à narrativa, uma definição específica do contexto e a rejeição do relativismo”. Seguindo as pistas do engajamento, encontram-se autores importantes no Brasil, tais como Mário de Andrade e Mário Pedrosa, cada qual a seu modo propondo o estudo dos fenômenos estéticos e artísticos em uma perspectiva psicológica, social e histórica. No primeiro, o social fornece a nota interior a partir da qual o artista toca sua obra, enquanto no segundo, o trabalho do artista é uma luta de resistência política. Segue-se o livro de Dante Moreira Leite, *Psicologia e literatura* (1959), marco histórico da psicologia da arte, no qual a triangulação artista-obra-público compõe o contexto social e enfrenta as teorias da psicologia. Resultados: A concepção de engajamento proveniente do campo artístico pode remontar ao trabalho do pintor Gustave Courbet em correspondência à filosofia de Proudhon, em meados de oitocentos, traçando um movimento em artes mobilizando as questões sociais. Ao longo do século seguinte, muitas e variadas correspondências estabeleceram-se em torno de uma arte social ou engajada. Não obstante, a abordagem fenomenológica de Berleant (1970/2000), faz observar nas práticas artísticas da década de 1960 a estrutura do campo estético, no qual se localiza o objeto ou o processo artístico, o objeto intencional que é esteticamente significativo quando ocorre uma transação que engaja o espectador. Nesse sentido, o engajamento expande-se em sua fundamentação corporal e ambiental, além de histórica e social, possibilitando uma compreensão mais ampla do processo estético no qual o engajamento é condição da arte (Andriolo, 2005). Conclusões: Localiza-se, então, o encontro de duas perspectivas: de um lado, a tradição histórica da arte socialista e anarquista, de outro lado, as práticas artísticas e as teorias estéticas da segunda metade do século XX. Ambas configuram um novo momento da formação do campo da psicologia social da arte, no qual os diálogos e os confrontos entre as teorias psicológicas, a estética, a história da arte e as práticas artísticas fornecem contribuições e indagações: qual o sentido do engajamento no contexto da psicologia social, particularmente, na prática de uma psicologia social dos fenômenos estéticos e artísticos quando é solicitado o engajamento do próprio pesquisador?

Referências

- ANDRIOLO, Arley. O corpo do artista na experiência estética contemporânea. **Ide, Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo**, São Paulo, n. 41, 2005, pp. 45-49.
- BASTIDE, Roger. **Arte e Sociedade**. 3 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979. (edição original 1945)
- BASTIDE, Roger. **Psicanálise do cafuné e estudos de sociologia estética brasileira**. Curitiba/São Paulo: Ed. Guaíra, 1941.
- BECKER, Howard. **Art Worlds**. **Berkley**: University of California Press, 2008. (edição original 1982)
- BERLEANT, Arnold. **The aesthetic field: a phenomenology of aesthetic experience**. Christchurch, New Zealand: Cybereditions Corporation, 2000. (edição original 1970)
- FABRIS, Annateresa (org.). **Arte e política: algumas possibilidades de leitura**. Belo Horizonte: FAPESP / C/Arte, 1998.
- FRAYZE-PEREIRA, João. A psicologia entre a estética e a história da arte. In: **Arte, Dor: inquietudes entre estética e psicanálise**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2006, pp. 31-53.
- GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros estudos**. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand/Difel, 1991.
- LEITE, Dante Moreira. **Psicologia e literatura**. São Paulo: Nacional, 1959.
- LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Ed. Unesp, 1992, pp. 133-162.
- Palavras-Chave:** Arte Engajada; Arte Social; Arte e Política.

ARTE CIRCENSE E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE. Manoela Maria Valerio (manoelamv@yahoo.com.br); *Tiago Cassoli*. (Faculdades Integradas De Ourinhos)

A arte circense veste o figurino de seu tempo. Diferentes momentos de sua história lhe conferem questões que criam modos de vida diversos. Assim, o presente trabalho, que é fruto de uma dissertação de mestrado, percorre a produção de subjetividades circenses a partir de acontecimentos colhidos pela pesquisa que discute, a partir de uma psicologia que entra em diferentes campos de atuação, especificamente, o universo desta arte. Os recortes de análise da pesquisa são passagens: da história do circo, de histórias contadas por novos e velhos circenses, da formação de um grupo artístico produziu trabalhos por cerca dez anos circulando por pequenas cidades do interior de São Paulo, e dos encontros do grupo com moradores desses lugares. Uma narrativa existencial por entre o circo, eis a principal intenção desta pesquisa. Trata-se, neste sentido, de um material que reúne as muitas vozes do diário de bordo, importante ferramenta de trabalho, que provocou inúmeras indagações: como o circo, hoje, fala de nosso tempo? Que encontros são possíveis num solo do contemporâneo? Que modos de vida, que subjetividades são inventadas no universo circense? Que dizem à psicologia? A cartografia, pois, método proposto pelos pensadores Gilles Deleuze e Felix Guattari, apresentou-se como percurso fundamental para o presente trabalho por tratar-se de metodologia utilizada em trabalhos que estudam as produções de subjetividade, a partir de linhas diversas e de um trabalho de campo, ou, do encontro dos pesquisadores com seus “objetos” de estudo. A proposta de seguir uma cartografia parece pertinente deste modo a acompanhar o que não se encerra na possibilidade de um caminho, mas de algo que é dinâmico e processual. A cartografia exige, desta maneira, uma análise constante dos saberes criados neste processo. E é nesta linha de concepção metodológica que foi apropriado o entendimento de uma pesquisa intervenção. Pesquisa que foi se fazendo a partir dos encontros produzidos, em grupo. A cartografia, enquanto modo de pesquisa acompanha os movimentos da intervenção e do poder que transborda e circula nas relações institucionais, grupais, sociais. Então forçosamente esbarra-se na hipótese de que o poder, como aponta Michel Foucault em seu texto; O Sujeito e o Poder, não surge simplesmente da relação entre parceiros individuais

ou coletivos, mas que ele; só existe em ato, mesmo que, se inscreva num campo de possibilidade esparso que se apóia sobre estruturas permanentes. O desenrolar da pesquisa se desenvolveu a partir de três capítulos assim divididos: O primeiro, “algumas histórias da arte circense” apresentou as faces do circo em diferentes momentos históricos, sem, contudo apontar-lhe uma origem, seguindo a perspectiva genealógica de Michel Foucault. Segue o segundo capítulo que tratou da formação do citado grupo, seu trabalho e sua trajetória na experimentação e em formação através das artes circenses. A pretensão do terceiro capítulo foi lançar, com as aparições do circo que se deram ao longo da pesquisa e a passagem por diferentes lugares, e outros tempos, um pouco de uma perspectiva deste “nosso tempo” apresentando questões e análises das subjetivações contemporâneas que acabaram surgindo por ligarem-se, de algum modo, ao circo no mundo. Enquanto resultado de pesquisa, apontamos alguns aspectos que relacionam o circo atual à intensas correlações de um mundo que produz subjetividades homogeneizadas. Enquanto produções de estilos de vidas diversos, ficam abertas as possibilidades, mas, as linhas apontadas como; dificuldades econômicas, tentativas de adequar o estilo, a estética circense ao mundo sedentário, a homogeneização das produções, as leis em relação à animais, a crianças no trabalho circense, dentre outras são fortemente instauradoras de crises. Os encontros, pois, do circo e da cidade, entra, numa lógica que o faz, a todo momento se questionar: o que permanece? O que se encerra? Discussões, intrigas, desacordos, competições e afinidades no circo, nos grupos, vão surgindo e continuam sendo discutidas, fomentadas, transformadas. Entretanto, a pretensão deste trabalho se encerrou tendo lançado questões como: o quê deste universo circense pode passar também ao largo destas questões? Passagens do circo, aleatórias mas conectadas ao presente podem provocar ou criar singularidades, dizem de subjetividades que são produzidas a todo momento. O que há ali de potente que irrompe o tempo e se transforma se recria e inventa outros modos de expressão? Que se passa? Destes afetos que não se fixam, não possuem uma forma única, não são de ninguém, mas que no bojo de uma espécie de nomadismo, de encontros e desencontros, passam, sem cessar, passam. E junto, em alguma sintonia com o contemporâneo e com alguns pedaços de mundo a historia não linear conta, fabrica mas não pretende se encerrar: E, nestes mundos, as questões continuam repetidamente colocadas: o que se passa neste universos circenses?

Palavras-Chaves: Artes Circenses, Grupos, Subjetivações.

NO TEMPO DA ESCOLA: FRAGMENTOS DA MEMÓRIA SOCIAL. *Gleicimara Araujo Queiroz* (gleicimara@usp.edu.br). (USP-SP)

Introdução: Independente de sua origem e de sua trajetória de vida a história do sujeito se interconecta com a história social. O sujeito enquanto ser histórico e social é produto e produtor da sociedade. Ao narrar fatos da sua vida este sujeito também está narrando fatos sociais que ajudou a construir. A entrada na modernidade trouxe inúmeras modificação na forma de vida do homem. O homem moderno precisa ser compreendido dentro destas novas contingências que ainda hoje nos causam certo estranhamento. A modernidade segundo Berman (2007) é formada por um conjunto de experiências de tempo e espaço, possibilidades e perigos. A experiência da vida moderna se dá de forma conflitante, ao mesmo tempo que este ambiente nos abre para uma vida de aventura, poder, alegria crescimento e transformação ele nos ameaça em tudo que somos e temos, é o paradoxo da unidade versus a desunidade. A entrada no era moderna se deve a diversas fontes como o desenvolvimento científico e a organização do trabalho. Objetivos: Compreender como a história de vida de um sujeito singular, seu trabalho, sua vida familiar e seu cotidiano remetem a um todo maior, uma sociedade com uma estrutura de classes, valores e modos de organização social próprios foram os objetivos deste trabalho. E também compreender estes pontos de intersecção indivíduo e sociedade, passado e presente. Para tanto foi realizada uma entrevista semi-

estruturada com uma idosa residente na cidade de Varginha, sua entrevista foi transcrita e analisada por meio da análise do discurso. nas linhas que seguem abaixo. Resultados: A entrevistada Sr. Maria Aparecida é viúva, mãe de três filhos, avó de duas netas e professor aposentada. Ela relatou morar a vida toda na cidade de Varginha em Minas Gerais. O bairro no qual reside, apesar de central possui características de interioranas. Neste bairro ainda predominam as relações cordiais entre vizinhos, as crianças brincam na rua, grande parte reside neste local há muitos anos e muito pouco mudou na região. Estas características da cidade e do bairro diminuem o impacto das mudanças da modernidade, tais como a alteração do ritmo do tempo e do afrouxamento das relações interpessoais. Conforme afirma Heller (1975) o que muda com relação ao tempo é somente a nossa percepção do seu ritmo da alteração das estruturas heterogêneas. A entrevistada relata com pesar a mudança dos valores da época em que foi criada. De acordo com Heller (1975) é comum esta sensação de esvaziamento dos valores, no entanto os valores nunca se anulam por completo, eles podem perder sua força em determinado período histórico e permanecerem latentes e posteriormente emergirem. Afirma que em sua época de colégio havia mais respeito e disciplina do que hoje, e ainda há a anuência dos pais. O trabalho conforme afirma Marx (1990) é um dos valores centrais da nossa sociedade e conseqüentemente ocupou o papel central na fala da Sr Maria Aparecida. Ela afirma que possuía o sonho de se formar no magistério uma vez que tem amor pelas crianças. Inicialmente é perceptível que a identificação com o objeto de trabalho constitui um diferencial na relação. O fato histórico da cidade contado por Maria Aparecida foi a “primeira greve dos professores” da qual ela não participou. Ela afirma ter vivenciado este episódio com muito sofrimento pois acreditava nas reivindicações feitas pelos colegas – a escola não oferecia boas condições de atendimento aos alunos e os professores não possuíam direitos básicos garantidos. No entanto houve boatos de que os professores que aderissem à greve teriam seus salários cortados. Apesar de infundado, a entrevistada temia que o boato fosse verdadeiro pois era jovem e nunca havia participado de greves. Um clima de hostilidade tomou conta do colégio, ela sofreu ameaças e sentia-se culpada por não apoiar. Ainda hoje questiona-se e ao mesmo tempo questiona a entrevistadora quanto a validade de sua decisão. Neste sentido a entrevista possui um papel quase que terapêutico, pois o entrevistado tem a possibilidade de reavaliar sua história. Este é um dos pressupostos da memória, pois ao rememorar entramos em contato com as imagens do passado arquivadas, ao acessá-las são avaliadas pela consciência presente. Rememorar é reelaborar (Bosi, 1994). Conclusões: A entrevista relata diversas lembranças relacionadas a vida escolar como suas vivências marcantes, a infância na escola, os desfiles de 7 de setembro das normalistas, o trabalho na escola, a greve, a aposentadoria. O tempo da memória é delimitado por marcos da vida e nestes caso uma infinidade de lembranças escolares. Percebe-se que a relação de trabalho menos alienada, na qual aparenta haver uma alienação apenas do produto do trabalho garantiu ainda uma forte significação pessoal do trabalho, que permanece ainda no reconhecimento atual.

Referências

- ARENDDT, H. **A condição humana**. 8.ed.ver. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1997.
- BERMAN, M. **Tudo que é sólido se desmancha no ar**. Companhia das Letras. 2007.
- BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembrança dos Velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- Heller, A. **A sociologia da vida cotidiana**. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1975.
- Marx, K. **Manifesto do Partido Comunista**. Petrópolis: Vozes, 1990.
- Von Martin, Alfred. **Sociología del Renacimiento**. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1946.

WEIL, S. (1943) **O desenraizamento operário**. Em A condição operária e outros estudos sobre a opressão. Antologia organizada por Ecléa Bosi. 2.ed.ver. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.

Palavras-Chave: Memória, Cultura, Modernidade.

O DISCURSO HUMORÍSTICO DE CUNHO CÍNICO NA CONTEMPORANEIDADE.

Mateus Pranzetti Paul Gruda (mateusbeatle@yahoo.com.br). (UNESP-Assis) Apoio: FAPESP

Entendendo discurso enquanto linguagem estruturada, a qual, como aponta Brandão (1995), perpassa as condições de mera transmissora de informações ou de suporte para o pensamento, temos que os discursos são lugar privilegiado à manifestação e à materialização das ideologias com as quais se vinculam (ORLANDI, 1999; MAINGUENEAU, 1997). Dessa forma, o discurso é compreendido tanto como produção sócio-histórica, quanto como produtor de realidades sociais e de subjetividades (BLIKSTEIN, 1995; TRAVERSO-YEPEZ, 1999). Na atualidade há uma modalidade de discurso que tem se notabilizado por estar amplamente disseminada no corpo social, permeando as mais diversas instâncias: o discurso humorístico (LIPOVETSKY, 2005; MINOIS, 2003). Contudo, por se tratar de uma manifestação com características e intenções diversas – embora a ideia de que o humor vise tão somente o riso e o divertimento pareça óbvia e única, isto nem sempre ocorre ou é realmente esperado pelo humorista, fato este que não denota ausência de efetividade do discurso do humor, pois este também pode se realizar de modos sutis, não ocasionando o riso –, podemos apreender que haja nuances na forma e no conteúdo de como o discurso humorístico é constituído e expressado, as quais, evidentemente, sofrem influências dos contextos sócio-históricos em que se inserem. Em nossa tese de doutorado em desenvolvimento, por ora, intitulada “O discurso do humor politicamente incorreto no mundo contemporâneo”, procuramos estabelecer algumas categorias genéricas dentro de um discurso humorístico, por assim dizer, geral, ainda que tenhamos como foco principal o discurso humorístico politicamente incorreto (que igualmente entendemos como passível de características díspares, as quais lhe proporcionam diferenciações internas). Nesta comunicação oral, discorreremos sobre aquilo que em nossa pesquisa categorizamos por humor cínico. O cinismo contemporâneo, como diagnosticam Safatle (2008) e Žizek (1992, 1996), ao contrário do cinismo da antiguidade grega (como o propagado por Diógenes no século IV a.C., o qual se confrontava com as normas e com a ordem social vigente), anula as contradições, por meio de uma ironização geral das condutas (SAFATLE, 2008), ao possibilitar se “[...] racionalizar e legitimar posições contraditórias.” (SILVA; BEER, 2011, p. 91), de modo que, por exemplo, a oposição entre valores morais e imorais é posta em suspenso, o que implica na justificativa de atos imorais pela via de argumentos morais ou moralistas. A ironização geral das condutas, que não nega a aceitabilidade de posições e valores contraditórios concomitantes, diminui a capacidade de críticas ferozes ao status quo, uma vez que até mesmo estas são englobadas pela razão cínica (SAFATLE, 2008; ŽIZEK, 1992, 1996), pilar fundamental do cinismo contemporâneo. Assim sendo, um humor cínico é aquela prática humorística não apenas inofensiva à ordem estabelecida, como também é parceira em sua manutenção. A troça no humor cínico, evidentemente, mira em algo ou alguém, mas aparentemente não se faz necessária àquela ausência de compaixão pelo alvo da zombaria para que o riso ocorra, como descreveu Bergson (1980). Em sua essência, o humor cínico apenas está reafirmando ideias pré-conceituosas e estereótipos enraizados há tempos no corpo social, os quais dificultam a constituição de uma sociedade em que haja a busca por respeito e pela igualdade de tratamento a todos os seus membros, naturalizando tais pensamentos como sendo corriqueiros e, até mesmo, aceitáveis. Portanto, a imoralidade de perpetuar determinados grupos como alvos principais e preferenciais do escárnio, o que não é ato gratuito e desprovido do ideal de

permanência da desigual ordem vigente, é legitimada pela perspectiva de que o humor cínico se apresenta como algo meramente ligado ao entretenimento, o que, inclusive, lhe garante se tornar raramente foco de debate e/ou questionamentos. E quando, por ventura, o contraditório lhe é apontado, ironiza-o dizendo simplesmente que “o mundo está ficando sério demais” e que “não se pode mais fazer piadas com absolutamente nada”. Embora neste último ponto o humor cínico se aproxime de um humorismo politicamente incorreto, o qual, sobretudo, defende o direito ilimitado de zombaria, propomos que haja diferenças. Em um primeiro aspecto, por compreendermos que este humor politicamente incorreto fundado na ofensa gratuita e na reafirmação de estereótipos não se trata de qualquer humor politicamente incorreto, e sim de algo que denominamos por humor politicamente incorreto acrítico. Mas, principalmente, pelo fato de que no humor cínico a justificativa moral para a imoralidade é embasada em um ideal de mundo light (ROJAS, 1992), onde os conflitos sociais são mitigados e as opressões são travestidas para gracejos ditos lúdicos. No humor politicamente incorreto acrítico isto ocorre de modo muito mais extremado, uma vez que os humoristas, os quais se valem desta perspectiva discursiva, defendem a imoralidade do que dizem e fazem respaldando-se no argumento de que a liberdade de expressão deva ser completamente ilimitada.

Referências

- ABRANTES, Angelo Antonio; SILVA, Nilma Renildes da; MARTINS, Terezinha Ferreira (Orgs.). **Método histórico-social na psicologia social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- BERGSON, Henri. **O riso: ensaio sobre a significação do cômico**. Trad. Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- BLIKSTEIN, Izidoro. **Kaspar Hauser ou A fabricação da realidade**. 4. ed. São Paulo: Cultrix, 1995
- BRANDÃO, Helena Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1995.
- LIPOVETSKY, Gilles. A sociedade humorística. In: _____. **A era do vazio**. Trad. Therezinha Monteiro Deutsch. Barueri: Manole, 2005.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Trad. Freda Indursky. 3. Ed. Campinas, SP: Pontes, 1997.
- MINOIS, George. **História do riso e do escárnio**. Trad. Maria Elena O. Ortiz Assumpção. São Paulo: Ed. da UNESP, 2003.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: Princípios & Procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.
- ROJAS, Enrique. **El hombre light: una vida sin valores**. Buenos Aires: Planeta, 1992.
- SAFATLE, Vladimir. **Cinismo e falência da crítica**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- SILVA, Paulo José Carvalho da; BEER, Paulo Antonio de Campos. Sobre o cinismo em um tempo de identificações irônicas. **Trivium**. Rio de Janeiro, n. 1, v. 3, 2011, p. 84-98. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-48912011000100009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 05 dez. 2012.
- TRAVERSO-YEPEZ, Martha. Os discursos e a dimensão simbólica: uma forma de abordagem à Psicologia Social. **Estudos de Psicologia** (Natal), Natal, n. 1, v. 4, , p. 39-59, 1999 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X1999000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 dez. 2012.
- ZIZEK, Slavoj. Cinismo e objeto totalitário. In: _____. **Eles não sabem o que fazem: o sublime objeto da ideologia**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1992, p. 59-73.
- _____. Como Marx inventou o sintoma?. In: _____(org.). **Um mapa da Ideologia**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 297-331."
- Palavras-Chave:** Discurso do Humor; Contemporaneidade; Cinismo.

EIXO TEMÁTICO

VIOLÊNCIA E DIREITOS HUMANOS

A CONSTRUÇÃO DE MASCULINIDADES POR ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI E SUAS INTERFACES COM A VIOLÊNCIA. *Caio Andréo Silva* (caioandreo@gmail.com); *Leonardo Lemos de Souza*. (UNESP-Assis)

O envolvimento do gênero masculino em atos violentos, sejam como vítimas ou autores, tem sido alvo de intensas discussões e debates por parte de diversos segmentos sociais atualmente. De modo complementar, diversos estudos e levantamentos atuais apontam para uma maior incidência quanto ao cometimento de violências por parte gênero masculino, promovendo assim reflexões que nessa apresentação vão apontar para a discussão sobre masculinidades e violência. Nosso intuito nesse trabalho é problematizar as relações entre masculinidades e violência no contexto contemporâneo, a partir de um estudo bibliográfico. Para tanto, é preciso definir o que entendemos por cada uma das categorias mencionadas anteriormente. Connell (2000), afirma que não há um padrão específico de masculinidade, pois diferentes culturas e períodos históricos vão construir diferentes formas de expressões de “ser homem”. Apesar disso, o próprio autor aponta para um modelo de “masculinidade hegemônica” ou “homem de verdade”, remetida à heterossexualidade, racionalidade e privilégio de poder, a um série de condutas e referências que devem ser seguidas pelos homens. Esses padrões específicos de conduta vão tecendo e caracterizando indivíduos com um “jeito próprio masculino”, a um modelo único de homem, provido de atributos, valores, funções e condutas específicas esperadas que ele tenha, como a força e agressividade, no qual é devidamente sustentado em instituições, tais como a escola, o exército e o governo. Essa hegemonia é exercida não apenas sobre outras masculinidades que se apresentam possíveis, mas também em relação à ordem dos gêneros como um todo (CONNELL, 2000). Dessa forma, as masculinidades aqui pensadas correspondem a masculinidades tratadas por diversos autores (CONNELL, 2000; NASCIMENTO, 2004), construídas como experiência social e subjetiva, inseridas culturalmente, e não outorgadas, em constante negociação ao longo da vida. Por isso, considerar os diversos aspectos da vida que atravessam o exercício da masculinidade, torna-se possível pensar em “homens e masculinidades” (NASCIMENTO, 2004). Dando seguimento, a violência pode ser entendida como sendo aquela em que é provido o uso de forças para desnaturar, transgredir, constranger ou violar alguém. Ela pode ferir a natureza ou a liberdade, vontade e a espontaneidade de outra(s) pessoa(s) como também ser relacionada à violação de direitos (CHAUÍ, 1998). De modo complementar, Bonamigo (2008) emprega o uso da categoria violência como relacionada a uma “força em ação”, vigor e potência. A autora, citando Michaud (1989), coloca que somente as forças que rompem a ordem ou regras que estabelecem as relações é que pode ser caracterizadas como violências. O termo violências (Bonamigo, 2008 apud Misse, 1999) remete à pluralidade de possibilidades de significados, e tem como condição principal o uso de forças que implica em relações de poder, no que Chauí (1998) denominou de relação “mando-obediência” ou superior-inferior, ou seja, quem comete qualquer ato violento não reconhece o outro como sujeito, em toda a sua complexidade, coisificando-o. Tais relações hierarquizadas podem ser vistas dentro das próprias relações familiares, amorosas, no trabalho etc. Essas relações hierarquizadas, muito expressada entre homens e mulheres, no que Welzer-Lang (2001) chamou de “divisão social e hierárquica por sexo”, muitos homens exercem o domínio em relação às mulheres, que são vistas como passivas, frágeis, submissas, propiciando a manutenção da virilidade, patriarcado e sexismo, contemplado por práticas homofóbicas,

atribuindo o masculino ao não afeminado, acarretando em privilégios de gênero. Tais apontamentos sugerem reflexões na perspectiva de gênero, em possíveis interlocuções entre masculinidades e violência, o que primeiramente nos levará ao questionamento de quais são as masculinidades construídas ao longo da vida desses homens, quem são esses homens, e de que modo as diversas formas de violências os atravessam nessas construções. Welzer-Lang (2004) afirma que a violência é predominantemente masculina, ou seja, exercida pelos homens, sendo muitas vezes representada pelas guerras, esportes, mortes, estupros, violências domésticas, entre outros. Isso faz com que se recorra também às relações sociais de sexo e na relação dominante e dominado que ainda predomina nas justificativas naturalistas das diferenças entre homens e mulheres (Welzer-Lang, 2004). Dessa forma, o autor aponta que estabelecer uma relação entre masculinidades e violências requer também estudar aqueles e aquelas que sofrem com a violência praticada pelos homens, que são geralmente as mulheres, mas não apenas elas. A própria concepção de violência se distingue para quem sofre e para quem a pratica de um modo geral. Oliveira (2005) sugere uma certa “educação para a violência” nos homens, a uma masculinização da violência na qual também é sustentada pela negação da fragilidade masculina em nossa cultura e a manutenção da mesma enquanto sujeitos fortes e provedores. Welzer-Lang (2004) aponta que o estudo sobre os homens e masculinidades é recente, demandando assim um maior aprofundamento acerca da temática. Nossa intenção é apresentar elementos para a problematização da naturalização da violência colada aos gêneros e trazer os elementos históricos e culturais presentes nessas determinações. Do mesmo modo, situar e apontar rupturas nas construções cristalizadas abrem espaço para a pluralização da masculinidade.

Referências

- ADORNO, S.; BORDINI, E. B. T.; LIMA, R. S. **O adolescente e as mudanças na criminalidade urbana**. Revista São Paulo em Perspectiva, São Paulo vol. 13, n. 4, p.62-74, 1999.
- Connell, R. W. (2000b). **Understanding men: Gender sociology and the new international research on masculinities** [online]. Paper presented at the Clark Lecture, 19th September, 2000, Department of Sociology, University of Kansas.
- CHAUÍ, M. (1998). “**Ensaio: ética e violência**”. Área: nº 39 – outubro, novembro e dezembro de 1998 em revista Teoria e Debate. p 02. Acessado em 01/12/2012. Disponível em: www2.fpa.org.br/portal
- NASCIMENTO, M. **(Re)pensando as “masculinidades adolescentes”: homens jovens, gênero e saúde**. In: PARKER, R.; RIOS, L. F.; UZIEL, A. P. Construções da sexualidade: gênero, identidade e comportamento em tempos de AIDS. Rio de Janeiro: Pallas, 2004.
- LIMA, C. B. **Jovens em conflito com a lei: liberdade assistida e vidas interrompidas**. Londrina: EDUEL, 2009.
- OLIVEIRA, C. S. **Quem tem medo da violência juvenil?** In: HARTMANN, F.; ROSA JR, N. C. F. Violências e Contemporaneidade. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2005.
- VOLPI, M. (org). **Adolescentes privados de liberdade**. São Paulo: Cortez, 2ªed., 1998.
- _____. **O adolescente e o ato infracional**. São Paulo: Cortez, 8ªed., 2010.
- WELZER-LANG, D. **Os homens e o masculino numa perspectiva de relações sociais de sexo**. In: SCHPUN, M. (Org.) Masculinidades. São Paulo/Sta Cruz do Sul: Boitempo/Unisc, 2004, p.107-128.
- Palavras-Chave:** Masculinidades; Homens; Violência.

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: EXPERIÊNCIAS EM ESTÁGIO DE FORMAÇÃO. Flávia Augusta Bueno da Silva (supervisora); *Daiane Cordeiro de Aguiar* (psicologia@fadap.br);

Paula Cristina Ferreira; Laíze Veroni Caetano Trecenti; Pâmela Yuri de Souza Matsushita; Valdeci de Moraes Júnior; Viviane Pigni. (Faculdade da Alta Paulista, Tupã/SP)

O presente trabalho discorre sobre práticas desenvolvidas por estudantes em estágio de formação do núcleo “Psicologia das Instituições e Processos de Gestão” em interface com o sistema de justiça e, para tanto, referendadas nas concepções da Psicologia Social, Comunitária e Jurídica. Dentre as diversas possibilidades de atuação do psicólogo no âmbito judiciário, tais estagiários realizaram ações junto a Delegacias de Defesa da Mulher em duas cidades da região, regularmente conveniadas com a faculdade. Neste quadro, o planejamento das intervenções propôs dois movimentos, executados concomitantemente: a oferta de plantões psicológicos e o diagnóstico situacional do perfil das queixas registradas nos dois últimos anos. Aqui, é importante destacar que entendemos o fenômeno da denúncia oficial como um momento crítico que exacerba tanto o confronto da denunciante com a situação que vive quanto a busca declarada por meios externos de ruptura com suas relações violentas (BRANDÃO, 2006). Apesar da violência contra a mulher ser um fenômeno social antigo e complexo - que provém da convergência de múltiplos fatores e condições diversas perpetuados na história da humanidade - no Brasil, sua visibilidade e sua compreensão como uma ação violadora dos direitos humanos esboçaram o alvo de atenção das políticas públicas em prol das mulheres somente a partir da década de 1970 (MORGADO, 2005). Nessa época, com os movimentos sociais e feministas, o alto índice de assassinato de mulheres foi denunciado e o Estado foi incitado a reconhecer a violência contra a mulher como um problema de ordem social, não de ordem privada e familiar. Desde então, novas políticas públicas com programas de atendimento e de proteção integral foram destinadas à população feminina brasileira: inauguração de delegacias de defesa da mulher, promulgação da lei “Maria da Penha”, prestação de serviços de atenção às vítimas de violência, entre outros. Todavia, esse recente reconhecimento, ainda, demanda atenciosa investigação e construção de conhecimentos e ações interventivas também por parte dos profissionais da saúde, do sistema de justiça, da assistência social, e, numa visão global, por parte de toda comunidade. Neste viés, atentos à dimensão da relação profissional-atendido, os estagiários construíram um espaço contínuo de acolhimento e orientação às denunciantes que buscavam o serviço das delegacias. Entendidas como indivíduos com problemas e não como pessoas problemáticas, essas mulheres puderam utilizar os plantões psicológicos ofertados como um momento de alívio, desabafo e reflexão crítica sobre a crise vivenciada (NOGUEIRA-MARTINS e PAPARELLI, 2007). Ao mesmo tempo, considerando que a prática do psicólogo não está desvinculada da ação investigativa sobre o fenômeno a modificar (BLEGER, 2007), os graduandos se interessaram em conhecer o panorama da violência denunciada contra a mulher na região e os desfechos empreendidos pelo serviço em questão para o enfrentamento da situação. Daí, com o intuito de compreender a aplicação dos princípios de proteção e garantia de direitos à mulher em situação de violência previstos na “Lei Maria da Penha” (BRASIL, 2006), um questionário foi elaborado contemplando perguntas sobre: o tipo de violência denunciada – física, psicológica, sexual, patrimonial e/ou moral -; o local da ocorrência do evento violento – ambiente doméstico, de trabalho ou locais públicos -; as características da denunciante – idade, formação, estado civil -; as peculiaridades do suposto agressor – idade, formação, estado civil, vínculo de parentesco ou proximidade com a vítima -; e as providências tomadas – uso de medidas protetivas de urgência, encaminhamento a serviços municipais de assistência social ou saúde, abertura de ação penal contra o agressor. A definição desses dados se fez, exclusivamente, em função da disponibilidade de informações registradas nos próprios boletins de ocorrência e da tipologia de violência definida na citada legislação brasileira. Ainda sobre os procedimentos metodológicos desse estudo, determinou-se investigar o conjunto de queixas efetuadas no período de janeiro de 2011 a agosto de 2012, a fim de identificar possíveis variáveis ou regularidades na utilização dos atendimentos

prestados por autoridade policial como recurso de enfrentamento à violência sofrida. Embora em andamento, tal pesquisa já corrobora o alto índice de registros de atos violentos exercidos por pessoas conhecidas das denunciadas, bem como as falas das mesmas em atendimento indicam a proximidade e intimidade compartilhada com os indivíduos que denunciam como seus agressores. Nesse sentido, é relevante destacar a pertinência de uma atuação profissional dos psicólogos que suprima julgamentos imediatos na atenção às denunciadas e também investigue o cenário local da violência, a fim de viabilizar discussões e recursos de combate à violação dos direitos humanos em cada regionalidade de intervenção. No contexto das violências investigadas e atendidas pelos estagiários, todas as ações desenvolvidas puderam reafirmar que a construção de práticas psicológicas comprometidas com a promoção de saúde, com a garantia dos direitos fundamentais de cidadania e com a justiça social implica a busca por meios de desconstruir as lógicas patriarcais e de diferença de gênero que fundamentam a perpetuação de tanta desigualdade e violência cotidianamente.

Referências

BLEGER, J. **Psico-Higiene e Psicologia Institucional**. Tradução de Emilia de Oliveira Diehl. Porto Alegre: Artmed, 2007.

BRANDÃO, E. R. Renunciadas de Direitos? A problemática do enfrentamento público da violência contra a mulher: o caso da Delegacia da Mulher. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/physis/v16n2/v16n2a05.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2009.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

MORGADO, R. Mulheres em situação de violência doméstica: limites e possibilidades de enfrentamento. In: BRANDÃO, E. P.; GONÇALVES, H. S. (Org.). **Psicologia Jurídica no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: NAU Ed., 2005.

PAPARELLI, R. B.; NOGUEIRA-MARTINS, M. C. F. Psicólogos em formação: vivências e demandas em plantão psicológico. **Psicologia Ciência e Profissão**. Brasília, v. 27, n. 1, mar. 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932007000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 21 abr. 2010.

Palavras-Chave: Plantão Psicológico; Estudo Diagnóstico; Violência Contra a Mulher.

DIREITOS HUMANOS E UNIÃO ESTÁVEL HOMOSSEXUAL. *Graciela Haydée Barbero* (gracielabarbero@uol.com.br)

Recentemente foi apresentado na Câmara um projeto de lei, que pretende retificar parte da resolução 001/99 do CRP, que proíbe aos psicólogos tratar a homossexualidade como doença. A homossexualidade deixou de constar no rol de doenças mentais da OMS há mais de 20 anos, mas ainda há pessoas e grupos que insistem em tratá-la como patologia e propõem formas de cura. Os defensores da resolução afirmam que o cuidado da Psicologia deveria estar voltado à redução do sofrimento gerado pelo preconceito social neste campo. Por que esta resolução do Conselho, assim como as últimas determinações do TST brasileiro, que reconheceu entre as uniões estáveis as formadas por sujeitos do mesmo sexo, e a aprovação do “matrimônio para todos” em alguns países provocam tantas respostas contraditórias, algumas radicalmente negativas? A enorme mudança histórica, social e simbólica que representa esta possibilidade provoca reações intensas. As acaloradas discussões acontecidas na Câmara sobre o projeto de Parceria Civil em nosso país refletem o imaginário social,

dividido em opiniões radicalmente contraditórias. O certo é que existem novas figurações da família. A família tradicional patriarcalista se transformara em co-parental, iluminada pelo ideal de amor romântico e a escolha livre dos parceiros. Estabeleceu-se a legalidade do divórcio, em tanto os avanços das tecnologias reprodutivas permitem a satisfação do desejo de filhos, mais além da questão da diferença de sexos. A família homo-parental é uma realidade que já existe, independentemente de ser -ou não ser- reconhecida pela lei. Mas, se uma lei fosse aprovada, que efeitos produziria? Os sujeitos que se relacionam com pessoas do mesmo sexo veriam suas vidas transformadas? E o resto da sociedade? Os novos vínculos conjugais e familiares homoafetivos estariam repetindo um modelo institucional, considerado em crise, ou estão criando novas formas de vínculo conjugal, livres, por exemplo, da hierarquia entre os gêneros? Objetivos: Na nossa pesquisa de pós-doutorado tentamos responder algumas dessas perguntas, entrevistando um número considerável de sujeitos que se relacionam afetiva e sexualmente com pessoas do mesmo sexo e os argumentos de psicólogos, psicanalistas e cientistas sociais, que se sentiram convocados a opinar sobre o tema, com o objeto de aumentar o conhecimento que se tem sobre esta questão, tão recoberta de mitos e preconceitos. Procedimentos metodológicos: Utilizamos a pesquisa qualitativa, baseada em entrevistas semiestruturadas, questionários On-line e análise de discursos publicados na mídia, assim como no estudo teórico multidisciplinar de uma ampla bibliografia, de forma a detectar os principais argumentos utilizados na defesa ou desaprovação da lei. A metodologia de análise e interpretação foi a psicanálise na sua interface com as ciências sociais. Foi uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, apoiada na teoria psicanalítica e nos parâmetros que dela se derivam, como a associação livre, a transferência e a atenção flutuante. Resultados: Surpreendeu-nos que a maioria das respostas às entrevistas e questionários não revelaram um grande interesse pessoal em relação ao casamento legitimado. Dos quase quarenta sujeitos que pesquisamos somente dois casais (de homens) têm uma união legitimada em cartórios. A maioria das mulheres não desaprova a lei, mas não a procuraria pessoalmente no momento atual. Muitos sujeitos se referiram direta ou indiretamente à necessidade de dar visibilidade a sua escolha sexual, no caso de legalizar seus vínculos, o que cria a principal contradição, já que o problema fundamental continua a ser o medo da rejeição, do desprezo e da desvalorização, mas há a esperança de que “a lei possa mudar o social”, como disse uma entrevistada. Dentro dos grupos de militância existe uma oposição entre os que desejam a legitimação jurídica (*integracionistas*) e os que não aceitam qualquer tipo de interferência do estado nas relações (*movimento queer*). Em geral, o leque de respostas do grupo entrevistado mostra semelhanças com o que está acontecendo no mundo heterossexual: há quem anela um contrato de união estável ou casamento, aqueles/as que desejam filhos, os que se preocupam com a proteção dos bens conquistados em parceria, os que desejam uma coabitação temporária, os que sonham com o amor romântico, os que preferem sexo variado e múltiplos parceiros. A diferença consiste em que a ideia do “casamento” é algo muito novo para estes sujeitos. O desejo de ser reconhecido como cidadão integral teria se unido hoje à possibilidade de estar incluído numa ordem familiar. Tempos atrás, alguns homossexuais escolhiam uma vida “celibatária”, com sexo múltiplo e sem compromisso, mas algumas situações concretas, como o surgimento da Aids, mudaram a perspectiva. O que confirma que não existe nenhuma característica “homossexual” que corresponda a uma essência permanente. Entre os pensadores que pesquisamos, parece haver um consenso de que a transformação atual das formas jurídicas ligadas à conjugalidade, família e parentesco, está associada ao desenvolvimento dos direitos de grupos minoritários, ligado à evolução da democracia liberal. Tratar-se-ia de um inegável avanço do pensamento jurídico e político sobre os alcances da democracia.

Referências

- BARBERO, G. *Homossexualidade e perversão na psicanálise* – Uma resposta aos Gay & Lesbian Studies. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.
- CALLIGARIS, C. et. al., *O laço Conjugal*. Porto Alegre: Artes e Ofícios da Associação Psicanalítica de Porto Alegre, 2º Edição, 1994 (pp. 11/23).
- CAMARGO, L. *Encrucijadas – Diálogos entre el Psicoanálisis y el Derecho*, Buenos Aires: Letra Viva, 2006.
- CASTELLS, M. El poder de la identidad. In: *La era de la información.- Economía, Sociedad y Cultura*. Volume II. Madrid: Alianza Editorial, 1997.
- ELIA, L. O sujeito da Psicanálise e a Ordem Social. In: *Sujeito do Direito Sujeito do Desejo*, org. por Sonia Altoé. Rio de Janeiro: Revinter, 2004, (pp.123-131).
- FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I - A vontade de saber*, Ed. Graal, Rio de Janeiro, 1979, 2º edição.
- FOUCAULT, M. *Ditos e escritos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, 5 v.
- FREUD, S. *Obras Completas*, Editorial Biblioteca Nueva Madrid, 1948. Tradução direta do alemão: Luis López Ballesteros y de Torres.
- GIDDENS, A., *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.
- LACAN, J. “*Escritos*”, México: Siglo Veintiún Editores, 15º ed. em espanhol, 1975.
- LACAN J. *O Seminário: Livro 19... Ou Pior*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012. (Coleção: Campo Freudiano no Brasil).
- MELLO, L. *Novas Famílias – Conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2005.
- ROUDINESCO, E. *A família em desordem*. RJ: Jorge Zahar, 2003.
- UZIEL, A.P.; MELLO, L.; GROSSI, M. (org.) *Conjugalidades e parentalidades de gays, lésbicas e transgêneros no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2007.
- SAFATLE, V. *Cinismo e Falência da Crítica*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2008.

DISCURSOS SOBRE TORCEDORES VINCULADOS A ATOS VIOLENTOS: ESTIGMATIZAÇÃO E IDEOLOGIA. Felipe Tavares Paes Lopes (ftplopes@yahoo.com.br). (UNICAMP-SP)

A violência envolvendo torcedores de futebol, tanto nas arquibancadas como fora delas, não é recente. Sabe-se que esse fenômeno ocorre há décadas em várias partes do mundo, estendendo-se aos anos anteriores à Primeira Grande Guerra. Entretanto, no Brasil, foi somente no final dos anos oitenta e, principalmente, na primeira metade dos anos noventa, que, depois de uma série de graves incidentes, a violência no futebol ganhou uma dimensão pública maior. Desde então, diversos atores – como jornalistas, dirigentes esportivos, acadêmicos, autoridades públicas etc. – têm promovido uma ampla discussão sobre o assunto, realizada tanto nos meios de comunicação como em eventos específicos. Tal discussão não só tem ajudado a sensibilizar a opinião pública quanto à extensão e gravidade do problema como, também, tem norteado as políticas de segurança para o espetáculo futebolístico. Diante da relevância e premência desse debate, considero ser fundamental o desenvolvimento de pesquisas científicas que visem problematizar o modo como ele tem sido construído. Neste trabalho, optei por focalizar o tratamento dado ao torcedor vinculado a ações consideradas violentas. Ou seja, ao invés de abordar como a sociedade constrói torcedores violentos, optei por abordar como ela constrói a categoria “torcedor violento” e a incorpora como tema de relevo. Mais concretamente, busquei responder a seguinte indagação: se, em que medida e como os discursos enunciados no debate público sobre a violência no futebol brasileiro acerca do torcedor vinculado a atos violentos podem ser considerados ideológicos, estabelecendo e sustentando relações de dominação? Para responder a esta questão, adotei o conceito de

ideologia de John B. Thompson, bem como a sua proposta metodológica: a hermenêutica de profundidade. Seguindo a estrutura tradicional dessa metodologia, estruturei o trabalho em três partes interdependentes: num primeiro momento, analisei o contexto sócio-histórico do debate em questão. Em seguida, analisei sua estrutura formal ou discursiva. A fim de obter narrativas que fossem representativas e significativas dos diversos tipos de atores envolvidos no debate público acerca da violência no futebol brasileiro, busquei material sobre o tema em documentos de domínio público. Ao fazer isto, acabei selecionando textos de jornalistas, autoridades públicas, acadêmicos e dirigentes esportivos publicados na Folha de S. Paulo e no diário esportivo Lance!, no período 2009-2010. Uma vez selecionado os textos, analisei a sintaxe, as escolhas léxicas e as figuras retóricas neles empregadas. Em um terceiro momento, reinterpretei esses textos à luz do contexto sócio-histórico analisado na primeira parte. Entre outras coisas, concluí que a violência envolvendo torcedores de futebol frequentemente não é interpretada como o resultado de um acontecimento social, histórico e cultural, mas atribuída a um defeito moral ou de caráter. Com isso, o debate perde em conhecimento sobre as especificidades de vida que levam os torcedores vistos como violentos a agirem violentamente, tornando mais difícil qualquer possibilidade de empatia. Esse torcedor é o “outro”, aquele que deve ser combatido e eliminado. Ao mesmo tempo em que ajuda a estigmatizá-lo, essa abordagem dificulta a possibilidade de construção de iniciativas de aproximação, diálogo, confiança e convivência para evitar mais violência. Mais ainda, ela encobre a responsabilidade do Estado na construção de seus comportamentos e atitudes, contribuindo para manter a ordem social do jeito que está. Nesse sentido, ela pode ser considerada ideológica. Também pude perceber que tal estigma atinge diretamente a identidade social dos torcedores organizados, ajudando a legitimar mecanismos legais de controle e penalização específicos para esses torcedores e contribuindo para minar a credibilidade deles e, conseqüentemente, reduzir sua capacidade de mobilizar apoio e de interferir nos processos decisórios acerca das políticas de contenção da violência no futebol, em particular, e nos arranjos institucionais do futebol profissional, de uma maneira geral. Ao fazer isso, esse estigma mantém os torcedores organizados em uma situação de dominação.

Referências

- GIULIANOTTI, R. Social identity and public order: political and academic discourses on football violence. In: GIULIANOTTI, R.; BONNEY, N.; HEPWORTH, M. (Ed.). **Football, violence and social identity**. New York: Routledge, 1999. p. 10-35.
- GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.
- MURAD, M. **A violência e o futebol**: dos estudos clássicos aos dias de hoje. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- PIMENTA, C. A. M. **Torcidas organizadas de futebol**: violência e auto-afirmação. Aspectos da construção das novas relações sociais. Taubaté: Vogal, 1997.
- REIS, H. H. B. dos. **Futebol e Violência**. Campinas: Armazem do Ipê, 2006.
- THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 1998.
- THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social e crítica na era dos meios de comunicação de massa. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2000."
- Palavras-Chave**: Futebol; Violência; Ideologia.

MEDO E A DITADURA CIVIL-MILITAR NA VIDA DO CIDADÃO COMUM. *Luis Eduardo França Jardim* (luisfjardim@yahoo.com.br). (USP-LABI/UNIP)

Introdução: Nos Anos de Chumbo da ditadura civil-militar brasileira, o poder público adotou a política de reprimir com tortura, violência e morte toda e qualquer ação que contrariasse os interesses do regime e da classe dominante. Por meio dos aparelhos repressivos, o Terrorismo

de Estado buscava instaurar e institucionalizar o medo e, assim, transformar o pensamento e o comportamento da população, tornando-a amena aos seus interesses. O medo instaurado pelos órgãos de repressão rapidamente inibiu e dizimou a resistência contra o regime. Não somente a violência sofrida, mas também a ameaça sistemática de violência traz marcas para a existência que determinam o modo de ser de cada um. Muitas dessas marcas estão presentes de modo intenso até hoje, porém já absorvidas como naturais e passadas como herança silenciosa de uma geração a outra. O medo afetou a toda a população, incluindo quem nunca participou da militância e mesmo quem não se opunha ao regime, mostrando-se assim como um dos principais instrumentos para o regime atingir seus objetivos disciplinares e amenizar qualquer crítica ou oposição. Objetivos: O objetivo deste trabalho é, a partir do relato da experiência pessoal de um depoente que viveu o Golpe Civil-Militar e o período ditatorial, analisar e discutir como as mudanças provocadas pelas ações do regime ditatorial afetaram o cidadão comum brasileiro. Pretendemos que a entrevista permita identificar algumas influências do regime militar a partir do medo na vida do cidadão brasileiro. Método: A pesquisa parte de um estudo das características do regime civil-militar brasileiro e de seus métodos de coação direta e indireta à população. Esse estudo serviu de base para a análise de uma entrevista aberta com roteiro feita com um depoente que testemunhou o Golpe Civil-Militar e o regime que se seguiu. Para a análise do depoimento, levou-se em conta a complexidade da experiência pessoal do entrevistado e as remissões da memória às áreas densas e sombrias da sua biografia. Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo, inserida no âmbito da psicologia social. Resultados: O depoente tem mais de 70 anos de idade e encontra-se aposentado, tendo ocupado um cargo público ao longo de sua vida e não exercido atividade militante. Ao longo da entrevista, sua memória revela uma vasta riqueza de detalhes sobre os acontecimentos do Golpe Civil-Militar. Detalhes memorizados das dezenas de livros que estudou sobre o Golpe mesclam-se com meandros da memória de suas experiências passadas. Apesar de seu envolvimento relativamente distante com a política, o depoente revelou em sua entrevista como o medo instaurado pelos aparelhos repressivos do Estado afetou não somente aqueles que se antepunham ao governo, mas também a todos os cidadãos comuns em sua rotina cotidiana. O medo institucionalizado balizou o modo de agir e pensar da população, tornando a massa amena aos interesses do militares e da classe dominante que sustentava o regime. Neste sentido, a experiência de ter a garantia dos direitos humanos violada, seja pela instauração do medo ou tortura, pode determinar nosso modo de pensar e agir futuro. Conclusão: A interrogação pela memória garante a permanência na questão, ao mesmo tempo em que, quando posta em movimento, traz consigo todas as outras funções psicológicas do pensamento, sentimento e elaboração. Foi possível identificar a partir da entrevista que a interrogação à memória pode revelar impactos da posição do Estado na vida cotidiana do cidadão comum. No entanto, a riqueza desta entrevista não consegue ser abarcada em poucas linhas como nesta análise. A experiência do medo imposto pela repressão durante o regime militar mostrou-se na entrevista como determinante do agir de um povo, na medida em que a ameaça sistemática e constante pode rearticular e transformar a visão de mundo e de si mesmo de uma população fundando, assim, sua postura, ação e pensamento. Em outras palavras, instaura um modo de pensar e agir futuro do povo.

Referências

- BOSI, E. **Memória e Sociedade**: lembrança dos velhos. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- COGIOLLA, O. **Governos militares na América Latina**. Col. Repensando a História do Brasil São Paulo: Contexto, 2001.
- GONÇALVES FILHO, J.M. Problemas de método em Psicologia Social: algumas notas sobre a humilhação política e o pesquisador participante. In: BOCK, A.M.B. (org.). **Psicologia e compromisso social**. São Paulo: Cortês, 2003.

RAUTER, C. e col. (orgs) **Clínica e política: subjetividade e violação dos direitos humanos.** Equipe Clínico-Grupal, Grupo tortura Nunca Mais – RJ. Rio de Janeiro: Instituto Franco Basaglia/Editora TeCorá, 2002.

SAFATLE, V. e TELES, E., (orgs). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira.** São Paulo: Boitempo, 2010.

Palavras-Chave: Memória; Ditadura Civil-Militar; Medo.

O VELHO MANICOMIALISMO DAS NOVAS COMUNIDADES TERAPÊUTICAS.

Daniele de Andrade Ferrazza (danieleferrazza@yahoo.com.br); *Luiz Carlos da Rocha.* (UNESP-Assis)

Ainda que pesem insuficiências evidentes, é inegável que a atual Política Nacional de Saúde Mental propõe a superação da velha concepção manicomialista que marcou mais de um século o atendimento público à Saúde Mental em nosso país. Entretanto, não são poucos os desafios da Reforma Psiquiátrica Brasileira. Movimentos contrários, alavancados por entidades da psiquiatria tradicional e por donos de hospitais psiquiátricos, têm propagado a necessidade de mais recursos asilares para atender ao que chamam de necessidades da população com diagnósticos ligados à drogadição e a quadros psicopatológicos graves (MARINHEIRO, 2012; GENTIL, 2007, 2006; AGGEGE, 2007;). Campanhas midiáticas, entusiasmadas com as investidas policiais sobre a tragédia do crack, promovem a demonização das pessoas sujeitadas ao vício e propalam como solução internações compulsórias em hospitais psiquiátricos ou nas denominadas “comunidades terapêuticas” (MARINHEIRO, 2012; FREITAS, 2011, BRASIL, 2011). Essas “comunidades terapêuticas” são instituições criadas por iniciativas da sociedade civil, muitas vezes administradas por grupos religiosos, que se apresentam como uma “nova” alternativa para tratar o problema da drogadição. Dados recentes estimam cerca de três mil “comunidades terapêuticas” no Brasil, cujo atendimento abrangeria aproximadamente 80% da população considerada dependente de substâncias psicoativas (MONCAU, 2012; BRASIL, 2011). São inúmeras as instituições abertas diariamente, com agressiva propaganda nos meios de comunicação visando, sobretudo, demandas da população que tem familiares envolvidos na tragédia da drogadição. Seriam essas “comunidades terapêuticas” uma atualização do reformismo generoso de Maxwell Jones? Ou uma “nova” aparição da velha internação, sempre atenta às tradicionais demandas da exclusão e da reforma moral? Mobilizado por essa questão, este trabalho objetiva analisar as chamadas “comunidades terapêuticas” à luz da história das instituições de internação conforme seu desenvolvimento matricial europeu, que se estenderia à nossa realidade com a europeização do mundo. A revisita à história constitutiva da internação, como recurso metodológico de inspiração foucautiana, pretendeu aqui observar a construção de uma tecnologia de controle e correção própria do enclausuramento para confrontá-la com a modalidade de internação oferecida pelas atuais “comunidades terapêuticas”. Nosso estudo abordou os fundamentos do movimento higienista europeu e de suas práticas de sequestro e encarceramento e o precedente “grande enclausuramento de pobres”, que influenciariam fundamentalmente as tecnologias disciplinares manicomiais (FOUCAULT, 1972). Procurou explorar o alienismo francês e a posterior expansão do tratamento moral às populações pobres, à época apresentada como a moderna resposta médica ao velho enquadramento religioso. Para análise da atual ascensão brasileira das “comunidades terapêuticas”, utilizamos o relatório publicado pelo Conselho Federal de Psicologia (2011), que inspecionou em todo território nacional 68 daquelas unidades. À guisa de conclusão, podemos dizer que, no manicômio alienista, a submissão do paciente a um poder superior era o próprio centro do tratamento moral, e o alienista ocupava, em nome da racionalidade, esse papel de autoridade. Nas atuais “comunidades terapêuticas” a fórmula da submissão é a mesma, mas ainda não chegou sequer às luzes duvidosas do racionalismo: mas ao feitio medieval, a autoridade à qual

o interno deve se submeter é a própria figura do deus da fé mítica de padres, pastores e voluntários “vocacionados”, ou de técnicos que se consideram os representantes desse poder absoluto no âmbito do internato e no da própria existência de seus internos. Se a questão que nos propusemos foi indagar se as chamadas “comunidades terapêuticas” poderiam significar algo de novo no atendimento às necessidades da população envolvida com a drogadição, a resposta é algo mais que uma simples negativa. Na verdade, essas instituições mais parecem recuperar, como um retorno ao recalado, velhos preceitos da história das práticas de internação pré-manicomiais combinadas com rudimentos do tratamento moral desenvolvido pelo antigo alienismo. A assunção das “comunidades terapêuticas”, largamente alavancada pelas internações involuntárias, também não está associada a qualquer perspectiva plausível de sucesso terapêutico, mas sim à demanda da população incomodada pela familiaridade dolorosa ou pela proximidade incomodativa da drogadição, como pondera Amarante (2011): “os modelos calcados na internação compulsória respondem ao imediatismo do desespero da sociedade, pois após a alta – nos informam especialistas no tema – mais de 90% retornam às drogas”. E não deixa de ser tragicamente curioso que, a despeito do escandaloso fracasso da internação, pesquisa publicada por um jornal de grande circulação nacional aponta cerca de 90% da população como favorável à internação compulsória (MARINHEIRO, 2012). Grupos religiosos e organizações psiquiátricas digladiam-se sobre a melhor condição para o internamento. A despeito da aparente atualidade, essa disputa não é nova. De certa forma, trata-se de uma reedição da velha pendenga sobre a primazia da tutela do desvio entre o moralismo mítico-religioso e a normatividade médica. De ambos os lados, pouco se dá às questões relacionadas ao âmbito social, político, econômico, cultural e existencial que perpassam a vida daquelas pessoas que protagonizam um drama resistente aos maniqueísmos doutrinários ou normativos. Trata-se de mero aggiornamento do exercício de velhas técnicas de internação herdadas das antigas práticas de aprisionamento comuns ao manicomialismo.

Referências

- AGGEGE, S. Sem hospícios morrem mais doentes mentais. Em cinco anos governo fechou um quarto dos leitos psiquiátricos, sem criar serviços substitutivos; mortes subiram 41%. **O Globo**, caderno O País. Rio de Janeiro, 9 dez. 2007.
- AMARANTE, P. **Política anti-crack**. Epidemia do desespero ou do mercado anti-droga? 2011. Disponível em: <http://fopspr.wordpress.com/2011/12/28/politica-anti-crack-epidemia-do-desespero-ou-do-mercado-anti-droga/>. Acesso em: 10 jun. 2012
- BRASIL. Senado Federal. Secretaria Especial de Comunicação Social. Dependência Química. Crack assusta e revela um Brasil despreparado. Em discussão. Revista de Audiências Públicas do Senado Federal. Brasília, 2011. Disponível em: http://www.senado.gov.br/noticias/jornal/emdiscussao/Upload/201104%20-%20agosto/pdf/em%20discuss%C3%A3o!_agosto_2011_internet.pdf. Acesso em: 03 de junho de 2012.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Relatório da 4ª inspeção Nacional de Direitos Humanos: locais de internação para usuários de drogas**. Brasília, 2011. Disponível em: http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/03/2a_Edixo_relatorio_inspecao_VERSxO_FINAL.pdf. Acesso em: 12 de março de 2012.
- FOUCAULT, M. **História da loucura na idade clássica**. São Paulo: Perspectivas, 1972.
- FREITAS, C. Psiquiatra defende Internação forçada para viciados em crack. **Revista Veja**, 25 de abril de 2011. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/internacao-forcada-pode-ser-unica-saida-para-viciado-em-crack>. Acesso em: 05 de junho de 2012.
- GENTIL, V., et al. Clomipramine-Induced Mood and Perceived Performance Changes in Selected Normal Individuals. **Journal of Clinical Psychopharmacology**, v. 27, p. 314-315, 2007.

_____. O modelo de Saúde Mental adotado no Brasil. **Revista Psiquiatria hospitalar**. Departamento de Psiquiatria da Federação Brasileira de Hospitais, ano 3, nº 3, 2006.

Disponível em:

http://www.psiquiatriahospitalar.org.br/novo/related/download/pdf/mural/revistas/revista_003.pdf. Acesso em: 23 de julho de 2012.

MARINHEIRO, V. 90% apoiam internação involuntária de viciados. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 25 de janeiro de 2012. Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1039159-90-apoiam-internacao-involuntaria-de-viciados.shtml>. Acesso: 10 de junho de 2012.

MONCAU, G. **Nem comunidades, nem terapêuticas**. 2012. Disponível em:

<http://www.diarioliberalidade.org/brasil/sa%C3%BAde/26023-nem-comunidades,-nem-terap%C3%AAuticas.html>. Acesso em: 10 de junho de 2012.

Palavras-Chave: Reforma Psiquiátrica; Comunidades Terapêuticas; Direitos Humanos.

PRIVAÇÃO DE LIBERDADE E EDUCAÇÃO: ANÁLISE DO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DE ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA. *Débora Cristina Fonseca; Fernanda Lustosa Almeida* (ferlustosa.al@gmail.com). (Unesp-Rio Claro)

Neste trabalho pretende-se refletir sobre o processo de escolarização de adolescentes em privação de liberdade e sobre as percepções de violência dos professores da rede pública estadual que ministram aulas em unidades de privação de liberdade, considerando-se o segundo como um dos aspectos que influenciam nas relações entre educandos e educadores. Trata-se de pesquisa qualitativa em desenvolvimento, que se utilizou de entrevistas semiestruturadas, realizadas com professores que ministram ou já ministraram aulas para adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade na Fundação Casa/SP. Os referenciais teóricos utilizados para fundamentar essa compreensão são baseados nos pressupostos da Psicologia Social sócio-histórica (VIGOTSKI, 2006; LEONTIEV, 1978), que compreendem o indivíduo e a condição humana como socialmente produzidos, possibilitando ampliar a visão crítica das políticas públicas e do processo educativo, como principais mediadores na constituição do sujeito em busca de sua emancipação (SAVIANI, 2003). Também na perspectiva dos Direitos Humanos, cujas leis mais recentemente aprovadas são produtos de uma nova cultura, ao mesmo tempo em que buscam corroborar com as mudanças necessárias para que as sociedades respeitem/garantam condições dignas de sobrevivência a todos (FONSECA, 2008; PINO, 2007). Na análise inicial do material, pudemos evidenciar que a mudança na realidade concreta ainda não se efetivou, tanto do ponto de vista das concepções predominantes, ou seja, ainda não se reconhece os adolescentes em privação de liberdade como sujeitos de direitos, assim como do ponto de vista das garantias legais (BRASIL, 1990), que parecem ocorrer apenas em nível burocrático, se observarmos que o aspecto qualitativo do direito inexistente. Sobre a vivência de situações de violência, os professores relatam não ter conhecimento, mas indicam que em sala de aula, existe um clima de violência implícita, mas, é possível identificar nas entrelinhas dos relatos, que a própria rotina estabelecida nos estabelecimentos de privação de liberdade constituir-se-iam em formas de violência explícita, como por exemplo, o comportamento de submissão imposto em todas as unidades da Fundação Casa – andar de cabeça baixa e só se referir aos demais como senhor e senhora e implícita, quando o aluno, mesmo ainda não estando alfabetizado é obrigado a copiar tudo que o professor escreve na lousa – os alunos não precisam aprender mas são obrigados a copiar. Silva e Ristum (2010) buscaram compreender a violência vivenciada e interpretada por professores dentro de uma unidade de privação de liberdade de adolescentes. Segundo as autoras, foi possível organizar as respostas dos professores em cinco blocos temáticos: “expressões associadas à ideia de violência escolar,

formas de manifestação da violência em sala de aula, experiências de violência vivenciadas pelos professores e relação que estabeleciam entre violência e sua atuação em sala de aula” (SILVA; RISTUM, 2010, p. 240). Outro aspecto a ser destacado se refere à lógica educativa utilizada no contexto de privação de liberdade, que parece se configurar como igual ao ensino regular oferecido nas escolas inseridas na comunidade, o que pode estar dificultando a efetivação do direito à educação dos jovens privados de liberdade. Pelo que se pode observar na pesquisa, o sistema educacional, representado por seus professores tem se restringido a desenvolver conteúdos considerados importantes e relevantes para um grupo de especialistas em educação, mas que pouco consideram os sujeitos no processo educativo (Brasil, 2010). Também podemos destacar o despreparo dos professores para trabalhar no contexto de privação de liberdade (ONOFRE, 2011). Esses professores indicam a vivência de um conflito entre o direito e a obrigatoriedade, tendendo a considerá-la como pouco efetiva do ponto de vista prático. Desta forma, a escolarização parece constituir-se efetivamente como o cumprimento burocrático da lei, o que justifica o despreparo e a não reflexão sobre outras possibilidades de trabalho pedagógico, o que nos parece mais um indicativo de que a visão legalista tem se sobreposto à garantia do direito na perspectiva dos Direitos Humanos de crianças e adolescente.

Referências

BRASIL (2010). Parecer CNE/CEB Nº 4/2010. *Diretrizes nacionais para a oferta de educação de jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais*. Brasília, DF: Mec/CNE/Secad, 2010.

BRASIL (1990) Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 8069.

FONSECA, D.C. (2008) *Os profissionais da Estratégia de Saúde da Família (ESF) e a construção de sentidos sobre adolescência*. Tese (Doutorado) - Programa de Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

LEONTIEV, A.N.(1978) *Actividad, consciencia y personalidad*. Buenos Aires, Ciências Del Hombre.

ONOFRE, E.M.C. (2011) O exercício da docência em espaços de privação de liberdade. *Comunicações*, Piracicaba, ano 18,n. 2,p. 37-46, jul.-dez.

PINO, A. (2007) Violência, educação e sociedade: um olhar sobre o Brasil contemporâneo. *Educ. e Soc., Campinas*, vol 28, n.100, Especial, p. 763-785, out.

RISTUM. J.O. da. (2010) A Violência Escolar no Contexto de privação de Liberdade. *Psicologia Ciência e Profissão*, 30 (2), 232-247.

SAVIANI, D.(2003) *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 8ª. ed. Campinas: Autores Associados.

SILVA, J.O.; RISTUM, M. (2010) A Violência Escolar no Contexto de Privação de Liberdade. *Psicologia Ciência e Profissão*, 30 (2), 232-247.

VIGOTSKI, L.S.(2006/1984) *Obras Escogidas IV*. Psicologia Infantil. Editorial Pedagógica, Moscú. 2ª. Ed.

Palavras-Chave: Privação de Liberdade; Escolarização; Adolescência.

PSICOLOGIA E O DIREITO À MEMÓRIA NA COMISSÃO DA VERDADE. Luis Eduardo França Jardim (luisfjardim@yahoo.com.br). (USP-LABI/UNIP)

Introdução: A violência de Estado pela tortura e as políticas públicas voltadas aos interesses das classes dominantes são práticas instauradas no Brasil desde os primórdios da colonização. Ainda hoje o país lida cotidianamente com os desdobramentos do modo como se deu sua formação econômica e social. No entanto, ao longo da história, alguns períodos parecem ter deixado marcas e consequências mais profundas no cotidiano da população. Muitos desdobramentos da ditadura civil-militar brasileira que durou de 1964 a 1985 ainda permanecem obscuros, embora determinem diariamente o cotidianos das relações sociais e

políticas. No Brasil, não houve propriamente uma justiça de transição para o governo democrático, que necessariamente envolveria o direito à memória, à verdade e uma adequada política de reparação. Somente em 2009/2010, a terceira versão do Programa Nacional de Direitos Humanos assegurou o direito à memória e à verdade, o que possibilitou a instalação da Comissão Nacional da Verdade para investigar os crimes da ditadura. Em 2012, o projeto Clínica do Testemunho, do Ministério da Justiça, propôs atendimento psicológico para as vítimas de violações dos direitos humanos durante a ditadura. No que concerne às possibilidades de reparação, a psicologia está intimamente implicada de diversos modos com os trabalhos da Comissão da Verdade. A reparação está relacionada aos meios de elaboração dos danos e marcas deixadas pela violência de Estado na memória coletiva e individual da população. Objetivo: O objetivo deste trabalho é analisar características da Comissão Nacional da Verdade no Brasil e discutir sua relação e implicação com a psicologia a partir do resgate da memória, reparação de danos, atendimento psicológico às vítimas e luta pelos direitos humanos. Método: Esta pesquisa se origina de um estudo das políticas de Estado em prol do direito à memória e verdade, bem como das políticas de reparação recentemente implantadas no país. Posteriormente, foram analisados trabalhos em psicologia que abordassem a memória e experiência de atendimento às vítimas da ditadura. Com isso, buscou-se articular as implicações da psicologia no processo de reparação, na medida em que estão envolvidos o direito à memória e elaboração dos danos. Resultados: A experiência do esquecimento forçado e a ausência de uma política de transição impedem uma ampla elaboração dos danos provocados às vítimas do Terrorismo de Estado. A memória coletiva é indissociável à memória individual e ambas estão intimamente enlaçadas, entretanto, o esquecimento forçado e institucionalizado pela ausência de uma adequada justiça de transição relegou o sofrimento das vítimas deste dano político ao âmbito individual. Na medida em que nunca houve o reconhecimento público pelo Estado desta memória, as possibilidades de elaboração dos danos permanecem pífias e restritas ao plano individual. O trabalho das Comissões da Verdade atua diretamente nesse fundo lodoso de dor e sofrimento das vítimas que as políticas dominantes não permitem acesso e, principalmente, na memória política da ditadura, que diz respeito à história de todos. A psicologia deve trabalhar paralela e juntamente às comissões da verdade no que concerne à politização do dano, retirando-o da esfera individual para considera-lo em seu caráter público. A implicação da psicologia no trabalho de resgate da memória e cuidado às vítimas age no processo de reparação e elaboração dos danos provocados pela violência de Estado. O resgate da memória coletiva penetra no caráter psicológico e articula a memória individual, abrindo a possibilidade de reparação. Pode-se afirmar que o Terrorismo de Estado e a instauração do medo como elemento disciplinador incide direta e silenciosamente na formação do coletivo, atravessando o caráter psicológico das relações sociais. O tema da tortura e repressão e os danos provocados por elas é de interesse da psicologia não apenas pela violações dos direitos humanos, mas também por penetrar a fundo diretamente o aspecto psicológico e social. Conclusões: A Comissão da Verdade ainda caminha seus primeiros passos, no entanto já houve grandes movimentações e desdobramentos de seus trabalhos ao redor do país. A psicologia exerce um papel fundamental no processo de reparação dos danos causados às vítimas de violações aos direitos humanos durante o regime ditatorial. Além de oferecer atendimento psicológico às vítimas, atua na tarefa de preservação da memória histórica e de construção pública da verdade sobre períodos autoritários a partir do relato das vítimas.

Referências

- BOSI, E. **Memória e Sociedade**: lembrança dos velhos. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- BRASIL. Presidência da República. Lei nº12.528, de 18 de novembro de 2011 que Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, 2011.

CNV. Comissão Nacional da Verdade. Plano de Trabalho da Comissão Nacional da Verdade. Disponibilidade: <http://www.cnv.gov.br/sobre-a-comissao-da-verdade/plano-de-trabalho-da-cnv/>. 02/11/2012.

CINTRAS, EATIP, GTNM/RJ, SERSOC. **Danõ Transgeneracional**: consecuencias de la repression política en el Cono Sur. Santiago, 2009.

NAÇÕES UNIDAS. **Oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos. Instrumentos del Estado de Derecho para Sociedades que han Salido de un Conflicto. Comisiones de la Verdad**. Nueva York y Ginebra, 2006.

RAUTER, C. e col. (orgs) **Clínica e política**: subjetividade e violação dos direitos humanos. Equipe Clínico-Grupal, Grupo tortura Nunca Mais–RJ. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Franco Basaglia/Editora TeCorá, 2002."

Palavras-Chave: Memória; Reparação; Comissão da Verdade.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA VIOLÊNCIA-BULLYING NO CONTEXTO ESCOLAR DO ENSINO MÉDIO. *Ivone de Oliveira Lima* (ivoneoliveiralima@gmail.com) (Instituto Federal de Mato Grosso-Cuiabá); *Maria da Penha de Lima Coutinho* (Universidade Federal da Paraíba-João Pessoa)

A violência é considerada um fenômeno proveniente de diversas causas que atinge indistintamente os grupos sociais, instituições e faixas etárias, nas quais os indivíduos vezes ou outras se apresentam como vítimas ou como agressores. Há diversas formas de expressar a violência gerada pela cultura, conceitos e valores de uma nação. Em geral se concretiza em atos com intenção de prejudicar, subtrair, subestimar e subjugar, envolvendo sempre um conteúdo de poder, tanto intelectual, físico, econômico, político ou social. Atinge a todos e de forma mais hostil os seres mais indefesos da sociedade, mulheres, crianças e adolescentes. Uma forma de violência que vem acometendo a sociedade como um todo é a violência escolar percebido igualmente como um fenômeno e conhecido mundialmente, como bullying. Esse tipo de violência expressa um conjunto de atitudes de violência física e/ou psicológica, de caráter intencional e repetitivo, cometido por um bully (agressor) contra uma ou mais vítimas que se encontram impossibilitadas de se defender. Este estudo objetivou apreender as representações sociais da violência-bullying elaboradas por alunos do Ensino Médio de duas escolas públicas em Cuiabá, MT. Utilizou como enfoque teórico a teoria das representações sociais. Trata-se de uma pesquisa de campo, exploratória, de cunho qualitativo e quantitativo. Participaram deste estudo, 343 alunos que foram submetidos a um questionário biossociodemográfico e a técnica de associação livre de palavras. Os dados foram processados pelo PASW versão 18 e pelo software Tri-deux, respectivamente. Seus resultados foram analisados pela estatística descritiva e pela Análise Fatorial de Correspondência – AFC. Os resultados revelaram uma predominância do sexo feminino (53,6%), com faixa etária entre 12 a 17 anos (M=15,94; DP= 1,17) a maioria cursando o 1º. Ano (41,1%); verificou-se que 87,5% dos alunos não possuíam história de reprovação e 88,3% habitam com os pais. Quanto aos resultados advindos da associação livre de palavras constatou-se que os campos semânticos elaborados pelos alunos da escola1 em relação ao estímulo1 escola, esta foi objetivada nos elementos: amigos, cansaço, notas, uniforme, livros, professores, provas e tarefas, e ancorada nas dimensões psicopedagógica e afetiva. Em relação ao estímulo2 violência-bullying os alunos objetivaram em: exclusão, preconceito, violência, sofrimento, idiotice e depressão, ancorada no espectro psicossocial e psicoafetiva. Quanto ao estímulo3 eu mesmo objetivaram em: preguiçoso, ancorada na autopercepção negativa. Os alunos da escola2 objetivaram a escola como: aprendizagem, educação, respeito e bagunça, ancorando a mesma na esfera psicopedagógica. A violência-bullying esta foi objetivada nos elementos briga, xingar e morte, ancorada nas esferas relacional e histórico-factual; em relação eu mesmo as objetivações giraram em torno: alegre, estudioso, educado e simpático. Quanto as

ancoragens dos dois primeiros estímulos foram semelhantes àquelas elaboradas pelos alunos da escola 1. Quanto ao terceiro estímulo este se ancorou na autopercepção positiva. Os resultados apontaram a magnitude do problema que jovens estudantes vivenciam em seus cotidianos escolares. Nesse eixo, as representações sociais revelam o construto em questão trazendo a tona o seu caráter multifacetado e plural, exigindo deste modo construção de estratégias entre a comunidade escolar e implementação de ações conjuntas e eficazes para que o bullying seja enfrentado. Acredita-se que os resultados ampliem a literatura sobre a violência-bullying e auxiliem em uma maior reflexão acerca deste fenômeno na contribuição de programas de ação na escola que possam minimizar os efeitos nefastos advindos desse tipo de violência.

Referências

- Gonini, F. Ap. C., Petrenas, R. de C., Mokwa, V. M. N. F., & Lima, R. de C. P. Representações sociais da violência entre alunos do Ciclo I do Ensino Fundamental em duas escolas públicas do interior de São Paulo. I Simpósio Internacional do Adolescente. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) e Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP), São Paulo. Ano 1. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000082005000200033&script=sci_arttext>. Acesso em: 16 março 2011. 2005.
- GUIMARÃES, S. P.; CAMPOS, P. H. F. Norma Social Violenta: Um Estudo da Representação Social da Violência em Adolescentes. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. 20, 188-196. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-79722007000200003>. Acesso em: 23 agosto 2012. 2007
- MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- PAIN, J. Os desafios da escola em face da violência e da globalização: submeter-se ou resistir? In: SILVA, J. M. A. P.; SALLES, L. M. F. (Eds.) **Jovens, violência e escola: um desafio contemporâneo**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. pp. 7-26.
- SILVA, A. B. B. **Bullying: mentes perigosas nas escolas**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.
- Palavras-Chave:** Representações Sociais; Bullying.

SEGREGAÇÃO SOCIAL, VIOLÊNCIA E ADOLESCÊNCIA: POSSIBILIDADES DE ENFRENTAMENTO. *Denise Batista Pereira Jorge* (denisebatistajorge@hotmail.com). (USP-SP)

A existência de espaços separados na cidade para os diferentes grupos sociais é, ao mesmo tempo, causa e consequência de uma estrutura social que nega o reconhecimento do direito à cidadania e impede uma apropriação democrática do espaço urbano, resultando em exclusão social. Muitas pessoas são privadas do acesso às informações, ao emprego, à escola, aos serviços de saúde, aos bens de consumo etc. o que, associado a condições socioeconômicas precárias afeta o processo de integração social dos jovens, podendo ainda fomentar o uso da violência e a criminalidade. Embora na maioria das vezes a violência seja associada ao crime e às drogas, ela é um fenômeno multifacetado e manifesta-se de diferentes formas nas relações das pessoas entre si, com o ambiente e consigo mesmo. Em muitos casos os adolescentes atuam como promotores da violência, mas é preciso apontar quantas vezes os mesmos são vítimas dessa, olhando para a relação adolescência-violência em toda a sua complexidade. A Convenção dos Direitos Humanos garante mundialmente os direitos das crianças e adolescentes e isso é reafirmado no Brasil pela Constituição Federal (1988) e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA-Lei nº 8.069/1990). Apesar disso em 2006 as violências foram a terceira principal causa de óbito entre os adolescentes na faixa etária 10 a 19 anos (52,9%). Dos registros de violência contra os adolescentes, 56% foram por violências

sexuais, tendo as adolescentes como principais vítimas (78% do total dos casos). Na maioria dos casos violência ocorreu dentro da própria residência (58%), seguido pela via pública (20%) (Brasil, 2009). Esses dados são alarmantes e representam apenas os casos em que há denúncia ou chegam para atendimento nas instituições de saúde. Muitas práticas violentas ficam encobertas, devido ao medo de denunciar a violência geralmente cometida por pessoas que deveriam proteger a criança ou o adolescente (pais, familiares, amigos, conhecidos, cuidadores, polícia), e à aceitação social de violência na forma de castigo físico, humilhação e intimidação como uma “ferramenta de educação”, especialmente quando não ocasionam danos físicos visíveis e duradouros. O ECA representa uma conquista do exercício da cidadania brasileira e a Doutrina de Proteção Integral preconizada por ele garante em lei que as crianças e os adolescentes brasileiros gozam de todos os direitos fundamentais inerentes ao ser humano: direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. O estatuto dita ainda os mecanismos para lidar com a negligência, discriminação, violência, opressão e exploração contra crianças e adolescentes, bem como indica as medidas protetivas e socioeducativas aplicáveis às crianças e aos adolescentes infratores (Brasil, 1990). Neste trabalho será mostrada a relação entre segregação e violência, bem como as implicações para a adolescência. Também será feito um retrospecto histórico da legislação brasileira de combate à violência contra crianças e adolescentes e uma apresentação sucinta das principais questões abarcadas pelo estatuto. Será relatada aqui uma das experiências de prevenção e enfrentamento da violência e vulnerabilidade infanto-juvenis do município de Jacareí – SP. Os instrumentos para enfrentamento da violência praticada contra os adolescentes foram certamente melhorados com a promulgação do ECA, mas ainda existem muitas dificuldades para implementar ações que abarquem todas as medidas previstas. Embora exista um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais - a nível nacional e estadual - cada município realiza ações específicas para materializar essa lei.

Referências

- Abramovay, M.; Castro, M. G.; Pinheiro, L. C.; Lima, F. S. & Martinelli, C. C. **Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina: Desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO, BID, 2002.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 1990.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Impacto da Violência da Saúde das Crianças e Adolescentes. Brasília-DF, 2009. Acesso em 10 de Outubro de 2011. Disponível em: www.saude.gov.br.
- LEVISKY, D. L. (Org.) **Adolescência e Violência: consequências da Realidade Brasileira**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.
- MAGRO, V. M. M. **Adolescentes como autores de si próprios: cotidiano, educação e o Hip Hop**. Cad. Cedes, Campinas, 22 (57), 63-75, Agosto de 2002. Acesso em 09 de Setembro de 2010. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.
- SANTOS, E. P. S. (Des)construindo a ‘menoridade’: uma análise crítica sobre o papel da Psicologia na produção da categoria ‘menor’. In: GONÇALVES, H. S.; BRANDÃO, E. P. **Psicologia Jurídica no Brasil**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 205-248, 2004.
- Palavras-Chave:** Adolescência; Violência; Segregação Social.

EIXO TEMÁTICO POLÍTICAS PÚBLICAS

A PARTICIPAÇÃO DO USUÁRIO NO CRAS-CENTRO: UM CAMINHO COM MUITAS VOLTAS. *Andrea Soares Lobato de Azevedo; Amanda Maciel da Cunha; Betânia Pacheco Pereira; Katia Regina Martins Omena (lukawil@ig.com.br); Magali Gomes Francisco; Angelica Pereira de Souza; Rodrigo Manhães da Silva; Larissa de Souza Barros Soreano; Cristiane da Silva.* (SMAS – Itaguaí)

A política de Assistência Social tal como hoje se configura apresenta diversos traços que representam as demandas reivindicadas tanto pelas vanguardas quanto pelos setores populares ao qual a política se orienta inseridos no processo de lutas que condicionaram a forma de sua inscrição na Carta Constitucional de 1988. Os esforços na construção de marcos legais de regulação têm se orientado pela ideia de controle e participação social. Pode-se entender que o controle social e a participação popular são elementos que condicionam o fortalecimento e determinam a qualidade dos instrumentos construídos para a garantia de direitos na Política de Assistência Social, assim, estabelecendo uma relação estrutural com a mesma. “II – Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.” (BRASILIA, 2004). Neste sentido, como meio de fomento e efetivação, participação e controle social devem estabelecer um vínculo dinâmico e permanente de determinação recíproca que caminhem na direção da construção de formas de atuação para a promoção da emancipação dos indivíduos. A ideia de planejamento participativo pode aparecer como um fator positivo, forma de afirmar um projeto progressista para a Política. Ressaltando a dimensão política e pedagógica que tal conceito permite explorar, o fomento da participação dos usuários no planejamento de atividades tende a reforçar as ações da Política de Assistência Social no município. Conferimos a possibilidade de incorporar, de mais uma forma, estes elementos de vital relevância histórica e que seguem condicionando a qualidade da Política na contemporaneidade. Objetivos e metodologia: Defendendo a relevância que a ideia de planejamento participativo possui para a afirmação de direitos, a equipe técnica do CRAS Centro, tomando como referência as colocações da Coordenação Geral e demais equipes presentes em reunião da Proteção Social Básica, construiu um projeto - básico experimental – para fomento do planejamento participativo no CRAS Centro. O exercício proposto neste projeto favoreceu maiores possibilidades de aperfeiçoamento das ações da equipe, bem como a constituição de mecanismos efetivos que nortearam construção de sujeitos ativos na troca entre usuários e técnicos. Com isso, acreditamos que o projeto – em fase experimental e sujeito a alterações – conseguiu reforçar, no âmbito da Proteção Social Básica do município de Itaguaí, a ideia de uma Política de Assistência Social progressista, subsidiando de forma criativa, novas instâncias de participação popular como previsto nas normas operacionais. “j) Contribuição para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os usuários, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados”. (NOB-RH/SUAS, 2005). O objetivo central do exercício proposto foi discutir o conceito e construir uma atividade de planejamento participativo no CRAS-Centro. E, para isso apresentamos a ideia aos profissionais e usuários visando posteriormente fomentar a criação do instrumento de avaliação com grupo de usuários e profissionais. Tal instrumento foi aplicado e, com base nos dados coletados, foram sistematizadas e divulgadas as informações como parte final do processo de avaliação participativa. Conclusão: O exercício aqui colocado partiu da análise do cotidiano das atividades da equipe de referência do CRAS-Centro. Observamos que, as características do território, assim como o nível de participação popular, tencionam a real capacidade de participação e representação dos usuários nas instâncias formais predominantes

na atualidade. Consideramos que discutir a participação dos usuários nos programas, serviços e ações da política pública de assistência social, deslocado do seu contexto social e territorial, contribui para a cristalização das principais organizações representativas na contemporaneidade (Conselhos, Fóruns, Conferências), o que implica no não reconhecimento do usuário como sujeito ativo na construção das ações bem como, não ter a representação de suas demandas específicas por meio destas instâncias representativas. O planejamento participativo certamente pensado pela equipe no trabalho com o grupo, obteve como resposta a promoção e o favorecimento da autonomia dos usuários oportunizando o empoderamento das pessoas envolvidas. Durante o período de desenvolvimento do trabalho podemos observar o indivíduo não só como integrante, mas principalmente como participante ativo na construção de um espaço seu de direitos. “Sonho que se sonha só, é um sonho que se sonha só. Sonho que se sonha junto é realidade.” (Bertold Brecht)"

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Recuperado em 5 de maio de 2012, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRASIL, Presidência da República. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (1993). Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF.

CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS (CREPOP), 2007. Referência Técnica para a atuação do (a) Psicólogo (a) no CRAS/SUAS/Conselho Federal de Psicologia (CFP). Brasília, DF.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA – CFP, Conselho Federal de Serviço Social (CRESS), 2007. Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais e Psicólogos (as) na Política de Assistência Social. Brasília, DF.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME (2009). Ciclo I: percurso socioeducativo II: “Consolidação do coletivo”. Brasília, 2009.

_____, 2007. SUAS: Configurando os eixos da mudança. Caderno 2, nº 2, ano 2, 2007.

_____, 2007. Desafios da Gestão do SUAS nos municípios e estados. Caderno 3, nº3, ano 2, 2007.

NORMA OPERACIONAL BÁSICA – NOB/SUAS 2005. Brasília DF.

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – PNAS, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social, por intermédio da resolução nº 145, de 15/10/2004, e publicado no Diário Oficial da União – DOU do dia 28 de outubro de 2004. Brasília, DF.

Contribuições emanadas do processo de discussão da atuação do profissional da psicologia junto a Política Nacional de Assistência Social no CRAS Centro do Município de Itaguaí no período setembro a dezembro de 2011.

Palavras-Chave: Participação Política; Psicologia Social; Controle Social.

A PRÁXIS NA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: ANÁLISE DE UMA EXPERIÊNCIA DE ORGANIZAÇÃO DE TRABALHADORES DE CRAS.

Vinicius Cesca de Lima (viniciuscesca@gmail.com); *Mariana Louzada de Toledo*. (PUC-SP)

A organização dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) tem se fortalecido politicamente a partir do entendimento de que a plena efetivação da assistência social como política de garantia de direitos depende de novas e potentes estratégias de organização do trabalho, como sua desprecarização e reconfiguração (FETSUAS-SP, 2012; PAIVA, 2011). Neste sentido, podemos citar as experiências recentes de constituição de Fóruns de articulação e representação dos trabalhadores do SUAS, em âmbito nacional, estadual e regional/local, com a realização de encontros periódicos e ocupação de espaços de interlocução e negociação. A organização de trabalhadores da Assistência Social tem sido assumida ainda como possibilidade de construção autônoma de ações de

capacitação/educação continuada no âmbito da política, que possibilitem “condições para a superação de práticas tradicionais e conservadoras, (...) num movimento que impulse mediações técnicas e ético-políticas orientadas por princípios condizentes com os objetivos democráticos do SUAS” (SILVEIRA, 2011, p. 30). Inserido neste debate, este trabalho objetiva analisar o processo de organização dos trabalhadores dos cinco Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) de um município paulista classificado como de grande porte e com nível de gestão básica. Para tanto, participamos das dez reuniões mensais realizadas por este grupo no ano de 2012. A referência para a análise é a de processo grupal na perspectiva crítica que o apreende em seu caráter concreto, histórico e dialético, como discutido por Lane (1989) e Martin-Baró (1989). A historicidade do processo grupal implica que “o significado da existência e da ação grupal só pode ser encontrado dentro de uma perspectiva histórica que considere a sua inserção na sociedade, com suas determinações econômicas, institucionais e ideológicas” (LANE, 1989, p. 81), do que decorre que a análise do processo grupal deve necessariamente “remeter cada grupo a sua circunstância concreta e ao processo social que o configurou” (MARTIN-BARÓ, 1989, p. 206). Implica também compreender que o grupo “exerce uma função histórica de manter ou transformar as relações sociais desenvolvidas em decorrência das relações de produção, e, sob este aspecto, o grupo, tanto na sua forma de organização como nas suas ações, reproduz ideologia” (LANE, 1989, p. 81 – 82). A partir destes pressupostos, adotamos os três parâmetros elencados por Martin-Baró para a análise do processo grupal: “a) sua identidade, ou seja, o que é em si e frente a outros grupos; (b) seu poder nas relações com estes outros grupos; e (c) a atividade social que desenvolve e seu efeito ou produto histórico” (1989, p. 227). A análise realizada evidencia que esta experiência organizativa possibilita avanços diante dos desafios colocados por um aparato institucional permeado de dificuldades e tensões, como é o da política pública de assistência social (cf. ARAÚJO, 2010 e NERY, 2009). Possibilita, assim, a qualificação desta na medida em que se reconhece a mediação imprescindível que o trabalho profissional desempenha na concretização da política social (NERY, 2009). Entre estes avanços, que marcam a produção deste grupo, estão: a articulação intra e intersetorial; o fortalecimento do controle social da política; o planejamento conjunto de ações e a construção coletiva de instrumentos de diagnóstico e monitoramento, como possibilidades de superar o caráter improvisado do trabalho determinado pela imediatividade do cotidiano; e a organização autônoma de uma agenda de prioridades para a gestão da política como solução de continuidade em um contexto marcado por descontinuidades. Simultaneamente, contudo, esta organização conserva as contradições e tensões que constituem o campo da assistência social e são mediações decisivas do trabalho realizado nele – contradição entre emancipação e tutela, autonomia e assujeitamento – que remetem ao caráter contraditório do Estado enquanto superestrutura que emerge da contradição fundamental entre capital e trabalho. Ao estabelecer a garantia de direitos como seu objetivo, a política de assistência social particulariza estas contradições intensamente, na medida em que se constitui como ação estatal orientada para o acesso a direitos que não são garantidos pelo próprio Estado. No processo deste grupo, busca-se ocultar ideologicamente estas contradições pela negação do conflito. Suas expressões são tomadas como efeitos indesejados de um processo de amadurecimento, que precisam ser eliminados, em um movimento que impossibilita assim a sua superação. A consequente negação do reconhecimento da função contraditória que a política social exerce na reprodução social dificulta, se não impede, o reposicionamento ético-político do trabalho. Mais do que isso, reproduz o discurso conservador neotomista, que, afirmando uma natureza humana abstrata e universal, idealiza uma sociedade harmônica, sem contradições e conflitos (BARROCO, 2012). Encontramos assim a reprodução do discurso conservador que historicamente se constituiu como a principal referência da assistência social brasileira no processo de um grupo que estabelece como um de seus objetivos a superação de práticas

tradicionais e conservadoras. Por fim, apontamos como possibilidade que a construção desta experiência organizativa represente novas formas de lidar com o poder e de atuar junto à comunidade atendida.

Referências

ARAÚJO, F. I. C. “...Mas a gente não sabe que roupa deve usar”: um estudo sobre a prática do psicólogo no Centro de Referência de Assistência Social. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

BARROCO, M. L. S. Materialidade e potencialidades do Código de Ética dos/as Assistentes Sociais brasileiros. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Org.). Código de Ética do/a Assistente Social – comentado. São Paulo: Cortez, 2012, p. 27 – 109.

FETSUAS-SP. Fórum Estadual de Trabalhadoras e Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social de São Paulo. Carta de princípios e funcionamento do FETSUAS-SP. 2012. Disponível em <<https://docs.google.com/file/d/0B16s3ZEvXIFanRD3daSm5oeTQ/edit?pli=1>>. Acesso em: 05 dez. 2012.

LANE, S. T. M. O processo grupal. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (Orgs.). Psicologia social: o homem em movimento. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 78 – 98.

MARTIN-BARÓ, I. El grupo humano. In: _____. Sistema, grupo y poder: psicología Social desde Centroamérica II. San Salvador, El Salvador: UCA Editores, 1989, p. 189 – 227.

NERY, V. B. O Trabalho de Assistentes Sociais e Psicólogos na Política de Assistência Social: saberes e direitos em questão. Tese (Doutorado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

PAIVA, B. A. Trabalhadores sociais do SUAS: qual agenda construir?. In: CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. VIII Conferência Nacional de Assistência Social. Caderno de Textos. Brasília: CNAS, 2011, p. 13 – 22.

SILVEIRA, J. I. A centralidade do trabalho e da formação continuada no Sistema Único de Assistência Social: realidade e agenda política. In: CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. VIII Conferência Nacional de Assistência Social. Caderno de Textos. Brasília: CNAS, 2011, p. 23 – 34.

Palavras-Chave: Assistência Social; Organização de Trabalhadores; Processo Grupal.

A PSICOLOGIA NO CAMPO DA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Silvio José Benelli (benelli@assis.unesp.br). (UNESP-Assis)

Qual é a especificidade do trabalho do psicólogo no contexto institucional da Assistência Social e dos seus diversos estabelecimentos? O que distingue seu trabalho dos demais profissionais: assistentes sociais, advogados, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, sociólogos, professores, educadores e técnicos de várias áreas? Qual é o lugar do psicólogo no campo da política pública de Assistência Social (CREPOP, 2008)? Para responder a essa questão, afirmamos que é preciso equacionar um conjunto complexo de questões referentes à clínica e à ética, à política e à subjetividade. Objetivos: Operando com o conceito fundamental de subjetividade ((FOUCAULT, 1999; BERNARDES, 2007), procurando construir algumas possibilidades paradigmáticas de atenção psicológica no campo da Assistência Social. Como pensamos que não há prática sem teoria, mesmo que implícita – inclusive inadvertida e não formalizada – trabalhamos com a hipótese de que uma conceitualização diferencial e paradigmática das possibilidades de atenção psicológica diversas poderia funcionar como uma teoria – tácita, em numerosos casos – que supomos estar subsidiando as práticas psicológicas nesse campo. Metodologia: Utilizamos o instrumental teórico da análise institucional (LOURAU, 1996 BENELLI e COSTA-ROSA, 2011) para construir um campo de análise no qual problematizamos a Psicologia enquanto saber/poder e fazer no campo social, focalizando as práticas psicológicas no campo da

Assistência Social. Realizamos uma análise bibliográfica composta por teses, dissertações e artigos sobre as formas de atuação do psicólogo nos estabelecimentos assistenciais. Resultados: Mapeamos as seguintes formas de atenção psicológica no âmbito da Assistência Social: a) uma atenção psicológica tradicional, enquanto mistificação psicologizante da subjetividade, visando sobretudo a prevenção-tratamento-cura-reabilitação do objeto (CASTEL, 1987; BENELLI, 2009; ARAÚJO, 2010; BENELLI e COSTA-ROSA, 2011); b) uma atenção psicossocial, que pretende superar a psicologização e a psicopatologização, numa perspectiva dialética e crítica, buscando promover a intervenção sobre o objeto, mas já considerando-o como sujeito capaz de formação crítica e de uma atuação social organizada e reivindicadora (FREITAS, 1998; BOCK, GONÇALVES e FURTADO, 2002; GONÇALVES, 2010); c) uma atenção do cuidado psicossocial, que inclui aspectos da Filosofia da Diferença e promove uma desconstrução genealógica, histórica e social dos fenômenos psíquicos tidos como patológicos, propondo seu equacionamento no plano da política e na ordem da cidadania, tomando o sujeito cidadão como objeto de cuidado (PASSOS e BARROS, 2000; MORAES e NASCIMENTO, 2002; VASCONCELOS, 2008; MACEDO e DIMENSTEIN, 2009; YASUI, 2010); d) uma Atenção Psicossocial, embasada pelo materialismo histórico, em contribuições da Filosofia da Diferença, incluindo a Psicanálise do campo de Freud e Lacan quanto aos processos primários de constituição subjetiva e dos seus impasses diversos, pautando-se pela intercessão junto aos sujeitos, tanto enquanto cidadãos quanto como sujeitos de desejo, visando uma ética singular do cuidar-se (SCARPARO e POLI, 2008; MENDES, 1999; COSTA-ROSA, 2011; RINALDI, 2006, 2012). Conclusões: Estamos considerando que, na atualidade, o lugar possível para o psicólogo na Assistência Social oscila entre a tutela normalizadora, o agente político e a Atenção Psicossocial. Postulamos que as instituições e os estabelecimentos nos quais elas se materializam, bem como suas práticas de atenção e de cuidados são produtoras de efeitos éticos. As práticas desenvolvidas pelos atores institucionais – constituídas pelo atravessamento de discursos e de saberes que, articulados a poderes e legitimadas por interesses políticos, são produtores de sujeitos e de realidade social. Há duas possibilidades éticas fundamentais: as que se orientam pelos processos de serialização e as que promovem efeitos de singularização subjetiva e sociocultural. Trabalhamos com a hipótese de que um dos fatores principais que determina o desdobramento dos pedidos de ajuda – com suas diferentes formas de disposição transferencial inicial – está no modo específico como eles são recebidos, acolhidos, ouvidos e, finalmente, escutados. Isso quer dizer que os resultados da atenção assistencial, em termos de eficácia e efeitos éticos, dependem radicalmente do modo das ofertas de possibilidades transferenciais. Isso significa que os técnicos, os trabalhadores – e dentre eles os psicólogos são os que teriam formação específica para compreendê-lo – estão incluídos na produção dos efeitos institucionalmente produzidos, sejam efeitos adaptativos e de alienação (serializados) ou daqueles que possibilitam alguma brecha na direção da singularização, propiciando abertura para os ideais, o desejo e o carecimento que, por oposição ao conceito de carência ou de necessidade, abarca uma dimensão do homem que inclui o desejo (como propõe a psicanálise) e toda a abertura para os Ideais, possíveis ou não de imediato, e para o usufruto de todos os bens da produção social, muito além do preenchimento de necessidades, no contexto de determinada Formação Social. Pode-se considerar que aqui estão incluídas também as criações da Filosofia, da Arte, da Ciência, e da Religião, porém não sem passar pela aspiração pertinente ao usufruto das comodidades socialmente produzidas no mais alto grau da sua evolução histórica (MARX, 1978). Pensamos que uma possível especificidade da Psicologia na Assistência Social depende, sobretudo, da eventual subversão das funções eminentemente disciplinares e normalizadoras desse campo disciplinar de saberes e de poderes, produtores de realidade social e de subjetividade.

Referências

- ARAÚJO, F. I. C. *“Mas a gente não sabe que roupa a gente deve usar...”* Um estudo sobre a prática do psicólogo no Centro de Referência da Assistência (CRAS). 2010, 250f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2010.
- BENELLI, S. J. A cultura psicológica no mercado de bens de saúde mental contemporâneo. **Estudos de Psicologia** (Campinas), v. 26, n.4, p. 515-536, 2009.
- BENELLI, S. J.; Costa-Rosa, A. Para uma crítica da razão socioeducativa em entidades assistenciais. **Estudos de Psicologia** (Campinas), v. 28, n.4, p. 539-563, 2011.
- BERNARDES, L. H. G. **Subjetividade**: um objeto para uma psicologia comprometida com o social. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.
- BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G.; FURTADO O. (orgs.) **Psicologia Sócio-histórica**: uma perspectiva crítica em psicologia. São Paulo: Cortez, 2002.
- CASTEL, R. **A gestão dos riscos**: da antipsiquiatria à pós-psicanálise. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.
- CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS. **Referências técnicas para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS**. Brasília: Crepop, 2008.
- COSTA-ROSA, A. Ética e clínica na Atenção Psicossocial: contribuições da psicanálise de Freud e Lacan. **Saúde e Sociedade** (São Paulo), v. 20, n. 3, p.743-757, 2011.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1999.
- FREITAS, M. F. Q. Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia (social) comunitária – Práticas da psicologia em comunidade nas décadas de 60 a 90, no Brasil. In: CAMPOS, R. H. F. (Org.) **Psicologia Social Comunitária**: da solidariedade à autonomia. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 54-80.
- GONÇALVES, M. G. M. **Psicologia, subjetividade e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2010.
- LOURAU, R. **A análise institucional**. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.
- MACEDO, J. P.; Dimenstein, M. Psicologia e a produção do cuidado no campo do bem-estar social. **Psicologia e Sociedade** (Florianópolis), v. 21, n. 3, p. 293-300, 2009.
- MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos** de 1844. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MENDES, E. V. Um novo paradigma sanitário: a produção social da Saúde. In: MENDES, E. V. **Uma agenda para a saúde**. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 233- 300.
- MORAES, T. D.; NASCIMENTO, M. L. Da norma ao risco: transformações na produção de subjetividades contemporâneas. **Psicologia em Estudo**. Maringá, v.7, n. 1, p. 91-102, 2002.
- PASSOS, E.; BARROS, R. B. A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade. **Psicologia, Teoria e Pesquisa**, v.16, n. 1, p. 71-79, 2000.
- POGREBINSCHI, T. **Foucault, para além do poder disciplinar e do biopoder**. Lua Nova, v. 63, n. 1, p. 180-201, 2004.
- RINALDI, D. Entre o sujeito e o cidadão: psicanálise ou psicoterapia no campo da saúde mental? In: ALBERTI, S.; FIGUEIREDO, A. C. (Orgs.). **Psicanálise e saúde mental**: uma aposta. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2006. p.141-147.
- RINALDI, D. Clínica e política: a direção do tratamento psicanalítico no campo da Saúde Mental. Intersecção Psicanalítica do Brasil. Disponível em: <<http://www.interseccaopsicanalitica.com.br/art106.htm>> Acesso em 19 Ago. 2012.
- Scarpato, M. L. D-E.; Poli, M. C. Psicanálise e Assistência Social. **Barbarói** (Santa Cruz do Sul), v. 28, n. 1, p. 50-74, 2008.
- VASCONCELOS, E. M. **Abordagens Psicossociais**. Volume I: história, teoria e trabalho no campo. São Paulo: Hucitec, 2008.
- YASUI, S. **Rupturas e encontros**: desafios da Reforma Psiquiátrica brasileira. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.
- Palavras-Chave**: Psicologia Social; Assistência Social; Políticas Públicas.

COMISSÕES LOCAIS DE SAÚDE NAS POLITICAS PÚBLICAS DE SAÚDE: UM ESTUDO DE CASO. *Rebeca Paschoal Padulla* (rppadulla@unimep.br)

A pesquisa teve como objetivo o estudo das Comissões Locais de Saúde (CLS) no município de Piracicaba, buscando compreender como se dá a participação da sociedade civil nas políticas de saúde e suas relações com o Conselho Municipal de Saúde (CMS). A metodologia qualitativa foi utilizada, pelo fato de estarmos interessados nos significados e sentidos que os indivíduos atribuem à sua ação. As técnicas utilizadas para a coleta de dados foram: observação participante, entrevista semidirigida e pesquisa documental. Para entender esta participação, nossa discussão começa com a Constituição Brasileira, que preconiza o direito à saúde para todos; direito este conquistado através de movimentos sociais como a Reforma Sanitária e a VII Conferência Nacional de Saúde. Além do direito assegurado pela Constituição, duas leis que envolvem a criação do Sistema Único de Saúde e a participação da sociedade civil como protagonistas do controle social são sancionadas, a lei 8.080 e a lei 8.142. O estudo discute como o papel da sociedade civil no controle social se constrói ao longo da história do povo brasileiro, pós-ditadura militar e na redemocratização do país, focalizando como o trabalho dos CMS e o trabalho das CLS se dão na perspectiva atual brasileira. Utilizamos como referência analítica leis como a Resolução nº 333/2003 CNS (atualmente revista na Resolução nº 452/2012 CNS) e a lei municipal nº 3460 de 29/05/1992 e textos teóricos, que definem quais as funções previstas para os CMS e CLS, e quais as reais funções e possibilidades alcançadas por tais na realidade concreta; entrevistas e observações que ocorreram ao longo da pesquisa. Após o período de estudo e coleta de dados identificamos que 69% dos participantes nas CLS são mulheres e 31% são homens (de uma totalidade de 13 entrevistas), a participação expressiva da mulher está ligada ao fato de a mulher ter que lidar mais com a doença do que os homens, estando mais próxima à área da saúde por causa dos filhos, família e gestação. Outra característica está relacionada aos 85% dos entrevistados já possuem um histórico de participação em movimentos sociais e comunitários, tomando esse como um critério para “recrutar” pessoas para estar participando da CLS. Em relação à saúde da cidade os discursos dos sujeitos indicam a saúde pública numa perspectiva curativa, na qual os serviços de saúde devem atender as doenças da população, definindo a saúde como ausência de doença (modelo biomédico). Embora as CLS sejam constituídas por representantes dos profissionais de saúde e da administração municipal, o funcionamento da maior parte das Comissões está centrado nesses participantes, que atuam como lideranças comunitárias. Com a Secretaria de Saúde estabelecem uma relação clientelista, pois buscam esse setor público para solicitar bens e serviços de saúde. A crítica em relação à administração pública é quase ausente tanto entre os que participam das reuniões do CMS, como entre os que não participam; isso ocorre pelo fato da administração pública sempre estar disposta a ouvir os problemas mesmo sem solução. Já em relação ao CMS, é significativa a diferença entre os que participam das reuniões do Conselho, que tendem ver mais positivamente o Conselho de Saúde, e os que não participam, que não reconhecem positivamente esse Conselho. O resultado das entrevistas e observações nos proporcionou também compreender que os usuários que participam das Comissões estudadas indicam quatro sentidos da participação: (1) participativo-cidadão relacionado com a história de envolvimento com movimentos populares, especialmente comunitários, (2) participativo-assistencial no sentido de se reconhecerem como quem pode/deve ajudar os que precisam, tentando encaminhar demandas da população as autoridades (Secretaria da Saúde, vereadores e CMS), (3) particular/pessoal (família) com base em experiências vividas no SUS, (4) político eleitoral visto que as CLS podem ser um meio para os seus integrantes se autopromoverem, ganhando visibilidade (popularidade) necessária àqueles com pretensões a

cargos no legislativo. São esses que representam as Comissões, visto a invisibilidade dos representantes dos profissionais e da administração pública.

A pesquisa nos mostrou a participação desses atores sociais diante de suas CLS. A presença da mulher é bem expressiva comparada presença masculina, além de um dado muito relevante, a participação maciça dos integrantes das CLS anteriormente em projetos sociais diversos. Tais participantes são personagens intrinsecamente ligados na formação, ou história do bairro, portanto são pessoas que, além de envolvidas com as CLS, estão comprometidas com o bairro, possuindo o aval da população. A relação com a Secretaria de Saúde, na maioria das vezes, é apontada de forma positiva pelas Comissões, visto que são recebidos pela Secretaria, para se falar sobre “os problemas” dos bairros. Entendemos que a pesquisa nos proporcionou um esclarecimento dessa parcela da população de acordo com os objetivos abordados desse projeto, e esse estudo abre espaço para novas reflexões.

Referências

- BATAGELLO. R.; BENEVIDES. L.; PORTILLO. C. A. J. Conselho de Saúde: controle social e moralidade. **Revista Saúde Sociedade**. São Paulo. V.20, n.3, p. 625-634, 2011.
- BELTRAMMI. M. G. D. Descentralização: O desafio de regionalização para Estados e Municípios. **RAS**. Vol. 10, n. 41. p. 159 - 163 Out – Dez 2008.
- BRASIL. Constituição Federativa do Brasil de 1988. Seção II DA SAÚDE Artigo 196. <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/constituicao_saude_idoso.pdf>. Acesso em 27 jan.2012.
- BRASIL. Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990. Altera a legislação federal. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 set. 1990. Disponível em: <<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Lei8142.pdf>>. Acesso em: 27 de jan. 2012.
- BRASIL. Resolução nº 333, de 4 de novembro de 2003. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF: Imprensa Nacional, 4 dez. 2003, n. 236, seção 1, p. 57. MINISTÉRIO DA SAÚDE. <[HTTP://conselho.saude.gov.br](http://conselho.saude.gov.br)>
- COSTA, M. A.; LIONÇO, T. Democracia e Gestão Participativa: uma estratégia para a equidade em saúde?. **Saúde e Sociedade**. v.15, n.2, p. 47 – 55. Maio – Ago 2006.
- FALEIROS, P. V.; SILVA, S. F. J.; VASCONCELLOS, F. C. L.; SILVEIRA, G. M. R.; A **Construção do SUS: Histórias da Reforma Sanitária e do Processo Participativo** – . Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
- FLEURY. S. **Reforma sanitária brasileira: dilemas entre o instituinte e o instituído**. Artigo Article. 2008.
- FONSECA, D.C. **O Drama dos Novos Papéis Sociais: Um estudo psicossocial da formação de identidade nos representantes de usuários num Conselho Municipal de Saúde**. 2000. 173 f. Tese (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade Católica de São Paulo.
- FUKS. M.; PERISSINOTTO. R. Recursos, Decisões e Poder Conselhos gestores de políticas públicas de Curitiba. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 21 nº 60. Fev 2006.
- GERSCHMAN. S. Conselhos Municipais de Saúde: atuação e representação das comunidades populares. *Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 20(6): 1670-1681 Nov – Dez, 2004.
- LANDERDHAL. C. M.; UNFER. B.; BRAUN. K.; SKUPIEN. A. J. Resoluções do Conselho de Saúde: instrumento de controle social ou documento burocrático?. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**. 15 (5): 2431-2436. 2010.
- LUBAMBO. W. C.; COUTINHO G. H. Conselhos Gestores e o Processo de Descentralização. **São Paulo em Perspectiva**, 18(4): 62 – 72, 2004.
- NORONHA. C. J.; SOARES. T. L. **A política de saúde no Brasil nos anos 90**. Opinião.
- PAIM, S.J. Ações Integradas de Saúde (AIS): por que não dois passos para traz. Trabalho apresentado na mesa-redonda "Reorganização dos Serviços de Saúde e AIS" durante o III Congresso Médico-Social da Bahia. Salvador, 18-22 de novembro de 1985. Promoção da Associação Bahiana de Medicina.

RELATORIO FINAL VIII Conferência Nacional de Saúde ocorreu-nos entre os dias 17 a 21 de março de 1986. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/relatorio_8.pdf>. Acesso em 27 jan. 2012.

SILVA, F.; JACCOUD, L; BEGHIN, N. Políticas sociais no Brasil – participação social, conselhos e parcerias. In: JACCOUD, L. (org.) Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo. Brasília: IPEA, 2005. p. 373-408.

SOARES, V. 1998. Muitas faces do feminismo no Brasil. In: BORBA, A.; FARIA, N. & GODINHO, T. (orgs.). Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

STRALEN. van. J. C. Gestão Participativa de Políticas Públicas: o Caso dos Conselhos de Saúde. Revista Psicologia Política. Associação Brasileira de Psicologia Política. Jul – Dez. Vol. 5 n° 10, 2005.

TATAGIBA. L. Conselhos Gestores de Políticas Públicas e Democracia Participativa: Aprofundando o Debate. Revista de Sociologia e Política. n° 25: 209-213 Nov. 2005.

Palavras-Chave: Saúde; Controle Social; Políticas Públicas.

CRIANÇAS E ADOLESCENTES AFASTADAS DE SUAS FAMÍLIAS DE ORIGEM: UM ESTUDO DE CASO. *Vinicius Furlan* (vcfurlan@unimep.br); *Telma Regina De Paula Souza*. (Unimep-Piracicaba)

Com a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, foram instituídas mudanças nas políticas sociais públicas em relação ao afastamento de crianças e adolescentes do convívio com a família natural por determinação judicial. Institui-se o acolhimento institucional que comporta várias medidas protetivas, entre elas, o abrigamento da criança e do adolescente em uma instituição. O abrigo, na perspectiva do acolhimento institucional, passa a ser uma medida de caráter provisório e excepcional de proteção para crianças e adolescentes em situações consideradas de risco pessoal e social, e deve favorecer a proteção integral e preservação dos vínculos familiares e comunitários. Visando compreender a realidade de um abrigo de acolhimento institucional, esta pesquisa teve por objetivos: 1) compreender a realidade de um dos abrigos em Piracicaba, confrontando-a com as diretrizes nacionais previstas no “Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária” (2006), com as “Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes”, formuladas pelo Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (CONANDA) e pelo Conselho Nacional de Assistência Social (2009), e com a Lei 12.010; e 2) compreender os sentidos das ações dos profissionais que atuam nesse abrigo a partir do que pensam sobre a realidade do abrigamento e sobre seu próprio trabalho no abrigo. Para isso, foram realizadas observações em lócus e entrevistas semi-dirigidas com os funcionários do abrigo e pesquisa documental. A principal dificuldade apontada pelos sujeitos da pesquisa é com relação aos recursos financeiros. Outra dificuldade ainda é inerente à própria questão do abrigamento, pois, envolve a problemática do afastamento da criança e do adolescente de suas famílias por situações de violação de seus direitos. O principal fator que tem motivado o abrigamento é a situação de envolvimento dos familiares com as drogas, seja como usuário ou com o tráfico, mas principalmente a dependência química dos pais, que, por sua vez, desencadeia situações como exploração e abuso sexual, trabalho infantil, situação de rua, pais falecidos, violência doméstica, violência física, agressão, negligência, doença mental dos pais, e outros, que geram situações de vulnerabilidade e riscos pessoal e social às crianças e adolescentes. Embora a carência de recursos materiais, de acordo com o CONANDA e o ECA (Art. 23), não constitua motivo para a perda ou suspensão familiar, os entrevistados destacam características que revelam a condição de pobreza dessas famílias, sendo esta a condição motivadora do abrigamento. Essas situações são os reflexos da falta de investimento nas

políticas focais de atenção à família que revela a lógica da estrutura social que impede as famílias de cuidarem de seus entes por falta de investimento significativo capaz de proporcionar a essas famílias o apoio necessário para superarem suas vulnerabilidades e exercerem suas funções de cuidado, proteção e socialização de seus filhos. O abrigo revela ainda, não apenas a violação dos direitos da criança e adolescente por parte das famílias, mas também do Estado que não garante o direito à convivência familiar, tendo a institucionalização como a única alternativa para resolução dos problemas familiares, e também a violação dos direitos das famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade devido à lógica excludente da estrutura social. São essas famílias, portanto, vítimas das condições sociais e objetivas de vida em que impera a exclusão e miséria sociais. A falta de investimento em medidas alternativas, em momentos de fragilidade da família natural, mantém o modelo institucional, que comporta um significado social estigmatizante, e impõe aos abrigados uma identidade pública depreciativa e vitimizante. A realidade do abrigo é marcada pela Exclusão Social, pois os abrigos revelam-se como o locus da pobreza e da desvalorização social que, ideologicamente, são camufladas na estigmatização das famílias. O esforço dos funcionários do abrigo estudado, em processo de reordenamento institucional, é respeitar as normatizações nacionais que reconhecem a criança e o adolescente como sujeito de direitos.

Referências

AZEVEDO, M. A. e GUERRA, V. N. A. *Infância e violência intrafamiliar*. Apud TERRA DOS HOMENS. Série em defesa da convivência familiar e comunitária. Violência intrafamiliar. Rio de Janeiro: ABTH, 2003.

AZEVEDO, M. A. e GUERRA, V. N. A. Vitimação e vitimização: questões conceituais. In: AZEVEDO, M. A. (Org.) *Crianças Vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. 2ª ed. São Paulo: IGLU, 2000.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*. Brasília-DF: CNAS, 2009.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília-DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília-DF, 13 jul. 1990.

BRASIL, Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. *Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária*. Brasília-DF: CONANDA, 2006.

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. São Paulo: Cortez, 1998.

GOFFMAN, E. *Manicômios, Prisões e Conventos*. 7ª Edição. São Paulo: Perspectiva, 2001.

IPEA. CONANDA. *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília, 2003.

KALOUSTIAN, S. M. (Org.) *Família Brasileira, a base de tudo*. 2ª ed. São Paulo: Cortez; Brasília-DF, UNICEF, 1994.

MARCILIO, M. L. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil: 1726-1950. IN: FREITAS, M. C. (Org.) *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Ed. Cortez, 6ª edição, 2006.

PIRACICABA. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. *Plano Municipal de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária*. Piracicaba: SEMDES, 2009.

RIZZINI, I. e RIZZINI, I. *A institucionalização de crianças no Brasil. Percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: Loyola, UNICEF, CIESP, 2004.

Palavras-Chave: Acolhimento Institucional; Crianças E Adolescentes; Famílias.

DISCUSSÃO TEÓRICO-PRÁTICA SOBRE ESTÁGIO DESENVOLVIDO COM GRUPO DE MULHERES DA PERIFERIA. *Lais Sandi Foganholo* (lais.sandi@gmail.com); *Mariana Yuki Kamada*; *Natalia Martins*; *Vanessa Freitas*; *Karina Vieira Prado*. (UNESP-Bauru)

Este trabalho é o relato de uma das práticas do estágio curricular supervisionado em Psicologia Social Comunitária (PSC) de um curso de formação de psicólogo realizado em uma instituição de assistência social localizada em um bairro periférico de parques recursos na cidade de Bauru (SP). Partindo dos pressupostos do materialismo histórico-dialético e da PSC a partir de Montero (2004), Lane (1984) e Martín-Baró (1989), o trabalho foi realizado com um grupo de mulheres, durante um ano, que apresentava como demanda discutir questões que abarcassem a temática família envolvendo aspectos sobre educação, direitos humanos, entorpecentes, sexualidade, trabalho, agressividade, dentre outros. Para isso foram organizados encontros que ocorreram quinzenalmente durando cerca de duas horas na instituição referida no período noturno com a presença das profissionais responsáveis, a saber, duas psicólogas, assistente social, duas estagiárias e dez mulheres moradoras do bairro. Foram utilizadas diversas técnicas, tanto de forma individual quanto grupal, tais como confecção de cartazes, vídeos, músicas, leitura de jornais, desenhos, pinturas, dobradura, entrevista, rodas de conversa, dentre outros. Como afirma a historiadora Del Priore (2001), a história das mulheres também é a história da família, criança, trabalho, mídia, literatura, corpo, sexualidade, violência sofrida e sentimentos. Por isso, foi escolhido, como fio condutor, a mulher, já que perpassava pelos temas elencados inicialmente. O foco eram elas próprias e seus diversos papéis sociais (mãe, esposa, filha, avó, trabalhadora, moradora de bairro periférico e reivindicadora) sendo, então, compreendidas como sujeitos históricos. Estes temas foram trabalhados devido à necessidade das participantes se colocarem enquanto sujeitas ativas nos espaços que compõem (família, emprego e bairro), tal qual como propõe a PSC que, segundo Montero (2004), compreende o sujeito como ativo, dinâmico e construtor da realidade de forma que compreendam as contradições da realidade na qual estão inseridas. Nos primeiros encontros foi possível observar grande comparecimento, provavelmente devido à apresentação de temáticas simples e próximas do cotidiano das mulheres, bem como a possibilidade de poder compartilhá-las com outras pessoas. Já no segundo semestre houve diminuição no comparecimento das mulheres, em especial das que participavam mais ativamente dos encontros. Este fato, porém, foi avaliado como sintoma da alteração da temática discutida. No primeiro semestre as discussões angariavam aspectos mais próximos aos problemas diários da dinâmica familiar (acúmulo de funções, relação com parceiros e filhos) e, no segundo semestre, passou para discussão sobre a mulher enquanto ator social, ou seja, reivindicando soluções para problemas no bairro como a falta de creches para seus filhos. Além disso, técnicas visando a formação de vínculos entre as participantes foram secundarizadas. Por isso, uma das maiores dificuldades foi compreender que se tratava de um processo grupal (PG) e que, portanto, os aspectos comuns a cada uma deveriam aproximá-las não somente naquele espaço, mas também em outros espaços e práticas cotidianas. Na tentativa de resolver estas questões algumas medidas foram tomadas como, ligações telefônicas para cada participante lembrando a data do encontro seguinte, entrega de calendário dos encontros, uso de técnicas que necessitavam organização grupal para sua execução e a realização de visitas domiciliares que possibilita maior e melhor conhecimento da realidade de cada participante acessando conteúdos não explicitados no PG de forma que o vínculo seja estreitado. Contudo, devido problemas estruturais do bairro (dificuldade de acesso em dias chuvosos), aliados a faltas consecutivas de algumas participantes, e dificuldades das estagiárias não foi possível visitar todas integrantes do grupo. Desta forma foi possível observar melhora qualitativa das relações entre as responsáveis e as participantes, mas não entre as moradoras. Porém, ao mesmo tempo, nos últimos encontros, foi possível

notar o estreitamento de vínculos entre algumas delas a partir do momento em que se iniciou a comemoração, durante os encontros, do aniversário das participantes. Uma participante presenteou com objetos que se relacionavam com relatos anteriores das aniversariantes; em outro caso de adoecimento, as participantes ao se encontrarem, se receberam calorosamente e demonstraram preocupação. E, por fim, ainda que estas ações ocorram somente dentro do espaço institucional foi importante prática desenvolvida, pois possibilitou a estas mulheres apresentar e discutir temáticas circundantes a realidade do bairro e não somente referentes a questões pessoais. Além disso, a principal importância foi colocá-las enquanto pessoas ativas da realidade a que pertencem como forma de mudança concreta da mesma. Contudo os temas delimitados poderiam ser melhores trabalhados bem como outros subtemas e atividades poderiam ter sido realizadas. Para isto se faz necessária a continuidade dos encontros grupais neste local, conforme indicado e solicitado pelas participantes. Ao final desse trabalho é importante salientar a dimensão política da prática em PSC. Uma vez que ela engloba o público, a cidadania, assim como o poder e suas linhas de ações. É seu papel conscientizar, mobilizar para a mudança e ser socializadora por meio da geração de conhecimentos, respeito à diversidade, podendo inclusive, originar políticas públicas específicas.

Referências

- DEL PRIORE, M. (org). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Ed. Contexto. 2001.
- LANE, S. T. M. “O processo grupal”. Em: Lane, S. T. M. & Codo, W. (eds), Psicologia Social: O homem em movimento. São Paulo, SP: Brasiliense. 1984
- MARTÍN-BARÓ, I. “El grupo humano”. Em: Sistema, grupo y poder. Psicologia social desde centroamerica II. El Salvador: UCA Ed. 1989.
- MONTERO, M. Introducción a la psicología comunitaria. Desarrollo, conceptos y procesos. Editorial Paidós: Buenos Aires. 2004.

Palavras-Chave: Mulher; Psicologia Social Comunitária; Processo Grupal.

PAÍS RICO É PAÍS COM NOVA CLASSE MÉDIA: APONTAMENTOS CRÍTICOS SOBRE O MODELO NEODESENVOLVIMENTISTA DE ENFRENTAMENTO DA POBREZA. *Vinicius Cesca de Lima* (viniciuscesca@gmail.com). (PUC-SP)

Este trabalho apresenta um recorte de pesquisa em andamento sobre a atuação de psicólogos na política brasileira de enfrentamento da pobreza. Objetiva apresentar, de forma preliminar, contribuições da psicologia social para problematizar a concepção que predomina nas atuais estratégias desta política: o neodesenvolvimentismo. Compreender o neodesenvolvimentismo enquanto fenômeno material e ideológico é fundamental para desvelar a realidade social brasileira. Como aponta Singer (2012), o “lulismo”, reorganização das bases sociais brasileiras, ocorrida nos últimos anos, gerou uma agenda política potencialmente duradoura que tem como elemento central o enfrentamento da pobreza através de um reformismo fraco que evita o confronto com o capital e qualquer forma de radicalização política. Evidência da centralidade desta agenda é o destaque recebido por temas como a erradicação da miséria e a ascensão da “nova classe média”. O entrelaçamento destes temas aparece explicitamente da seguinte maneira: a miséria é o principal problema e o maior desafio brasileiro; sua gradual superação tem levado milhões de brasileiros à classe média; esta assim entendida ascensão social tem ampliado o mercado interno, fortalecido a economia e acelerado o crescimento, tornando-se o “segredo” para o desenvolvimento econômico; tornar-se um país majoritariamente de classe média é, portanto, o projeto brasileiro (ROUSSEFF, 2011). Este modelo socioeconômico tem sido apresentado como alternativa ao neoliberalismo e seria caracterizado por conjugar crescimento econômico, distribuição de renda e redução da desigualdade social. Sua defesa reúne um conjunto heterogêneo de intelectuais, muitos dos quais com ligações com o bloco político que governa o país, mas não se dá sem polêmica: partindo da crítica da economia política feita por Marx, a crítica ao neodesenvolvimentismo o

tem apontado como apologética econômica vulgar (CASTELO, 2012), como nova expressão ajustada do modelo liberal ao contexto latino-americano (GONÇALVES, 2012) e como farsa histórica de repetição do nacional-desenvolvimentismo (SAMPAIO JR., 2012). Trata-se, portanto, de questão central para a sociedade brasileira e que a psicologia social precisa encarar. Entre as contribuições possíveis da psicologia social, entendemos que está a compreensão das bases subjetivas do neodesenvolvimentismo enquanto produção ideológica, especialmente nas suas expressões cotidianas. Sua contribuição é fundamental também porque milhares de psicólogos têm sido convocados pelo Estado brasileiro para atuar na política de enfrentamento da pobreza, especialmente aqueles que estão nos equipamentos da política de assistência social, hoje o local de atuação de mais de 20.000 dos psicólogos brasileiros (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2012). A análise empreendida tem como pressuposto metodológico o reconhecimento do caráter multideterminado da realidade, com uma dinâmica constante entre suas bases objetivas e suas bases subjetivas (FURTADO, 2009) que possibilita que a análise destas últimas seja via para a apreensão da totalidade (FURTADO, 2002), na medida em que o repertório social de significados disponíveis para a compreensão da realidade carrega as determinações do processo que constitui ambas as dimensões, sua historicidade, suas contradições, seus conflitos, seus interesses antagônicos, suas construções ideológicas (FURTADO; SVARTMAN, 2009). Neste sentido, temos adotado dois caminhos: a análise da utilização discursiva da noção de “nova classe média”, entendida como paradigmática do discurso neodesenvolvimentista, no que nos aproximamos da análise de práticas discursivas e produção de sentidos (SPINK, 2010); e a análise das determinações objetivas (econômicas, políticas, históricas) que possibilitam a emergência e sustentação deste discurso. Para isso, de forma exploratória, temos analisado a produção recente de amplo conjunto de autores que discutem o tema – como Castelo (2012), Neri (2011), Oliva (2010), Singer (2012), Souza (2010), Souza e Lamounier (2010) – assim como documentos governamentais e material jornalístico. Preliminarmente, a análise indica predominarem três repertórios linguísticos relacionados à “nova classe média”: classe que consome; seus valores, hábitos, costumes, crenças e aspirações; seu comportamento eleitoral. Em seu conjunto, expressam o economicismo que ideologicamente reforça a concepção liberal que toma a reprodução social como mera reprodução do mercado (SOUZA, 2010), assim como uma perspectiva fundamentalmente mercantil para as políticas sociais (POCHMANN, 2012). No que se refere especificamente ao enfrentamento da pobreza, a análise indica que o neodesenvolvimentismo reforça o entendimento da pobreza como questão fundamentalmente monetária (traduzida diretamente em termos de renda ou indiretamente em termos de consumo e acesso a serviços). Por sua vez, as tentativas de ampliar a compreensão da pobreza recaem em leituras individualizantes, psicologizantes e culpabilizantes, através de noções como a de vulnerabilidade social. Em ambos os casos, se oculta ideologicamente o caráter estrutural da pobreza enquanto condição necessária à acumulação capitalista, inscrita na esfera da produção e não na de distribuição de riqueza. O discurso neodesenvolvimentista contribui para dissimular este caráter estrutural da pobreza ao apontar, de forma mistificada, o desenvolvimento capitalista como possibilidade de superação da desigualdade que este mesmo produz. Por fim, metodologicamente, a análise em curso contribui para evidenciar a crítica da economia política como recurso imprescindível para a compreensão da dimensão subjetiva dos fenômenos sociais.

Referências

- CASTELO, R. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 112, p. 613 – 636, out./dez. 2012.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Muito a comemorar, muito mais a fazer. *Jornal do Federal*, ano XXIII, n. 104, p. 4 – 7, jan./ago. 2012.

FURTADO, O. As dimensões subjetivas da realidade – uma discussão sobre a dicotomia entre a subjetividade e a objetividade no campo social. In: FURTADO, O.; GONZÁLEZ REY, F. L. (Orgs.). Por uma epistemologia da subjetividade: um debate entre a teoria sócio-histórica e a teoria das representações sociais. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002, p. 91 – 105.

FURTADO, O. O psiquismo e a subjetividade social. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. (Orgs.). Psicologia Sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009, p. 75 – 94.

FURTADO, O.; SVARTMAN, B. P. Trabalho e alienação. In: GONÇALVES, M. G. M.; BOCK, A. M. B. (Orgs.). A dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio-histórica. São Paulo: Cortez, 2009, p. 73 – 115.

GONÇALVES, R. Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 112, p. 637 – 671, out./dez. 2012.

NERI, M. A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide. São Paulo: Saraiva, 2011.

OLIVA, A. M. As bases do novo desenvolvimentismo no Brasil: análise do Governo Lula (2003 - 2010). Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

POCHMANN, M. Nova classe média?: o trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

ROUSSEFF, D. Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de assinatura do termo de pactuação do Plano Brasil sem Miséria com os governadores do Sudeste. São Paulo: 18 ago. 2011. Disponível em <<http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-assinatura-do-termo-de-pactuacao-do-plano-brasil-sem-miseria-com-os-governadores-do-sudeste-sao-paulo-sp>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

SAMPAIO JR., P. A. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 112, p. 672 – 688, out./dez. 2012.

SINGER, A. V. Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, A.; LAMOUNIER, B. A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier; Brasília: CNI, 2010.

SOUZA, J. Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

SPINK, M. J. P. Linguagem e produção de sentidos no cotidiano. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. Disponível em <<http://www.bvce.org/LivrosBrasileirosDetalhes.asp?IdRegistro=136>>. Acesso em: 12 dez. 2012."

Palavras-Chave: Neodesenvolvimentismo; Enfrentamento da Pobreza; Nova Classe Média.

PROCESSO DE TOMADA DE CONSCIÊNCIA DE ESTUDANTES PROUNISTAS: PSICOLOGIA NO ENSINO SUPERIOR. *Flávia de M. Ribeiro* (flaviaribeiro@ymail.com); *Raquel S. L. Guzzo*. (PUC-Campinas)

O ProUni tem como principal objetivo dar a estudantes, provindos do ensino secundário público, acesso às Instituições de Ensino Superior (IES) privadas. Trata-se de uma política que troca isenção de impostos por bolsas de estudo, porém, não há assistência estudantil nestas instituições (BRASIL, 2008). A assistência estudantil tem como objetivo apoiar a permanência e conclusão do curso para alunos de baixa renda durante a graduação (VASCONCELOS, 2010), auxiliando esses estudantes com o oferecimento de bolsas, isenção de determinadas taxas, criação de restaurantes universitários, etc. (LEITE, 2008). Segundo Martín-Baró (1996) a falta de acesso à educação, alimentação, moradia e saúde para boa parte

da população é consequência da distribuição desigual de renda e, assim o papel do psicólogo nessa realidade deve ter como foco o processo de tomada de consciência individual sobre os elementos concretos da realidade vivida. Uma das importantes atuações do psicólogo escolar no ensino superior se relaciona ao processo de tomada de consciência proporcionando esquemas sociais alternativos; auxiliando estudantes a lidar com sua realidade com pensamento crítico, visando mudanças no cotidiano em que vive. Segundo Norman (2007), a psicologia crítica promove responsabilidade comunitária, participação democrática e colaborativa, visando mudanças nas estruturas de políticas públicas para se tornar mais emancipadora. Para Iasi (2011) o processo de tomada de consciência se movimenta da alienação passando para consciência em si e consciência para si, o que exige a organização de momentos para a reflexão individual e coletiva dos processos vividos no cotidiano. Outros autores (VIEIRA E XIMENES, 2008; GUZZO, 2010) propõem que a tomada de consciência acontece a partir do exercício da crítica e da proposta de ação com fins transformadores a começar pelo currículo acadêmico, entendido como uma experiência de formação porque passam os estudantes. Guzzo (2010) sistematiza a construção de um currículo crítico com quatro pontos: propor a eliminação do analfabetismo político e desenvolvimento o envolvimento dos estudantes com a questão social; exercitar na prática a discussão das contradições presentes na realidade; aprender a tomar decisões e avaliar as consequências; e, construir e avaliar as políticas públicas e sociais relacionadas à psicologia - vencendo assim a alienação, o saber instituído, a insegurança profissional e o fatalismo. O presente trabalho tem como objetivo analisar o processo de tomada de consciência de estudantes ProUnistas, tendo como base uma reunião realizada por um grupo de estudantes em uma IES de Campinas, que tinha por objetivo debater a condição do programa na IES. A análise foi feita a partir do diário de campo elaborado por uma das pesquisadoras. A pauta da reunião versava sobre a organização, assistência estudantil e bolsa permanência. Participaram sete estudantes de dois cursos diferentes. Os estudantes colocaram a importância da auto-organização para conseguir conquistas importantes, foi encaminhado que a organização dos estudantes ultrapassará as barreiras da IES e se relacionará com outras visando a luta nacional dos estudantes ProUnistas. A auto-organização pode ser relacionada à consciência em si, pois segundo Iasi (2011), isso ocorre quando o indivíduo reconhece o outro como companheiro de luta contra a injustiça vivida por ele e essa passa a ser a chave para a luta coletiva, podendo ser identificada como a forma mais básica de consciência nas lutas sociais. Os estudantes afirmaram que as dificuldades que vivenciam para cursar a IES, sem alguma forma de assistência estudantil para que permaneçam na mesma, é um dos pontos da luta unitária, também relacionável à consciência em si. Os participantes afirmaram que sabem que o programa somente dá o acesso ao ensino superior e, por isso, não é suficiente para obtenção de outros direitos decorrentes do fato de estarem dentro de uma IES. Outro elemento que pode ser relacionado ao processo de tomada de consciência dos estudantes é a clareza da auto-organização, pois é a partir de suas vivências que os estudantes chegaram à conclusão de que precisariam se organizar (IASI, 2011) e lutar por seu direito: educação de qualidade (ALMEIDA, 2009). Em relação à bolsa permanência, aqueles beneficiados afirmaram que o fato de alguns cursos terem a bolsa e outros não, é consequência da falta de lutas do curso, podendo ser inferido que, apesar de terem consciência de que a luta conjunta é necessária, com essa afirmação, fica clara a segregação do movimento reivindicatório por cursos resultando num regresso no processo de tomada de consciência – a alienação (IASI, 2011). Conclui-se, portanto, que os estudantes dessa IES estão num processo de auto-organização importante para a luta dos ProUnistas e, a partir dessa auto-organização conseguirão entrar num processo de tomada de consciência que os levarão à emancipação, e o trabalho da psicologia pode contribuir para tal processo colocando questões pertinentes que os impulsionem a lutar. A relação da Psicologia

com os movimentos estudantis é debatida tendo como referência à política do ProUni, a organização dos estudantes nos espaços universitário e a conquista dos direitos.

Referências

- ALMEIDA, M. A. de. Universidade para todos: o PROUNI na visão dos bolsistas de uma instituição de ensino superior. Campinas. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Sociais Aplicadas. 2009. 120p.
- GUZZO, R. S. L. Educação para a Liberdade, Psicologia da Libertação e a Psicologia Escolar: uma práxis pra a realidade. In: ALMEIDA, S. F. C. de.(org). Psicologia Escolar: Ética e competência na formação e atuação profissional. Campinas, SP: Editora Alínea. 2010. 169-178 p.
- IASI, M. L. Ensaio sobre consciência e emancipação. São Paulo: Expressão Popular. 2011. 172 p.
- LEHER, R. Para silenciar os campi. Educação & Sociedade, 2004. v.25 n° 88, 867-891p. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n88/a11v2588.pdf>. Acesso em 07 de julho de 2011.
- LEITE, J. L. Política de assistência estudantil: entre o direito e o favor. Brasília: Andes-SN. Universidade e Sociedade. 2008. n°41, 165-173p.
- MARTÍN-BARÓ, I. O papel do psicólogo. Estudos de Psicologia, 1996. V.2, n°1, 7-27p. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v2n1/a02v2n1.pdf> Acesso em 29 de julho de 2011.
- NORMAN, C. A radical approach to psychology and public policy. APAGS Newsletter, Canada. 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação. Portal Prouni – ProUni. Programa Universidade para todos. Lei 11.096. 2008. Disponível em http://prouniportal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=124&Itemid=140 Acesso em 07 Setembro de 2011.
- VASCONCELOS, N. B. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma Análise da Evolução da Assistência Estudantil ao Longo da História da Educação Superior no Brasil. Uberlândia. Revista da Católica. 2010. V.2 n°3, 399-411p. Disponível em <http://www.catolicaonline.com.br/revistadacatolica/artigosv2n3/29-Pos-Graduacao.pdf> Acesso em 18 de agosto de 2011.
- VIEIRA, E. M.; XIMENES, V. M. Conscientização: em que interessa este conceito à psicologia. Psicologia Argumentos. 2008. V.26 n°52, 23-33p.
- Palavras-Chave:** Psicologia Crítica; Ensino Superior; Prouni.

EIXO TEMÁTICO PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA E OUTRAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

A EXPERIÊNCIA DE SER PSICÓLOGO EM UMA INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL COM PESSOAS QUE VIVEM A TRAVESTILIDADE. *Fernanda de Souza Vieira; Dra. Ana Paula Leivar Brancaloni; Sylvia Maria Godoy Amorim* (sylmagorim@hotmail.com). (UNESP-Jaboticabal)

INTRODUÇÃO. A Psicologia como disciplina traz como preocupação o processo de formação de profissionais de maneira a buscar compreender o Homem de maneira contextualizada, a partir de uma perspectiva que o situa como histórico e social. Ao romper, portanto, com a concepção liberal de homem, reconhece suas demandas estendidas a diversas áreas necessitadas de atenção. Pode-se desenvolver intervenções em locais onde a diversidade

das demandas extrapola o atendimento individual. Com essa perspectiva e a partir do contexto social tomado como objeto de trabalho, emergem questões que participam da construção do ser humano e das problemáticas cotidianas. Segundo Freitas (1998), a inserção do Psicólogo na comunidade pressupõe uma relação estabelecida entre dois polos: o do profissional e sua visão sobre o mundo e sobre o homem; e o pólo da população que é seu foco, com dinâmica e características próprias. Ambos inseridos num contexto sócio-político-geográfico e histórico, vivendo pressões e desafios que participam de sua constituição. As visões de homem e de mundo assumidas e vividas pelos profissionais constituem-se aspecto importante na criação ou determinação das possibilidades de estudo, pesquisa e intervenção, assim como, na delimitação e seleção de estratégias a serem utilizadas (Cordero; Hermosilla, 1996; Lane; Sawaia, 1995; Montero, 1994; Serrano; Collazzo, 1992).

OBJETIVOS. Este trabalho parte de reflexões acerca de intervenções desenvolvidas junto a um grupo de travestis, transexuais, mulheres e homens, que se prostituem e vivem em uma situação de extrema vulnerabilidade. Pretende-se refletir sobre o papel do psicólogo no processo de intervenção psicossocial junto a essa população em uma cidade do interior de São Paulo.

METODOLOGIA. A intervenção se deu em uma casa/pensão que reunia cerca de quinze travestis, transexuais, homens e mulheres que se prostituíam, local onde moravam e utilizavam para fazer programas. A inserção das psicólogas durante a intervenção foi orientada pelo compromisso de promover processos emancipatórios, em uma ação de construção contínua (Freitas, 1996; Martín-Baró, 1989; Montero, 1994). Optou-se pelo referencial das Metodologias Participativas, entendido como importante meio de aproximação e intervenção comunitária, em que os parâmetros para a atuação profissional são definidos conjuntamente com a população, levando-se em conta a realidade das pessoas atendidas com a perspectiva de mudança social. As Metodologias Participativas, segundo Silva (2004), pressupõem emprego de métodos e técnicas de grupo que possibilitem a seus integrantes a vivência dos sentimentos e percepções sobre determinados fatos ou informações, sua reflexão e ressignificação dos valores atribuídos. Por essa via, percebe-se possibilidades de mudança focalizando os próprios sujeitos. Para Campos (2001), os trabalhos realizados dentro desta orientação, geram o conhecimento da cultura local e contribuição para a construção de novos significados através da interação e o estabelecimento de redes de experiências.

RESULTADOS. A experiência foi construída com o grupo e duas psicólogas sob supervisão. O contexto em que se desenvolveu o grupo era de grande vulnerabilidade, pobreza e dificuldade de acesso a serviços públicos. A inserção na casa se deu pelo convite às psicólogas de uma agente de saúde da própria comunidade onde se inseria a pensão, com o mote de promover saúde naquele contexto. Nas visitas iniciais, percebeu-se um ambiente bastante precário e insalubre. Eram muitos os problemas de saúde encontrados e a grande maioria dos participantes do grupo era soropositiva para o HIV e faziam uso problemático de drogas. Ser psicóloga naquele contexto dava a sensação de impotência e impossibilidade de sanar os problemas concretos existentes naquele local tão múltiplo e com demandas tão variadas. A atuação como profissional de saúde permitiu ações de redução de danos e, superando a impotência inicial, buscou-se compreender sentidos envolvidos no uso das drogas. Esse uso apresentou-se relacionado à falta de perspectivas; os participantes sentiam-se incapazes de qualquer ação ou mudança, não sendo reconhecidos habilidades e saberes; também assim era sentida a prostituição, como forma de sustentação financeira. A atenção à subjetividade, aliada à criação de vínculo com os participantes do grupo permitiu maior compreensão sobre vivências afetivas, histórias de vida e percursos, mas também dos processos de liderança e relações de poder existentes. Observou-se, a partir desse processo reflexivo, mudanças nos sentidos atribuídos de cada participante a si mesmo e ao grupo, no reconhecimento da casa e das psicólogas enquanto rede de apoio, bem como às condições que enfrentavam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS. Considera-se que as escolhas metodológicas e configuração de grupo, foram importantes ao processo de intervenção, pois

favoreceram reflexão, troca e reconhecimento mútuos, respeitando sua dinâmica interna. Destaca-se a importância da formação profissional em psicologia, favorecedora da ruptura com o ideário hegemônico que reduz a compreensão da subjetividade ao individualismo e orienta a prática para ver além das demandas individuais, mas também perceber dinâmicas sociais que permeiam essas relações.

Referências

- BENEDETTI, M. **Toda feita**: o corpo e o gênero das travestis. 2000. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.
- CAMPOS, J. R. **Organizações não-governamentais nas áreas ambiental, indígena e mineral**. 1999. Disponível em: <www.senado.gov.br> Acessado em: 11. Dez. 2012.
- CORDERO, T.; HERMOSILLA, H.H. Problemática psicosocial de los obreros esterilizados por el DBCP en Costa Rica. In: **Dominación social y subjetividad - contribuciones de la Psicología Social**. Ed: Universidad de Costa Rica, Costa Rica, 1996, p. 95-110.
- FREITAS, M.F.Q. **O Psicólogo na Comunidade** - um estudo da atuação de profissionais engajados em trabalhos comunitários. Dissertação de Mestrado, PUC, São Paulo, 1986.
- FREITAS, M.F.Q. Prácticas en Comunidad y Psicología Comunitária. In: **Psicología Social Comunitária** - Teoría, método y experiencia. México: Univ. Guadalajara, 1994, p. 139-166.
- FREITAS, M. F. Q. Inserção na comunidade e análise de necessidades: reflexões sobre a prática do psicólogo. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 11, n.1, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010279721998000100011&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 13 Dez. 2012.
- LANE, S.T.M. A Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a psicologia. In: **Psicologia Social** - o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 10-19.
- MARTÍN-BARÓ, I. El Papel del Psicólogo en el Contexto Centroamericano. **BOLETIN AVEPSO**, v. 12, n.3, 1989. p. 6-17.
- MONTERO, M. Procesos de Influencia Social Consciente e Inconsciente en el Trabajo Psicosocial Comunitário: la dialéctica entre mayorías y minorías activas. In: **Psicología Social Comunitária** - Teoría, método y experiencia. México: Univ. Guadalajara, 1994, p. 239-258.
- SERRANO-GARCIA, I.; COLLAZO, W. R. Contribuciones Puertorriqueñas a la Psicología Social-Comunitária. Ed: Universidad de Puerto Rico, Puerto Rico, 1992.
- SAWAIA, B.(Org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001, p.8-9.
- SILVA, H. R. S. **Travesti**: a invenção do feminino. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ISER, 1993.

Palavras-Chave: Travestilidade; Vulnerabilidade; Metodologias Participativas.

A RESSIGNIFICAÇÃO DA SUCATA NAS COMUNIDADES EM RISCO SOCIAL DE SÃO JOÃO DEL REI: TRABALHANDO O LÚDICO E A CONSCIÊNCIA AMBIENTAL. *Jucielly Fernanda Silva* (juliacmpsi@yahoo.com.br); *Júlia Cabral Mazini*; *Maria de Fátima Aranha de Queiroz e Melo*; *Dra. Maria de Fátima Aranha de Queiroz e Melo*. (Universidade Federal de São João del-Rei-São João Del-Rei)

O trabalho desenvolvido, desde 2003, pelo Programa Sucata é vinculado ao Laboratório de Pesquisa e Intervenção Psicossocial (LAPIP) da UFSJ na cidade de São João del-Rei. Há cinco anos, foi firmada uma parceria com dois núcleos do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) da cidade, Tijuco e Senhor dos Montes, onde passaram a acontecer as oficinas. O programa atende atualmente crianças de 6 a 12 anos de famílias com baixo poder aquisitivo, proporcionando-lhes um espaço lúdico de convivência com seus pares, resguardando e garantindo o seu direito de brincar. É oferecida a oportunidade de construir seus próprios brinquedos, tornando os participantes das oficinas ao mesmo tempo autores e utentes de seus objetos de brincar. Outra vertente do projeto é a conscientização ambiental

vinculada com a cidadania, buscando, assim, chamar a atenção das crianças e demais usuários do CRAS para suas responsabilidades com a causa. Desenvolvido por graduandos de Psicologia da universidade, o Programa pauta-se pelas seguintes iniciativas: articular a conscientização ambiental com a produção de brinquedos mediante a transformação da sucata; trabalhar as questões individuais e, principalmente, as grupais, através de dinâmicas de grupais, jogos, teatros e etc.; promover e respeitar a autonomia, criatividade e cooperação nos grupos; buscar a interdisciplinaridade com os trabalhos realizados junto ao CRAS, através reuniões, estudos de textos e entrevistas; contribuir com a formação dos graduandos de psicologia participantes do projeto. As oficinas ocorrem semanalmente, com duração aproximada de duas horas. Nelas são trabalhadas com o grupo propostas de construção de brinquedos a partir da ressignificação de objetos que seriam descartados no meio ambiente, acompanhadas de discussões sobre a importância de tal ação. Além disso, também são trabalhados outros temas que perpassam o grupo e a própria comunidade, como o uso de drogas e a rivalidade entre gêneros. Na mesma frequência, também são realizadas supervisões com toda equipe, onde são discutidos artigos, textos e apresentados protótipos, além de questões pertinentes às oficinas ou ao trabalho no CRAS. Fundamentamos nossas intervenções com as ideias de Latour (1996, 1998, 2001), de Vygotsky e de Pichon-Rivière. Desse primeiro autor utilizamos a Teoria Ator-Rede, também chamada de Sociologia da Tradução, que introduz os objetos no campo de estudos das ciências sociais, utilizada no programa para acompanhar e descrever o trabalho de transformação com a sucata, assim como os vários movimentos de associação entre os participantes dos grupos, pressupondo que os artefatos são mediadores das ações que os humanos desenvolvem entre si e com o meio físico em que se encontram. Já de Vygotsky (1984), lançamos mão do conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal, na qual o desenvolvimento é dividido em dois níveis. O primeiro é constituído por aquilo que o sujeito consegue realizar sem a ajuda de outro e o segundo são aquelas atividades onde é necessária a ajuda de um companheiro mais experiente. Por fim, utilizamos a teoria de Pichon-Rivière (1986) para descrever as relações que se dão no grupo. Segundo esse autor, o sujeito já nasce em um grupo e por isso precisa desenvolver a cooperação, surgida a partir das relações entre seus membros e dos papéis que cada membro vai desempenhando, em prol de um objetivo comum. Essa teoria também nos ajuda a analisar esses papéis, rotativos, que cada um vai assumindo no grupo. No ano de 2012, foram elaboradas propostas distintas para os dois núcleos atendidos, considerando as especificidades dos grupos e os recursos físicos disponíveis. Os resultados, assim como nos anos anteriores, vão além da confecção dos brinquedos com sucata. Percebe-se maior autonomia, entrosamento, participação nas atividades e colaboração dos grupos. Nesse mesmo ano, foram doados mais de 30 brinquedos confeccionados com sucata para o projeto República Sustentável, desenvolvido por alunos da engenharia que tem como objetivo oferecer brinquedos de materiais reciclados para crianças carentes da cidade.

Referências

- LATOUR, B. (1996). Do humano nas técnicas. In R. Scheps (Ed.) *Império das técnicas* (pp. 155-166). Campinas, SP: Papyrus.
- LATOUR, B., Schwartz, C., Charvolin, F. (1998). Crises nos meios ambientes: desafios às ciências humanas. Em Araújo, H. R. (org.) *Tecnociência e cultura*. (pp. 91-125). São Paulo: EDUSC.
- LATOUR, B. (2001). *A esperança de Pandora*. Bauru, SP: EDUSC.
- PICHON-RIVIÈRE, E. *O Processo Grupal*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- VYGOTSKY, L.S. *A Formação Social da Mente*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1984.

Palavras-Chave: Sucata; Oficina de Grupo; Políticas Públicas.

APROXIMAÇÕES ENTRE O DIREITO E A PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA A PARTIR DAS EXPERÊNCIAS DO NÚCLEO DE ACESSORIA

JURÍDICA POPULAR DE RIBEIRÃO PRETO (NAJURP). *Ana Cláudia Mauer dos Santos* (ana.mauer.santos@gmail.com); *André Luís Gomes Antonietto*; *Bruna Thais Dantas Serra*; *Caroline Pereira dos Santos*; *Táisa Mara Pinheiro Silva*; *Fabiana Cristina Severi*. (USP-Ribeirão Preto)

INTRODUÇÃO: O presente estudo busca discutir, a partir das experiências de intervenção social desenvolvidas pelo Núcleo de Assessoria Jurídica Popular (NAJURP) da Faculdade de Ribeirão Preto da USP (FDRP/USP), as práticas de extensão universitárias nos cursos de direito, o perfil de formação do bacharel em direito e as possíveis relações entre assessoria jurídica popular e Psicologia Social Comunitária. As assessorias jurídicas populares universitárias surgiram no Brasil, sobretudo nos anos 1980, buscando-se estruturar um perfil de atuação profissional ligado à efetivação de direitos humanos mais tematizados por movimentos sociais da época (CAMPILONGO, 1991; RIBAS, 2008; SOUSA JUNIOR, 2008). De acordo com Sousa Júnior (2008), o processo de formação das assessorias populares surgiu dentro de um movimento que buscava integrar extensão comunitária com a reivindicação de responsabilidade social para as universidades, em que se podia perceber o interesse em se valorizar direitos comunitários e mobilizá-los em favor das lutas das classes populares, confrontadas com um direito oficial hostil ou ineficaz. Pode-se afirmar que a maior parte dessas experiências são realizadas nos marcos da educação popular e dos direitos humanos, enfatizando a abordagem dialógica entre estudantes e movimentos sociais. Para Ribas (2008), a assistência jurídica popular acaba por trazer modificações na educação jurídica pela abertura epistemológica para o pluralismo jurídico, propiciar um perfil de formação humanista dos agentes jurídicos e em condições de promover a reflexão que contextualize o direito no seu ambiente histórico, cultural e político. A partir de tais referenciais, o NAJURP foi criado em agosto de 2011 e tem buscado desenvolver ações especialmente voltadas para: a) assessoria a grupos em vulnerabilidade; b) identificação de violações dos direitos humanos no contexto regional; c) realização de relatórios regionais sobre direitos humanos; d) realização de parcerias com outras entidades para o desenvolvimento de ações em rede. O Núcleo tem como perspectivas teóricas as correntes críticas e dialéticas do direito. **OBJETIVOS:** Busca-se, a partir das experiências de intervenção social desenvolvidas pelo NAJURP, discutir a extensão universitária nos cursos de direito, o perfil de formação do bacharel em tal área e as possíveis relações entre assessoria jurídica popular e Psicologia Social Comunitária. **METODOLOGIA:** Em termos metodológicos, o projeto nutre-se da concepção de Paulo Freire de que extensão seja uma forma de comunicação. Isso significa que o propósito geral não se assenta na transferência de conhecimentos à comunidade, mas sim numa relação pautada pela horizontalidade, que instiga à reflexão para a compreensão da realidade com a comunidade; uma relação que se pretende ser dialógica (FREIRE, 1982), o que possibilita a expressão da realidade dos membros da comunidade no desenvolvimento do plano de trabalho do projeto. A atividade de extensão, sob a perspectiva da comunicação, é realizada de forma a ser permitida uma troca entre universidade e grupos sociais, não se tratando de um vetor em uma única direção como o nome "extensão" sugere. São privilegiados o diálogo e o conhecimento mútuo de valores, experiência e afetos, tendo como pressuposto básico o homem situado e contextualizado, enquanto o centro deste processo de transformação. Quanto aos procedimentos metodológicos de intervenção social, o Núcleo tem buscado utilizar-se das técnicas trabalho em grupo, delimitadas por áreas como Educação Popular (FREIRE, 1996; BRANDÃO, 1985; ARROYO, 2002) e Psicologia Social Comunitária (LANE, 1987; SAWAIA, 2001; SILVA, 2002). **RESULTADOS:** São três os principais espaços sociais de atuação do NAJURP: a) o Núcleo João Pessoa, ocupação irregular situada na região Norte de Ribeirão Preto: o grupo desenvolveu estratégias de orientação sobre o direito à moradia e de mobilização popular em face às ameaças de despejo advindas após o anúncio de ampliação do aeroporto; b) o

Assentamento Rural Sepé-Tiarajú (Serra Azul): a atuação envolve educação em direitos e apoio no fortalecimento das organizações de produção coletiva; e c) a Cooperativa Mãos Dadas (Ribeirão Preto): busca-se desenvolver estratégias de educação e mobilização social, de modo a se buscar o protagonismo dos cooperados no processo de construção da Política Municipal de Resíduos e o fortalecimento da própria cooperativa como alternativa de trabalho digno. **CONCLUSÕES:** De modo geral, as atividades acima apontadas têm permitido: a) a problematização, a partir das vivências de escuta em tais contextos sociais, do saber jurídico e as situações de violação de direitos; b) desenvolver maior sensibilidade para identificação dos problemas sociais locais; c) o reconhecimento dos discentes e docentes, por meio das interações sociais vivenciadas, como seres sociais e sujeitos ativos no processo de transformação da ciência jurídica, da educação em direito e da própria realidade; d) o questionamento sobre o lugar do grupo nessa convivência e nos próprios espaços profissionais do direito; e e) a construção de relações mais complexas entre os saberes e práticas do Direito, da Psicologia e da Educação.

Referências

- ARROYO, M. G. A atualidade da educação popular. *Revista de Educação Pública*, Cuiabá, v. 11, n. 19, jan-jun. 2002.
- BRANDÃO, C. R. Educação popular. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CAMPILONGO, C. F. Assistência Jurídica e Realidade Social: Apontamentos para uma Tipologia dos Serviços Legais. Rio de Janeiro: IAJUP, Coleção Seminários, v. 15, 1991.
- FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, P. Extensão ou comunicação? São Paulo: Paz e Terra, 1982.
- LANE, S.T.M. A Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a psicologia. In: *Psicologia Social - o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 10-19.
- RIBAS, L. O. Assessoria Jurídica Popular Universitária e Direitos Humanos: o diálogo emancipatório entre estudantes e movimentos sociais (1988-2008). Trabalho de especialização. Universidade Federal do rio Grande do Sul. Curso de Especialização em Direitos Humanos, 2008.
- SAWAIA, B. (Org.). As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001, p.8-9.
- SILVA, R. C. Metodologias Participativas para trabalhos de Promoção de Saúde e Cidadania. São Paulo: Vetor Editora, 2002.
- SOUSA JÚNIOR, J. G. O direito como liberdade: o Direito achado na rua, experiências populares emancipatórias de criação do direito. Tese de doutorado. Universidade de Brasília, 2008.

Palavras-Chave: Direitos Humanos; Metodologias Participativas; Educação Popular.

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA A ATIVIDADES SÓCIO-EDUCATIVAS EM UM CENTRO DE JUVENTUDE. *Andrielly Darcanchy; Felipe Oliveira* (felipe.felipe77@gmail.com); *Bernardo Svartman*. (USP-SP)

Introdução: Os Centros para Juventude (CJs) são equipamentos ligados à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social da Prefeitura de São Paulo, e compõem junto com outros serviços a rede de Proteção Social Básica do município. Portanto, têm como principal objetivo a prevenção da vulnerabilidade social e política através do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Conforme a portaria 46 de 2010 da SMADS, os CJs devem oferecer proteção social aos adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco, buscando favorecer aquisições para a conquista da autonomia e inserção social, estimulando a participação na vida pública da comunidade. Assim como os equipamentos da mesma rede,

destina-se a populações que vivem em situação de fragilidade devido à pobreza e acesso precário ou nulo aos serviços públicos, bem como fragilização de vínculos afetivos – decorrente de discriminação de diversas ordens, racial, etária, de gênero, por deficiências, etc. Nesse contexto maior, os CJs se dedicam especificamente à jovens na faixa etária de 15-17 anos, com atividades profissionalizantes, sócio-educativas e culturais. Assim, o CJ onde ocorreu a pesquisa localiza-se na Zona Sul de São Paulo e era um dos diversos projetos organizados por uma associação filantrópica fundada, em 1993, por um movimento popular cristão, até a concretização de convênio com a Prefeitura Municipal. Até então, o projeto desenvolvido pela associação consistia na realização de oficinas (de dança, de música, de teatro etc) para menores de diversas idades, com durações variadas, pois contava exclusivamente com voluntários. Para melhorar a qualidade de participação desses menores nas atividades, a associação sempre se preocupou em fornecer uma alimentação reforçada a eles, cuja qualidade também variava bastante, pois dependia de doações. Contudo, após a parceria, a associação tornou-se a gestora de duas instituições (um CJ e um Centro da Criança e do Adolescente, que atende a faixa etária de 6 a 15 anos) e teve que se adequar aos moldes do convênio com a Secretaria, precisando reformular suas práticas. As atividades com os jovens deixaram de ser oficinas esparsas, para serem cursos profissionalizantes (de cabeleireiro, técnico em informática e atividades administrativas) com regularidade diária, aulas de aproximadamente 1h30 de segunda a sexta, todas as tardes ou noites. Além delas há as atividades sócio-educativas, que também têm duração de 1h30 e ocorrem diariamente, em complementaridade com as aulas técnicas. Elas são conduzidas por uma educadora e foram acompanhadas pelos pesquisadores. Objetivos: O objetivo principal foi conhecer a instituição e, a partir da imersão em seu cotidiano, buscar refletir acerca de como a Psicologia Social Comunitária poderia contribuir com as atividades sócio-educativas, tentando levantar, junto aos jovens e educadores, os temas emergentes na instituição. Metodologia: Ao todo foram realizados dez encontros semanais de 1h30 com cada turma, sendo duas no total e cada uma composta por aproximadamente quinze jovens. As visitas tinham como referencial a pesquisa-ação, assim, ao mesmo tempo em que se buscava observar e conhecer melhor o Centro para Juventude, pretendia-se também propor atividades com os jovens, a partir de temas levantados junto a eles e aos educadores, no sentido de contribuir para sua formação além do nível técnico. Resultados: A partir da observação, foi possível ter um primeiro contato com os princípios do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e o modo como se organiza a rede de assistência social. Assim, compreendeu-se o papel do Centro para Juventude enquanto equipamento de atenção primária e a maneira como os jovens assistidos se relacionam com ele. Conclusões parciais: O convênio estabelecido entre o CJ e a Prefeitura trouxe melhorias materiais significativas, como aumento do número de jovens atendidos e da qualidade de sua alimentação; e a contratação efetiva de funcionários (educadores, “oficineiros” e pessoal administrativo), ao invés de contar exclusivamente com trabalho voluntário, de frequência irregular. Por outro lado, tal parceria restringiu o número e a diversidade de atividades realizadas pelo CJ, que hoje são direcionadas a uma formação profissional técnica; e a obrigatoriedade da frequência diária limitou a possibilidade de participação de alguns jovens que não dispõem de tanto tempo para se dedicarem à instituição. Portanto, o convênio gera ambigüidades, ao mesmo tempo em que fornece subsídios à realização do trabalho, permitindo sua expansão, também o delimita e enquadra. Outra contradição importante é o fato de essa parceria com a Prefeitura, ainda que, nesse caso, firmada com uma instituição historicamente ligada a atividades sociais voltadas àquela comunidade, opera uma precarização das relações de trabalho ao terceirizar um serviço público. Em relação ao trabalho inicial desenvolvido com os jovens, foi possível perceber que os vínculos estabelecidos com os educadores no serviço apoiam atividades de reflexão sobre a história dos adolescentes e sobre as diversas formas de vulnerabilidade a que estão expostos. Pretende-se

no decorrer da próxima etapa da investigação elaborar atividades que permitam aos jovens pensar estratégias de enfrentamento às formas de desigualdade e violência presentes nos diversos contextos de suas vidas.

Referências

- BLEGER, J. Grupos operativos no ensino. In: BLEGER, J. Temas de Psicologia. 4. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. p. 59-100.
- Família e Desenvolvimento Social – Governo aprimora gestão dos Centros da Juventude. In: Jornal Meu Paraná. Edição de 27 de novembro de 2012. Disponível em: [http://jornalmeuparana.com.br/site/?p=33655]. Acesso em: 04/12/2012.
- FRANCO, Maria Amélia Santoro. Pedagogia da Pesquisa-Ação. In: Educação e Pesquisa. São Paulo: set./dez. 2005. v. 31, n. 3, p. 483-502.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido, 17^a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GONÇALVES FILHO, J. M. Humilhação Social: Humilhação Política. In: SOUZA, Beatriz de Paula. (Org.). Orientação à Queixa Escolar. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 187-221.
- LANE, S. Histórico e fundamentos da psicologia comunitária no Brasil. In: Sawaia, B. (org) Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia. Rio de Janeiro: Vozes (2002)
- MARTIN-BARO, Ignácio. O papel do Psicólogo. Estud. Psicol. (Natal). 1997, vol.2, n.1, PP. 7-27
- Secretaria Municipal de Assistência Social. Proteção Social Básica. In: Prefeitura da Cidade de São Paulo. Disponível em: [http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/protecao_social_basica/index.php?p=1907]. Acesso em: 04/12/2012.
- Palavras-Chave:** Psicologia Social Comunitária; Centro De Juventude; Processos Educativos.

PROCESSO GRUPAL COM AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE: PROBLEMATIZAÇÃO DE ASPECTOS DA SAÚDE MENTAL. Armando Marino Filho; Milena Camargo Barbério; Tatiane Tavares Menezes (tatymenezes@ibest.com.br) (UNESP-Bauru)

As diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) e os princípios da Reforma Psiquiátrica preveem a atenção psicossocial e integral à saúde dos indivíduos. A Estratégia da Saúde da Família (ESF) é um dos programas do SUS para reorganização e fortalecimento da Atenção Básica. Neste quadro a atenção à Saúde Mental é potencializada, pois poderá oferecer atendimentos dentro de seu território, intervindo na realidade social do mesmo e facilitando o estabelecimento de uma rede com os demais serviços de saúde mental. No estágio de Psicologia Social Comunitária, realizado em uma Unidade de Saúde da Família, pertencente a um município de grande porte, o problema central, quando falamos em Saúde Mental, é a precarização dos atendimentos aos usuários. A atenção psicossocial perde espaço instaurando-se a ideia de que os únicos agentes de tratamento são os medicamentos. Isso ocorre em um contexto no qual há valorização das determinações orgânicas dos problemas psicológicos em detrimento dos fatores histórico-sociais. Na ESF os agentes comunitários da saúde (ACS) são os mediadores entre a população e o serviço de saúde. Segundo Gomes (2010) esses profissionais intervêm não apenas no campo da saúde, como também nas esferas de organização da vida social e na facilitação do acesso aos direitos sociais. Para atender, em parte, à condição de precarização do atendimento, a realização do grupo de agentes comunitários (ACS) se justifica como demanda apresentada pelo projeto, uma vez que se julgou necessário a formação sobre saúde mental para os profissionais, pois esses possuem maior contato com os usuários do serviço. Também foi uma demanda dos próprios ACS a efetivação do grupo, de modo a possibilitar um momento de problematização das relações trabalhistas, de reflexões acerca das relações interpessoais e descompressão do cotidiano. Um

estudo dos grupos na perspectiva sócio-histórica prevê o grupo como uma estrutura de vínculos e relações entre as pessoas que canaliza em cada circunstância suas necessidades individuais e/ou os interesses coletivos. Para superação das contradições presentes no processo grupal, é necessário criar condições para um movimento de consciência histórica que promova uma vivência subjetiva fidedigna e que rompa com as representações ideológicas. Logo, o processo de desenvolvimento de consciência histórica pode ser adquirido através do processo grupal, ou seja, o grupo, que por vezes reproduz a ideologia, pode se tornar instrumento de transformação das relações. Neste contexto, entendemos que o trabalho com os funcionários da instituição tem importância para mobilizar a atenção psicossocial aos usuários, uma vez que eles reproduzem, nas relações profissionais uma lógica de saúde mental baseada em uma divisão corpo-mente, em um diagnóstico a-histórico e pautada na ideia de que casos de saúde mental devem ser atendidos apenas pela atenção secundária. Visou-se, com o processo grupal, trabalhar os vínculos entre o grupo, além do desenvolvimento da consciência social e da autonomia dos sujeitos. Objetivou-se problematizar a demanda em saúde mental, refletir sobre as relações de trabalho - luta pelos direitos e sobre o sofrimento psíquico dessa profissão, discutir sobre as relações interpessoais entre os ACS, e dos mesmos com outros profissionais. Tais objetivos derivam do objetivo geral do estágio: a implantação da discussão sobre saúde mental na atenção básica, visando o cuidado e a atenção integral aos usuários. Foram dezoito encontros ao longo do ano, com a duração de duas horas quinzenalmente. As estratégias utilizadas para o alcance dos objetivos previstos foram: dinâmicas grupais já sistematizadas ou produzidas pelos participantes do grupo, tanto as estagiárias quanto pelos ACS, sendo sua coordenação também partilhada; rodas de conversa com caráter não diretivo, potencializando a emergência, no grupo, de necessidades e contradições; atividade cultural mobilizada para proporcionar um momento de lazer, vinculado à saúde mental dos profissionais. Como resultados, identificamos a promoção da autonomia do grupo ao desempenhar atividades autogestionadas, quebrando com o paradigma acerca do coordenador como o ser do saber e direcionador do grupo. Destarte os participantes formaram um sentido de pertencimento dentro do grupo ao ser ativo em sua construção.

No decorrer do ano, as falas indicaram que os encontros do grupo eram potencializadores do amadurecimento de ideias, da criação de vínculos, da organização da categoria de ACS, do espaço para discussões, das trocas de experiências e das reflexões a respeito da resolutividade dos casos atendidos na unidade. Na problematização das demandas em saúde, não apenas saúde mental, compreendeu-se a burocratização do serviço, as dificuldades de resolutividade dos casos pela falta de articulação entre a equipe de profissionais ou da rede municipal de saúde, desorganização do gestor do equipamento e a contradição em ser uma Unidade de Saúde da Família e não funcionar segundo as propostas de prevenção e promoção de saúde.

Refletir sobre as barreiras do trabalho dos ACS, acima apresentadas, repercutiu no aumento do reconhecimento como categoria profissional entre os participantes, e também possibilitou a organização interna do grupo para fazer reivindicações frente à gestão.

Referências

AMARANTE, P. Saúde Mental e Atenção Psicossocial. Rio de Janeiro: Fiocruz. 2007.

BRASIL, Ministério da Saúde. Programa saúde da família: ampliando a cobertura para consolidar a mudança do modelo de Atenção Básica. Revista Brasileira de Saúde Maternal e Infantil. Vol. 3, nº 1, p. 113-125, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde; 2006.

GOMES, K. O. et al. O agente comunitário de saúde e a consolidação do Sistema Único de Saúde: reflexões contemporâneas. *Physis* [online]. 2010, vol.20, n.4, pp. 1143-1164. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312010000400005>.

MONTEIRO, M. Teoría y Práctica de la Psicología Comunitaria: la tensión entre comunidad y sociedad. 1ª ed. 3ª reimp. Buenos Aires: Paidós, 2006. Cap 2, p 59-91.

NASCIMENTO, E. P. L.; CORREA, C. R. S. O agente comunitário de saúde: formação, inserção e prática. Rio de Janeiro: Cad. Saúde Pública. vol.24 no.6, 2008.

PASQUALINI, J. "Análise sócio-histórico do processo grupal", Texto para fins didáticos para a disciplina de estágio "Psicologia Social e Comunitária". Do Curso de Psicologia da FC/UNESP, Bauru, 2011."

Palavras-Chave: Processo Grupal; Agentes Comunitários; Saúde Mental.

RELAÇÕES COMUNITÁRIAS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA A PARTIR DO COTIDIANO: A LUTA DE MORADORES DE UM BAIRRO DA PERIFERIA DE SÃO PAULO. *José Fernando Andrade Costa* (jose.costa@rlucas.com.br); *Sérgio Paes de Barros*. (Centro Universitário São Camilo-SP)

A expansão da periferia urbana de São Paulo desde meados do século XX e a consequente migração da classe trabalhadora para bairros afastados do centro decorre do crescimento demográfico e do "desenvolvimento" econômico que historicamente produz o aumento da desigualdade social. Nas comunidades da periferia, a espoliação da população criou déficits, necessidades, miséria urbana, violência e a ilusão da irreversibilidade. Neste contexto, a práxis em Psicologia Comunitária busca contribuir para que as comunidades se organizem, exerçam seu poder e realizem as transformações necessárias em seu entorno, em suas relações internas e externas, garantindo direitos fundamentais, como por exemplo, atendimento básico à saúde. Mas, para que as relações humanas sejam desenvolvidas democraticamente, as condições da participação social dos sujeitos devem ser articuladas de forma especial: é preciso que o meio social acolha a diversidade de ideias, opiniões e modos de ser. A pluralidade de ideias compartilhadas através do discurso e a ação decorrente da participação no mundo são decisivas para a significação da vida (ARENDDT, 2010). Nesse sentido, entendemos que o cotidiano de uma comunidade se apresenta como locus privilegiado para a práxis transformadora. Ao considerar a vida cotidiana como lugar onde a sociedade adquire existência concreta, redefine-se o lugar onde se dão as transformações sociais (HELLER, 1970). Os pequenos grupos formados por agentes internos e externos a uma comunidade se revelam promissores para o processo de mudanças radicais. A transformação social passa, portanto, pelas subjetividades que se põem em ação. Por isso, não se pode fazer a revolução visível sem a revolução invisível (PATTO, 1993). O presente estudo consiste no relato/reflexão sobre os resultados de atividades de estágio e pesquisa em Psicologia Social Comunitária, realizados nos últimos dois anos (2011 e 2012) em parceria com moradores/as do bairro de Jardim Brasília, região periférica da zona Norte de São Paulo. Nossos objetivos iniciais foram: realizar o levantamento das principais necessidades sentidas pela comunidade e os recursos disponíveis para supri-las; mobilizar a consciência dos moradores/as para ações transformadoras de suas condições de vida; descrever e analisar como se estruturam as relações comunitárias articuladas com a participação social e política dos sujeitos. No decorrer das atividades, definiu-se coletivamente a necessidade de se lutar por uma Unidade Básica de Saúde no bairro. O método utilizado é fundamentalmente a pesquisa-ação participante, pelo qual o pesquisador, ao adentrar o cotidiano, passa a participar dele, ou seja, a pesquisa inevitavelmente implica em uma ação no local (BRANDÃO, 1981). São realizadas reuniões semanais, baseadas no diálogo, na reflexão e problematização da situação (pautada pelo princípio de ação-reflexão-ação). O percurso transcorrido iniciou-se em um Centro Comunitário e culminou na formação de um grupo independente denominado "Comissão de Moradores de Jardim Brasília e região". Após o levantamento das várias necessidades da região, o grupo decidiu que a prioridade seria a luta por melhorias para a saúde da população. Ocorre que não há equipamentos de saúde suficientes para o atendimento adequado de toda a

população local. A Unidade Básica de Saúde mais próxima fica muito distante do bairro e é responsável pelo atendimento de mais de 70.000 usuários, o que resulta na desassistência da maioria da população. O grupo organizou-se, então, para lutar por uma UBS no bairro junto à Secretaria Municipal de Saúde. Várias ações foram realizadas em prol da construção da nova UBS: carta-aberta; abaixo-assinado; ofício detalhado; participação em matérias de jornais e revistas de pequena e grande circulação; eleição e participação de moradores nos Conselhos de Saúde locais e regionais; participação de moradores em audiências públicas com a Prefeitura; construção de manifestações públicas etc. A documentação completa sobre a necessidade da UBS no bairro foi entregue no gabinete de cada vereador e nas mãos do prefeito, em julho de 2012. A Secretaria de Saúde reconheceu a necessidade e solicitou a implantação do equipamento. Porém, apesar de os moradores/as cobrarem a execução de uma unidade em um terreno municipal existente no bairro, a prefeitura, em princípio, aprovou o aluguel de um imóvel no bairro através de parceira com uma empresa ligada à saúde (Organização Social de Saúde). Nenhum imóvel da região contempla as exigências da OSS, seja por falta de documentação regular – fato histórico das periferias de São Paulo –, seja por rejeição técnica do espaço físico. O grupo de moradores continua somando esforços e buscando métodos para que a UBS seja implantada. O percurso transcorrido até aqui se revelou um exemplo de participação política, atividade comunitária e ação pedagógica. Percebemos o fortalecimento do grupo comunitário, que se autorregula, discute e delibera ações visando a melhoria da qualidade de vida das pessoas da região, além dos laços de amizade que também se fortalecem a cada reunião. Por se tratar de pesquisa em andamento, continuamos acompanhando o grupo, sempre com o intuito de facilitar o desenvolvimento de seu potencial transformador, e por isso podemos descrever apenas parcialmente os resultados obtidos.

Referências

- ARENDDT, H. **A condição humana**. 11ª Ed. São Paulo, Forense Universitária, 2010.
- BRANDÃO, C. R. (Org). **Pesquisa Participante**. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- CALDEIRA, T. **Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo, Edusp, 2000.
- HELLER, A. **O cotidiano e a história**. São Paulo, Paz e Terra, 1970.
- KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. 2ª Ed., São Paulo, Paz e Terra, 1993.
- MONTERO, M. **Teoría y práctica de la Psicología Comunitaria: la tensión entre comunidad y sociedad**. Buenos Aires: Paidós, 2003.
- MONTERO, M. **Introducción a la Psicología comunitaria: desarrollo, conceptos y procesos**. Buenos Aires: Paidós, 2004.
- MONTERO, M. **Hacer para transformar: método en la psicología comunitaria**. Buenos Aires: Paidós, 2006.
- MOURA, R.; ULTRAMARI, C. **O que é periferia urbana**. São Paulo, Brasiliense, 1996.
- PATTO, M. H. S. **O conceito de cotidianidade em Agnes Heller e a pesquisa em educação**. *Perspectivas*, v.16, pp.119-141, São Paulo, 1993.
- SATO, L.; SOUZA, M. P. Contribuindo para desvelar a complexidade do cotidiano através da pesquisa etnográfica em Psicologia. **Psicologia USP**. v.12, n.2. São Paulo, 2001."
- Palavras-Chave:** Comunidade; Política; Participante.

“SUPERAR É A LEI DE NOSSA RAÇA!” CONSTITUIÇÃO DE IDENTIDADE E POTENCIAL DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL EM JOVENS NEGROS DO SUBÚRBIO DE SALVADOR. *Eliana Ferreira dos Santos* (ellyana.ssa@gmail.com). (CDM- Cooperação para o Desenvolvimento e Morada Humana)

A Psicologia Social Comunitária enxerga a construção do “Ser” enquanto condição humana, propondo uma visão de homem construído historicamente através das relações e condições

sociais e culturais que vivenciam. (BOCK, 2004). A constituição da identidade, a partir de processos de identificação e não identificação, ocorre numa constante mudança dialética, influenciada por aspectos sociais, econômicos, históricos e culturais nos quais os sujeitos estão inseridos. Para tanto, a presente preposição teórica visualiza o sujeito num contínuo com o coletivo, onde cada mudança individual traz reflexos diretos para toda a sociedade/comunidade. Objetiva desenvolver a tomada de consciência das potencialidades dos sujeitos, empoderando-os acerca da busca de autonomia, assim como uma postura crítica e ativa diante de sua realidade, traduzidas em atitudes que ultrapassem as barreiras socioculturais pré-existentes, valorizando e recriando novas possibilidades (LANE, 1994). Diante da realidade de Salvador, que tem sua população negra representada por cerca de 750mil habitantes, o conceito de negritude entra neste contexto de discussão mostrando-se imprescindível, pois objetiva a divulgação e valorização das raízes culturais dos afrodescendentes, numa tentativa de mobilizar a comunidade negra a posicionar-se ativamente, tomando consciência da real situação a qual os negros estão e foram submetidos (ANDRÉ, 2007). Contexto marcado pela desigualdade social, o subúrbio de Salvador é o cenário onde ocorre a construção da identidade de sujeitos não valorizados e desrespeitados pela sua ação de co-construtor de suas realidades, onde foram e estão submetidos a influências de contextos de desvalorização cultural, segregação social e residencial. A partir destas reflexões, a presente pesquisa qualitativa tem como objetivo principal investigar os contextos sociais em que são constituídas as identidades de jovens negros do subúrbio de Salvador e identificar quais suas percepções em relação ao seu potencial de transformação social. Para tanto, apresenta-se como objetivos específicos: identificar o processo de formação de identidade dos jovens, considerando aspectos individuais/grupais, socioeconômicos, sociodemográficos, socio-históricos e culturais; identificar as percepções dos sujeitos no que se refere ao próprio potencial de transformação social. A coleta de dados se deu a partir de uma entrevista semi - estruturada realizada com cinco sujeitos negros de ambos os sexos, residentes no subúrbio de Salvador, situados na faixa etária de 18 a 20 anos. Posteriormente, houve a criação de categorias analíticas baseadas no discurso dos sujeitos e no aporte teórico disposto no quadro de referência. A partir disto, efetivou-se a análise de conteúdo. No que se refere ao processo de constituição da identidade, os resultados revelaram que: as características socioeconômicas foram citadas como condições precárias e insatisfatórias; os contextos históricos foram semelhantes, a maioria dos pesquisados nasceu e permanece morando no subúrbio de Salvador e relatam lembranças infantis num contexto de precariedade de saneamento básico e infraestrutura; a influência cultural da raça negra foi percebida como um legado de continuar a luta da raça negra no sentido de conquistar um espaço digno na sociedade. Conseguiu-se perceber o processo de identificação e não identificação no qual a identidade se constrói através de influências advindas dos diversos grupos dos quais participaram. Todos os sujeitos perceberam claramente as desigualdades e injustiças sociais que vivenciam, e a maioria declarou que acredita na possibilidade de mudança social. Porém, houve majoritariamente um déficit no que se refere à autopercepção de potencial de transformação, ou seja, não se percebem como atores ativos na mudança social. A partir disto, concluiu-se que, submetidos a estes contextos de desigualdade estrutural, social e econômico, a construção das identidades dos sujeitos sofreu influências que contribuíram para um não desenvolvimento da percepção do potencial de transformação social, alienando-se das reais possibilidades de contribuição para a mudança da realidade da qual fazem parte. A partir das reflexões aqui provocadas, o que se propõe é a possibilidade da práxis psicológica estar vinculada com uma maior compreensão de formas de intervenções efetivas que possibilitem uma real transformação no que se refere às autopercepções acerca das potencialidades, atualmente minimizadas por nossa conjuntura social. Propõe-se uma *práxis* voltada ao campo da construção de políticas públicas, que promova intervenções e

viabilizem contribuições políticas e sociais que se dirijam ao empoderamento, autonomia e posicionamento crítico dos sujeitos. Mobilizações estas que se direcionam para a busca de sistemas descentralizados e participativos a fim do reequilíbrio social. A partir das mudanças de posicionamentos e redimensionamentos sociais, tem-se a expectativa de que novas possibilidades de identidades possam surgir, pois, de acordo com Ciampa (1994), o conjunto das identidades é o reflexo da estrutura social que age sobre ela conservando-a ou a transformando.

Referências

- ANDRÉ, M. C. Psicossociologia e negritude: breve reflexão sobre o "ser negro" no Brasil. *Bol. - Acad. Paul. Psicol.*, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 2011. 87-102, dez. 2007. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141511X2007000200010&lng=pt&nrm=iso> acesso em 15 set.
- ANDERY, A. Psicologia na Comunidade. In: GODO, W.; LANE, S. T. M. (Orgs.) *Psicologia social: o homem em movimento*. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 203-220.
- BOCK, A. M. B. A perspectiva sócio-histórica de Leontiev e a crítica à naturalização da formação do ser humano: a adolescência em questão. *Cad. CEDES*, Campinas, v. 24, n. 62, p. 26-43, Abr. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_isoref&pid=S01012622004000100003&lng=en&tlng=pt> acessado em: 15 de jan. de 2012.
- CAMPOS, R. F. Introdução: Psicologia Social Comunitária. In: CAMPOS, R. F (Org.) *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia*. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 09-15.
- CIAMPA, A. C. Identidade. In: GODO, W.; LANE, S. T. M. (Orgs.) *Psicologia social: o homem em movimento*. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p.10-19.
- DIONNE, J. ; LAVILLE, C. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Belo Horizonte: UFMG, 1999, p. 214-220.
- DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*, Niterói, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007, Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci>> acesso em 14 nov. 2011.
- FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATOS. Subúrbio. Salvador, cultura Todo Dia. Disponível em: http://www.culturatododia.salvador.ba.gov.br/vivendo-area.php?cod_area=6. Acessado em: 22 de set. de 2011.
- GOHN, M. G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. *Saúde soc.*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 20-31, ago. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01042902004000200003&lng=pt&nrm=iso>, acesso em: 14 nov. 2011.
- GUARESCHI, P. A. Relações Comunitárias, Relações de Dominação. In: CAMPOS, R. F (Org.) *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia*. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 81-99.
- GUIMARAES, A. S. A. A questão racial na política brasileira (os últimos quinze anos). *Tempo soc.*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 121-142, nov. 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01030702001000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14 nov. 2011.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA DE ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2010: Características da População e dos Domicílios: Resultados do Universo*. Salvador – BA. Disponível em: < Disponível em < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?uf=ba>>, acessado em 22 de jan. de 2012.
- INSTITUTO SILVIA LANE - Psicologia e Compromisso Social. Disponível em <http://www.compromissosocial.org.br/index_arquivos/Page2893.htm>. Acessado em: 27 de ago. 2012.

LANE, S.T.M. A Psicologia Social e uma Nova Concepção de Homem para a Psicologia. In: GODO, W.; LANE, S. T. M. (Orgs.) *Psicologia social: o homem em movimento*. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 10-19.

_____. Histórico e Fundamentos da Psicologia Comunitária no Brasil. In: CAMPOS, R. F (Org.) *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia*. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 17-33.

MOURA, T. V. *Memória de Plataforma: o resgate de histórias de bairro, como mecanismo de inclusão, identidade e participação social*. In: MENEZES, Jaci Maria Ferraz de (Org.). Educação na Bahia: Coletânea de textos. Projeto memória da educação na Bahia. Salvador: Editora da UNEB, 2001. Disponível em > http://www.ppgeduc.com/promeba/mem_plat.html acessado em: 07 de out. de 2011.

REGIS, I. S. R. *Lobato e Paripe no contexto da Avenida Suburbana: uma análise socioespacial*. 2007. 178 f. Dissertação (Mestrado em geografia) - Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2007.

ROCHA, L. C. Salvador, espaço de reprodução da "globalização perversa": plataforma no centro do debate da cidade (in) visível. *Diálogos Possíveis* (FSBA), Salvador - Bahia, v. 01, n. jan./jul., p. 51-64, 2005.

Palavras-Chave: Identidade, Negritude, Transformação Social, Subúrbio de Salvador; Psicologia Social Comunitária.

VIVER EM ÁREA DE RISCO: UM ESTUDO SOBRE AÇÕES PREVENTIVAS NA ÓTICA DE ADOLESCENTES PROTAGONISTAS. *Roberth Miniguine Tavanti* (robertopsico@hotmail.com). (PUC-SP)

Trata-se de parte de uma pesquisa de mestrado desenvolvida desde no Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Sua temática situa-se dentre as discussões sobre “os riscos na perspectiva das estratégias de governamentalidade”, mais especificamente, tem como objetivo compreender os sentidos de risco na ótica de adolescentes que vivem em áreas de risco na cidade de São Paulo. Ou seja, pretende-se entender como esses adolescentes moradores de determinada localidade situada em uma área de risco ambiental convivem com os riscos associados às chuvas torrenciais de verão. Ao adotar o enfoque da linguagem dos riscos na abordagem desenvolvida no Núcleo de Pesquisa em Práticas Discursivas e Produção de Sentidos da PUC/SP, tenta-se considerar tanto os aspectos institucionalizados (ou mais permanentes) das noções sobre risco (fazendo parte de formas específicas de discurso, ou tradições discursivas, sobre os riscos e dentro de disciplinas ou campos de saber), quanto os sentidos atribuídos aos riscos (nas práticas discursivas) no cotidiano das pessoas e em lugares específicos (CARDONA, 2004; SPINK, 1999; SPINK, 2000; SPINK, 2001; SPINK, 2009). Sendo assim, a presente pesquisa ancora-se numa perspectiva que visa superar as abordagens individualistas tradicionalmente empregadas para entender a maneira de lidar com os riscos na vida contemporânea. Buscando, contribuir para compreensão das especificidades da linguagem dos riscos segundo o posicionamento dos diversos atores envolvidos na rede de relações sociais que sustentam as práticas cotidianas (CARDONA, 2004; SPINK, 2009). Importante mencionar o uso de múltiplas fontes para construção da pesquisa, sendo essas: a) registros em diários referentes à convivência do pesquisador com os moradores da região selecionada; b) leitura e sistematização de documentos públicos disponibilizados pelo Governo (Federal, Estadual e Municipal), assim como, pelos diversos Institutos de Estudos e Pesquisas que atuam nas áreas de gerenciamento, redução e prevenção de riscos de desastres; c) realização de Oficinas com grupos de adolescentes, contando com uma média de 12 participantes por oficina. Parte-se do pressuposto que as Oficinas são espaços de negociação de sentidos, com potencial de significação coletiva, permitindo a visibilidade de argumentos, deslocamentos, construção e contraste de versões e, portanto, ocasiões privilegiadas para análise de práticas discursivas

(SPINK, 2009). Foram realizadas 04 Oficinas, nas quais os participantes sentavam-se em um semicírculo contando com a presença de um coordenador e um observador. No início, fazia-se uma apresentação dos objetivos e procedimentos, solicitando a assinatura dos TCLE e pedia-se para gravar as discussões. A atividade era dividida em três etapas: 1ª solicitava aos participantes que escrevessem a palavra risco em uma folha de papel e abaixo as palavras e/ou frases que lhes viessem à cabeça quando se pensa risco. Na sequência, cada participante lia em voz alta as palavras que anotou, e essas eram registradas na lousa; 2ª distribuía-se tiras de papel e era solicitado aos participantes que pensassem em suas vidas desde quando crianças procurando lembranças das situações em que se sentiram em risco. Seguiu-se uma discussão sobre tais situações, solicitando aos adolescentes para que falassem de uma ou mais situações que escreveram nas papeletas; 3ª concomitante às discussões, desdobra-se a última etapa, onde se discutia as ações preventivas. Ou seja, era proposto o debate referente aos repertórios sobre risco ambiental que circulam entre os adolescentes, e em particular, sobre como tais repertórios podem contribuir para o desenvolvimento de ações preventivas orientadas à redução e prevenção de desastres; Vale assinalar, que segundo a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, ações preventivas devem ser entendidas a partir de diferentes objetivos, dentre eles, destacam-se: a) orientar as comunidades a adotar comportamentos adequados de prevenção e de resposta em situação de desastre; b) estimular o desenvolvimento de uma consciência nacional acerca dos riscos de desastre; c) estimular o desenvolvimento de cidades resilientes e os processos sustentáveis de urbanização; d) promover a identificação e avaliação das ameaças, suscetibilidades e vulnerabilidades a desastres, de modo a evitar ou reduzir sua ocorrência; (BRASIL, 2012). Enfim, ao utilizar as Oficinas como estratégias de prevenção de riscos e desastres neste contexto específico poderia-se, então, sugerir uma contribuição para mobilização e participação dos adolescentes em discussões referentes à elaboração e construção de Políticas Públicas, assim como, na oferta de subsídios para estruturação e organização de Núcleos Comunitários de Defesa Civil (NUDECs) nos territórios locais. Estes que conforme o curso: Gestão e mapeamento riscos socioambientais, desenvolvido pela Universidade Federal de Pernambuco em parceria com o Ministério das cidades, são estratégias privilegiadas, onde a partir da mobilização e sensibilização das comunidades locais, criam-se estímulos ao desenvolvimento de novas posturas à medida que as pessoas começam a perceber e estimular práticas cotidianas baseadas em relações de cooperação a fim de garantir a orientação preventiva, o socorro e a assistência a populações vitimadas (BRASIL, 2011).

Referências

- BRASIL. **LEI Nº 12.608**. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil -SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; Brasília, 10 de abril de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm. Acesso: 18/12/2012
- BRASIL; MINISTÉRIO DAS CIDADES; UFPE. **Gestão e mapeamento de riscos socioambientais: curso de capacitação**. Disponível em: http://www.cidades.gov.br/secretarias/Curso_UFPE_apostila.pdf. Acesso: 15-07-11
- CARDONA, M. C. G. **Linguagem dos riscos e sujeitos posicionados: o uso de agrotóxicos no Vale de Quíbor, Venezuela**. Tese de Doutorado em Psicologia Social: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004
- SPINK, M. J. (Org.) **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo: Cortez, 1999.
- SPINK, M. J.. **Contornos do risco na modernidade reflexiva: contribuições da psicologia social**. *Psicologia & Sociedade*; 12 (112): 156-173; jan./dez.2000.

SPINK, M. J.. **Trópicos do discurso sobre risco: risco-aventura como metáfora na modernidade tardia.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 17(6):1277-1311, nov-dez, 2001.

SPINK, M. J.. **Ao sabor dos riscos: reflexões sobre a dialogia e a co-construção de sentidos.** In: Psicologia Social e Saúde: práticas, saberes e sentidos. 5ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009

Palavras-chave: Risco; Prevenção; Adolescente.

EIXO TEMÁTICO MOVIMENTOS SOCIAIS

GREVE GERAL NA PUC SÃO PAULO: POSSIBILIDADES E POTENCIALIDADES- UMA DISCUSSÃO SOBRE A GREVE ENQUANTO FERRAMENTA DE MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA E SUA REPERCUSSÃO. *Diane Portuguesis; Thiago Sant Anna Pereira; Vanessa Clementino Furtado; Livia Gomes dos Santos* (liviagomess@hotmail.com). (PUC-SP)

A PUCSP é uma das universidades mais tradicionais do país e é internacionalmente reconhecida pelo seu caráter múltiplo e progressista. O fato de ser pontifícia e católica nunca impediu a construção do saber crítico, que nem sempre esteve diretamente em consonância com os princípios católicos; na ditadura, por exemplo, a PUCSP abrigou pensadores assumidamente ateus que haviam sido expulsos de universidades públicas porque entendiam que acima das crenças estavam atitudes e práticas. Quando analisamos a história da Psicologia brasileira (particularmente a Psicologia Social) é impossível não reconhecer a importância da PUCSP na construção de um conhecimento voltado para o povo, sempre colocando-se contra a importação acrítica de teorias desenvolvidas em outros países. Um dos grandes orgulhos dos que fazem parte desta instituição é seu pioneirismo ao adotar um mecanismo de consulta direta aos que estudam e trabalham nesta universidade para a escolha do seu reitor. Concebido e aplicado quando o Brasil ainda vivia o Regime Militar, a consulta se constituiu de uma lista tríplice para que o Cardeal da cidade de São Paulo escolhesse o reitor; e desde sempre, respeitando o caráter democrático que envolve a construção desta, foi nomeado aquele que figurava em primeiro. Foram três décadas de manutenção desta tradição democrática na universidade até novembro de 2012, quando o Cardeal Dom Odilo Scherer decidiu pela terceira e última colocada nas eleições, suscitando grande incômodo e mal estar na comunidade acadêmica. Tomado como um ato antidemocrático, este evento fez com que a universidade se mobilizasse intensamente. Alunos, professores e funcionários entraram em greve geral depois de um período de ostracismo e conformismo com as constantes transformações que a universidade vinha sofrendo, esta nomeação gerou um movimento pacífico e criativo que extrapolou os muros da universidade. Mais do que a nomeação de uma pessoa, começaram intensas discussões acerca do papel da universidade, da autonomia universitária e da democracia. Temas estes pertinentes e relevantes quanto a forma como até então o espaço universitário fora vivenciado e elaborado. Além disso, também foram realizadas atividades culturais – como teatros – e de protestos – como o Ato de “enterro da democracia”, “cadeiraços” e diversas formas de apropriação e ocupação dos espaços da universidade. A partir do incômodo provocado, cabe ressaltar a importância da tradição na PUC que mobilizou um grande grupo em prol de objetivos comuns. Nesta direção, pretendemos analisar como se deram os mecanismos de mobilização social e atuação do grupo que permitiram a constituição de espaços de criação. Pensamos que a greve é um importante movimento social porque possibilita a criação do comum: Comum não é consenso entre as consciências, é uma racionalidade operando no real. (...) É uma racionalidade, mas

que aparece no terreno dos afetos e dos significados. Quando entramos na posse de nosso poder de agir – o que significa que nosso corpo e alma formam uma ideia da relação comum partilhada pelo meu corpo com outro corpo -, a afecção alegre deixa de ser passiva e se torna ativa. Com essa concepção de comum, Espinosa passa da ideia de “ser parte de” como parte separada dos demais, para “ser parte de um todo” em que as partes coexistem. Assim, ele retira a vida em comum da política, como uma responsabilidade do Estado, e a insere na ontologia, indicando que o ser é necessariamente “ser – com”, é “ser em comum”. (SAWAIA, 2011, p. 43) Nosso objetivo é também responder a algumas das questões que nos foram suscitadas neste movimento: por que muitos se sentiram afetados e se mobilizaram? Foi o desejo do comum (como o concebe Espinosa (1987), de compor com os demais? Ou foi uma ação teleológica, com uma finalidade específica – destituir a reitora nomeada? Apesar deste espaço não permitir amplas explicações, colocamo-nos partidários da primeira possibilidade – o desejo do comum – porque percebemos que embora tal nomeação tenha sido o desencadeante, o movimento não se limitou a esta questão. Além disso, o que se iniciou com a greve pôde transformar-se em outras formas de mobilização que se objetivaram e objetivam-se na construção da universidade, indo na contramão da tendência predominante atual de Universidade enquanto “fábrica de diplomas”. Seria, contudo, inócua pensar em um movimento que se encerra em si mesmo. Pretendemos utilizar este acontecimento para pensarmos e defendermos como a mobilização social permite o desenvolvimento do comum. Assim, apresentamos como uma das possibilidades para a Psicologia Social o desenvolvimento de espaços nos quais a ação conjunta permita a construção de novos caminhos, o surgimento da criatividade e do senso de comunidade que permitem a transformação das mais diversas situações.

Referências

- CIAMPA, Antônio da Costa. Aula de encerramento do curso de Psicologia : Identidade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 17.12.2012
- GUEDES, Maria do Carmo. Aula de encerramento do curso de Psicologia. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 17.12.2012
- LANE, Silvia T. M. O que é Psicologia Social. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LANE, Silvia T. M.; SAWAIA, Bader. Novas Veredas da Psicologia Social. São Paulo: Brasiliense/ EDUC, 1995.
- LANE, Silvia T. M & FREITAS, Maria de Fátima Q. O processo grupal na perspectiva de Ignacio Martín Baró: reflexão acerca de seis contextos concretos. Revista Interamericana de Psicologia, 31 (2), 293-308. 1998.
- LANE, Silvia T. M. Fundamentos Teóricos. In LANE, S. T. M. & ARAÚJO, Y.; Arqueologia das Emoções. Petrópolis: Vozes, 1999.
- MOSCOVICI, S. et al. Psicología Social y compromiso político: responsabilidades Actuales del profesional de La psicología. Buenos Aires: Rodolfo Afonso Editor, 1971.
- SAWAIA, Bader. Da consciência à potência de ação: um movimento possível do sujeito revolucionário na psicologia social laneana. In MEDRADO, Benedito e GALINDO, Wedna. Psicologia Social e seus Movimentos: 30 anos de Abrapso. Recife: Abrapso, 2011.
- Palavras-Chave:** Greve; PUC-SP; Comum.

O MOVIMENTO SOCIAL REAJA PIRACICABA: UMA ANÁLISE PSICOSSOCIAL E POLÍTICA. *Telma Regina de Paula Souza* (trsouza@unimep.br); *Caroline Valério Dell'Amatrice; Marina Soave; Natália Morelo Galletti; Paula Gomes Silva; Vera Lúcia de Andrade Silva.* (UNIMEP/Piracicaba)

A partir da Conferência Municipal da Transparência e Controle Social – a CONSOCIAL – realizada em outubro de 2011, como uma etapa da CONSOCIAL nacional, alguns

participantes, representantes da sociedade civil, iniciam um movimento para que o poder público da cidade garantisse a implementação das 20 propostas aprovadas na Conferência Municipal. Nesse processo, que envolveu reuniões abertas e manifestações públicas, surge o REAJA Piracicaba, motivado pela indignação dos participantes frente à aprovação, pelos vereadores da cidade, em regime de urgência, de um projeto de aumento de 66% dos subsídios dos vereadores, a partir de janeiro de 2013. O REAJA tem mobilizado diversos atores sociais e motivou-nos a investigar a identidade coletiva desses atores e os sentidos de suas ações na cidade. Acompanhamos esse movimento desde sua origem e, por meio da disciplina Psicologia das Ações Coletivas, alunos realizaram entrevistas com participantes do movimento e participaram de reuniões do coletivo, registrando essas reuniões em diários de campo. A breve discussão ora apresentada fundamenta-se nesses dados, que consideramos de uma pesquisa exploratória. O REAJA pode ser compreendido como um movimento social de caráter político, visto almejar a participação social nas decisões políticas, conforme podemos identificar em sua carta pública dirigida aos vereadores da cidade, na qual expõe as motivações do coletivo REAJA e apresenta suas reivindicações: 1. A revogação da Lei nº 7.062, de 04 de Julho de 2011, e da Resolução nº 03, de 17 de maio de 2012, que fixam os subsídios dos Vereadores para a Décima Sexta Legislatura, aumentando em 66% os mesmos; 2. A implementação das 20 propostas da 1ª Conferência Municipal sobre Transparência e Controle Social de Piracicaba (Consocial), e, em caráter de urgência, das 5 propostas priorizadas por este grupo de instituições, sendo: Aprovação da lei “Ficha Limpa” no município; Aprovação da lei do "Programa de Metas"; Reformulação do Portal da Transparência da Câmara de Vereadores e da Prefeitura de Piracicaba; Criação de um Conselho Municipal de Transparência e Controle Social; Aprovação de lei que regulamente a ampla e prévia divulgação e realização de audiências e Consultas Públicas” (Carta Pública de agosto de 2012). O movimento afirma que seu objetivo é incentivar a sociedade a refletir sobre a importância da sua participação junto às decisões governamentais, o que implica na consolidação da democracia como forma de governo. O coletivo do REAJA é plural, constituído de pessoas jovens e de pessoas pertencentes a instituições e organizações sociais como a OAB, Ongs diversas, organizações religiosas, Fóruns de Direitos, associação de moradores, associações profissionais e sindicatos. Tais organizações têm apoiado o REAJA, o que tem dado legitimidade ao movimento, mesmo sem representantes participando com frequência das atividades do coletivo. O REAJA é um coletivo organizado, com relações horizontais de poder, sendo suas atividades organizadas semanalmente a partir de decisões coletivamente definidas. O coletivo busca atuar de forma transparente e democrática, publicizando reuniões, agendas, decisões e atividades, por meio de redes sociais constantemente atualizadas por seus membros. O caráter político do movimento se expressa tanto em sua pauta de discussões como na reação do poder público, especialmente o poder legislativo, diretamente problematizado pelo movimento. A mídia assume uma posição dúbia em relação ao movimento, ora enaltecendo suas ações, ora descaracterizando o movimento ou até mesmo deformando sua identidade ao apresentá-lo como baderneiro em matérias sobre manifestações públicas organizadas pelo movimento. As reações negativas produziram no coletivo a necessidade de ampliar a participação social buscando atingir segmentos populares que não têm acesso às redes sociais, o que tem sido realizado por meio da coleta de assinaturas em abaixo-assinados para dois Projetos de Lei de Iniciativa Popular, um a revogação da Lei 7.062 e da resolução nº 03 que fixam os subsídios dos vereadores em R\$ 10.900,00 e outro regulamentado a transparência e participação cidadã no aumento dos subsídios dos cargos eletivos municipais. As justificativas para essa Iniciativa Popular, segundo o movimento, são os princípios da moralidade, razoabilidade, transparência pública, para a garantia de um Estado Democrático de Direito. O REAJA, nesse sentido, caracteriza-se por ser um movimento político (MELUCCI, 1991, 1996, 1999; SOUZA, 1998) que almeja a

partilha de poder nos processos decisórios o que tem sido discutido no Brasil como controle social, em que pese os limites que temos vivido para a consolidação desse controle por meio dos canais institucionais regulados pelo Estado (LAVALLE,2011).

Referências

MELUCCI, A. *L'invenzione del presente: movimenti sociali nelle società complesse*. Bologna: Il Mulino, 1991

LAVALLE, A. G. Participação: valor, utilidade, efeitos e causa IN PIRES, R.R. C. (org.) *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília: Ipea, 2011.

Souza, T. R. P. *Mundo contemporâneo e Totalitarismo: os limites da diferença. Formações identitárias de grupos Skinheads no Brasil e na Itália*. Tese de doutorado em Psicologia Social. São Paulo: PUC, 1998

Palavras-Chave: Movimento Social, Identidade Coletiva, Psicologia Política.

PARTICIPAÇÃO NO TERRITÓRIO DE JACAREÍ-SP: MOVIMENTOS E TRANSFORMAÇÕES NAS RELAÇÕES PESSOA-AMBIENTE. *Nicole Nothen de Oliveira* (nicolenohen@usp.br). (PUC-SP)

Introdução:O presente trabalho consiste no relato da investigação de mestrado desta autora, intitulada, inicialmente, “Movimentos sociais e participação no território de Jacareí-SP. Um estudo para a compreensão do lugar da ambiência nas vinculações identitárias”. Esta pesquisa está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP-USP), sob orientação de Eda Tassara, tendo sido formulada com base na participação desta autora no projeto de pesquisa “Formas organizativas de coletivos sociais e políticos em cidades latinoamericanas: um estudo psicossocial do enraizamento em fronteiras urbanas-periurbanas no território de São Paulo”, também coordenado pela Professora Tassara. O tema principal que permeia estes dois estudos consiste na participação popular em fronteiras urbanas-periurbanas de São Paulo, buscando-se situar as causas e conseqüências psicossociais do associativismo civil, à luz do conceito teórico do enraizamento (WEIL, 1949), buscando apreender, ademais, aspectos referentes a formas organizativas permanentes ou efêmeras de coletivos sociais e políticos. O campo de pesquisa escolhido para a coleta de dados foi a cidade de Jacareí-SP. Em termos de fundamentação teórica a respeito do tema aqui abordado, a questão desta pesquisa se insere no grande campo da Psicologia Social, tal como descrito por Asch (1952) ao elaborar sua teoria baseando-a na observação do indivíduo em interação, tanto com outros indivíduos, como com o ambiente que o rodeia. Segundo este autor, o indivíduo está sempre inserido em um campo de forças, bem como suas principais características são aquelas relacionadas à sua interação com o ambiente. Nesse sentido, também Lewin (1951, 1973) entende que a constituição do indivíduo e suas atitudes são constantemente influenciadas por forças advindas do ambiente e da interação com outras pessoas. Para além destes referenciais, considera-se importante, também, a incorporação de resultados e reflexões baseados em estudos da área da Psicologia Ambiental, sendo esta entendida como o “estudo científico das relações diacrônicas e sincrônicas entre homens e as circunstâncias histórico-culturais que condicionam suas existências e são por eles condicionadas” (TASSARA, 2005, p. 297). Objetivos: O objetivo geral desta pesquisa de mestrado é o de investigar quais são – e como se dão – as relações entre a participação e a espacialização identitária (TASSARA, 2007), no território de Jacareí-SP, investigando as relações que existem entre território (entendido como espaço e tempo) e o indivíduo. No caso deste estudo, optou-se por entrevistar representantes de três gerações de uma mesma família, cuja representante da geração mais antiga mora em um bairro de Jacareí há aproximadamente 50 anos. Inspirando-se em estudo realizado pelo Laboratório de Psicologia Socioambiental e Intervenção (IP-USP), busca-se “apreender as modificações

intergeracionais das percepções e os comportamentos dos seus habitantes em suas inter-relações com as transformações do bairro, com vistas a delimitar os processos identitários relativos aos seus diferentes aspectos”. (TASSARA; RABINOVICH; GOUBERT, 2004, p. 335). Metodologia: O método utilizado nesta pesquisa de mestrado consiste, primeiramente, em um procedimento de coleta de dados denominado de “itinerário” ou “percurso comentado” (PETITEAU, 2001; THIBAUD, 2001; OKAMURA, 2004), partindo-se de uma abordagem fenomenológica. Este procedimento consiste na realização de entrevistas, no intuito de coletar as histórias de vida (QUEIROZ, 1998; BOSI, 2003) dos sujeitos, através de uma caminhada com os mesmos no território ao qual eles estejam se referindo em seus depoimentos, utilizando-se, eventualmente, do auxílio de fotografias (estas feitas pelo entrevistado, observando-se as normas de direitos autorais e de uso de imagem). No que diz respeito ao procedimento de análise desses dados, inspira-se no estudo de Canevacci (1993), que pode ser descrito como um “olhar dos analistas sobre os olhares que refletem relações com essa cidade” – nesse caso, o bairro (TASSARA; RABINOVICH; GOUBERT, 2004, p. 333). Desta análise, surge então um “caleidoscópio de imagens narradas” (id., *ibid.*) e mensagens que comunicam representações. Resultados: Os resultados parciais obtidos até agora apontam para a relevância, tanto do tema, quanto do método utilizado. Em termos do conteúdo das narrativas coletadas, evidenciou-se um esvaziamento dos movimentos sociais, dando lugar a um movimento do próprio indivíduo, relacionado com sua vivência no e do território (transmitido e transformado intergeracionalmente) – demonstrando a importância da discussão de conceitos como os de enraizamento e ambiência ainda hoje. Em termos de método, a percepção destas mudanças emergiu a partir daquele olhar dos analistas sobre o olhar dos sujeitos, já mencionado. Conclusões: A partir do que foi exposto acima, é possível afirmar que as considerações formuladas por Canevacci (1993), baseado em autores como Bateson e Benjamim, no qual “o objeto e o método construir-se-iam reciprocamente, sendo que, na sua construção, é imanente a destruição” (TASSARA; RABINOVICH; GOUBERT, 2004, p. 333), pode ser considerado adequado para o estudo em questão neste trabalho. Analisando os dados até o momento, percebe-se a relevância deste processo de desconstrução e reinvenção daquilo que se busca e do meio pelo qual se olha aquilo que é encontrado.

Referências

- ASCH, S. E. Psicologia Social. Trad. Dante M. Leite e Miriam M. Leite. 4ª Ed. São Paulo: Editora Nacional, 1952.
- BOSI, E. O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- CANEVACCI, M. A cidade polifônica. São Paulo: Studio Nobel, 1993
- LEWIN, K. Princípios de psicologia topológica. (Trad. de Alvaro Cabral) São Paulo: Cultrix, 1973.
- _____. Teoria de campo em ciência social. (Trad. Carolina M. Bori) In: Cartwright, D. (Org.) São Paulo: Pioneira, 1951.
- OKAMURA, C. Arouche 2004: Uma incursão no território urbano da cidade de São Paulo através de seus personagens. Estudo psicossocial sobre encontros e desencontros entre olhares, imagens e paisagens - diagnóstico para uma intervenção ambiental. São Paulo, 2004, 300 p. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.
- PETITEAU, J-Y & PASQUIER, E. La méthode des itinéraires: récits et parcours. In GROSJEAN, M. & THIBAUD, J-P (org.). L'espace urbain en méthodes. Marseille: Éditions Parenthèses, 2001. Págs. 63-77.
- QUEIROZ, M. I. P. de. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: VON SIMSON, O. de M. (Org.) Experimentos com Histórias de vida: Itália – Brasil. Vol. 5, Págs. 14-43. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais - Enciclopédia aberta de Ciências Sociais, 1998.

TASSARA, E. T. de O. Urbanidade e Periurbanidade(s). Reflexões sobre dimensões psicossociais das dinâmicas históricas. Rev. Elet. Série Documenta, n. 17, ""Comunidade - Meio Ambiente - Desenvolvimento"". Programa de Mestrado e Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social – EICOS – Cátedra UNESCO de Desenvolvimento Durável, ISSN 1982-4297, 2007. Disponível em: <http://www.psicologia.ufrj.br/pos_eicos/pos_eicos/arqanexos/documenta/documenta17_artigo7.pdf> Acesso em: 10/12/2011.

TASSARA, E. T. de O. Sincronias e diacronias: um recorte possível da Psicologia Ambiental no contexto contemporâneo das questões ambientais. Rev. Psicol. USP [online]. 2005, vol.16, n.1-2 [cited 2012-12-15], pp. 295-298. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642005000100031>.

Acesso em: 10/11/11.

TASSARA, E.T.O., RABINOVICH, E.P. & GOUBERT, J-P. O lugar da poética nas relações pessoa-ambiente. O caso da Barra Funda: uma arqueologia de um elo social em vias de desaparecimento. In: Tassara, E. T. de O., Rabinovich, E. P., Guedes, M. C. (Orgs.). Psicologia e ambiente. São Paulo: EDUC, 2004. Págs. 331-345.

THIBAUD, J-P. La méthode dès parcours commentés. In: GROSJEAN, M.; THIBAUD, J-P. L'espace urbain en methods. Marseille: Parenthèses, 2001. Págs. 79-99.

WEIL, S. O enraizamento. (Trad. Maria Leonor Loureiro) Bauru: EDUSC, 1949 [2001].

Palavras-Chave: Movimentos Sociais; Participação; Relações Pessoa-Ambiente.

PROCESSOS INSTITUCIONAIS DE PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE NO MOVIMENTO RENOVAÇÃO CARISMÁTICA CATÓLICA. *Samuel Iauany Martins Silva* (saiauany@gmail.com); *Silvio José Benelli* (benelli@assis.unesp.br). (UNESP-Assis)

Este trabalho faz parte de uma pesquisa financiada pela Fapesp. Em tal pesquisa, procuramos analisar o movimento religioso/social da Renovação Carismática Católica (RCC). Por esse motivo, pensamos que cabe muito bem enquadrá-lo no eixo de Movimento Social que compõe o “XI Encontro Regional ABRAPSO São Paulo”. Entendemos que o fenômeno religioso é de imensa abrangência e influência social na atualidade. Tal movimento faz parte da Igreja Católica e surgiu como uma possível reação ao Concílio Vaticano II. Nasceu no EUA em 1967 na Universidade de Duquesne, em Pittsburgh. Hoje está espalhado por todos os continentes e marca sua influência no Brasil, de modo particular no Estado de São Paulo. A RCC se organiza de modo rigidamente hierárquico, comandada em cada país por um Conselho Nacional. O objetivo desta pesquisa, que está em andamento, é analisar quais são os mecanismos de produção de subjetividade que tal movimento utiliza, e verificar se estes se assemelham ao padrão totalitário/disciplinar, encontrado em outros movimentos religiosos. Partimos da premissa de que a RCC pode ser considerada um movimento religioso de características predominantemente totalitárias, como as descritas por Benelli e Costa-Rosa (2006b). Nossa hipótese é que seria possível encontrar nesse movimento o funcionamento de estratégias e táticas de poder disciplinar que influenciam na produção de subjetividade, procurando modelar e formatar a existência de inúmeras pessoas segundo um padrão normalizador que rege a conduta, a emoção, o pensamento e a ação. Partimos da Análise Institucional (LOURAU, 1996; BAREMBLITT, 1998; COSTA-ROSA, 2000) enquanto perspectiva teórica e metodológica, porque ela nos proporciona uma análise do elo que se pode estabelecer entre o funcionamento de uma instituição (RCC) na sociedade atual e os mecanismos de poder, bem como os efeitos produzidos em termos de produção de subjetividade. A subjetividade consistiria na produção de modos de existência particular ou coletiva e Benelli (2006, p. 65) afirma ainda que “toda produção institucional pode ser entendida como produção de subjetividade, de sujeitos produzidos a partir de uma subjetividade serializada ou singularizada”. Essa produção de sujeito pode também ser

captada mediante a análise de discursos e práticas. É deste modo que estamos investigando a RCC e as ferramentas de construção da identidade que ela utiliza com seus participantes. O sujeito e sua constituição são inseparáveis das “tecnologias de si” (os modos pelos quais é possível que o sujeito se relacione consigo mesmo). Portanto, é possível considerar que o sujeito se constitui por meio de certas práticas de si que geralmente são ofertadas por instituições sociais, que o fazem pensar, analisar e transformar seu corpo, sua alma, seu próprio eu. Nosso trabalho consiste numa revisão bibliográfica e documental sobre a RCC no Brasil. Analisamos trabalhos acadêmicos bem como apostilas de formação doutrinária, projetos pedagógicos, documentos de planejamento estratégico relativos a eventos e voltados para a formação de seguidores. Segundo Benelli e Costa-Rosa (2006), as instituições (re)produzem subjetividade, e essa produção pode ser analisada mediante seus *discursos* e *práticas*. Não realizamos uma análise de campo, mas percebemos, no decorrer da pesquisa, que a Análise Institucional nos permite criar um “campo de análise”. Podemos considerar o *discurso* como a dimensão naturalizada e implícita de cada formação histórica, de cada prática e também de cada disciplina. A Análise Institucional nos permite compreender o lugar e a potência do discurso como enunciado ideológico universalizante (MARTINS, 2002). O discurso, nessa perspectiva, é lacunar e aspira à verdade imutável. Suas lacunas remetem à estrutura contraditória e de dominação e, nesse sentido, escondem/revelam o “não-sabido” em que se sustenta a formação social institucional a que se refere tal discurso. Já obtivemos certos resultados que pensamos ser julgamos relevantes para entender o funcionamento desta instituição. Por meio da análise dos documentos encontrados, percebemos que a RCC possui um forte esquema de *marketing*. É intensamente difundido pela TV, principalmente pelo canal Canção Nova, assim como pela Internet, pelo rádio e por meio da promoção de eventos religiosos formativos, geralmente denominados acampamentos ou encontros, que duram alguns dias. Além disso, constatamos, segundo Sofiati (2009), que no movimento há uma luta contra a moral “secular”, e que vários eventos religiosos festivos “cristãos” são realizados numa tentativa clara de afastar a juventude da cultura secular. As noções de “abandono da vida antiga”, “abertura para uma vida nova e renovada pelo Espírito” e de que “Jesus é o único guia do caminho” são pontos fundamentais do pensamento carismático. Por meio desta pesquisa poderemos acrescentar e contribuir para os estudos em Psicologia Social e Análise Institucional no campo religioso brasileiro. A religião é um fenômeno intensamente difundido e enraizado na cultura do país. Além disso, entendemos que é de grande importância lançarmos um olhar acadêmico crítico para os movimentos sociais religiosos, devido à sua importância e abrangência.

Referências

- BAREMBLITT, G. F. (Org.). *Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1998.
- BENELLI, S. J. *Pescadores de homens: estudo psicossocial de um seminário católico*. São Paulo: UNESP, 2006.
- BENELLI, S. J.; COSTA-ROSA, A. Movimentos religiosos totalitários católicos: efeitos em termos de produção de subjetividade. *Estudos de Psicologia*, 23(4), outubro-dezembro, p. 339-358, 2006.
- COSTA-ROSA, A. O Modo Psicossocial: um paradigma das práticas substitutivas ao modo asilar. In: AMARANTE, P. D. C. (Org.) *Ensaio de Loucura & Civilização*. Rio de Janeiro: Fiocruz, vol. 1, 2000, p. 141-168.
- LOURAU, R. *A análise institucional*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1996.
- MARTINS, J. B. (Org.). *Temas em análise institucional e em construcionismo social*. São Carlos: Rima; Curitiba: Fundação Araucária, 2002.

SOFIATI, F. M. *Religião e juventude: os jovens carismáticos*. 2009. 210 f. Tese (Doutorado em Sociologia da Religião) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

Palavras-Chave: Psicologia Social; Análise Institucional; Renovação Carismática Católica.

Pôster

A CONCEPÇÃO DOS ALUNOS DO ÚLTIMO ANO DO CURSO DE PSICOLOGIA SOBRE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA FÍSICA COMO MÉTODO EDUCACIONAL.

Nayra Borges de Almeida. (FECEA)

A Violência Doméstica Física Contra Crianças e Adolescentes é considerada, atualmente, como um problema de saúde pública, o qual afeta diretamente a qualidade de vida de crianças e adolescentes, trazendo consequências ao desenvolvimento dos mesmos (MACHADO et. al. 2005). Neste contexto, o presente trabalho buscou investigar qual a concepção dos alunos do último ano do curso de Psicologia em uma instituição no município de Penápolis – SP sobre a utilização da violência física como método empregado na educação de crianças e adolescentes. Objetivou-se, também, verificar se o tema foi abordado durante a graduação e qual o conceito atribuído a esta prática pelos alunos. Além disso, pretendeu-se observar se os sujeitos atribuem consequências negativas ao uso de punição corporal e analisar a opinião dos mesmos sobre a Lei da Palmada. Para isso, após leitura e assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido, realizou-se pesquisa qualitativa através da aplicação de 9 questionários (41% dos alunos) contendo perguntas abertas e fechadas acerca do assunto. A abordagem metodológica utilizada foi o referencial dialético crítico, o qual pressupõe uma abordagem que vise à transformação do real (PRATES, 2003). No âmbito da Psicologia Social, esta metodologia busca conhecer o indivíduo participante da pesquisa inserido em uma totalidade sócio-histórica, a partir da manifestação de ideologias e representações sociais presentes em seu discurso. Assim, partindo deste discurso individual produzido pelo sujeito, é possível identificar significados presentes nesta totalidade (LANE, 1985). Para embasar a análise das respostas, utilizou-se o conceito de violência doméstica física, de Azevedo e Guerra (2008), o qual é condizente com a definição proposta por diversos documentos da legislação brasileira (Estatuto da Criança e do Adolescente; “Lei da Palmada”, Convenção Internacional sobre os Direitos das Crianças e o Plano Nacional de Promoção, Defesa e Garantia do Direito das Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, entre outros) cujos aspectos políticos defendidos apresentam a concepção de que o uso da violência física como método educacional reforça o significado histórico-cultural da hegemonia patriarcal e adultocêntrica, a qual resulta em um processo de “coisificação da infância” (AZEVEDO; GUERRA, 1993). Através da pesquisa, constatou-se que a graduação possibilitou à maioria dos sujeitos o contato com o tema, porém, considera-se necessário que seja disponibilizado aos graduandos maior tempo para o aprofundamento e reflexão sobre a defesa dos direitos da criança e do adolescente, potencializando condições de mudanças de paradigmas, contribuindo para que a promoção e garantia do pleno desenvolvimento de crianças e adolescentes tenha a prioridade fundamental na atuação deste profissional.

Referências

AZEVEDO, M.A.; GUERRA, V.N.A.. **Curso de Aperfeiçoamento em Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes (VDCA)?Boa Pergunta!** Unicsul Campus Virtual da Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL). São Paulo, 2008.

BRASIL, **Boletim especial:** 14 de julho; marco histórico no enfrentamento à violência contra a criança e o adolescente. Disponível em:

http://www.mp.ba.gov.br/atualizacao/infancia/eduque/boletim_especial_projeto_de_lei.pdf.

Acesso em 03 dez. 2010.

BRASIL; Lei 8.069. Estatuto da Criança e do Adolescente, 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF. 16 de julho de 1990.

BRASIL; Projeto de Lei nº 2654, novembro de 2003. Dispõe sobre a alteração da Lei 8069, de 13/07/1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, e da Lei 10406, de 10/01/2002, o novo Código Civil, estabelecendo o direito da criança e do adolescente a não serem submetidos a qualquer forma de punição corporal, mediante a adoção de castigos moderados ou imoderados, sob a alegação de quaisquer propósitos, ainda que pedagógicos, e dá outras providências. **Sala de sessões**, Brasília, DF. 2003. Disponível em:

<http://www.fia.rj.gov.br/legislacao/leidapalmada.pdf> Acesso em 03 dez. 2010.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Relatório Sobre Castigo Corporal e os Direitos Humanos das Crianças e Adolescentes**. Organização dos Estados Americanos, OEA/Ser.L/V/II.135 Doc. 14, 5 agosto 2009 OEA. Disponível em:

<http://www.cidh.org/pdf%20files/CASTIGO%20CORPORAL%20PORTUGUES.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2010.

LANE, S. T. M. As categorias fundamentais da psicologia social. In: LANE, S. T. M.; CODO, Wanderley (orgs.), **Psicologia social - o homem em movimento** (pp.32-57). 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MACHADO, Heloisa Beatriz et al. Abuso Sexual: Diagnóstico de casos notificados no município de Itajaí/SC, no período de 1999 a 2003, como instrumento para a intervenção com famílias que vivenciam situações de violência . 11 de novembro de 2005 Curso de Enfermagem do Centro de Ciências da Saúde da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-07072005000500007&script=sci_arttext>. Acesso em 15 jul. 2010

PRATES, J. C.; planejamento da Pesquisa Social; in **Temporalis** – Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, jan-jun 2003.

Palavras-Chave: Violência Física; Infância/Adolescência; Garantia de Direitos.

A ÉTICA E MORAL NO TRABALHO COM GRUPOS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: IMPLICAÇÕES PARA O PAPEL DO PSICÓLOGO NO NÚCLEO DE APOIO EM SAÚDE DA FAMÍLIA. *Tiago Rocha Pinto; Mário Eduardo Alves da Silva* (marioeduardopsic@gmail.com). (ABRAPSO-CUESTA)

Introdução: A partir da implantação do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), o profissional da área da psicologia também tem sido levado a rever o seu papel e modo de atuação. Ações como o matriciamento, discussões de caso, atividades em grupo e trabalho conjunto com equipe multiprofissional remetem a novas problemáticas envolvendo questões morais e éticas em sua prática.(NEVES,2012) Logo entendemos o conceito de ética como aquele busca a reflexão humana, enquanto que moral compete instituir o das pessoas na sociedade.(ARANHA e MARTINS). Objetivo: Este estudo tem como objetivo compreender de forma crítica como o psicólogo enquanto profissional pode utilizar a ética e a moral de forma benéfica e coerente nos atendimentos grupais e em de discussões de caso com membros do NASF e das equipes de referência nos cenários da Atenção Primária à Saúde. Metodologia: Para tanto, utilizou-se de uma situação fictícia que poderia ocorrer no cotidiano de trabalho com grupo no NASF para ilustrar e problematizar dilemas ético-morais afins para pensá-los a partir do referencial da teoria histórico-cultural e da psicologia social latino – americana. Resultados: Foi possível compreender que grupos heterogêneos conduzidos por uma equipe multiprofissional devem favorecer os usuários a se colocar abertamente, livre de juízos de valor e preconceitos. Faz-se necessário conhecer os preceitos éticos que balizam a atuação do psicólogo no trabalho com grupos e dos limites e possibilidades de sua atuação com outros profissionais das equipes. Conclusão: Avaliamos como pertinente e necessário o investimento em capacitações e cursos para os profissionais que atuam no NASF e que utilizam a abordagem grupal como forma de intervenção e discussão. É fundamental que

sejam colocados em debate questões que envolvam conflito ético, a fim de serem refletidas e contextualizadas em seu momento histórico e social.

Palavras chaves: Psicologia Social, Ética, Atenção Primária à Saúde.

A GESTÃO DA SAÚDE DO TRABALHADOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP. *Maria Luíza Gava Schmidt* (mlschmidt@uol.com.br), *Silvia Cristina Pincelli*, *Walnei Fernandes Barbosa*. (Coordenadoria De Saúde E Segurança Do Trabalhador E Sustentabilidade Ambiental/Pró-Reitoria De Administração/Reitoria/UNESP)

INTRODUÇÃO: A preocupação com a qualidade do trabalho e com a capacidade de prevenção de doenças e acidentes do trabalho na atualidade, encontra ressonância em diversos campos do conhecimento. Antunes (1995) alerta para o fato do trabalho estar perdendo sua relevância na sociedade contemporânea, e ressalta que é necessário discutir a questão do trabalho a partir de diferentes éticas do trabalho, implementando novos programas que tenham como missão melhorar as condições de trabalho e que busquem "uma transformação radical do trabalho, convertendo-o em trabalho social". A mais moderna visão da Psicologia do Trabalho destaca a importância do trabalho criativo e sugere estudos epidemiológicos das condições de trabalho e da morbidade das populações para a reavaliação das possíveis patologias existentes e sua consequente profilaxia. Os avanços tecnológicos afetam, melhorando ou piorando, as condições de trabalho e a autonomia profissional. Interferem nas condições de trabalho e quanto pior estiver o trabalhador em suas condições de trabalho, pior estará sua saúde, quando observada do ponto de vista biopsicossocial. A morbidade do trabalhador pode ser resultado da falta de condições mínimas de qualidade no trabalho, ausência de perspectiva profissional, perda substantiva da autonomia no trabalho, enquanto prática profissional em sua dimensão ética, o que torna o trabalho embrutecido, de péssima qualidade, desmotivante e altamente perigoso. Como instituição, inserida nessa realidade, a Universidade Estadual Paulista – Unesp, também não poderia ficar alheia às transformações ocorridas no mundo contemporâneo, e para atender as ações de Infraestrutura e Gestão, criou a Coordenadoria de Saúde e Segurança do Trabalhador e Sustentabilidade Ambiental – COSTSA, tendo como objetivo primordial coordenar e administrar a implementação de políticas e programas para a promoção de saúde e segurança do trabalhador e para a sustentabilidade ambiental. As ações da Coordenadoria, seguem os princípios de promoção da saúde descritos na Carta de Ottawa (1986) - “ O processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria da sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo”. Nesta perspectiva, as estratégias seguem também os princípios descritos nesse documento, a saber: Elaboração e implementação de políticas saudáveis; Criação de ambientes favoráveis à saúde; Reforço da ação comunitária; Reorientação do sistema de Saúde; Desenvolvimento de habilidades pessoais. A Universidade Estadual Paulista – Unesp, possui uma estrutura multicampus, com 32 Unidades localizadas em 23 Municípios do estado de São Paulo. O quadro funcional é de aproximadamente 11.000, servidores técnicos/ administrativos e docentes. **OBJETIVO:** Este trabalho tem como objetivo apresentar as experiências bem sucedidas da Coordenadoria desde a sua implementação julho de 2010, desenvolvidas pelo Grupo Técnico de Perícias e Saúde do Trabalhador, que tem como competências: Planejar, desenvolver, implantar, orientar, controlar e avaliar todos os processos relativos a saúde do trabalhador e perícia médica, assegurando-se da conformidade com a política determinada e com a legislação vigente. Desenvolver e estabelecer políticas para diminuir o absenteísmo. **METODOLOGIA:** As atividades de gestão da saúde dos trabalhadores estão divididas em três Áreas assim denominadas: Área de Atendimento Assistencial e Prevenção a Saúde, Área de Perícias Médicas e Área de Saúde do Trabalhador, sendo que cada Área terá as atividades concernentes a: I) Área de Atendimento Assistencial e Prevenção a Saúde: -Desenvolver políticas de saúde no sentido de atender, cadastrar e orientar

pacientes com vistas ao atendimento médico, social, odontológico e psicológico; - Desenvolver programas de saúde preventiva e de promoção da saúde e qualidade de vida, através de campanhas e outras ações pertinentes; -Planejar, coordenar e orientar os processos e procedimentos médicos, de enfermagem, de atendimento psicológico e de serviço social junto às STS (Seções Técnicas de Saúde); II) Área de Saúde do Trabalhador: - Implementar, manter e melhorar continuamente o sistema de gestão em Saúde do Trabalhador; - Atuar em conformidade com as Normas implementadas; -Elaborar e implementar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), com o objetivo de promoção e preservação da saúde dos servidores da Unesp; - Prevenir, rastrear e diagnosticar precocemente os agravos à saúde relacionados ao trabalho; -Constatar a existência de casos de doenças profissionais ou danos irreversíveis à saúde dos servidores; - Implementar na Unesp exames médicos: admissional, periódico, retorno ao trabalho, demissional; - Estabelecer conceitos para caracterização do acidente de trabalho; - Estabelecer políticas de reinserção do servidor readaptado. III) Área de Perícias Médicas: - Implementar políticas, normas e procedimentos em Perícias Médicas na UNESP; - Definir e subsidiar recursos para a realização de perícias locais e juntas médicas; - Analisar as GPMs (Guias de Perícias Médicas) e os Processos referentes a Readaptação, Aposentadoria, Isenção do Imposto de Renda, Isenção Previdenciária, Concessão durante afastamento do Vale Refeição, dando posterior encaminhamento para providências legais; - Realizar as publicações em Diário Oficial do Estado (DOE). RESULTADOS: Indicadores de redução de absenteísmo e readaptação. Implementação de programas de promoção da saúde.

Referências

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 1a ed. São Paulo: Cortez, 1995.

CARTA DE OTTAWA, PRIMEIRA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE PROMOÇÃO DA SAÚDE. Ottawa, novembro de 1986.

Palavras-chave: Gestão de Saúde; Saúde do Trabalhador; Condições de Trabalho.

A MOTIVAÇÃO NA APRENDIZAGEM NO CONTEXTO ACADÊMICO DE UNIVERSIDADE FEDERAL. *Thais Brasil Oliveira* (brasil_thaisoliveira@ig.com.br), *Cátia Batista Tavares dos Santos*. (Universidade federal rural do rio de janeiro e moradoras do estado do rio de janeiro)

Introdução:A realização de um curso superior é valorizada no mercado de trabalho, devido as constantes transformações e reestruturações do mesmo, tem se tornado cada vez mais competitivo. Existem vários fatores que contribuem para a busca de uma formação acadêmica: a satisfação pessoal e qualificação profissional. Devido a determinadas dificuldades encontradas no meio acadêmico o sujeito necessita estar motivado, para concluir com eficácia e significativo aprendizado. A identificação do impacto da universidade depende do perfil do estudante e de suas características e, da diversidade das instituições, cursos e experiências de formação (Santos, et al.,2011 apud Polydoro, Teixeira e Bardagi, 2010).

Santos, et al., (2011) reconhece a integração à vida acadêmica como um processo multifacetado, construído nas relações estabelecidas entre o estudante e a instituição de ensino, e para o autor este processo é vivenciado e percebido de forma particular. A importância da motivação no processo educativo é amplamente reconhecida. Torna-se então pertinente a compreensão das necessidades dos alunos, pois a falta de motivação pode resultar em fatores negativos como tensão emocional, aborrecimento, evasão, fadiga e aprendizagem deficitária. Grande parte das dificuldades da escola tem origem nos problemas de motivação (Campos, 1987). A motivação do aprender é direcionada por um fator interno, que dinamiza como uma condição prévia para a aprendizagem. Considera o estado interno (as habilidades para aprendizagem e motivação) e também são levados em conta os fatores externos, isto é os

demais componentes do ensino (Oliveira, et al., 2010). A motivação extrínseca aproxima-se muito da própria motivação intrínseca em seu grau de autodeterminação, mas não coincide com ela, já que na regulação integrada, o que sustenta a realização da atividade é a sua importância para a obtenção de metas e valores internalizados pela pessoa (Bzuneck & Guimarães, 2007). Metodologia: Quantitativo. Escala de Motivação Acadêmica. 47 alunos de diferentes cursos-UFRRJ. Resultados/ Níveis de correspondências à Motivação. - Intrínseca para Saber: 58% total; 29% muita; 11% moderado; 1% pouca; 1% nenhuma. - Intrínseca para Realização 36% total; 24% muita; 27% moderado; 8% pouca; 4% nenhuma. - Intrínseca para vivenciar estímulos: 24% total; 24% muita; 35% moderado; 13% pouca; 4% nenhuma. - Extrínseca por identificação: 61% total; 18% muita; 12% moderado; 4% pouca ; 5% nenhuma. - Extrínseca por introyeção: 24% total; 16% muita; 24% moderado; 12% pouca; 23% nenhuma. - Extrínseca por regulação externa: 44% total; 20% muita; 16% moderado; 10% pouca; 9% nenhuma. – Desmotivação: 91% total; 1% muita; 2% moderado ; 5% pouca e 1% nenhuma. Motivação extrínseca teve uma pequena predominância entre os estudantes. Para Bzuneck e Guimarães, (2007) esse é o fenômeno mais comum no contexto escolar. Entretanto, condizente a motivação intrínseca encontramos uma aproximação da motivação extrínseca. Podemos afirma que, os estudantes da UFRRJ estão deveras motivados, tanto extrinsecamente quanto intrinsecamente. 91% dos entrevistados apresentam nenhuma correspondência à desmotivação. Consequentemente a esse resultado, é esperado que o nível de desmotivação tivesse sido irrelevante. Alguns atributos podem ter contribuído, como a maior parte dos entrevistados estarem no curso desejado. Concluímos que maioria dos pesquisados está motivada academicamente.

Referências

- BZUNECK, José Aloyseo. A motivação do aluno orientado a metas de realização. Em E. Boruchovitch & J. A. Bzuneck (Orgs.), A motivação do aluno: contribuições da psicologia contemporânea. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004, pp.58-77.
- BZUNECK, José Aloyseo; GUIMARÃES, Sueli ÉdiRufini. Estilos de professores na promoção da motivação intrínseca: reformulação e validação de instrumento. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. v.23 n.4 Brasília out./dez. 2007.
- CAMPOS, Dinah Martins de Souza. *Psicologia da aprendizagem*. 20 ed. Petrópolis, Vozes, 1987.
- PENNA, Antonio Gomes. *Introdução a Motivação e a Emoção*: Rio de Janeiro. Imago, 2001
- SANTOS, Acácia Aparecida Angeli dos; MOGNON, Jocemara Ferreira; LIMA, Thatiana Helena Deand; CUNHA, Neide Brito. A relação entre vida acadêmica e a motivação para aprender em universitários. *Psicol. Esc. Educ.* [online]. 2011, vol.15, n.2, pp. 283-290.
- OLIVEIRA, Plícia Araújo; THEÓPHILO, Carlos Renato; BATISTA, Igor Veloso Colares; SOARES Simarly Maria. *Motivação sob a perspectiva da teoria da autodeterminação: Um estudo da motivação de alunos do curso de ciências Contábeis da Universidade Estadual de Montes Claros*. 2010.

Palavras-Chave: Motivação; Estudantes Universitários; Desmotivação.

A MÚSICA COMO AUXÍLIO NO DESENVOLVIMENTO DA SOCIABILIDADE.

Diego Azevedo Godoy (diegogodoy@hotmail.com.br), *Telma Regina de Paula Souza* (orientadora). (Universidade Metodista de Piracicaba)

A socialização e a identidade são fatores muito importantes na construção e manutenção da sociabilidade de qualquer indivíduo. Ao se trabalhar com adolescentes que residem em um abrigo, deve-se primeiramente estabelecer um vínculo natural e espontâneo, respeitando-os como são e esperando seu tempo de confiança, e então promover uma mediação com algo que exista no universo deles e também interesse a eles, no caso a música. “A música também se torna um auxílio terapêutico assim como a pedagogia” (RUUD 1991, p. 31), trabalhando com

a música podemos observar seus efeitos terapêuticos e sociais como, a escuta, o reconhecimento, o aprendizado, o estudo, a interação, a identificação com a cultura, o desenvolvimento das relações e da identidade, desenvolvimento de capacidades como a motora, afetiva, mental, sensorial, cognitiva, criadora, e muitas outras. Através da oficina de música os adolescentes podem se sentir reconhecido por algo produzido por eles mesmos, e é um sentimento o qual, muitos deles não possuem, “O reconhecimento de nosso ser e a confirmação de nosso valor são o oxigênio da existência.” (TODOROV, 1996, p. 101). O processo pelo qual o trabalho se desenvolveu, foram aulas práticas e teóricas de música em um espaço caracterizado como: oficina de bateria e percussão em grupo, realizada uma vez por semana com duração de 2 horas, durante 10 meses, da qual participaram quatro adolescentes entre 10 e 14 anos, residentes em um abrigo. Dentro das aulas realizadas na oficina, o objetivo foi proporcionar uma escuta e um espaço de acolhimento, observando os comportamentos apresentados, que na maioria das vezes eram dispersos, individualistas e até agressivos, para então tentar construir outras relações entre os garotos do grupo. “O indivíduo não nasce membro da sociedade. Nasce com a predisposição para a sociabilidade e torna-se membro da sociedade” (BERGER; LUCKMANN, 1985, p.) segundo os autores, nós nascemos em meio a um grupo social, mas quando nascemos ainda não pertencemos a tal grupo, nós apenas possuímos a capacidade natural de nos relacionarmos e de conviver em sociedade, ou seja, a sociabilidade é que possibilita o indivíduo a se tornar parte da sociedade em que vive. A intenção do trabalho foi de proporcionar um acolhimento por meio da escuta e mediar às relações, promovendo um espaço de sociabilidade alternativa por meio da música. Apesar de alguns limites que foram vivenciados na oficina, o desenvolvimento deste trabalho foi produtivo para a criação de um novo espaço social visando às relações ali presentes, o acolhimento à escuta e o surgimento de formas de expressões artísticas e culturais entre os participantes.

Referências

BERGER L., Peter; LUCKMANN, Thomas. A Construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes Ltda., 1985.

TODOROV, Tzvetan. A vida em comum: ensaio de antropologia geral. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

Ruud, Even. Música e saúde. São Paulo: Summus Editorial, 1991

Palavras Chave: Sociabilidade; música; e adolescentes.

A PAISAGEM VIVIDA DO BAIRRO DA LIBERDADE: UM ESTUDO COM SEUS MORADORES BASEADO EM PASSEIOS FILMADOS. *Danilo Sergio Ide* (daniloide@usp.br). (USP-SP)

Introdução: A paisagem do bairro da Liberdade recebeu alterações significativas nas últimas décadas. Destacamos quatro momentos: na década de 1960 tivemos a construção da Radial Leste, dos viadutos na Av. Liberdade, R. Galvão Bueno, R. Glória e R. Conselheiro Furtado, e das estações São Joaquim e Liberdade do Metrô; na década de 1970 tivemos a instalação da decoração oriental composta pelo portal torii, os postes vermelhos com lanternas suzurantô, a calçada com desenhos na forma mistudomoe e os dois jardins orientais, um na R. Galvão Bueno e outro no Largo da Pólvora; no ano de 2007 tivemos a alteração das fachadas das lojas com a retirada ou diminuição das dimensões dos letreiros com caracteres orientais por força da lei Cidade Limpa; no ano de 2008 tivemos a reforma da Praça da Liberdade, primeira fase de um projeto de revitalização do bairro que inclui reforma nas fachadas, viadutos, praças do bairro. A primeira alteração foi pensada para o desenvolvimento da rede de transporte da cidade. A segunda, para a formação de um polo de comércio e turismo com temática oriental. A terceira, para combater a poluição visual. A quarta, para a renovação do polo turístico oriental. Em nenhuma delas se nota uma preocupação direta com a vida local dos moradores.

Como vivem cotidianamente a/na paisagem, eles são sensíveis a qualquer tipo de alteração sofrida por ela. Parece-nos então importante saber como o morador se situa em relação à paisagem. A partir daí poderíamos pensar alterações na paisagem que estivessem mais consoantes à posição dos moradores. Objetivo: Entender como se dá a relação entre a paisagem e os moradores do bairro da Liberdade. Metodologia: Utilizamos método do percurso comentado, descrito por Jean-Paul Thibaud (2001). O percurso comentado foi utilizado originalmente na arquitetura e, embora possua variações, consiste basicamente na proposição de uma caminhada na companhia do pesquisador. O participante é então instruído a falar durante o caminho sobre os lugares que estão sendo percorridos. Pretendemos trabalhar com 8 participantes, incluindo tanto moradores japoneses, chineses e coreanos como moradores brasileiros. Os passeios pelo bairro da Liberdade são filmados e o próprio morador tem a opção de operar a câmera de vídeo. Há ainda um segundo encontro em que o morador assiste e comenta o passeio filmado. Resultados: Até o momento realizamos 5 passeios filmados. Elementos como o portal torii e as lanternas suzurantô, que compõem a decoração oriental e geralmente marcam a identidade visual do bairro em cartões postais, não receberam destaque pelos moradores. Representam mais uma vivência turística, marcada pela relação visual com a paisagem do bairro. O que os moradores principalmente destacam são os restaurantes, as mercearias e o próprio caminho. A alimentação e o andar são os principais elementos constitutivos de sua vivência no bairro da Liberdade. Conclusão: Podemos entrever uma diferença entre a paisagem visível e a paisagem vivida. De um lado, uma paisagem percebida apenas com os olhos. De outro, uma paisagem percebida com o corpo todo, da cabeça aos pés.

Referências

THIBAUD, J.-P. La méthode des parcours commentés. In: GROSJEAN, M.; THIBAUD, J.-P. (Org.) L'espace urbain en méthodes. Marseille: Parenthèses, 2001, pp.79-99.

Palavras-chave: Paisagem; Vídeo Digital; Percepção.

A PERCEPÇÃO DOS PAIS E DOS PROFISSIONAIS SOBRE O PROCESSO DE LEITURA E ESCRITA DE CRIANÇAS USUÁRIAS DO IMPLANTE COCLEAR INSERIDAS NO ENSINO REGULAR. *Fabiana Cristina de Souza* (fabianacs.psico@gmail.com); *Zilda Maria Gesueli Oliveira da Paz (orientadora)*. (UNICAMP-Matão)

O presente trabalho refere-se à análise parcial da dissertação de mestrado da pesquisadora que tem como foco questões de leitura e escrita em crianças usuárias do implante coclear. O implante coclear (IC) é uma prótese auditiva colocada dentro da cóclea, por meio de cirurgia. O sistema do IC transforma a energia sonora em impulsos elétricos dando ao indivíduo uma sensação auditiva. É significativa a porcentagem de crianças submetidas à cirurgia que aprendem a ouvir e a falar. Porém, ainda são necessárias pesquisas que explorem a contribuição do IC para o contexto escolar. A linguagem assume papel fundamental e é compreendida como enunciativa, mediadora das interações e da significação do mundo, e não como mera decodificação de fonemas e grafemas. Da mesma forma é a compreensão da escrita: trata-se de um sistema de signos que simboliza diretamente as entidades reais e as relações entre elas. O processo de escrita exige da criança um distanciamento de suas experiências cotidianas, pois ela tem que criar uma situação e falar com um interlocutor imaginário. O estudo não se aprofundou em aspectos clínicos e terapêuticos do tratamento dado ao surdo segundo o olhar clínico-terapêutico, mas sim, suas implicações pedagógicas. O objetivo foi conhecer a percepção dos pais e dos profissionais sobre o processo de leitura e escrita de quatro crianças usuárias do IC. As crianças tinham entre seis e dez anos, estavam matriculadas no ensino regular, duas da rede pública e duas da rede particular e frequentavam atendimento fonoaudiológico em uma instituição educacional para surdos, sem fins

lucrativos. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com as mães das quatro crianças, com os professores do ensino regular de três delas, e com a fonoaudióloga da instituição. Também foram filmadas atividades de interação pesquisador/aluno sobre o conteúdo escolar. Os dados coletados foram discutidos a partir da análise de conteúdo. As mães consideraram positivo o processo de leitura e escrita das crianças, ainda que reconheçam algumas peculiaridades no desenvolvimento, que por sua vez, foram justificadas pela surdez. A análise das entrevistas também permitiu observar a predominância do olhar clínico-patológico sobre a surdez e que muitas informações dadas às mães sobre a surdez foram equivocadas ou ao menos não consensuais. O relato de duas mães demonstrou que elas entenderam que a surdez foi extinta com o uso do IC. Os relatos dos professores da rede regular e da fonoaudióloga da instituição e os episódios de interação com as crianças mostraram que no caso de duas das crianças, o desenvolvimento da fala possibilitou o desenvolvimento de leitura e escrita e práticas de letramento. Porém, isso não é observado no caso dos outros dois participantes. Nesses casos, o uso da linguagem oral não garantiu o letramento, a compreensão do conteúdo escolar ou até abstração do pensamento. Para um dos participantes, os profissionais consideraram que o uso de LIBRAS seria importante para o desenvolvimento da leitura e escrita. Ressalta-se a importância de se considerar as características e o contexto de cada um dos participantes. Ainda assim, o relato dos profissionais mostrou que estes não compreendem a LIBRAS como uma língua, mas sim, como apenas alguns sinais. De modo geral, observamos a resistência ao uso de LIBRAS como alternativa à oralidade, por receio que as pessoas manifestam em relação ao diferente, ao usuário de uma língua visual que ainda é encarada com estranhamento.

Referências

- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Editora 70, 2004. 223 p.
- GERALDI, J. W. Concepções de Linguagem e Ensino de Português. In ____ (org) *O texto na sala de aula*. Cascavel: Assoeste, 1984.
- SANTANA, A. P. *Surdez e Linguagem: Aspectos e implicações neurolinguísticas*. São Paulo: Plexus, 2007, 273p.
- SKLIAR, C. Uma perspectiva sócio-histórica sobre a psicologia e a educação dos surdos. In: ____ (Org). *Educação e exclusão: Abordagens sócio-antropológicas em Educação Especial*. Porto Alegre: Mediação, 2000, p. 105-153.
- VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 182p.

Palavras-Chaves: Implante Coclear, Surdez, Leitura e Escrita.

A PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA NO AMBIENTE ASILAR: POTENCIALIDADES DE SUPERAÇÃO E ENFRENTAMENTO DAS DIFICULDADES NO COTIDIANO DE TRABALHO. *Fernanda Regina Cabrera Biondon* (fernanda_biondon@yahoo.com.br); *Letícia Franco Mistretta Benine, Tiago Rocha Pinto*. (IMES-SP)

INTRODUÇÃO: O presente trabalho é um relato de experiência que tem sido desenvolvido no estágio de Psicologia Social Comunitária em uma Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI) em um município de pequeno porte do Estado de São Paulo, que conta com vinte e um funcionários e cinquenta e um internos de ambos os sexos, com idades entre 56 e 95 anos. A requisição do estágio deu-se pela própria Assistente Social da instituição que revelou sérias preocupações quanto a inúmeros conflitos entre a equipe de trabalho que vinham afetando diretamente a instituição e conseqüentemente os cuidados ofertados aos idosos. **OBJETIVO:** Identificar as principais problemáticas vivenciadas pelo grupo de funcionários na organização e cotidiano de trabalho a fim de favorecer a construção de espaços de reflexão, de formação da identidade grupal e de crescimento e fortalecimento coletivo visando à ampliação de sua autonomia e capacidade de superação das dificuldades

vivenciadas no cotidiano de trabalho. **MÉTODO:** O trabalho teve início com a inserção na vida da comunidade por meio de registro em diário de campo das observações e visitas in locu, reuniões e entrevistas semi-estruturadas com todos os funcionários. Diante disso, deu-se início a preparação e realização de encontros quinzenais com o grupo de funcionários, utilizando-se de discussões, dinâmica de grupo, oficinas e reuniões com membros da diretoria da instituição. O trabalho está pautado nos pressupostos da abordagem histórico-cultural e nos ideários da psicologia social comunitária. **RESULTADOS:** O estágio ainda se encontra em fase inicial, porém já foi possível identificar algumas problemáticas que tem afetado a organização do trabalho e adoecimento dos trabalhadores da instituição. Identificou-se que 80% dos funcionários referem enfrentar problemas no trabalho que afetam diretamente as suas atividades cotidianas e bem estar psicossocial. Entre os principais aspectos estão: falta de união e de colaboração entre seus membros; fofocas e intrigas internas; ausência de almoço disponibilizado aos funcionários, número reduzido de funcionários e sobrecarga no trabalho; ausência de diálogo com a diretoria e medo de demissão. **CONCLUSÃO:** Constatamos que as dificuldades apresentadas pelos funcionários em suas várias dimensões têm provocado elevados índices de descontentamento e sofrimento emocional. Constatamos no decorrer desse trabalho que os profissionais em questão não receberam qualquer treinamento e estão trabalhando cada um com sua maneira. Não há uma forma padronizada de trabalho, as funções não estão bem definidas e não existem os responsáveis formais pelas tarefas executadas no abrigo. Além disso, a sobrecarga de trabalho, a falta de apoio e retaguarda da diretoria, bem como o medo em ser demitido tem levado os funcionários a significativo processo de adoecimento psíquico. Espera-se que a partir das demandas e necessidades identificadas e pelo início do espaço de grupalização da equipe, sejam favorecidas a construção da identidade grupal e capacidade de reflexão e mobilização por melhores condições de trabalho.

Referências

- VIGOTSKI, L.S.A Formação Social Da Mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003, 191.
- Brandão, I, R; Bonfim, Z,A,C;. Os jardins da Psicologia Comunitária: O Processo de Inserção em Psicologia Comunitária. Fortaleza: ABRAPSO e UFC prex. 1999, p.79-96
- MARTINS, S.T.F. Psicologia social e processo grupal: a coerência entre fazer, pensar sentir em Sílvia Lane. Psicologia e Sociedade, Porto Alegre, v.19, 2007. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010271822007000500022&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 ago.2012.

Palavras-Chave: Psicologia Social Comunitária, Instituições Asilares, Processo Grupal.

A PSICOLOGIA SOCIAL EM INTERFACE COM O CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS): POTENCIALIDADES DE TRANSFORMAÇÃO DA “HORA LÚDICA”. *Rosângela Aparecida Barbosa Paulo Ricci* (zamricci@yahoo.com.br); *Fernanda Maria Vernini; Tiago Rocha Pinto.* (IMES-SP)

O presente relato de experiência foi desenvolvido no Estágio de Psicologia Social e Comunitária em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), localizado em um bairro periférico de um município de pequeno porte do Estado de São Paulo. Duas estagiárias do 10º semestre de psicologia, desenvolveram um projeto de intervenção que foi realizado em um grupo já existente na Instituição, denominado “Hora Lúdica”, em encontros semanais com as crianças de 05 a 09 anos em um período de duas horas. As ações buscaram trabalhar de forma informativa e reflexiva diversas temáticas e problemáticas vivenciadas no cotidiano das crianças, a fim de romper e ir além da proposta que estava em curso, voltada quase que exclusivamente a recreação e entretenimento. Também foram realizados encontros mensais com os respectivos pais, de forma que os mesmos pudessem participar mais ativamente,

proporcionando-lhes envolvimento com as atividades escolares e rotinas diárias de seus filhos. Privilegiou-se desta forma, que este ambiente interagisse com os outros meios de convívio das crianças, facilitando assim, uma maior interação e valorização das possíveis habilidades e capacidades que as mesmas pudessem apresentar, bem como favorecer o desenvolvimento da coordenação motora, interesse pela aprendizagem, discussão sobre a vida cotidiana, entre outras. Tendo como base os pressupostos teórico-metodológicos da Psicologia Social Comunitária e do Materialismo Histórico e Dialético, optou-se por trazer à tona a importância do brincar direcionado, da proximidade dos pais com seus filhos, do papel da escola e do próprio projeto. Para tanto, foram realizadas uma série de atividades lúdicas para que as crianças pudessem ter a devida compreensão dos temas trabalhados, como também, permitir aos pais a ampliação do olhar e das possibilidades de interação com às crianças em seu ambiente familiar. Diante disso, traçou-se uma programação que possuía uma sequência de atividades com as crianças, contendo estratégias como: Trabalho manual com argila - explorando de maneira concreta conteúdos como: ansiedades, conflitos, sentimentos, autoestima; Interação com jogos direcionados - trabalhando questões de regras, estimulação do desenvolvimento cognitivo, concentração, agilidade, percepção, raciocínio lógico, memória; Confecção de trabalho manual em EVA - abordando questões relacionadas às boas maneiras (Molho das Chaves Mágicas), bem como à estimulação da coordenação motora das crianças; Aprendizagem concreta - com uso de fantoches sobre à higiene bucal (escovação, uso de fio dental, filme ilustrando a importância da higiene bucal); e ainda estimulação da higiene pessoal - com ênfase na importância da lavagem das mãos; Conhecimento do corpo humano - através de trabalho com EVA e cartolina, filme ilustrativo para gerar reflexão quanto as diferenças existentes entre as pessoas; Colagem em cartolinas com recortes de revistas, contagem de histórias, discutindo e esclarecendo sobre o Bullying; Trabalho com filme e fantoches - abordando as diferentes concepções familiares e os conflitos familiares; Trabalho informativo sobre violência infantil (sexual/ doméstica) - utilizando filmes e figuras; Filme e discussão do tema escolhido pelas crianças; e com os pais: mostrava-lhes todas as atividades realizadas com as crianças, como também materiais que exemplificavam um modelo diferente de educação, parceria com a escola, educação sem agressão e valorização da criança, de seus direitos e deveres, saúde e bem estar físico e psíquico. No decorrer do trabalho realizado com as crianças, as mesmas apresentaram mudanças significativas, tanto comportamental, quanto pessoal e social, sinalizando a compreensão de todo o conteúdo problematizado com elas, de forma a melhorar a convivência nos ambientes os quais estão inseridas. Da mesma forma, algumas delas despertaram o interesse que não possuíam pela aprendizagem e regras para uma boa convivência, abrangendo respeito mútuo, auto conhecimento e respeito às diferenças, a fim de favorecer uma maior compreensão de si e de seu cotidiano de vida. Ao final desse trabalho, obteve-se das crianças, dos familiares e da instituição, um retorno positivo e o envolvimento e comprometimento dos pais em relação ao apoio oferecido. Embora as crianças inseridas neste projeto apresentassem além da dificuldade de aprendizagem, contextos diversificados de sofrimento psíquico e físico, o grupo obteve adesão e ótimos resultados, uma vez que se conseguiu problematizar e modificar algumas atitudes e comportamentos, como: melhorar a auto-estima, ampliar o próprio reconhecimento enquanto pessoa; aumentar o envolvimento com a escola e com as perspectivas de futuro, assim como em um maior envolvimento e participação da família. A instituição mostrou-se desejosa em continuar o projeto mantendo as reformulações que foram realizadas e ampliar o seu acesso para um maior número de crianças, permitindo assim, sequência ao trabalho realizado, cujos resultados revelaram grande ganho qualitativo a proposta.

Referências

BRANDÃO, I.R., BOMFIN, Z.A.C.(orgs). Os jardins da Psicologia Comunitária. Escritos sobre a trajetória de um modelo teórico-vivencial. Pró-Reitoria de Extensão da UFC/ABRAPSO, 1999. Fortaleza-CE.

VIGOTSKI, L.S. A construção do pensamento e da linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2001, 496p.

VIGOTSKI, L.S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003,191p.

Palavras-Chave: Psicologia Social; Centro De Referência Da Assistência Social; Psicologia Comunitária.

A VIDA E A OBRA DE UM GRAFITEIRO EM PERSPECTIVA COM A CIDADE DE SÃO PAULO. *Maira Mendes Clini* (mairamc@yahoo.com); *Arley Andriolo*. (USP-SP)

Esta apresentação é baseada no mestrado “As Cores de Pastore: Grafite Arte Vida”, defendido no departamento de Psicologia Social da Psicologia da USP em 2010. É um trabalho interdisciplinar em psicologia da arte, que tangencia as áreas da psicologia social, das artes e da filosofia, que tem como alicerce e horizonte o método fenomenológico. Tem como objetivo compreender a vida e a obra de um grafiteiro-poeta: a partir do convívio com o artista Bruno Pastore foi possível constituirmos um mundo de acontecimentos, imagens e palavras. Revelamos sua trajetória de vida, trazendo à tona acontecimentos importantes e denúncias diversas. Esse mergulho foi propiciado por uma série de encontros com Bruno Pastore, nos quais conversávamos longamente. O objetivo dessas conversas era deixar vir à tona como é o seu cotidiano e as influências que o contato com a arte nele produziu, bem como a sua relação com a cidade de São Paulo. Para ser coerente com o método escolhido, as entrevistas se pautaram em perguntas abertas. Para nos aproximarmos ainda mais do mundo de Bruno Pastore, o acompanhamos na produção de um de seus grafites, e também fomos conduzidos pelo artista em uma de suas exposições. O levantamento das obras de Pastore foi feito via fotografia e via internet, sempre com o consentimento expresso do artista. O procedimento adotado nesses encontros propiciou a leitura de autores variados, em pesquisa que visava aprofundar os temas levantados nessa interlocução.

Foi possível concluir que vida e obra são entrelaçadas, e que o percurso biográfico de um artista forma uma trama de significados junto à sua obra. Elegemos alguns pontos da rede de relações para apresentação, portanto pinçaremos alguns aspectos pontuais da trajetória de vida de Bruno Pastore, bem como algumas amostras de sua obra. O critério de escolha para o presente pôster será a parte de sua obra e de sua vida que pode ser vista como protesto contra as desigualdades vividas pelo artista, pela exclusão que vive em relação à sua própria cidade. Assim, a partir dos traços biográficos e artísticos de Pastore seremos levados a pensar sobre o papel do grafite na cidade de São Paulo, quando empunhado por mãos juvenis que vieram de classes pouco privilegiadas.

Referências

ANDRIOLO, A.; O Corpo do artista na experiência estética contemporânea. IDE – Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo: SBPSP, v. 41, p.45-49, 2005.

_____. O silêncio da pintura ingênua nos ateliês psiquiátricos. Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 22, n. 2, p. 227-231, 2006.

BACHELARD, G.; O direito de sonhar. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

BEAINI, T.C., A arte como fruto das concepções epocais do ser: reconstrução do enfoque heideggeriano. 1985. 147 f. Tese. (Doutorado em Psicologia) - Faculdade de filosofia, letras e ciências humanas, Universidade de São Paulo, 1985.

BEDOIAN, G., MENEZES, K.(org). Por trás dos muros: horizontes sociais do graffiti. São Paulo: Peirópolis, 2008.

BICUDO, M.A.V., MARTINS, J.; A Pesquisa Qualitativa em Psicologia: Fundamentos e recursos básicos. São Paulo: Morais/Educ, 1989.

- BOURRIAUD, N.; Estética Relacional. São Paulo, Martins Fontes, 2009.
- BOSI, E.; A substância social da memória. In _____ O tempo vivo na memória: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. p. 13-20.
- CAMPOS, M.J.; Arte e Verdade. São Paulo: Loyola, 1992.
- _____; Apresentação. In: NUNES, B. Hermenêutica e poesia: o pensamento poético. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 9-10.
- COSTA-MOURA, Fernanda. Manifestos de quem não tem o que dizer: adolescentes contemporâneos e os graffiti de rua. Estilos clinicos., vol.10, no.18, p.116-130., 2005.
- ESTRELLA, C., A visualidade de São Paulo e o vocabulário popular do graffiti – a poética dos gêmeos. Imaginário, São Paulo, 2006, p. 12-23.
- FIGUEIREDO, L.C.; Escutar, recordar , dizer: encontros heideggerianos com a clínica psicanalítica. São Paulo: EDUC/Escuta, 1994.
- FRAYZE-PEREIRA, J.A.; Arte, Dor. Inquietudes entre estética e psicanálise. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2005.
- FURTADO, J. R.; ZANELLA, A. V.; Artes visuais na cidade: relações estéticas e constituição dos sujeitos. Psicologia. revista. , v.13, n.2, p.309-324. Belo Horizonte, 2007.
- GADAMER, H. Para introdução. In: MOOSBURGER. “A origem da obra de arte” de Martin Heidegger: tradução, comentário, e notas. 2007. 1580 f. Dissertação. (Mestrado em Filosofia) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná., Paraná, 2007.
- GONÇALVES FILHO, J.M.. Cultura e Formação: notas marginais. In: FRAYZE-PEREIRA, J.A., PATTO, M.H.S.; .Pensamento Cruel. Humanidades e Ciências Humanas: há lugar para a psicologia? São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p.187-204.
- _____(1936). A Origem da Obra de Arte. Tradução de Irene Borges-Duarte e Filipa Pedroso. In: _____. Caminhos de Floresta. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998.
- _____. (1936). A Origem da Obra de Arte. Tradução de Laura de Borba Moosburger. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2007.
- LESCHER, A.D.; LOUREIRO, C. Refugiados Urbanos. In: LESCHER, A.D.; BEDOIAN, G (org). Textos de Apoio Setor Ensino Projeto Quixote. Setor Ensino, 2007.
- Disponível em: <http://www.projetoquixote.org.br/upload/research/24.pdf> . Acesso em Maio de 2009.
- MAGALHÃES, E.F.. Rappers: artistas de um mundo que não existe –um estudo psicossocial de identidade a partir de depoimentos .2002. Dissertação Mestrado. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2002.
- MAISONNEUVE, Jean. Psychologie sociale, PUF, Paris, 1950.
- MERLEAU-PONTY, M.; A dúvida de Cézanne. In: _____. O Olho e o Espírito: seguido de A linguagem indireta e as vozes do silêncio e A dúvida de Cézanne. São Paulo: Cosac e Naif, 2004. p. 121-142.
- _____. A linguagem indireta e as vozes do silêncio. In: _____. O Olho e o Espírito: seguido de A linguagem indireta e as vozes do silêncio e A dúvida de Cézanne. São Paulo: Cosac e Naif, 2004b. p.65-120.
- NUNES, B. Hermenêutica e poesia: o pensamento poético. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- PATTO, M.S., FRAYZE-PEREIRA, J.A. (orgs); Pensamento cruel - Humanidades e ciências humanas: há lugar para a psicologia? São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.
- PESSANHA, J.G.; Heidegger e a velha: falar e não falar... In: _____. Instabilidade perpétua. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.p.77-86.
- ROSA, G.; Primeiras Estórias. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981.
- SARAMAGO, L.; Sobre A arte e o espaço, de Martin Heidegger. Artefilosofia. Ouro Preto, n.5, p.61-72, julho.2008.

- SCANDIUCCI, G. Cultura hip hop: um lugar psíquico para a juventude negro-descendente das periferias de São Paulo. *Imaginário, São Paulo*, v.12, n.12, p. 225-249. 2006
- _____. O lugar do Hip Hop em São Paulo e os desenhos grafitados como marcas das periferias. In: Sérgio Poato; Maria de Lourdes Beldi de Alcântara. (Org.). *Graffiti na cidade de São Paulo e sua vertente no Brasil*. São Paulo: DP, p.71-73, 2006.
- SILVA, I. J.O. Graffiti – Criptografias do desejo. *Imaginário, São Paulo*, v.12, n.12, p. 39-45, 2006.
- SILVA, R. L. Escutando a adolescência nas grandes cidades através do grafite. *Psicologia. Ciência e profissão*. v.24, n.4, p.2-11. 2004.
- SILVA, R. L. e; SILVA, R. N.. Paradigma preventivo e lógica identitária nas abordagens sobre o Hip Hop. *Fractal, Rev. Psicol.*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, June, p 135- 148. 2008.
- Palavras-Chave:** Fenomenologia; Graffiti; Psicologia Social.

ACOMPANHAMENTO MULTISCIPLINAR ESCOLAR – AME. *Marcia Cristina Monteiro* (lackland@ig.com.br), *Eliane Taveira*. (Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias/RJ - Rio de Janeiro)

O trabalho foi desenvolvido em escolas públicas da Rede Municipal de Educação de Duque de Caxias/RJ, totalizando seis escolas. O critério de seleção foi baseado no número de encaminhamentos realizados para a área da saúde com a queixa de dificuldade de aprendizagem. As escolas foram voluntárias na participação do trabalho. Participaram 150 alunos e 6 professores da rede municipal de ensino de Duque de Caxias. As turmas foram indicadas seguindo o critério de possuírem alunos com anos de retenção na mesma série ou retenção intercalada e estando o professor com dificuldades em desenvolver um trabalho adequado com os alunos, totalizando uma turma por escola. O trabalho contou com a Coordenação de 2 Psicólogas Educacionais e a participação de 5 estagiários de curso de psicopedagogia com graduação em diferentes áreas, o que proporcionou um viés multidisciplinar tanto teórico como metodológico. O objetivo foi suscitar o desejo de aprender no aluno e evidenciar a grande tarefa social/política e profissional que o professor possui na construção deste desejo, promovendo processo de aprendizagem significativa dos alunos e fortalecendo o vínculo do educando com sua aprendizagem. Partiu-se do pressuposto que através de consultorias e atuação em sala de aula seria possível modificar a relação didático/pedagógica do professor. As atividades propostas foram fruto de pesquisa na área da psicologia cognitiva, aprendizagem, desenvolvimento e social. A Pesquisa-ação foi à referência de metodologia. Inicialmente foi realizada uma entrevista com o professor regente de cada turma, objetivando perceber o que o professor compreendia de sua prática e o que considerava dificuldade na sua relação com os alunos. Posteriormente era realizada uma observação em sala de aula e o registro do que se percebia como entraves para o processo de ensino e aprendizagem. Todas as propostas eram analisadas com cada docente antes de ser implementada com os alunos. O trabalho iniciou em agosto de 2010 e foi desenvolvido até dezembro de 2012, respeitando os períodos de recesso e férias escolares. As visitas eram semanais às salas de aula das escolas participantes. Houve todo um processo ético de permissão da participação dos alunos nas atividades, pois as mesmas foram fotografadas e/ou filmadas para uma melhor análise das situações, inclusive com o docente. As atividades propostas incluíram jogos de tabuleiro, brincadeiras ao ar livre e atividades de lápis e papel. As atividades eram estruturadas conforme as necessidades e características de cada turma atendida e vinculadas ao planejamento docente. A fundamentação teórica foi baseada em Piaget, Vygotsky, Feueustein, Moraes, Capovilla. O trabalho demonstrou sua eficácia, pois os índices de retenção e evasão reduziram ao final de cada ano letivo, além de ter provocado uma mudança nas práticas docentes quanto à mediação no processo de ensino e aprendizagem. Em termos gerais, as práticas de intervenção sugeridas possibilitou que o

professor modificasse sua compreensão do processo de aprendizagem de seus alunos. Além disso, as queixas e encaminhamentos para a área da saúde (psicólogos, neurologistas, fonoaudiólogos) passaram a ser direcionadas apenas para os casos onde se observava outros fatores interferindo no processo de aprendizagem. Outro aspecto de mudança foi à credibilidade do professor em seu trabalho e conseqüentemente na capacidade de aprender de seus alunos. Constatou-se que o fazer do professor é resultado de diversos saberes que têm movimentação no contexto de sala de aula, mas também é fruto de saberes empíricos, tentativas nem sempre assertivas. Concluiu-se que uma intervenção segura e competente promove significativos avanços na aprendizagem, principalmente no processo de alfabetização, levando ao sucesso do trabalho do professor com seus alunos.

Referências

CAPOVILLA, A.; CAPOVILLA, F. Alfabetização: método fônico. São Paulo: Memnon, 2002.

MORAIS, J. A arte de ler. São Paulo: Unesp, 1995.

PIAGET, J. Seis estudos de psicologia. 24^a. ed. São Paulo: Forense Universitária, 2002.

VYGOTSKY, L.S. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Palavras-Chave: Aprendizagem; Mediação; Educação.

ÁLBUM DE HISTÓRIAS: APROPRIAÇÃO DO PROTAGONISMO DA HISTÓRIA DE VIDA DE ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE ABRIGAMENTO. *Natália Afonso* (sara_cardoso17@yahoo.com.br); *Sara Rafaela Cardoso da Costa*. (UNIP/Jundiaí)

O trabalho foi realizado numa instituição de abrigo para adolescentes, de um município do interior do estado de São Paulo, e desenvolveu-se a partir do estágio de Grupos e Comunidades, do curso de Psicologia da Universidade Paulista. Baseado nos princípios da Psicologia Social Comunitária, que enfatiza, sobretudo, a ética da solidariedade, os direitos humanos fundamentais, a busca de melhoria da qualidade de vida da população e o desenvolvimento da consciência dos moradores como sujeitos históricos e comunitários, o trabalho procurou promover a autonomia dos adolescentes que vivem no abrigo, bem como desenvolver suas potencialidades e facilitar que eles assumissem o papel de autores e protagonistas de suas histórias. Dessa forma, procurou-se proporcionar um espaço onde os adolescentes pudessem olhar para sua história de vida, aceitando-a como sua, para que, assim, buscassem a superação dos aspectos negativos, evitando uma mera repetição, já que, muitas vezes, no cotidiano das instituições, esses adolescentes parecem não ter espaço para entrar em contato com esses aspectos. Para isso, foi desenvolvido durante os meses de agosto a novembro de 2012, um projeto de elaboração de um Álbum de Histórias de cada adolescente abrigado, a partir do qual vários temas acerca da vida desses jovens foram abordados, semanalmente, tais como a identidade, sentimentos, família, escola, abrigo, futuro etc. A elaboração do Álbum de Histórias pôde facilitar a criação de um espaço de apropriação e elaboração do passado desses jovens, no qual eles tiveram a possibilidade de construir uma história diferente. Ao longo das atividades, os adolescentes puderam acessar lembranças de suas vidas, até mesmo as mais marcantes, e isso contribuiu para refletirem sobre suas histórias, que os constituem e fazem ser quem são. Pode-se dizer que o trabalho desenvolvido facilitou para que esses adolescentes se reconhecessem como responsáveis por suas vidas e pelo futuro, e isso vai ao encontro do que é proposto por Martin-Baró (1996), em relação ao papel do psicólogo, que deve promover nos sujeitos uma conscientização sobre sua condição de principal autor de sua vida, contribuindo para a formação de uma identidade, pessoal e coletiva, que supere a alienação.

Referências

ARPINI, D. M. Repensando a perspectiva institucional e a intervenção em abrigos para crianças e adolescentes. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 23, n. 1, p. 70-75, março 2003.

CAMPOS, R.H.F. Introdução: a Psicologia Social Comunitária. In: CAMPOS, R.H.F. (Org). *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis: Vozes, 2010, p.9-15.

INSTITUTO FAZENDO HISTÓRIA. *Fazendo minha história: guia de ação para abrigos e colaboradores*. São Paulo: Associação Fazendo História, 2008. Disponível em <<http://www.fazendohistoria.org.br/downloads/guiafmh.pdf>> Acesso em Abr. 2012.

MARTÍN-BARÓ, I. O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 2, n. 1, p. 7-27, 1996.

Palavras-Chave: Psicologia Social Comunitária; Abrigos; Adolescentes.

ASPECTOS CONSTITUTIVOS DA EDUCAÇÃO SOCIAL NO BRASIL. *Karin Gerlach Dietz* (karindietz@hotmail.com). (PUC-SP)

O Brasil é um país que nos mostra, diariamente, desigualdades injustas e desnecessárias. Bock (2009) expõe que as diferenças regionais, de raça, de rendimento, entre outras, compõe o quadro brasileiro de desigualdade social, merecendo destaque aqui a escolarização que, neste país, apresenta obstáculos em sua qualidade e acesso. Em uma sociedade em constante transformação, as necessidades educativas se alteram, de forma que valores antes menosprezados assumem importância pedagógica, como a cultura e o lazer. A educação formal, no entanto, não é capaz de se mover na velocidade dos fenômenos sociais. A educação social busca complementar as ações do estado ou atuar em áreas em que ele não se faz ainda presente, sempre com o objetivo de minimizar e/ou superar os processos de exclusão social que atingem grandes parcelas da população brasileira. Visto a sua importância e gradual ascensão, pretende-se mostrar aspectos constitutivos da trajetória da educação social no país por meio de pesquisa documental. Ações diversificadas têm sido realizadas no sentido de promover a Educação Social e reconhecer os educadores sociais. Até os anos 1980, a educação não formal tinha como base práticas advindas dos movimentos sociais e ligadas, sobretudo, à alfabetização de adultos e às propostas de Paulo Freire. Neste momento, destaca-se a luta por direitos relacionados à redemocratização política, em franca reação ao regime militar. Devido às mudanças econômicas, a partir da década de 90, a demanda para a educação modificou-se, ampliando suas necessidades para além dos conteúdos desenvolvidos pela educação escolar formal. Peroni (2003) aponta que as políticas desenvolvidas a partir desta década foram formuladas dando respostas aos organismos internacionais, em que o grande objetivo estava em desenvolver habilidades básicas de aprendizagem para que os cidadãos pudessem satisfazer a demanda estabelecida pela acumulação flexível. No Brasil, a Constituição de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, referendam que a educação tem de ser promovida e desenvolvida por meio da convivência familiar, no trabalho, nas instituições de ensino, participando dela toda a sociedade. No ano de 2006 foi lançado o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Uma das propostas operacionais desse Plano tem pretensão de que se reconheça a ocupação de educador social em programas de proteção à criança e ao adolescente. De acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações, realizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (de regulamentação administrativa, que não se estende às relações de trabalho), a atividade do educador social, desde janeiro de 2009, insere-se na classe de ‘Trabalhadores de atenção, defesa e proteção a pessoas em situação de risco’, envolvendo, como por exemplo, agentes de ação social, monitores de dependentes químicos e conselheiros tutelares. Já o Projeto Lei n. 5346 de 2009, que aguarda parecer, pretende criar a profissão de educador

social no Brasil, uma profissão de caráter social e pedagógico, que engloba profissionais envolvidos em atividades educativas fora do âmbito escolar.

Referências

- BOCK, A. M. B. A desigualdade social e a educação: a dimensão subjetiva do processo educacional. In: CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL, 9, 2009, São Paulo. Anais... São Paulo: ABRAPEE, 2009.
- BRASIL. Assembléia Legislativa. Projeto de Lei 5346/2009. Dispõe sobre a criação da profissão de educador e educadora social e dá outras providências. Disponível em: < <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=437196>>. Acesso em: 16 jun 2012.
- _____. Conselho Nacional de Assistência Social e Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Brasília – DF: CONANDA 2006. Disponível em: < <http://www.mds.gov.br/sobreministerio/legislacao/assistenciasocial/resolucoes/Resolucao%20Conjunta%20CNAS%202013%20CONAMA%20no%200120de%202013%20de%20dezembro%20de%202006.pdf/view?searchterm=plano nacional de convivência familiar>>. Acesso em 16 jun. 2012
- _____. Ministério do Trabalho e do Emprego. Classificação Brasileira de Ocupações: CBO. Brasília, DF: MTE, 2002. Disponível em: <<http://www.mteco.gov.br/cbsite/pages/home.jsf>>. Acesso em: 16 jun. 2012.
- _____. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n.9.394/96. Brasília, DF: MEC/SEF, 1996.
- _____. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº. 8.069/90. Brasília, DF: 1990.
- _____. Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.
- PERONI, V. Breves considerações sobre a redefinição do papel do Estado. In: _____. Política Educacional e Papel do Estado: no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2003. p.21-134.
- Palavras-Chave:** Prática Educativa; Educação Social; Educador Social.

ASSISTÊNCIA HUMANIZADA AO IDOSO COM DIFICULDADE DE COMUNICAÇÃO: ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO EM UM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE SÃO LUÍS – MA. *Mariá de Fatima Ferreira Barros* (mariahffb@hotmail.com); *Carlos Santos Leal*; *Janieny Vieira da Silva*. (UCES-AR)

O aumento da população idosa brasileira nas últimas décadas possibilitou o acesso frequente dos mesmos aos serviços de saúde pública. Tal fato permitiu uma melhora no atendimento a essas pessoas, através da criação de políticas públicas especializadas, dentre elas, a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI), publicada por meio da Portaria nº 399/GM, de fevereiro de 2006, a qual esclarece “[...] às Diretrizes do Pacto pela Saúde que contempla o Pacto pela Vida. Neste documento, a saúde do idoso aparece como uma das seis prioridades pactuadas entre as três esferas de governo [...]” (BRASIL, 2006, p.1). O objetivo deste estudo é identificar o conhecimento dos psicólogos sobre a Política Nacional de Humanização na Saúde e as suas ações frente ao atendimento ao idoso com dificuldade de comunicação em um Hospital Universitário em São Luís. A metodologia utilizada é qualitativa, descritiva e exploratória, tipo série de casos. Os participantes foram quatro psicólogos vinculados ao Hospital Universitário da UFMA. Os dados foram obtidos através de questionário semiestruturado aplicados aos participantes, no período de setembro a novembro de 2011. Os resultados revelam que os participantes se interessam pela humanização na saúde e procuram informações sobre o assunto 33,4%, em pesquisas científicas, 33,3% na internet e 33,3% em cursos. Eles confirmaram que a assistência humanizada traz benefícios no atendimento aos idosos com dificuldade de comunicação. Quanto aos tipos de dificuldades de comunicação

apresentada pelos idosos atendidos pelos sujeitos pesquisados, foram apontados: surdez e dificuldade para ouvir 20%, afasia 20%, demência 10%, gagueira 10%, timidez 20%, outros (perdas dentárias, articulação) 20%. Com relação às intervenções que são priorizadas pelos psicólogos todos seguem o procedimento padrão, tentando adaptá-lo de acordo com a necessidade do paciente. Quanto ao que poderia ser feito para melhorar o atendimento aos idosos no serviço de Psicologia os participantes apontaram: Cursos 20%, intérprete (LIBRAS), 20%, outros: Maior assistência os familiares, especialmente aos cuidadores, 40% e mais tempo para o atendimento 20%. O presente estudo abriu possibilidades para novos questionamentos e investigações, e apontou alguns elementos que infelizmente ainda são pouco evidenciados na literatura, a exemplo da temática da assistência humanizada ao idoso com dificuldade de comunicação, a atuação do psicólogo em contexto hospitalar e/ou ambulatorial.

Referências

BRASIL\ MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria nº 2.528 de 19 de outubro de 2006.**

Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/>. Acesso em 15.abr.2011

Palavras-Chave: Assistência Psicológica; Humanização Na Saúde; Idoso.

ATIVIDADE E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE: ESTUDO DE CASO DE UMA AGENTE DE PREVENÇÃO EM DST/AIDS EX DEPENDENTE DE DROGAS. *Pedro Henrique Leonetti Habimorad* (peuhabimorad@hotmail.com). (UNESP-Botucatu); *Diogo Alfonso Garcia*. (UNESP-Araraquara); *Ana Cláudia Bortolozzi Maia*. (UNESP/Bauru)

Introdução: O uso de drogas psicoativas é um fenômeno cultural de múltiplos significados. No Brasil, as primeiras medidas de controle do uso de drogas pelo Estado alinhavam-se à política internacional de criminalização e os usuários de drogas foram marginalizados e estigmatizados na medida em que eram confinados em prisões e sanatórios (MACHADO; MIRANDA, 2007). Os avanços técnicos e ideológicos viabilizados pela implementação do Sistema Único de Saúde, da Política de Prevenção de AIDS e da Política Nacional de Saúde Mental suscitaram uma rediscussão das políticas de atenção aos usuários de drogas, surgindo serviços públicos especializados. Desde 2003, o Ministério da Saúde por meio da Política para a Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas (BRASIL, 2004) legitima, a partir da perspectiva da redução de danos, a responsabilidade do Estado pela prevenção, tratamento e reabilitação (re-inserção social) dos usuários de drogas no âmbito da saúde pública. Para tanto, prevê a articulação entre os diferentes níveis de atenção à saúde com setores como Educação, Assistência Social e Trabalho. As ações de redução de danos vão além da distribuição de seringas e agulhas e incluem a distribuição de kits para o uso de outras substâncias, a distribuição de preservativos, o aconselhamento para redução de risco, o encaminhamento para testagem para o HIV e Hepatites virais e para os serviços de saúde em geral (CAIAFFA et al., 2003). Os profissionais que realizam tais ações são pessoas capacitadas, em grande parte ex-usuários de drogas, incluindo moradores das comunidades e profissionais de saúde. Diante do exposto este estudo teve por objetivo descrever a atuação profissional de uma agente de prevenção às DST/AIDS. Metodologia: Trata-se de uma pesquisa qualitativa, tipo estudo de caso (BAPTISTA; CAMPOS, 2007). A participante foi uma agente de saúde na área de prevenção às DST/AIDS, ex usuária de drogas e ex profissional do sexo, aqui denominada por “Bárbara”, que atuava junto à rede de atenção básica de saúde em uma cidade no interior paulista, e que respondeu a um roteiro de entrevista, cuja interação verbal foi gravada e transcrita na íntegra para análise de conteúdo (BARDIN, 1979). Resultados: 1) Comunicação facilitada pela identificação: O fato de Bárbara ter sido dependente de crack e profissional do sexo antes de se tornar agente de saúde lhe proporcionou uma vivência concreta da realidade subjetiva desta população, marcada pelo medo e ansiedade decorrentes do preconceito, da violência e do próprio uso ou abstinência da

droga. O difícil acesso a estas pessoas, neste contexto, é superado por Bárbara por meio do domínio de linguagem comum e de sua sensibilidade para a identificação dos estados psíquicos da população alvo e do meio mais efetivo de abordar o usuário. 2) Atividade profissional e re-significação da identidade: A oportunidade de emprego como agente de saúde marca o começo do processo de superação da dependência de drogas de Bárbara, pois a atividade profissional começa a exigir dela um novo posicionamento diante do uso de drogas como resultado da necessidade de organização da vida cotidiana e de mudanças de comportamento. É no cotidiano de trabalho que Bárbara passa por um processo de re-significação do uso de drogas o qual se dá a partir da mudança de seu papel social dentro do cenário em que anteriormente atuava como usuária e no qual passou a atuar como agente de saúde. É a partir da sua motivação, ou seja, dos significados e sentidos construídos na sua experiência de vida, que as ações de redução de danos voltadas aos usuários de drogas foram iniciadas pelo programa. Discussão: A atividade como agente de saúde possibilitou para Bárbara uma reorganização da vida, das suas relações sociais e principalmente do significado de seu passado que, a exceção da história comum do dependente de drogas em recuperação, que procura se desvencilhar dos contextos de uso, integrou-os à sua experiência presente. O motivo da atividade, entendido aqui como o objeto para qual ela se dirige (LEONTIEV, 1977, p.55), qual seja, a prevenção às DST/AIDS, adquire um sentido singular para Bárbara, advindo de sua experiência de vida. Este sentido engendra a construção de uma nova identidade, por meio da transformação da imagem que ela tem de si e que a sociedade lhe atribui, sendo a atividade profissional o principal mediador deste processo. Considerações finais: É importante considerar que a construção da identidade social, marcada pelo estigma de ex usuária de drogas e profissional do sexo, tanto fragiliza o trabalho da agente como, ao mesmo tempo, o fortalece no contato com a população. Conclui-se que as atividades descritas pela entrevistada podem desvelar as possibilidades e limites de atuação, especialmente, quando se trata agentes de saúde ex usuários de drogas. No campo da Psicologia Social essas questões são fundamentais para se pensar a prevenção em saúde e outros estudos deveriam aprofundar esses dados.

Referências

- BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1979.
- BAPTISTA, M. N.; CAMPOS, D. C. Metodologias de Pesquisa em Ciências – análises quantitativa e qualitativa. Rio de Janeiro: LTC, 2007.
- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução 196 de 10 de outubro de 1996. Diretrizes e Normas Reguladoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos. Bioética, Brasília, 1996. Suplemento, v. 4, n. 2.
- BRASIL. A Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas/Ministério da Saúde. 2.ed. rev. ampl. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
- CAIAFFA, W. T. et al. Projeto AJUDE-Brasil: avaliação epidemiológica dos usuários de drogas injetáveis dos Projetos de Redução de Danos (PRD) apoiados pelo CNDST/Aids. Ministério da Saúde, 2001. Disponível em: <<<http://www.aids.gov.br/final/biblioteca/avaliacao6/ajud.htm>>. Acesso em: 15 de Out. 2012
- MACHADO, A. R. ; MIRANDA, P. S. C. . Fragmentos da história da atenção à saúde para usuários de álcool e outras drogas no Brasil: da Justiça à Saúde Pública. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 14, p. 801-821, 2007.
- LEONTIEV, A. N., Activity and Consciousness, in *Phylosophy in the USSR. Problems of Dialectical Materialism*, Progress Publishers, Moscow 1977, pp. 180-202.
- SAMPAIO, C., FREITAS, D. S. Redução de Danos e SUS: enlaces, contribuições e interfaces, disponível no site do Ministério da Saúde: www.saude.gov.br. Acesso em: 15 de out. 2012

Palavras-Chave: Redução de danos; Trabalho; Subjetividade.

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO COM MORADORES EM ÁREA DE RISCO: UM ENFOQUE PSICOSSOCIAL. *Sandra Luzia Assis da Silva* (sandralassis@hotmail.com); *Gil Gonçalves Junior* (orientador)

INTRODUÇÃO: O tema desse trabalho é a Psicologia das Emergências e dos Desastres. Trata-se de um campo da ciência e profissão psicológicas que apenas recentemente tem recebido maior atenção em nosso país e, em decorrência disso, entre nós, ainda são escassas as publicações científicas que têm esse campo como objeto, seja de modo geral, seja em relação às suas especificidades, bem como ainda são poucos os profissionais que nele atuam. **OBJETIVO:** Em contraposição à postura individualizante e clínica, que tem sido mais usual, o objetivo desse trabalho foi coletar subsídios para propor uma atuação preventiva e com enfoque coletivo no momento do pré-desastre, enfatizando, nos termos da psicologia social sócio-histórica, a condição de sujeito dos destinatários da ação do profissional da psicologia. Pressupõe-se que essa atuação será preferencialmente em equipes multidisciplinares e, em larga medida, junto a agentes comunitários da área de saúde. **METODOLOGIA:** Este trabalho buscou alcançar seu objetivo, por meio de levantamento e análise bibliográfica. **RESULTADOS:** Os resultados deste trabalho confirmaram a importância da atuação do profissional psicólogo nas emergências e nos desastres, tanto quanto indicaram que nos casos em que a vulnerabilidade de grupos sociais é historicamente produzida, como é o caso com moradores em área de risco, portanto, os eventos são previsíveis e, portanto, cabem medidas preventivas que minimizem o sofrimento humano decorrentes dessas ocorrências. **CONCLUSÕES:** Este trabalho, ao propor como objetivo, a coleta de subsídios para propor uma atuação preventiva e com enfoque coletivo no momento do pré-desastre, conseguiu alcançar o seu objetivo, por meio de ações que possibilite a percepção de risco que estão expostos, contribuindo para a redução da vulnerabilidade, enfatizando a condição de sujeitos dos destinatários da ação. É fato que, sendo a psicologia uma área do conhecimento voltada a estudar o comportamento e sofrimento humanos, e mais especificamente, nos termos da psicologia social sócio-histórica, estudar o comportamento do indivíduo no que ele é influenciado socialmente, pois ao se comunicarem transformam-se e podem ser transformados pelo outro, sendo fundamental a consciência de si mesmo e da consciência social, verifica-se possíveis contribuições da psicologia na área das emergências e dos desastres, sendo amplas e relevantes tanto em termos social quanto acadêmico, embora ainda haja muito a ser pesquisado em relação à atuação do profissional psicólogo nesse contexto.

Referências

- ACSELRAD, Henri. Vulnerabilidade ambiental, processos e relações. In: Comunicação ao II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais. Rio de Janeiro: FIBGE, 2006. Disponível em: <<http://www.justicaambiental.org.br/projetos/clientes/noar/noar/UserFiles/17/File/VulnerabilidadeAmbProcRelAcselrad.pdf>>. Acessado em 04/09/2012.
- BINDÉ, P. Perspectivas de investigação em Psicologia das emergências e dos desastres na América Latina. In: Seminário Nacional de Psicologia das Emergências e dos Desastres: Contribuições para a construção de comunidades mais seguras, 1, 2006. Brasília.
- BECK, U. Risk society: towards a new modernity. London: Thousand Oaks; Nova Delhi: sage, 1992.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL et al. 1º Conferência Nacional de Defesa Civil e Assistência Humanitária – Por uma ação integral e contínua: caderno de diretrizes aprovadas. Centro Universitário de estudos e Pesquisas sobre Desastres. Florianópolis: CEPED UFSC, 2010.

- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Seminário Nacional de Psicologia das Emergências e dos Desastres: Contribuições para a construção de comunidades mais seguras, 1, 2006. Brasília. Resumo. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2006.
- CONTINI, M. L. J. O Psicólogo e a promoção de saúde na educação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.
- COSELHO, A. L. Psicologia das emergências e dos desastres: uma área em construção. História e desenvolvimento. In: Seminário Nacional de Psicologia das Emergências e dos Desastres: Contribuições para a construção de comunidades mais seguras, 1, 2006. Brasília.
- FERREIRA, M.; SILVA, C. Psicologia das Emergências e dos Desastres e a Política Nacional de Defesa Civil. In: Seminário Nacional de Psicologia em Emergências e Desastres, 2, 2011. Brasília. Anais... Brasília, 2011.
- GÓMEZ, C. Psicologia e emergências sociais: intervenções nos Cotidianos e Eventos. In: Seminário Nacional de Psicologia das Emergências e dos Desastres: Contribuições para a construção de comunidades mais seguras, 1, 2006. Brasília.
- HEREDIA, A. M. Psicologia e emergências sociais: intervenções nos Cotidianos e Eventos. In: Seminário Nacional de Psicologia das Emergências e dos Desastres: Contribuições para a construção de comunidades mais seguras, 1, 2006. Brasília.
- KUHNEN, A. Meio Ambiente e Vulnerabilidade – A Percepção Ambiental de Risco e o Comportamento Humano. Revista Geografia (Londrina), v.18, n.2, p.37-52, 2009.
- LEWIN, K. Teoria de Campo em Ciência Social. São Paulo: Pioneira, 1965.
- LOPES, D.C. et al. Construindo comunidades mais seguras: preparando para a ação cidadã em defesa civil. Florianópolis: UFSC/CEPED; [Brasília]: Secretaria Nacional de Defesa Civil, 2009.
- MARANDOLA JR., E.; HOGAN, D. J. Natural Hazards: o estudo geográfico dos riscos e perigos. Revista Ambiente & Sociedade, v.7, n.2, p.95-109, 2004.
- MATTEDI, M.A. Contribuições da Psicologia para a construção de comunidades mais seguras: comportamento, cultura e organização social. In: Seminário Nacional de Psicologia das Emergências e dos Desastres: Contribuições para a construção de comunidades mais seguras, 1, 2006. Brasília.
- MOLINA, C. A. Psicologia de la emergencia. Chile: BiVa-PaD, 1994. Centro Regional de Información Sobre Desastres para América Latina y el Caribe – CRID. Disponível em: <http://www.crid.or.cr/crid/CD_Volcanes/pdf/spa/doc13675/doc13675-a.pdf>. Acessado em: 10 ago. 2012.
- MUÑOZ SÁNCHEZ, A. I.; BERTOLOZZI, M. R. Pode o conceito de vulnerabilidade apoiar a construção do conhecimento em Saúde Coletiva? Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v.12, n.2, p.319-324, mar./abr. 2007.
- OCAMPO, H.T. Conferência: Sistemas de atenção às vítimas de situações de emergências e desastres: contribuições possíveis da Psicologia. In: Seminário Nacional de Psicologia das Emergências e dos Desastres: Contribuições para a construção de comunidades mais seguras, 1, 2006. Brasília.
- ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE. Primeira Conferência Internacional Sobre Promoção da Saúde/Carta de Ottawa, 1986. Disponível em: <<http://www.opas.org.br/promocao/uploadArq/Ottawa.pdf>>. Acessado em: 25 mai. 2012.
- PICHON-RIVIÈRE, E. Psicologia da Vida Cotidiana. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- RUIZ, A. L. As contribuições teóricas e técnicas em torno dos conceitos de emergências e desastres. In: Seminário Nacional de Psicologia das Emergências e dos Desastres: Contribuições para a construção de comunidades mais seguras, 1, 2006. Brasília.
- VALÊNCIO, N.; SIENA, M.; MARCHEZINI, V. Abandonados nos desastres: uma análise sociológica de dimensões objetivas e simbólicas de afetação de grupos desabrigados e desalojados / Norma Valencio. – Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2011.

VALÊNCIO, N. A Sociologia dos desastres: perspectivas para uma sociedade de direitos. In: Psicologia de emergências e desastres na América Latina: promoção de direitos e construção de estratégias de atuação, 2011. Brasília: Conselho Federal de Psicologia.

Palavras-Chave: Psicologia das Emergências e dos Desastres; Percepção de Risco; Vulnerabilidade.

AUTOR DE VIOLÊNCIA SEXUAL: REFLEXÕES A PARTIR DO I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. *Etienne Janiake* (tijaniake@yahoo.com.br); *Maisa Elena Ribeiro*; *Mariana Ferreira Rodrigues*; *Raquel Souza Lobbo Guzzo*. (PUC/Campinas)

O presente trabalho tem o objetivo de apresentar a experiência da realização do “Seminário Internacional de Violência Doméstica: um olhar sobre o autor da violência sexual” que foi realizado na PUC Campinas, a partir da percepção dos participantes do evento em relação à temática. A proposta de realização deste seminário surgiu como um desdobramento do grupo de trabalho realizado pela Comissão de Violência Doméstica do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Campinas, em parceria com o grupo de pesquisa Avaliação e Intervenção Psicossocial: Prevenção, Comunidade e Libertação do curso de Pós Graduação de Psicologia da PUC Campinas. Este grupo congrega diversos trabalhadores, de instituições públicas e privadas, envolvidos no enfrentamento à violência doméstica por meio de políticas públicas do Município de Campinas. No que se refere à violência doméstica, Esber (2008), destaca que olhar para a violência, apenas sob a perspectiva da vítima, não permite compreender o problema em sua totalidade. Em relação aos autores de violência, normalmente as ações são restritas à responsabilização judicial, e são identificados poucos estudos e experiências de atendimento ao mesmo. É necessário compreender-se, entretanto, para uma ação mais efetiva na prevenção e na abordagem desse fenômeno, que a violência sexual tem origem sociocultural e histórica, não sendo um fenômeno somente individual, psicopatológico, ou um problema apenas do âmbito da cognição dos que a cometem. Para Prilleltensky, Peirson e Nelson (2001) ao se promover o bem-estar da criança devem ser considerados os níveis da hierarquia ecológica, com os suportes das políticas sociais, em que estão inseridas: educação pública, cuidados com a saúde, existência de normas sociais que respeitem a criança e o acesso a ambientes comunitários coesos. Os objetivos do trabalho são: introduzir uma perspectiva crítica acerca da violência sexual doméstica; discutir conceitos, propostas de políticas públicas e estratégias de intervenção ao autor de violência sexual doméstica. Foram analisadas um total de 50 fichas de avaliação respondidas pelos participantes ao final do evento. Dentre os temas levantados elencaram-se categorias de análise a partir dos pressupostos teóricos do grupo. Observou-se, primeiramente, como resultado das discussões propostas no seminário, a mudança no entendimento dos profissionais sobre o autor de violência, de forma a refletiram como limitadora a estratégia atual de intervenção baseada apenas na responsabilização judicial. Outro ponto destacado foi a necessidade de articulação da rede socioassistencial para a realização de intervenções conjuntas com os diversos serviços e setores da rede, de forma a abarcar de forma integral uma problemática que perpassa todos os setores da sociedade. O seminário possibilitou aos participantes refletirem de forma mais ampliada sobre o autor da violência e as possibilidades de intervenção ao mesmo. Além disso, ao discutirem a realidade de Campinas e as dificuldades enfrentadas pelos profissionais e serviços, os participantes dialogaram sobre diversos problemas e contradições vividas no cotidiano profissional, principalmente no que refere-se à articulação da rede sociassistencial. Assim, ressalta-se a importância da busca de estratégias de superação de tais problemáticas, tanto nos serviços já existentes, quanto nos que se vislumbra a necessidade de criação.

Referências

ESBER, K. M. Autores de Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: um estudo a partir da teoria sócio-histórica. Dissertação de Mestrado – Universidade Católica de Goiás Programa De Pós-Graduação Stricto Sensu Em Psicologia. Goiânia, 2008.

PRILLELTENSKY, I.; PEIRSON, L.; NELSON, G. Mapping the terrain: Framework for promoting family wellness and preventing child maltreatment. In: PRILLELTENSKY, I.; NELSON, G.; PEIRSON, L (Eds), **Promoting family wellness and preventing child maltreatment: Fundamentals for thinking and action**. Toronto: University of Toronto Press, 2001, p. 3-40.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: QUE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SÃO CONSTRUÍDAS POR PEDAGOGOS EM FORMAÇÃO?. *Adriana Tomaz*

(tomaz.adriana@ig.com.br); *Rita de Cássia Pereira Lima*. (Universidade Estácio de Sá-RJ)

O artigo tem como ponto de partida apresentar o resultado de uma pesquisa em um curso de pedagogia, sobre a representação social desses pedagogos acerca da avaliação da aprendizagem dos alunos do primeiro segmento do ensino fundamental. Com base na teoria moscoviciana, buscou-se investigar em nossa dissertação de Mestrado (TOMAZ, 2010), as representações sociais de alunas do curso de Pedagogia sobre avaliação da aprendizagem dos alunos do 1º segmento do Ensino Fundamental. Constatamos que essas estudantes não compreendem o ato de avaliar. Objetivo: A pesquisa buscou investigar as representações sociais que os alunos dos últimos períodos do curso de pedagogia constroem sobre avaliação da aprendizagem dos alunos do primeiro segmento do ensino fundamental. Método: Os procedimentos de coleta e análise dos dados mediante a participação dos sujeitos envolvidos. O estudo, foi realizado na cidade do Rio de Janeiro em uma universidade privada, assumiu a abordagem qualitativa com dois grupos de participantes do último período do curso de Pedagogia: um com alunos já atuantes em sala de aula e outro com formandos não atuantes. Optamos pela utilização da técnica de Grupo Focal (GATTI, 2005). Foram convidados a participar da pesquisa 16 alunos de uma classe do sétimo período, porém somente 11 aceitaram. Foram assim formados dois Grupos Focais: um com seis alunas já atuantes em sala de aula (GF1), com formação de curso Normal equivalente ao Ensino Médio, e outro com cinco discentes que atuavam somente por meio dos estágios (GF2). Cada encontro teve a duração de aproximadamente 1 hora e 20 minutos. As entrevistas foram transcritas e analisadas com base na análise de conteúdo temática (BARDIN, 2002) contando com apoio do software QSR (Qualitative Software Research) NVivo 2007. De acordo com Bardin (2002, p. 42). Resultados: Os resultados foram analisados à luz da teoria moscoviciana das representações sociais, com opção pela abordagem processual, que busca identificar os processos de objetivação e ancoragem (MOSCOVICI, 1978). Tais processos permitem conhecer como as representações são construídas pelos sujeitos e grupos, mostrando indícios de como as pessoas pensam de uma maneira e não de outra. Os dois grupos focais reconhecem o quanto é difícil avaliar a aprendizagem do aluno. O Grupo 1 não se sente preparado e menciona queixas em relação aos estágios, falta de oportunidade para aprender, desvio de funções. O Grupo 2 já se sente mais preparado, mas as alunas não conseguem colocar em prática a concepção de avaliação que acreditam como ideal, “progressiva”. Conclusão: Os resultados mostraram que o núcleo figurativo das representações sociais das alunas sobre “avaliação” no Grupo 1 ficou associado à palavra “Avaliador” e no Grupo Focal 2 “Rótulo”. Os resultados mostram a necessidade de repensar o currículo do curso de Pedagogia, já que os futuros pedagogos também se formam para avaliar alunos da Educação Infantil ao 5º ano do Ensino Fundamental. Propõe-se que a dicotomia avaliação qualitativa versus avaliação quantitativa seja mais discutida na formação, sobretudo porque a prática da avaliação escolar é contínua, passando por avaliações de grande escala, pouco esclarecida para os participantes.

Referências

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2002.
- _____. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/EN). Estabelece as diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 1996.
- _____. Conselho Nacional de Educação. Resolução **CNE/CP 1/2006**. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de maio de 2006, Seção 1.
- DEMO, P. **Universidade, aprendizagem e avaliação**: horizontes reconstitutivos. Porto Alegre: Mediação, 2004.
- FRANCO, C. Capítulo IX. In: SICCA, N. A. L.; COSTA, A. D. M. da; FERNANDES, S. A. de S. **Processo Curricular: Diferentes Dimensões**. Florianópolis: Editora Insular, 2009.
- GADOTTI, M. *Pensamento pedagógico brasileiro*. São Paulo: Ática, 1987.
- GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília: Líber Livro, 2005.
- GATTI, B. A. Questões de *avaliação* educacional: proposta para discussão. In FREITAS, L. C. de (Org.). **Avaliação: construindo o campo e a crítica**. Florianópolis: Insular, 2002.
- JODELET, D. Campo de Pesquisas em representações Sociais. In SÁ, C. P. **A Construção do Campo de pesquisa em RS**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.
- JODELET, D. La representación social: fenómenos, concepto y teoría. In: MOSCOVICI, S. *Psicología Social II*. Barcelona: Ed. Paidós, 1993.
- LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e Pedagogos, para quê?** 7ª edição. São Paulo: Editora Cortez, 2004.
- LUCKESI, C.C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. São Paulo: Cortez, 1995.
- LÜDKE, M. Um olhar crítico sobre o campo da avaliação escolar. In: FREITAS, L. C. de (Org.). **Avaliação: construindo o campo e a crítica**. Florianópolis: Insular, 2002.
- MOREIRA, A. F. B. Estudos de currículo: avanços e desafios no processo de internacionalização. **Cadernos de Pesquisa** (online), vol. 39, nº. 137, São Paulo, maio/ago.2009. p. 367-381. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php? Acessado em 01.fev.2010.
- MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar. 1978.
- MOSCOVICI, S. **Representações Sociais**: Investigação em Psicologia Social. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- PACHECO, J. A. Currículo: entre teorias e métodos. **Cadernos de Pesquisa** (online), vol. 39, nº. 137, São Paulo, maio/ago.2009. p. 383-400. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php? Acessado em 01.fev.2010.
- PERRENOUD, P. O trabalho sobre o habitus na formação de professores: análise das práticas e tomada de consciência. In: PERRENOUD, P. et al. (Org.). *Formando professores profissionais: quais estratégias? Quais competências?* 2 ed. Porto Alegre: ArtMed, p. 153-175, 2001.
- TOMAZ, A. **Representações sociais de discentes do curso de Pedagogia a respeito da avaliação da aprendizagem de alunos**. 2010. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro.
- Palavras-chave**: Representação Social; Pedagogia; Avaliação.

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO ACADÊMICO DOS BOLSISTAS DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL/ PET-CONEXÕES DE SABERES: UM ESTUDO NOS CAMPUS DA UFPE. *Andreza Cristiane Silva de Lima; Ana Lúcia Fontes*

de Souza Vasconcelos; Luciana Maria da Silva (lucyms23@hotmail.com). (UFPE, Paulista-PE)

A educação é uma das esferas que objetiva formar o indivíduo como ser estruturante, ofertada nas IFES ela é formal, pensada e desenvolvida com o objetivo de proporcionar ao sujeito os diversos saberes. Esta temática direciona-se no sentido de identificar as Políticas de Ações Afirmativas ofertadas na Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, considerando que se busca compreender como ela está sendo operacionalizada nesta instituição e de que forma esta sendo ofertada, trazendo à tona a discussão deste assunto. O presente estudo tem como objetivo geral verificar se as políticas de Ações Afirmativas da UFPE têm proporcionado à permanência dos discentes que possuem vulnerabilidade social na universidade. Como objetivos específicos: observar de que forma essas ações tem proporcionado a esses estudantes a permanência na UFPE; analisar as Políticas de ações afirmativas; demonstrar as políticas de ações afirmativas ofertadas nesta IFES; e por fim descrever cada ação afirmativa neste campus. A metodologia utilizada na construção deste estudo foi da pesquisa-ação. A pesquisa-ação ocorre através do caráter deliberativo, nela a participação de todos é destacada, pois envolve todos os sujeitos com a intenção de intervir e dar continuidade no processo de investigação. O projeto encontra-se em andamento tendo como resultados parciais, após aplicação de questionários semiestruturados nos cinco PETs Conexões da UFPE que se localizam na abrangência dos campus de Recife, Vitória e Caruaru. Neles são desenvolvidas perguntas relativas ao ingresso dos alunos ao Programa, onde cada bolsista se autoavalia dentro de suas respectivas graduações, tais como os rendimentos esperados antes e depois de sua entrada no Programa. Mostra-se também através desses questionários como o PET-Conexões de Saberes faz a diferença na vida acadêmica desses estudantes, não apenas nas questões financeiras, pois os alunos recebem uma bolsa mensal no valor de 400 Reais, mas principalmente nas suas vivências, abrindo-se um viés amplamente diversificado na promoção da igualdade de oportunidades, nas capacitações extracurriculares, participação política que estes alunos oriundos da classe popular, recebem no programa. Outra abordagem relevante está nas notas que esses bolsistas vêm demonstrando nos seus respectivos cursos, onde apontam para as médias de coeficientes escolares em níveis satisfatórios na instituição. Sendo a transmissão do conhecimento uma das ferramentas destinadas à transformação e formação do cidadão, afirma-se que uma educação de qualidade é o objetivo principal das IFES e principalmente, dos grupos de ensino-pesquisa-extensão os quais se dispõem dentro dessas universidades a fornecer uma educação integral aos estudantes de graduação.

Referências

BÁSICAS, Manual de Operações. **Brasília, DF: Ministério da Educação, 2006.** Disponível em: <<http://www.prograd.ufba.br/Arquivos/manualpet.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2012.

Brasil. Governo Federal. Ministério da Educação. **Gestão Democrática da Educação.**

Boletim 19 Outubro 2005. Disponível em:

<<http://tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/151253Gestaodemocratica.pdf>>. Acesso em 29 ago. 2012.

TRIPP, David. **Pesquisa-ação: uma introdução metodológica.** Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n3/a09v31n3.pdf>>. Acesso em: 28 de Julho de 2012.

Palavras-Chave: Desempenho; Afirmativas; Programa.

CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL PARA ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS: O QUE MOSTRAM OS PRONTUÁRIOS?. *Adriana Manrique Tomé* (drih_tome@hotmail.com); *Paola Biasoli Alves.* (UFMT-Cuiabá)

Os Centros de Atenção Psicossocial para Álcool e outras Drogas (CAPS ad) são instituições públicas de saúde no Brasil, que tem como foco o tratamento de pessoas usuárias de substâncias psicoativas (SPA). São instituições estratégicas para o cumprimento das diretrizes

básicas constituintes do Serviço Único de Saúde (SUS). Os CAPS ad tem como objetivo o incentivo da postura ativa e a autonomia dos usuários, gerando transformações nas concepções e práticas de saúde mental, na organização dos serviços, na formação e na capacitação dos profissionais da área. Para que estas práticas possam acontecer, são necessárias mudanças nas formas de se ver os direitos e a cidadania das pessoas que sofrem de transtornos mentais decorrentes do uso de SPA (BRASIL, 2004a, 2004b). O acolhimento e as avaliações de áreas específicas são o primeiro contato do usuário com a instituição e seus profissionais, sendo que os dados coletados são anexados ao prontuário individual, onde são reunidas informações a respeito da sua trajetória e tratamento dentro da instituição, o uso de substâncias, sua situação socioeconômica e seu projeto terapêutico (grupos e reuniões das quais participará na instituição a fim do tratamento). Sabe-se que as práticas em saúde mental estão constantemente permeadas pelos discursos vigentes e também instituintes. Nesse sentido, Vecchia & Martins (2009) trazem que durante o processo da produção material os homens produzem também sua linguagem, que lhes serve como meio de comunicação, e também como portadora dos valores socialmente criados, e que estão fixados nela. Para Vygotsky (1896 - 1934) é por meio da comunicação entre pessoas que se dá o processo de criação e internalização da cultura, vinculados ao desenvolvimento do psiquismo humano. É na mediação cultural do processo de conhecimento e a atividade individual das aprendizagens que o indivíduo se apropria da experiência sociocultural como ser ativo, aspecto importante para o pensar e agir dentro de propostas de acolhimento e atendimento a usuários de SPA (AGUIAR, 2001). O objetivo do trabalho foi identificar características socioeconômicas e substâncias psicoativas utilizadas por usuários do CAPS ad de Várzea Grande. Inicialmente fez-se um levantamento dos prontuários de pacientes do CAPS ad que frequentaram a instituição entre os meses de agosto e novembro de 2011 (totalizando 155). Foram coletadas informações nas fichas de acolhimento, avaliação psicológica, avaliação social, avaliação de enfermagem, e contrato de tratamento, referentes ao sexo, faixa etária de procura pelo serviço, situação empregatícia, estado civil, escolaridade, tratamentos anteriores, tipo de encaminhamento, religião e substâncias psicoativas utilizadas. Posteriormente estas informações foram quantificadas e descritas de acordo com a frequência e porcentagem. Os resultados mostram que dos 155 prontuários analisados, 88,31% dos usuários são do sexo masculino; da população geral 66,66% tem entre 18 e 39 anos; 55,4% encontram-se desempregados; 50% dos homens estão solteiros e 43,75% das mulheres em situação “amasiada”; 43% tem 1º grau incompleto e apenas 21,4% tem 2º grau completo; e as substâncias psicoativas mais utilizadas são álcool (95,5%), tabaco (75,5%), maconha (63,2%) e pasta base (57,4%). Os CAPS ad têm o desafio de ser um dos principais mecanismos na consolidação das políticas de atenção ao usuário de drogas dentro das prerrogativas da Reforma Psiquiátrica. Dessa forma, o estudo do perfil do seu usuário é de crucial importância para que se possa conhecer o público que procura tratamento e a quem se destinam as ações. A análise dos resultados, dentro de parâmetros psicossociais, relaciona a baixa escolarização, o alto nível de desemprego e as vinculações conjugais às denúncias de situações de alienação e marginalidade, como aspectos de perpetuação de desigualdades econômicas e sociais alimentadas nas redes de sentidos e significados de valorização do individualismo. As substâncias utilizadas corroboram essa análise, uma vez que incluem produtos que tem grande estímulo de consumo, como no caso do álcool e tabaco, e subprodutos de drogas mais refinadas e caras, como no caso da pasta base, que vem do refinamento da cocaína. Ao pensar as estratégias de políticas públicas para prevenção e tratamento, o olhar psicossocial e os registros de dados objetivos, possíveis de quantificação, trazem temas como a necessária contextualização sócio-histórica do fenômeno do abuso de drogas, os processos de conscientização na busca do combate à alienação e às construções subjetivas que empoderam a saúde integral dos indivíduos.

Referências

- AGUIAR, W. M. J. A pesquisa em psicologia sócio-histórica: contribuições para o debate metodológico. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. (org.). *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. São Paulo: Cortez, 2001. p. 129-140.
- ALVES, H.; KESSLER, F.; RATTO, L. R. C. Comorbidade: uso de álcool e outros transtornos psiquiátricos. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, São Paulo - SP, 26 (Supl 1), p. 51-53, 2004
- BERGERET, J.; LEBLANC, J. *Toxicomanias uma visão multidisciplinar*. 1ª. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 1991.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Política Nacional de Assistência Social PNAS/ 2004*. Brasília – DF, 2005
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. SVS/CN-DST/AIDS. *A Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas/Ministério da Saúde*. 2.ed. rev. ampl.– Brasília: Ministério da Saúde. 2004a.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas*. – Brasília: Ministério da Saúde. 2004b.
- CARLINI, E. A.; GALDURÓZ, J. C. F.; NOTO, A. R.; NAPPO, S. A. *I Levantamento Domiciliar sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil: Estudo Envolvendo as 107 Maiores Cidades do País – 2001*. São Paulo: CEBRID – Centro Brasileiro de Informações Sobre Drogas Psicotrópicas. UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo, 2002.
- CAVALHEIROS, P. R. V.; OLIVEIRA, M. S.; ANDRETTA, I. Comorbidades psiquiátrica no tabagismo. *Aletheia*, Canoas – RS, 23, p. 65-74, 2006.
- CORDATO - Centro de Orientação sobre Drogas e Atendimento a Toxicômanos, (1988). *As Drogas e a Vida: uma abordagem biopsicossocial*. São Paulo, SP: EPU.
- FARAIA, J. G.; SCHNEIDER, D. R. O perfil dos usuários do Caps ad-Blumenau e as políticas públicas em saúde mental. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte – MG, 21 (3): 324-333, 2009.
- GALDURÓZ, J. C. F.; NOTO, A. R.; NAPPO, S. A.; CARLINI, E. A. Uso e Drogas psicotrópicas no Brasil: pesquisa domiciliar envolvendo as 107 maiores cidades do país – 2001. *Revista Latino-americana de Enfermagem*, Ribeirão Preto – SP, 13(número especial), p. 888-895, 2005.
- GALDURÓZ, J. C. F.; CAETANO, R. Epidemiologia do uso de álcool no Brasil. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, São Paulo – SP, 26(1), 2004.
- MELONI, J.N.; LARANJEIRA, R. Custo social e de saúde do consumo do álcool. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, São Paulo – SP, 26, p.7-10, 2004.
- MOMBELLI, M. A.; MARCON, S. S.; COSTA, J. C. Caracterização das internações psiquiátricas para desintoxicação de adolescentes dependentes químicos. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília – DF, set-out; (5), 735-740, 2010.
- MONTEIRO, C. F. S.; FÉ, L. C. M.; MOREIRA, M. A. C.; ALBUQUERQUE, I. E. M.; SILVA, M. G.; PASSAMANI, M. C. Perfil Sociodemográfico e Adesão ao Tratamento de Dependentes de Álcool em CAPS-AD do Piauí. *Escola Anna Nery*, Rio de Janeiro – RJ, 15 (1), p.90-95, 2011.
- PEIXOTO, C.; PRADO, C. H. O.; RODRIGUES, C. P.; CHEDA, J. N.; MOTA, L. B. T.; VERAS, A. B. Impacto do perfil clínico e sociodemográfico na adesão ao tratamento de pacientes de um Centro de Atenção Psicossocial a Usuários de Álcool e Drogas (CAPSad). *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, São Paulo – SP, 59(4), p.317-321, 2010.

PINHO, P. H.; OLIVEIRA, M. A.; ALMEIDA, M. M. A reabilitação psicossocial na atenção aos transtornos associados ao consumo de álcool e outras drogas: uma estratégia possível? *Revista Psiquiatria Clínica*, São Paulo – SP, 35, pp.82-88, 2008.

VECCHIA, M. D.; MARTINS, S. T. F. Concepções dos cuidados em saúde mental por uma equipe de saúde da família, em perspectiva histórico-cultural. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro – RJ, 14(1), 183-193, 2009.

ZALESKI, M.; LARANJEIRA, R. R.; MARQUES, A. C. P. R.; RATTO, L.; ROMANO, M.; ALVES, H. N. P.; SORES, M. B. M.; ABELARDINO, V.; KESSLER, F.; BRASILIANO, S.; NICASTRI, S.; HOCHGRAF, P. B.; GIGLIOTTI, A. P.; LEMOS, T. Diretrizes da Associação Brasileira de Estudos do Álcool e outras Drogas (ABEAD) para o diagnóstico e tratamento de comorbidades psiquiátricas e dependência de álcool e outras substâncias. *Revista Brasileira Psiquiatria*, São Paulo – SP, 28(2), pp. 142-148, 2006.

Palavras-Chave: Centro de Atenção Psicossocial para Álcool e Outras Drogas; Prontuário; Tratamento.

CINEMA E PSICOLOGIA: IDENTIFICAÇÃO E RESSIGNIFICAÇÃO DE HISTÓRIAS. *Aline Matheus Veloso* (alinematheusveloso@gmail.com); *Gladson Murilo Mascarenhas Ribeiro Júnior*; *Sandra Andrade da Silva*. (Biblioteca Comunitária Esperança, Salvador/Bahia)

Este trabalho é fruto da experiência de uma proposta de intervenção da Psicologia social comunitária, que articula cinema e educação, através da formação de um cineclubes com um grupo de adolescentes. Pretendeu-se com esta intervenção fomentar a produção coletiva de reflexão crítica, expressão de ideias e sentimentos, vinculados a temáticas que atravessam o cotidiano dos integrantes, sendo essas, eleitas pelo próprio grupo. A proposta explicitada acima parte da compreensão de que o audiovisual instala-se, em nosso contexto histórico, como um grande dispositivo de apreensão e elaboração de conteúdos de diversas ordens. Este grupo é formado por moradores de uma comunidade da cidade do Salvador, que possuem faixa etária entre 15 e 18 anos, estando a atividade alocada em uma biblioteca comunitária do bairro. Fazem parte da equipe de coordenação deste projeto, duas psicólogas e três estagiários de psicologia, que utilizam como metodologia a Teoria de Grupos Operativos de Pichón Rivière. O projeto ocorre há dois anos, com sessões semanais, tendo exibido uma média de 30 filmes que abarcaram discussões vinculadas a temáticas como drogas, violência, sexualidade, adolescência, educação, identidade, diversidade, entre outros. Ao longo de sua trajetória, uma parte do grupo cineclubista, formou um núcleo denominado Fora de Foco que começou a propor, junto com a equipe de coordenação, as sessões de cineclubes bem como a execução de sessões de cinema na rua. A partir de então, a equipe de coordenação passou a atuar também, em um segundo momento, na articulação e fortalecimento do grupo, a fim de promover um espaço de apropriação da ação e autonomia. A compreensão acerca de um cineclubes encerra-se na ideia de um grupo de pessoas que se reúnem para assistir filmes e debater sobre diversas temáticas. A escolha de utilizar a sétima arte perpassa pelo entendimento de que o cinema e a formação de um grupo cineclubista propiciam um espaço coletivo e alternativo de educação e formação cidadã. Um outro aspecto importante enquadra-se no fato de que o contato com o cinema viabiliza o intercâmbio de cultura e produção de saberes (DUARTE,2002). Com o incentivo à reflexão e a explanação de idéias acerca do que foi compreendido individualmente e coletivamente, favorece-se os processos de troca, revisitando paradigmas, preconceitos, formas de relações sociais e possibilidades de transformação do próprio contexto (PICHÓN-RIVIERE, 1987). A experiência com a articulação entre o cinema e a educação reafirmam as discussões feitas nesta área que colocam os materiais audiovisuais como potentes mobilizadores de afetos, identificação e ressignificação das histórias individuais e sociais. Um ponto interessante proporcionado pela construção do cineclubes é que toda a aprendizagem possível é atravessada pela ideia de como com o diferente e coletivamente é possível ampliar

o território do pensamento, do sentimento e da ação, expandindo as visões de mundo e ressignificando olhares estigmatizados presentes na sociedade. Ao longo da trajetória do grupo, que se fez presente nas exposições do cineclubes, é possível notar uma mudança no que tange a questão elencada acima, apresentada a partir das modificações das posturas frente a produção audiovisual, aos questionamentos produzidos e a abertura para pensar o próprio cotidiano reconhecendo suas necessidades e potências. O grupo também apresentou transformações relacionadas à exposição de sentimentos e experiências pessoais que diferentes de serem vistas como elementos perturbadores, passaram a ser legitimados como importantes na ampliação dos debates e apropriação dos conteúdos. Desta forma, o grupo construiu no cineclubes um espaço de liberdade de expressão que viabilizava a aprendizagem coletiva, através da quebra de antigos paradigmas e na abertura para repensar seus respectivos espaços sociais, atravessando reflexões que iam desde as histórias individuais e estendiam-se para os espaços coletivos. O grupo pôde ressignificar os papéis que desempenham nos contextos sociais que encontram-se inseridos como escolas, famílias, grupos de amigos e a forma como se apropriam do lugares de convivência. É importante ressaltar que toda a construção dessas reflexões tem como ponto de valorização e legitimação a possibilidade de estar com o diferente, que viabiliza o contato com o novo e o inusitado. No que tange a formação do grupo Fora de Foco, é possível compreender a relevância de produzir ações interventivas dentro do local onde se vive. Os integrantes apontam em seus relatos e depoimentos que a atividade cineclubista que desempenham integra-se como uma ação que os mesmos executam dentro do seu bairro e que tem como finalidade produzir na comunidade a abertura para repensar suas relações sociais além de ser uma atividade que preenche o ócio e o tédio, constituindo-se também como espaço de lazer e interação. Dito isto, pretende-se, por meio da explanação, criar um espaço de reflexão sobre o cinema como um lugar de expressão da subjetividade humana e, a partir disso, discutir as possibilidades de articulações entre as produções audiovisuais e a prática da psicologia.

Referências

DUARTE, Rosália. Cinema e Educação: refletindo sobre cinema e educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

RIVIÈRE, Pichon. O Processo Grupal. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

Palavras-Chave: Cineclubes, Psicologia Social Comunitária; Adolescência.

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL PARA A DEFINIÇÃO DO CONCEITO DE DEFICIÊNCIA MENTAL. *Camila Rodrigues Guimarães* (kmyla_4@hotmail.com); *Nilson Berenchein Netto*. (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul Campus Paranaíba/Paranaíba-MS)

O “bizarro”, o inesperado, a diferença sempre atraíram a atenção. Uma mudança na ordem habitual das coisas provoca curiosidade do ser humano e leva-o a indagar por quê. A ciência originou-se, em grande parte, das tentativas do ser humano para explicar o inesperado. O comportamento do mentalmente retardado (tal como foram chamados à época) atraiu as atenções e parecia exigir uma explicação, ao passo que o comportamento da “pessoa normal”, aparentemente, explicava-se por si mesmo. Assim sendo, viu-se a necessidade de um conjunto separado e único de categorias conceituais para compreender e lidar com indivíduos com deficiência. A crença de que as realizações dos deficientes exigem alguma explicação incomum é tão generalizada que se espera e requer dessas pessoas que desenvolvam uma lógica especial para explicar o seu comportamento “corriqueiro”. Supostamente, estes percebem, aprendem, pensam e adaptam-se, de formas que lhe são exclusivamente peculiares; por conseguinte, não podem ser entendidos em função daqueles princípios de aprendizagem, pensamento, percepção e ajustamento que foram derivados e são aplicáveis a “pessoas normais”. Compreender uma criança deficiente significa compreendê-la como criança e só

depois entender as formas pelas quais as suas deficiências poderão influenciar o seu desenvolvimento e comportamento. É importante destacar que as necessidades sociais, psicológicas e educacionais básicas das crianças com deficiência são idênticas às necessidades de todas as crianças e podem ser satisfeitas, em grande parte, da mesma forma geral. O que difere são apenas os aspectos específicos. (TELFORD; SAWREY, 1976). Muitas crianças do mundo todo manifestaram e manifestam atraso em seu desenvolvimento intelectual, quando sob todos os outros pontos de vista nada as distingue essencialmente das outras crianças da sua idade. Elas são incapazes de estudar com resultados e em ritmos satisfatórios nas condições consideradas normais. Entretanto, quando são colocadas nas condições que lhes convém e se lhes aplica métodos de ensino especiais, muitos casos conseguem fazer consideráveis progressos e por vezes, mesmo liquidar completamente o seu atraso (LEONTIEV, 2004). Vigotski (1983) define a defectologia como uma ciência, aquela que estuda a deficiência, como se fosse uma “defeitologia”. Os processos de desenvolvimento que ela estuda apresentam uma enorme diversidade de formas, uma quantidade praticamente ilimitada de tipos distintos. A ciência deve dominar esta particularidade e explicá-la, estabelecer os ciclos, suas desproporções, descobrir suas leis do desenvolvimento. Tendo em vista que, tanto na pesquisa quanto na prática da área da deficiência existem imprecisões conceituais que resultam em dificuldades na aplicação e utilização do conhecimento produzido, o presente trabalho objetiva esclarecer melhor essa conceituação de deficiência mental, identificando não somente pontos comuns e divergentes das principais posições teóricas como, principalmente, as contribuições da Psicologia Histórico-Cultural para se trabalhar com as pessoas com deficiência mental, tendo como objetivo específico apresentar a definição historiográfica do tema. Com base na literatura específica acerca do assunto, procurou-se caracterizar como os autores compreendem a questão da deficiência mental. Esse trabalho consiste em uma pesquisa bibliográfica, referente a um Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, em processo de desenvolvimento. Utilizou-se como fontes de pesquisa, livros específicos sobre o tema, revistas especializadas e artigos científicos. Os bancos de dados que estão sendo utilizados são: SciELO – Scientific Electronic Library Online e Portal de Periódicos da CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Consultados com os seguintes descritores: conceituação, modelos psicológicos, deficiência intelectual e deficiência mental. Pretende-se incorporar no desenvolvimento do trabalho, os estudos da perspectiva histórico-cultural do desenvolvimento humano e articulá-los metodologicamente, de modo que se possa ter um novo olhar sobre a inserção educacional e cultural dos deficientes.

Referências

- LEONTIEV, A. O desenvolvimento do Psiquismo. 2. São Paulo: Centauro, 2004.
TELFORD, C. W.; SAWREY, J. M. O indivíduo excepcional. 2. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
VIGOTSKI, L. S. Obras Escogidas – Fundamentos de Defectología. Tomo V. Madri: Visor, 1997.

Palavras-Chave: Psicologia Histórica Cultural; Deficiência Mental; Deficiência Intelectual.

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA ÀS PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO POPULAR: INTERVENÇÕES EM UMA CIRANDA DO MST. *Camila Danielle dos Santos* (ocorreiodacamila@gmail.com). (USP-SP)

Introdução: Este trabalho é resultado de uma parceria entre a disciplina de Psicologia Social Comunitária no curso de Psicologia da USP e a comuna urbana Dom Hélder Câmara do MST. Esta parceria consistiu na participação de estagiários da disciplina no espaço de formação dos educadores e nas atividades da Ciranda, que é um espaço infantil de educação não formal que prima pela cooperação e pelo aprendizado emancipador, fruto das diretrizes educacionais do Movimento. Além disso, ela é o centro do coletivo infantil na comunidade e, portanto,

possibilita a vivência e o trabalho entre as crianças enquanto sujeitos ativos social e historicamente. O presente trabalho busca apresentar algumas reflexões a partir desta experiência. Objetivos: O objetivo do presente trabalho é apresentar as experiências de estágio bem como a posterior reflexão sobre as intervenções realizadas, no sentido de investigar temas caros à Psicologia Social Comunitária, como violência doméstica, humilhação social, opressões, educação não formal e outros, com as crianças e as educadoras. Metodologia: Tendo como base a pesquisa-ação, foram dezesseis encontros entre as estagiárias do Instituto de Psicologia e o coletivo de educação da Ciranda. No segundo semestre de 2011 foram 10 visitas, nas segundas-feiras, no período das 14 às 16 horas. Já no segundo semestre de 2012, os encontros se deram às sextas-feiras, no mesmo horário. Foram realizadas propostas de atividades, execução e avaliação destas em conjunto com as educadoras, além de reflexões para o aprimoramento do trabalho e enriquecimento das vivências. Resultados Parciais: As demandas observadas foram discutidas em parceria com as educadoras, o que contribuiu para produzir um espaço de acolhimento e diálogo com as crianças. As discussões sobre temas políticos, como por exemplo, a resistência aos processos de humilhação social, demonstrou a capacidade das crianças em entender e lidar com as situações adversas do cotidiano. Além disso, com intervenções individuais e coletivas, foi possível criar um espaço de promoção de autonomia. Conclusões Parciais: A partir do contato com o campo de estágio, verificou-se uma grande potencialidade de atuação a partir dos referenciais teóricos da Psicologia Social Comunitária. Este espaço é atravessado por múltiplas questões, entre elas as relacionadas aos efeitos psicossociais da desigualdade de classes como a humilhação social, as dificuldades em autogestão e a convivência com as mais diversas formas de vulnerabilidade social e política a que as crianças e a comunidade em geral estão expostas. A precariedade do espaço e dos materiais de trabalho gerou uma aproximação mais criativa com as crianças que, em conjunto com a prática de um ensino emancipador, rendeu bons frutos: maior participação e organização das crianças nas atividades. Apesar dos muitos obstáculos, a busca do MST por uma prática pedagógica que envolva a compreensão crítica da realidade histórica e biográfica promove uma experiência muito rica, o que proporcionou horizontalidade nas decisões entre as educadoras e facilitou a experiência de autonomia das crianças. Verificou-se nesse processo a importância de um espaço de elaboração de sofrimentos sociais na prática de uma pedagogia emancipatória.

Referências

- BLEGER, J. Grupos operativos no ensino. In: BLEGER, J. *Temas de Psicologia*. 4. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. p. 59-100.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*, 17^a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 253 p.
- GONÇALVES FILHO, J. M. Humilhação Social: Humilhação Política. In: SOUZA, B.P. (Org.). *Orientação à Queixa Escolar*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 187-221.
- GUEDES, L. Novas velhas formas de dominação: os parques infantis e o novo projeto de dominação social. 2006. 179 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2006.
- MARTIN-BARO, I. O papel do Psicólogo. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 2, n. 1, p. 7-27, 1997.
- MORISSAWA, M. *A História da Luta pela Terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001. 256 p.
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Princípios da Educação no MST. *Caderno de Educação n° 08*. 1996.
- ROSSETTO, E. R. A. A educação das crianças sem-terrinha nas Cirandas infantis: a construção de uma alternativa em movimento. In: FARIA, A. L. G. (Org.). *Sociologia da Infância no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2011. p. 81-104
- TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. Tradução de Lólio Lourenço de

Oliveira. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005

Palavras-Chave: Ciranda; Educação Não Formal; Psicologia Social Comunitária.

DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM E AS IMPLICAÇÕES DA PRODUÇÃO PATOLÓGICA. *Danilo de Carvalho Silva* (correiododanilo@yahoo.com.br); *Alan Rizério, Paula Fontana Fonseca; Adriana Marcondes Machado.* (USP-SP)

Introdução: O CAPSi (infantil) surge integrando as diversas instituições que compõem um caso. Frequentado por crianças e adolescentes com até 18 anos, atende pacientes com transtornos mentais severos e persistentes, tendo como objetivo promover a autonomia e a capacidade de exigência dos direitos sociais. O tratamento se divide em intensivo, semi e não-intensivo, abrangendo indivíduos e grupos em modalidades que vão desde o atendimento individual ou familiar até oficinas, atividades comunitárias e visitas domiciliares. O CAPSi conta com uma equipe multidisciplinar. **Objetivos:** Este projeto tem como objetivos o desenvolvimento de formas de pensar os acontecimentos nas instituições educacionais dando relevo a produção social, político e histórica dos mesmos, problematizando a ação da psicologia nas instituições educativas, contribuindo no esclarecimento das crenças e compreensões que orientam as decisões tomadas, podendo assim criar novos modos de ação.

Metodologia: Compreendendo que nas práticas do cotidiano institucional é que se disseminam crenças que norteiam e sustentam estas práticas, à noção de Pesquisa-Intervenção foi usada para o contato com a instituição por meio de visitas ao CAPSi, conversando com as psicólogas e ouvindo seus pedidos, pensando junto sobre os modos de atender a demanda. Cada dupla escolheu um caso. Ficamos com o caso de um menino de 11 anos a partir da psicóloga referência do caso. Em visitas a escola onde estuda, observamos à sala de aula e participamos das reuniões de professores, compartilhando nossas observações. **Resultados:** Diagnosticado com deficiência mental e hiperatividade, o menino foi encaminhado ao CAPSi pela escola onde estuda após apresentar dificuldades no aprendizado e alegando dificuldades na relação por ser um menino inquieto e para o qual as broncas não surtiam efeito. A psicóloga também falava de um menino que exibia comportamentos estereotipados durante os atendimentos. Enquanto a escola alegava que o menino apresentava problemas em seu comportamento, as instituições em que passou antes de chegar ao CAPSi alegavam que sua dificuldade se devia as condições precárias em que se encontrava na escola. A nossa presença ampliou a comunicação entre CAPSi e escola, pensando junto aos atores escolares a inclusão do aluno em sala de aula. **Conclusões:** Nossa percepção do outro decorre do contexto no qual estamos instalados. Assim, a percepção que o professor tem dos alunos é produzida em meio às expectativas e necessidades que se impõem sobre eles. Por este raciocínio, as expectativas sobre o menino se constituem diante da sua chegada pelo processo de inclusão e do diagnóstico recebido, o que geram desgastes ainda maiores em meio a salas superlotadas e a necessidade de dar aulas em mais de uma escola, contribuindo para a produção patológica, pois o diagnóstico ajuda a encaminhar o aluno. No entanto, afirmar apenas que os problemas apresentados pelo menino se devem as condições precárias da escola não ampara a escola. Proporcionar a comunicação entre as instituições e atores envolvidos auxilia na realização da proposta do CAPSi, proporcionando um amparo as questões escolares, contribuiu para a inclusão ao inserir a criança no processo de escolarização.

Referências

AGUIAR, K. F. & ROCHA, M.L. *Micropolítica e o Exercício da Pesquisa-intervenção: referências e dispositivos em análise.* In: *Psicologia Ciência e Profissão*, 2007, p. 648-663.

FOUCAULT, M. *A Vontade de Saber.* In: *História da Sexualidade.* Rio de Janeiro: Graal, 1988.

MOURÃO, J.C. *Clínica, política e modulações do capitalismo*. In: Clínica e Política: Subjetividade, direitos humanos e invenção de práticas clínicas 2. Rio de Janeiro: Abaquir: Grupo Tortura Nunca Mais, 2009.

PATTO, M.H.S. *A Produção do Fracasso Escolar: História de Submissão e Rebelião*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1990.

DISCURSOS SOBRE RELAÇÕES RACIAIS PROFERIDOS POR PESQUISADORES/AS NEGROS/AS. Marcos Antonio Batista da Silva (marcos.psyco@yahoo.com.br). (PUC-SP)

A presente comunicação resulta de uma investigação que se encontra em andamento e se insere em um projeto de pesquisa para tese de doutorado. O trabalho que propomos dialoga e expande as pesquisas realizadas pelo Núcleo de Estudos de Gênero, Raça e Idade (NEGRI), do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São/PUC-SP, que desde 1992, acolhe pesquisadores/as negros e brancos que vêm trabalhando temas como as relações raciais e sujeitos adultos no contexto da educação brasileira. Esses/as pesquisadores/as adotam uma concepção de racismo que integra a dimensão estrutural e simbólica na produção e reprodução das desigualdades raciais. Este e os demais trabalhos do NEGRI, estão centrados na busca de compreensão de eixos de desigualdade de gênero, raça e idade, e buscam apreender “as maneiras como as formas simbólicas se entrecruzam com as relações de poder”. (J. B. THOMPSON, 2011, p.75). O objetivo geral deste projeto é descrever e interpretar discursos proferidos por pesquisadores/as negros/as (mestres e doutores), associados da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros (ABPN), residentes no estado de São Paulo, região Sudeste do país, sobre suas trajetórias e experiências étnico-raciais de enfrentamento do racismo à luz das teorias de relações raciais/racismo de Guimarães (2005), Essed (1991) e Rosemberg (2003), bem como de ideologia de John B. Thomson (2011). Na última década, a área de Ciência e Tecnologia expandiu-se em todo o mundo e não foi diferente no Brasil. Uma discussão sutil apresentada no PNPG (BRASIL, 2010) é a questão de poder que envolve o desenvolvimento da Ciência e Tecnologia e divide o mundo entre países produtores de conhecimento e tecnologia e aqueles que, no máximo, as copiam. “Ciência e Tecnologia compõem hoje [...] alavanca crucial para o Brasil superar as desigualdades que marcam a sua inserção no sistema internacional” (PNPG BRASIL, 2010, p. 49). Como fica a distribuição de poder, se trouxermos para a discussão as diferenças de cor/raça dos pesquisadores/as brasileiros/as. Fatores ideológicos, políticos, racistas e de dominação constituem obstáculos, interferem na formação de pesquisadores/as brasileiros/as? A perspectiva nesta pesquisa é adotar como método a hermenêutica de profundidade (HP) – proposta de John B. Thompson (2011). A HP interpreta três partes: a) a análise sócio histórica do contexto de produção, circulação e transmissão das formas simbólicas; b) a análise das formas simbólicas; c) a interpretação e reinterpretção do material produzido. A constituição de um pesquisador/a exige anos de estudos e a elaboração de pesquisas em diversas áreas do saber. Um fator preponderante pode ser a obtenção de títulos em nível de pós-graduação (mestrado e/ou doutorado). Conhecer o perfil de um/a pesquisador/a negro/a e história de vida é importante, por um lado, porque pressupõe considerar a relação entre a condição racial, as vicissitudes de sua inserção no mundo dos brancos e uma notória capacidade de superar dificuldades, e, por outro, para que as questões de equidade de acesso, permanência e sucesso aos níveis mais elevados de escolarização possam ser conhecidas, mensuradas e acompanhadas.

Referências

ABPN, Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as. II Relatório de Perfil dos/as pesquisadores/as Negros/as v.2,n.2,2012.

BRASIL. Ministério da Educação. *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Plano Nacional de Pós-Graduação: PNPg 2011-2020*. Brasília: CAPES, 2010.

ESSED, P. *Understanding everyday racism: interdisciplinary theory*. Londres: Sage, 1991.

GUIMARÃES, Antonio S. A. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002.

_____. Como trabalhar com "raça" em sociologia. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 29, n. 1, p. 93-107, jan/jun 2003.

_____. *Racismo e antirracismo no Brasil*. São Paulo: Fundação de apoio à Universidade de São Paulo. Editora 34, 1999-2005.

ROSEMBERG, Fúlvia; MADSEN, Nina. *Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo*. Relatório técnico, 2011.

_____. A criança pequena e o direito à creche no contexto dos debates sobre infância e relações raciais. In: BENTO, M. A. S. (org.). *Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais*. CEERT, 2011, p. 11-46.

_____. O branco no IBGE continua sendo branco na ação afirmativa? In: *Estudos Avançados* 18 (5). São Paulo: IBGE, 2004.

ROSEMBERG, F. e ANDRADE, L. F. Ação afirmativa no ensino superior brasileiro: tensão entre raça/etnia e gênero. *Cadernos Pagu* (UNICAMP), v. 31, p. 419-438, 2008.

ROSEMBERG, F.; BAZILLI, Chirley e SILVA, Paulo V. B. da. Racismo em livros didáticos brasileiros e seu combate: uma revisão da literatura. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 125-146, jan/jun 2003.

THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social e crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 2011.

Palavras-Chave: Relações Raciais; Pesquisadores/As Negros/As; Pós-Graduação.

ENSINO MÉDIO PROFISSIONAL E O SILÊNCIO DA PSICOLOGIA. *Angelina Pandita-Pereira* (angelinapandita@usp.br); *Marie Claire Sekkel*. (USP-SP)

A fim de contribuir para a reflexão sobre para quem e para quem a práxis na Psicologia caminha, este trabalho parte do princípio de que a psicologia tem a contribuir para uma educação de qualidade e vem a evidenciar e questionar as contribuições deste campo do conhecimento em relação à educação média profissional e seu compromisso com a formação do indivíduo pleno. Parte-se de um panorama em que a Psicologia tem história e conhecimentos consolidados sobre o campo da educação e sobre trabalho, sendo as áreas Psicologia Escolar e Educacional e a Psicologia do Trabalho ramos da Psicologia que inclusive tem associações que congregam profissionais e pesquisadores de cada área. Este trabalho tem por objetivo refletir a respeito do lugar ocupado pelas discussões acerca da relação entre educação e trabalho com foco no ensino médio profissional, no âmbito das pesquisas em Psicologia no Brasil. Para tal, utilizará como ponto de partida uma revisão bibliográfica realizada com o objetivo de saber se e como a Psicologia tem discutido o ensino médio profissional, e interpretará tais dados a partir do referencial do materialismo histórico dialético, buscando compreender a concreticidade do fenômeno em análise. A revisão bibliográfica foi realizada no período de 1 a 8 de junho de 2010 utilizando-se três diferentes acessos eletrônicos, dois de bases de dados de periódicos e um de teses e dissertações. Foram utilizadas diferentes combinações de termos-chave que abrangiam educação profissional e psicologia. Dado o pequeno número de resultados obtidos por meio da busca não foi necessário realizar restrição quanto ao seu período de abrangência. A busca resultou em 100 documentos (entre artigos, teses e dissertações), e após análise dos resumos encontrou-se que apenas 9 versavam sobre educação média profissional e psicologia. Destes, sete tratavam de conhecimentos psicológicos na relação com a educação profissional e dois problematizavam o ensino de psicologia nesta modalidade de educação média. Assim, entende-se que há uma escassez de pesquisas e reflexões da psicologia sobre o campo do ensino médio profissional.

Essa escassez ocorre apesar: da Psicologia Escolar e Educacional e Psicologia do Trabalho serem áreas consolidadas de conhecimento da psicologia (pois há pouca produção sobre um de seus campos de interface, a educação média profissional); e de haver profissionais da psicologia atuando nas escolas técnicas públicas federais e estaduais - seja como professores de psicologia, seja como psicólogos - desde o início do provimento desta modalidade de ensino. Discutimos então o que produz este silêncio da psicologia, levantando algumas hipóteses: 1) pouco conhecimento da área; 2) a valorização social do ensino propedêutico em detrimento do profissional; 3) a histórica subordinação da educação média profissional, ainda que financiada pelo poder público, aos interesses privados; 4) o senso comum de que as escolas técnicas públicas atendam a uma classe média privilegiada; 5) a íntima relação entre educação profissional e a produção de mão de obra adaptada ao mercado de trabalho; 6) o lugar marginal da licenciatura dentro dos cursos de Psicologia. Consideramos que, ainda que estes fatores nos auxiliem a compreender esse silêncio, os mesmos nos alertam para a necessidade da Psicologia se voltar ao campo da educação média profissional e discuti-la, seja porque temos visto crescer a ênfase e os investimentos de políticas públicas voltadas a essa modalidade educacional, seja porque há profissionais da psicologia atuando com poucos subsídios de sua ciência que os auxiliem a problematizar as especificidades de seu trabalho nesse campo. Por fim, compreendemos que além da possibilidade de compreender a atuação do profissional em psicologia em escolas com características peculiares, como são as escolas médias profissionais, pesquisas em Psicologia neste campo poderiam auxiliar a elucidação dos tipos de subjetivação efetivamente produzidos pela forma como a educação média profissional é organizada, e em que medida esta assume o trabalho como princípio educativo e proporciona ou não a formação do indivíduo pleno.

Referências

DUARTE, N. Formação do indivíduo, consciência e alienação: o ser humano na psicologia de A.N. Leontiev. Caderno Cedes, v. 24, n. 62, p. 44-63, 2004.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. A formação do cidadão produtivo: a cultura do mercado no ensino médio técnico. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

KOSIK, K. Dialética do concreto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

PANDITA-PEREIRA, A. Reflexões sobre o ensino de psicologia em Escolas Técnicas Estaduais de São Paulo. 170f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2011.

SOLIGO, A. Psicologia no Ensino Médio: reflexões em torno da formação. Ensino de Psicologia no nível médio: impasses e alternativas. Disponível em: <www.crpsp.org.br>. Acesso em: 29 jan. 2011.

Palavras-Chave: Ensino Médio Profissional; Pesquisa em Psicologia; Psicologia; Educação Profissional.

ESTÁGIO EM PSICOLOGIA SOCIAL E COMUNITÁRIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA, TERRITORIALIZAÇÃO E FORMAÇÃO DE GRUPOS DE QUALIDADE DE VIDA COM MULHERES NOS PSFs DA CIDADE DE SÃO MANUEL. *Tiago Rocha Pinto; Andréia Caroline Bonalume; Elisabete Cristina Corrêa; Isabel Cristina Rigotti; Juliana Mattos Pascotto; Maria Edinéia Nogueira; Maria Rosa Placidelli; Mona Macedo Lucena* (mona-macedo@hotmail.com). (IMES-SM)

O Estágio de Formação Profissional em Psicologia Social e Comunitária se caracteriza como um processo enriquecedor em atividades práticas e de interação, planejamento, estudo, que em sua ação envolvem as vivências e emoções. A metodologia de um trabalho social e comunitário possibilita a construção de vínculos interdisciplinares, a compreensão de uma realidade diferenciada e favorece intervenções críticas nas mais diversas problemáticas de uma comunidade. Outro fator relevante diz respeito a participação grupal das estagiárias que

puderam se sensibilizar com o outro, com outras ideias, com o diferente. O objetivo principal desse trabalho foi descrever a experiência de um Estágio Anual em Psicologia Social e Comunitária realizado pelo curso de Psicologia do Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel - IMESSM em 2012, que proporcionou conhecimentos teóricos e práticos às estagiárias, na qual se realizou o processo de territorialização dos bairros Vila Rica e São Geraldo e Distrito de Aparecida na cidade de São Manuel, bem como formar e mediar um grupo semanal de Qualidade de Vida com mulheres de 30 a 50 anos, atendimentos individuais e visitas domiciliares nos Programas Saúde da Família - PSFs das respectivas comunidades. A população dessas comunidades é deficitária em relação às atividades recreativas ou de lazer voltados aos adultos e idosos. Tanto os bairros Vila Rica e São Geraldo e Distrito de Aparecida apresentam necessidade de melhoria da saúde mental, abrangem uma população de poucos recursos econômicos e sociais e são considerados áreas de risco, pois apresentam território de tráfico de drogas e dependentes químicos. Diante das informações e demandas levantadas nas territorializações, as estagiárias direcionaram o trabalho para as mulheres dos bairros, com a finalidade de construir um grupo de Qualidade de Vida, ou seja, um trabalho preventivo e terapêutico que busca cuidar da saúde mental do ser biopsicossocial, frente à falta de opções, desmotivação e dificuldades sociais e econômicas que essas vivenciam. Outra decisão metodológica trabalhada nos PSFs foi a oferta de atendimentos individuais e visitas domiciliares acompanhadas das agentes comunitárias. O estágio realizado foi satisfatório tanto para os psicólogos em formação quanto para a comunidade que se beneficiou do atendimento. Com esta experiência e reflexão pode-se pensar que o estágio contribuiu para o desenvolvimento do trabalho de psicologia social e comunitária, por meio dos grupos de Qualidade de Vida, atendimentos individuais e visitas domiciliares, que favoreceu o fortalecimento da identidade dos indivíduos, enquanto sujeitos históricos no resgate da autonomia, da transformação social e da organização comunitária humanizada.

Referências

BRANDÃO, I.R., BOMFIN, Z.A.C.(orgs). Os jardins da psicologia comunitária: escritos sobre a trajetória de um modelo teórico-vivencial. Fortaleza: Pró-Reitoria de Extensão da UFC/ABRAPSO-Ceará, 1999.

Palavras-Chave: Territorialização; Grupos; Psicologia Social Comunitária.

EXCESSO DE DEMANDA E RISCO DE MEDICALIZAÇÃO: DESAFIOS PARA A ASSISTÊNCIA EM SAÚDE MENTAL DE UM CAPS. *Cátia Batista Tavares dos Santos* (catiabts@gmail.com); *Caroline Nunes Guedes*; *Evanildo Jorge*; *Thaíssa Kratochwill*; *Lilian Miranda*. (UFRRJ-RJ)

Introdução: Atualmente, a assistência em saúde mental deve estruturar-se numa rede de serviços territorializados, que objetivam não apenas o alívio do sofrimento de seus usuários, como também ganhos nas esferas da inserção social e das possibilidades de cuidar de si. O principal deles são os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), instituições públicas voltadas para o atendimento de pessoas em intenso sofrimento psíquico, para as quais deve oferecer um acompanhamento personalizado e integral, interligado com outras instituições de saúde, sobretudo da atenção primária. O presente trabalho é parte de uma pesquisa que estuda o funcionamento da rede de saúde mental de uma cidade da baixada fluminense. O objetivo principal é compreender a demanda atendida pelo único CAPS dessa cidade. Os objetivos específicos são caracterizar a demanda atendida pelo CAPS num período de 16 meses; estudar as estratégias de acolhimento das pessoas que procuram o CAPS; discutir os desafios para a implementação de uma atenção qualificada e regida por princípios da Reforma Psiquiátrica. Material e Métodos: Com base no método qualitativo, utilizou-se como estratégia metodológica a análise documental. O principal documento pesquisado consistiu no “Livro de Acolhimento”, no qual são registradas todas as informações acerca dos pacientes recebidos no

CAPS e os primeiros encaminhamentos. Realizou-se uma leitura exaustiva desse material e posterior organização das informações em 06 categorias. Estudaram-se ainda os prontuários dos pacientes, porém, estes apresentavam apenas a prescrição medicamentosa. O referencial teórico provém das discussões acerca da Reforma Psiquiátrica e das políticas públicas de saúde mental. Resultados: No período estudado, o CAPS recebeu uma média de 40 novos pacientes por mês, os quais, em sua maioria, chegaram por demanda espontânea. Destes, apenas uma pequena parte (9%) apresentava queixas que sugeriam quadros de psicose ou neurose graves, enquanto que os demais apresentavam questões depressivas ou ansiosas (39%), dependência química (17%) e solicitações diversas, como atestado médico e acompanhamento neurológico (35%). 42% desses sujeitos faziam ou haviam feito uso prolongado de medicação psicotrópica. Diante desse número excessivo de novos pacientes, a equipe apresenta como principal resposta o encaminhamento ao psiquiatra, associando-o, em alguns casos, à indicação da psicoterapia individual. Observou-se a manutenção do modelo de atenção médico centrada, marcada não apenas pela predominância da psiquiatria como principal recurso de tratamento, como também pela ausência de registros que denotassem preocupação com questões psicossociais, pela desvalorização de alternativas terapêuticas interdisciplinares e grupais, ou pela quase inexistência de compartilhamento de casos entre diferentes serviços, ou de trabalho em conjunto com a atenção primária. Conclusão: O estudo indica importantes desafios a serem enfrentados pela rede de saúde. A destinação de qualquer expressão de sofrimento psíquico ao CAPS, associada à centralidade do modelo médico de atenção, tende a tornar as pessoas mais dependentes do serviço e pouco capazes de desenvolver recursos para cuidar de si. A efetivação da Reforma Psiquiátrica exige que a problemática da doença mental seja rediscutida nos vários setores da sociedade, de modo que facetas sociais, culturais, econômicas, dentre outras, sejam reconhecidas no que diz respeito à produção e ao enfrentamento do sofrimento psíquico.

Referências

- AMARANTE, P. *Saúde Mental e Atenção Psicossocial*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Saúde Mental no SUS: os centros de atenção psicossocial*. Brasília, 2004. 86 p.
- CAMPOS, R. O. *et al.* Saúde mental na atenção primária à saúde: estudo avaliativo em uma grande cidade brasileira. *Ciências & Saúde Coletiva*. v.16, n.12, p. 4643-4652. 2011.
- CAVALCANTI, M. T. *et al.* Critérios de admissão e continuidade do cuidado em Centros de Atenção Psicossocial. Rio de Janeiro/RJ. *Revista de Saúde Pública*. v. 43 (supl.1), p. 23-8. 2009.
- KANTORSKI, L. P. *et al.* Satisfação dos usuários dos centros de atenção psicossocial da região Sul do Brasil. *Revista de Saúde Pública*. v. 43(supl.1), p. 29-35. 2009.
- LUZIO, C. A.; L'ABBATE, S. A atenção em saúde mental em municípios de pequeno e médio porte: ressonâncias da reforma psiquiátrica. *Ciência & Saúde Coletiva*. v.14, n.1, p.105-116. 2009.

Palavras-Chave: Saúde Mental; Desafios.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM PSICOLOGIA COMO OBSTÁCULO PARA A INTEGRALIDADE EM SAÚDE: REFLEXÕES A PARTIR DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA ÁREA. Andrea Cristina Lovatto Ribeiro (andrealovattoribeiro@gmail.com). (UFPA-Caxias do Sul); Alcindo Antonio Ferla. (UFRGS-Porto Alegre)

A concepção atual de saúde refere-se a um conceito mais amplo de condições do que a simples ausência de doença. É corrente, e reiterado pela Organização Mundial de Saúde

(OMS), que a saúde pode ser entendida como um estado de completo bem estar físico, mental e social. Apesar do inevitável questionamento sobre a possibilidade real de um bem estar completo em todos estes níveis, esse conceito destaca a importância de um cuidado em saúde que possa levar em consideração não apenas os sintomas apresentados pelas pessoas. Passa-se a focar então em uma atenção integral em saúde. Sendo a integralidade em saúde uma mudança de paradigma na forma de produção do cuidado, são necessárias estratégias de educação que dêem suporte aos profissionais para atuarem desta forma. Este estudo teve como objetivo verificar se e de que forma o tema da integralidade em saúde e da formação profissional estão presentes da produção científica da área da psicologia, em sua interface com o Sistema Único de Saúde (SUS). Para isso, foram analisados textos presentes na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), a partir da relação psicologia e Sistema Único de Saúde, totalizando 37 estudos. Os descritores utilizados foram: psicologia e sistema único de saúde; psicologia, saúde e família; psicologia, estratégia saúde da família. A escolha de descritores na BVS permite o acesso à base completa de documentos e incidem igualmente no título, nas palavras-chave, no resumo e, em caso de referências com texto completo, no corpo do documento. Buscou-se documentos nas três línguas: português, inglês e espanhol. Os textos foram lidos na íntegra e foram submetidos à análise de conteúdo, a partir dos eixos de análise construídos a priori (integralidade em saúde e estratégias de educação). Os textos foram questionados a respeito destas duas temáticas. Houveram apenas resultados em português. A integralidade em saúde foi um tema presente em 25 dos textos analisados, demonstrando uma aproximação da psicologia com as necessidades do SUS. Este conceito foi relacionado principalmente aos de contexto e de interdisciplinaridade. Para a realização de um cuidado integral em saúde é fundamental que se conheça e considere nas intervenções o contexto aonde as intervenções serão realizadas. Em muitos estudos a relação entre integralidade e contexto é evidenciada. (FREIRE; PICHELLI, 2010; NUNES, 2009; GUARESHI et al., 2009; CARNEIRO, 2009). Para Freire e Pichelli (2010), por exemplo, a compreensão dos sujeitos só é possível dentro do seu contexto de vida, unindo olhares de diversas áreas do conhecimento. Da mesma forma, para Nunes (2009), o modo de andar a vida de cada um deve ser respeitado em um cuidado que vise à integralidade. A interdisciplinaridade é citada em muitos estudos como sendo a ferramenta que possibilita um cuidado integral em saúde. Para Guareschi et al.: a integralidade é a afirmativa de que os sujeitos devem ser compreendidos como um todo biopsicosocial [...] a integralidade, desse modo, representa muito mais do que a soma de olhares especializados e efetiva-se somente pela composição de um trabalho em equipes transdisciplinares. A construção de uma proposta como essa exige a desconstrução das barreiras das especialidades das áreas do conhecimento e o rompimento das fronteiras identitárias. (p. 42). Apesar da integralidade em saúde ser mencionada na maior parte dos estudos, na prática profissional do psicólogo no contexto do SUS existem muitos desafios para ela acontecer e os dados levantados pelo estudo demonstram que a integralidade encontra-se de modo geral no plano da reflexão e da verbalização, ainda não se refletindo em práticas profissionais. As estratégias de educação analisadas neste estudo dizem respeito à formação profissional e a Educação Permanente em Saúde (EPS). A formação profissional é discutida em 23 dos textos analisados e aparece como o maior desafio à integralidade em saúde. É, de um modo geral, considerada inadequada e voltada para a prática clínica. Este modelo de formação está presente nos cursos da área da saúde em geral (CECCIM et al., 2008) e não fornece os instrumentos necessários para a atuação profissional no contexto do SUS (GUARESHI et al. 2009; FREIRE; PICHELLI, 2010; AZEVEDO; TATMATSU; RIBEIRO, 2011). Apesar disso, discussões sobre a formação profissional estão acontecendo e mudanças nos currículos dos cursos estão sendo implementadas para atender às necessidades do SUS e aproximar o campo da formação com a realidade social do país, mesmo que as mudanças sejam tímidas. Porém, pode ser verificado que a EPS não é um fator significativo

na área da psicologia, sendo considerada em apenas quatro estudos. Pode ser verificado também que existe uma grande demanda para a EPS, dada a distância entre as práticas profissionais exercidas pelos profissionais e as necessidades reais da população. Entende-se desta forma que a EPS tem muito a contribuir para a aproximação da psicologia às necessidades do SUS e que este potencial precisa ser explorado.

Referências

AZEVEDO, L.; TATMATSU, D.I.B.; RIBEIRO, P.H.R. Formação em psicologia e a apropriação do enfoque da atenção primária à saúde em Fortaleza, Ceará. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 241-264, jul./out. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/tes/v9n2/05.pdf>. Acesso em 10 Fev. 2012.

CARNEIRO, C. T. Práticas dos psicólogos no Sistema Único de Saúde em Umuarama- Pr: um caminho em construção. Apresentada a Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Medicina Social para obtenção do grau de Mestre. Rio de Janeiro; s.n; 2009. 81 p. Disponível em: <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=613916&indexSearch=ID>. Acesso em 10 Nov. 2011.

CECCIM, R.B. et al . Imaginários da formação em saúde no Brasil e os horizontes da regulação em saúde suplementar. Ciência e saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 13, n. 5, p. 1567-1578, oct. 2008 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232008000500021&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 Out. 2011.

FREIRE, F. M. S.; PICHELLI, A. A. W. S. Princípios norteadores da prática psicológica na atenção básica: em busca da integralidade. Psicologia, ciência e profissão, Brasília, v. 30, n. 4, p. 840-853, dez. 2010 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000400013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 07 Mai. 2012.

GUARESCHI, N. M. F. et al . A formação em Psicologia e o profissional da Saúde para o SUS (Sistema Único de Saúde). Arquivos Brasileiros de Psicologia, Rio de Janeiro, v. 61, n. 3, dez., p. 35-45 2009 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672009000300005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 25 Out. 2011.

NUNES, A. P. Desafios e práticas dos psicólogos na rede básica de saúde do município do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: http://www.tesesims.uerj.br/lildbi/docsonline/pdf/nunes_ana.pdf. Acesso em 20 Dez. 2011.

Palavras-Chave: Psicologia, Integralidade Em Saúde; Formação Profissiona

FORMAÇÕES EM CONSTRUÇÃO: UMA PSICOLOGIA PARA O SUS. *Eduardo dos Santos Prezotto* (eduardoprezotto@gmail.com); *Maria Inês Badaró Moreira*. (UNIFESP-Baixada Santista)

No Brasil, a Psicologia foi regulamentada como profissão no ano de 1962 e a atuação dos profissionais desta área era restrita ao atendimento em consultório para as camadas financeiramente mais favorecidas da sociedade. Entretanto, a crise econômica que afetou o país na década de 70, a falência do modelo médico-assistencialista e as críticas à Psicologia clínica tradicional proporcionaram a abertura de um novo campo de trabalho para o psicólogo: a saúde pública (CARVALHO; YAMAMOTO, 2002). De acordo com Spink (1992), ao se inserir na área da saúde, a Psicologia foi em busca de definir seu campo de atuação, sua contribuição teórica e formas de compreensão do biológico e do social no mundo psicológico, procurando se afastar do enfoque baseado em um modelo hospitalocêntrico, em que as práticas eram abstratas e a-históricas. Sendo, assim nota-se que havia a necessidade de ser

criado um novo projeto para a formação do Psicólogo inserido na Saúde Pública, pois a Psicologia estava inserida prioritariamente em áreas humanas, sociais e educacionais. O Sistema Único de Saúde foi uma conquista da Constituição Federal de 1988 e começou a ser implementado no início da década de 90, porém os cursos de graduação considerados como da área da saúde não haviam, até então, reformulado seus conteúdos curriculares. As novas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Psicologia, com a proposta de se pensar em uma formação generalista do psicólogo e também de acrescentar à graduação discussões sobre a área da saúde, só entraram em vigor em 2004 (BRASIL, 2004). A Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) – Campus Baixada Santista, ao encontro das transformações necessárias na formação dos profissionais de saúde, em 2006, inaugurou um projeto político pedagógico baseado no trabalho interprofissional e na formação em serviço. Os estudantes dos cursos de Educação Física, Fisioterapia, Nutrição, Psicologia, Terapia Ocupacional e Serviço Social, desde o primeiro ano de graduação, são inseridos em turmas mistas, de modo a compartilharem os saberes de cada campo do conhecimento. Além disso, no início do curso já entram em contato com o cotidiano dos serviços, com os usuários e o território em que estes estão inseridos, a fim de contribuir para uma prática voltada para o cuidado integral à saúde. Perante as problematizações acerca de uma formação do psicólogo para a área da saúde e da proposta de um curso com um projeto bastante diferenciado do modelo tradicional, este trabalho tem como objetivo analisar duas categorias que fazem parte de uma pesquisa sobre os desafios da formação multiprofissional no curso de Psicologia da UNIFESP-BS. Formação em serviço e Trabalho em equipe foram os temas escolhidos para a apresentação. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 17 alunos da primeira turma de formandos do curso de Psicologia da Universidade Federal de São Paulo – Campus Baixada Santista. Estas entrevistas foram gravadas em mp3 e transcritas na íntegra. Para a categoria Formação em Serviço, foram reunidas as falas sobre os primeiros contatos com a realidade territorial, com a população e com as equipes dos serviços de saúde, desde o início da formação. Apesar de entrar em contato com os profissionais das equipes, não há garantia de que haverá de fato uma interação entre os estudantes e os agentes comunitários, os médicos, os enfermeiros, uma vez que estes atuam de maneira bastante tradicional. Para alguns estudantes, entrar em contato com uma realidade antes desconhecida causa estranheza, entretanto permite que eles contextualizem suas práticas para determinadas condições sociais e ampliam o olhar sobre a saúde. Na categoria Trabalho em equipe foram inseridas as falas que remetiam ao contato com estudantes e/ou profissionais de outras áreas da saúde. Pelos relatos, fica claro como o fato de, desde o início da graduação, os alunos de Psicologia trocarem experiências e construir intervenções junto com os de outros cursos contribuiu para uma prática que não se restringe somente ao psicólogo, mas que possibilita que ela seja compartilhada com outros profissionais. As vivências relatadas pelos alunos durante a graduação trouxeram tensões e deslocamentos, na medida em que os estudantes tem angústias sobre como vai ser o futuro profissional, principalmente devido ao curso ser inovador e diferente da Psicologia tradicional. Entretanto, estas vivências possibilitaram uma visão ampla sobre as práticas em diferentes realidades sociais.

Referências

BRASIL. Resolução nº 8, de 7 de maio de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia.

CARVALHO, D. B.; YAMAMOTO, O. Psicologia e políticas públicas de saúde: anotações para uma análise de experiência brasileira. *Psicol. Am. Lat.* p. 1-8, 2002.

SPINK, M. J. Psicologia da Saúde: A Estruturação de um novo campo de saber. In: SATO, L. (Org.). *Psicologia e Saúde: Repensando Práticas*. São Paulo: Hucitec, 1992. p. 11-23.

Palavras-Chave: Psicologia; Formação; Trabalho em Equipe.

IDENTIDADE: CONTRIBUIÇÕES PARA OS ESTUDOS MIGRATÓRIOS. *Diane Portuguesis* (psicodi@hotmail.com). (PUC-SP)

O presente texto busca discorrer sobre os estudos da identidade e possíveis contribuições para a compreensão de questões ligadas aos processos migratórios. Buscaremos ainda articular a importância destas idéias para a Psicologia Social. Para que se entenda a identidade é preciso compreender o processo de sua produção. “A identidade é a articulação da diferença e da igualdade” (CIAMPA, 2001, p. 138). É a estrutura social mais ampla que oferece os padrões de identidade; neste sentido, também se pode dizer que as identidades, no seu conjunto, refletem a estrutura social, ao mesmo tempo em que reagem sobre ela, conservando-a ou transformando-a. Ciampa (2001) nos traz a visão de que, em cada momento da existência do indivíduo, embora sendo uma totalidade, manifestam-se partes de si como desdobramento das múltiplas determinações a que está sujeito. O autor ressalta a importância da identidade compreendida como metamorfose e nunca como algo cristalizado. Em sua visão, cada indivíduo encarna as relações sociais, configurando uma identidade pessoal, uma história de vida, um projeto de vida. Uma vida-que-nem-sempre-é-vivida, no emaranhado das relações sociais. A importância da concepção de identidade junto aos fenômenos migratórios ajuda-nos a pensar a criação de novas formas do coletivo e também propicia-nos a reflexão acerca dos modos de socialização dos indivíduos em um mundo globalizado. Lembramos e enfatizamos que o conhecimento do sujeito aqui pensado, deve ser deste em movimento, possuidor e também buscador de possibilidades emancipatórias e que se faz conhecer, necessariamente, por sua subjetividade. Para tanto, emprestamos de Habermas (1983) uma colocação, que conclui e ao mesmo tempo mantém nosso pensamento e interesse no tema migração e identidade: “nós enquanto indivíduos somos diferentes, porém como seres humanos somos iguais”. É na infinidade de particularidades que se constrói a singularidade. A identidade é a articulação entre o universal e o singular. E mais uma vez, ainda que de forma repetitiva ao leitor, parafrasearemos Ciampa (2001): a identidade é metamorfose!

Referências

- CASTELLS, M. O poder da identidade Volume II. 5ª edição, tradução: Klaus Brandini Gerhardt, São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- CIAMPA, A. C. A estória do Severino e a história da Severina. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- _____, A. C. A identidade Social como Metamorfose Humana em Busca da Emancipação: Articulando Pensamento Histórico e Pensamento Utópico. Texto de conferência realizada a convite da Comissão Científica da Sociedade Interamericana de Psicologia, XXIX Congresso Interamericano de Psicologia, Lima, 2003.
- _____, A. C. Entrevista sobre identidade do Psicopedagogo [online]. Dez. vol.14, n. 11, 2006 Disponível em <http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141569542006000100002&lng=pt&nrm=iso>. (Acesso em 23.05.2012).
- _____, A. C. Seminário Identidade. Programa de Estudos pós- graduados em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012.
- FREITAG, B. A teoria crítica ontem e hoje. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- GOULART, M. S. B. Teoria Crítica em Habermas: diálogos com Psicologia Social. Temas em Psicologia, Ribeirão Preto, v. 17, n. 1, p. 247-259, 2009. Disponível em <http://www.sbponline.org.br/revista2/vol17n1/PDF/v17n1.pdf> (Acesso em 12.01.2012).
- GUARESCHI, N, M, F; MEDEIROS, P, F; BRUSCHI, M, E. Psicologia Social e Estudos Culturais: rompendo fronteiras na produção do conhecimento. In: Guareschi, N, M, F; Bruschi, M, E. (Orgs.). Psicologia social nos Estudos Culturais. Perspectivas e desafios para uma nova psicologia social. São Paulo: Vozes, 2003.
- HABERMAS, J. Para a reconstrução do Materialismo Histórico. São Paulo: Brasiliense, 1983.

KOLTAI, C. O Estrangeiro. Um Conceito Limite Entre Psicanalítico e Político. Tese de doutorado- Departamento de Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, 1997.

MAGALHÃES, M. B. Pangermanismo e Nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil. Campinas: Unicamp/Fapesp, 1998.

MALVEZZI, M. Política identitária verde: uma questão de emancipação. Doutorado em Psicologia Social. Programa de estudos pós-graduados em Psicologia social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, 2011.

PESCATORE, C. Quem sou eu? O processo de identidade de uma jovem adolescente. Mestrado em Psicologia social. Departamento de Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, 1989.

SAYAD, A. A imigração ou os paradoxos da alteridade. São Paulo: EDUSP, 1998.

SLATER, P. Origem e significado da escola de Frankfurt. Uma perspectiva Marxista. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978.

SPINK, M. J. & SPINK, P. K. Psicologia social na atualidade. In: JACÓ-VILELA, A. M; FERREIRA, L & PORTUGAL, F. T (orgs.). História da Psicologia- rumos e percursos. Rio de Janeiro: NAU, 2006. "

Palavras-Chave: Identidade; Movimentos Migratórios; Reflexão Teórica.

INSTITUCIONALIZAÇÃO SEM MUROS: A PERMANÊNCIA (OU NÃO) DAS PRÁTICAS MANICOMIAIS NOS SERVIÇOS SUBSTITUTIVOS DE SAÚDE MENTAL. *Caroline Cusinato* (caroline.cusinato@yahoo.com.br); *Caio Cesar Portella Santos*. (UNESP-Bauru)

O ensaio a ser descrito objetiva realizar uma releitura histórica e discutir o funcionamento dos atuais serviços substitutivos de saúde mental, assim como a atuação dos profissionais dessa área sob o olhar do método materialista histórico dialético. E principalmente se ainda existe a permanência, ou não, de práticas manicomiais nesses novos serviços. A proposta do movimento da Reforma Psiquiátrica surgiu no início do século XX, mas ao final do XIX algumas medidas reformadoras já eram tomadas nos hospitais gerais, que não tinham função curativa e sim de depurar as cidades dos mendigos e indivíduos que não estavam ligados a nenhuma atividade de trabalho. Após Basaglia, o conceito de Reforma se modifica, pois como afirma sua esposa e colaboradora Franca O. Basaglia (1996, apud Amarante, 1996) esse processo não foi uma simples mudança, mas a demolição concreta de uma cultura, somente possível se outras culturas fossem construídas, outro conceito de saúde e doença, de normal e anormal. Estas instituições surgiram com advento do capitalismo, um sistema regulador de disciplina e depósito de sujeitos não aptos ao trabalho, indivíduos que não se ajustavam na nova forma de produção. Segundo Gradella (2008, p.79), a exclusão desses indivíduos pelo Estado burguês é subproduto das relações sociais – econômicas – políticas do modo de produção capitalista. Assim Heller (1970, p.75) citada por Gradella (2008, p. 63) “... essa mesma sociedade, ao subsumir o indivíduo sob sua classe, ao submetê-los às leis econômicas como se fossem naturais (...) fez dos indivíduos livres nada mais do que escravos da alienação...”. No Brasil, o movimento da Reforma emerge a partir dos questionamentos dos movimentos sociais em relação aos maus tratos, abusos e violência contra doentes mentais. Tal Reforma é aqui compreendida como “processo histórico de formulação crítica e prática, que tem como objetivos e estratégias o questionamento assim como a elaboração de propostas de transformação do modelo clássico e do paradigma da psiquiatria.” (Amarante, 1995, p. 91) Movimentos como o Movimento de Trabalhadores em Saúde Mental, os pioneiros a protagonizarem a luta antimanicomial no Brasil e responsáveis pela forte crítica ao saber psiquiátrico, organizados a partir de um momento histórico de crise da Divisão Nacional de Saúde Mental iniciaram as denúncias contra essas instituições, ao sistema “hospitalocêntrico”

e estabelece a proposta de desinstitucionalização e denuncia também a falta de recursos e de profissionais, a precariedade das condições de trabalho e assistência prestada. A luta antimanicomial surgiu de maneira decisiva no dia 18 de maio de 1987 no Congresso de Trabalhadores de Saúde Mental em Bauru, com o lema “Por uma sociedade sem manicômios”, um movimento social que luta pela extinção dos manicômios e da violência praticada pela psiquiatria e incentiva a militância política e social contra a violência institucional. Após incansáveis anos de luta a Lei da Reforma Psiquiátrica, que instituiu um novo modelo de tratamento aos usuários de saúde mental no Brasil, foi criada em 2001 buscando consolidar um modelo de atenção aberto e de base comunitária. Esse modelo conta com uma rede de serviços substitutivos variados. Assim, a portaria n.º 336/02, instituiu os CAPS como serviços substitutivos ao Hospital Psiquiátrico, os novos serviços substitutivos de saúde mental devem ter como objetivo “formar equipes multiprofissionais comprometidas com as novas tarefas desse modelo assistencial que se apresentava enquanto crítica ao asilo e como solução para os problemas de precariedades da assistência psiquiátrica.” (Dimenstein, 1998, p.6). A partir desses novos modelos, questionamos quais são essas práticas dos profissionais da saúde mental, há ou não a presença de padrões manicomiais como: a cronificação do usuário, a atenção somente a doenças, medicalização compulsiva, internações prescindíveis, centralização do “saber” médico, valorização apenas da clínica como tratamento e entre padrões. Ao questionar as práticas dos profissionais e suas atuações nos serviços substitutivos é importante ter claro que a “formação acrítica e ahistórica, exercem, a maioria sem se dar conta, seu papel de vigilantes da ordem. Crentes nas promessas de neutralidade e objetividade da ciência moderna, não sabem lidar com a vida, quando se defrontam com ela”. (Moysés e Collares, 2002, p. 4). Para iniciar a mudança deste quadro, espera-se na formação “um profissionalismo que não seja mais caricatural e simplificado, mas um profissionalismo completo, que consiga ser um elemento de transformação cultural da sociedade” (Rotelli, 1992, p. 74). Considerações Finais: A transformação das práticas e a ruptura com o modelo manicomial não deve ser entendida apenas como o fim do hospital psiquiátrico, mas a como uma continuidade a atenção básica aos usuários de saúde mental para que estes consigam uma relação mais justa com a sociedade e que preze pela dignidade da pessoa humana e por sua emancipação. Além disso, vale ressaltar a necessidade de uma educação transformadora com os profissionais envolvidos na saúde mental com o objetivo de entenderem suas práticas e as possíveis mudanças que estas precisam sofrer.

Referências

- AMARANTE, P. Uma aventura no manicômio: a trajetória de Franco Basaglia. *Hist. cienc. saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, Oct. 1994. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701994000100006&lng=en&nrm=iso. access on 05 Jul. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59701994000100006>.
- _____. Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. 1995 Rio de Janeiro, SDE/ENSP.
- _____. O homem e a serpente: outras histórias para a loucura e a psiquiatria. 1996 Rio de Janeiro, Editora Fiocruz
- FIGUEIRO, R. de A.; DIMENSTEIN, M. O cotidiano de usuários de CAPS: empoderamento ou captura?. *Fractal, Rev. Psicol.*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, Aug. 2010. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922010000800015&lng=en&nrm=iso. access on 15 Jul. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S1984-02922010000800015>.
- FREITAS, F. F. P. de. A história da psiquiatria não contada por Foucault. *Hist. cienc. saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, Apr. 2004. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-

59702004000100005&lng=en&nrm=iso>. access on 03 Ago. 2012.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702004000100005>.

GRADELLA JUNIOR, O. Hospital psiquiátrico: (re)afirmação da exclusão. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, June 2002. Available from

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822002000100006&lng=en&nrm=iso)

71822002000100006&lng=en&nrm=iso>. access on 13 Set. 2012.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822002000100006>.

_____. Políticas Públicas, Instituições e Saúde. IN: Sociedade, educação e subjetividade: reflexões temáticas à luz da psicologia sócio-histórica / Lígia Márcia Martins (Org.). – São Paulo: Cultura Acadêmica: Universidade Estadual Paulista, Pró-Reitoria de Graduação, 2008

MEIRA, M. E. M. O pensamento crítico em psicologia da educação: algumas contribuições da pedagogia histórico-crítica e da psicologia histórico-cultural. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 23, 2000, Caxambu. Anais da 23ª Anped. Caxambu, 2000

MIELKE, F. B. et al . Características do cuidado em saúde mental em um CAPS na perspectiva dos profissionais. *Trab. educ. saúde (Online)*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, Oct. 2011 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462011000200006&lng=en&nrm=iso)

77462011000200006&lng=en&nrm=iso>. access on 08 Jul. 2012.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1981-77462011000200006>.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. (2004). Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial. Brasília, DF: Autor.

PAULIN, L. F.; TURATO, E. R. Antecedentes da reforma psiquiátrica no Brasil: as contradições dos anos 1970. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, Aug. 2004. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702004000200002&lng=en&nrm=iso)

59702004000200002&lng=en&nrm=iso>. access on 09 Ago. 2012.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702004000200002>.

RAMMINGER, T.; BRITO, J. C. de. ""Cada Caps é um Caps"": uma coanálise dos recursos, meios e normas presentes nas atividades dos trabalhadores de saúde mental. *Psicol. Soc.*, Florianópolis, v. 23, n. spe, 2011 .Available from

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822011000400018&lng=en&nrm=iso)

71822011000400018&lng=en&nrm=iso>. access on 18 Out Dec. 2012.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822011000400018>.

YASUI, S. “A produção do cuidado no território: ‘há tanta vida lá fora’”. In: Conferência Nacional de Saúde Mental, 4, 2010, Brasília. Anais eletrônicos... Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível:

<http://portal.saude.gov.br/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=34591&janela=1>. Acesso em: 05 Nov. 2012.

Palavras-Chave: Saúde Mental; Reforma Psiquiátrica; Serviços Substitutivos.

INTERVENÇÃO MULTIPROFISSIONAL EM CRIANÇAS COM SAOS ANTES E APÓS ADENOTONSILECTOMIA. *HILARIO, S. M.* (silvanahilario@bol.com.br) (UNIP); *MENDES-CHILOFF, C. L.*; *WEBER, S. A. T.* (UNESP-Bauru)

A prevalência de distúrbios respiratórios obstrutivos durante o sono na criança é estimada em aproximadamente 10% (WEBER et al. 2006) e a SAOS (síndrome da apnéia do sono) afeta cerca de 1 a 3% das crianças (KUHLE et al. 2009; GOZAL et al. 2009). A intervenção cirúrgica representada pela técnica de adenotonsilectomia permite a resolução da SAOS em 75- 100% das crianças, com impacto positivo no crescimento, comportamento, e cognição (WEBER et al. 2006) Foram avaliadas 42 crianças antes e após 6 meses da adenotonsilectomia de 6 a 13 anos de idade, ambos os gêneros, pelo teste de aprendizagem WISC III- Wechsler Intelligence Scale for Children padronizado para a população brasileira (WECHSLER, 2002). As crianças foram divididas em 2 grupos de acordo com os critérios do

WISC III (Wechsler Intelligence Scale for Children-Wechsler, 2002): grupo I crianças de 6 a 7 anos; grupo II de 8 a 13 anos, com diagnóstico polissonográfico de SAOS. Os resultados foram estratificados para idade, considerando a obtenção de 10 pontos normal, ≤ 8 suspeito e ≤ 7 com distúrbios da aprendizagem (DA) e necessidade de suporte especializado. Foram avaliadas 42 crianças, sendo 28 meninos com idade média de 8,5 anos. Em 20 crianças foi observado algum Distúrbio de aprendizagem; 8 crianças (19%), sendo 4 meninos, obtiveram escores de 8 pontos consideradas suspeitas. 12 crianças (28.5%), sendo 9 meninos obtiveram escores ≤ 7 sendo considerados com Distúrbios de aprendizagem (DA). Quanto aos resultados polissonográficos observou-se que o IAH variou de 4 a 65 eventos/hora com média de 11,9 eventos/hora. O índice de Desaturação (IDO) variou de 3,4 a 71 eventos/hora com média de 12,8 eventos/hora. Das 42 crianças incluídas, 36 retornaram após cirurgia para realizar a 2ª avaliação neurocognitiva. Das 12 crianças com DA na avaliação inicial, 9 crianças retornaram após cirurgia para a segunda avaliação. Das 8 crianças consideradas suspeitas, todas retornaram para a 2ª avaliação. Os DA foram mais comuns em meninos do grupo II. Dentro das crianças com DA, houve melhora em poucas crianças, na maioria meninas e a normalização do DA ocorreu preferencialmente no grupo I. Quanto maior o tempo de exposição mais intenso a manifestação no DA podendo afetar o indivíduo até a idade adulta prejudicando sua vida social, afetivo emocional e acadêmico. Acredita-se que as crianças necessitam de intervenção em equipe multiprofissional bem como acompanhamento psicoterapêutico levando em consideração uma abordagem holística da condição da criança, sendo levado em conta o contexto e as condições do meio uma vez que os DA podem ser decorrentes da ausência de estímulo no ambiente ou ainda proveniente de aspectos culturais. Há elevada prevalência de DA em crianças com SAOS com melhora em somente uma parte das crianças, tendencialmente maior na faixa etária pré-escolar e no sexo feminino.

Referências

- GOZAL, D. et al. Plasma IGF-1 levels and cognitive dysfunction in children with obstructive sleep apnea. *Sleep Med.*, v.10, p.167-173, 2009.
- KUHLE, S. et al. Interventions for obstructive sleep apnea in children: A systematic review. *Sleep Med. Rev.*, v.13, p.123-131, 2009.
- WECHSLER, D. *WISC-III*: escala de inteligência Wechsler para crianças: manual. 3ª ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. 322 p.
- WEBER, S.A.T. et al. Distúrbio de hiperatividade e déficit de atenção na síndrome de apnéia obstrutiva do sono: há melhora com tratamento cirúrgico? *Rev. Bras. Otorrinolaringol.*, v.72, n.1, p.124-129, 2006.

Palavras-Chave: Síndrome da Apnéia Do Sono; Crianças; Adenotonsilectomia.

MEDICALIZAÇÃO E A LÓGICA DO CONSUMO: REFLEXÕES A PARTIR DA PERSPECTIVA DO INDIVÍDUO MEDICADO. *Christiane Abdala; Fernando Figueira* (fernandofigueira76@hotmail.com). (UNIFESP-SP)

O objetivo de nossa pesquisa é problematizar a lógica que envolve a medicalização da vida cotidiana e os processos sociais, considerando como fundamental o lugar do sujeito no discurso capitalista e as redes simbólicas que permeiam o processo doença-medicalização-norma-saúde. Nosso estudo pode ser caracterizado como uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa e de caráter analítico. Segundo Gil (2002), a pesquisa bibliográfica refere-se ao levantamento, organização e análise dos principais trabalhos já realizados, revestidos de importância por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados ao tema, o foco é colocar o pesquisador diante de um grande número de publicações já realizadas a respeito do tema de interesse, para que, a partir daí, ele possa organizar e analisar sistematicamente os dados levantados de acordo com o objetivo proposto. Sendo assim, inicialmente realizamos um levantamento bibliográfico preliminar, no qual

tentávamos identificar as características gerais da medicalização. Percebemos que em diversos textos que tratavam do assunto os autores desenvolviam sua reflexão a partir das obras de Foucault sobre o biopoder e biopolítica, além de questionamento sobre o funcionamento da ideologia no que se refere à normatização dos indivíduos e às transformações da atual sociedade. (Gaudenzi e Ortega, 2012; Caponi, 2007; Maciel, 1999; Birman, 2007, Lefèvre, 1991, Roudinesco, 2000) Com base nessa pesquisa bibliográfica e nos apontamentos citados, destacamos que o medicamento adquire a qualidade de um agente portador da saúde, do bem-estar e do bem moral. Ele marca como negatividade o mal, a enfermidade, que pode tomar o corpo e, além de esperança para a restituição da saúde, valoriza-se como suporte para os impasses da vida cotidiana e das ambiguidades que o indivíduo vivencia. Assim, concretiza, sob a forma de uma pílula, os ideais de uma sociedade permeada pelo consumismo e pela individualidade, pelo amortecimento do sujeito e pelo desejo de anestesia e sedação de todo e qualquer mal-estar. Portanto, a partir da lógica do discurso capitalista, o medicamento assume a qualidade de uma mercadoria (Lefèvre, 1991) que é, conforme definiu Marx (2011), “antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estomago ou da fantasia”.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo parasitário**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2010.
- BIRMAN, J. A biopolítica na genealogia da psicanálise: da salvação à cura. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos. Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p 529-548, Abr-Jun 2007.
- CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- CAPONI, S. Biopolítica e medicalização dos anormais. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 19(2): p. 529-549, 2009.
- CZERESNIA, D. & FREITAS, C. M. **Promoção da Saúde: conceitos, reflexões, tendências**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.
- GAUDENZI, P. & ORTEGA, F. O estatuto da medicalização e as interpretações de Ivan Illich e Michel Foucault como ferramentas. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**. Botucatu, v. 16, n. 40, p. 21-34, Jan-Mar 2012.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª Edição. São Paulo: Atlas, 2002.
- LAPLANTINE, F. **Antropologia da doença**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- LEFÈVRE, F. **O medicamento como mercadoria simbólica**. São Paulo: Cortez, 1991.
- MACIEL, L. R. Medicalização da sociedade ou socialização da medicina? – reflexões em torno de um conceito. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos. Rio de Janeiro, vol. 8 n. 2, p. 464-468, Jul-Ago 2001.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: livro 1**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- MELMAN, Charles. **O homem sem gravidade** – gozar a qualquer preço. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2003.
- NASCIMENTO, Marilena Cabral do. **Medicamento: ameaça ou apoio à saúde?** Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2003.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE – OMS. **Código Internacional de Doenças - CID 10**. São Paulo: Edusp, 2003.
- PACHECO FILHO, Raul Albino. O capitalismo neoliberal e seu sujeito. **Mental**, Barbacena, junho, v. 2, nº 4, 2005.
- ROUDINESCO, Elisabeth. **Por que a psicanálise?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- Palavras-Chave:** Medicalização Social, Normatização Da Vida, Biopoder.

O ENFRENTAMENTO DA DOENÇA NAS CASAS DE APOIO – A IMPORTÂNCIA DA RELIGIOSIDADE PARA LIDAR COM O LUTO. *Ana Paula da Silva; Marcia Marques de Oliveira Gregório* (marciamarques_greg@hotmail.com); *Roberta Paz Barreto; Vanessa Veppo de Mattos Frias.* (Centro Universitário São Camilo-SP)

Introdução: A religiosidade é um sentimento íntimo na crença em um ser superior que envolve as pessoas fortalecendo-as e dando-lhes sentido à sua existência. É tida como um pilar de sustentação e proteção. Tal sentimento pode promover a cura, independente da seita religiosa, e de tal forma proporcionar a autoconfiança tanto no paciente quanto no cuidador, gerando a esperança na recuperação da saúde. **Objetivo:** Compreender como a religiosidade fortalece e norteia as concepções relacionadas com a doença e o luto nas Casas de Apoio. **Materiais e Métodos:** Estudo descritivo de natureza qualitativa que envolveu pesquisa bibliográfica em livros e artigos científicos, que buscam explicar o fenômeno da religiosidade no enfrentamento do luto embasado na observação de duas Casas de Apoio, sendo a Casa de Acolhida - Vila Pompéia e a Casa Assistencial Maria Helena Paulina - Jd. Colombo, ambas no Estado de São Paulo- Capital. **Resultado:** Vimos nos campos de atuação e nas pesquisas bibliográficas que o sentido religioso pode promover comportamentos relacionados à promoção da saúde, estilo de vida ou defesas que diminuem o risco de doenças aumentando a sensação de bem-estar, potencializando o tratamento. **Conclusão:** Desta forma concluímos que a religiosidade é algo em que os envolvidos encontram forças que fornecem um sentido maior à vida, permitindo uma nova perspectiva na qual o sofrimento, as doenças, a morte e as perdas inevitáveis são momentos dotados de sentidos e porquês, algo que incrementa a esperança e a motivação, permitindo que sigam em frente em busca de uma vida melhor.

Referências

- COSTA, S.; GUERRA, M.P. O Luto no Transplantado. *Psicologia, Saúde e Doenças*. V. 10, n. 1, p. 49-55, 2009.
- DALGALARRONDO, Paulo; *Religião, psicopatologia e saúde mental*. Artmed, 2008. Porto Alegre, RS.
- FORNAZARI, SILVIA APARECIDA; FERREIRA, RENATHA EL RAFIHI. *Religiosidade/Espiritualidade em Pacientes oncológicos: Qualidade de Vida e Saúde*, *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Abr - Jun 2010, Vol.26 n.2, PP.265-272, 2010.
- MARKHAM, URSULA. *Luto - Esclarecendo suas dúvidas*. Ed. Ágora. 1996. São Paulo-SP. P.134
- OLIVEIRA E.A., VOLTARELLI J.C., Santos M.A., MASTROPIETRO A.P. *Intervenção Junto à Família do Paciente com Alto Risco de Morte. MORTE: VALORES E DIMENSÕES*. Ribeirão Preto, SP, v.38, n.1, p.63-68, 2005.
- PIERRE, CLARICE. *A arte de viver e morrer*. Ed. Ateliê Editorial. 1998. Cotia - SP. P.139
- SPINK, Mary Jane; *Psicologia Social e Saúde: práticas, saberes e sentidos*. 7 Ed. – Editora Vozes 2010. Petrópolis, RJ.
- Palavras-Chave:** Religiosidade; Luto; Doença.

O LOUCO E O CAPS: ESTUDO DE CASO. *Gislayne Cristina Figueiredo, Alessandra Gonçalves Gigli, Bruna Aparecida Ribeiro de Campos, Jéssica Rossi dos Santos, Natalie Viotto Nesson, Solange Michele Perigo.* (Universidade Paulista)

O CAPS é um modelo substitutivo de tratamento ao portador de sofrimento psíquico e deve estar inserido em uma rede de atenção voltada, sobretudo, a ressocialização do paciente. Esta pesquisa propôs, através de estudo de caso, mostrar a realidade de um CAPS da cidade de Sorocaba, como modificador nas alterações do tratamento ao sofrido psíquico do município. Tal pesquisa se mostra importante, pois Sorocaba concentra um dos maiores núcleos manicomial do país, e possui o segundo maior número de leitos psiquiátricos do Brasil.

Nosso objetivo foi mostrar o papel do CAPS em Sorocaba e como se dá o atendimento ao sofredor psíquico atendido pela unidade acompanhada durante essa pesquisa. Fizemos uso de pesquisa qualitativa, e utilizamos o estudo de caso, com observação participante e entrevistas semiestruturadas. Entre os dados encontrados estão, entre outros: o trabalho em equipe, as dificuldades do trabalho, a reforma psiquiátrica e sua relação com o CAPS. O trabalho multidisciplinar surge como uma necessidade do CAPS para adaptar seu atendimento frente ao modelo da Reforma Psiquiátrica, sendo a busca por um bom trabalho evidente em um município onde o CAPS precisa ser implantado. Há ainda a relação bastante difícil dos participantes da pesquisa com os termos louco e loucura, e a pouca familiaridade com as propostas da Reforma Psiquiátrica Brasileira e da luta antimanicomial. O hospital psiquiátrico surge na fala dos participantes como única possibilidade de tratamento em casos de surto, devido à ausência de serviços substitutivos em Sorocaba. Concluimos que o CAPS, como o modelo substitutivo ao tratamento manicomial, pode ser determinante para modificações estruturais e subjetivas no tratamento da loucura no município. A vinculação da fala dos sujeitos ao hospital mostra que essa questão ainda não é bem trabalhada, e pode ainda estar ligada a dificuldades encontradas pelos profissionais e pela instituição para se adaptar a questões fortemente enraizadas na história do município. Deste modo, futuras pesquisas que busquem identificar de modo mais evidente as questões que demonstrem o envolvimento de aspectos institucionais entre CAPS os Hospitais Psiquiátricos, podem contribuir, e muito, para que as práticas subjetivas sejam mais bem direcionadas evitando a simples transposição de modelos e práticas encontradas no hospital para o CAPS.

Referências

- AMARANTE, P. (2003). A (clínica) e a reforma psiquiátrica. In: _____. (Org.). Archivos de saúde mental e atenção psicossocial. Rio de Janeiro: Nau Editora.
- FOUCAULT, M. História da Loucura. 5ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997/1972.
- GARCIA, M.R.V. (org). A análise dos óbitos nos manicômios como instrumento de denúncia das violações dos direitos humanos: o caso da região de Sorocaba/SP. Mesa Redonda. 16º Encontro Nacional da ABRAPSO. 2011. Disponível em:
- Palavras-Chave:** Caps; Reforma Psiquiátrica; História da Loucura.

O PAPEL DO ACONSELHADOR FRENTE ÀS DEMANDAS DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. *Thais Brasil Oliveira* (brasil_thaisoliveira@ig.com.br); *Cátia Batista Tavares dos Santos*; *Karen Lopes das Neves*; *Marcelly Cristini P. Machado*; *Priscyla Rocha Giobini*. (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

O contexto de violência doméstica é algo que afeta mais que a integridade física e psicológica do indivíduo. A violência pode apresentar uma espécie de ameaça ao sujeito consigo mesmo ou com os demais, podendo desenvolver danos ou prejuízos, seja ele qual for. “A condição de violência é, antes de tudo, uma questão de violação dos direitos humanos” (Fonseca, Ribeiro & Leal, 2012 p.308). Para Alves (2011) violência doméstica pode ser praticada contra irmão ou conjugue. Ela pode ser praticada no âmbito familiar de forma explícita ou ofuscada. Segundo Lima & Werlang (2011) um ato de violência é uma iminência à vida e pode ser acompanhado do sigilo e submissão por parte da pessoa agredida. A partir do surgimento da Lei Maria da Penha nº 11.340, em 2006, percebeu-se a necessidade de criação de unidades que pudessem acolher mulheres vítimas de violência. Com esse desígnio criaram-se Delegacias de Defesa a mulher e Unidades de Apoio para oferecer-lhes atendimento técnico. São equipes formadas por psicólogos, assistentes sociais e advogados com prática de aconselhamento. Essa pesquisa objetiva analisar o papel do aconselhador frente às demandas de mulheres que sofrem violência doméstica. A pesquisa foi realizada no Núcleo de Atendimento à Mulher (NUAM), localizado em Nova Iguaçu no Rio de Janeiro. Foi utilizada

uma abordagem qualitativa através de entrevista semi-estruturada com a psicóloga do Núcleo. A entrevista continha questões que envolviam: aconselhamento psicológico, violência doméstica, núcleo de atendimento, mulheres, contexto familiar e tratamento. Esta foi gravada com o consentimento da entrevistada e depois de concluída foi transcrita e analisada. Os atendimentos ocorriam em sala subdividida com outros profissionais. Impedindo que a vítima estivesse em um ambiente resguardado que proporcionasse devida confidencialidade. A psicóloga reportou esse incômodo, pois gostaria de um lugar mais reservado para atender. Esta nos relatou que as mulheres atendidas queixavam-se de xingamentos, desvalorização por parte do parceiro sem entender que estavam sendo vítimas de violência. Para elas a violência só era considerada quando o companheiro a violentava fisicamente, elas relataram a questão da violência sexual como algo “comum” dentro do casamento. Porém, a aconselhadora enfatizou através do ciclo da violência que o sexo deve ser espontâneo na relação, caso contrário, seria violência. A dependência financeira e/ou dependência emocional mantém esse ciclo. Concomitante com a psicóloga ao afirmar: “atendemos mulheres de todos os níveis, algumas mulheres são chefes de família. Estas não dependem financeiramente, dependem emocionalmente. Em minha opinião, a pior dependência é a emocional”. Ela relata que no ano de 2007 foram atendidas pela primeira vez 234 mulheres, devido a lei Maria da Penha ter entrado em vigor em 2006, no entanto em 2011 foram atendidas 120 mulheres. Enfatizamos que apesar desse núcleo só atender mulheres advertimos maior eficácia um trabalho no qual o aconselhador abrangesse à família. Diante dessas circunstâncias o trabalho do aconselhador é desenvolver reflexões, para que a vítima perceba sua atuação mediante sua vivência, ademais a decisão final de romper ou não com esse ciclo será sempre da mulher vitimada.

Referências

ALVEZ, Josiane Pinheiro. **O Aconselhamento Frente à Temática da Violência Doméstica**. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação)– Centro Universitário, Adventista de São Paulo, São Paulo, 2011.

FONSECA, Denire Holanda da; RIBEIRO, Cristiane Galvão; LEAL, Noêmia Soares Barbosa. Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais. *Psicol. Soc.* [online].2012, vol.24, n.2, pp. 307-314. ISSN 0102-7182. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822012000200008>

LIMA, Gabriela Quadros de; WERLANG, Blanca Susana Guevara. Mulheres que sofrem violência doméstica: contribuições da psicanálise. *Psicologia em Estudo* [en línea] 2011, vol. 16 [citado 2012-11-10]. Disponível em: <http://www.redalyc.org/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=287122492002>. ISSN 1413-7372. <http://www.encontro2011.abrapso.org.br/trabalho/view?ID_TRABALHO=3281> Acesso em 16 de março de 2012.

Palavras-Chave: Aconselhamento; Violência; Mulheres.

O PAPEL DO PSICÓLOGO SOCIAL NOS CRAS DE MINAS GERAIS. *Luiz Felipe Viana Cardoso* (luizfelipevc Cardoso@gmail.com); *Maria de Fátima Aranha de Queiroz e Melo*. (Universidade Federal de São João del-Rei)

Introdução: Neste estudo buscamos fazer uma investigação e reflexão acerca do papel do psicólogo nos Centros de Referências de Assistência Social (CRAS) no Estado de Minas Gerais. Localizado em áreas com maior incidência de vulnerabilidade e risco social com o objetivo de articular, no território das comunidades atendidas, os serviços e as ações, como também projetos e programas para potencializar a proteção social básica às famílias, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é o equipamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que é visto como “porta de entrada” para os programas socioassistenciais no Brasil (BRASIL, 2004). A necessidade de emprendermos essa pesquisa surgiu a partir das experiências obtidas no “Projeto Sucata”, atividade extensionista

desenvolvida pela Brinquedoteca do Laboratório de Pesquisa e Intervenção Psicossocial da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) em parceria com os CRAS de uma cidade do interior mineiro. Considerando que a realidade encontrada nos CRAS deste município pode apresentar semelhanças e/ou diferenças em relação às daquelas de outras cidades deste mesmo estado, buscamos ampliar este trabalho na forma de pesquisa acadêmica para compreendermos o fenômeno estudado nas diferentes regiões de Minas Gerais. Objetivos: Tendo em vista a recente criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2005, é nosso objetivo compreender no recorte estabelecido: como tem se dado a construção do trabalho deste profissional nos CRAS; de que maneiras a psicologia social tem se inserido nas políticas socioassistenciais; como o trabalho do psicólogo tem se articulado na rede formada por outros atores das políticas públicas, assim como identificar as referências para a sua atuação. Metodologia: A metodologia empreendida nesta pesquisa está amparada na Teoria Ator-Rede, abordagem teórico-metodológica que nos permite seguir a construção deste fenômeno, entendendo que o psicólogo do CRAS faz parte de uma rede heterogênea formada pela interação de diversos atores humanos (profissionais, gestores e público atendido) e não-humanos (leis, diretrizes e referenciais técnico-metodológico). Conforme Queiroz e Melo (2007), “pesquisar necessariamente coloca-nos numa tomada de posição diante de caixas-pretas, seja para acompanhar as controvérsias que as encerram, seja para acompanhar as controvérsias que as reabrem” (p. 171). A tarefa do pesquisador seria mostrar o máximo possível como os elementos de uma rede se interligam uns com os outros, através de uma metodologia que consiste basicamente em mobilizar a realidade, transportar os elementos coletados, tornando-os visíveis “sinopticamente”, para que possamos operar com eles. Serão selecionados psicólogos atuantes nos CRAS de municípios das 10 Regiões de Planejamento (RP's) nas quais o Estado de Minas Gerais está oficialmente dividido, sendo escolhidas, como forma de recortar o campo e tornar a pesquisa viável no âmbito de uma iniciação científica, aquelas cidades que apresentaram os maiores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e faixa populacional. A coleta de dados será realizada por meio de um questionário eletrônico cujas questões nos permitirão conhecer o perfil do profissional e compreender a sua atuação, assim como identificar dados da sua formação. Através deste instrumento, buscamos também: (a) compreender como se dá o processo de inserção do psicólogo no Sistema Único de Assistência Social; (b) descrever a articulação do trabalho deste profissional com o de outros atores e equipamentos sociais da rede; (c) identificar os modelos de atuação construídos na prática do psicólogo no CRAS; e (d) identificar quais são as referências técnicas/metodológicas que orientam a prática destes profissionais e como elas se fazem presente no cotidiano de trabalho dos mesmos, tomando como possíveis norteadores as referências técnicas elaboradas por órgãos como o CREPOP/CFP. Resultados e Conclusões parciais: A pesquisa se encontra em andamento e os resultados são apenas parciais. Como parte de um estudo Ator-Rede, acreditamos que a construção da práxis do psicólogo no serviço de assistência social não se limita a um modelo específico de atuação, o que nos leva a pensar na diversidade de experiências possíveis que podemos encontrar. A inserção do psicólogo no âmbito de atuação das políticas públicas de assistência social, por sua recenticidade, ainda é um fato cercado de controvérsias constituindo o que Pedro (2010) chama de caixa translúcida – por oposição à caixa preta – ou seja, um assunto que ainda não atingiu o consenso dos envolvidos e ainda não se consolidou como um fato inegável e aceito por todos como uma questão fechada. Trata-se de uma construção que poderá acolher as especificidades de cada contexto desafiando o profissional a elaborar estratégias compatíveis com a realidade em que está inserido.

Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social. Brasília, DF: [MDS], 2004.

PEDRO, R. Sobre redes e controvérsias: ferramentas para compor cartografias psicossociais. In: A. A. L. Ferreira, L. de L. Freire, M. Moraes, & R. J. J. Arendt (Orgs.). Teoria Ator-Rede e Psicologia. Rio de Janeiro: Nau, 2010. p.78-96

QUEIROZ E MELO, M. F. A. Seguindo as pipas com a metodologia da TAR. In Revista do Departamento de Psicologia – UFF. v.19, n.1, p. 169-186, 2007.

Palavras-Chave: Cras/Suas; Psicologia Social; Teoria Ator-Rede.

O SOCIODRAMA COMO FERRAMENTA NAS AÇÕES DE PREVENÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE DO TRABALHADOR. *Mariana Vasconcellos Silva Natri* (natri@btu.unesp.br); *Katia Biazotti*; *Maria Luiz Gava Schmidt*. (Coord. Saúde e Segurança do Trabalhador e Sustentabilidade Ambiental – COSTSA/PRAAd/Reitoria- Unesp)

Introdução: Observa-se contínuas mudanças e aspectos que apontam para a debilidade do mundo moderno, tais como esvaziamento das relações, busca da individualidade, tecnificação, precariedade das condições de trabalho e aprisionamento nas conservas culturais, o que afeta cada indivíduo em seu contexto social e nos diversos papéis que desempenha. Segundo Martín (1996), as conservas culturais sufocam a espontaneidade e a capacidade criadora do homem e tal esgotamento produz a doença psíquica. Moreno acreditava que o homem adocece no contexto social e sua cura, por sua vez, também se dá no contexto social, através do resgate da espontaneidade. Neste sentido, o Psicodrama tem sua contribuição na medida em que “força o indivíduo a sair fora de seu mundo limitado e dissolve as fronteiras”, trazendo a oportunidade de romper o padrão e oferecer uma habilidade renovada (MORENO, BLOMKVIST e RUTZZEL, 2001, p. 25). Diante disto optou-se por desenvolver um projeto piloto, através de encontros grupais, em uma universidade pública do interior de São Paulo, com funcionários de diferentes formações e funções. **Objetivo:** A iniciativa teve por objetivos a promoção da saúde, por meio de encontros com vistas a favorecer o fortalecimento dos vínculos afetivos e o resgate dos papéis que o indivíduo desempenha, estimulando hábitos e enfrentamentos mais saudáveis e criativos. **Metodologia:** O grupo contou com 20 participantes, foram realizados 7 encontros, com duas horas de duração cada, de agosto a novembro de 2012. As atividades buscaram seguir a sequência prevista nos princípios do Psicodrama (Monteiro, 1998): aquecimento, dramatização, comentários e processamento. Foram utilizadas técnicas como duplo, inversão de papéis, solilóquio, teatro de ressonância, entre outros. **Resultados:** Os jogos dramáticos permitiram ao grupo expressar as angústias vivenciadas, explorando-as no próprio espaço da atividade, além de interagir com outras realidades, trazidas pelos membros do grupo, expandindo a experiência e promovendo alívio. Houve, ao longo das atividades, maior clareza e ampliação da percepção da realidade. Ao mesmo tempo o movimento grupal contribuiu para emergir a criatividade, explorando novas respostas diante dos conflitos apresentados. Notou-se também fortalecimento dos vínculos afetivos, do apoio social e da confiança sustentada pelo contrato ético firmado no espaço grupal. A socialização extrapolou o espaço grupal, sendo os vínculos de amizade expandidos para o dia a dia de alguns membros do grupo. O grupo contribuiu para ampliação e conscientização dos diferentes papéis que o indivíduo exerce, trazendo maiores referências sociais, bem como a possibilidade de projetar-se ao futuro. Notou-se avanço nas esferas do auto-cuidado, sociabilidade e esferas afetiva e familiar; no âmbito do trabalho, houve fortalecimento dos indivíduos em suas formas de percepção e enfrentamento, e possibilidade de repensar o sentido do trabalho, no entanto continuaram algumas queixas relacionadas a organização do trabalho. **Conclusão:** Esse trabalho permitiu a expressão do coletivo que experimentou e co-criou de forma espontânea e criativa novas possibilidades de resposta frente aos desafios do cotidiano em seus múltiplos papéis sociais e vitais. Mostra-se importante a continuidade do trabalho, bem como o envolvimento de todos os atores sociais para a promoção de espaços de reflexão, trocas e transformação social.

Referências

- MARTÍN, E.G. *Psicologia do encontro: J.L. Moreno*. São Paulo: Ágora, 1996. 273p.
- MONTEIRO, R.F. (Org.). *Técnicas fundamentais do Psicodrama*. 3. ed. São Paulo: Ágora, 1998. 171p.
- MORENO, Z.T.; BLOMKVIST, L.D.; RUTZEL, T. Introdução. In: _____. *A Realidade Suplementar e a Arte de Curar*. Tradução de Eliana Araujo Nogueira do Vale. São Paulo: Ágora, 2001.p. 25-30. Título original: *Psychodrama, surplus reality and the art of healing*.

O TRABALHO DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL. *Bruna Luise Fernandes* (brunaluizef@yahoo.com.br); *Deivis Perez*. (UNESP-Assis)

A presente pesquisa, em andamento, volta-se para o estudo da atividade laboral de um grupo de professores da educação não formal, que atua em um programa formativo de pessoas para o mundo do trabalho. Vale notar, que a educação não formal caracteriza-se pela intencionalidade de ensinar, pelos agentes educacionais (professores, monitores), e aprender, pelos participantes do processo educativo. Esta modalidade de educação ocorre fora do sistema escolar formal. Os objetivos da pesquisa são identificar e analisar: 1) o contexto de trabalho de um grupo de professores da educação não formal; 2) as relações entre os diferentes elementos laborais destes professores (alunos, coletivo de trabalho, chefia); 3) os instrumentos concretos e semióticos de trabalho dos docentes; 4) os aspectos potencializadores e dificultadores do trabalho analisado. Como aportes teórico-metodológicos adotaram-se o Intencionismo Sociodiscursivo/ISD e a Clínica da Atividade, que são abordagens complementares. O ISD contribui com aportes sobre os tipos de trabalho (prescrito, real e interpretado) e o modelo linguístico-discursivo de interpretação e análise dos dados. A Clínica da Atividade apoia esta pesquisa com seus aportes teóricos acerca do trabalho enquanto fenômeno real/concreto e psicológico, que condiciona o permanente processo de desenvolvimento humano. No tocante à metodologia, optou-se pelo uso de instrumento construído no âmbito da Clínica da Atividade, que é a autoconfrontação cruzada. O pesquisador francês Yves Clot (2010) aponta que a autoconfrontação é um processo de experimentação dialógica, que busca captar o plurilogismo profissional sobre ações e atividades próprias de um ofício determinado. Em síntese, a autoconfrontação cruzada consiste em conhecer o contexto geral de trabalho por meio da observação, registro (em áudio e vídeo) e análise da atividade laboral de profissionais de um campo determinado, com a contribuição e envolvimento dos voluntários da pesquisa. Ao final, a análise dos dados coletados não é feita somente pelo pesquisador, mas pelo próprio trabalhador e seus pares, que estabelecem diálogo sobre o trabalho e o analisam, a partir dos registros feitos pelo pesquisador, em um processo de mediação conduzido por este último. Até o atual estágio da pesquisa pode-se apontar que foram identificadas duas dimensões de dados, nomeadas categorias empíricas e categorias analíticas ou teóricas. As categorias analíticas ou teóricas são aquelas que emergiram da revisão bibliográfica. As categorias empíricas são aquelas que estão surgindo dos dados coletados que se encontram em fase inicial de análise. A partir do ISD temos as seguintes categorias teóricas: trabalho prescrito, trabalho real e trabalho interpretado. A Clínica da Atividade apontou para as seguintes categorias teóricas: ferramentas e instrumentos de trabalho; ação e atividade de trabalho. Neste momento está iniciando-se a análise dos dados coletados. Em síntese, busca-se analisar o contexto sociointeracional da produção de textos prescritivos do trabalho e, também, os textos verbais e escritos produzidos no e sobre o trabalho dos educadores participantes da pesquisa. Após, será realizado o exame da configuração global dos textos coletados (escritos e verbais) e a identificação do gênero textual mobilizado.

Referências

Clot, Yves. **Trabalho e Poder de Agir**. Trad. Guilherme de Freitas, Marlene Vianna. Belo Horizonte, MG: Fabrefactum, 2010.

Palavras-Chave: Trabalho; Psicologia Do Trabalho; Educação Não Formal.

OFICINAS LÚDICAS COM CRIANÇAS NA ÁREA CENTRAL DE SANTOS: PONTENCIALIZANDO A EXPRESSÃO. *Sabrina Galvão Figueiredo* (sabrina_galvao@yahoo.com.br); *Lilian Bertolo*; *Tailah Barros de Paula*; *Larissa Araujo Ribeiro*; *Marília Garando Vioto*; *Carla Bertuol*. (UNIFESP-Santos)

A região central de Santos é conhecida por ser uma área de vulnerabilidade social e pobreza caracterizada pela história de seu processo de urbanização. Observa-se a instalação de um grande número de cortiços e a precariedade das relações de trabalho, prostituição e proximidade com o porto, configurando uma área de degradação e altos índices de violência urbana, além da instalação de um grande número de entidades filantrópicas e ONGs com o objetivo de trabalhar com a população local. Nesse contexto, a invisibilidade das crianças as tornam vulneráveis e expostas a violência. Enfocamos nesse trabalho a experiência de estágio em psicologia junto a ONG Oficina do Futuro, localizada nessa região. O objetivo do referido estágio foi o de formação de grupos de crianças nos espaços do contra-turno escolar como forma de favorecimento de um ambiente para o reconhecimento da alteridade, da construção pelas crianças de algo comum e a sustentação da expressão de desejos e criatividade. Como objetivos específicos esta atividade buscou propiciar: experienciar momentos lúdicos; intensificar as potencialidades infantis; expressividade da brincadeira estimulando a criatividade e desenvolvendo a capacidade de criar no futuro. Para favorecer essa experiência lúdica, usamos como ferramenta as oficinas, as quais foram pensadas a partir da observação das estagiárias sobre a dinâmica grupal existente entre as crianças na ONG, suas identificações, suas angústias e conflitos. Desta forma, favorecendo o desenvolvimento de potências terapêuticas e pedagógicas. Observou-se no processo que as crianças buscam agrupar-se espontaneamente e principalmente levando em conta papéis familiares que reproduzem na convivência grupal. Nesse jogo de atribuições de papéis, o grupo revelou demanda por expressão de fantasia, inquietações e interesses por questões do mundo adulto. Seguiu-se a grupalização espontânea das crianças e a expressão das crianças nas atividades, em dois grupos – de meninas e misto. As oficinas levaram em conta as construções de figuras, personagens e cenas de heróis e princesas. No grupo das meninas, observou-se que levam a sério a tarefa de brincar e fantasiar, incorporando diferentes elementos de suas realidades, tornado assim a expressão significativa e integradora. O outro grupo manteve os papéis familiares atribuídos em suas atividades observando-se o desenvolvimento da cooperação para construção e produção material de heróis e personagens. Observou-se a necessidade de um trabalho processual de desfamiliarização das estagiárias em relação a certos estereótipos relacionados ao brincar, e às potencialidades do lugar bem como o desenvolvimento de reciprocidade para a abertura e a compreensão do brincar como um campo de construção de sentidos. Para tratar a questão central trabalhada nas oficinas abordou-se situações envolvendo elementos sociais, culturais e subjetivos e, a partir desse tema, cria-se o foco, sobre o qual as atividades irão se fundar, e o enquadre, a organização básica da oficina, como número de encontros, local, participantes. Cada encontro precisa ser planejado para que a discussão dos temas geradores mantenha-se, mas sem rigidez para acompanhar o processo do grupo. Este processo foi significativo para o reconhecimento e autorreconhecimento das crianças como capazes de invenção e criação.

Referências

AFONSO, M. L. (org) **Oficinas em Dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial**. São Paulo. Casa do Psicólogo. 2006

LANCETTI, A. Três questões a respeito do grupo terapêutico com crianças. in VOLNOVICH, J. HUGET, C.R. **Grupos, Infância e Subjetividade**. Rio de Janeiro. Relume Dumará. 1995

ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL: JOVENS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL E PESSOAL. Renata Santos Munhoz (resantosmunhoz@gmail.com); *Gabriela Lins Maia*; *Nilma Renildes da Silva*. (UNESP-Bauru)

Considerando que adolescentes têm uma tendência natural para se agruparem e que o grupo propicia uma melhor elaboração das inevitáveis perdas (e ganhos) físicas, psíquicas e sociais, assim como uma transição de valores, comuns a todos e um favorecimento na estruturação do sentimento de identidade individual e grupal (Castellar, 1987; Osorio, 1986), a orientação profissional para jovens teve como objetivo a realização de um processo de construção da consciência de classe para adolescentes já inseridos no programa social do Núcleo de Apoio à Família (NAF), utilizando como base o material fornecido pelo governo federal, através do programa ProJovem – Adolescente. Além das propostas desse programa, trabalhamos de acordo com a orientação sócio histórica, desenvolvendo os eixos: Identidade e Autoconhecimento; Trabalho; Informação Profissional e Projeto Profissional, considerando que estamos inseridos em uma sociedade desigual, dividida em classes antagônicas e que tem o trabalho alienado como base de sua estrutura e proporcionando a construção de uma consciência de classe. Através do processo grupal, propusemos a reflexão sobre a história e os desdobramentos desse trabalho na sociedade que criou e está prolongando a adolescência, além de informar sobre as diferentes características e requisitos das profissões. Por fim, elaborar em um projeto profissional, visando uma escolha mais consciente. Esse trabalho foi realizado na cidade de Bauru, interior de São Paulo, na instituição “Núcleo de Apoio à Família” do bairro Jaraguá. A entidade presta atendimento a famílias em situação de vulnerabilidade social e pessoal, residentes na região noroeste da cidade. O grupo era composto por adolescentes de 14 a 17 anos e teve duração de em média um ano, com encontros semanais. Atendeu cerca de 20 adolescentes de um total de 30 inscritos no programa; muitos frequentaram o grupo de forma irregular por motivos diversos. Estes grupos, no geral, são grupos difíceis de serem mantidos, especialmente devido à rotatividade dos indivíduos (Zimmerman, 2007). Porém, com a ajuda dos adolescentes que tinham presença mais constante, conseguimos contextualizar os demais, possibilitando que se sentissem dispostos a participar. Desta forma, o processo grupal se torna, então, o mediador entre indivíduo e sociedade, pois, sozinho o indivíduo pode identificar seu problema/dificuldade como exclusivo, necessidade ou mesmo incapacidade própria. Diferentemente, ao se reunirem em grupo, os indivíduos percebem que muitas de suas mazelas são semelhantes e decorrentes de uma condição social, e que, ao contrário da ação isolada de um indivíduo, a organização coletiva, pode propiciar de forma efetiva a resolução de problemas ou satisfação de necessidades comuns (Martín-Baró, 1989). A importância do conhecimento e a utilização da psicologia grupal decorrem justamente do fato de que todo indivíduo passa a maior parte do tempo de sua vida convivendo e interagindo com distintos grupos. O papel do psicólogo social nesta abordagem é então proporcionar condições para que o grupo passe de uma atuação passiva e alienada para uma práxis. O psicólogo social deve atuar na atividade grupal em dois níveis: o da vivência subjetiva e o da vivência objetiva, no intuito de romper com essa dualidade através da emergência da consciência histórica dentro dos grupos.

Referências

ABERASTURY, A. & KNOBEL, M. La adolescencia normal. Buenos Aires, Paidós; 1971.
CIAMPA, A.C. Identidade. In: LANE, S.T.M. & CODO, W., (org.) Psicologia social: o homem em movimento. 9a. ed. São Paulo: Brasiliense; 1991. p. 58-75.

MARTÍN-BARÓ, I. Sistema, grupo y poder. Psicología social desde Centroamérica II. Colección Textos Universitarios, 10. San Salvador: UCA ed., 1989.
 OSÓRIO, L.C. Adolescente hoje. Porto Alegre: Artes Médicas; 1991.
 ZIMERMAN, D. Fundamentos Básicos das Grupoterapias. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

Palavras-Chave: Orientação Profissional; Adolescentes; Vulnerabilidade.

ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL NA ESCOLA A PARTIR DA PERSPECTIVA SÓCIO-HISTÓRICA. *Maria Ilza Lopes Harth* (izalharth@hotmail.com); *Patrícia Elizabeth Messias De Souza Castilho*; *Luciana Cristina Da Mota Passini*; *Sandra Elena Sposito*. (Fundação Educacional de Penápolis – Penápolis)

Este trabalho refere-se ao Estágio em Orientação Profissional realizado em uma classe do terceiro ano do Ensino Médio numa Escola Estadual, de uma cidade de pequeno porte do interior de São Paulo, no segundo semestre de 2012. A intervenção realizada foi formulada segundo a visão da Psicologia Sócio-Histórica, a qual questiona o modelo de perfis, entende as profissões e ocupações como não perenes e imutáveis e trabalha com a ideia de multideterminação do humano (BOCK, 2002). Para uma compreensão do ser humano é necessário enfatizar este ser em um contexto social, bem como este ser pensando, percebendo e agindo segundo as determinações mediadas e internalizadas desse contexto (LANE, 1984). Dessa forma, o processo grupal é utilizado como método de trabalho por favorecer a observação das dificuldades, opiniões, valores, interesses e projeto de vida do outro e por possibilitar um campo propício onde todos aprendem com todos (BOCK, 2002). O objetivo principal do trabalho foi desenvolver atividades práticas e teóricas que possibilitassem aos estudantes momentos de reflexão sobre a orientação profissional e facilitassem o processo de escolha a partir do melhor conhecimento das profissões, do mundo do trabalho e de si mesmo. Foram realizados dez encontros grupais, com duração de uma hora e trinta minutos cada, os quais foram planejados para aplicações de dinâmicas e exposições de temas, objetivando possibilitar a reflexão e a ampliação de conhecimentos a respeito das profissões, bem como dos aspectos que influenciam a escolha profissional. A experiência do estágio possibilitou, como resultado, a identificação de alguns aspectos, que envolvem os seguintes temas, entre outros: - *Conflitos no período da escolha profissional*: as profissões são pensadas como definitivas, além de ter que escolher, tem-se que escolher bem, e tem que ser logo, tem que ser já. - *Elementos que influenciam a escolha profissional*: observou-se que as escolhas das profissões se dão em virtude do que se pensa sobre ela, sobre o que os estudantes imaginam que elas sejam, e assim entendem que se identificam com elas. - *Experiências com os estudantes*: verificou-se que a expectativa era que iríamos aplicar “testes sobre profissões”, o que nos leva a constatar que o modelo de perfis, “a visão estreita e mecanicista tradicionalmente utilizada”, conforme ressalta Bock (2002, p. 77) ainda impera no imaginário das pessoas. Verificou-se que a escolha profissional se constitui em um processo que envolve informações, experiências vividas e internalizadas, concepções cristalizadas, uma multiplicidade de fatores que se imbricam e se estabelecem como verdades e que somente através da discussão, da reflexão e do autoconhecimento é possível ultrapassar esta etapa que a maioria das pessoas vivencia, alternando-se os graus de complexidade. Ao se tratar do tema orientação profissional é imprescindível pensar um processo dinâmico, de interação, contextualizado com as histórias de vida, com a sociedade em que se objetivam a realidade e com o modelo econômico predominante; é premente que se exima de posturas ingênuas, de modelos simplistas, de argumentos reducionistas ou pré-concebidos.

Referências

BOCK, S. D. **Orientação Profissional**: a abordagem sócio-histórica. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LANE, S. T. M.; CODO, W. (Org.). **Psicologia Social: o homem em movimento**. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL: REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE ESCOLHA DA PROFISSÃO. *Arielli Serafim Richart; Gabrieli Lazara Conde Caetano Rocha* (gabilazara@hotmail.com); *Sandra Elena Sposito*. (Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Penápolis)

O presente trabalho foi baseado na proposta de intervenção em Orientação Profissional da abordagem sócio-histórica, cujo foco foi refletir sobre as profissões, no sentido de possibilitar que o processo de escolha profissional ocorresse com melhor compreensão dos elementos que o constituem, considerando a realidade concreta de cada participante. Nesse sentido, acredita-se que o processo de escolha profissional sofre múltiplas influências em relação ao indivíduo e sua história, a sociedade e sua própria escolha. Este modelo de intervenção pretende agir, considerando que o indivíduo, no processo de escolha, deve ampliar a conscientização acerca dos fatores que incidem sobre seus interesses profissionais e avaliar as possibilidades que tem de efetivar a escolha de uma profissão. (BOCK, 2002, p.79). Na abordagem sócio-histórica para viver em sociedade, o ser humano, precisa adquirir uma série de habilidades que são aprendidas culturalmente; da mesma forma o autoconhecimento é construído na relação com o outro e não por uma reflexão isolada. Torna-se fundamental entender a relação indivíduo-sociedade de uma forma dinâmica e dialética (Bock, 2002). É necessário promover ampliação de consciência e trabalhar com o indivíduo as relações sociais do qual faz parte, para que este possa utilizar os instrumentos e as mediações desenvolvidas historicamente para transformar a realidade social que o cerca. As intervenções foram planejadas de acordo com o proposto por Bock (2002) que é desenvolvido em três unidades: Módulo I, Módulo II e Módulo III. No módulo I é desenvolvido o significado da escolha profissional. Nele são discutidos os valores, a importância, a necessidade ou não desta opção para o sujeito. No módulo II o objetivo é compreender o tema trabalho, bem como a discussão do conceito até a maneira de como acontece na sociedade atual. O módulo III permeia o autoconhecimento do próprio sujeito junto ao processo de escolha profissional. A realidade social, política, econômica e cultural está presente no processo de tomada de decisão da escolha profissional, construindo-se assim múltiplas influências em torno da escolha. Foram realizadas dez visitas com os alunos de uma sala do Ensino Médio, onde, cerca de trinta e nove estudantes foram orientados, num primeiro momento sobre a proposta do estágio em orientação profissional. As intervenções realizadas foram direcionadas somente aos alunos da única sala. Nestas intervenções foi possível realizar atividades grupais, dinâmicas, debates, exposições dialogadas e dramatizações encenadas pelos próprios alunos. O estágio propiciou um momento de reflexão sobre fatores que interferem em uma escolha profissional, os alunos puderam compreender que não existe uma resposta certa sobre sua escolha, pois, cada indivíduo basear-se-á no seu atual momento para definir qual caminho deve seguir e este deve considerar as oportunidades que o disponibilizam.

Referências

BOCK, Silvio Duarte. Orientação Profissional: a abordagem sócio-histórica. 2. ed. Cortez Editora, 2002.

LANE, S.T. O processo grupal: In: _ e CODO, W. (Org). Psicologia social – o homem em movimento. SP: Brasiliense, 1984. P. 78-98

LIMA, M.F.; NAVARRO, P. A identidade do jovem nos discursos da mídia: o jovem e a carreira profissional, 2010.

SOARES, D. H. P; SESTREN, G.; EHLKE, S. B. A influência da percepção dos jovens sobre o mercado de trabalho na escolha profissional. Contrapontos - ano 2 - n. 5 - p. 237-250 - Itajaí, maio/ago, 2002.

SANTANA, C.M.H. A mídia televisiva e a construção de valores: a ótica de jovens do ensino médio no interior alagoano. IV Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade. Laranjeiras-SE, setembro, 2010.

Palavras-Chave: Adolescência; Educação; Orientação Profissional.

OS MOVIMENTOS NA TELA E SEUS REFLEXOS NO HOMEM. *FIGUEIREDO, G. C.* (gislaynecf@hotmail.com); *FERREIRA, R. S. L.*; *FIRMINO, L. G.*; *GAMBARO, I. C. O.*; *ROSSI, R. M.* (Universidade Paulista)

Na cultura ocidental, desde o Renascimento, a visão tem assumido um papel preponderante sobre os outros sentidos, sendo que nossa civilização pode ser compreendida como a civilização da imagem (RODRIGUES, 2008). Tal hegemonia da visão é evidenciada no surgimento e ascensão do cinema no mundo, e na breve história da cinematografia são observáveis as decorrências deste processo. Ao utilizar-se da imagem como forma de acessar o imaginário, o cinema pode ser compreendido tanto como potência criadora, como fonte de engano ou alienação (SAMPAIO, 2000). No presente trabalho, partindo das contribuições de Benjamim, Adorno, Freud e demais autores que dialogam com estes, nos dispomos a analisar a função psicossocial e a possível influência do cinema, através do filme Tropa de Elite, observando como a cultura brasileira e as relações estabelecidas na sociedade são transpostas para a tela, com o intuito de verificar se o cinema, neste caso, constitui-se em um meio de transformação social que contribui para modificar o instituído, atentando para os mecanismos psicológicos empregados. O filme Tropa de Elite foi escolhido em função de seu impacto e penetração na sociedade brasileira. Optamos por uma pesquisa de cunho qualitativo, utilizando uma análise de conteúdo de acordo com a metodologia empregada por Minayo (2009) e Souza (2008). Entendemos que Tropa de Elite se constitui em um filme que acaba por servir à indústria cultural, na medida em que engendra subjetividades, se servindo, para tanto, de diversos mecanismos. Ao cercear as possibilidades de leitura da realidade e ao privilegiar algumas informações em detrimento de outras, induz a uma suspensão e/ou limitação da possibilidade de reflexão a respeito do que é exposto, manipulando a realidade de acordo com os interesses da indústria cultural, favorecendo a aceitação dos conteúdos expostos, utilizando-se da identificação, caracterizando-se enquanto uma violência, em diversos âmbitos, contra o espectador.

Referências

MINAYO, M.C. S. (org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 28. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

RODRIGUES, J. C. Uma paixão cega pelos meios visuais? In_____: GOUVEA, A. P. (org.). **Cine Imaginarium, Imaginário e estética: da arte de fazer psicologia,**

comunicação e cinema. Rio de Janeiro: Companhia de Freud: Ed. PUC-Rio: FAPERJ, 2008.

SAMPAIO, C. P. O cinema e a potência do imaginário. In:_____. BARTUCCI, G. (org.)

Psicanálise, cinema e a estética de subjetivação. Rio de Janeiro: Imago Ed. 2000. Cap. 2, p. 45-69.

SOUZA, S. J. Imagem técnica e estética: sobre os modos de produção da cultura e da subjetividade no mundo contemporâneo. In_____: GOUVEA, A. P. (org.). **Cine**

Imaginarium, Imaginário e estética: da arte de fazer psicologia, comunicação e cinema.

Rio de Janeiro: Companhia de Freud: Ed. PUC-Rio: FAPERJ, 2008.

Palavras-Chave: Cinema; Psicologia; Indústria Cultural.

OS SENTIDOS E SIGNIFICADOS DE ADOLESCENTES DA ESCOLA PÚBLICA E PRIVADA ACERCA DO PROJETO DE VIDA FUTURA. *Flávia de Souza Otuka;* *Altamir Claudio Ribeiro;* *Daniela Garcia Scali;* *Edilene Pereira Reis;* *Ellen Cristina Ramos Dantas;* *Fernanda Andrello Forti;* *Karen Cardoso Affonso* (kaa.cardoso@hotmail.com);

Marli Dias Cesar Egydio; Rafaella Dilam Alencar Santos; Ricardo Rodrigues da Silva; Rosana Rodrigues de Gouveia. (CEUNSP-Itu)

A pesquisa objetiva analisar os sentidos e significados de adolescentes da escola pública e privada acerca do projeto de vida futuro. Fundamentados na Psicologia Sócio-histórica, utilizamos as categorias sentidos e significados. Nessa concepção, a adolescência não é negada, mas, como apontam Aguiar, Bock e Ozella (2001), é criada historicamente pelo homem, como representação, fato social e psicológico, é constituída como significado na cultura e na linguagem que permeia as relações sociais. Segundo Bock e Liebesny (2003) não é possível desvincular a Orientação Profissional de um projeto de vida, visto não se tratar apenas da uma carreira, e sim de uma ferramenta que promove a saúde. Método e Sujeitos: inicialmente foram selecionados em torno de 20 participantes da escola pública e 15 da escola privada, para a realização das discussões em grupo, posteriormente selecionamos desses grupos de discussão um participante de cada escola para a realização de entrevistas de história de vida a fim de aprofundar a análise dos sentidos e significados, visando atingir os objetivos propostos na pesquisa. Os participantes são de ambos os sexos, alunos do 3º ano do Ensino Médio. Procedimento de coleta de informações: utilizamos técnicas de dinâmicas de grupo, entrevistas individuais de história de vida. Procedimento de análise dos dados: utilizamos como procedimento de análise o que Aguiar e Ozella (2006) denominaram de núcleos de significação. Resultados: até o presente realizamos a análise parcial dos dados, obtendo como resultado dos grupos da escola particular a indecisão dos alunos acerca da escolha profissional, a pressão para decidir, o projeto de vida futura pautado nas expectativas pessoais e sociais e a partir da entrevista de história de vida, obteve-se um homem repleto de possibilidades, projeto de vida futura como processo de planejamento, a trajetória adolescente pautada nos determinantes históricos e sociais, e a constituição do ser a partir da relação dialética entre o indivíduo e a sociedade. Já os resultados obtidos com a discussão dos dados fornecidos pelos alunos da escola pública trazem os determinantes contextuais e/ou sociais que constituíram o projeto de vida desses adolescentes, o significado do trabalho para os mesmos, a indecisão, a consciência da igualdade e desigualdade social, o ENEM como uma oportunidade, a responsabilidade e a influência dos pais diante de suas escolhas.

Referências

- ABADE, F. L. Orientação Profissional no Brasil: Uma Revisão Histórica da Produção Científica. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**. Minas Gerais, p. 15-24, 2005.
- AGUIAR, W. M. J. e OZELLA, S. Núcleos de Significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. **Psicologia Ciência e Profissão**. p. 222-245, 2006.
- AGUIAR, W. M. J; BOCK, A. M. B; OZELLA, S. **Orientação profissional com adolescentes: um exemplo de prática na abordagem Sócio-Histórica**. In: BOCK, A. M. B; GONÇALVES, M. G. M; FURTADO, O. (organizadores) **Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia**. São Paulo: Cortez, 2001, p.163-178.
- AGUIAR, W. M. J. **Sentidos e Significados do professor na perspectiva Sócio-Histórica: relatos de pesquisa**. 1º Ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.
- BOCK DUARTE, S. **Orientação Profissional: Avaliação de uma Proposta de Trabalho na Abordagem Sócio-Histórica**. 2001. 209 p. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo-SP.
- BOCK, A. M. B; LIEBESNY, B. Quem eu quero ser quando crescer: um estudo sobre o projeto de vida de jovens em São Paulo. In: OZELLA, S. (org.) **Adolescências construídas: a visão da Psicologia Sócio-Histórica**, Cortez, 2003, São Paulo.
- ERIKSON, E. H. **Identidade: Juventude e crise**. 2ª ed. Rio de Janeiro: 1976. (Cabral, A. Trad.). Ed. Zahar.
- FREUD, S. **Um caso de histeria: Três ensaios sobre a sexualidade e outros trabalhos, 1901-1905**, volume VII, 2006 (ano de edição).

- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Ed. Atlas, 1988, p. 21.
- GONZÁLEZ REY, F. **A emergência do sujeito e a subjetividade: suas implicações para a Psicologia Social**. 2004, p.123-140 In: GONZÁLEZ REY, F. **O social na Psicologia e a Psicologia Social**. São Paulo: Ed. Vozes.
- MUUS, E. E. H. **Teorias da adolescência**. Belo Horizonte: Interlivros, 1963.
- OTUKA, F. de S. **A dimensão subjetiva da escolha da moral na adolescência**, Capítulo I: Tornar-se Humano, 2009, p.17-38. Dissertação de mestrado (Psicologia da Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- OZELLA, S. (org.). **Adolescências construídas: a visão da Psicologia Sócio-Histórica**. São Paulo: Cortez, 2003.
- PESSIN, M. A; FERREIRA, M. B; BERNARDI, R. G; KNOB A. F; BRESSIAN, F. E. P. Um estudo qualitativo sobre Orientação Profissional: direções possíveis desafios necessários. **Akropolis**, Umuarama, V 16, n.2, p 131–138, Abr./Jun. - 2008.
- SILVA, J. O. da. **Produção de sentidos em adolescentes privados de liberdade**. Dissertação de mestrado (Cognição e Representações Sociais). Universidade Federal da Bahia, Instituto de Psicologia, Bahia, 2009.
- VYGOTSKY, L. S. **A construção do Pensamento e da Linguagem**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2001.
- Palavras-Chave:** Adolescência; Projeto de Vida; Sentidos e Significados.

PERCEPÇÃO DE ALUNOS SOBRE A VIOLÊNCIA ESCOLAR: UM ESTUDO EM SEROPÉDICA. *Cátia Batista Tavares dos Santos* (catiabts@gmail.com); *Priscyla Rocha Giobini*; *Wanderson Fernandes de Souza*. (UFRRJ-RJ)

Introdução: A violência corresponde ao comportamento que causa dano a outro indivíduo, invadindo a autonomia e a integridade física ou psicológica deste. As ocorrências de violência dentro do ambiente escolar, envolvendo e vitimando crianças e adolescentes tem mobilizado cientistas sociais, pedagogos, pais e a mídia. Quando entramos no ambiente escolar deparamo-nos com sujeitos em desenvolvimento de seus julgamentos subjetivos. Também é o lugar onde as normas sociais são aprendidas e confrontadas diariamente. Adolescentes constroem sua identidade e seu pensamento crítico durante este período de formação individual. Trata-se de uma etapa em que não é nem criança nem adulto. Os adolescentes também costumam envolver-se em grupos e, como qualquer outro indivíduo, busca aceitação e admiração dos demais colegas. Tornar-se um sujeito violento, como sinônimo de poder, atrai atenção e popularidade dentro da escola e distingue grupos impopulares e marginalizados. É necessário compreender de que forma os adolescentes percebem seu ambiente escolar como seguro ou hostil para si e para os outros. Objetivos: O presente trabalho visa compreender se há uma percepção diferenciada de violência entre pessoas de gêneros diferentes e de adolescentes de escolas diferentes localizadas em uma mesma região. Metodologia: O estudo foi realizado em duas escolas do ensino médio do município de Seropédica localizado no estado do Rio de Janeiro. Foram avaliados alunos do primeiro ano de uma instituição de formação técnica com entrada através de concurso (três turmas) e alunos de outra instituição com formação geral/científico (duas turmas) e formação de magistério (duas turmas). O total de participantes foi de 70 alunos, 17 do sexo masculino e 52 do sexo feminino e 1 não informado. Foi aplicado um questionário de percepção de violência formulado pelos próprios autores. O questionário foi aplicado a dez alunos de cada turma citada. As respostas ao questionário foram divididas em dois fatores: 1) Questões relacionadas a percepção de violência pessoal (situações onde o próprio indivíduo seria vítima ou causador de violência) e 2) Questão relacionadas a percepção de violência externa (quando o indivíduo presenciou mas não estava envolvido com a situação violenta). Resultados: Adolescentes do sexo masculino apresentaram maior percepção de violência pessoal que as do sexo feminino.

Nenhuma diferença foi encontrada para violência envolvendo outros. Na comparação entre as escolas, nenhuma diferença foi encontrada no nível de violência pessoal. Entretanto, os alunos da escola técnica relataram menor percepção de violência contra os outros. Adicionalmente, os alunos da escola técnica também relataram menos comportamento de intimidação e similares a prática de bullying. Conclusão: Foi encontrada diferença entre os sexos o que sugere diferentes experiências relacionadas a violência entre meninos e meninas, o que corrobora com outros estudos na área. A diferença na percepção entre as escolas, localizadas em regiões muito próximas, sugere diferenças no que se refere a violência que não se explica meramente pela localização da escola. Elementos relacionados ao ambiente particular de cada escola parecem ter influenciado a percepção de seus alunos.

Referências

- BELSKY, Janet. Desenvolvimento Humano: Experienciando o ciclo da vida. Desenvolvimento Cognitivo e Socioemocional. 2010, cap. 9.298-316.
- FRANCISCO, Marcos Vinicius e LIBORIO, Renata Maria Coimbra. Um estudo sobre bullying entre escolares do ensino fundamental. *Psicol. Reflex. Crit.* [online]. 2009, vol.22, n.2, pp. 200-207.
- HORTA, Rogério Lessa; HORTA, Bernardo Lessa; PINHEIRO, Ricardo Tavares e KRINDGES, Manuela. Comportamentos violentos de adolescentes e coabitação parento-filial. *Rev. Saúde Pública* [online]. 2010, vol.44, n.6, pp. 979-985. Epub 08-Out-2010.
- SILVA, Aida Maria Monteiro. A VIOLÊNCIA NA ESCOLA : A PERCEPÇÃO DOS ALUNOS E PROFESSORES. www.dhnet.org.br/inedex.htm, 2002
- ZALUAR, Alba e LEAL, Maria Cristina. Violência extra e intramuros. *Rev. bras. Ci. Soc.*[online]. 2001, vol.16, n.45, pp. 145-164.
- MYERS, David. Introdução à psicologia geral. 1986, 5ª edição, pp. 127-141. by Worth Publishers, Inc.
- Palavras-Chave:** Escola; Violência; Adolescentes.

POLÍTICAS PÚBLICAS E PROMOÇÃO DE SAÚDE. *Elisa Fernandes; Flavia Cristina S. Dourado; Isabella Michilin; Ivan Silva; Lilian Santos* (lilian.f_santos@yahoo.com.br); *Mariana Oliveira; Mariana Cury; Mayara Silva; Mayara Tavares; Nadini Sousa; Sarah Francisco; Simão Nangomua; Nilton Julio de Faria.* (PUC-Campinas)

Introdução: Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), define-se por saúde o estado completo de bem estar físico, psíquico e social e não apenas ausência de doença, sendo que prevenção, promoção e recuperação são os princípios norteadores da atenção em saúde (DIAS, 2012). Objetivo: relacionar o conceito de saúde com as políticas públicas nacionais sobre, desenvolvimento sustentável, habitação, transporte, saneamento básico, educação e segurança, destacando a relação destas à promoção de saúde. Método: Neste trabalho utilizou-se como método a revisão bibliográfica de artigos que enfatizavam as políticas públicas citadas acima e a atuação de estagiários do último período do curso de Psicologia de uma universidade do interior do estado de São Paulo, em unidades do serviço público de saúde. Com base nos artigos foi realizada uma análise das observações feitas no serviço de saúde. Resultados: Saneamento é o instrumento que previne, controla as doenças e promove a saúde pública através do abastecimento de água potável e disposição de esgotos, do controle de animais e insetos, saneamento de escolas, locais de trabalho, de lazer e habitação (GUIMARÃES, 2007). Portanto, onde há saneamento, maiores são as possibilidades de uma vida mais saudável e o índice de mortalidade permanece no mais baixo patamar (GUIMARÃES, 2007). A habitação é considerada um dos primeiros e mais vulneráveis espaços de promoção da saúde, sendo um espaço onde a saúde se constrói e se desenvolve. Por este motivo, estudos urbanos seriam instrumentos de regulação pública, indispensáveis para criação de ambientes favoráveis à saúde, por meio do ordenamento das cidades e da

gestão ambiental integrada (AZEREDO et al, 2007). No que diz respeito ao transporte, considera-se que a qualidade do mesmo influencia na saúde e na qualidade de vida dos usuários de maneira direta nos seguintes atributos, conforto, segurança, respeito, dignidade, acessibilidade, sustentabilidade e estrutura. Esses atributos impactam na saúde física e mental dos usuários (NUGEM, SANTOS & OLIVEIRA, 2012). As políticas sobre desenvolvimento sustentável ressaltam os pilares econômico, ambiental e social, como integrantes da determinação da saúde. Intensificar a implementação de políticas públicas que integrem os pilares do desenvolvimento sustentável, resultará em condições de vida com mais qualidade, favorecendo assim a promoção da saúde (CARNEIRO et al, 2012). A promoção da saúde relacionada à segurança estaria presente na tentativa de prevenir a violência, e assim minimizar suas consequências, que por muitas vezes lotam os serviços de saúde básica levando a ações de recuperação da saúde e não de promoção da mesma (MINAYO, 1994). Trabalhos realizados no âmbito da educação em saúde, coordenados pelo Programa de Saúde da Família tem o objetivo de incentivar a participação popular na construção da saúde coletiva. Os dados encontrados nos artigos analisados mostram a importância das políticas públicas para a promoção da saúde. Conclusão: A falta de articulação entre as políticas assistenciais e a ampla demanda dos serviços de saúde faz com que a atuação destes esteja voltada a recuperação da saúde e não a promoção dela, fato que vai de encontro aos objetivos da atenção primária em saúde.

Referências

- AZEREDO, et al. Habitação saudável e ambientes favoráveis à saúde como estratégia de promoção da saúde. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 12, n. n1, Mar. 2007. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232007000100022&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 20 de setembro de 2012.
- CARNEIRO, F. F. et al. Saúde ambiental e desigualdades: construindo indicadores para o desenvolvimento sustentável. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 6, Jun. 2012 Disponível em <<http://apsredes.org/site2012/wpcontent/uploads/2012/07/INDICADORES-PARA-O-DESENVOLVIMENTO-SUSTENT%C3%81VEL.pdf>>. Acessado em 20 de setembro de 2012.
- DIAS, F. Educação Em Saúde pública-saneamento Básico. Disponível em <<http://fisiofacsul.files.wordpress.com/2009/03/educacao-em-saude-publica-e28093-saneamento-basico.ppt#272,17,VI.BIBLIOGRAFIA>> Acessado em 20 de Setembro/2012.
- GUIMARÃES, C. S. Saneamento Básico, IT 179 – Saneamento Básico, Agosto/2007. Disponível em <http://www.ufrj.br/institutos/it/deng/leonardo/downloads/APOSTILA/Apostila%20IT%20179/Cap%201.pdf> . Acessado em 21 de setembro de 2012.
- MINAYO, M. C. S. A Violência Social sob a Perspectiva da Saúde Pública. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 10 (supplement 1): 07-18, 1994. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/csp/v10s1/v10supl1a02.pdf>>. Acessado em 21 de setembro de 2012.
- NUGEM, R. C.; SANTOS C. H. S.; OLIVEIRA, C.C. Transporte Coletivo e saúde: uma questão de gestão. *Revista da Universidade Vale do Rio verde, Três Corações*, v. 10, n. 1, p. 186-198, 2012. Disponível em <<http://revistas.unincor.br/index.php/revistaunincor/article/view/349/pdf>>. Acessado em 22 de setembro de 2012.

Palavras-Chave: Saúde; Promoção; Políticas.

PREVENÇÃO DO HIV E PROMOÇÃO DA SAÚDE NA COMUNIDADE DE HELIÓPOLIS, NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS. *Andrielly Darcanchy* (andrielly.toledo@gmail.com); *Vera Paiva*. (USP-SP)

Introdução: O Brasil sempre foi considerado pioneiro por sua resposta social e governamental à epidemia de HIV/AIDS, marcada por políticas de defesa dos Direitos Humanos, no contexto

da criação do SUS. Contudo essa resposta tem indicado sinais de negligência e os dados da infecção entre os mais jovens preocupam: eles têm tido menos acesso a projetos de prevenção nas escolas e vêm resignificado a noção de “epidemia controlada” como autorização para não usar preservativos. Essa tendência é especialmente preocupante quando a vulnerabilidade social expõe uma parcela significativa da população brasileira. Tem-se discutido como a vulnerabilidade ao adoecimento se expressa em três dimensões, social, programática e individual. Especificamente em relação à saúde sexual e à sexualidade, a vulnerabilidade social configura-se pelo pertencimento a grupos socialmente mais expostos à violação de direitos (como negros, mulheres, pobres, homossexuais, trabalhadores sexuais). A vulnerabilidade programática aprofunda a vulnerabilidade social, na medida em que a ausência de acesso a programas governamentais de prevenção e atenção-cuidados à saúde aumenta a vulnerabilidade individual (expressa nas suas cenas sexuais concretas em que cada pessoa atua sua autonomia, liberdade, crenças, atitudes, hábitos e práticas sexuais). Portanto, os três planos da vulnerabilidade estão implicados, exigindo uma atuação técnica que os integre.

Objetivos: O projeto, iniciado no fim de 2012, tem como objetivo geral contribuir para a diminuição da vulnerabilidade individual e programática de jovens moradores de Heliópolis à infecção pelo HIV, buscando conhecê-la, planejar e monitorar suas intervenções no quadro dos Direitos Humanos, na direção de lidar com sua vulnerabilidade social.

- (1) Integrar o componente de sexualidade, prevenção das DSTs/AIDS, em projetos já existentes na comunidade envolvendo diretamente 20 jovens de 15-25 anos como agentes de saúde.
- (2) Compreender a cultura sexual local e descrever o nível de conhecimento sobre prevenção das DST/AIDS nessa comunidade.
- (3) Desenhar, com os jovens, um programa para informá-los sobre as diversas alternativas de sexo seguro e as fontes de insumos para tal.
- (4) Mapear a situação e o histórico da epidemia de HIV/AIDS na comunidade.
- (5) Conhecer a extensão da vulnerabilidade programática presente em Heliópolis.
- (6) Discutir estratégias de diminuição da vulnerabilidade social do grupo.
- (7) Refletir criticamente sobre as melhores estratégias de trabalho colaborativo nesse contexto.
- (8) Formar agentes multiplicadores das técnicas de ação preventiva para o controle da epidemia de HIV/AIDS na comunidade.

Metodologia: a) Encontros semanais com o grupo de “Jovens Alconscientes” e com educadores da comunidade envolvidos no projeto sediado na UNAS (entidade sem fins lucrativos dirigida por lideranças comunitárias e militantes de Heliópolis) para discussões, atividades formativas, oficinas atividades psicoeducativas e produção de instrumentos de pesquisa; b) Estudo do Meio Programático para responder à pergunta: quais são os recursos disponíveis para que os jovens desta comunidade possam diminuir sua vulnerabilidade à AIDS? c) Coleta dos dados pelos jovens-agentes relativos à história de resposta à epidemia de HIV/AIDS em Heliópolis, aplicação de questionários sobre práticas sexuais de pessoas da comunidade na faixa etária 15-25 anos. Resultados esperados: Além de produtos tipicamente acadêmicos – artigos e publicações científicas: a) Envolver a comunidade, mantendo-a como co-produtora dos resultados de pesquisa-ação, algo já validado como estratégia de combate à epidemia, promoção da saúde e desenvolvimento comunitário (Indicador: quantidade de jovens envolvidos, produção pelos jovens de material/ações/mídia/cartilhas dedicadas à comunidade); b) Diminuir a vulnerabilidade individual e programática dos jovens participantes e dos seus pares, aumentando seu conhecimento sobre AIDS e prevenção, mobilizando a ampliação de acesso a recursos e serviços públicos (Indicador: entrevista de avaliação conduzida pelos agentes jovens da comunidade); c) Levantar estratégias de combate às vulnerabilidades social e programática da comunidade destinatária do projeto (Indicador: acompanhamento e avaliação conjunta com os agentes da comunidade de vários momentos do processo); d) Formar jovens multiplicadores de atividades preventivas no campo da sexualidade e dos Direitos Humanos e, simultaneamente, como planejadores e avaliadores de suas ações em benefício do grupo a que pertencem e da comunidade em que vivem

(Indicador: envolvimento na continuidade do projeto); e) O relatório, com base na análise dos resultados obtidos e sobre o processo será divulgado e discutido na comunidade por meio de rádio comunitária gerida pela entidade, por meios eletrônicos, como redes sociais, e reuniões presenciais nas várias associações de jovens e adultos. Conclusões parciais: O envolvimento dos jovens da comunidade já está em curso, assim como o compromisso de suas lideranças com o projeto. Os recursos programáticos disponíveis em sua comunidade para a prevenção já foram identificados e conseguiram que cerca de 60 jovens respondessem ao questionário que foi reelaborado com sua participação. Ao longo do processo discutiram-se filmes sobre a investigação das causas da epidemia e sobre a descoberta do vírus, também foram discutidas suas dúvidas e os jovens participaram do Dia Mundial de Luta contra a AIDS demonstrando o uso correto da camisinha, entre outras atividades. Um programa de rádio especial sobre o tema foi desenvolvido.

Referências

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido, 17^a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

UNAS. Quem Somos. Disponível em: [<http://unas.org.br/quem-somos/>]. Acesso em: 13/11/2012.

PAIVA, Vera. Vulnerabilidade e direitos humanos – prevenção e promoção da saúde: da doença à cidadania – Livro 1. Curitiba: Juruá, 2012.

Palavras-Chave: Prevenção; Direitos Humanos; Comunidade.

PROJETO PROFISSIONAL DE JOVENS NA CONTEMPORANEIDADE: O VAZIO DA ESCOLHA E A LACUNA NA AÇÃO. *Marina Gomes Coelho de Souza* (psicomarina@gmail.com); *Lucia Rabello de Castro*. (UFRJ-RJ)

Tendo em vista as principais transformações da contemporaneidade, é válido avaliar como os jovens se apropriam de tais mudanças sociais, políticas, econômicas e tecnológicas na construção de um projeto profissional. Uma vez que, no que se refere especificamente ao trabalho, a rotina, a segurança do emprego e o compromisso com as instituições não mais oferecem referenciais estáveis, desejamos compreender de que forma o cenário macro social incide sobre os jovens, moldando lógicas de ação e estratégias de inserção profissional. O sentimento de impotência decorrente da impossibilidade de visualização de uma saída possível para a inserção profissional faz com que os jovens vivenciem suas trajetórias como dominada por forças que lhes são estranhas. Neste sentido, a impotência pode levar à paralisia, resultando em fenômenos como a extensão da qualificação, a mudança ou abandono dos cursos universitários, entre outros. Todos estes fenômenos passam a ser analisados e compreendidos como individuais, sem que sejam considerados os aspectos socioeconômicos que se refletem em tais escolhas singulares. Entendemos que não é possível realizar uma compreensão das estratégias utilizadas pelos jovens para a inserção profissional sem que haja uma análise cuidadosa do contexto do trabalho no qual o jovem está imerso. Cremos que por meio da pesquisa das estratégias de inserção profissional adotadas, ou seja, as ações realizadas visando a própria inclusão no mundo do trabalho, nos foi possível tangenciar também os valores e significados do trabalho para os jovens. Além disso, o recorte de classe nos permitiu apreender de que forma os jovens das classes médias têm sido atingidos por tais transformações. A partir de meados dos anos 90 a preocupação com problemas vivenciados por jovens, sobretudo relacionados à crise do trabalho, violência e saúde pública, tem trazido o conceito de juventude de volta ao escopo das pesquisas sociais. Para além do entendimento da juventude enquanto faixa etária, trata-se de um processo, em geral percebido como etapa provisória de preparação para a vida adulta. Vale ressaltar que estudos atuais sobre juventude têm utilizado o conceito de juventudes, uma vez que diferentes condições geram diversas formas de ser jovem, relacionadas à idade, geração, classe social e gênero (CASTRO, 2005; SPOSITO, 2009). Dada a complexidade, sutileza e dinamismo das manifestações da

subjetividade humana optou-se pela utilização da perspectiva qualitativa, mais especificadamente a uso de entrevista semiestruturada, as quais foram analisadas por meio da técnica da Análise de Conteúdo. Participaram desta pesquisa nove jovens universitários, sendo quatro homens e cinco mulheres, entre 22 e 29 anos, pertencentes às classes média e alta do Rio de Janeiro, distribuídos entre os seguintes cursos universitários: Bacharelado em Canto (1), Administração de empresas (3), Publicidade e Propaganda (1), Engenharia Civil (1), Engenharia de Produção (2) e Hotelaria (1). A partir das entrevistas realizadas, de modo a contemplar as principais temáticas trazidas pelos jovens no que se refere à inserção e planejamento de futuro profissional, foram elencadas as seguintes categorias de análise: Classe Social; Escolha e projeto profissional; Experiências profissionais; Estratégias de inserção; A corrida pelo trabalho; A homogeneidade dos projetos. No que tange a escolha pelo curso universitário, os entrevistados demonstraram grande desconhecimento sobre a profissão ou conteúdos acadêmicos. É importante perceber que, no que se refere aos projetos profissionais desses jovens, suas falas não são capazes de traduzir estratégias ou ações que concretizarão seus desejos. Por mais que anseios estejam presentes, se apresentam de forma vaga e superficial, o que poderia sugerir um desconhecimento por parte desses jovens dos modos de efetivação dessas aspirações. Além disso, as dúvidas, inseguranças e indecisões no processo de inserção profissional refletem o desconhecimento sobre a profissão no momento de ingresso no curso superior. Embora a análise esteja ainda em fase de conclusão, nota-se que os jovens com maiores experiências profissionais parecem ser aqueles que obtêm mais elementos para a elaboração de um projeto profissional mais coeso e realista.

Referências

CASTRO, L. e CORREA, J. (Orgs). Juventude contemporânea: perspectivas nacionais e internacionais. Rio de Janeiro: NAU/FAPERJ. 2005.

SPOSITO, M. P. (coord.) O estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006). v. 1. Belo Horizonte: Argumentum, 2009. 276 p.

Palavras-Chave: Projeto Profissional; Inserção Profissional; Estratégias de Ação.

PROPOSTA DA PSICOLOGIA SOCIAL PARA A PREVENÇÃO/INTERVENÇÃO NA VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR. *Kaminsky Mello Cholodovskis* (kaminskymello_ig.com.br). (Universidad Jonh F. Kennedy – Argentina)

Desde os tempos remotos a humanidade preocupa-se com a violência, entretanto nas últimas décadas o fenômeno ocupa lugar na sociedade e ganha destaque no meio acadêmico, principalmente no que tange à violência intrafamiliar, buscando-se então, dentro desse contexto, compreender sua natureza, sua originalidade e suas motivações de ocorrência. O que se percebe é o significativo aumento em relação às necessidades de se entender e abordar a violência pelo âmbito preventivo. As definições do termo família têm como fundamentos os conceitos literários providos da Antropologia, da Sociologia, do Direito e também da Psicologia. Esta última ciência caracteriza a família como um sistema ou um grupo de relações entre pessoas que se relacionam entre si – quer sejam por parentesco ou por se considerarem pertencentes ao contexto em que se inserem. Assim, pode ser considerada como violência intrafamiliar aquela que ocorre entre pessoas com vínculos afetivos – de convivência ou consanguinidade. Ainda àquela que tem como ocorrência na relação entre os sujeitos e não apenas no espaço físico em que se origina. Estudiosos da área afirmam que a violência intrafamiliar, ocorre hoje, de várias formas e com diferentes graus de severidade. Consideram que para se evitar o agravamento da violência seja necessária a proposição de intervenções na tentativa de interromper tais atos gradativos; haja vista que esta não se dá de modo isolado e sim é conseqüência de episódios consecutivos e com expansão na gravidade das ações. Na visão da Psicologia Social a violência intrafamiliar é produto de qualquer ação

que venha causar danos – físicos e/ou psicológicos – a outrem. Para a mesma, tal fenômeno é passível de análise, compreensão e superação mediante prevenção ou intervenção. Repensando a conjuntura, objetivou-se, neste trabalho, conhecer mais sobre o fenômeno da violência intrafamiliar na tentativa da proposição de prevenção/intervenção por parte da Psicologia Social. As hipóteses norteadoras do estudo foram que: a ocorrência da violência nas relações intrafamiliares é motivo dos sujeitos envolvidos buscarem por auxílio em serviços de saúde, de psicologia, em instituições jurídicas e policiais; o comportamento violento pode ser evitado mediante aprimoramento das práticas dos profissionais da Psicologia Social na tentativa de buscar melhores resultados no enfrentamento do problema. Através da metodologia de pesquisa bibliográfica – em obras da Psicologia Social, publicações do Ministério e da Secretaria da Saúde e doutrinas do Direito Familiar –, mediante uma revisão na literatura acerca do tema e sem a pretensão de esgotamento do assunto, porém na tentativa de uma leitura de alguns especialistas da área – tal como Minayo –, pode-se concluir que cabe à Psicologia Social um olhar amplo e competente na tentativa de identificação das demandas particulares dos sujeitos envolvidos no fenômeno da violência intrafamiliar; que o profissional da Psicologia Social pode intervir procurando promover a garantia dos direitos fundamentais de tais sujeitos, na busca da manutenção as saúde mental e social destes; e que a violência intrafamiliar necessita ser tratada e não ser punida.

Referências

- ARONSON, E.; WILSON, T. D.; AKERT, R. M. **Psicologia Social**. 3. ed. Rio de Janeiro: LCT, 2002.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde da Família: uma estratégia de reorientação do modelo assistencial**. Brasília: Secretaria de Assistência à Saúde, 1997.
- _____. **Avaliação da Implementação do Programa Saúde da Família em Dez Grandes Centros Urbanos** – síntese dos principais resultados. Brasília: Secretaria de Políticas de Saúde/Departamento de Atenção Básica, 2002.
- _____. **Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço. Cadernos de Atenção Básica**. Brasília: Secretaria de Políticas de Saúde/Departamento de Atenção Básica, 2002b.
- _____. **Impacto da violência na saúde dos brasileiros**. Brasília: Secretaria de Vigilância em Saúde, 2005.
- CAVAZZA, N. **Psicologia das atitudes e das opiniões**. São Paulo: Loyola, 2008.
- CRAMI. Centro Regional de Atenção aos Maus-tratos na Infância. **Relatório de Atividades**. São José do Rio Preto: CRAMI, 2000.
- GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. **Direito de família brasileiro**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2007.
- LÔBO NETTO, Paulo Luiz. Direito ao estado de filiação e direito à origem genética: uma distinção necessária. **Revista Brasileira de Direito de Família**. Porto Alegre, n.19, p. 134-156, ago./set. 2003.
- MINAYO, M. C. de S. **Análise da produção intelectual brasileira sobre violência e saúde**. Rio de Janeiro: Panorama, 1990.
- _____. **Prevenir e proteger: análise de um serviço de atenção à criança vítima de violência doméstica**. Rio de Janeiro: ENSP, 1993.
- _____. A violência social sob a perspectiva da saúde pública. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 7-18. 1994.
- _____. É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública. **Ciência e Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, n.4, p. 7-32. 1999.
- _____. **Violência e Saúde**. Rio de Janeiro: Fio Cruz, 2006.
- RODRIGUES, A. **Psicologia Social para principiantes: Estudo da interação humana**. 11. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.
- SILVA, D. M. P. **Psicologia Jurídica no Processo Civil Brasileiro**. São Paulo: Casa do

Psicólogo, 2003.

Palavras-Chave: Psicologia Social; Prevenção/Intervenção; Violência Intrafamiliar.

PSICOLOGIA SOCIAL E SAÚDE: A COMPREENSÃO DO PROCESSO SAÚDE/DOENÇA COMO FENÔMENO COLETIVO. *Ruth Irabel Soares de Oliveira Santos* (ruthirabel@hotmail.com).

INTRODUÇÃO: O presente trabalho teve como objetivo refletir sobre a contribuição da psicologia social na área de saúde, a partir da compreensão do processo saúde / doença com fenômeno coletivo, em que há interfaces entre o saber científico e as representações constituídas em determinadas épocas. Assim sendo, mediante uma revisão teórica buscou-se ampliar conhecimentos nas produções de saberes, que privilegiam os enfoques intraindividuais no atendimento, para que profissionais de saúde acolham em suas práticas uma perspectiva com mais possibilidade de entender o processo saúde /doença como um fenômeno coletivo construído historicamente. **PSICOLOGIA SOCIAL E SAÚDE:** Um novo campo de saber se faz presente para psicologia no decorrer dos tempos, mediante sua inserção na área de saúde: a psicologia da saúde, que engloba os processos sociopsicológicos além dos aspectos psicológicos e psicopatológicos para compreensão e manutenção da saúde. A partir de 1982, por ordem da Secretaria de Saúde de São Paulo, houve a inserção do psicólogo nos serviços de saúde, contribuindo na construção de novas perspectivas teóricas acerca de explicações e intervenções no processo saúde / doença. (SPINK, 2011). Nesse sentido, Lane (2004) salienta que o ser humano traz consigo sua condição social e histórica, bem como o conjunto de relações sociais que definem o indivíduo na sociedade inserido. Portanto, refletir sobre saúde / doença, implica compreender para além da dinâmica intraindividual, tendo em vista, o discurso social sobre as enfermidades decorrentes do estilo de vida. **CONSIDERAÇÕES:** A importância do estudo se revela na busca de compreender o ser humano não apenas como integrante da sociedade, mas de agente transformador da sua realidade social, no que diz respeito ao básico para sua sobrevivência que é sua condição de saúde. De acordo com, (LANE, 2004, p. 12) “O seu organismo é uma infra-estrutura que permite o desenvolvimento de uma superestrutura que é o social e, portanto, histórica”. Dessa forma, a Psicologia Social e Saúde facilitam na compreensão da doença como fenômeno coletivo, a partir da perspectiva psicossocial relevante na produção de conhecimento, devido ao olhar integral para o ser humano que, permitir a interdisciplinaridade e o estudo de um homem contextualizado no seu social.

Referências

LANE, S. T. M; (Orgs.). PSICOLOGIA SOCIAL: O homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SPINK, M. J. P. PSICOLOGIA SOCIAL E SAÚDE: Práticas, saberes e sentidos. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

Palavras-Chave: Psicologia Social; Saúde; Doença.

QUEM SOMOS NÓS DESCENDENTES? ESTUDO DA IDENTIDADE E DO PAPEL DA MEMÓRIA EM FAMÍLIAS DE DESCENDENTES ALEMÃES NO BRASIL: PROPOSTA DE INVESTIGAÇÃO E DISCUSSÃO DOS CAMINHOS DA PESQUISA QUALITATIVA. *Diane Portugueis* (psicodi@hotmail.com). (PUC-SP)

Resumo: Esta é uma proposta de investigação ligada ao Nepim (Núcleo de estudos e pesquisas sobre identidade-Metamorfose) da PUC de São Paulo. O foco desta pesquisa é a compreensão do processo de construção de identidade dos descendentes de imigrantes alemães que vivem no Brasil. A partir do método de Histórias de Vida, que se insere nas metodologias qualitativas (Abordagens Biográficas), trabalharemos com membros de três gerações de famílias de descendentes alemães (avós, pais e filhos) que tenham vivenciado, seja em seu cotidiano, ou em forma de relatos de familiares, o período conhecido por “Estado

Novo”, durante o governo de Getúlio Vargas no Brasil. Este período foi caracterizado por uma proposta de construção do Estado Nacional no Brasil que pretendeu acabar com a descentralização do poder e concretizar a uniformização e consolidação de uma identidade nacional. Logo, neste período, manifestações culturais de quaisquer ordem por grupos de estrangeiros foram inviabilizadas. Iniciou-se a afirmação de uma identidade nacional, na qual os colonos alemães, impossibilitados de falar sua língua e manifestarem sua cultura, buscaram de alguma forma se assimilar (Santana, 2010; Seyferth, 1989, 1991; Willems, 1980). Partiremos da Psicologia Social e da identidade como categoria central de análise, propondo a reflexão crítica sobre os desdobramentos e pertinências do contexto de imigração frente o processo identitário. Buscaremos ainda, discutir usos da metodologia qualitativa com esta população, bem como, contribuir com a compreensão dos movimentos migratórios no Brasil e sua influência nas relações sociais, que perduram até os dias de hoje.

Referências

- ANDOLFI, M. Por trás da máscara familiar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.
- ARRUTI, J. M. P. A. Etnias Federais: o processo de identificação de remanescentes indígenas e quilombolas no Baixo São Francisco. Tese doutorado. Programa de Pós Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. UFRJ, 2002.
- BARROS, V. A. De la représentation au pouvoir: une étude sur les trajectoires politiques des dirigeants syndicaux ao Brésil. Tese de doutorado. Departamento de Sociologia da Université de Paris VII. Presses de Septentrion, Lille, 2000.
- BECKER, H. Métodos de pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo: Hucitec, 1994.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. A construção social da realidade. 33ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- CAMARGO, A. “Os usos da História oral e da História de Vida: Trabalhando com elites políticas” em Dados-Revista de Ciências Sociais, vol. 27, n. 1, 1984. p.14.
- CIAMPA, A. C. A estória do Severino e a história da Severina. São Paulo: Brasiliense, 2001 [1987].
- DANTAS, S. D; UENO, L. Identidade, Migração e suas dimensões psicossociais. Revista interdisciplinar da Mobilidade Humana. Brasília, Ano XVIII, n. 34, 2010 p. 45-60.
- ESTADO-NAÇÃO. In Infopédia Porto: Porto Editora, 2003-2011.
Disponível em [http://www.infopedia.pt/\\$estado-nacao](http://www.infopedia.pt/$estado-nacao) (Acesso em 10.09.2011).
- FERRAROTTI, Franco. Histoire et histoires de vie - la méthode biographique en sciences sociales. Paris: Méridiens, 1983.
- GERTZ, R. O perigo alemão. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 1991.
- GOLDENBERG, M. A arte de pesquisar. Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- GONZÁLEZ-REY, F. Pesquisa Qualitativa em Psicologia. Caminhos e desafios. São Paulo: Pioneira, 2002.
- GOULART, M. S. B. Teoria Crítica em Habermas: diálogos com Psicologia Social. Temas em Psicologia, Ribeirão Preto, v. 17, n. 1, p. 247-259, 2009. Disponível em <http://www.sbponline.org.br/revista2/vol17n1/PDF/v17n1.pdf> (Acesso em 12.01.2012).
- HABERMAS, J. Para a reconstrução do Materialismo Histórico. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- HALBWACHS, M. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2004.
- HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- KÖLLER, H. C. Hermeneutik. In: BOHNSACK, R; MAROTZKI, W; MEUSER, M. (orgs.). Hauptbegriffe Qualitativer Sozialforschung. Ein Wörterbuch. Opladen: Leske u. Budrich (UTB), 2003.

- KOLTAI, C. O Estrangeiro. Um Conceito Limite Entre Psicanalítico e Político. Tese de doutorado- Departamento de Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.
- LLOBERA, J. R. El dios de la Modernidad. El Desarrollo del Nacionalismo en Europa Occidental. Barcelona: Editorial Anagrama, 1996.
- MARTINS, H. H. T. Metodologia qualitativa de pesquisa. Educação e pesquisa, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, 2004.
- MEAD, G. H. Espírito, persona y sociedad: desde el punto de vista del conductismo social. 3a ed. Buenos Aires: Paidós, 1972.
- MOURA, M. L.S; FERREIRA, M. C. Manual de elaboração de projetos de pesquisa. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 1998.
- NEUBERGER, R. O mito familiar. São Paulo: Summus Editoriais, 1999.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento e silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p. 3-15, 1989.
- _____. Memória e Identidade Social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- SANTOS, M. O. A noção de identidade e seu uso nos estudos migratórios. Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, Brasília, Ano XVIII, No 34, p. 27-43, Jan. Jun, 2010.
- SAYAD, A. A imigração ou os paradoxos da alteridade. São Paulo: EDUSP, 1998.
- SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- SEYFERTH, G. A Liga pangermanica e o perigo alemão no Brasil. História: Questões & Debates, ano 10 (18/19), 1989.
- SILVA, A. P; BARROS, C. R. Conte-me sua história: Reflexões sobre o método de História de Vida. Mosaico estudos em Psicologia, 2007, Vol. I, n. 1, 25-35 disponível em www.fafich.ufmg.br/mosaico (acesso em 10.07.2011).
- SPINK, M. J. , & SPINK, P. K. Psicologia social na atualidade. In: JACÓ-VILELA, A. M; FERREIRA, L & PORTUGAL, F. T (orgs.). História da Psicologia- rumos e percursos. Rio de Janeiro: NAU, 2006.
- STEHLING, L. J. Juiz de Fora a Companhia. União e Indústria e os alemães. Juiz de Fora, 1979.
- WELT ONLINE. Türkische Integration- ein Missverständnis. Integração dos turcos- um mal entendido. http://www.welt.de/satire/article1663983/Tuerkische_Integration_ein_Missverstaendnis.html (acesso em 10.09.2011)
- WILLEMS, E. A Aculturação dos alemães no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

Palavras-Chave: Identidade; Memória; Descendentes Alemães.

REFLEXÕES PRELIMINARES SOBRE OS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL. *Igo Gabriel dos Santos Ribeiro* (igogabriel@uol.com.br); *Sílvio José Benelli*. (UNESP-Assis)

Introdução: Estamos realizando uma pesquisa de iniciação científica na qual pretendemos investigar os processos subjetivantes presentes no discurso oficial das políticas públicas para crianças e adolescentes no Brasil (1990; 2006, 2010a, 2010b). Através da perspectiva genealógica de Michel Foucault, analisaremos alguns dos principais documentos oficiais publicados por instâncias do Estado que norteiam as práticas, sobretudo da psicologia, nessa área. Trata-se de um estudo que, em primeiro lugar, propõe uma necessária subversão da psicologia clássica de matiz disciplinar e individualizante (MORAES e NASCIMENTO, 2002), numa perspectiva psicossocial. Para tanto, retomamos os questionamentos de Bernardes (2007) e Paiva (2000): a psicologia tem construído uma ética da singularidade ou responde às demandas do capital de valorização das diferenças individuais? Como pensar a

produção da subjetividade para além da *individualização* e da *pessoalidade*? Esta perspectiva crítica exige da psicologia compromisso com as questões sociais e uma atenção psicossocial ao homem enquanto sujeito, no plano da política e da subjetividade. **Objetivos:** Com este trabalho, pretendemos divulgar nossa proposta de empreender uma problematização dos discursos presentes na literatura oficial da política pública para crianças e adolescentes no Brasil, bem como seus processos subjetivantes, visando contribuir para os processos de transformação social. Temos um conjunto de questões que nos orientam: como estão estruturados os documentos oficiais das políticas públicas do campo da infância e adolescência? Quais são seus pressupostos político-ideológicos? Os discursos oficiais estão pautados na promoção de uma subjetividade singularizada e emancipatória ou na subjetividade do indivíduo que se sustenta na concepção da “personalidade” do homem liberal? **Metodologia:** A abordagem teórico-técnica adotada – a genealogia de Michel Foucault – permite uma problematização de saberes, de poderes e de sujeitos, de discursos e de práticas, de modo a possibilitar a captação de um determinado problema em seu processo histórico complexo. Pretendemos empregar a genealogia “como análise da proveniência”, isto é, “no ponto de articulação do corpo com a história”. Conforme aponta Foucault (1979, p. 22), “ela deve mostrar o corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo”. Assim analisaremos o modo com que os documentos e a bibliografia promovem a produção de subjetividade no atual contexto das políticas públicas para infância e adolescência no Brasil. **Resultados:** Como esta pesquisa está em andamento, ainda não temos um conjunto de resultados. Entretanto, queremos salientar a importância da Psicologia enquanto ciência e profissão se apresentar numa perspectiva psicossocial no cenário das políticas públicas, sobretudo no que se refere ao campo de atenção institucional às crianças e adolescentes, seja no desenvolvimento de suas pesquisas seja em suas práticas. Neste trabalho buscamos compreender de que forma os discursos oficiais que implementam as políticas públicas produzem determinados modelos de subjetividade. Nossas investigações iniciais apontam para uma urgente e necessária subversão das práticas de uma Psicologia convencional que, historicamente, atende de modo hegemônico às demandas econômicas e legitima um tipo específico de subjetivação. Partimos de pressupostos teórico-operativos (CASTEL, 1987; FOUCAULT, 1979, 1999; VASCONCELOS, 2008, BENELLI, 2009; BENELLI e COSTA-ROSA, 2011, 2012) que orientam a atuação no campo social por uma ótica transformadora, diretamente comprometida com os interesses populares, com forte ênfase na análise das interligações da subjetividade com os fenômenos políticos, sociais, grupais, institucionais e culturais.

Referências

- BENELLI, S. J. A cultura psicológica no mercado de bens de saúde mental contemporâneo. *Estudos de Psicologia* (Campinas), v. 26, n.4, p. 515-536, 2009.
- BENELLI, S. J.; COSTA-Rosa, A. Para uma crítica da razão socioeducativa em entidades assistenciais. *Estudos de Psicologia* (Campinas), v. 28, n.4, p. 539-563, 2011.
- BENELLI, S. J.; COSTA-ROSA, A. Paradigmas diversos no campo da Assistência Social e seus estabelecimentos assistenciais típicos. *Psicologia USP* (São Paulo), v. 23, n.4, p. 609-660, 2012.
- BERNARDES, L. H. G. *Subjetividade: um objeto para uma psicologia comprometida com o social*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.
- BRASIL. *Estatuto da criança e do adolescente*. Lei nº. 8069/ 1990. Brasília, 1990.
- BRASIL. *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)*. Brasília: CONANDA, 2006.
- BRASIL. *Construindo a Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, 2011 – 2020*. Brasília: CONANDA, 2010a.

BRASIL. *Princípios da Política Nacional dos Direitos Humanos de crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: CONANDA, 2010b.

CASTEL, R. *A gestão dos riscos: da antipsiquiatria à pós-psicanálise*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1999.

MORAES, T. D.; NASCIMENTO, M. L. Da norma ao risco: transformações na produção de subjetividades contemporâneas. *Psicologia em Estudo, Maringá*, v.7, n. 1, p. 91-102, 2002.

VASCONCELOS, E. M. *Abordagens Psicossociais*. São Paulo: Hucitec, 2008.

Palavras-Chave: Políticas Públicas; Subjetividades; Genealogia.

RELAÇÕES AFETIVAS E PROCESSOS IDENTITÁRIOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM PROGRAMAS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: UMA PESQUISA COM OFICINAS DE GRUPO. *Sabrina Simões Castilho*

(binapsi@gmail.com); *Marcos Vieira Silva; Marília Mata Machado*. (UFSJ/São João del Rei)

Abandono, negligência, condições de pobreza e violência intra-familiar são motivos apontados, em diversos estudos, que levam ao acolhimento institucional (OLIVEIRA; PRÓCHNO, 2010). A ênfase da presente pesquisa, realizada no programa de Mestrado em Psicologia da Universidade Federal de São João del Rei (PPGPSI-UFSJ/MG), é a inserção e adaptação de crianças e adolescentes sob tutela judicial em entidades de acolhimento, processo permeado por contradições, com manifestações de afetividade extremas e ambivalentes. Nesse quadro, o passado, a vivência atual e o que está por vir se manifestam numa construção singular da identidade de cada sujeito institucionalizado. É um processo dialético, tal como descrito por Ciampa (1994; 1997). O ambiente familiar é substituído pelos espaços institucionais, os vínculos de parentesco e amizade ficam ameaçados ou fragmentados. Entretanto, as histórias de vida nem sempre são devidamente acolhidas na instituição; por ora, elas se perdem no dia-a-dia (ARPINI, 2003). A compreensão do universo da criança e do adolescente institucionalizados, levando em conta aspectos psicossociais, institucionais e sentimentais, diante da fragmentação dos vínculos familiares, demanda sensibilidade, consistência teórica e técnica de todos os profissionais envolvidos. A partir da realização de Oficinas de Grupo, do estudo da estruturação e funcionamento dos programas de acolhimento institucional e considerando a legislação vigente (lei nº 8069 de 13/07/1990, Estatuto da Criança e do Adolescente; Política Nacional de Assistência Social/PNAS, dentre outras), este trabalho objetiva descrever e analisar os processos identitários e as relações afetivas de crianças e adolescentes inseridos nesse tipo de programa. Por meio do recurso a Oficinas de Grupo (AFONSO, 2000; AFONSO; ABADE, 2008), contemplando a dimensão terapêutica, reflexiva e socioeducativa, pretendeu-se criar um espaço de interlocução e de interação social, visando refletir junto às crianças e adolescentes como eles vivenciam afetivamente a experiência da institucionalização e quais as implicações dessa afetividade na produção da identidade individual e coletiva. A potencialidade terapêutica das Oficinas de Grupo fomenta a abertura de canais de comunicação, além de facilitar a elaboração de insights e de questões subjetivas, afetivas, emocionais e interpessoais. Na dimensão socioeducativa, procura-se estimular processos de aprendizagem, a partir da reflexão sobre as experiências vividas. As Oficinas foram realizadas no período de dois anos, foram fotografadas, filmadas, gravadas e transcritas. Em 2011, o trabalho foi realizado com quatro grupos de crianças e adolescentes, meninos e meninas de idades entre sete e dezesseis anos. Em 2012, houve uma mudança na configuração dos grupos, com a junção de vários participantes em um único grupo. As transcrições foram analisadas com base nos pressupostos da análise de discurso, privilegiando, no que diz respeito às crianças e aos adolescentes, a articulação do discurso emergente nas Oficinas com o contexto grupal e institucional no qual eles estão inseridos. As intervenções das Oficinas nos revelaram que as temáticas família e construção da identidade

geram angústia e sentimentos de carinho e saudade nesse grupo de sujeitos. A situação de acolhimento é vivenciada com sentimentos de ambivalência, as crianças e adolescentes se sentem bem cuidados em suas necessidades básicas e têm bons vínculos com os cuidadores. Por outro lado, existe uma ansiedade perante a condição de estarem institucionalizados em confronto com os planos para o futuro que envolvem sair logo da instituição, voltar para casa, rever a família e amigos, namorar e trabalhar. Esses resultados foram contrapostos às informações de contexto que incluíram: (a) realização de entrevistas com a juíza da Vara da Infância e Juventude da comarca, com representantes de conselhos tutelares e com a gestora dos programas de acolhimento pesquisados; (b) observações durante as visitas às entidades de acolhimento; (c) registros em diário de campo e (d) análise das novas políticas de atendimento à infância e à juventude do Estatuto da Criança e do Adolescente que articulam um novo conjunto de ações e um sistema de defesa de direitos (crianças e adolescentes são reconhecidos como cidadãos que necessitam ser colocados a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (FEITOSA, 2011; OLIVEIRA, 2004; RIZZINI; RIZZINI, 2004)). A articulação dos resultados das Oficinas com as informações de contexto mostra uma disparidade entre os sentimentos e expectativas das crianças e as preocupações dos gestores. Enquanto as crianças colocam questões identitárias e afetivas, especialmente familiares, os representantes legais veem como desafiante o cumprimento do Estatuto e colocam as dificuldades que encontram na falta de apoio do Poder Público local e na infraestrutura inoperante. Diante de uma omissão e/ou negligência do poder executivo, para garantir aos infantes a proteção que a legislação lhes assegura, os juizes colocam-se na posição de interventores. Os casos de desrespeito ao ECA são justificados de diferentes formas. Dentro da lógica do Estado mínimo, no que diz respeito às questões sociais, há um hiato entre o que há na lei e o que acontece nas práticas cotidianas (AYRES et al., 2009; FANTE; CASSAB, 2007), hiato encontrado também no presente estudo.

Referências

- AFONSO, M. L.; ABADE, F. L. Para reinventar as rodas. Rede de cidadania Mateus Afonso Medeiros – RECIMAM. Belo Horizonte, 2008.
- AFONSO, M. L. (Org). Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2000.
- ARPINI, D. M. Repensando a perspectiva institucional e a intervenção em abrigos para crianças e adolescentes. *Psicologia Ciência e Profissão*. v.23, n.1, Brasília, mar. 2003.
- AYRES, L. S. M.; CARDOSO, A. P.; Pereira, L. C. O abrigamento e as redes de proteção para a infância e a juventude. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 21, n.1, p. 125-136, jan-abr. 2009.
- BRASIL. Lei n. 8069, de 30/06/1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990. Recuperado em 24 de janeiro de 2012, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm
- CIAMPA, A. C. A estória do Severino e a historia da Severina: um ensaio de psicologia social. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CIAMPA, A. C. Identidade: In: Lane, S. T. M.; Codo, W. G. *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1997.
- FANTE, A. P.; CASSAB, L. A. Convivência familiar: um direito à criança e ao adolescente institucionalizado. *Revista Textos & Contextos*, v. 6, n. 1, p. 154-174 Porto Alegre, jan./jun. 2007.
- FEITOSA, A. G. S. A infância abrigada: Impressões das crianças na Casa Abrigo. 2011. 158 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Porto Alegre, BR – RS. 2011.
- OLIVEIRA, S. D. O judiciário e a medida de abrigo no âmbito da proteção integral: a experiência do Rio de Janeiro. In: Silva, E. R. A. (Org.). *O direito à convivência familiar e*

comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Brasília: IPEA/Conanda, Cap. 13, 2004.

OLIVEIRA, S. V.; PRÓCHNO, C. C. S. C. A vinculação afetiva para crianças institucionalizadas à espera de adoção. *Psicologia Ciência e Profissão*, 2010, ano 30, n. 1, 62-84.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Brasília, DF, 2004.

RIZZINI, I.; RIZZINI, I. A institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil: percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro, Ed. PUC-Rio, 2004.

Palavras-Chave: Oficinas De Grupo, Produções Identitárias, Acolhimento Infanto-Juvenil.

REORIENTAÇÃO PROFISSIONAL COM CAPINEIROS: ATUAÇÃO EM SAÚDE MENTAL. *ADSUARA, C. H. C* (adsuara.psicologia@gmail.com); *APRILE, L. C.*; *NETO, P. P.*; *CAMPOS, D. C.* (UNESP-Bauru)

A profissão de capineiro traz à tona as inadequadas condições atuais de trabalho dessa categoria, herança de uma sociedade capitalista e seu contexto. Segundo MARX (1986, p.22) "o primeiro pressuposto de toda história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro ato histórico destes indivíduos, pelo qual se distinguem dos animais, não é o fato de pensar, mas o de produzir seus meios de vida". A partir desta citação, podemos perceber nas atividades realizadas pelos capineiros adversidades que abrangem desde exposições climáticas diversas à falta de sanitários, refeitórios ou áreas de descanso. Ressalta-se também, fatores afetivo-cognitivos envolvidos neste contexto e no processo de escolha profissional de cada trabalhador, como, o sentido de seu trabalho e o significado social do mesmo. Considerando tal panorama, está sendo realizado um trabalho com um grupo de capineiros visando oportunizar espaço que contribua para a resignificação da profissão e sua saúde no trabalho, abarcando um processo de identidade profissional e de ampliação da consciência, possibilitando assim, a percepção ampliada do trabalho executado e suas possibilidades. Este trabalho está sendo desenvolvido com capineiros em uma empresa de uma cidade de porte médio do interior paulista. São realizados grupos semanais com duração de em média uma hora e 14 participantes. O trabalho constitui-se em dois momentos simultâneos e em constante relação: um trabalho de pesquisa e um grupo de reorientação profissional com capineiros. Como é um trabalho que está em andamento, foram realizadas algumas propostas para a atuação como: a organização dos trabalhadores e a comunicação com o restante da empresa; possibilidade de trabalho em conjunto; condições de trabalho e saúde; relações interpessoais; regras do grupo, e desnaturalização do processo de escolha. A proposta e o encontro foram avaliados por todos os participantes como importantes e necessários. Em conclusão, o desenvolvimento dessa proposta de atuação em psicologia tem se mostrado importante para que sejam fornecidos subsídios para novas formas de atuação em orientação profissional. Tem sido também a tentativa de um espaço da palavra e da ação, onde os trabalhadores podem resignificar sua profissão e sua identidade profissional, possibilitando-lhes bem estar psicossocial.

Referências

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Centauro, 1986.

SZANTO, J. O.; DALSAN, J.; GARBULHO, N. F. Orientação Profissional com catadores de material reciclável: possibilidades de transformação que promovam humanização. In: Maria Cecília Pacheco Lassance; Angela Carina Paradiso; Marúcia Patta Bardagi; Mônica Sparta; Sandra Laura Frishenbruder. (Org.). **Intervenção e Compromisso Social: orientação profissional - teoria e técnica**. São Paulo: Mônica Sparta; Sandra, 2005, v. 2, p. 359-380.

Palavras-Chave: Capineiros; Reorientação Profissional; Saúde Mental.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR ELABORADAS POR PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA. *Fátima Vasconcelos* (mffv@ig.com.br); *Pedro Humberto Campos*. (Universidade Estácio de Sá / RJ)

Este estudo se propôs investigar a prática da Educação Física nas escolas sob a ótica da Teoria das Representações Sociais na busca de compreender esta disciplina, em sua especificidade: “teoria-prática” por meio da identificação das representações sociais que os professores de educação física elaboram de sua prática. O estudo traçou a trajetória da Educação Física nas escolas que é marcada por contribuições diversificadas decorrentes de mudanças na legislação que rege esta prática (BRASIL, 1971; BRASIL, 2000) e da ampliação de estudos desenvolvidos no campo de conhecimento desta disciplina desde o início de sua existência em instituições educacionais. No entanto, apesar da identificação destas contribuições como significativas para a orientação da prática da Educação Física Escolar, estas não são percebidas de forma expressiva como alterações equivalentes em sua prática (DARIDO e RANGEL, 2008). Desta forma constata-se um distanciamento entre o que é proposto em seu campo de conhecimento e na legislação que orienta a prática desta disciplina e a realidade pedagógica existente nas instituições de ensino (BARBOSA, 2000; BRACHT e GONZÁLEZ, 2005). Além disso, estudos no campo da Teoria das Representações Sociais mostram que esta é vista como uma disciplina de menor valor pedagógico em comparação com as demais disciplinas curriculares por professores de outras disciplinas, alunos, diretores e coordenadores pedagógicos e também pelos próprios professores de Educação Física (CARVALHO, 2006; PERERIRA, 2007; RETONDAR, 2009; REZER, 2009; SÁ, 2006; SILVA, 2007). Para o desenvolvimento desta pesquisa, foi escolhida a Teoria das Representações Sociais como teoria norteadora para a observação do objeto de estudo sob a orientação da Abordagem Estrutural em função das possibilidades de análise que esta teoria oferece. A Teoria das Representações Sociais segundo a abordagem estrutural nos permite a compreensão das práticas sociais por meio da identificação das Representações Sociais enquanto uma estrutura composta por elementos que se organizam de uma forma específica e hierarquizada (ABRIC, 2001). Esta forma de compreender as representações identificadas nos permite ainda compreender como os indivíduos pensam suas práticas e organizam suas normas de funcionamento social identificando a origem de organização das características desta prática, ou seja, identificando os elementos que sustentam, que ancoram a representação expressa (CAMPOS e LOUREIRO, 2003). O instrumento de coleta de dados adotado foi um questionário composto por questões específicas aplicado a 105 professores de Educação Física, atuantes em escolas públicas e privadas e os dados coletados nestes questionários foram tratados por métodos de análise segundo a abordagem estrutural: EVOC e análise de similitude. Foi realizada ainda um estudo denominado de “grau de implicação” dos indivíduos pesquisados que indica o grau de envolvimento que estes indivíduos possuem com sua prática. Por meio dos resultados obtidos a representação social identificada inicialmente da prática da Educação Física escolar por professores de Educação Física está fundamentada em elementos relacionados ao LÚDICO e ao DESENVOLVIMENTO como elementos centrais e ESPORTE, MOVIMENTO, CORPO e JOGOS como elementos relacionados ao sistema periférico desta representação. Esta Representação Social identificada, portanto pode se afirmar que está ancorada nas abordagens metodológicas da Educação Física denominadas Desenvolvimentista e Psicomotora. De acordo com os dados encontrados também foi percebido que os professores entrevistados expressaram com muita ênfase e muita frequência elementos relacionados à abordagem Esportivista. Esta observação inicialmente pode constituir uma contradição e inconsistência entre o discurso dos professores e o que estes apresentam como elementos inerentes à sua prática. Na verdade a presença dos elementos relacionados ao “esporte” podem ser justificados também pelo discurso destes professores que apontam a prática esportiva como fundamental na promoção do desenvolvimento de seus

alunos. De um modo conclusivo, podemos afirmar que para estes indivíduos, a prática da Educação Física escolar está organizada fundamentalmente em torno de uma proposta que está a serviço do DESENVOLVIMENTO do aluno e este desenvolvimento está condicionado e é promovido essencialmente por meio de estratégias cujas principais características são: o caráter LÚDICO e o caráter ESPORTIVO.

Referências

- ABRIC, J. Práticas sociales y representaciones. México: Presses Universitaires de France, 2001.
- BARBOSA, C. L. de A. Educação Física Escolar: as representações sociais. Rio de Janeiro: Shape, 2000.
- BRASIL. Lei n. 5.692/1971, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. 1971a. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/15692_71.htm>. Acesso em: 22 nov. 2010.
- _____. Secretaria de Educação Fundamental. PCN: Educação Física. DP&A. RJ, 2000.
- CAMPOS, P. H. F.; LOUREIRO, M. C. da S. (Org.). Representações sociais e práticas educativas. Goiânia: Ed. da UCG, 2003.
- CARVALHO, F. L. S. F. O Papel da Educação Física Escolar representado por professores e professoras de outras disciplinas. 2006. 137f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2006.
- DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. Educação física na escola: implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.
- PEREIRA, G. M. S. Representações sociais de educação física: o resgate e o remédio do corpo e da mente. 2007. 115f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2007.
- RETONDAR, M. J. As representações sociais do ato pedagógico dos professores de educação física que atuam no ensino fundamental no Município do Rio de Janeiro. *Motrivivência*, a. XXI, n. 32/33, p. 211-229, jun./dez. 2009.
- REZER, R. Relações entre conhecimento e prática pedagógica no campo da Educação Física: pontos de vista. *Motrivivência*, a. XIX, v. 28, p.38-62. abr. 2009.
- SÁ, I. R. Representações Sociais: a Educação Física Escolar em pauta. In: FONTOURA P. (Org.). Coleção Pesquisa em Educação Física. v. 4, p. 257-263, Jundiaí, SP: Fontoura Editora, 2006.
- Palavras-Chave:** Representações Sociais; Educação Física Escolar; Abordagens Metodológicas da Educação Física.

SOFRIMENTO PSÍQUICO DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DAS LICENCIATURAS. *Kelly Cristina Tesche Rozendo* (kellytesche@hotmail.com); *Sandra Fogaça Rosa Ribeiro*. (UNOESTE) Apoio: Pibic/CNPq

Introdução: A pertinência desta pesquisa se apoiou na responsabilidade do docente universitário com a formação dos sujeitos humanos de maneira contínua, na alta identificação de sofrimento psíquico na categoria e na importância da saúde mental no âmbito do trabalho e na vida social dos indivíduos. Pois, a saúde psíquica influencia na realização do trabalho e em todos os aspectos da vida (GRADELLA, 2010; MENDES et. al., 2007). Para a compreensão da temática apresentam-se os conceitos de trabalho e sofrimento psíquico, à luz das teorias de Dejours (1993), Seligmann-Silva (2011), e Codo (1989), numa interface entre a Psicodinâmica do Trabalho, Psicologia Social e Psicologia do Trabalho. De acordo com Codo (1989), o trabalho é categoria central na constituição da natureza humana. Assim, para este estudo o termo trabalho é abordado dentro de um processo histórico, a partir das relações de produção e do novo sentido que o capitalismo deu ao trabalho, assumindo formas e estágios que tem levado ao desgaste mental. Esta pesquisa compreende desgaste mental e sofrimento psíquico, com o mesmo sentido (SELIGMANN-SILVA, 2010; DEJOURS, 1993). Dessa

forma, sofrimento psíquico no campo do trabalho consiste numa zona cinzenta que fica entre a saúde e a doença. Uma luta contínua, direcionada às dificuldades apresentadas no mundo do trabalho, requerendo negociações e ajustes constantes, a fim de equacionar desejos e possibilidades. Entretanto, quando o espaço de negociação fica bloqueado, o sofrimento psíquico se intensifica (DEJOURS, 1992). **OBJETIVO:** Analisar artigos científicos sobre o sofrimento psíquico de professores universitários das licenciaturas, buscando destacar aspectos e características que compõem seu ambiente laboral. **METODOLOGIA:** Esta foi uma pesquisa bibliográfica, inscrita no CCPq/UNOESTE sob o protocolo de número 1226. Foi realizada por meio de artigos científicos coletados a partir das bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde da Bireme, entre 2006 e 2012, contextualizando o sofrimento psíquico de professores do ensino superior, no âmbito da organização do trabalho. Os descritores utilizados foram: estresse psicológico, trabalho, docentes. **RESULTADO:** O resultado da pesquisa bibliográfica indicou seis artigos: GRADELLA (2010); OLIVEIRA et. al. (2012); DESSEN, POLONIA (2007); NEVES, SILVA (2006); VEDOVATO, MONTEIRO (2008); MENDES et. al. (2007). Todos apontaram que o sofrimento psíquico se encontra em diversas áreas laborais, mas seu aparecimento parece ser mais evidente em determinadas profissões, como do professor. **CONCLUSÃO:** Concluiu-se que a saúde e a doença na organização do trabalho docente estão profundamente vinculadas ao contexto sócio-econômico-cultural. O trabalho é um espaço social que possibilita a organização e estrutura da identidade do indivíduo, entretanto pode gerar e construir vias dolorosas, quando inserido numa lógica da produção capitalista (CODO; SAMPAIO; HITOMI, 1993). Neste sentido, para que o trabalho seja equilibrante é preciso flexibilizar sua organização, dar ao trabalhador liberdade e autonomia, possibilitando que alcance seus objetivos e garantindo o processo de humanização. Para que a saúde mental se desenvolva é preciso modificações na organização do trabalho e transformações sociais com efeitos saudáveis no contexto onde atuam os professores universitários.

Referências

- CODO, W. (orgs.). **Relações de Trabalho e Transformação Social. Psicologia social: o homem em movimento.** 7ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CODO, W.; SAMPAIO, J. J. C.; HITOMI, A. H. **Indivíduo, Trabalho e Sofrimento: uma abordagem interdisciplinar.** Petrópolis/RJ: Vozes; 1993.
- DEJOURS, C. **A Loucura do Trabalho: Estudo de Psicopatologia do Trabalho.** São Paulo: Cortez; Oboré. ed. 4; 1991.
- DEJOURS, C. **A loucura do trabalho: Estudo de Psicopatologia do Trabalho.** São Paulo: Oboré. 1992.
- DEJOURS, C.; DESSORS, D.; DESRIAUX, F. Por um trabalho, fator de equilíbrio. **Rev. de Adm. Empres.** São Paulo, vol. 33, n.3, p. 98-104, maio/jun. 1993.
- DESSSEN, M. A.; POLONIA, A. C. A família e a escola como contexto do desenvolvimento humano. **Paidéia**, 2007, 17(36), 21-32
- GRADELLA, O. J. Sofrimento psíquico e trabalho intelectual do docente universitário. **Cadernos de psicologia social do trabalho.** Marília/SP, vol. 13, n. 1, p. 133-148, 2010.
- MENDES, L.; CHAVES, C. J. A.; SANTOS, M. C.; NETO, G. A. M. Da Arte ao Ofício: Vivências de Sofrimento e Significado do Trabalho de Professor Universitário. **Rev. Mal-estar e subjetividade.** Fortaleza, vol VII, n. 2, p. 527-556, set. 2007.
- MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes. 1994. 80p.
- NEVES, M.Y.R.; SILVA, E.S. A dor e a delícia de ser (estar) professora: trabalho docente e saúde mental. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 63-75, 2006.

OLIVEIRA, D. A.; GONÇALVES, G B. B.; MELO, S.D.; FARDIN, V.; MILL, D. Transformações na Organização do Processo de Trabalho Docente e o Sofrimento do Professor. **Rede Estrado**. Acessado em 18 de abril de 2012.

<http://www.redeestrado.org/web/archivos/publicaciones/10.pdf>

RIBEIRO, S. F. R.; MARTINS, S. T. F. Sofrimento Psíquico do Trabalhador da saúde da Família na Organização do Trabalho. **Psicologia em estudo**. Maringá, vol. 16, n. 2, p. 241-250, abril/jun. 2011.

SELIGMANN – SILVA, E. Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo. São Paulo: Cortez, 2011. VEDOVATO, T. G.; MONTEIRO, M. I. (2008). Perfil sociodemográfico e condições de saúde e trabalho dos professores de nove escolas estaduais paulistas. **Rev. Esc. Enferm. USP**, 42 (02), p.290-297.

ZARAGOZA, J. M. E. **O mal-estar docente**: a sala de aula e a saúde dos professores. Tradução Durley de Carvalho Cavicchia, Bauru, SP: EDUSC, 1999.

Palavras-Chave: Sofrimento Psíquico; Trabalho; Professor Universitário.